**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS**
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**
**DOUTORADO EM HISTÓRIA**

# A MORTE DO SERTÃO ANTIGO NO SERIDÓ: O desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia. (1970-90)

**Douglas Araújo**

**RECIFE - 2003**

**DOUGLAS ARAÚJO**

# A MORTE DO SERTÃO ANTIGO NO SERIDÓ: O desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia. (1970-90)

**RECIFE**
**JUNHO 2003**
**II**

**DOUGLAS ARAÚJO**

# A MORTE DO SERTÃO ANTIGO NO SERIDÓ: O desmonte das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia. (1970-90)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em História.

**Doutorando: Douglas Araújo**
**Orientadora: Professora Doutora Maria do Socorro Ferraz**

**RECIFE**
**JUNHO 2003**
**III**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

## ATA DA DEFESA DA TESE DO ALUNO DOUGLAS ARAÚJO

Às 9:00 do dia 12 (doze) de junho de 2003 (dois mil e três), no Curso de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **DOUGLAS ARAÚJO** intitulada: *"A MORTE DO SERTÃO ANTIGO NO SERIDÓ: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970-90)"*, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **"APROVADO COM DISTINÇÃO"** em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: *Maria do Socorro Ferraz Barbosa (Orientadora), Antonio Paulo de Morais Rezende, Antonio Torres Montenegro, Dacier de Barros e Silva e Rui Martinho Rodrigues.* Assinam também a presente ata, a Coordenadora, Profª Maria do Socorro Ferraz Barbosa e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

Recife, 12 de junho de 2003

Profª Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa

Prof. Dr. Antonio Paulo de Morais Rezende

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Prof. Dr. Dacier de Barros e Silva

Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues

Luciane Costa Borba

## DEDICATÓRIA

*** À memória de meu pai, Augusto Ribeiro de Faria;**
*** À minha mãe, Antônia Araújo de Faria, que desde minha tenra idade, aos acordes cordelistas me embalou ao sertão antigo imaginário**

**A MORTE DO SERTÃO ANTIGO NO SERIDÓ**: O desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia. (1970-90)


RESUMO

A reconstituição do desmoronamento das fazendas agropecuaristas dos municípios de Caicó e Florânia, no Seridó potiguar, nas décadas de 1970 a 1990 – objetivo dessa pesquisa – acontecimento que representou a desestruturação da velha sociedade rural na região, ancorou-se na história vista de baixo. Sua realização contou com os depoimentos dos principais personagens que, nos respectivos municípios estudados, vivenciaram em cinemascópio colorido o dissabor de assistirem ao seu antigo modo de vida sucumbir em turbulências duradouras, causadas pelos desafios vindos de outra dimensão temporal. A modernização exigia a mudança de mentalidade, a rotinização de um outro tempo trabalho; alterações que a tradição resistiu não se propondo a incorporá-las. Seu peso socio-cultural foi maior que a força remodeladora do tempo moderno. Venceu a destruição causada pelo infortúnio da conjugação de fatores perversos como o mercado concorrencial, o talvez fáustico aparecimento do bicudo e os efeitos psicológicos da ideologia sindical fora de contexto. As fontes orais e os jornais foram os principais canteiros de escavações desse trabalho, além de um forte arrimo em fontes diversas e do estudo de uma bibliografia ampla sobre o tema. A composição da narrativa tomou a forma de um texto dividido em uma *introdução*, onde estão expostos os marcos teóricos metodológicos da empreitada, seus objetivos e os recortes temporal e espacial; seguida de capítulo intitulado *registros históricos da formação do Sertão Antigo no Seridó*, onde, através de obras clássicas, demarca-se as fronteiras da antiga sociedade rural em formação; na seqüência, há um outro capítulo, denominado *a invenção da tradição no Seridó*; nele, destaca-se, principalmente, o embate étnico e a miscigenação cultural do branco com o índio e com o negro; um terceiro capítulo grafado de *o cortejo da tradição*, demonstrando a dinâmica socio-econômica da sociedade sertaneja seridoense; e, por fim, o capítulo que narra o desmoronamento da vida rural dos floranieneses e caicoenses, tema central desta pesquisa. O eixo sobre o qual fluiu o esforço de compreensão e reconstituição do fenômeno aqui estudado foi a relação dialética entre os elementos da resistência da tradição e a força transformadora da modernidade, tomando-se tal acontecimento como confronto de vida e morte entre valores antagônicos e contraditórios. Desse encontro resultou o desmoronamento da velha sociedade rural dos municípios perscrutados, abrindo aos personagens dessa trama um mundo de novas possibilidades e fracassos.



***Palavras-Chaves:*** 1. Rio Grande do Norte – História 2. Seridó – História 3. Folclore, Usos e Costumes 4. Sociedade Patriarcal 5. Cultura Popular 6. Agropecuária e Tradicionalismo 1.Araújo, Douglas

**THE DEATH OF THE OLD INLAND AREA IN THE SERIDÓ REGION**: the collapse of the farming and cattle raising in Caicó and Florânia (1970 – 90)

## ABSTRACT

The reconstitution of the collapse from the farming and cattle raising from the municipal districts of Caicó and Florânia, in the potiguar Seridó region, in the 70´s and 90´s – objective of this research – event that represented structurelessness of the old rural society in the region, was based upon the history seen from below. Its achievement reckoned upon the declarations of the principal personages who, in the respective municipal districts studied, lived deeply in colored cinemascope the displeasure of watching their old way of life to succumb in durable turbulences, caused by challenges coming from other temporal dimension. Modernization demanded change of mentality, the routine of another work time; alterations that tradition resisted not proposing to incorporate them. Its socio-cultural burden was bigger than the remodeling force of the modern time. It triumphed over the destruction caused by the misfortune of the conjugation of perverse factors like the competitive market, maybe the faustian apparition of the ornit and the psychological effects of the sindical ideology out of the context. The oral sources and the newspapers were the main digging sites of this work, besides a strong support from different sources and from the study of a wide bibliography on the theme. The composition of the narrative took a form of a divided text in an *introduction*, where are exposed theoretical and methodological signs from the taskwork, its objectives and the temporal and spatial indentures; followed by entitled chapter *historical registers of the formation of the old inland area in the Seridó region*, where, through the classical works, demarcate the frontiers of the old rural society in formation; in the following, there is another chapter, entitled *the invention of tradition in the Seridó region*; we distinguish in it, especially the ethnic fight and the cultural miscegenation of the white with the Indian and with the black; a third chapter written from *the courting of tradition*, demonstrating the socio-economics dynamics from the inland area society in the cotton growing zone; and, to finish, the chapter that narrates the collapse of rural life of the people from Florânia and caicó, central theme of this research. The main point on which came up the effort of comprehension and reconstitution of the phenomenon studied here was the dialectic relation between the resisting elements of tradition and and the changing force of modernity, taking such occurrence as life and death confrontation between opposing and contradicting values. From this encounter resulted the collapse of the old rural society of the municipal districts investigated, opening to the characters from this texture a world of new possibilities and failures

**S U M Á R I O**


**Pág.**

**RESUMO**

**1. INTRODUÇÃO** **14**

1.1. A peça **14**

1.2. O palco do enredo **15**

1.3. Um lugar calidoscópio **17**

1.4. O olhar dessa pesquisa: uma outra semeadura **21**

1.4.1. No porão do vértice desse olhar **26**

1.5. As nascentes da pesquisa: a escolha das fontes **29**

1.6. A arquitetura do trabalho **29**

**2. REGISTROS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO SERTÃO ANTIGO NO SERIDÓ POTIGUAR** **33**

2.1. O sertão e o antigo para começo de conversa **33**

2.2. Aspectos de uma clássica cartografia do sertão **36**

2.3. Os primeiros currais sertanejos e os seus rebanhos **39**

2.4. Peculiaridades da ocupação dos sertões potiguares **42**

2.5. Os povoadores e a família patriarcal na formação do Seridó potiguar **55**

2.6. O Seridó como espaço correlato ao das escrituras sagradas **59**

2.7. Traços do sertão patriarcal e patrimonialista **65**

**3. O BRANCO, O NEGRO E O ÍNDIO INVENTAM A TRADIÇÃO NO SERIDÓ: O IMAGINÁRIO SERTANEJO** **85**

3.1. A herança ibérica **88**

3.2. Os primeiros lugares de disputa e fusão cultural **89**

3.3. As fontes da rede discursiva do sertão e a formação do homem sertanejo **95**

3.4. A dama sertaneja, a face feminina da família patriarcal **120**

3.5. A gratidão como equivalente geral da tradição **128**

3.6. O catolicismo popular como pedra fundante da arquitetura tradicional **135**

3.6.1. Os missionários personificam o ascetismo popular **152**

3.7. O tempo identitário: a invenção do trabalho no Seridó **163**

**4. O CORTEJO DA TRADIÇÃO, SEUS CONFRONTOS E PERMANÊNCIAS: A DINÂMICA DO MUNDO RURAL** **186**

4.1. Na apropriação inicial da terra; o horizonte fora o limite **187**

4.1.1. A fazenda fora quase um paraíso terrestre **195**

4.2. O crescimento da parentela esfacela a grande propriedade **197**

4.3. A queda do paraíso ou o infortúnio do trabalho agrícola **208**

4.3.1. A escravidão não salvou o branco da penitência **215**

4.4. O algodão não transfigurou o mundo tradicional do campo **220**

4.5. O complexo algodão/gado/cultura de subsistência e a fertilização das terras **222**

4.6. A emigração como tentativa de escapar do cativeiro **235**

4.7. Campo e cidade, confrontos e permanências **245**

4.8. O assédio mercantil ao campo **254**
4.8.1. A sedução de ser financista e o financiamento da agricultura **264**

**5. A MORTE DO SERTÃO ANTIGO NO SERIDÓ** **270**
5.1. Diagnóstico e prognóstico de um mal crônico **274**
5.2. O crepúsculo das fazendas agropecuaristas **277**
5.3. Anos setenta: a via-crúcis de um corpo social **282**
5.3.1. O corpo social cotonicultor perde um de seus órgãos vitais **302**
5.4. O trasbordamento da crise rural para o âmbito da política nacional **312**
5.5. A cura se repete: “novas políticas públicas” **320**
5.6. A praga do bicudo: uma ação da providência ou obra fáustica **328**
5.7. O desmoronamento da vida rural: a queda das fazendas **336**
5.7.1. Os que bateram a porteira como último ato da velha fazenda **341**
5.7.2. Os escombros do desmonte das fazendas **350**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** **354**

**ANEXOS** **366**

# PARTE I

INTRODUÇÃO

# INTRODUÇÃO

**“De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhes infundia” (José de Alencar).**

**“Vivi no sertão típico, agora desaparecido” (Luís da Câmara Cascudo)**

A morte e vida do Sertão Antigo, por vezes anunciada, têm nessa pesquisa um outro olhar, que desloca para os anos recentes, mais precisamente às décadas de 1970/90, o seu crepúsculo, ou seja, o desmoronamento do ***modus vivendi*** do sertanejo no Sertão do Seridó, no Rio Grande do Norte. O desmanche das fazendas agropecuaristas, aqui tomadas como a morte da antiga estrutura social do campo, foi um acontecimento histórico que muito marcou a vida dos sertanejos dessa região.

## 1.1. A peça

Fala-se claramente do fim de um sentido social de vida, a morte de um típico Sertão rural, da vida campestre tradicional. Momento histórico no qual o espaço seridoense fora ocupado e organizado tendo na agricultura rústica e no modo de ser do sertanejo o eixo móvel do edifício social daquela sociedade. Até o início dos anos setenta, a vida rural foi o centro, o habitat da maioria dos moradores do Seridó potiguar. Esse jeito de ser, esse conhecido sentido histórico de vida entrou em colapso, a tradição foi posta em xeque, não teve resposta e ruiu. Nos dias atuais, restam seus escombros e suspiros de vida.

Até aquela época, no plano da organização econômica, social e cultural da região, o campo se sobressaía frente ao urbano em desenvolvimento. Este último, na proa do dinamismo mercantil do algodão e pela forte pressão demográfica, virou terreno fértil, onde os signos da modernidade fecundaram, dando um verniz de progresso ao antigo. Em alguns casos, esses símbolos modernos proliferaram, espraiando-se, às vezes, à fronteira campesina.

Em contrapartida, a vida rural fora, por excelência, o ***locus*** de reprodução e manutenção da tradição, confrontando-se com os signos modernos da embrionária urbe e

quase sempre os subordinando à sua lógica ou, às vezes, reverenciando-os. “A crença de que a ‘sociedade tradicional’ seja estática e imutável é um mito da ciência social vulgar. Não obstante, até um certo ponto de mudança, ela pode permanecer ‘tradicional’: o molde do passado continua a modelar o presente, ou assim se imagina”.[1]

Historicamente o mundo campestre envolveu as mais diversas formas de vida e de organização social[2]. No Seridó potiguar[3], a partir de um certo momento de sua colonização e ocupação, seu espaço deu lugar a uma organização social capitaneada pela grande propriedade rural, pelos fazendeiros, misto de pecuaristas e agricultores, e seus agregados vaqueiros, moradores e escravos negros. Ali, desde o início, as relações mercantis deram o ar de sua existência, hibernaram na longa duração, mas nunca foram fortes para destronar a tradição rural das relações sociais baseadas na parceria. Para essa pesquisa, a quebra dessa relação social, a morte dessa estrutura fundante em todo o espaço rural seridoense só ocorreu durante as décadas de 1970 a 1990.

## 1.2. O palco do enredo

Nesta perspectiva, a captura do desmoronamento do Sertão Antigo, como acontecimento histórico, como trincadura da tradicional forma de vida do sertanejo seridoense, como proposição dessa pesquisa, tem como ***locus*** privilegiado de observação os municípios de Caicó e Florânia.

Por várias razões a escolha desses dois municípios pareceu uma decisão bem ancorada. Historicamente Caicó – pode-se dizer o mesmo de Acari, outro município pórtico da colonização do Seridó – é uma das embocaduras de entrada da maré colonizadora que viera do Recife e de Goiana, em Pernambuco, banhou a província da Paraíba e adentrou o Rio Grande do Norte. Tudo indica que essa corrente ocupadora perdeu fôlego no espaço que hoje compõe o município de Florânia, ao sopé da Serra de Santana, ponto de encontro ou barreira de encontro de outra onda colonizadora que veio do litoral, partindo do Forte

[1] HOBSBAWM, Eric. ***“Sobre história”***. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.25.
[2] WILLIAMS, Raymond. ***O campo e a cidade na história e na literatura.*** São Paulo: Companhias das Letras, 1989, p.11.
[3] O Seridó, enquanto denominação geográfica, inclui todo o extremo sul do Rio Grande do Norte e uma pequena faixa de terra do norte do Estado da Paraíba. Neste sentido, o Seridó potiguar é uma referência que restringe a área ao domínio norte-rio-grandense.

dos Reis Magos em Natal, chegou às ribeiras do Açu e fez caminho, rio acima, em direção ao Seridó[4].

Enquanto urbe, a antiga Vila do Príncipe, hoje Caicó, município criado em 1788, por autorização em Carta Régia do Governador de Pernambuco[5], é um legítimo rebento dos currais de gado. Já Florânia, noutrora denominada de Flôres, fundado em 1890[6], é um botão de rosa do algodoeiro. Os dois, juntos com outros municípios, compuseram o quadro do Seridó cotonicultor/pecuarista, território onde o sertanejo, vivendo por séculos, teve seus sonhos e seu jeito simples de ser soterrados pelas vicissitudes do clima e pela dinâmica e morte da tradição.

Favorecido pela dinâmica da pecuária e posteriormente do algodão, pelas relações mercantis daí decorrentes, bem como pelo vertiginoso crescimento demográfico, desde muito cedo o município do Caicó se constituiu em um pólo de desenvolvimento e atração regional, tendo por isso uma dinâmica urbana mais acentuada. Por outro lado, apesar dos impulsos modernizadores da primeira metade do século XX, comum a toda a região, Florânia manteve sempre a atmosfera de "Vila Rural", conservando, como Caicó, a condição de cidades empórios comerciais dos produtos do campo ou viveram em função dele até a crise da agricultura sertaneja. A dimensão espacial do estudo tem, portanto, duas faces de um mesmo Sertão Antigo: as fronteiras da vanguarda e da retaguarda de um mesmo processo social. Também por isso o olhar dessa pesquisa se sentiu seduzido. São

---

[4] LIRA, Augusto Tavares de. ***História do Rio Grande do Norte.*** Brasília: Fundação José Augusto, 1982. (Especialmente o capítulo que trata do povoamento dos sertões). CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra.*** Natal: Fundação José Augusto, 1968. (Primeira Parte). ***Tradições populares da pecuária nordestina.*** Rio de Janeiro: Senado Federal/Centro Gráfico, 1956. (Cap. A geografia dos currais). ROSA, Jayme da Nóbrega Santa. ***Acari: fundação, história e desenvolvimento***. Rio de Janeiro/Guanabara: Editora Pongetti, 1974. (Cap. V: Os novos povoadores).

[5] "A emancipação administrativa do Seridó foi feita em 31 de julho de 1788, por alvará que criou o município com a denominação de Vila Nova do Príncipe, o mesmo documento legal que fez surgir também os municípios de Vila Nova da Princesa (Açu) e Vila Nova da Rainha (Campina Grande)" MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. ***Seridó.*** Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1980, pp.16-17. "Criado em 31 de julho de 1788, instalado na Vila do Príncipe. Cidade do Príncipe em 15 de dezembro de 1868. Cidade do Seridó em 1.º de fevereiro de 1890. Cidade do Caicó em 7 de julho de 1890". CASCUDO, L. C. ***Nomes da*** terra. Natal: Fundação José Augusto, 1968, p. 167.

[6] "Criado em 20 de outubro de 1890, com o nome de Flores. Desmembrado do Acari. Cidade em 28 de outubro de 1936. Nome atual em 30 de dezembro de 1943". CASCUDO, L. da Câmara. ***Nomes da terra***. Natal: Fundação José Augusto, 1968, p. 182.

reminiscências de um desejo à totalidade, a uma explicação que contemple a região como um todo.

### 1.3. Um lugar calidoscópio

Desde outrora foi a região objeto da atenção de intelectuais e historiadores filhos da terra. Em alguns casos, de pesquisadores de outras regiões. Não é por acaso que é relativamente farto o número de estudos sobre a formação e desenvolvimento histórico do Seridó. Sem dúvida, predomina nesses estudos um olhar voltado para as elites locais, com forte relevo para uma história elitista, em muitos casos uma história política convencional. "A história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos".[7] Os exemplos mais notáveis são "***Seridó"***, de José Augusto Bezerra de Medeiros[8]; ***"Acari: fundação, história e desenvolvimento"***, de Jayme da Nóbrega Santa Rosa; ***"Padre Francisco de Brito Guerra, um senador do Império"*** de José Melquíades; ***"Homens e fatos do Seridó Antigo"*** e ***"O coronel de milícias Caetano Dantas Correia"***, de Dom José Adelino Dantas.

Esses estudos são leituras indispensáveis para quem quer escavar o canteiro histórico do Seridó potiguar. São picadas, veredas e caminhos já batidos que favorecem aos que caminham agora recolher fragmentos que por ventura escaparam ao primeiro recorte, irem em outras direções, visibilizando o singular, muitas vezes deixado fora da trama narrativa.

Igualmente importantes são os estudos e pesquisas acadêmicas mais recentes. Neles desponta o interesse pelo enfoque urbano. Por um lado, as cidades seridoenses são vistas sob o ângulo de suas diversas possibilidades, encontros e desencontros. Lugares onde alguns atores, ao fazerem uma escolha, saltam para o amanhã, deixando para o passado

---

[7] BURKE, Peter. ***Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro***. In: A escrita da história: novas perspectivas / Peter Burke (org.) – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p.12.

[8] O próprio autor foi um dos destacados membros da elite seridoense, chegou inclusive ao governo do Estado no período de 1924-27. Recentemente foi publicado um estudo da autora Marta Maria de Araújo sobre o personagem em destaque, intitulado "***José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante"***. Natal: Editora da UFRN, 1999.

outras tantas opções, que por sua vez, podem ser o caminhar de outros. Cidades invisíveis do Sertão, corajosamente revisitadas[9].

Por outro lado, os espaços citadinos são enfocados do ponto de vista de seu desenvolvimento, de sua dinâmica urbanizadora e espacial[10]. É a junção, sempre profícua e saudável, da História Econômica com a Economia Política. Narrativa marcada pela força frisante dos agentes econômicos e sociais.

Também nos estudos recentes sobre o Seridó, está presente o que Peter Burke, fazendo uma referência explícita à terceira geração dos Annales, considera que na historiografia possa ser caracterizado como "o retorno à política".[11]

Seguindo o tempo cronológico, destaca-se primeiro a pesquisa sobre o coronelismo em terras seridoenses. A hipótese construída nesse trabalho coloca esse fenômeno da política local como fundado numa relação vertical de dominação social e política, baseada na posse do latifúndio. É uma abordagem classista, moldada no marxismo determinista[12], contrapondo-se explicitamente à tese de **Isaura de Queiroz**, que compreende o coronelismo como uma estrutura piramidal de interesses e compromissos políticos e sociais[13].

A História Política plasmada no paradigma **foucaultiano** aparece num estudo, recém-concluído, no qual é discutida a invenção do Seridó pelas elites rurais pecuaristas, como "espaço da provação e promissão".[14] Um estudo com frisante tirocínio histórico que recoloca a questão da História Política Regional sob outras perspectivas. Sem dúvida, inova e foge ao escopo paradigmático até então predominante nos estudos acadêmicos da história política local.

---

[9] DANTAS, Eugênia Maria Dantas. ***Retalhos da Cidade: Revisitando Caicó***. Natal: 1996. Dissertação (Mestrado em C. Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[10] MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. ***Desvendando a Cidade: Caicó em sua dinâmica espacial***. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1999.

[11] BURKE, Peter. ***A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia.*** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, pp. 100-103.

[12] SOARES NETO, Cícero José Alves. ***O Seridó e 'os votos de porteira batida: um estudo monográfico sobre o coronelismo no Rio Grande do Norte.*** Campinas: 1984. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

[13] PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. ***O Coronelismo numa Interpretação Sociológica.*** In: FAUSTO, Boris (dir). HistóriaGeral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano – Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo, Difel, 1975, T. III, v. 1, p. 153-190.

[14] MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. ***A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense.*** Natal: 1998. Dissertação (Mestrado em C. Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Ciências Sociais.

Nos estudos que tomam o Sertão como tema de escavação e perscrutação, é imprescindível destacar a presença marcante do modelo regional, a propalada "Questão Regional". Essa maneira de esculpir o olhar sociológico, geográfico e historiográfico, foi até meado da década de 1980 o eixo teórico das pesquisas e estudos dos espaços e temáticas nordestinos. No âmbito regional, destacou-se a produção pernambucana[15].

Nesse modelo são marcantes as categorias macro-econômica, política e social de análises. Respectivamente: modo de produção, Estado e classes sociais. Por esse prisma, o Sertão nordestino, algodoeiro/pecuarista, é visto pelas mesmas determinações da dominação de classe, da estrutura da terra – no caso o latifúndio – e das políticas públicas vigentes no espaço do litoral açucareiro[16]. Neste recorte, ficaram de fora possíveis especificidades e singularidades dos sertanejos e de sua sociedade.

O peso na historiografia brasileira desse modelo regional de análise, dessa história regional, tornou-se significativo. Sua influência pode ser constatada pela sua presença no XIII Simpósio da ANPUH (Curitiba, 1985). A temática teve mesa redonda sob a coordenação destacada da Drª. Rosa Godoy[17]. Os trabalhos apresentados naquele Simpósio, e outros sobre o mesmo tema, foram publicados no livro ***"República em Migalhas: História Regional e Local".***[18]

Sem dúvida, a sistematização da abordagem regional é um desdobramento do poder explicativo e da influência que teve a História Econômica posta em evidência pela Escola dos Annales: "A história econômica, outrora 'locomotiva' metodológica".[19] Desde os anos trinta, esse fazer histórico se desenvolveu com ímpeto em toda a Europa e, especialmente na França, pátria de Lucien Febvre e Marc Bloch, os fundadores da revista. Mas, também no Brasil, sua influência, suas afinidades eletivas e seu crescimento não

---

[15] Em que pese a existência de outros trabalhos, citamos os clássicos: ***"A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos"***(organizado por) Sílvio Maranhão. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. OLIVEIRA, Francisco de. ***Elegia para uma Re(li)gião***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

[16] OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit. (especialmente o cap. 2.º ***"Oligarquia agrária e intervenção do Estado no Nordeste"***. pp. 45-57.

[17] Rosa Maria Godoy Silveira é Mestra e Doutora em História Econômica pela FFLCH/USP. Leciona no Depto. De História da UFPB, João Pessoa, autora de diversas publicações.

[18] Coordenado por Marcos Antônio da Silva e publicado em São Paulo pela Editora Marco Zero no de 1990.

[19] VOVELLE, Michel. ***A história e a longa duração.*** In: ***A história nova*** [sob a direção] Jacques Le Goff, Roger Chartier, Jacques Revel. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 69.

foram menos importantes[20]. No que diz respeito ao escopo de análise regional, esse modelo chegou a predominar nos estudos de dissertações e teses dos programas de pós-graduação de alguns cursos da área de humanas, principalmente no Nordeste.

Deve-se ressaltar, que na França, a história regional dos Annales fazia "uso abundante dos métodos quantitativos, não só para estudar as flutuações de preços, as taxas de nascimento, casamentos e mortalidade, mas também, as tendências na distribuição da propriedade, na produtividade agrícola, etc".[21] Aqui no Brasil, e especialmente no Nordeste, prevaleceu o plano de análise da estrutura (infra-estrutura), uma história regional com forte determinismo econômico. Na análise da política, prevaleceu uma história conspiratória do Estado burguês com destaque para dominação de classe. Esse viés ideológico se fez sentir principalmente nas análises sociológicas.

Ainda em 1987 veio à luz um grandioso trabalho sobre o Nordeste. A autora, **Inaiá de Carvalho,** faz um minucioso estudo sobre a atuação da SUDENE e das ações diretas do Governo Federal na região, as chamadas intervenções do Estado, durante o período do Regime Autoritário. Comentando em sua conclusão acerca dos efeitos das últimas secas ocorridas no semi-árido nordestino (1981-83) e, a respeito dos baixos salários de sua população trabalhadora, afirma categoricamente que a situação é o resultado da "soma de efeitos do monopólio da terra com a utilização particularista e clientelista das instituições e serviços governamentais, reforçando os laços de dominação e de dependência entre os representantes do poder local e os trabalhadores do campo e das próprias cidades".[22]

O entendimento expresso na citação é claro: o latifúndio, o Estado e as elites agrárias se unem para conspirarem contra os trabalhadores do Sertão. Sua sorte está selada e carimbada ***ad perpetuam rei memoriam.*** Se um dia houver alteração desse quadro, será sempre resultado da vontade única de um desses atores sociais ou de uma maquinação entre as partes, visando a benefícios próprios. Do contrário, é preciso fazer uma revolução liderada pelos dominados. Fora desses marcos, a história não se move, eles são os reis demiurgos, os guardiões e genitores da futura ordem social.

---

[20] FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. ***História Econômica*** In: ***Domínios da História.*** (Org,) CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. São Paulo: Editora Campus, 19?

[21] BURKE, Peter. ***A escola dos Annales (1929-1989):*** a Revolução Francesa da historiografia. p. 77.

[22] CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. ***O Nordeste e o regime autoritário***. São Paulo: HUCITEC; [s.1.]: SUDENE, 1987, p. .336.

Sem dúvida, na disputa pelos bens sociais dentro de uma sociedade desigual, as elites dominantes regateiam o quanto podem o quinhão pertencente às camadas populares. Ocorre que a história não se esgota dentro das fronteiras que circundam esses atores sociais. Estão em cena outros personagens não menos importantes. Além disso, no palco da história, todos os agentes sociais estão submetidos a um vórtice de temporalidades que deslocam sempre o fazer histórico em muitas direções e para além dos lindes dos interesses imediatos das classes e dos grupos sociais.

### 1.4. O olhar dessa pesquisa: uma outra semeadura

No Sertão do Seridó, dentro do contexto em que se desenvolveu esta pesquisa, constatou-se que o tempo da tradição se entrecruzou com diversas temporalidades. Porém, couberam apenas ao grande capital, ao latifúndio e ao Estado, encontros pontuais com a velha ordem. O curso histórico da tradição é próprio. Sua marcha não está subsumida ao império temporal de nenhum desses agentes sociais. Daí o olhar que até então se voltou apenas naquela direção não ter captado a agonia que viveu o Sertão Antigo, nessa região, no momento do seu soluço de morte.

Por trás e distante dos fatos narrados pela cortina discursiva que priorizou a trama mercantil, o Sertão desmoronou. Longe e quase insulado do palco histórico que adquiriu visibilidade nessa narrativa, e seus atores ganharam o poder de dizibilidade, estavam os sertanejos, mistos de proprietários, moradores, vaqueiros e meeiros, vivendo à sua própria sorte o desespero, as tensões e os conflitos de verem ruir e seguir ao ocaso seu mundo, seu passado e, de certa forma, um jeito de ser conservado há séculos, nas suas gestas de décadas. Foi o fim de uma tradição passada por heranças, através de muitas gerações, durante séculos.

A história, a trama desse acontecimento no Sertão do Seridó, não foi contada. O drama, o estresse e as cores desse fato não ganharam voz escrita ou uma moldura que possa reter sua densidade social, não tiveram ainda o direito de se constituir em história, como se o antigo sertanejo não fizesse parte da história recente do Rio Grande do Norte. Quem sabe, escapou ao escopo dos ***scripts*** narrativos anteriores.

Vozes na região parece reivindicarem esse conto. É o que se pode deduzir dos versos do cancioneiro popular. Em poesia nostálgica e bucólica, diz seu canto, “cerca velha que o vento derrubou, o tempo dessa cerca jamais ninguém contou. Acabou-se meu cercado, meu mundo sossegado. Só meu coração magoado nunca o vento carregou”[23]. Canção que fez muito sucesso e que foi tocada nas rádios que levavam a voz da cantora paraibana Marinês a todos os recantos do Sertão.

Falar em nome do povo, expressar os sentimentos de uma comunidade, de uma camada da sociedade e mesmo de grupos, sentimentos muitas vezes interditados pelo poder de classe, de uma ordem estabelecida ou contidos por medo ou ressentimentos, foi por muito tempo tarefa única dos poetas, artistas e literatos. Eles também dão visibilidade aos acontecimentos que muitas vezes não merecem, por desprezo da história oficial, um enredo ou o seu registro.

Porém, com a renovação mais recente da historiografia, principalmente a partir do incremento dado pela Escola dos Annales, a ciência da história desenvolveu novas concepções de temporalidade social e histórica. “A história seria feita segundo ritmos diferentes e a tarefa do historiador seria, primordialmente, reconhecer tais ritmos”.[24] Desde então, o historiador e seu ofício desenvolveram e ganharam uma profusão de olhares tornando a historiografia contemporânea mais rica, com um aporte científico e metodológico cada vez mais complexo, permitindo a essa ciência uma aproximação maior do seu objeto de estudo: o homem e seu mundo historicamente inventado.

Um outro aspecto que muito contribuiu para a renovação do fazer histórico do historiador foi, sem dúvida, a revolução das fontes. Desde o início da influência dos Annales e de seus mestres-monstros-sagrados, o ofício do historiador tem criado, descoberto e desenvolvido uma complexa rede de fontes de pesquisas. Essa revolução fez com que a escavação num canteiro de trabalho não se limite apenas ao documento escrito. Outros artefatos, lugares e registros adquiriram igualmente o ***status*** de documento, de fonte histórica. Um exemplo dessa nova complexidade da historiografia é a fonte oral, a história oral, a história de vida e a enquete. Igualmente importante e enriquecedora à ciência da história é a sua aproximação com a literatura, permitindo, entre outros usos, a recorrência

---

[23] FINIZOLA, Janduhy. ***Cerca velha***. Marines & sua gente. [interprete] Fortaleza: Fã Clube SER-TÃO FELIZ, s/d. 1 CD.
[24] LE GOFF, Jacques. ***História e memória***. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996, p. 15.

ao texto literário como fonte de indícios, através do qual pode-se investigar o sentido histórico de uma época, ou a reconstrução de eventos históricos[25].

Sem dúvida, esta pesquisa também se desenvolveu a partir da aquisição desses instrumentos teóricos-metodológicos e do aprendizado dessas outras possibilidades que oferece a nova história. Por isso, sem almejar ser pretensiosa, essa escavação buscou contribuir para o preenchimento dessa lacuna da história do Seridó potiguar, oferecendo um olhar, entre outros possíveis, desse acontecimento que mudou substancialmente a vida do sertanejo, agravou o empobrecimento da região e se constitui num processo de ganhos e perdas para os agentes sociais, os sertanejos proprietários e seus moradores meeiros.

A tese construída nas páginas que se seguem nos próximos capítulos dessa composição, partiu do pressuposto de que o desmonte do velho mundo sertanejo em terras seridoenses ocorreu pelo esgotamento da tradição de cultivar a terra, fecundando-a apenas com as sementes do feijão, do milho, do ouro branco do Sertão e do gado, e dela retirando, sugando tudo o que a natureza algum dia ali depositou. A consuetudinária maneira de "fertilizar" o solo e organizar a produção agropecuária tão somente com o trabalho semi-servil do vaqueiro e do meeiro, forjada a ferro e fogo pelo homem branco, o índio e o negro, no decorrer dos primeiros séculos de colonização, teve o começo do seu fim, seu desmonte nas décadas de 1970 a 1990, fazendo uma cesura no velho sentido social de vida do sertanejo até então reinante nas terras do Seridó.

Ao contrário do que aconteceu em outros lugares, o fim, como estrutura dominante, da parceria agrícola em Caicó e Florânia, cidades do Seridó potiguar, não foi fruto da existência de um capitalismo agrário conflitante com as velhas relações de trabalho e sorvedouro dos agentes sociais ligados a elas. Tanto é, que os camponeses, pequenos proprietários[26], que no domínio da tradição, até um certo ponto, estavam atrelados à dinâmica da parceria, continuam lá como ruínas, praticando rudimentares atividades de

---

[25] DECCA, Edgar Salvadori de. ***Quaresma: um relato de massacre republicano*** Campinas: 18f. (mimeografado)**.**

[26] Na Inglaterra, na época do "cercamento das terras", o capitalismo agrário era uma realidade. Vejamos o que diz WILLIAMS, Raymond. ***O campo e a cidade: na literatura e na história.*** São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.139.: "A maior parte do campesinato, em outro sentido do termo – ou seja, o sentido clássico, que designa os pequenos proprietários sujeitos a obrigações sociais e políticas -, havia sido expulsa da terra, através da compra de suas fazendas ou por meio da força, durante o período da formação de grandes propriedades, do século XVII ao XVIII".

subsistência e sonhando com a redenção da agricultura comercial, o retorno do algodão, uma espécie de volta ao passado. Isso pode mesmo é virar um pesadelo[27].

Sem cotejamento, mas apenas à luz de possíveis subsídios e, em que pesem as distâncias no tempo e dos lugares, pode-se dizer que as escavações nas ruínas do semi-árido rural dos municípios de Florânia e Caicó revelaram que do ponto de vista da situação vivida pelos fazendeiros e camponeses moradores/meeiros, a fratura da velha estrutura social do Sertão guarda algumas sintonias e antinomias com o processo clássico de cercamentos das terras na Inglaterra do século XVII e XVIII[28].

Os sertanejos seridoenses movidos pelas perdas econômicas na agricultura, novas seduções urbanas, incertezas quanto ao futuro, sofrimento, medo e temor diante da situação nunca vivida, abandonaram o campo ou foram expulsos dele. Com a crise rural mais aguda, aumentou significativamente a "fuga" do antigo morador do campo para as cidades mais próximas (Florânia e Caicó, no caso dos dois municípios estudados) e para os grandes centros; ocorreu um drástico e penoso empobrecimento de muitos fazendeiros e até a falência de outros, com conseqüências dolorosas para seus descendentes.

Para tecer e construir a trama da morte do Sertão Antigo no semi-árido potiguar, esta pesquisa seguiu o paradigma da história social dos Annales. Por essa razão, a trilha entre livros, dissertações e outros estudos, exposta acima, não teve como propósito julgar ou hierarquizar os modelos, mas apenas escandir o seu próprio olhar. Erguê-lo na direção do sertanejo seridoense e fazer emergir às brumas da história as imagens desse passado recente, candidato ao esquecimento pelos registros oficiais e históricos, mas presente na memória viva daqueles que vivenciaram e sofreram a condição de ser fazendeiros, moradores e meeiros.

O desmoronamento do velho mundo sertanejo é um fato histórico que se situa na inflexão do tempo curto com o tempo longo, "do acontecimento à longa duração pelas vias da história regressiva".[29] A análise do desmonte da vida rural ocorrido no Seridó entre

---

[27] "No Nordeste, a situação é especialmente dramática. Lá vivem 17 milhões de pessoas em pequenas propriedades, quase a metade da população rural do Brasil". SECCO, Alexandre. ***Suspiro no campo***. In: Veja, ed. 1649, ano 33, nº 20, 17 de maio de 2000, p. 49.

[28] WILLIAMS, Raymond. op. cit. (cap. 10º: "Cercamentos, terras comunais e comunidades"). HOBSBAWM, Eric J. ***A era das Revoluções: Europa 1789 – 1848***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, (Primeiro cap.: "O mundo na década de 1780").

[29] VOVELLE, Michel. Op. cit. p. 86.

1970–1990, e observado a partir dos municípios de Caicó e Florânia, permitiu construir a narrativa da ruptura da velha estrutura social no campo e descrever como essa experiência foi compartilhada pelos sertanejos dessa região.

Foi possível, também, traçar em linhas gerais como a tradição rural sobreviveu quase incólume até o terceiro quadrante do século XX e falar um pouco das suas ruínas, como última fronteira de sua existência/resistência.

Entretanto, a opção por fazer uma história social da morte do Sertão Antigo, satisfazia à temática da pesquisa no seu aspecto geral, mas não resolvia a inquietação teórico-metodológica de seu objeto de estudo específico: os sertanejos. Como se sabe, essa camada social é constituída de pessoas comuns, de homens simples. Formada especialmente pelos fazendeiros médios, pelos moradores e meeiros. São personagens do cotidiano rural, fazem parte das chamadas "classes populares" e, como tal, "além da dificuldade que enfrentam de produzir e resguardar o registro escrito de sua experiência, têm sua memória apagada pelos dominantes".[30]

Como fazer uma história social que contemplasse esse lado da sociedade sertaneja, incorporando os setores populares, a partir de sua própria experiência vivida, com as cores, temores e sentimentos que o abalo do desmoronamento do Sertão Antigo, suscitou em cada grupo social dessa camada da população? Como realizar esse intento? Como já foi destacado, os Annales ampliaram as perspectivas da nova história, possibilitando outros pontos de partida para o historiador. Neste sentido, a resposta a essa inquietação foi encontrada dentro da própria história social, a partir da adoção, nesse estudo, da abordagem da "história vista de baixo".

Para Hobsbawm, a "história de baixo para cima" tem como precursor o historiador George Rudé[31]. Já para Jim Sharpe, o grande começo dessa perspectiva historiográfica começa com o magnífico estudo de E. P. Tompson[32]. Ambos estão de acordo em que essa abordagem se situa no campo da tradição dos estudos dos movimentos

---

[30] DECCA, Edgar Salvadori de. ***Apresentação*** In: BURKE, Peter. ***Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII***. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 9.

[31] Diferentemente dos historiadores da Escola dos Annales Hobsbawm usa a expressão "história de baixo para cima" ao invés de "história vista de baixo". HOBSBAWM, Eric. ***Sobre história***. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Cap. 16º, "A história de baixo para cima". pp. 216-231).

[32] SHARPE, Jim. ***A história vista de baixo*** In: BURKE, Peter. ***A escrita da história: novas perspectivas***. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Cap. 2º, p.39-62).

populares e à sombra da influência do marxismo. O aspecto mais importante dos textos em destaque é a sintonia dos autores no julgamento do papel assumido pela "história vista de baixo". Os dois historiadores tomam essa abordagem como uma possibilidade do pesquisador conseguir expressar para a escrita da história a trama da vida das pessoas comuns, contribuindo para a construção da identidade desses grupos sociais dentro do espaço regional e nacional.

> "*Os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a lêem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem. Em um nível mais amplo, esse pode tomar a forma do papel da história, embora fazendo parte da cultura nacional, na formação de uma identidade nacional. A história vista de baixo pode desempenhar um papel importante neste processo, recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais*".[33]

### 1.4.1. O porão do vértice desse olhar

Essa pesquisa, sem soberba, julga ter perseguido esse propósito. Até porque, para além ou aquém da morte do Sertão Antigo como problemática teórica e social está o nosso engajamento, primeiro como historiador, e segundo como pessoa diretamente envolvida com o tema. "Por ser de lá do Sertão, lá do cerrado, lá do interior do mato, da catinga do roçado",[34] essa pesquisa se revestiu de um sentido especial.

Para nós, o Sertão do Seridó no Rio Grande do Norte é um poço rico de sentidos e de contrastes. São imagens que nos vêm à memória como as da colheita do algodão; as fazendas com seus moradores; o trabalho no roçado, feito individualmente ou em mutirão; do gado passando pelas ruas, conduzidos pelos vaqueiros a destinos ignorados; das safras de frutas como manga, umbu (imbu), pinha etc; dos dias de feira na cidade, quando ela se enchia de feirantes: moradores, agricultores, homens do campo; o armazém

[33] Idem. ibid. p. 60.
[34] DOMINGUINHOS; GIL, Gilberto ***Lamento sertanejo*****:** forró do Dominguinhos. Dominguinhos [interprete]. São Paulo: Polygram, 1999. 1 CD (60 min 29 s). (Coleção Millennium).

do comprador de algodão cheio de agricultores pegando adiantamento em dinheiro; todos chegavam em seus animais de transporte; os rios cheios na época de bom inverno, banho de açude, notícias de açudes destruídos pelas forças das águas; as festas religiosas e tradicionais; as secas, a caatinga perdendo o verde, famílias viajando em pau-de-arara, alguns pessoas iam embora, poucos retornavam à terra natal, outros que estavam a passeio traziam muitas estórias de outras terras: "ó Minas Gerais tu pegas outro, a mim não enganas mais".[35]

Nasci em Florânia, município encravado na região do Seridó, cidade que como já foi dito, manteve, até tempos recentes, um ar de "Aldeia Rural". Aos dezesseis anos (1975) fui para Natal, capital do Estado. Foi um recomeço, outras cercas, novas porteiras, mata-burros ou passadiços. Na cidade grande, continuei os estudos de segundo grau e ingressei na Universidade. Lá dentro, outras barreiras a ser vencidas ou para obstaculizar a passagem: a biblioteca, os livros e os estudos. Novas descobertas, novas convicções. Foi meu encontro com a razão iluminista na vertente da aceleração da história. A idéia de apreender a "desvendar" o mundo real, para transformá-lo, avizinhou-se; foi sedutora igualmente uma deusa helênica capaz de conquistar o mais sábio dos sábios, quão mais um simples aprendiz. Agora o Sertão estava em outro lugar: nos livros, não na memória.

Leituras e mais leituras, cada vez mais tudo ficou encaixado, arrumado. O Sertão reputado através desses textos funcionava como uma máquina seguindo o que determinou o seu programador, eram os reflexos da história determinista. Dentro desse prisma, a vontade dos dominantes contém o passado e impede o futuro, o Sertão permanece imóvel, não há história. Apesar do novo aprendizado, as imagéticas dos textos não contemplaram as da memória. Essas, por sua vez, tensionando com aquelas, pedem passagem para desaguar nessa pesquisa.

Revisitando a memória, vamos "voltar" um pouco ao passado para que fique mais claro o que estamos dizendo. Minha mãe é filha de um vaqueiro morador de fazenda, homem do campo. Ele trabalhou durante quase toda a sua vida nas terras do seu cunhado. Casado com filha de proprietário de terras, junto com seu empregador, foram também herdeiros. Ele vendeu o quinhão da terra que lhe pertenceu na herança do casamento, fora a parte que lhe coube de uma velha grande fazenda e, continuou como vaqueiro do seu

[35] Espécie de paródia musical cantarolada por um migrante, tio de minha mãe que sempre nos visitava quando

cunhado. Forçado pelas circunstâncias da morte do proprietário e do desmonte do Sertão Antigo, foi para cidade, ganhou a partir de então, uma "nova identidade social": passou a ser ex-morador; com um tempo, adquiriu uma Segunda: a de aposentado do FUNRURAL. Uma história igual em tudo na vida a tantas outras vividas em terras sertanejas. Uma variante da vida-morte Severina.

Essas e outras imagens fazem parte da história dos sertanejos do Seridó, estão na minha memória, foram compostas pelo passado vivido e pela memória herdada no convívio com a família e com o meio social onde passei os primeiros anos da minha vida. "Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e não é minha".[36] Essas imagens, sem dúvida, transbordam os limites de uma análise presa ao modelo da luta de classe. Para escrever a história dos sertanejos, no período do desmoronamento do seu mundo, com certeza, essas imagens indicaram o caminho. Quase todos os elementos básicos da composição, a matéria prima dessa trama, estão na memória viva de mais de uma geração de sertanejos seridoenses dos municípios estudados, de uma população formada por pessoas com idade entre 50 a 100 anos, dos quais, atualmente, boa parte mora em Florânia e em Caicó, mas muitos estão dispersos pelas grandes cidades desse país.

Essa encruzilhada de história de vida, memórias, história textual e historiografia consagraram solenemente o caminho da pesquisa rumo a uma história social. Em parte, é como

> "se o mundo de minha infância, tal como o encontro quando me recordo, coloca-se assim naturalmente no quadro que o estudo histórico desse passado próximo me permite reconstituir, é porque já levava a sua marca. Isto que descubro, é porque com um esforço suficiente de atenção eu poderia, em minhas lembranças deste pequeno mundo, reencontrar a imagem do meio onde estava compreendido. Muitos detalhes dispersos, talvez familiares demais para que eu sonhasse em relacioná-los uns com outros e tentasse procurar sua significação, destacam-se agora e se reúnem"[37]

---

eu era criança e vivia em Florânia.

[36] HALBWACHS, Maurice. ***A memória coletiva***. São Paulo: Vértice Revista dos Tribunais, 1990, p. 54.

[37] Idem. ibid. p. 59.

para essa investigação, dentro de uma abordagem de uma "história vista de baixo". Foi esse o lugar percorrido nessa "reconstituição" histórica da morte do Sertão Antigo.

### 1.5. As nascentes da pesquisa: a escolha das fontes

Como se pode deduzir, o enredo do objeto e o corte/recorte metodológico impreterivelmente definiram para o trabalho de perscrutação do acontecimento estudado a principal fonte da pesquisa: as fontes orais. Elas se constituíram logo no começo do trabalho como o canteiro mais indicado, lugar privilegiado, depositário "natural" de registro dos eventos históricos compartilhados com alegria, tristeza e dor pelos personagens simples dessa história, as camadas populares da sociedade sertaneja no semi-árido potiguar.

A memória viva, a fonte oral ou, como queiram, "a história oral tem sido muito usada pelos historiadores que tentam estudar as pessoas comuns", não sem dificuldades e limitações. Os problemas surgem para o historiador "ao tratar com pessoas que morreram antes de serem gravadas ou cuja memória foi perdida por seus sucessores". Também nos casos de estudos "dos períodos mais antigos".[38] Embora o recurso não escape a outras possíveis dificuldades das fontes orais, essas apontadas por Sharpe, só parcialmente atingem o objeto dessa pesquisa. A "reconstituição" da morte do Sertão Antigo no Seridó potiguar é um evento do século atual, é uma história recente.

O fato histórico estudado, mesmo portando essa característica, não garantiu à essa pesquisa a dispensa do uso de outras fontes. Investigaram-se ainda os jornais da época, de circulação estadual, que serviram para a confrontação de informações. A narrativa do acontecimento também se apoiou em dados dos censos demográfico e agrícola e em fontes secundárias.

### 1.6. A arquitetura do trabalho

Após o percurso de longo itinerário, seguindo através das fontes, escavações de dados, seleção e confrontos teóricos, os resultados alcançados estão nas páginas que se seguem, sob a forma de quatro capítulos.

---

[38] SARPE, Jim. Op. cit. pp. 48-49.

Na primeira parte, a narrativa começou com os registros históricos das fontes perscrutadas, fez-se uma reconstituição do movimento povoador das terras do sertão do Seridó potiguar, considerando os conflitos e confrontos étnicos como importantes momentos amalgamadores dos escombros culturais dos povos envolvidos no processo e como espaços de circulação de valores e costumes. Destacou-se, também, a presença inicial dos currais e o modelo das fazendas sertanejas como núcleo fundante e escultor do sentido de vida social daquela sociedade rural.

Na segunda divisão do trabalho, revisitando o passado através de obras e trabalhos clássicos, tanto no âmbito nacional como local, fez-se tocar para o público atual, ao som dos "clavinotes boca de sino", a ópera da formação do sertanejo tradicional em terras do semi-árido potiguar. Essa formação foi o produto do encontro, nada amigável, dos três povos: brancos, negros e índios. O mesmo foi marcado pelo confronto e amálgama de símbolos e signos das três culturas diferentes. A urdidura desse processo foi feita com a cilha do couro bovino, ao som das rebecas, pela força imagética/imaginativa dos contos e lendas e pela catequese católica.

No terceiro ato, foi traçado o percurso do tempo da tradição, seus confrontos com outras temporalidades, as mudanças, adaptações e permanências. Foram apontados os fatores que em geral mantiveram o Velho Sertão chumbado ao solo do Seridó potiguar até a década de 1970, quando ocorre seu encontro com a crise da agricultura comercial sertaneja, processo que levou ao desmoronamento da parceria no campo, à "expulsão" dos moradores meeiros, à morte do Sertão Antigo.

No quarto capítulo, a narrativa começou pela descrição do contexto da época, nele se procurou captar os passos surdos da crise algodoeira, e o que ela suscitou, como problema, aos olhares dos atores coletivos, como a igreja, o sindicato e a sociedade política local. O segundo passo foi visibilizar as ações dos personagens diretamente envolvidos na trama, os fazendeiros e moradores, com destaque para o fato de que a tradição não garantiu solução para a crise, o que deu início ao desmonte das fazendas.

Dos primeiros, fez-se emergir, ao brilho da história, suas angústias e aflições frente à situação, a maneira como eles agiram diante da crise, levando, ou não, em consideração, os indicadores da conjuntura. Dos segundos, os do sopé da pirâmide social do Sertão, foi composto um quadro com as cores e ruídos dos passos que esses homens

empreenderam frente ao desafio de encarar sozinhos o desmanche do seu sagrado mundo de vida, de ver secar para sempre a terra que só de quando em vez a estiagem castigava. Sem a proteção do outrora inseparável pelego, parece que sobre os ombros dos moradores caíram os maiores escombros do arcaico edifício social sertanejo.

# PARTE II

REGISTROS HISTÓRICOS DA FORMAÇÀO DO SERTÃO ANTIGO NO SERIDÓ POTIGUAR

# REGISTROS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO SERTÃO ANTIGO NO SERIDÓ POTIGUAR

**"Este sistema dominou por séculos o Sertão... (.)Sistema idêntico, apenas sem a existência de escravos, encontramos em 1960 na chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte,..." (ANDRADE:1986, p.151).**

**"Quem diz sertão diz vaqueiro, gado, aboio, vaquejada, louvação, derrubada, elementos presentes e preciosos na cultura popular do Nordeste brasileiro". (CASCUDO: 1955, p. 28.**

Convém à compreensão dessa temática ***morte do sertão antigo*** e, do desmoronamento das fazendas no sertão seridoense, acontecimento central dessa pesquisa, narrado no último capítulo, uma descrição dos registros historiográficos clássicos da formação dessa sociedade rural antiga no espaço potiguar.

## 2.1. O sertão e o antigo para começo de conversa

Falar do sertão antigo sugere de saída a denominação de dois enunciados: um é definir o Sertão e, o outro, o seu qualitativo proposto, o antigo. Como se não bastasse, além da definição, o termo antigo solicita, por tradição histórica do pensamento ocidental, o seu par antagônico: o moderno. Embora possamos encontrar equivalentes em outras culturas e em outras historiografias, segundo Le Goff, para o Ocidente, o par antigo/moderno é um ente querido da sua própria história[1].

No escopo dessa discussão não cabe retomar a narrativa genealógica do par antigo/moderno na história do ocidente. Assim sendo, o tratamento do tema, feito aqui de forma resumida, foi apenas para destacar o arrimo do trabalho citado no esclarecimento da acepção que essa pesquisa se apropriou do termo antigo.

Não se está sugerindo situar o Sertão dentro dos marcos da divisão clássica da historiografia dominante no ocidente, que a partir do século XVI, no vanguardeiro dos eruditos e com o auxílio dos universitários, "divide a história em três idades: Antiga,

[1] LE GOFF, Jaques. ***História e memória***. 4.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 167.

Medieval e Moderna".[2] Entretanto, dentro desse marco cronológico, pensar os sertões como acontecimento social e, particularmente o Sertão do Seridó no Rio Grande do Norte, é discutir o Antigo nos limites do tempo da colonização, embora sua formação, como de resto a de todo o Brasil, tenha envolvido a participação de três culturas diferentes, evocando datações históricas múltiplas. Mas, por enquanto, esses aspectos são deixados de lado.

Antigo aqui é o mesmo que longevo. "Tal como o moderno pode ter o sentido neutro de recente, o antigo pode ter o sentido neutro de longínquo ou remeter a outro período que não a Antigüidade greco-romana".[3] No caso do sertão, o antigo é referência clara ao período colonial do Brasil, à nossa tradição colonial. O sertão antigo, ou o antigo no sertão quer dizer daqueles aspectos da vida social do sertão que permaneceram ou permanecem fundados na tradição brasileira, que expressa um anagrama cultural da tradição colonial ibérica e afro, somando-se a ameríndia.

Por outro lado, ao dizer Sertão Antigo ou focalizar o antigo no Sertão, não é propósito afirmar a convicção de uma perenidade absoluta da velha estrutura social no espaço sertanejo. Ao contrário, é proclamar de forma indireta, o Sertão como espaço polifônico de muitas possibilidades, entre elas, a da tradição, a da modernidade e a da modernização.

Em terras sertanejas, a polissemia social parece ter sido a regra histórica e nunca ou quase nunca a exceção. Mas o Sertão não são apenas espaços onde se confrontaram e se confrontam, onde se construíram e se constroem sentidos históricos diversos, multifacetados e até mesmo antagônicos. Para esse trabalho, o Sertão é também espaço onde a ação histórica de muitos atores locais veio se desenvolvendo e se conservou, desde outrora, dentro da tradição; o que faz dessa pesquisa uma abordagem diferente.

Como atesta Janaína Amado, além de categoria espacial, o sertão é também categoria do pensamento social e categoria cultural[4]. Na conotação espacial, o sertão se configura como designação de vários lugares interioranos desse imenso Brasil. Entre eles o sertão do Nordeste que é o que interessa de imediato a esse trabalho. Onde, inclusive, o

---

[2] Idem, ibid. p. 168.
[3] Idem, ibid. p. 170.
[4] AMADO, Janaína. ***Região, Sertão, nação***. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995. p. 145-151.

sertão tem uma dimensão que quase extrapola sua dimensão espacial. Como diz a autora citada, sem o sertão, o Nordeste praticamente se esvai de sentidos[5].

O sertão que aqui se vai visibilizar, a partir dos registros em algumas obras clássicas da literatura e da historiografia, tem seu recorte espacial dentro do Nordeste, com o olhar voltado para o Sertão do Seridó, no Rio Grande do Norte. Sua dimensão histórica diz respeito ao mundo da fazenda como nucleação social, como ruralização do sertão com o pastoreio e posteriormente com a agricultura. Foi o espaço e o ***modus vivendi*** do fazendeiro, do vaqueiro e do morador.

No plano econômico, todos estavam integrados pela posse da terra – a grande, a média e a pequena propriedade - e pela parceria. Nesse ***habitat,*** socialmente falando, despontam as relações de deveres e obrigações de dominados e dominantes, mediadas pela proteção do fazendeiro ou patriarca, pelo parentesco, pelo compadrio, pela religiosidade católica cristã e pelos demais valores concernentes ao consuetudinário. No semi-árido seridoense, culturalmente falando, esse é o universo da tradição do Sertão Antigo como aqui se convencionou denominá-lo.

Sem dúvida, esse recorte cultural da tradição não nega o espaço do cangaço, do fanatismo religioso e o drama dos retirantes flagelados das secas. Sertão que forte dimensão tomou na literatura da geração de 1930, também denominada de regionalista[6]. O olhar aqui ladeia esse universo mas não o despreza. São territorialidades diferentes, mas, com fortes intercursos sociais e culturais. Essa esquiva se fez necessária, para com ela ser possível resgatar e compreender a dinâmica e a morte da tradicional vida rural no Sertão do Seridó. Acontecimento social que se encontra ofuscado pela cortina discursiva do regionalismo e pela narrativa que privilegia as relações mercantis, vernizagem da agropecuária comercial.

O que foi dito sobre o Sertão antigo, não é suficiente para desanuviar os sentidos que o conceito de Sertão enseja. A discussão dos diversos sentidos que a palavra Sertão comportou e comporta historicamente, foge ao escopo e aos fins dessa narrativa. O exposto até agora procurou a objetivação de um sentido que se quer resgatar nesse ato, parte segunda da composição dessa pesquisa. Até porque, para este trabalho, todas essas definições do Sertão não se excluem, antagonizam-se e complementam-se.

---

[5] Idem, ibid. p. 146.
[6] Idem, ibid. p. 148.

Olhar para o Sertão é abrir uma janela entre outras tantas possíveis. Por essas e por outras razões, Câmara Cascudo cunhou a sentença: “Sertão é uma palavra mágica”.[7]

## 2.2. Aspectos de uma clássica cartografia do sertão

Diante do exposto, pode-se adiantar que a coleta dos registros sobre o Sertão Antigo resultou da revisita às obras de Antonil, Henri Koster, Euclides da Cunha, Capistrano e Manuel Correia de Andrade. O que se enceta nesta parte da tese, visa exclusivamente, a configurar o que foi definido como Sertão Antigo. Sem dúvida que, para bom termo da tarefa, a releitura foi feita com apoio secundado em outros autores de mesma grandeza, com destaque para Câmara Cascudo, e na historiografia local sobre o tema, bem como em fontes primárias de segunda mão.

É bom dizer que está para além do olhar desta pesquisa, o confronto entre esses autores e a investigação da construção dos seus pensamentos e paradigmas. Isto faz parte de outra história em curso em outro lugar.

Algumas singularidades condicionaram a escolha dos autores aqui arrolados. Primeiramente não se trata de uma revisão bibliográfica, o que impunha envolver uma relação infinita de outros trabalhos. Sem desmerecer a ampla produção que existe sobre o tema, a seleção recaiu no caráter historiográfico e no classicismo das obras mencionadas. Para a meta aqui almejada, é de suma importância o aspecto cronológico que os trabalhos envolvidos comportam.

As principais obras escolhidas, ***“Cultura e opulência do Brasil”*** (Antonil), ***“Viagens ao Nordeste do Brasil”*** (Henry Koster) e ***“Os sertões”*** (Euclydes da Cunha), simbolizam quatrocentos anos da história brasileira com ênfase dada aos sertões e, em especial, aos sertões nordestinos. Dentro da história do Brasil, envolvem as fases históricas do período colonial e do império. Além disso, guardam entre elas a coincidência de serem escritas e/ou publicadas, com um intervalo de aproximadamente cem anos, da primeira para a segunda e, dessa para a terceira.

[7] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Mossoró, Região e cidade***. 2. ed. Natal: Ed. Universitária, 1980, p. 114.

Dos autores frisados, talvez seja também interessante destacar aspectos dos seus vértices de mira quando da abordagem e construção de suas narrativas envolvendo a trama cultural, social e econômica dos sertões nordestinos.

Dos três, certamente Antonil foi o que olhou para os sertões nordestinos de um ponto mais remoto. Não se tem notícia de viagens suas adentrando as terras do Brasil e, em particular, para o interior do Nordeste. Seus analistas ressaltam que sua crônica sobre as atividades do pastoreio e da vida do sertanejo se baseou nos relatos dos viajantes que comumente passavam pela cidade de Salvador, lugar onde morou desde a sua vinda para o Brasil, até o seu último ano de vida, quando faleceu em 1716[8].

Possivelmente, esses viajantes foram os próprios vaqueiros negros, índios e/ou mulatos que dos sertões da Bahia e de Pernambuco, incluindo aí a Paraíba e o Rio Grande do Norte e, até mesmo, o Piauí, em algumas fases do ano, demandavam diariamente a "Capoame, lugar distante da cidade oito léguas".[9]

É fácil imaginar que o autor, nas suas horas de folga, tenha se deslocado, por mais de uma vez, ao lugar dessas feiras bovinas e, junto aos personagens do gado – os vaqueiros e marchantes – tenha procurado perscrutar a situação do pastoreio em todos os sertões do Nordeste. É o que sugere sua afirmação de que "nem os mesmos marchantes, que são tantos e tão divididos por todas as partes povoadas do Brasil, o podem dizer com certeza; e dizendo-o, temo que não pareça crível e que se julgue encarecimento fantástico".[10]

Mesmo produzida nestas condições, a obra de Antonil revela o quanto seu olhar era arguto e penetrante. Os fragmentos da sociedade sertaneja apresentados por esse autor não conferem paradoxos em relação a outras fontes da época e nem mesmo com os relatos posteriores de Henry Koster.

O fato de estar centrado na Bahia não o impediu de captar, através do seu olhar, entre outros, os aspectos da vida sertaneja em todos os sertões nordestinos, incluindo, é claro, o da sua província, passando pelo extremo setentrional, o litoral norte banhado pelo Atlântico até o Piauí[11].

---

[8] SALES, Fernando. ***Nota bibliográfica*** in: ANTONIL, André João. ***Cultura e opulência do Brasil***. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982 (pp. 11-21).
[9] ANTONIL, André João. ***Cultura e opulência do Brasil.*** p. 202.
[10] Idem, ibid. p. 201.
[11] Ver as descrições de Antonil sobre as terras de criação de gado nas páginas 199-200.

Henry Koster residiu no Recife, um dos principais centros urbanos do país, no início do século XIX. Esse nosso visitante ilustre, como disse Câmara Cascudo, viajou a diversos pontos do interior do Nordeste. É belíssimo o seu relato da trajetória que fez do Recife à Fortaleza, no Ceará, atravessando, pelo extremo norte do Planalto da Borborema, o Rio Grande do Norte. O seu trabalho traz para mais perto as cores vivas do *modus vivendi* do sertanejo.

Parece ironia do destino, ou talvez por isso mesmo, as condições de saúde do nosso visitante eram precárias. O célebre cronista encontrava-se acometido de tuberculose, ao seu tempo uma doença fatal. Isso possivelmente o fez vislumbrar nos seus registros sobre a sociedade nordestina, a única possibilidade de imortalizar esse povo e se imortalizar. Por esse motivo, e sem fantasias, pode-se dizer que a sua narrativa, pelo foco do contexto atual, seria classificada como um feito homérico. Talvez a condição do autor de "Viagens ao Nordeste do Brasil" tenha lhe imprimido um senso aguçado de imparcialidade, na forma de registrar, com tanta perícia e clareza, os fragmentos da vida social nordestina. Não fortuitamente, Câmara Cascudo regeu o mais afinado acorde sobre este cronista: "em superfície e profundeza, para a época, ninguém fixou a sociedade pernambucana, a sociedade dos fazendeiros do nordeste, a psicologia do senhor de engenho, o mundo escravo, como Henry Koster".[12]

A obra "Os sertões" dispensa comentários. Euclydes da Cunha não tinha formação de historiador. Além disso, viveu em uma época que a ciência da história procurava conquistar o ***status*** de ciência positiva. Certamente por essas razões, escreveu uma obra que é um misto de história e romance, ficção e não-ficção, ciência e literatura. Sua obra reúne as qualidades substanciosas da crônica e da pesquisa historiográfica, além de se valer da observação direta, captando, como instantâneos, a vida e a psicologia social do sertanejo e, em particular, o drama de Canudos.

***"Caminhos antigos e povoamento do Brasil"*** (Capistrano de Abreu) e ***"A terra e o homem no Nordeste"*** (Manuel Correia de Andrade) são produções do século XX. A primeira foi publicada oficialmente em 1930, enquanto a segunda como informa seu autor: "foi escrito[a] nos anos de 1961/62 e teve sua primeira edição publicada em 1963".[13]

---

[12] CASCUDO, Câmara. Prefácio do tradutor in: KOSTER, Henry. ***Viagens ao Nordeste do Brasil***. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978. (pp. 11-24).
[13] Op. cit. p. 15.

A obra de Capistrano de Abreu, espécie de desdobramento de outro trabalho seu intitulado ***"Capítulos de história colonial"***, é uma obra de cunho historiográfico. É considerado um trabalho clássico, como síntese histórica do período colonial brasileiro.

Manuel Correia de Andrade, com certeza, condensa um dos mais apurados e detalhados estudos sobre o Nordeste rural. ***"A terra e o homem no Nordeste"*** é um coquetel científico de história, geografia e sociologia do mundo agrário nordestino, com passagens largas sobre o mundo sertanejo. Em sua pesquisa, destaca-se o fato de o autor, em suas perscrutações de campo, ter praticamente palmilhado os currais e fazendas de nossos grotões sertanejos. É testemunho dessa afirmação a primeira epígrafe que abre esse capítulo do nosso trabalho.

Os trabalhos citados são tomados nessa empreitada como verdadeira cartografia, como índice, roteiro principal do resgate e reconstituição, que aqui se pretende fazer das imagens perenes ou perenizadas por essas narrativas ao longo do tempo, no passar histórico dos sertões nordestinos. Imagens que marcaram a existência do antigo mundo rural sertanejo, até os nossos dias recentes. Suas publicações, repletas de instantâneos da vida sertaneja, funcionam como álbuns de fotografias, memória e recordação da grande família sertaneja. Elas atestam o Sertão Antigo no Nordeste brasileiro.

## 2.3. Os primeiros currais sertanejos e seus rebanhos

Os ícones do sertão rural, do sertão antigo em Antonil são marcados pelas descrições das boiadas que diariamente chegavam a Salvador, mais precisamente, nas suas proximidades, como era o caso de Capoame. O autor também informa que essas boiadas chegavam a ser compostas de até 300 animais, tinham rotinas semelhantes nas paragens de Pernambuco e Paraíba. Os estudos de Cascudo, de 1955, sobre a pecuária nordestina e suas tradições populares, confirmam esses velhos roteiros do gado. "Para o Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco as feiras de gado famosas e tradicionais eram Goiana, També, Itabaiana e depois Campina Grande".[14] O mesmo veredicto é encontrado em Andrade (1963), que em sua obra de referência para esse trabalho, traça um mapa rico em detalhes

[14] ***Tradições populares da pecuária nordestina***. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura: Serviço de Informação Agrícola, 1956, p. 25.

sobre a gadeira que descia dos sertões de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte para o litoral[15].

Principiava o século XVIII e o pastoreio dava demonstração do seu poder como esteio econômico na organização social que começou a se formar, naqueles tempos, nos sertões nordestinos.

Apoiando esse alto índice de descarte anual de animais, encontravam-se os grandes rebanhos. Antonil comenta que o rebanho, nos sertões baianos, chegava a formar um efetivo bovino de quinhentas mil cabeças e nos sertões pernambucanos cerca de oitocentos mil. Era o resultado da montagem de fazendas com base nas grandes sesmarias. Dentre essas, o território da Bahia registrou solenemente a presença da sombra pujante da Casa da Torre – duzentas e sessenta léguas na direção Sul do rio S. Francisco e, na direção Norte, mais oitenta – e as terras dos herdeiros do finado Antônio Guedes de Brito – distavam cento e sessenta léguas do morro dos Chapéus até a nascente do rio das Velhas[16]. Eram os rebanhos e as sesmarias formando as fazendas em grandes extensões de terras.

As fazendas, pela própria extensão das terras, apresentavam-se divididas em propriedades administradas diretamente pelos seus sesmeiros ou através de arrendamento. Costumes que vão se fixar por quase todo os sertões nordestinos, chegando até os nossos dias.

As distâncias sem fim, a fome voraz pela propriedade, fazendo crescer sem limites os domínios de terras, mantinham o sesmeiro distante e favoreceu o surgimento da figura do posseiro. Geralmente, gente sem maior cabedal, brancos, mestiços, degredados ou fugitivos do litoral e caboclos.

Conduzindo as boiadas das fazendas até os mercados de venda, quer na Bahia, em Pernambuco ou Paraíba, aparecem os personagens dos tangedores. São os vaqueiros. Antonil não informa se eles, ou pelo menos o responsável principal pela condução da manada, tinham vínculo com as fazendas. Faz saber apenas que recebiam um pagamento fixado em cada viagem e de acordo com a quantidade de bois tangidos ao destino final. Esses agentes sociais eram brancos, negros, mulatos e índios. As atividades com o gado não impunham restrição de cor nem de raça. Mesmo sendo uma estrutura social mais aberta que

[15] ***A terra e o homem no Nordeste***. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986, p. 154.
[16] ***Cultura e opulência do Brasil***. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982, p. 200.

a do engenho de açúcar, a exemplo desse, constitui-se desde o começo num espaço propício à miscigenação, ao intercurso social de grupos e culturas diferentes.

De forma tosca, a obra de Antonil dá um perfil dos personagens sociais que, naquele limiar do XVIII, empreenderam as atividades do pastoril pelos sertões nordestinos. São eles: o proprietário dono da fazenda, na ocasião, chamado de sesmeiro, o arrendatário ou rendeiro, como ainda hoje se diz no Sertão, e os vaqueiros. Figura que na verve do poeta popular vai se tornar um herói de fascinantes aventuras. É importante destacar que dentre esses tangedores de gado, estava presente um grande número de trabalhadores, prestadores de serviços eventuais, geralmente mestiços, caboclos e índios que, desde os primeiros momentos de adentramento pelos sertões, foram se fixando nas proximidades das fazendas ou ao longo das veredas e caminhos das boiadas. Situação que sempre lhes favorecia algum tipo de intercâmbio econômico, social e cultural, com o pólo aglutinador da sociedade em formação, no caso, a fazenda.

A crônica de Antonil traça o mapa por onde se estendiam esses domínios levados a efeitos pelos cascos do bovino. E lá das planuras do recôncavo baiano o autor conseguiu vislumbrar as ribeiras potiguares cercadas de fazendas de gado. Cita o roteiro, dois dos principais rios do Rio Grande do Norte: o Ceará Mirim e o Açu. Sem dúvidas essas informações chegavam até Salvador, com as boiadas.

O olhar de André Antonil, mesmo à distância, era apurado e preciso. Durante as guerras de expulsão dos holandeses e contra os silvícolas, as ribeiras do Rio Grande do Norte tiveram grande destaque no fornecimento de mantimentos, especialmente a carne bovina. O destaque foi, sem dúvida, para os rebanhos de Açu e Apodi[17].

Na conquista das terras, os rebanhos auxiliavam como verdadeira fortaleza ou linha de vanguarda a luta do colonizador pelo domínio da região. O galgar do gado, secundado por brancos, negros escravos, índios e vaqueiros, fincava forte no solo da grande propriedade ou sesmaria, as bases do edifício social da vida sertaneja em formação. O rescaldo cultural, desse tenso e conflituoso encontro das três etnias em terras semi-áridas, temperado com o calor recalcitrante das guerras e do trabalho escravo, serviu de argamassa para consolidar e fazer o acabamento, em reboco, da grande obra campesina: uma sociedade de pastores e agricultores.

## 2.4. Peculiaridades da ocupação dos sertões potiguares

Essa crônica ambientada em fins do XVII e início do século seguinte, narra, em cristalino, aspectos da dinâmica da sociedade colonial do seu tempo. O cenário descrito dá um perfil geral dos sertões nordestinos. Porém, quando o olhar dessa pesquisa se volta para os sertões do Rio Grande do Norte, descobre singularidades pertinentes à região.

As informações oficiais que registram as concessões das sesmarias naquela área indicam que até o término da guerra contra os "bárbaros" as doações foram em menor número e geralmente pertenciam aos vastos domínios de baianos e pernambucanos. Só no século XVIII é que as doações sesmeiras aumentaram em número e o procedimento teve continuidade e persistência.

As ribeiras do Ceará Mirim e do Açu são as primeiras paragens do filão colonizador que desemboca de Natal na direção do Norte da capitania, seguindo aquelas bacias hidrográficas, porém, margeando o Atlântico Norte, numa espécie de continuação, pela costa, do movimento pernambucano que chegou ao Rio Grande do Norte, no final do século XVI. O Sertão do Seridó, área mais interiorana do Estado, seria povoada, em outra via, pelos fazendeiros vindos do Recife, Olinda e Paraíba, seguindo as rotas à esquerda do São Francisco, adentrando pelo Planalto da Borborema e se infiltrando pela rasgadura da serra, no boqueirão de Parelhas[18], para as terras potiguares.

À primeira vista, a ocupação dos sertões nordestinos parece ter sido uma conseqüência natural da expansão dos currais ou fazendas de gado, do litoral em direção ao interior. Não foi tão somente isso o que aconteceu. O processo colonizador envolveu várias etapas, verdadeiras torrentes de fogo, tempestades e enchentes diluviais. Essas tormentas foram vividas em cores fortes e com marcas indeléveis, imprimidas pelas agruras do encontro do branco, com o índio e com o negro em terras brasileiras. Na história oficial, esses acontecimentos estão registrados com títulos de conotações amenas e indolores, sem os cheiros fortes do sangue e do suor das três raças. São as entradas e bandeiras, expulsões dos franceses e holandeses e guerra dos bárbaros.

---

[17] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Tradições populares da pecuária nordestina***. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1956, p. 23.

[18] Cidade encravada na região do Seridó no Rio Grande do Norte e uma das cidades fronteiras com o Estado da Paraíba.

Todos esses eventos defloraram em maior ou menor grau os espaços sertanejos. Em alguns casos, os sertões foram o palco privilegiado das ações de confronto entre os colonizadores e os colonizados. Talvez as bandeiras paulistas tenham sido o maior exemplo de conflitos e mortandades. Parafraseando o mestre Capistrano, as bandeiras paulistas, embora conquistassem terra para o reino, alargando as fronteiras, foram um fenômeno despovoador, no sentido em que dizimaram muitas tribos indígenas. Só quando os paulistas se tornavam dissidentes e se fixavam em fazendas, o que não era a regra, "de bandeirantes, isto é despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos".[19]

No Rio Grande do Norte, parece ter sido mais forte essa densidade tormentosa do processo de conquista empreendido nos primeiros séculos de colonização da capitania. Aqui as primeiras aproximações, ou a posse do seu litoral, já se fizeram sob o encontro estridente das armas. No confronto, de um lado estavam os portugueses aliados dos silvícolas tabajaras e, do outro, os invasores franceses amigos dos índios potiguares, sendo esses, inimigos dos tabajaras. Em território potiguar, igualmente épicos e violentos foram os acontecimentos históricos da expulsão dos holandeses e a Guerra dos "Bárbaros".[20]

Ainda no contexto da conquista da fortaleza dos Reis Magos pelos holandeses, é conhecido o episódio do índio, que os documentos da época chamam ora de Marciliano, ora de Marcial. Esse chefe tapuia da tribo Janduís, das ribeiras do Açu e Apodi, em 2 de outubro de 1631, acompanhado de outros representantes de sua nação, fizeram uma visita às autoridades holandesas no Recife e propuseram, em nome das tribos inimigas dos portugueses, uma aliança. Após esse contato, há notícias de que expedições exploradoras foram enviadas ao norte da Capitania do Rio Grande do Norte. Elas tinham o apoio logístico dos indígenas e geralmente realizavam incursões ao interior do território, adentrando pouco a pouco os sertões potiguares. Dois anos depois, em 12 de dezembro de 1633, a capitania foi conquistada. Seguiram-se à conquista vários conflitos sangrentos. Alguns com a participação direta dos tapuias. "Estes, que viviam nas ribeiras do Açu e

---

[19] ABREU, João Capistrano de. ***Capítulos de história colonial***. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 106.

[20] LIRA. Augusto Tavares de. ***História do Rio Grande do Norte***. 2. ed. Brasília: Gráfica do Senado Federal/Fundação José Augusto, 1982. MEDEIROS FILHO, Olavo de. ***Índios do Açu e Seridó***. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.

Jaguaribe, buscando os sertões de Pernambuco e da Bahia, desceram ao primeiro chamado em número de trezentos...".[21]

Em todos esses fatos, o sertão norte-rio-grandense serviu de retaguarda ao silvícola, e às vezes, aos estrangeiros. Ora como espaço de fuga ou recuo para uma nova investida, ora como teatro das operações da guerra de guerrilha. No início das ações das entradas e bandeiras, pelos sertões centrais, o sertão potiguar serviu como fronteira de refúgio da indiada batida em territórios baianos, pernambucanos e paraibanos. Esse fluxo e refluxo diminuíram, quase que completamente, com a exterminadora guerra dos "bárbaros".

O sertão potiguar tem uma espécie de história arqueológica desses dois primeiros séculos de colonização do Nordeste brasileiro. São batalhas soterradas pelo esquecimento, pelo pouco registro dos acontecimentos, das refregas da luta. Os deuses da guerra volvendo vitórias e derrotas, ceifando vidas de todas as fileiras das partes envolvidas, por vezes mudando os êxitos das batalhas de um lado para outro e vice-versa, numa epopéia quase sem fim. Câmara Cascudo, historiador e etnógrafo zeloso, conseguiu, com sua perspicácia, desterrar os gritos de dor, de vitória, de fuga, de medo e até de esperanças, contidos sonoramente nos topônimos da região, revelando, em parte, esses acontecimentos de outrora[22].

Esse passado histórico, rico em acontecimentos de guerras, vitórias e fracassos, incertezas e vicissitudes, certamente é uma das razões porque o inconsciente coletivo dos sertanejos é povoado de lendas, façanhas heróicas e românticas. Essas imagéticas míticas, mistura de passado e presente das três culturas em confronto na colônia, embalaram as ações dos agentes históricos em cena e serviram de tônico medular para a sociedade sertaneja em formação.

Olhando de um vértice potiguar para o processo colonizador dos sertões nordestinos, Cascudo escavou e narrou as bandeiras baianas de Tourinho, Espinoza, Lucas de França, Martim Carvalho e outros, no rumo de Minas Gerais; as de Gaspar Rodrigues Adorno, Pedro Gomes, Elias Adorno e seus comparsas que "bateram os índios Maracás,

---

[21] LIRA, Augusto Tavares de. Op. cit. 1982. p .65.
[22] CASCUDO, Luis da Câmara. ***Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte***. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

Aimorés, Pataxós e Mongoiós, abrindo estradas para a Conquista e para a região central";[23] as entradas de boiadas saindo de Pernambuco, atravessando Olinda, Goiana e se espraiando pela Paraíba e Rio Grande do Norte. Com esse radar humano, o historiador rio-grandense-do-norte marcou um contraponto a Capistrano na narrativa histórica da conquista dos sertões brasileiros e, em particular, os nordestinos: "com os Ávilas a 'bandeira do gado' inicia o ciclo, tão decisivo, tão poderoso, tão ilustre quanto as bandeiras paulistas, preando indiada e 'buscando esmeraldas e pratas'. Em três herdeiros, a Casa da Torre transborda e se espraia valorizando o São Francisco, pelo Nordeste"[24].

Desenvolvido a partir do final do século XVI e durante todo o século seguinte, esse processo de entradas, guerras de conquistas e expulsão de estrangeiros, com suas respectivas incursões pelo interior da capitânia, contribuiu para um rarefeito povoamento do Sertão potiguar, feito por sesmeiros e, quase que exclusivamente, pelos posseiros.

Em alguns casos esses povoadores oficiais chegaram ao sertão norte-rio-grandense como um todo e, em particular, ao sertão do Seridó, mesmo antes da guerra com os silvícolas. No ano de 1676, quando os ânimos não deviam ser amistosos entre brancos e índios tapuias, o sesmeiro Manoel Gonçalves Diniz aparece como expoente de toda a região, no Acauã, Acari e Currais Novos[25]. "A concessão ocorreu aos 23 de março de 1676, começando a extensão das terras a partir da barra do rio Acauã, abrangendo uma área equivalente a quinze léguas, em quadra".[26]

Sem dúvida, naquele contexto, a população do Seridó fora pouco densa. A presença de posseiros afoitos e destemidos devia ser um fato incontestável, porém ocasional. Além disso, como foi dito, poucos sesmeiros também se faziam presentes. Até então, a série de acontecimentos ocorridos nos territórios do Rio Grande do Norte; além da sua proximidade da costa e da Capitania de Pernambuco e Paraíba, favoreceu o adentramento da população livre da Colônia ao sertão. É revelador desse fato um documento do Governador Geral do Brasil acerca das primeiras escaramuças entre o gentio e os povoadores de terras sertanejas. Informa Frei Manoel da Ressureição que, na Capitania

---

[23] ***Tradições populares da pecuária nordestina***. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1956 p. 19.
[24] Idem, ibid. p. 20/21.
[25] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra***. p. 25.
[26] MEDEIROS FILHO, Olavo. ***Índios do Açu e Seridó.*** Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1984, p. 105.

do Rio Grande do Norte, em 12 de abril de 1686, o capitão-mor, Pascoal Gonçalves de Carvalho, procedeu ao posto de coronel de cavalaria da ordenança, a pessoa de Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque, "para com mais diligência poderem ser socorridos os lugares mais distantes dessa praça donde existem muitos moradores fronteiros ao gentio tapuia que atualmente o sertão inquietando com assaltos destruindo suas fazendas...".[27] No decorrer do conflito com os silvícolas, a situação demográfica da Capitania deve ter se agravado ainda mais.

Segundo esse documento citado por Medeiros, os primeiros ataques dos tapuias teve início por volta de 1686. Mas, a guerra dos "bárbaros", como assim é chamado esse episódio, teve início mesmo no final do ano seguinte, quando, mais uma vez, entram para o palco dos acontecimentos históricos da região, os soldados guerreiros da tribo dos Janduís das ribeiras do Açu, Moxoró e Apodi. A crônica de Pedro Carrilho de Andrade, na época tenente da Fortaleza dos Reis Magos, é lapidar sobre o assunto. Informa o cronista que essa tribo, em levantes realizados entre 1687-88, saiu "matando a toda cousa viva e ao depois, queimando e abrasando tudo não deixando, pau, nem pedra sobre pedra de que ainda hoje aparecem as ruínas".[28] Os danos, tudo faz crer, foram incalculáveis. Perdas humanas e materiais. Prossegue o mesmo documento, dizendo que foi "considerável perda de milhares de cabeças de gados, além de muitas mortes feitas aos colonos residentes na região, tendo escapado alguns proprietários, escravos e vaqueiros".[29] Em outra fonte, consta que do conflito com os tapuias resultaram "as mortes que fizeram em mais de duzentos homens e em perto de trinta mil cabeças de gado grosso e mais de mil cavalgaduras e as ruínas dos mantimentos e lavouras...".[30]

O sertão do Seridó potiguar foi um dos teatros privilegiados desse confronto entre os colonizadores e os ameríndios da tribo tapuia. O núcleo pulsante dos embates ocupava uma boa faixa territorial nas ribeiras dos rios Acauã e Seridó, com destaque para a Casa Forte do Cuo, situada onde hoje fica a cidade de Caicó e, para a Serra d'Acauã, no atual município do Currais Novos, no Rio Grande do Norte. Nessas localidades, os combates teriam durado até 1690, quando após alguns reveses, de igual sorte para as fileiras

[27] Documento citado pelo pesquisador MEDEIROS FILHO, Olavo. ***Índios do Açu e Seridó*.** Op. cit. p. 117.
[28] Idem, idem.
[29] Idem, idem.
[30] Documento do Senado da Câmara de Natal citado por LIRA, Augusto Tavares. Op. cit. pp. 112-3.

contendoras, uma tropa militar liderada, possivelmente, pelo capitão-mor Agostinho Cesar de Andrade, combateu com cerca de dois mil ameríndios em armas. Vencidos e com pesadas perdas, arrasados moralmente e aprisionados, foram conduzidos ao litoral mais de mil índios[31].

O pesquisador Olavo de Medeiros acredita que, nessa oportunidade, o Rei Canindé, um dos líderes dos tapuias, teria sido novamente aprisionado[32]. Essa derrota marca o fim do grande conflito com o silvícola na região do Seridó. Na Bahia, transcorria o mês de abril de 1692, quando à presença do capitão-geral do Estado do Brasil, Antônio Luís da Câmara Coutinho, compareceu o Rei dos Janduis, Canindé. Em sua companhia estava o capitão João Paes Florião, português que se declarou genro de um dos líderes da aldeia sucuru, da nação jandui, seguido de um séqüito de quinze índios, entre homens e mulheres. O objetivo da comissão era celebrar "huma paz perpétua para viver a sua nação, e a Portuguesa como amigas".[33] A paz foi celebrada e os termos do acordo foram fixados em documento que estabelecia responsabilidades às duas partes: do governo português, e dos líderes tapuias.

Após acordo firmado, por força do estabelecido, os índios foram fixados em aldeamentos nas proximidades do litoral. Os Janduis que celebraram paz com os brancos, três anos depois (1695) da rendição dos índios do Acauã Seridó, foram aldeados no arraial do Açu, sob a orientação dos missionários. Os tapuias, segundo alguns historiadores, foram fixados, em terras "doadas", na vila de São José do Rio Grande, atual cidade de São José de Mipibu, distante cerca de quarenta quilômetros da cidade do Natal. Para o autor de ***'Índios do Açu e Seridó"***, o aldeamento desses vencidos de guerra foi cravado num "lugar denominado Jundiá-Pereba, atualmente o Jundiá-de-Cima, localizado entre as presentes cidades de Goianinha e Santo Antônio". Após a morte do Rei Canindé e de alguns curumins, acometidos de maleita, os remanescentes da sua tribo se dispersaram pelos sertões adentro, sem deixar pegadas. É o que noticia ao Rei, a carta do Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo[34]. É possível que parte desses silvícolas tenham se integrado a tribos arredias e posteriormente se refugiado mais para o Norte do país. Mas é verossímil

[31] LIRA, Augusto Tavares de. Op. cit. p. 118
[32] MEDEIROS FILHO, Olavo de. ***Índios do Açu e Seridó.*** p. 122
[33] Documentos citados por MEDEIROS FILHO, Olavo. Op. cit. p. 123
[34] Idem, idem.

pensar que muitos voltaram ao sertão do Seridó, passando a integrar os grupos de agricultores, pequenos posseiros anônimos e população livre em geral.

A presença "pacificada" do ameríndio no Seridó foi um acontecimento comum. As marcas dessa convivência estão por todos os lugares da região. Os topônimos da região são os maiores acordes sonoros dos seus passos ladeando o branco e o negro na formação do Sertão Antigo. O livro de óbito da paróquia do Caicó, esse simulacro de cemitério em branco e preto, de 1788 a 1811, guarda o endereço dos restos mortais do índio Antônio Carlos, que era casado com a crioula Roza Maria[35]. Na freguesia do Seridó, as mesmas fontes registram que, entre 1789 e 1838, houve dois mil, duzentos e treze falecimentos, dos quais, dezoito registros são de índios[36].

Certamente a participação de 0,8% no obituário, um índice ínfimo, revela uma pequena proporção de índios na população geral da região. Havia se passado mais de cem anos do fim da guerra e da migração, para os sertões, dos remanescentes tapuias da Vila de São José do Mipibu. Nesse longo tempo, quase uma centúria e meia, vários fatores podem ter contribuído para diminuir a participação relativa da população indígena na freguesia do Seridó. As epidemias, as secas, novas migrações, e a miscigenação.

Só no XVIII foram registradas cinco grandes secas: 1710, 1723-27, 1744-45, 1777 e 1791-93. Como, após a subordinação dos ameríndios, a orientação das autoridades portuguesas foi incentivá-los à agricultura, essa parte da população ficou, indiscutivelmente, mais vulnerável aos efeitos deletérios das irregularidades pluviométricas. Seus membros eram solvidos em maior número ou migravam para outras terras. Uma fonte cearense informa que na segunda seca daquele século (1723-27), "o anno de grande secca foi o de 1725, em que não só morreram numerosas tribus indígenas, como o gado, e até as feras e as arvores encontram-se mortas por toda parte".[37] Segundo a mesma fonte, naqueles anos secos, toda a população de Missão Velha, no Ceará mudou-se por falta d'água.

---

[35] DANTAS, Dom José Adelino. ***"Homens e fatos do Seridó antigo"***. Garanhuns: Gráfica do "O Monitor", 1977, p. 23.

[36] Idem. ***"De que morriam os sertanejos do Seridó antigo?"*** In. Tempo Universitário. Natal: UFRN, vol. 1, nº.1, pp. 133-4.

[37] Memória do Senador Thomaz Pompeu citada por GUERRA, Phelippe & GUERRA, Theophilo. Op. cit. p. 155.

Desde então, as secas, associadas ao domínio das fazendas de gado e à diminuição das reservas naturais, favoreceram esses episódios.

Porém, não eram apenas essas condições aludidas que, frente às intempéries da natureza, catapultavam os caboclos e mestiços. Muitos, em função da cultura do trabalho, contida no imaginário coletivo ameríndio, preferiam a vida nas vilas, desempenhando atividades esporádicas de natureza diversas, até mesmo militar ou policial. “O Sertanejo” de José de Alencar, romance ambientado no século XVIII, descortina imagens em cores vivas desses personagens da história dos sertões nordestinos. Arnaldo, personagem principal do enredo, mas que na época poderia ser encontrado em qualquer recanto das plagas sertanejas, é um mestiço, filho do velho vaqueiro da família Campelo que, por muito tempo, se mantém arredio a um vínculo permanente com as atividades da fazenda, dentro do mais fiel estilo do nômade aventureiro. “Uma vez pedi permissão ao senhor capitão-mor para dizer-lhe que eu não pertenço ao serviço da fazenda. Não sei lidar com os homens; cada um tem gênio: o meu é para viver no mato”.[38]

A personalidade de Arnaldo guarda afinidades eletivas com a de Jó, um figurante da trama alencarina, protegido por Arnaldo das ciladas inventivas e maldosas do seu tempo. Ele parece ser o seu espelho de mira na conduta dos seus passos andantes. O Jó é uma figura mítica, enigmática e de grande sabedoria, uma identidade adquirida de caboclo, homem que guarda informações do passado recente e atribulado. São recordações que, pelas palavras proferidas em ação, ferem de dor a sua alma e queima na memória da pele. “O velho tinha a astúcia de um índio e talvez a adquirira no trato com os indígenas durante a robustez da idade e a aumentara com a experiência de sua vida quase selvagem”.[39]

Em um outro momento do enredo alencariano, aparecem, ao lado de Arnaldo, pelejando contra as bandeiras de Fragoso, o desafeto de Campelo, os remanescentes da Nação Jucás. Segundo deixa entender a narrativa, os sobreviventes dessa tribo, depois de muitas escaramuças com o colono, em terras cearenses, passaram a viver a esmo na região.

Fazendo um cotejamento desses indícios na literatura romanceada com as

[38] ALENCAR, José de. ***O sertanejo***. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964, p. 90.
[39] Idem, ibid. p. 198.

informações da crônica de Henry Koster, tem-se assegurado a procedência do que se quer afirmar aqui. Como já se sabe, esse visitante do Nordeste, conviveu com índios no Pernambuco. Inclusive, muitos foram seus trabalhadores e guias. No Ceará visitou, ***in loco***, duas aldeias indígenas: Aronxas e Massagana[40]. Nos seus instantâneos, contém informações fidedignas das atividades, às quais se dedicavam os membros das nações ameríndias. Afirma o cronista que a maioria dos seus membros, por onde ele os conheceu, preferiam os serviços temporários de guias e mensageiros, entre outros. No Seridó, percorrendo as distâncias entre as fazendas de gado e delas para os vilarejos, encarregado de levar e trazer correspondência e outras demandas, a figura do mensageiro ficou conhecida pela alcunha de "o mesmo". Também nessa região, segundo registram as fontes, essa foi uma atividade desempenhada por descendentes de caboclos e de mestiços.

Com um conhecimento venatório acumulado por muitas gerações, os ameríndios tinham uma capacidade de se guiarem pelas matas e trilhas do sertão, seguindo rastos e pegadas de animal ou gente, como nenhum homem civilizado do seu tempo. Essas habilidades embalavam o imaginário popular da época, fortalecendo os arquétipos míticos do tecido cultural vigente ou em desenvolvimento e causava estranhamento aos letrados estrangeiros e visitantes da Colônia. "O instinto, porque não sei como chamar, que esses indígenas possuem, acima dos outros viventes, para encontrar seu caminho através da floresta e chegar a lugar certo, sem marca e estradas, é surpreendente. Encontram pegadas impressas nas folhas murchas, tombadas das árvores".[41] Entre outras, essa era uma peculiaridade desses povos.

Pela sua capacidade de não se fadigar em grandes caminhadas, nas empreitadas de longas distâncias o índio vencia o cavalo e este era preterido. O mensageiro maratonista se oficializou e sobreviveu até início do século XX. Nessa fase mais recente, o estafeta complementava a correspondência entre as estações ferroviárias e os vilarejos e comunidades mais distantes do sertão. Na volta aos centros maiores e mais desenvolvidos, costumava trazer, sob encomenda, papagaios e araras presos em um engradado de madeira, também chamado pau-de-arara[42].

---

[40] KOSTER, Henry. Op. cit. p.132.
[41] Idem, ibid. p. 134.
[42] Segundo Câmara Cascudo, essa é a origem da expressão nacional "Pau-de-arara". Usada para designar o transporte e o transportado nordestino que passou a migrar para o Sul do país a partir dos anos 40 do XX.

Com essas habilidades e destrezas, os ameríndios eram inclinados a prestarem serviços às autoridades policiais daquela época. Quando criminosos conseguiam escapar às diligências da justiça, fugindo das buscas e perseguições, esgueirando-se sertão a dentro; em seu encalço eram contratados caboclos afeitos no ofício. Era uma opção da justiça "como último recurso. É sabido que eles não o trazem vivo. Desde que o enxergam, cada um fará fogo, porque não desejam a menor contenda".[43]

É importante destacar que o indígena não costumava se dedicar à agricultura para prover a si e aos seus. Raramente o fazia. "Quando o faz, dificilmente esperam a colheita, vendendo o milho ou a mandioca pela metade do preço quando é a safra, e indo para outro distrito. As ocupações favoritas são a caça e a pesca".[44] Sem uma cultura de armazenar provisão, fazer estoque de reserva, os ameríndios foram, sem dúvida, os primeiros a sucumbirem às grandes estiagens, vicissitudes comuns no semi-árido nordestino. A partir da instalação das primeiras fazendas de gado e o maior povoamento das poucas manchas de terras menos árida do sertão ficou mais difícil exercer a estratégia de sobrevivência dos deslocamentos, a procura de frutos silvestres e caça, costume posto em prática, pelos ancestrais dos ameríndios, desde tempos imemoriais.

Não menos importante para a diminuição da população nativa na região foi, sem dúvida, a miscigenação. No que diz respeito ao Rio Grande do Norte, citando Aires Casal, Euclydes assinala que, a redução dos índios nessas paragens se deveu à aliança de seus descendentes com o europeu e o africano, aumentando assim a participação dos brancos e dos pardos. Diz ainda que, segundo Vanhagen, no Norte, a extinção do indígena pode ser creditada mais à miscibilidade do que ao extermínio propriamente dito[45].

A cultura sertaneja é outro depositário fiel dessa convivência entre branco e índio, ensejada após a trégua celebrada com os colonizadores. No decorrer dos séculos, esse trato diário continuou sendo tenso e conflituoso. Com o passar do tempo, o arpejo desse estresse teve as suas maiores rimas dissonantes no messianismo e no cangaço. Esses fenômenos de caráter sociocultural e histórico, de ocorrência maior no semi-árido

---

***Dicionário do folclore brasileiro***. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 592.

[43] KOSTER, Henry. Op. cit. p. 134.

[44] Idem. ibid. pg. 133.

[45] CUNHA, Euclydes da. ***"Os sertões"***. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Brasil, 1997, p. 102.

nordestino como um todo, no Rio Grande do Norte, não tiveram maiores repercussões, particularmente no Seridó. Embora se possa registrar a naturalidade de um Jesuino Brilhante, nascido no município do Patu, cidade da zona Oeste do Rio Grande do Norte. Segundo Cascudo, ele foi personagem destacado da fase romântica do cangaço[46]. Frisar também as incursões, no Seridó, de Antônio Silvino, que chegou a se hospedar na Fazenda do Condado em Florânia, de propriedade do Tenente Laurentino Theodoro da Cruz[47]. Por outro lado, é curioso destacar que em 1936, quando o Caldeirão foi destruído, o Capitão Cordeiro procedeu a um certo tipo de recenseamento e constatou que a maioria (75%) da população do arraial era de norte-rio-grandenses[48].

Aos pesquisadores que em comum escavaram o canteiro histórico dos índios das terras potiguares, parece não terem restado outros documentos que dessem uma dimensão maior dos danos causados à primeira onda povoadora do sertão do Seridó durante o conflito com o silvícola. Não é difícil imaginar que tenha ocorrido um certo despovoamento, levado a efeito pela fuga e pelas destruições causadas pela ação dos nossos hunos tapuias. Pelo sim, ou pelo não, o certo é que, celebrado o acordo de paz com os indígenas, um novo deslocamento de povoadores em busca do sertão teve início.

Essa Segunda onda de povoamento continuou sendo feita à sombra do sesmeiro distante, na sua maioria pernambucanos e baianos, que, por possuírem vastas extensões de terras, não efetivaram seu domínio. Para Câmara Cascudo, os posseiros foram os verdadeiros povoadores do sertão no Rio Grande do Norte. A situação sesmeira da Capitania naquela época pode ser conferida por um documento do Senado da Câmara de Natal, datado de março de 1695, informando ao "Capitão-mor-governador Agostinho César de Andrade, que as terras da Capitania estavam tôdas doadas, com mais de cento e cinquenta léguas da costa".[49]

Oficialmente, as terras do Rio Grande do Norte já tinham donos. Apesar disso, o sentimento de vazio, de terras despovoadas era visível. Certamente em função das razões já apontadas - sesmeiros distantes e despovoamento causado pelo conflito com o aborígine.

---

[46] CASCUDO, Luís da Câmara. ***"Mossoró região e cidade: crônicas"***. Natal: Ed. Universitária, 1980, pp. 73-78.
[47] COSTA. Gutemberg. ***Cangaceiro Antônio Silvino e sua presença no Rio Grande do Norte"***. Mossoró: Editora: Coleção Mossoroense/Fundação Vingt-un Rosado, p. 14.
[48] FACÓ, Rui. ***"Cangaceiros e fanáticos"***. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S. A, 1965, p. 205.
[49] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra.*** Op. cit. p. 23.

Quase seis anos antes, em 2 de julho de 1689, o Senado da Câmara de Natal já havia se pronunciado a respeito das condições das posses de terras e de seu povoamento. Informou esse órgão ao então Rei de Portugal, D. Pedro II, que "nos limites desta Capitania se têm descoberto mais de trezentas léguas de terra pela costa do mar, e para o sertão, tôdas estas mais capazes para criar gado e fazer outras muitas lavouras; tôdas estão dadas a quem as quiser pedir das mais Capitanias e desta: e há sujeito que possui vinte e trinta léguas, sem ter cabedal para as povoar e alguns moradores desta Capitania estão sem ter nenhuma, e demais disto há uma grande confusão nas demarcações e domínios, de que resultam dúvidas nesses sertões...".[50]

Dessas reclamações resultou também uma nova legislação limitando o tamanho das datas de sesmaria feitas a partir daquela data. "A Carta Régia de 7 de dezembro de 1698 limitou a concessão da sesmaria reduzindo-a três léguas de comprimento por uma de largo".[51] Agora o tamanho das sesmarias parecia mais sensato e sintonizado com o interesse colonizador da metrópole e não ao ímpeto guloso e individual dos bandeirantes.

O povoamento do sertão potiguar se processou, então, por posseiros. Salvo exceções, eram homens que, primeiro se apossavam das terras, montavam seu curral e só depois de terem formado um certo patrimônio, faziam a solicitação da data. Esses personagens históricos foram, na sua maioria, gente de pouco capital, homens brancos degredados do reino, fugitivos do litoral, mestiços e caboclos. Sem dúvidas, esses foram os verdadeiros colonizadores do nosso sertão. Os lugares de origem eram diversos, embora uma boa parte desse contingente fosse oriunda da população livre do litoral pernambucano, das grandes proles dos engenhos, também, dos recém-chegados do reino. O número de habitantes do litoral estava sempre propício a aumentar, graças à índole e facilidade do português à miscibilidade[52].

Diz o historiador Câmara Cascudo, que esses posseiros vinham de várias partes da Colônia e foram se fixando no interior da Capitania. Fugiam outros da costa nordestina adentrando ao interior: "do litoral e arredores urbanos, investindo o desertão, saco às costas, facão à cintura, arma de fogo no ombro, seguido pela cunhã caçada a casco de cavalo, o cachorro farejante, e lá ia plantar choça e taipa-de-bofete, matando a onça a terçado e

[50] Documento citado por CASCUDO em ***Nomes da terra.*** Op. cit. p. 23.
[51] Idem, ibid. p. 24.
[52] FREIRE, Gilberto. ***Casa-grande& senzala***. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

Paiacu a tiro de clavinote. Tangia um touro, duas vacas, casal de cabras puladeiras e o bode cavanhaque, bufando de importância. Chegava e ia ficando, colono de si mesmo, alimentado pela esperança de sobrevivência".[53]

O historiador Tavares de Lira se afasta um pouco da tese cascudiana no que diz respeito às marés povoadoras dos sertões do Rio Grande do Norte. Para o autor da primeira obra de síntese histórica do Rio Grande do Norte, na corrente que antecedeu a destruição da resistência tapuia, predominou a "inferioridade dos colonos, que se compunham, em regra, de soldados idos de outras partes, mal pagos, broncos e viciados, de criminosos que eram perdoados com a condição de irem residir ali, de aventureiros e desclassificados de toda ordem".[54] Segundo ainda esse autor, este foi um fator que retardou o desenvolvimento do interior nessa fase.

Depois de trucidadas e rendidas as nações tapuias, as novas levas de povoadores foram constituídas de "imigrantes vindos do reino ou das ilhas..., oficiais que se retiravam do serviço, empregados que deixavam as suas funções, praças que tinham pertencido a forças regulares, negociantes e lavradores de Pernambuco e, sobretudo, criadores de gado...",[55] todos interessados nas boas pastagens das terras do sertão.

Em ***"Nomes da terra"***, Cascudo não faz essa distinção, já que, para ele o marcante foi a presença do posseiro. A diversidade das condições sociais dos povoadores só teria contribuído para ensejar mais tensões e conflitos ao caldeirão social de alta fervura em terras sertanejas. Sendo assim, teria sido comum o enfrentamento entre sesmeiros oficiais e posseiros pelo domínio da terra.

Nesses embates, todos os expedientes eram válidos. "Tudo era lícito, permitido, natural. Agitavam as aldeias indígenas. Tocavam fogo no pasto. Vez por outra ganhavam o jôgo". Nessa vereda, o pesquisador, leitor de mil e vinte datas de sesmarias e outros tantos documentos, segue os indícios desses registros deixados nas entrelinhas, atestando as guerras travadas e esquecidas pela história oficial, na formação dos nossos sertões. "Em dezembro de 1701, El-Rei Nosso Senhor D. Pedro II aprovou a proibição feita pelo governador de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, que os

[53] CASCUDO, Luís da Câmara. p. 26
[54] ***História do Rio Grande do Norte***. p. 123.
[55] Idem, idem.

quarenta vaqueiros de Antônio da Rocha Pita expulsassem da Ribeira do Açu os moradores das terras onde pretendiam fundar fazendas".[56]

## 2.5. Os povoadores e a família patriarcal na formação do Seridó potiguar

O seridoense José Pires[57] conta que, segundo a tradição da família, seu sexto avô, que foi sesmeiro de terras onde hoje fica a cidade de Florânia, na época ribeiras do Acari, veio do Recife fugido de perseguição por ser um infrator. As terras originárias dessa sesmaria chegaram até a geração do senhor Pires. Em sua história de vida, ele revelou que, com a morte de seu pai deu-se a última partilha entre os herdeiros dessa antiga sesmaria. Seus irmãos, inclusive ele, venderam os lotes de terra da herança a um cidadão, fora da família.

Juvenal Lamartine, nascido em agosto de 1874, na ribeira do Seridó, mais precisamente na cidade de Serra Negra-RN, na época, pertencente ao município do Caicó, descendente de sétima geração de um legítimo sesmeiro da região, em suas crônicas jornalistas, informa que, a propriedade do seu sexto avô, Manoel Pereira Monteiro, fora uma fazenda de gado, tendo "duas léguas de terra pelo Rio Espinharas abaixo, com três léguas para o nascente e três para o poente do mesmo rio". Esses domínios ele recebeu, por doação de seu tio Manoel Barbosa de Freitas, cunhado dos Oliveira Ledo[58].

O mesmo cronista diz mais que Manoel Pereira Monteiro chegou as ribeiras do Espinharas com família constituída e criada, composta de cinco filhos. Dois dos quais eram padres: João e Fernando Pereira Monteiro. Dos três restantes, apenas um constituiu família legítima. Ele, Manoel Pereira Monteiro Filho, casou-se em Pernambuco, na família Tavares de Goiana. Das suas filhas, três casaram com os irmãos pernambucanos João Gomes de Faria, Joaquim Gomes de Faria e Luiz Álvares de Faria. "Foram grandes criadores de gado

---

[56] Op. cit. p. 26

[57] PIRES, José. ***História de vida***. Entrevistador: Douglas Araújo. Natal, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

[58] As crônicas de Juvenal Lamartine foram publicadas no último trimestre de 1954. Revisadas posteriormente pelo próprio autor, teve sua publicação em livro sob o título de ***Velhos costumes do meu sertão***. Natal: Fundação José Augusto, 1996. "A tradição evoca uma grande sesmaria dada em 1670 aos Oliveira Ledo, na Ribeira do Espinharas, Paraíba, na indecisão dos limites, pela Capitania do Rio Grande do Norte. Coube a João de Freitas da Cunha o trecho correspondente ao futuro município".

Falecendo o sesmeiro, herdou-a seu irmão Domingos Freitas da Cunha que a vendeu por 600$000 a Manoel Barbosa de Freitas, situando êste uma fazenda no local. Doou-a ao sobrinho Manoel Pereira Monteiro, fundador da povoação, grande lavrador e fazendeiro". CASCUDO. ***Nomes da terra.*** Op. cit. p.257.

e tiveram numerosa descendência, que se estendeu por alguns municípios da Paraíba até o Teixeira".[59]

Em 15 de junho de 1847, na Vila do Acari, Manoel Antônio Dantas Correia, contando 79 anos de idade, escreveu um documento memorável, no qual, entre outras coisas, dá informações precisas sobre seu pai, o Coronel de Milícias Caetano Dantas Correia. Segundo ele, seu pai nasceu em 1710 e, aos dezessete anos de idade, se encontrando órfão dos pais, acompanhou seu irmão mais velho, Antônio Dantas Correia, para o Sertão do Piranhas e lá se fixou como vaqueiro do mesmo. Vinte e cinco anos depois, ele veio para o Seridó, conduzindo um bom rebanho de gado, comprou fazendas e solicitou sesmarias. Logo que chegou na região, por volta de 1753, casou com a filha de um outro sesmeiro, também povoador pioneiro do lugar, Tomaz de Araújo Pereira. Um bisneto desse último, de mesmo nome, foi o primeiro presidente da Província do Rio Grande do Norte após a independência do Brasil[60].

Os exemplos citados dão uma idéia da diversificada situação social dos posseiros/sesmeiros que povoaram o Seridó. Pode-se deduzir que eram muitos os vetores que atuavam, favorecendo o deslocamento de aventureiros de diversos naipes e até mesmo de famílias, todos do litoral para o sertão. Além do atrativo que representavam as terras dos sertões, com seus pastos adequados para a criação de gado, também atuavam, no litoral e entre os seus habitantes, impulsos motivadores que buscavam outras paragens.

No início do século XVIII, já se fazia sentir, nas áreas dos engenhos e litoral, um significativo crescimento populacional, proporcionado pela miscigenação e pela corrente, quase contínua de migrantes reinóis. Também nessa época, as famílias que se estabeleceram na Colônia no início do processo povoador formavam a quinta ou sexta geração. A pressão por terras também aumentava em função do crescimento das proles e pelo processo de partilhas, o que, geralmente, era fator de empobrecimento familiar. A máxima popular, "avô rico, pai nobre e filho pobre", à qual o autor de ***"Casa-grande & senzala"*** faz referência, para aquele contexto, é um diagrama exemplar dessa situação.

É sabido que Antônio Dantas Correia, provavelmente o mais velho da família, irmão de Caetano Dantas Correia, ficou em Pernambuco, no Engenho Fragoso e, um

[59] LAMARTINE, Juvenal. Op. cit. p. 14.
[60] CORREIA, Manoel Antônio Dantas. ***Villa de Acari, 15 de Junho de 1847***. In: GUERRA, Phelippe & GUERRA, Theophilo. ***Seccas contra a secca***. Rio de Janeiro: Typ. da Liv. Cruz Coutinho, 1909, pp. 15-24.

descendente seu, o coronel Felismino do Rego Dantas de Noronha, mais tarde migrou para a Capitania potiguar, fixou residência na cidade do Ceará-Mirim, onde gozou de muita influência social e política[61].

A cerca do povoamento dos sertões nordestinos, destaca Andrade, que não foram os senhores donos de grandes possessões os responsáveis pela conquista da terra, enfrentando as adustas condições da região, as dificuldades naturais e a flecha traiçoeira dos tapuias que, sentindo-se ameaçados e sem mais espaço para recuarem, esperavam o colonizador à espreita. A fixação dos currais, a defesa das reses contra a fúria do nativo, a força do movimento povoador, foram proeminentes façanhas dos "vaqueiros, muitas vezes escravos, e por posseiros que, não dispondo de prestígio em Salvador, nem das habilidades necessárias para obterem concessões de terra nos meios palacianos não conseguiam sesmarias".[62]

No caso do posseiro, a regra foi se apossar primeiro da terra, fundar os currais, apascentar os rebanhos e só depois solicitar o título de sesmaria. Já que não era a regra esses posseiros solicitarem data de sesmaria previamente à posse, pois sabiam ou suspeitavam do título pertencer a outrem, é presumível que, pelas condições da época, a presença de posseiros fosse em número maior do que se pode deduzir pelos documentos oficiais. É provável, ainda, que os menos constrangidos para o ato de solicitação fossem aqueles que possuíam alguma ascendência fidalga em algum grau. Essas variáveis favoreceram, também, à possibilidade, em áreas do sertão, da coexistência tensa, e até mesmo conflitante, do posseiro/sesmeiro e do posseiro sem título de posse. Pela tradição oral, é sabido que Caetano Dantas Correia e Tomaz de Araújo Pereira eram desafetos, por questão de terra, até antes dos acontecimentos que desembocaram no casamento de Caetano com a filha de Tomaz. Talvez o simples ressentimento pelo fato de Caetano ter chegado à região bem depois e ser encarado como forasteiro interessado nas terras locais.

Os acontecimentos indicam que essa diferença de enfoque, no que representa a situação social dos antigos povoadores, sugere mais um problema de ordem ideológica dos narradores do que uma variável histórica que pudesse ter alguma importância para o sucesso ou insucesso da formação da sociedade sertaneja.

---

[61] MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. ***Seridó***. p. 82.
[62] ANDRADE. ***A terra e o homem no Nordeste***. p. 148.

Tudo faz crer que nesse ponto prevaleceu para os sertões, e em especial, para o sertão do Seridó, o mesmo que validou no litoral como elemento cultural de bom êxito do sentido da formação da sociedade colonial. O colonizador aventureiro, impulsivo, agente celular de um outro sentido histórico que não o da nucleação familiar patriarcal, não constituiu o lado vencedor na formação do sertão antigo.

Tem semelhança e vale para a sociedade sertaneja a máxima freyriana da estruturação familiar da casa-grande do açúcar. Portanto, pode-se dizer que a destacada formação social do semi-árido seridoense se processa, decisivamente, do início do XVIII em diante, "tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas",[63] ou de outras condições sociais.

Como centro pivotante, dinâmico e aglutinador, a família rural patriarcal sertaneja estruturada na riqueza pastorícia, na mão-de-obra semi-servil e no trabalho escravo complementar, contraiu para si várias funções sociais, econômicas e culturais. Entre elas estava implícita a função de mando político e militar. Parafraseando Freyre, nessa similitude com o litoral, o mandonismo ou nepotismo madrugou no sertão[64].

Ali naquelas plagas, a agricultura não era o forte do colono, seus valores culturais faziam desprezá-la, a prática dessa atividade foi reservada aos pequenos posseiros, aos descendentes ameríndios, aos mestiços pobres em geral. Quando praticada, em pequena escala no interior da fazenda, foi deixada ao escravo como obrigação para com o seu senhor.

No Seridó, só paulatinamente e mediante as adversidades do clima e da natureza do solo da região, do crescimento exacerbado das famílias e da parentela e, a duras penas, o fazendeiro pastor de rebanho foi, pouco a pouco, dando atenção à agricultura. O auge desse processo é alcançado com o desenvolvimento da cotonicultura no último quadrante do XIX, formando o famoso binômio, algodão/gado.

[63] FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 22.
[64] Idem, ibid. p. 23.

## 2.6. O Seridó como espaço correlato ao das escrituras sagradas

Como na antiga tradição hebraica, esses colonos vencedores tinham a convicção de estarem cumprindo a missão sagrada de proliferar em dezenas, em centenas e, se possível, em milhares, seus descendentes, tomando para si as terras do semi-árido no Seridó, como uma nova terra santa, espaço da promissão, da permissão, da queda pelo pecado, e também, como lugar da remissão desses pecados. Dessa forma, foram convictos construtores da fé de viverem, na glória e na fartura, sob a graça e, na escassez e penúria, sob a ira do senhor seu Deus, Jesus Cristo.

A fala de Manoel Antônio Dantas Correia, perenizada em preto e branco, é um testemunho infalível do quão eram cônscios dessa fé, os antigos colonos dessas plagas seridoenses. Homens que, no exercício de suas ações pastoris diárias, rotinizaram seus valores ibéricos caldeados no encontro das três etnias, e se constituíram em grandes patriarcas. A crônica desse habitante do sertão do Seridó é mais que um simples documento, é a memória viva do lugar. Embora cheia de ruídos marcados pelo tempo, ela retrata, em letras garrafais, o universo simbólico e material da região nos idos do XVIII e da primeira metade do XIX. A recorrência a esse personagem ilustre da história seridoense foi, entre outros, um recurso obrigatório dessa narrativa.

Nos registros das secas oitocentistas e as primeiras do século seguinte, o documento do “velho” sertanejo é rico de referências feitas ao Velho Testamento. São comuns os momentos, nos quais o texto sagrado e o contexto da época se confundem. Logo no primeiro parágrafo, ao falar de sua ascendência, diz com a força de suas palavras que pertence a uma prole de nove irmãs e dez irmãos, dos quais dois faleceram em tenra idade. Os superviventes foram todos criados e educados por seus pais, o Coronel Caetano Dantas Correia e sua esposa, Dona Josefa, “nos dogmas da religião catholica e regras do bem viver;...”.[65]

O cronista do Seridó potiguar, ao registrar as secas da primeira metade do XVIII, às quais ele não presenciou, não faz maiores comentários. Coloca-se como mero transmissor da memória herdada de seu meio social, preponderando aí, com certeza, a memória recebida da família, dos seus ascendentes imediatos. Quando consigna aquelas

[65] Crônica de Manoel Antônio Dantas Correia in. GUERRA, Phelippe & GUERRA, Theophilo. Op. cit. p. 15.

que viu, viveu e sentiu na pele todos os seus efeitos, segue descrevendo com cores diversas, seu alcance dentro da região, suas conseqüências para o patrimônio dos seus coetâneos e recheando-as com explicações e juízos segundo os parâmetros culturais vigentes, tecendo um retalho da teia discursiva em curso, uma amostra da mentalidade em voga, na sociedade rural daqueles tempos, que chegou até aos nossos dias.

Principiava a adolescência de Manoel Correia, tinha ele cerca de dez anos, quando teve início a primeira seca de sua existência humana: a de 1777-78. Treze anos depois, começou a grande estiagem – 1791-93 – do XVIII nos sertões nordestinos. No Seridó, conta nosso cronista, foi grande a devastação nas fazendas e nas famílias, durante os dois períodos de estiadas, com destaque para os três anos sem chuvas regulares naquelas paragens. Grandes perdas nos rebanhos, o flagelo de famílias se deslocando para o litoral e para os brejos, a fome e a morte rondando as estradas e a canícula da terra ressequida a se abater sobre os esquálidos sobreviventes.

Mas, para o narrador dessa tragédia, a ira do Senhor se arrefeceu no último ano do escarmento. Apesar de irregular, o ano de 93 abriu com chuvas em janeiro, "porem poucas e salteadas", a lavoura de milho e feijão associada à semeadura de maxixes, jerimum e melancia de pronto se fizeram e, a fartura dessas culturas foi abundante. "Mitigou-se a fome, porque a ***benfazeja Providencia*** (grifo nosso) fez com que tão pouca chuva, tão pouca semente de milho e feijão ajudada com o leite de cabras fizesse fartura no povo, não sendo este numeroso neste sertão, porque os que haviam retirado, a maior parte por lá ficaram, uns mortos, e alguns de morada".[66]

Segundo essa intelecção predominante na época, a promissão das terras semi-áridas do Seridó, não se fazia apenas com a condução, pela sapiência do Senhor Deus, dos destinos desse novo "povo eleito", mas também, pelas semelhanças do sertão com as antigas regiões por onde vagou Moisés e seu povo.

O final do XVIII e início do seguinte foi de inverno e muita fartura, abundância em todas as culturas e nos rebanhos em geral, levando o nosso narrador a considerar "que tão boa foi a reforma que fez a seca no sertão".[67] Segundo ainda o mesmo documento, após o triênio seco, 1794 foi bom de inverno, ocorrendo, entretanto, três tipos

[66] Idem, ibid, p. 17.
[67] Idem, ibid. p. 18.

de pestes: uma de gafanhotos, outra de cobras cascavéis e a terceira de ratos. Estes eram tantos que os peixes traíras pescados nos alagados do Acauã, traziam em seu ventre esses mamíferos roedores.

Avançavam os anos do XIX, no final do seu primeiro quadrante (em 1825) uma outra seca e, Manoel Correia parece atento a tudo que se passa em sua volta.

O registro de fenômenos como a seca e as pestes, fortalece a imagem sagrada que o nosso narrador e seus coevos tinham das terras do Seridó. Tanto é que, na seqüência narrativa vem um outro comentário a respeito de outros acontecimentos da época, o qual se mostra lapidar nesse sentido: "foi naquele anno que se descobriu e verificou neste rio Acauã, no Seridó, um novo Nilo; e mais vantajoso que o antigo Nilo,...".[68] Esse antigo morador do sertão está se referindo, ao que para ele, era o surgimento da agricultura de vazante, como invenção, descoberta ou mesmo milagre, em terras seridoenses.

Os anos de 1826 e 1827 foram de "***prodigiosa***" abundância; o Nilo do Sertão produziu, a fartar, melancias, jerimuns (abóboras) e melões, alimentando bem nossos moradores e os que regressaram dos Brejos e não morreram de fome nas estradas, antes de alcançar o "nosso Nilo". "Neste [ano] houve outra ainda mais ***prodigiosa***, e foi de uma imensa quantidade de pombas rôlas à semelhança das cordonizes dos tempos antigos de que fallam ***as escripturas***;...".[69]

O tirocínio do cronista segue os acontecimentos climáticos e sociais do seu meio, adentrando as décadas de trinta e quarenta do XIX. Sem ausência total de chuvas entre 1826 e 1844, o que representou quase duas décadas com a presença de precipitações pluviométricas, o Seridó viveu esse período de calmaria, "sempre em bonança". Depois das maiores irregularidades nos invernos de 1843-44, o ano seguinte foi de escassez geral de chuvas. Esse novo flagelo encontrou os seridoenses mais aquinhoados para fazerem frente aos suplícios da seca.

Agora a agricultura era uma realidade compulsória às populações dos sertões nordestinos e, em particular do Seridó. O cultivo de milho, feijão e farinha se espraiou da vazante do Acauã para outros rios da bacia do Piranhas-Açu e em outras direções, tanto é

[68] Idem, ibid. p. 19.
[69] Idem, idem.

que no ano de 1846, com chuvas quase regulares, “fez-se um continuado exercício de plantações por todos os sertões e suas serras”[70]. Lendo nas entrelinhas do manuscrito e em outras fontes da época, tudo faz crer que essas novas atividades desenvolvidas, esses plantios agrícolas, resultaram da necessidade de provisão de boca dos sertanejos, do adensamento populacional das fazendas, da prática do cultivo rudimentar do índio e de um duro aprendizado do colono, frente aos abrasivos estios devoradores de gente e de animais, conjugação de fatores que fez o sertanejo desenvolver também seu lado mouro, trazido pelos seus ascendentes ibéricos.

O proeminente é que nas efemérides de Manoel Correia essa agricultura surge como mais uma prova da presença ativa de Deus na história daqueles habitantes. Durante a seca de 1845, não deixaram de cair chuvas nos Brejos, o que foi o suficiente para saciar a sede da principiante agricultura naquela terra agreste. Com uma copiosa produção de mantimentos, o comércio entre os sertões secos e seus “oásis” foi intenso, “havendo feiras de mais de cem cavalgaduras; todas sahiram carregados, e por preços razoáveis, e ainda sobrar mantimentos; parece que ***a grande maravilha obrada no dezerto por Jesus Christo*** está apparecendo em nossos dias”.[71]

Pensar que esse texto em comento expressa, dentro do sertão seridoense potiguar, o pensamento apenas de um grupo social, é algo duvidoso. Essa mentalidade está em perfeita conexão com o caldeamento cultural ocorrido na Colônia, desde o início do povoamento.

É possível destilar, dessa argamassa maior, elementos culturais das três etnias presentes nesse processo civilizador em plagas do semi-árido potiguar. A família patriarcal foi apenas a bacia para onde confluíram esses três afluentes culturais. Essa mentalidade se conservou forte nesses elementos católicos cristãos, pelo insulamento da região, durante séculos, pela relação do homem com o meio natural da localidade e pelas condições gerais de vida que passou a ter essa população rural. Aqui, como de resto em todo o Brasil, essa maneira de pensar o mundo se tornou sólida, também pelo caráter do catolicismo ibérico, eivado das tradições pagãs na península e, também, pela sua quase infinita capacidade de amalgamar elementos culturais do ameríndio e do negro. Por outro

[70] Idem, ibid, p. 22.
[71] Idem, ibid. p. 23.

lado, o universo simbólico dos povos dominados ofereceu apenas minúsculos pontos de resistência a esse mestiçamento.

Esse texto que chegou até o nosso tempo não era o pensamento particular de um homem, que além do hábito de rememorar o passado, registrando-o em cores vivas num pergaminho do seu tempo, tinha suas responsabilidades com as lides do seu rebanho e de sua fazenda, além das de chefe de família. Com certeza, ele condensa diversos momentos de produção/reprodução daquilo que pensava a população de pastores, vaqueiros e agricultores daqueles arrabaldes sertanejos.

Um testamento de 02 de novembro de 1752, de Inácio da Silva de Mendonça, vaqueiro do sítio São Miguel, da fazenda de Cupuá, situada na ribeira do Seridó, é um atestado inconteste dessa fé reinante na população daquele sertão. Doente de cama, o enfermo dita seu documento dizendo, entre outras coisas, que "primeiramente encomendo a minha alma a ***Deos nosso senhor que a criou*** e espero que pellos merecimentos da Morte e Payxam de nosso Senhor Jesus cristo ***a há de salvar***".[72]

Como se pode depreender, a vida celestial estava em primeiro plano, era e continuou sendo até muito recente, a maior preocupação do homem do campo, cabendo a vida terrena ou material e a tudo a ela associado um ***status*** inferior. "Quando minha Alma sahir ***desse miserável corpo*** tambem Rogo ao Anjo da minha goarda e ao santo do meu nome e a todos os santos e Anjos da Corte do seo intersedam por mim principalmente na hora da minha morte".[73]

A seca era um tema vivo. Como prova o escrito de Manoel Correia, já deitava raízes no passado e no presente daqueles homens da segunda metade do XVIII, desde os seus momentos mais tenros de vida. Sem dúvida, sua discussão e interpretação fora assunto das reuniões de domingo nas fazendas, nas missas da freguesia mais próxima, nos atos de desobriga dos padres itinerantes, nas feiras dos povoados e vilas e, também, nos versos poéticos do cantador de viola. É duvidoso pensar que ele estava só nas reflexões de um grupo social.

Em certo momento do seu testemunho gráfico, é cristalina a referência a terceiros. Pessoas com quem esses pensamentos eram compartilhados, costurados e

[72] Documento citado ***verbo-ad-verbum*** por MEDEIROS, Olavo de. ***Velhos inventários do Seridó***. Brasília: Gráfica do Senado, 1983, p. 133.
[73] Idem, idem.

repassados adiante. “Logo houve quem julgasse que esse Seridó era o cume do globo terrestre porque na sua altura para o Norte à beira mar, e ao Sul a tocar em certa altura não houveram chuvas, e tem alguma probabilidade de assim ser, porque nesta altura se devidem as aguas para o Nascente e Poente”.[74] Subliminarmente, a referência induz às imagens bíblicas dos montes de Arará, onde ancorou a Arca do Dilúvio. A imaginação do escritor sertanejo e dos seus interlocutores seguia um jogo de espelho e semelhanças entre o mundo do Velho Testamento e as terras do sertão do Seridó potiguar.

Essa crônica não teve a mesma sorte de muitos caboclos sertanejos, não pereceu aos reveses do clima e sobreviveu ao tempo; é uma prova, uma testemunha em juízo da relação que tinham os habitantes do Seridó Antigo. A resistência desse documento é a mesma que sua tradição evoca: os sertanejos do Seridó potiguar permaneceram fiéis a ela até início do último quarto de anos do século XX.

No parágrafo seguinte, num flagrante maior, o nosso personagem explicita bem as imagéticas da terra sagrada, que povoavam a sua consciência e de seus conterrâneos. Falava do crescimento dos rebanhos em anos fartos e, tudo faz crer, tentava complementar seu raciocínio anterior: “melhorarão os tempos, multiplicarão os gados que pareciam já não cabiam na terra; contava a porção que já se acha a terra cheia, conforme o que disse o Senhor a Noé quando sahiu da arca”.[75]

A partir dos episódios climatéricos do final do XVIII e início do XIX, a narrativa de Manoel Correia passa a dar ênfase aos trabalhos com o cultivo da terra. Até então não há uma única insinuação com respeito ao cultivo dos campos. Anteriormente ele só falava da prosperidade do gado e dos habitantes. Nos idos oitocentistas, essa alusão absoluta ao gado e ao povo expressa a não existência de lidas agrícolas, como atividade das fazendas. Pode-se afirmar que a faina pastoril menosprezava o labor dos campos. Só a partir de então, momento que, com certeza, fazia-se presente um maior crescimento da parentela e da população em geral[76], fez surgir a figura do morador camponês e do

[74] GUERRA, Phelippe & GUERRA, Theophilo. Op. cit. p. 20.
[75] Idem, idem.
[76] Citando dados de Irineu Pinto, ‘Datas e notas para a história da Paraíba’ , vol. 1º, p. 170, e os dados coligidos pelo Padre Francisco de Brito Guerra, José Augusto informa que em 1782 a população do Seridó era de 3.630 habitantes e em 1824 de 6.366. Cerca de 23% dessa população era de negros: 1.455. Certamente eram escravos. (op. cit. pp.17-18). Juvenal Lamartine (op. cit. p. 18) trabalhando com essa segunda fonte, informa que a população total era de 6.394, e os cativos constavam de 498 pardos e 1.156 negros, correspondendo a 25,86 do todo. Por outro lado, havia 2.301 pardos e 303 negros livres.

rendeiro, que na sua quase maioria passa a ser um descendente direto ou colateral sem a posse da terra e se tornam os responsáveis pelo cultivo do campo, além é claro, do escravo. Quando, em outra parte desse trabalho, for feita a análise da formação da tradição patriarcal no Sertão do Seridó potiguar, se discutirá o caráter do trabalho agrícola dentro dessa mesma tradição.

Para os sertanejos, a seca era um mistério de Deus, uma maneira de extirpar o mal e promover o bem. Neste sentido, algo necessário, principalmente no Sertão do Seridó, onde, segundo o documento de 1847, elas "reformam os gados para viçarem; tem feito os homens industriosos;...".[77] Magnificamente, tinha efeitos até mesmo comercial, pois, nas palavras do sertanejo Manoel Dantas Correia, contribuiu para valorizar os rebanhos que, desde muitos anos, vinham sendo vendidos por valores irrisórios. Contudo, o fechamento do seu documento não deixa dúvidas aos incrédulos de ontem e de hoje: "logo, torno a dizer, que as seccas nestes sertões são necessárias, muito principalmente dadas por uma sabedoria infinita que não pode errar, que tudo dispões para o bem dos seus filhos".[78]

Como foi evidenciada, por outros aspectos já mencionados, a sacralização do sertão seridoense, pelos seus povoadores, não se encerrava na fetichização da natureza do semi-árido, como apenas o resultado direto da sua relação com o espaço geográfico. Diante de um mundo incerto, cheio de surpresa e que por vezes põe em perigo a vida dos seus pecadores, como inspira essa frase, "o céu conserva-se triste e ameaçador: limpo, claro, nem uma nuvem e se alguma apparece é logo desfeita pelo vento que continua a soprar do Nordeste".[79] Era preciso dar provas de temor à ira do Senhor Deus, evitar a queda em tentações, seguir as regras e os ensinamentos antigos e sagrados.

## 2.7. Traços do sertão patriarcal e patrimonialista

No sertão do Seridó potiguar, o encantamento do homem pela terra, do homem com a natureza, deu-se desde os primeiros momentos da chegada do colono. Isso sem falar,

[77] CORREIA, Manoel Antônio Dantas. Op. cit. p. 24.
[78] Idem, idem.
[79] A observação foi feita no ano de 1898, na freguesia de Campo Grande, hoje cidade de Augusto Severo, no Oeste do RN. Esse município não fica no Sertão do Seridó, porém o personagem é ninguém menos que o Neto de Manoel Antônio Dantas Correia, conhecido por Barão do Assú, que mantendo a tradição dos seus

é claro, nos mundos mágicos do ameríndio e do negro que em muitos aspectos se entrelaçaram ao do homem ibérico.

Vindos de Pernambuco e Paraíba, logo que se despejaram do planalto, pelo famoso boqueirão de Parelhas, os novos povoadores repetiram gestos que em muitos aspectos são reveladores do quanto estavam imbuídos da velha tradição de Abraão e seus descendentes. Ao divisarem as grandes depressões planas, intercaladas por contrafortes, espécies de reminiscências do Borborema, destacaram no olhar verdadeiros vales do Éden, aí ausentes apenas os vinhedos que os "filisteus" e "cananeus" dessa terra não os conheciam. Sem dúvida, no começo, esses vales foram preferidos em detrimento das Serras, que são mais apropriadas para agricultura; essas áreas, tudo faz crer, constituíram-se em refúgio de índios, negros e mestiços em geral.

Os vestígios desses fatos ocorridos no começo da colonização do Seridó podem ser colhidos por quem visita Florânia. Antigo município do Acari, cidade encravada na região Seridó, no sopé de um desses contrafortes, batizado e oficializado de Serra de Santana[80]. Nessa localidade, a presença, na população, dos elementos da mestiçagem é mais visível, além da freqüência marcante do negro. Não é por acaso que, atualmente, nas terras da Serra de Santana, pertencentes aos atuais municípios de Florânia e Tenente Laurentino, predominam os rendeiros/posseiros e a terra está bastante fragmentada em pequenas propriedades de títulos ou de posse.

A escolha dos sertões, como eles denominaram esses vales, representou a confluência perfeita de dois mundos simbólicos do imaginário do colonizador: o sagrado e o profano. Esse último representado pelos currais de gado. Essa escolha ilustra bem a dimensão que a agricultura tinha no imaginário dos primeiros colonos de nosso Sertão. Muitos recém-chegados de Portugal, outros descendentes de Portugueses pioneiros que se fixaram no litoral ou nas suas cercanias, suas cabeças ainda navegavam no mundo rural da

---

antepassados registrava em preto e branco os acontecimentos do seu tempo. In: GUERRA, phelippe & GUERRA, Theophilo. Op. cit. p. 49.

[80] Para os munícipes daquela cidade, a Serra de Santana se subdivide em três: Serra de Santana, Serra do Cajueiro e Serra do Periquito. Nessa última, surgiu um povoado que foi desmembrado de Florânia dando origem ao hoje denominado Município de Tenente Laurentino. O nome do município é a lembrança de um antigo político da localidade, o mesmo, já conhecido desse trabalho, foi o proprietário da fazenda Condado no tempo das visitas de A. Silvino ao Seridó.

Península, onde, no mínimo, até o XVI, o que sobrava de vida no campo "era uma fácil horticultura e um doce pastoreio".[81]

Entretanto, é importante destacar que, complementando esse cenário sagrado, muitos dos montes ou cabeços, na linguagem dos sertanejos de então, que compõem o acidentado relevo da região, foram consagrados no tempo por esses moradores, como lugar de peregrinação e romaria. Em Florânia se destaca o Monte de Nossa Senhora das Graças, em Carnaúba dos Dantas, cidade fundada pelo Coronel Caetano Dantas Correia e seus descendentes, o conhecido Monte do Galo.

São lugares de visitação permanente da população do Rio Grande do Norte e de outros Estados do Nordeste. Ambos estão situados na região do sertão do Seridó potiguar e se destacam como símbolos sagrados da população rural ao derredor. A glorificação desses lugares envolve lendas e histórias contadas em versos do cancioneiro popular e pela tradição oral. Fazem parte da história dessas cidades e estão vivas, até hoje, na memória dos habitantes locais que contam, no momento, com mais de sessenta anos.

Concomitante ou no passo seguinte à construção dos currais e da casa de taipa de mão, os novos moradores dos sertões ergueram altares ao senhor. Expressando as condições materiais daqueles colonos, a maioria, simples posseiros com algumas sementes de gado, não muito raro, a edificação desses símbolos sagrados, foi a princípio, constituído de uma mesa, alfaias e a imagem de um santo de devoção do patriarca; em outros casos, dos paramentos fazia parte um oratório de madeira. Com o povoamento das fazendas e dos locais onde, nos primórdios da colonização, os sertanejos realizavam suas primeiras trocas comerciais, geralmente o lugar da feira do sábado ou do domingo, esses senhores da localidade passaram a construir capelas e igrejas.

Segundo rezam os documentos da época, escavados e compendiados por pesquisadores do Sertão, aqui cortejados, no Seridó potiguar essa prática do fazendeiro de construir capelas, igrejas e fundar freguesia foi uma regra absoluta, exceção, se houve, não foi registrada. Esses proprietários costumavam doar patrimônio em terra, em média de meia légua em quadro, onde, geralmente, além da capela ou igreja, surgia o povoado ou a vila, e custear as despesas com a construção do templo. Quando o fazendeiro morria antes de terminar a empreitada, seus descendentes costumavam cumprir o compromisso religioso

[81] FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 23.

assumido perante o Tribunal de Deus. Muitos, além de construtores, se mantinham como benfeitores das mesmas.

As primeiras capelas construídas em terras seridoenses foram as de N. S.ª do Ó, na Fazenda Serra Negra, sítio que deu origem à cidade de mesmo nome, e a de N. S.ª da Guia, na ribeira do Acauã, onde surgiu o município do Acari. A construção pioneira foi da Capela de Serra Negra, que foi concluída em 1735, pelo antigo sesmeiro Capitão Manoel Pereira Monteiro. Três anos depois, o Sargento Manoel Estêves de Andrade dava por terminada a Capela do Acauã. Esses construtores eram todos criadores de gado. Esse costume dos fazendeiros do Sertão seridoense de empreender obras dessa natureza perdurou até o segundo quadrante do século XX. Nessa região, nos seus demais municípios, as igrejas e capelas existentes, todas têm em comum essa origem[82].

Para substituir as capelas que evidentemente haviam ficado pequenas para atender as necessidades espirituais do rebanho de fiéis que, a despeito das contingências, crescia sem parar, as capelas foram substituídas por igrejas. Em Serra Negra, novamente entra em cena a pessoa de Manoel Pereira Monteiro, que ladeado pelos filhos, trinta e nove anos depois de soerguida a primeira capela (1774), dão início à construção do novo altar, agora maior e mais suntuoso. A obra foi concluída em 1781. Também no Acari o altar de N. S.ª da Guia, havia se tornado pequeno. Quando foi em 1859, Antônio de Araújo Pereira, assistido por seu filho, que era padre, Tomaz Pereira de Araújo, principiou a construção da nova igreja. Os trabalhos foram encerrados em 1863, a obra "custou cem contos de reis, o equivalente, na época, a 89,650 kg de ouro, ou o preço de 5.000 vacas".[83] É interessante destacar que das duas primitivas capelas edificadas no Seridó potiguar a do Acari ainda resiste ao tempo.

Em muitas fazendas, por distar léguas da capela ou igreja mais próxima e mesmo por força da convicção religiosa, seus proprietários mantinham em suas dependências um oratório onde eram guardados seus vultos e, em alguns casos eram celebradas missas. Os inventários estudados por Medeiros revelam casos que são exemplos da força da fé e da importância que tinha a religião no cotidiano da vida rural daqueles

---

[82] DANTAS, Dom José Adelino. ***Homens e fatos do Seridó antigo.*** pp. 09-41; CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra***. pp. 153 a 269; MEDEIROS, Olavo de. ***Velhas famílias do Seridó***. Brasília: Gráfica do Senado, 1981, pp. 109 e 264.

[83] MEDEIROS, Olavo de. ***Velhas famílias do Seridó***. p. 176. Ver também NÓBREGA, Janúncio Bezerra da. ***Revivendo o Seridó: memórias***. Natal: CLIMA, 1981, pp. 22-23.

sertanejos.[84] Tradição que em muitos aspectos se preservou para além da morte do sertão Antigo.

Esses fatos e práticas sociais podem parecer pitorescos, mas na verdade não constituem isso. Eles exemplificam de forma inequívoca os cânones de uma sociedade rural patriarcal. Num intervalo de quatro anos, o dispêndio particular em uma obra pública de uma soma em dinheiro equivalente a um rebanho de 5.000 vacas representa um ato distante anos-luz da prática mercantil do comerciante capitalista, ou do mestre da oficina de manufatura nos albores do capitalismo. Essas ações sociais, tão comuns no sertão do Seridó, e provavelmente alhures pelo Nordeste colonial, são exemplos cristalinos de uma sociedade, onde seus agentes históricos estão com os pés e a cabeça chumbados na tradição patriarcal. Claramente elas personificam o sentido do patrimonialismo, a não existência de distinção entre o público e o privado, ou seja, a esfera do público como domínio particular.

Afora o desejo incondicional de salvar a alma e do temor dantesco de cair no inferno, condição da vida após a morte, mais que era uma bússola guia do cotidiano dos sertanejos em geral, e especialmente do patriarca, existiam outros que também dirigiam a ação desses homens na vida terrena. Além da ampliação do patrimônio, uma outra grande aspiração prática desses senhores fazendeiros criadores de gado, era ordenar padre pelo menos um de seus filhos ou descendes de segundo grau em cada geração.

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, em praticamente todos as famílias seridoenses de proprietários de terra, houve de um a dois filhos que se dedicaram ao sacerdócio. Essa era mais umas das práticas dispendiosas daqueles senhores. Uma das condições para se ordenar padre era o dote que seria dado ao futuro sacerdote como item indispensável à colação de ordens eclesiásticas. Consistia o mesmo, na maioria dos casos registrados em documentos da época, de terra, casa e gado, o que representava mais imobilização patrimonial de recursos oriundos da atividade pastoril, com dinamização econômica zero. Pelo visto, só os filhos dos mais aquinhoados podiam ser padres.

Outras ações que glorificavam a fé dos sertanejos de antanho são suas posturas frente à morte. Seus testamentos, coligidos por Dom Adelino e Olavo Medeiros, atestam

[84] "Ficou famoso o oratório da fazenda Sabugi, do capitão-mor Manoel Gonçalves Melo, pai de dois filhos sacerdotes. No inventário do patriarca do Sabugi, figuram alguns objetos de prata, empregados nos serviços religiosos daquela capela: um cálice de prata, com copo, pátena (ou patena) doirada, e colherzinha, além de uma sineta, tudo com o peso de cerca de 629,393 g." (MEDEIROS, Olavo de. ***Velhos inventários do Seridó.*** p. 96).

que a grande maioria dos sertanejos, pouco antes de morrerem, manifestavam por escrito a recomendação da alma a Deus, a manutenção inabalável da fé e o desejo de serem enterrados em hábitos que, na maioria dos casos representavam uma irmandade religiosa, a qual eram filiados. Os casos mais comuns eram os hábitos de carmelitas e franciscanos. Recomendavam ainda que, do terço do seu patrimônio uma parte fosse convertida em missas em louvor à sua alma.

O mundo do patriarca sertanejo do Seridó potiguar sempre esteve perto ou nas alturas do paraíso, mas também, foi um vizinho amigável da magia e crendices do universo do negro e do índio. "Além das incontáveis meizinhas caseiras, muitos procuravam os recursos dos rezadores para os mais diferentes males e até mesmo para combater as pragas da lavoura".[85] O sertanejo que erguia altar ao Senhor também se filiava a uma irmandade religiosa, doava patrimônio, na vida e na morte, ao Santíssimo Sacramento de sua freguesia, era o mesmo que acreditava na mula-sem-cabeça, no lobisomem e na caipora[86]. Esse homem de origem ibérica, como colonizador, "ficou fiel ao Deus que o batizara em Portugal e, com o distante avô romano, reservou um altar oculto para a desconfiada crença nos divinos assombros das negras e cunhãs temerosas de tempestades e rumores insólitos no escurão da noite equinocial".[87]

Não se tem notícia de missões catequéticas para os negros, nem na Colônia e, ainda menos, no sertão. Mesmo assim a cosmovisão do colono se apoderou do espírito do mestiço tanto quando do negro, fosse forro ou escravo. Já em 1771, no povoado do Caicó, foi instalada a primeira Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Na direção da mesma, aparecem suas Altezas Reais, Sebastião Pereira, Rei de Congo, e Maria José Neves, Rainha de Congos. Secundando os representantes máximos da nobreza, estão Afonso Ribeiro, Juiz, Luiza Gomes, Juíza, José Mendes, Escrivão, e Maria Tereza, Escrivã[88].

---

[85] LAMARTINE, Juvenal. ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 84.

[86] Quem nasceu e viveu numa das cidades do Seridó até o início dos anos setenta, quando ainda não se tinha energia de hidrelétrica, aprendeu a ter medo da mula-sem-cabeça, do caipora e do lobisomem. Quando morava em Florânia, criança de onze-doze anos, o autor desse trabalho ouviu muitas histórias, contadas por adultos que, segundo eles, viram ao vivo e em cores o lobisomem e a caipora. O interessante é que a descrição e os detalhes, ainda hoje guardados na minha memória, coincidem com a versão que CASCUDO apresenta em seus estudos. (Ver. ***Geografia dos mitos brasileiros***. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983, pp. 88 a 165.). Em Florânia, conheci bem as versões do lobisomem e da Caipora. Da mula-sem-cabeça só ouvi falar em Caicó.

[87] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Religião no povo***. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1974, p. 3.

[88] LAMARTINE, Juvenal. ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 72.

A respeito da Irmandade do Rosário, é importante destacar o seu décimo primeiro capítulo, onde está prescrito "que se mande dizer anualmente uma capela de missa pelos irmãos vivos e defuntos, pela esmola de doze vintens cada missa, e pela alma de cada irmão falecido, uma missa de corpo presente, pela espórtula de uma pataca".[89] Como se vê, a festa do Rosário representa um leito comum de dois afluentes caudalosos, o paganismo africano e o catolicismo ibérico. Uma manifestação clara daquilo que Ginzburg, em seu estudo clássico, chama de circularidade da cultura[90].

No tocante à proliferação familiar, o nosso colono não teve pejo. Seguindo o que lhe concedia a sua imaginação, constituiu-se num verdadeiro genearca. Sem se afastar um milímetro da sua convicção de patriarca, homem eleito de Deus com o mistério de espalhar, pelas terras sertanejas do Seridó, os dogmas sagrados e seus bem-aventurados descendentes, formou numerosas famílias. Nos primeiros séculos de colonização, o tamanho delas era em média de quinze a vinte filhos legítimos. Sem contar, é claro, os descendentes bastardos. Nos limites da vida no campo, esse costume de constituir enormes famílias, não se restringiu aos primeiros séculos de existência do mundo sertanejo e foi um dos fatores responsáveis pela dinâmica da tradição até a crise da agricultura do algodão e o desmonte das fazendas.

Como já foi dito, o Coronel Caetano Dantas Correia, um dos primeiros colonos a chegar naquelas paragens, teve uma prole de dezenove filhos, dos quais, dezessete se criaram. Aos oitenta anos, afastou-se do regimento de cavalaria miliciana e, sete anos depois, ainda com uma certa robustez, faleceu no município do Acari-RN, "deixando uma numerosa descendencia, e de si saudavel memoria, não só aos seus descendentes, como tambem aos mais moradores do lugar de sua residencia".[91]

Sabe-se que esse patriarca só se casou aos quarenta e três anos de idade e que seu último filho fora concebido quando ele se achava com setenta e sete primaveras. Como teria Caetano saciado seu apetite sexual e seu desejo de proliferar, até o seu quadragésimo terceiro aniversário? Possivelmente com as cunhãs ameríndias que sobejavam, naqueles

---

[89] Idem, idem.

[90] "... é possível resumir no termo 'circularidade': entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo..." (GINZBURG, Carlo. ***O queijo e os vermes:*** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 13.

tempos, nas ribeiras do Piranhas, na Paraíba. Oficialmente não há registro de vida matrimonial referente ao período anterior ao seu casamento com a filha de Tomaz de Araújo Pereira. Seu filho, o autor da crônica já referida, nada fala a esse respeito. Entretanto, como diria Cascudo, estudioso dos costumes do povo, ao veredicto popular não escapam os acontecimentos do seu tempo. Através da oralidade, assumindo a forma de lenda ou de folclore, os fatos históricos e os episódios de cada época e lugar, tomam corpo e são registrados na memória coletiva local. Dessa forma, preservou-se e foi registrada por memorialistas e estudiosos da região, a lenda, segundo a qual Caetano teria tido um casamento com uma índia de nome Micaela. Dos estudos do seu inventário, o máximo que se pode depreender a esse respeito é que o mesmo tinha uma filha com esse nome[92], o que pode ser um indício de velhos amores.

Manoel Alves da Nóbrega, genro do cronista Manoel Antônio Dantas Correia, não deixou por menos a missão de constituir, como institui o Pentateuco, uma numerosa parentela. Casado com Dona Maria José, foi um dos primeiros povoadores e fundadores de Santa Luzia, município do Seridó paraibano. Segundo seu inventário, ao encerrar os seus anos de vida, no ano de 1842, com noventa e quatro anos, deixou como ramo legítimo seu, treze filhos, cento e sessenta e seis netos, trezentos e setenta e oito bisnetos e quarenta e seis trinetos. Uma parentalha de seiscentos e três descendentes legítimos de um único varão[93]. Inúmeros exemplos podem ser colhidos. Em outro momento desses trabalhos eles serão retomados.

A constituição de uma grande parentela, além de atender um princípio do mundo sagrado dos povoadores desse sertão, cumpria também funções políticas e militares. Por força desses valores sagrados e das circunstâncias de então, a formação da parentela seguia caminhos diversos. A constituição de uma grande prole era um deles. O casamento com os descendentes de outras famílias abastadas era outro. Como na época era costume o dote de casamento e a herança colateral, essa rotina, além de amenizar o futuro impacto da partilha dos bens da família de origem dos nubentes, de quebra propiciava a redução das

---

[91] GUERRA, Phelippe & GUERRA, Theophilo. ***Seccas contra a scca.*** p. 15.
[92] MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. ***Seridó.*** p. 114. DANTAS, Dom José Adelino. ***O coronel de milícias Caetano Dantas Correia: um inventário revelando um homem”***. [S. l. : s.n.]. 1977.
[93] DANTAS, Dom José Adelino. Op. cit. p. 26.

tensões sociais entre os domínios patriarcais. Com o casamento entre famílias estava ampliado o tamanho da parentalha.

O compadrio era também uma forma de expandir a grande família patriarcal, estendendo seus domínios para além do limite consangüíneo.

Destacando esse aspecto da parentalha, como uma fronteira político-militar imprescindível naquele sertão bravo e insulado, encaixa-se aqui, a título de ilustração, o episódio ocorrido em Serra Negra do Norte, vivido por Juvenal Lamartine, quando contava, conforme suas palavras, com doze ou treze anos. Naquela época, reinava no Brasil o movimento abolicionista. Ali no longínquo município recém criado por desmembramento da Cidade do Príncipe – depois cidade do Caicó – as idéias de Joaquim Nambuco tinham ecos. Foi fundado o clube abolicionista do município. Da comissão fundadora participaram os maiores fazendeiros da região, entre eles, Lamartine cita seu pai Clementino Monteiro de Faria, o presidente do clube, Antônio Gomes Monteiro, o vice-presidente e José Evangelista de Medeiros, Major Manoel Alvares de Faria, José Félix da Silva, Capitão Josué Alvares de Faria e outros.

Logo na primeira reunião, os sócios discutiram e foram favoráveis às libertações dos seus escravos. “Uns dando-lhes imediata liberdade e outros, condicionando-a à prestação de seus serviços por mais seis meses ou um ano”. Dos presentes, apenas o Capitão Antônio Pereira Monteiro, considerado o maior proprietário de escravos do município, recusou-se a fazer parte do clube e a libertar seus escravos, mencionando a legitimidade da posse por herança ou compra.

Possivelmente estimulados por abolicionistas, sugere o cronista, foge da fazenda do Capitão os escravos preto velho Luiz e a mulata Josefa. A contenda foi parar na justiça, com o Capitão Pereira constituindo seu advogado de defesa o Dr. Vicente Simões Pereira de Lemos. Em audiência presidida pelo juiz da Comarca, Dr. João Gomes de Barbosa Almeida, o capitão apresenta a prova em juízo da propriedade e tem garantida a reintegração da posse do preto Luiz que, ato contínuo à sua entrega ao dono, foge. Á noite, com a ajuda do presidente do clube, refugia-se no município do Pombal-PB, numa fazenda de um amigo daquele.

Quando da audiência da mulata Josefa, atendendo à sua solicitação, intercedeu o Major Sizenando Sátiro, avô do deputado paraibano, nos idos de cinqüenta e sessenta

(1950-60), Ernani Sátiro. Depois da decisão do juiz em favor do Capitão, na saída da casa do seu depositário, para ser entregue a seu senhor, a escrava foi raptada das mãos do oficial de justiça. O acontecido leva Antônio Pereira a impetrar uma ação criminal contra Sizenando. No dia do julgamento, de forma ignominiosa, desfila pelas ruas da cidade um cortejo de quatro cavaleiros. Era o irmão do réu, o Capitão Cazuza Sátiro, famoso em toda a região pelas suas façanhas como caçador de onça, em fausta montaria ladeada por três amigos. O destino do séqüito era a casa onde estava o irmão à espera do julgamento.

O caso teve um desfecho feliz, com a decisão do júri a favor do acusado. O resultado da sentença gerou contentamento na cidade, com direito a fogos e festas. Foi oferecido um jantar ao qual compareceram o Major Sizenando e amigos, estando presente à mesa a mulata Josefa como convidada especial[94].

O caráter militar da parentalha fica também evidente na trama alencarina, nas proezas do personagem Marcos Fragoso, quando esse cerca os casarios da fazenda do Campelo, com o intuito "de cortar a comunicação exterior, e evitar que o capitão-mor mandasse aviso à numerosa parentela de Russas, que logo acudiria em seu auxílio".[95]

No mundo sertanejo, construído como imagem e semelhança da velha Canaã, a atividade nobre foi o pastoreio, dedicando-se a ela, com orgulho e pompa, o velho patriarca. As demais atividades da fazenda foram deixadas aos seus subjugados escravos, agregados temporários e, posteriormente, moradores. No começo de tudo, essas últimas categorias foram compostas, de forma quase invariável, por índios. Depois, com o passar do tempo, aumento da miscigenação, da descendência desses patriarcas, maior caldeamento cultural e crescimento da população em geral, o camponês morador e/ou vaqueiro se compôs de mestiços, de descendentes diretos e colaterais daqueles varões e ainda da população em geral.

Portanto, a família patriarcal é a célula mater da sociedade sertaneja. Uma das condições básicas para cumprir essa função foi a determinação do patriarca de se fixar

[94] LAMARTINE, Juvenal. Op. cit. pp. 75 a 77.
[95] ALENCAR, José de. ***O sertanejo***. p. 274.

em fazendas de criatório e constituir uma família, ou melhor, uma parentela. Pelo visto, essa era uma das preocupações sagradas dos colonos. Diante de evidências, é possível ir além e dizer que não só os colonos do sertão, mas também as autoridades reais pensavam da mesma forma. Estava ritualizada na ação dos colonos e até mesmo institucionalizada nos pareceres oficiais da época. É o que faz crer um documento do Provedor da Fazenda Real, respondendo, aos colonos de Pernambuco, a solicitação de terras no Rio Grande do Norte. Se opondo ao tamanho das sesmarias requeridas, por não estarem dentro das suas possibilidades individuais de povoarem as terras, "pois nestas eras, nem se vive nem procrêa tanto como nas de Adão e Noé".[96]

Pelo que foi exposto, é possível conjecturar que a cultura sacralizada e mítica, os currais e a parentela foram os elementos fundantes da sociedade pastoril que nasceu no sertão do Seridó potiguar, no fim do XVII e início do XVIII, consolidou-se como sociedade agrícola e pecuarista no XIX e entrou em colapso de morte no terceiro quadrante do XX. Como conseqüência dessas condições históricas e da amalgamação cultural, a administração da terra manteve quase intacta, até a morte dessa sociedade, o caráter social de uma economia familiar e patrimonial.

Entretanto, é possível entrever, nesse universo sertanejo, um viés comercial, uma herança mercantil ibérica. Isto quer dizer que alguns fazendeiros se dedicaram também ao comércio e, muitos comerciantes se tornaram fazendeiros sem largar o negócio de comprar barato e vender caro. Porém a terra, a fazenda, nunca foi território das relações mercantis. Esse é um dos eixos fundantes da compreensão da morte do sertão antigo no Rio Grande do Norte, ou mais precisamente, nos municípios de Florânia e Caicó.

Para compreender melhor esse caráter social da sociedade rural do semi-árido potiguar, desceremos mais alguns degraus do sótão em direção ao porão do mundo sertanejo, para demonstrar mais suas facetas econômicas.

Sobre a natureza dos currais de gado no Nordeste muito já foi dito. A fala dos clássicos da história econômica brasileira, ao se referirem às fazendas pecuaristas, assume um tom generalizante, preso às brumas da trama social dessa sociedade, de forma que o estabelecido talvez não possa ser apreendido em todos os lugares onde os vaqueiros correram e derrubaram bois.

---

[96] Documento citado por CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra.*** p. 24.

Caio Prado e Celso Furtado evidenciaram as relações econômicas do sertão pecuarista com o complexo açucareiro do Litoral. Com muita determinação, afirmaram que foram os currais sertanejos, durante o período colonial, especialmente no XVIII, responsáveis pelo abastecimento do animal de tiro dos engenhos de trapiche e para alimentação de carne seca das populações do litoral. Como os rebanhos eram mistos, criava-se também o muar e o cavalar; as fazendas forneceram ainda o animal de transporte para o próprio sertão e litoral. Nosso estudo de mestrado demonstrou o quanto foi dinâmica a participação da pecuária norte-rio-grandense, nesse período referido. Seus derivados, comercializados na colônia e, até mesmo exportados, incluíam além do boi de tiro e da carne seca, os couros e os atanados de sola, fabricados nos curtumes do Recife [97]. Caio e Furtado, foram unânimes em afirmar a pouca presença do escravo na sociedade do sertão.

No tocante ao papel da pecuária sertaneja, a obra de Gorender[98] sintoniza-se com Prado e Furtado, porém é dissonante no que tange à presença do negro escravo nos sertões. Baseado em um relatório de 1697, do Padre Miguel Couto, sobre a Freguesia de N. S. da Vitória, no Piauí, afirma o autor que a presença do negro nos currais empresta ao pastoril a dimensão social do escravismo colonial.

Os dados apresentados nos inventários e outros documentos do Seridó, escavados por Medeiros dos arquivos das Igrejas e dos cartórios, revelam sobre os negros dali peculiaridades que deságuam no oceano da tradição patrimonial. São documentos, informações e indícios representativos da vida social dos escravos, concernentes aos séculos XVIII e XIX. Embora a grande maioria das fontes represente os domínios mais aquinhoados, há inventários de vaqueiros e de médios e pequenos proprietários.

Os dados sobre os negros do Piauí, nos quais se apóia Gorender para afirmar ser a presença do escravo nos sertões a expressão do escravismo colonial, semelhante ao do litoral, tem como característica destacada por este estudioso, a ínfima presença da mulher escrava. “Os negros eram em número de 210, perfazendo 47% da população das fazendas.

---

[97] PRADO JUNIOR, Caio. ***História econômica do Brasil***. São Paulo: Brasiliense, 1976. FURTADO, Celso. ***Formação econômica do Brasil***. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1961. Sobre a pecuária do Rio Grande do Norte, ver ARAÚJO, Douglas. ***O desenvolvimento do abate de bovinos no RN e suas relações de trabalho***. Natal: 1990. 295f. Dissertação (Mestrado em C. Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[98] GORENDER, Jacob. ***Escravismno colonial***. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

Entre eles apenas 7 mulheres. (...). À exceção das poucas negras, tratava-se inequivocamente de escravos aplicados ao trabalho produtivo...".[99]

Se bastasse o domínio de negros ou negras na escravaria para definir o estatuto social do trabalho escravo em uma comunidade, o que já foi dito sobre a natureza social do mundo dos sertanejos seridoenses se tornaria supérfluo, visto que, na região, a presença de escravas foi maior. Mesmo com essa ressalva, considera-se aqui que esse aspecto é importante, mas não foi tomado isoladamente para definir o sentido da escravidão estudada.

Nas fontes já mencionadas, o que se encontra sobre a presença de escravas nas fazendas do Seridó se coaduna com o mundo patriarcal daqueles sertanejos. Nas grandes fazendas, onde o número de cativos chegou a mais de vinte e em alguns casos a mais de trinta, nesse contingente o comparecimento da escrava é bastante expressivo. Atinge, em alguns exemplos, a participação de cinqüenta e quatro por cento dos cativos. É o que mostra o inventário de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, do Tororó de Cima. Dos vinte e quatro escravos arrolados no documento, treze eram mulheres. D. Holanda foi viúva, do primeiro casamento, do coronel de cavalaria e ordenança, Cipriano Lopes Galvão (o 1º.). Uma surpresa ao feminismo do nosso tempo é o fato de que D. Adriana casou três vezes, sendo seu último marido o português Antônio da Silva e Sousa, cerca de vinte e cinco anos (25) mais moço[100]. Esse é um inventário de 1793. O importante é que, incluindo os demais, a presença média de escravas é de cerca de quarenta por cento.

Esse e outros aspectos não atestam o trabalho compulsório voltado para a extração de valor, semelhante ao que ocorreu no engenho de açúcar do litoral. Nas fazendas da sociedade sertaneja estudada, a não existência da senzala foi uma regra. Os escravos residiam e conviviam debaixo do mesmo teto do seu senhor. Fora altíssima a presença de escravos, homens e mulheres, com trinta, quarenta, cinqüenta e até setenta anos. Chama a atenção o caso da escrava Maria Fernandes Jorge, que faleceu com cento e trinta e cinco anos, foi sepultada na matriz do Seridó, em Caicó, no ano de 1821[101]. É de causar

---

[99] Idem, ibid. p. 415.
[100] MEDEIROS FILHO, Olavo de. ***Velhos inventários do Seridó.*** pp. 165 a 176.
[101] DANTAS, Dom José Adelino. ***Homens e fatos do Seridó antigo.*** p. 164. A respeito dessa escrava, diz o autor: "viu êste Seridó ainda mata virgem e deserto, cobra e onça dominando a terra e viu muita coisa mais. Contemplou a vanguarda das primeiras bandeiras, dos primeiros batedores dêstes sertões, surgirem as primeiras fazendas, construirem-se as primeiras moradas do Caicó".

admiração, porque, como se sabe, a vida útil do escravo no engenho era, em média, de sete anos.

Também fora comum o casamento e a constituição de famílias entre escravos. Está lá nos inventários, assentada em branco e preto a prole desses casais. Não foi nada desprezível o número de cativos, filhos de outros escravos da mesma fazenda. Em alguns casos chega próximo da metade dos trabalhadores negros da fazenda e representam os mais jovens da população escrava, geralmente de um até os vinte anos. Salvo um ou dois casos, a grande maioria não possuía o domínio de um ofício.

O escravo, nesse sertão, é mais um servo do senhor, um criado, membro da comunidade familiar, a exemplo da comunidade oriental, onde os indivíduos se comportam não como trabalhadores, mas como membros de uma comunidade. A finalidade primeira desse trabalho, no caso sertanejo, o pastoreio, não é a formação de valor e sim a criação do patrimônio familiar, embora essa atividade possa gerar, como de fato gerou, um excedente que venha a ser permutado ou comercializado com outras comunidades. “Seu propósito é a manutenção do proprietário individual e sua família, bem como o da comunidade como um todo”.[102]

Esse sentimento de pertencimento à comunidade familiar da fazenda sertaneja pode ser depurado de um acontecimento exemplar nesse sentido. Passavam-se os anos de 1791-93, quando uma grande seca, acompanhada de uma peste de morcegos, assolava o sertão. Como era de praxe nessas calamidades nas vizinhanças do Seridó, na Fazenda Jatobá, no atual município de Augusto Severo, território rio-grandense-do-norte, uma família, fugindo da sede e da fome, deixou a região em procura dos brejos de Apodi. O caso foi da viúva Ana Filgueira de Jesus, mãe do futuro Senador do Império pelo Rio Grande do Norte, o Padre Francisco de Brito Guerra. A retirante levou a família, os seus pertences e o resto do rebanho de cabras. Deixou tomando conta da fazenda o seu escravo de nome Inácio. De lá do Apodi, distante treze léguas, mandava os mantimentos. Numa das viagens, o portador encontrou o escravo morto junto a restos de alimentos. O negro foi sugado pelos morcegos até ficar fraco e falecer. Não foi capaz de fugir. Agonizou firme e inquebrantável ao princípio de fidelidade à sua dona e senhora[103].

---

[102] MARX, Karl. ***Formações econômicas pré-capitalistas***. Rio de Janeiro, 1981, p. 66.
[103] DANTAS, Dom José Adelino. ***Homens e fatos do Seridó antigo.*** p. 148.

Seguindo as informações de Lamartine, percebe-se que a maior parte do trabalho escravo foi empregada em atividades subsidiárias da economia familiar. Numa fazenda com seis escravos em média, no máximo três se dedicavam à pequena lavoura de subsistência, duas ou mais escravas aos afazeres exclusivamente domésticos, um vaqueiro e um carreiro[104].

A função de carreiro na fazenda certamente era de natureza complementar, carregando víveres para o armazém da casa sede da propriedade. Não confundir com o carreiro fretejador, muito comum nos sertões do Nordeste até o início do XX. Esse foi um personagem do mundo mercantil. Um minucioso estudo de Melo revela que o carreiro freteiro fora o caminhoneiro daqueles tempos. Não muito comum, foi o carreiro independente, a grande maioria atuava como parceiro de um comerciante que lhe fornecia o carro completamente arreiado e ainda custeava as despesas correntes com as juntas de boi. Trabalhava pela meia ou meação, tendo como pertences a vara, "o ferrão, a machadinha, a mala, a faca e o chifre, este atualmente substituído pelo frasco, com a recente adoção do azeite do carrapato."[105]

Nesse sertão, a função de vaqueiro era uma atividade notável, exercida na maioria das vezes pelo próprio fazendeiro e seus descendentes diretos ou parentes de primeiro grau, como foi o caso de um dos conhecidos personagens dessa trama, o Coronel Caetano Dantas Correia, que começou a sua vida no sertão como vaqueiro do seu irmão. A ascensão do escravo à condição de vaqueiro, algo um tanto comum naqueles ermos potiguares, também indica laços mais frouxos dessa escravidão praticada ali, e uma postura adversa ao trabalho compulsório do eito na cana. O vaqueiro era um parceiro do proprietário do rebanho. No dia da ferra, após a retirada do dízimo, inicialmente pago à Igreja, e depois, com a separação do Estado, ao Erário, depois de marcar três bezerros com o símbolo do patrão, o quarto recebia a marca do vaqueiro. Além disso, podia explorar o leite de algumas vacas, no final do ano, vender uma rês gorda para melhoramento dos currais e da agricultura e cultivar seu roçado sem pagamento de parcelas ou parceria[106].

Ser vaqueiro era uma tradição que passava de pai para filho. Fora essa uma situação presente em quase todo o Nordeste. Há indícios disso em fontes dos sertões do

---

[104] LAMARTINE, Juvenal. ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 15.
[105] MELO, Manoel Rodrigues de. ***Patriarcas e carreiros***. Natal: Ed. Universitária, 1985, p. 196.
[106] LAMARTINE, Juvenal. ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 99.

Ceará, Rio Grande do Norte e outros. Já envolvido nessa trama, o personagem Arnaldo, do romance de Alencar, era filho do velho vaqueiro do Campelo, e apesar de titubear para assumir o cargo, herdou a habilidade do pai e praticava verdadeiras façanhas nas lides com o gado. Lamartine recorda que conviveu com essa tradição no Seridó, e acrescenta que conheceu vaqueiros que gozavam da confiança absoluta do proprietário, sendo tratados como um membro da família. Muito cedo se faziam compadres; mesmo quando possuidores de uma pesada prole e de condições precárias, eram honrados, "incapazes de um deslize e de um tudo prestando contas ao patrão, mesmo quando êste residia a dezenas de léguas e ali só botava os pés uma vez perdida."[107]

Em Florânia, o vaqueiro do Sr. João Silva, o mais famoso fazendeiro e comerciante de algodão do município até os anos setenta, poucos anos antes da sua morte, era filho de vaqueiro e seu genitor tinha trabalhado no sítio do pai de seu patrão[108]. Em sintonia com essas descrições está o quadro do vaqueiro do Nordeste, pintado com o gênio de um Picasso, por Euclydes em "Os sertões". Só escapa a essa harmonia narrativa a situação do vaqueiro Fabiano. O seu criador conseguiu transfigurar um personagem típico do sertão em um trabalhador livre, no sentido empregado por Marx, que bate de porta em porta, ou melhor, de porteira em porteira, procurando emprego[109].

Embora possa parecer paradoxal, os aspectos da vida vaqueira do escravo sertanejo reforça os laços da escravidão patriarcal como característica daqueles currais. Ainda que se quisesse considerar a gadaria como uma produção exclusiva de valor, a condição de vaqueiro/parceiro, mesmo permanecendo propriedade do senhor, contraria o caráter espoliativo do trabalho no escravismo colonial.

No Seridó, muitos escravos vaqueiros se tornaram fazendeiros. "Lembro, de momento, o preto Feliciano da Rocha, proprietário da Fazenda Cacimba das Cabras (Acari-RN) que chegou a acumular fortuna, tendo sido escravo e depois vaqueiro de Antônio Paes Bulhões, que o alforriou. José Donato, em Serra Negra, principiou como vaqueiro de meu bisavô, Joaquim Alvares de Faria e, quando o conheci, era senhor de terras e de gado."[110]

---

[107] Idem, idem.
[108] SILVA JÚNIOR, João. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2001. 1 fita cassete (120 min.).
[109] RAMOS, Graciliano. ***Vidas secas***. Rio, São Paulo: Ed. RECORD, 2000.
[110] LAMARTINE, Juvenal. ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 99.

Talvez pela nobiliarquia da vaqueirama, o emprego do escravo nessa função não foi tão generalizado. “O mestiço do branco e do indígena deu a maior percentagem de vaqueiros”.[111] Uma vez empregado o negro, tudo indica, não houve tratamento diferenciado. Assumiu a função de feitor, muitas vezes administrando a fazenda com o senhor à distância e sem fiscais, com direito a “alta e baixa justiça” e a ser respeitado naquilo que dissesse. O sertão não foi endereço do capitão-do-mato, perseguidor de negros fugitivos. Na faina do campear, iam lado a lado, com vestimentas semelhantes e a mesma matalotagem. Os reveses no campear eram idênticos para os dois lados. As brincadeiras também. O desafio de Cascudo, desde a primeira publicação de sua História do Rio Grande do Norte, ainda está no ar: baldado se procura nos engenhos de açúcar “o negro cantador, vaidoso, atrevido, desafiante, como Inácio da Catingueira”.[112]

Voltando a olhar para os inventários, não raro se encontram escravos como herdeiros de alguns bens deixados pelo seu senhor. Também foi bastante comum a alforria dos negros. Talvez isso explique o fato de no primeiro quadrante do XIX (em 1824), no Seridó, em uma população total de 6.394 habitantes, existirem 2.301 pardos e 303 negros livres e/ou forros. Os cativos foram 498 pardos e 1.156 pretos. A participação de pessoas pardas e negras livres, naquele momento, já era maior que a de pardos e negros escravos, e maior que a de pessoas brancas[113].

Pelo episódio ocorrido em Serra Negra, tudo faz crer que o fim da escravidão não trouxe nenhum indício de crise para a sociedade sertaneja daquela época. Não há estudos maiores a esse respeito. É uma lacuna a espera do labor de outros historiadores. Entretanto é possível adiantar que nas escavações que essa pesquisa procedeu não foram encontrados vestígios de que tenha havido maiores conflitos entorno desse problema.

As demais informações contidas nos inventários coligidos por Medeiros, indicam que naquela região do Rio Grande do Norte, o auge dessa sociedade dos currais foi

---

[111] CASCUDO, Luís da Câmara. ***História do Rio Grande do Norte***. Natal: Fundação José Augusto, 1984, p. 44.

[112] Esse notável historiador, com muita propriedade diz ainda, “o ciclo do gado com a paixão pela cavalo, armas individuais, sentimento pessoal de defesa e desafronta, criou o negro sôlto pelo lado de dentro, violeiro, sambador, ganhando dinheiro, alforriado-se com a viola, obtendo terras para criar junto ao amo, seu futuro compadre, vínculo sagrado de auxílio mútuo”. (***História do R. G. do Norte***. p. 45.).

[113] Ver nota de número 76 deste capítulo, na página 58.

no XVIII. No século seguinte, desenvolveu-se, pouco a pouco, a associação da agricultura com a criação de gado. A consolidação desse processo no Seridó só ocorreu com a aplicação da cultura do algodoeiro.

Quando se faz a leitura das obras de história econômica do Brasil, os trabalhos de síntese, a impressão que fica é a de que todo o sertão do Nordeste aderiu ao plantio de algodão a partir do clássico conflito da independência dos EUA. Olhando mais de perto para cada região desses sertões, observa-se que não se pode fazer essa generalização. Não de forma tão absoluta pode-se afirmar que no Seridó os currais resistiram à agricultura. Uns municípios mais do que outros. Caicó esteve na vanguarda desse embaraço.

A consolidação da agricultura e o fim da escravidão não alteraram, quando muito, fortaleceram a comunidade de parceria, que começou com o vaqueiro. Essa comunidade só se desintegrou com a morte do sertão. Como conseqüências diretas e indiretas desses mais de dois séculos de existência desse sertão antigo, ficaram pegadas profundas na mentalidade, nos gestos, na política, no trabalho, na economia, enfim, no jeito de ser e de viver daquele povo.

Não obstante, os florescimentos dos currais, da parentela e da população em geral desencadearam, não necessariamente nessa mesma ordem, o surgimento de povoados, vilas, freguesias e cidades. O primeiro povoado seridoense potiguar foi o de Caicó[114]. Nele, em 1748, foi fundada a freguesia de Sant'ana do Seridó[115]. É bom destacar que, inicialmente, depois desmembrado, foi jurisdição dessa freguesia o Seridó paraibano. E, como já foi dito no início desse trabalho, em 1788 o povoado foi alçado a município com o nome de Vila do Príncipe. No começo, esse município era sede administrativa de todo o Seridó. Depois de receber outros nomes de batismo, finalmente em 1890, passou a denominar-se de Caicó, o que perdura até hoje.

Com a expansão da comunidade agropecuarista sertaneja, dele se desmembraram, em cadeia, os demais municípios que compõem a região. Acari separou-se de Caicó em 1898. Dois anos depois (1890), desse município desmembraram-se Florânia e Currais[116]. Como demonstrado no capítulo da morte da velha sociedade rural seridoense,

---

[114] DANTAS, Dom José Adelino. ***O coronel de milícias Caetano Dantas Correia***. p. 43.
[115] Idem, ibid. p. 16.
[116] CASCUDO, Luis da Câmara. ***Nomes da terra***. p. 153-4.

Caicó e Florânia, como de resto todo o Seridó, foram palcos privilegiados, ícones da tragédia do desmoronamento das fazendas agropecuaristas montadas pela tradição.

# PARTE III

## O BRANCO, O NEGRO E O ÍNDIO INVENTAM A TRADIÇÃO NO SERIDÓ: O IMAGINÁRIO SERTANEJO

# O BRANCO, O NEGRO E O ÍNDIO INVENTAM A TRADIÇÃO NO SERIDÓ: O IMAGINÁRIO SERTANEJO.

**"Tudo aquilo de que o sagrado se apoderou é igualmente sagrado" (CASTORIADIS, 1982: 144).**

**"Esses versos são espelhos da mentalidade do sertão" (CASCUDO, 1984: 19).**

Foi narrado anteriormente o pouco amistoso encontro do branco europeu, do negro africano e do ameríndio em terras do Seridó potiguar. Como foi visto, desses confrontos e confluências frutificou o descrito edifício social sertanejo. Além de fatores já mencionados, tal fortificação ocorreu também em função da invenção de uma mentalidade tradicional, erguida com os escombros das três culturas presentes no cenário da caatinga. Tradição que fundou a vida social, os costumes, o trabalho e a morte dos sertanejos daquelas terras.

A trilha seguida nessa divisória da narrativa da **Morte do Sertão Antigo no Seridó** buscou evidenciar os passos dessa construção/invenção da tradição, trazendo ao lume da história, dentro do que a pesquisa foi capaz de capturar nas escavações já existentes, e nas fontes perquiridas pelo trabalho, as células de criação e difusão de sentidos e da construção da memória coletiva[1], dentro do mundo elaborado pelo sertanejo seridoense do Rio Grande do Norte. Nesse caso, o sentido da memória construída e difundida foi à tradição e seu arcabouço religioso que fundou a terra, a família, o trabalho, a vida e tudo mais como um mundo do cavaleiro da fé no catolicismo.

[1] "Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente relembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias" (POLLAK, Michael.

Falando da invenção das tradições, Hobsbawm destaca que o termo tanto inclui as criações formalizadas, institucionalizadas e de longa duração, como as de surgimento repentino que azáfama se estabelece, com dificuldades para o historiador estabelecer o período dado de seu nascimento[2].

Para esse trabalho a tradição sertaneja foi, sem dúvida, uma criação paramentada e institucionalizada ao longo do processo de colonização e ocupação do sertão potiguar. Foi revestida de um conjunto de práticas regidas por regras tácitas, outras explícitas e acatadas pelos povos envolvidos. Também pela repetição, visaram essas práticas rituais e simbólicas, a inculcarem valores e comportamentos ligados ao passado das três etnias que se encontravam em litígio social e histórico no processo de colonização da região.

O paradigma do referido autor diz que na sucessão histórica a invenção da tradição é um processo que evoca sempre uma ligação do presente com o passado dos atores em ação, ou seja, "sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado".[3] Nesse aspecto, o português colonizador daquele sertão, na condição de aglutinador-mor do processo social em curso, coadjuvado pelo índio e pelo negro, construiu uma ponte imaginária entre o semi-árido das cordilheiras de serras e montes, dos rios, dos gafanhotos, das arribações, dos arredios selvagens não cristãos e das secas, com o mundo do Pentateuco de Moisés, auxiliado e interpretado segundo os padrões da cultura ibérica e ameríndia.

Tocando ainda nessa nota, na perspectiva da nomeação cultural do social, dá para dizer mais que a invenção da tradição aqui discutida foi à maneira como aqueles primeiros habitantes e inventores de uma nova sociedade instituíram imaginariamente o edifício social sertanejo em terras do Seridó potiguar. Para tanto, acorreram ao processo, os símbolos culturais dos três povos presentes ao palco da cena. "Todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais...".[4]

---

***Memória, esquecimento, silêncio***. In: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 3).

[2] HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. ***A invenção das tradições***. São Paulo: Paz e Terra, 1997, pg. 09.

[3] Op. cit. p. 09.

[4] CASTORIADIS, Cornelius. ***A instituição imaginária da sociedade***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 147.

Partindo dessas premissas, fica explícito que o caminho historiográfico escolhido exige discernimentos.

Conhecidos os objetivos gerais da colonização brasileira, o caráter mercantil e conquistador do português quinhentista, talvez fosse mais cômodo optar por uma narrativa da história conspiratória. Por essa via, a formação cultural religiosa do sertanejo seria apresentada como resultado apenas da imposição catequética. Não que esse imperativo não tenha sido um fato comum nessa história. Ocorre que a compulsoriedade pura e simples não é móvel social de consistência histórica permanente[5].

Apesar do estudo precursor de Freyre (Casa-Grande & Senzala) sobre o intenso processo de intercurso cultural ocorrido durante a formação da sociedade colonial brasileira e das pesquisas temáticas de Cascudo revelando em cores vivas esse mesmo fenômeno no âmbito regional e nacional, há historiadores que preferem olhar para os que fizeram e fazem a nossa história, vendo-os apenas como maquinadores do conluio social, deixando de revelar outras tramas da história local e nacional.

Talvez, a melhor maneira de expor o jeito de pensar e ser do sertanejo, da mentalidade tradicional que conformou o que essa pesquisa chama de sertão antigo, seja seguir a trilha dos trabalhos clássicos mais conhecidos e das fontes escavadas por esse trabalho; falar da seiva cultural do português e cotejá-la com os elementos da cultura do negro e do ameríndio, destacando as possíveis sintonias que contribuíram para as achegas e tecedura do imaginário formador da civilização sertaneja. Dessa forma, os objetivos da empreitada, nessa parte do trabalho, são módicos: expor as células formadoras do tecido cultural, criatura e criador do sertanejo do Seridó potiguar, da ação e do pensamento do apascentador de gado – o criador e o vaqueiro –, do agricultor – o proprietário e o trabalhador – e do comerciante.

[5] "Os limites da penetração aculturativa e da modificação antropológica são ainda ignorados totalmente. A presença modeladora de um grande espírito organizador, criando impérios e estendendo o domínio sobre largas extensões territoriais povoadas, mesmo desaparecendo, por algum tempo, a força catalítica do nome, é

## 3.1. A herança ibérica

O ibérico, o português colonizador, foi um ator histórico de uma mentalidade multiface. Nela fluíra uma caudalosa corrente de muitas redes culturais. Foram-lhe comum as vertentes peninsulares e de toda a Europa. Incluiu-se nessa moldura a penetração dos celtas, romanos, germanos e normandos. Portugal foi acolhido pelo mundo europeu sob o véu imaginário românico do feudalismo, do cristianismo e do Direito Romano.

Em época mais recente e em graus variáveis, também foram fortes as influências moçárabe, sarracena e mouresca, produto das guerras santas e da ocupação mulçumana na região sul de Portugal e Espanha. Depois da expulsão dos mulçumanos e da escravidão moura veio a escravização do negro africano, aumentando a miscibilidade étnica e cultural dos portugueses com o norte da África.

Essa psicologia multifacetada dos nossos colonizadores pontificou o pensamento da nossa historiografia e levou Freyre a classificar a conquista das terras brasileiras como uma "colonização híbrida e escravocrata". A considerar o português como um "povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas".[6]

Assegura o mesmo autor que, sobre o europeu português agiu a temperatura sexual africana e o seu ar quente e oleoso. Essas intempéries contribuíram para diluir nas instituições e nos formatos culturais a têmpera germânica; adulterar o rigorismo moral e doutrinário da Igreja medieval; retirar da carcaça do cristianismo, do feudalismo, da disciplina canônica, do direito visigótico, do próprio caráter do povo o seu elemento rígido, o cálcio, imprimindo a ele a forma molusca.

Para o autor de Casa-grande e senzala, essa torrente cultural que afluiu para a formação de Portugal, empreendeu no homem português navegador, descobridor e colonizador de novas terras, um comportamento de frouxa flexibilidade, às vezes perturbado "por dolorosas hesitações, e ao caráter uma especial riqueza de aptidões, ainda

---

um liame mas não uma permanente". CASCUDO, Luís da Câmara. ***Civilização e cultura***. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1983, p. 52.

[6] Op. cit. p.05.

que não raro incoerentes e difíceis de se conciliarem para a expressão útil ou para a iniciativa prática".[7]

Seguindo o raciocínio de Freyre, esses concorrentes históricos fizeram do português um homem de criações, iniciativas e ações paradoxais. Um caráter rico de arrojos súbitos. Capaz de flutuar da pacatez domiciliar ao revolucionário público, da indolência às atitudes destemidas e imprevisíveis, inclusive até mesmo às aventuras de alto risco. O empreendimento das grandes descobertas é um exemplo cristalino desse aspecto do caráter do homem ibérico.

É possível dizer também que essas sucessivas amalgamações de vários tecidos culturais, cadinhadas em parte na Península Ibérica, favoreceram a formação de uma mentalidade aberta com muitas janelas de entradas para novas influências. Um corpo cultural que escapou ao cerzir sintetizador da reforma, na modalidade luterana ou calvinista, presente em quase todo o território europeu da época dos descobrimentos, das grandes navegações, dos empreendimentos da Escola de Sagres e da descoberta de Cabral.

Foi essa intelecção que, na memória viva do colonizador, em forma de fragmentos, migrou para o território brasileiro e aqui se confrontou, seduziu e se encantou com a cultura do ameríndio, além de um nada fortuito reencontro com a cultura africana do negro escravo trazido para as novas terras. Desse processo, resultou o universo imaginário do brasileiro, enfatizado aqui, em particular nessa pesquisa, o do sertanejo do Seridó potiguar.

### 3.2. Os primeiros lugares de disputa e fusão cultural

Parte dos estudos de Cascudo foi dedicada à investigação do itinerário, dos momentos fundantes da visão de mundo do sertanejo. É admissível que lacunas existam nesse campo e que outros trabalhos venham contribuir para uma maior compreensão do assunto. Essa trilha apontada foge ao escopo da investigação dessa pesquisa, ficando a narrativa que se segue, ancorada nas fontes perquiridas e no que ele, o precursor da Nova História no Rio Grande do Norte, escavou e revelou sobre o tema. Isso que foi por demais

[7] Idem, ibid, pg. 06.

suficiente à compreensão da trajetória da tradição até a hecatombe das fazendas, do mundo material fundado por aquelas representações tradicionais.

É de alcance quase impossível um inventário completo dos episódios produzidos pelo encontro do branco com o ameríndio, desde a chegada da armada cabralina e durante o processo de colonização, momentos nos quais se produziram, entre os contendores pelo domínio das terras e pela conservação de bens culturais, sentimentos de encantos e estranhamentos.

Muitas ocorrências dessa história se perderam nas brumas do tempo. Só para reforçar que não foram poucos os momentos nos quais a sedução ou o afastamento facilitou a mistura das raças e das culturas em confronto, é possível evocar a passagem da missiva de Caminha, quando revela encantamento, dizendo que na nova terra em se plantando tudo dá. A nova terra a ele também causou estranhamento ao expressar o seu completo desconhecimento dos silvícolas, ao tempo em que alertava a Coroa Portuguesa da "necessidade" de salvar suas almas.

Outras circunstâncias, não de menor importância para a aculturação do branco e do índio, foram as primeiras alianças feitas pelos colonos com as tribos dos Potiguaras e Tabajaras. Em 1614, quando Jerônimo de Albuquerque, partiu de Pernambuco para conquistar o Maranhão, parte do seu exército era formada de índios flecheiros. Só da Paraíba para os campos de batalhas, levou Albuquerque aproximadamente "duzentos índios de peleja, (...), todos tabajaras".[8]

As guerras foram sem dúvidas um forno incubador, a ferro e fogo, dessa fusão de culturas em todo o Nordeste, e da elaboração da tradição imaginária do sertão, em particular. Para tanto, contaram não apenas as guerras contra os inimigos estrangeiros, franceses e holandeses, mas também os confrontos com o ameríndio e, principalmente, a guerra de extermínio da resistência dos tapuias do sertão. Conflito que teve o Seridó como uma das arenas das operações de guerra, como já foi demonstrado.

As imagens elaboradas pelos membros das fileiras em contenda, a partir dos efeitos e desdobramentos das pelejas, das ações e proezas dos heróis anônimos – sepultados pela falta de registos – e do calor da luta, sem dúvida, são importantes para agregarem

[8] ALMEIDA, Horácio de. ***História da Paraíba***. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966, p. 270.

permanências dos acervos culturais do branco, do índio e do negro à rede imagética em construção[9].

Volvendo o olhar diretamente para as fronteiras do Seridó e para os registos de sua história em tempo passado; para as fontes e escavações já elaboradas nesse canteiro comum, é possível destacar as células individuais, as redes comunitárias e coletivas atuantes na invenção da tradição, expressão da visão de mundo do sertanejo. As representações que fundaram o jeito cotidiano de ser do homem proprietário de terra; agricultor e criador de gado, do vaqueiro, do morador ou agregado da fazenda e do homem de negócios do sertão.

Como já foi dito em outra parte desse trabalho, no sertão, a fazenda de pastoreio foi o centro aglutinador da vida social do sertanejo. Pode-se dizer, que como tal, foi também núcleo irradiador da cultura e da civilização do sertão. A partir dali, também, foi estruturada toda uma rede discursiva onde, ao sabor da ecologia local, da natureza do trabalho, das tensões entre povos de diferentes culturas e condições sociais, teve início a urdidura de panos culturais de cores diversas compondo o mundo e a mentalidade do sertanejo.

No espaço da fazenda de criar gado também se contavam estórias, contos e aventuras vividas nas lides do vaqueiro, do mestiço e agregados. Momento no qual, acontecimento e imaginação, passado e presente se confundiam e se moldavam para criarem e recriarem as representações do mundo que estavam construindo. No copiar[10] ou alpendre, sempre nas ocasiões que antecediam o início de uma empreitada pelos moradores, fazendeiros e membros da família, entre um intervalo dos afazeres da vaqueirice, nos instantes que antecediam o repouso noturno – geralmente entre “ao Sol se por” (18 h) e a “hora da visagem. Noite velha” (22 h) - e nas ocasiões especiais como debulhas de milho e feijão, as conversas se sucediam horas a fio, conduzindo a imaginação dos presentes.

Segundo Juvenal Lamartine, outro ambiente muito movimentado na Casa-Grande de outrora era a denominada “sala das mulheres, onde a família permanecia reunida

---

[9] Comparativamente e, guardada as devidas especificidades, EKSTEINS, Modris em ***A sagração da primavera***. Rio de Janeiro: Ed. Rocco Ltda, 1991, oferece uma boa análise dos efeitos de uma guerra no espírito dos povos em conflito.

[10] O copiar antecedeu ao alpendre e era uma espécie de latada. Para ela “abria-se uma porta e esta dava para a sala de frente, que aqui no Rio Grande do Norte chamamos ´cupiá` e também numa certa região cearense”. (CASCUDO, Luís da Câmara. ***Tradições populares da pecuária nordestina.*** p. 07).

em trabalhos domésticos. Ali, em muitas havia um oratório onde à noitinha, diariamente, era 'tirado' o terço, assistido por tôda a família do fazendeiro e seus dependentes".[11] Como dito acima, o soerguimento de um altar ao senhor, foi por parte do sesmeiro, um ato contínuo à montagem da fazenda.

As brincadeiras da infância se desenrolavam no vasto pátio da fazenda. Era uma brincadeira lúdica onde o macrocosmo da vida no campo era representado e reproduzido pela miniatura infantil. Divertia-se montando em cavalos-de-pau. Os rebanhos eram feitos de osso com direito a curral e aboios sinceros dos pequenos vaqueiros. Construíam-se açudes de brincadeira e em tempo bom de chuva o banho nos rios e nos poços formados pelas invernadas era a predileção. Isso durante o dia. A noite era regra acompanhar as conversas dos adultos. "Antes de dormir, a meninada lavava os pés e ficava ouvindo a conversa dos grandes. Quando havia alguma velha contadora de estórias repetia-se, sem saber, o serão quinhentista de Bernardim Ribeiro". Na hora de ir para a rede dormir, "mão estendida, braço longo, pedia-se a bênção a todos".[12]

Para além da casa da fazenda, a imensidão das terras sem cercas separadoras de fronteiras, a área de pastagem do gado era o limite. O espírito do vaqueiro não se sentia tolhido em seus movimentos nem muito menos na sua imaginação criativa. Nas suas caminhadas rotineiras era comum à companhia do fazendeiro. Nesse cavaleado maroto iam ladeados, o proprietário e o vaqueiro, geralmente um branco e um mestiço ou um negro, privando da companhia um do outro. Trocavam idéias e, com certeza, a ação de um era espelho de guia do outro e vice-versa, ou então objeto da imaginação representativa.

A vida não tinha pressa. Nos atores dessas paragens, a fixação na memória dos fatos e prosas seguia o imperativo do tempo, deitavam raízes para ***ad infinitum***. Antes da Lei de demarcação das terras, e especialmente da força do algodão, que no Seridó só se fez sentir no final do século XIX, "ia-se num livre galope, léguas e léguas, numa ilusão de terra comum, indominada e virgem de posse. O arame deu ao vaqueiro, pela primeira vez, a impressão dominadora da posse alheia, a imagem do limite".[13] As distâncias, a paisagem, o relevo e o clima eram a linha que entrelaçava os valores e os panos culturais diferentes, formando um só tecido enxadrezado em cores diversas.

---

[11] ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 23-24.
[12] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Tradições populares da pecuária nordestina.*** p. 09.
[13] Idem, ibid. p. 13.

Os comboios deslizavam lentos entre fazendas, vilas e cidades. As longas caminhadas criavam a necessidade de algumas pausas durante a jornada. As arrancharias aconteciam, muitas vezes, em lugares a ermo, eram postos sagrados de rememorar causos e contar estórias. Gestas que vazavam fundo o espírito e a psicologia do sertanejo. "O encanto dos 'arranchos' nas oiticicas, as 'dormidas' nos alpendres, a carne assada na fogueira, a água da 'borracha' as histórias de assombração, de dinheiro-enterrado, de cantadores famosos, (...)."[14] Esses ambientes e rotinas funcionavam como lugares de memória e células formadoras de memória do sertanejo

Já se fez referência à não existência de aldeamento missionado em território seridoense. Isso, porém, não o livra dos efeitos da catequese realizada nas aldeias, em áreas próximas à região. Só no Estado da Paraíba, em áreas de divisa com o Rio Grande do Norte e, em especial com o Seridó, o número de missões para aldeamento indígena é bastante significativo: Missão Boa Vista, na Serra de Bananeiras, aldeamento de canindês (1746); aldeamento dos Ariús de Campina Grande. Desse local, em 1697, o Capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo levou nativos para povoar com ele a ribeira do Piranhas. No local onde hoje se ergue a cidade de Pombal, existia a missão indígena de nome Aldeia dos Pegas; missionados pela ordem de Sta. Tereza estavam os Panatis na Aldeia do Piancó. Esses são alguns exemplos da Paraíba. No Rio Grande do Norte, os aldeamentos mais próximos do Seridó foram às missões das lagoas do Apodi e de Guajiru[15]

O poder de irradiação da doutrinação religiosa da catequese não se limitava ao ponto de fixação das missões. A população ameríndia era um tanto quanto móvel, sem contar que por várias vezes, ou quase sempre, depois de fixados em determinadas áreas, eram removidos para outros lugares, expulsos pela cobiça dos sesmeiros ciosos por terras de boa qualidade e pela convivência tensa e conflituosa. Um bom exemplo é o caso dos Monxorós ou Mouxorós, que vagavam pelo rio Mossoró e Upanema ou Panema. Juntos aos Pegas causaram muitas baixas ao gado da região. Pressionados pelos curraleiros de Campo Grande (Augusto Severo-RN) ficaram aldeados na Serra dos Dormentes (Portalegre-RN). Em 1740, Vital Borromeu com seu irmão Clemente Gomes de Amorim, em aliança com os

[14] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Vaqueiros e cantadores.*** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1984, p. 15 e 16. Para o autor, a perda dessa moldura foi o efeito direto da chegada do Caminhão, do automóvel no sertão.
[15] MEDEIROS FILHO. ***Índios do Açu e Seridó***. p. 25 a 30.

Paiacus, forçaram a retirada dos Pegas e Mouxorós, que foram se fixar na Serra de João do Vale. Posteriormente foram "transferidos para a aldeia de Mipibou, fundada Vila de São José em fevereiro de 1762. Ali se dissolveram etnicamente".[16]

A semeadura dos símbolos da fé não perdeu força pelas razões acima expostas. A contar com os indícios e vestígios apontados por todos os estudiosos do tema, a presença do ameríndio no Seridó foi uma constante. Fato já comprovado pelos registos do obituário da matriz de Santana. Desses remanescentes indígenas é difícil constatar quais tenham passado algum tempo nas lições da catequese nas missões. Também é pouco provável apontar os castos desses ensinamentos.

Apesar da pouca ou nenhuma presença das aldeias e missões para catequese do ameríndio, o catolicismo penetrou fundo no solo árido do Seridó. Já foi dito mas vale repetir, que naquelas paragens foi grande a presença de padres sesmeiros. Vinham atraídos também pelos encantos do reino desse mundo. Nos documentos consta que, entre os "sesmeiros daqui e dalém incluem-se centenas de padres, não menos solícitos em requerer as costumadas três léguas de fundo e uma de largura para acomodar seus gados ou plantar lavouras".[17] Nesse sentido, criar gado, fundar ou imitar a arte agrícola, plantar idéias sagradas e salvar almas, faziam parte da mesma empreitada povoadora. A construção do mundo das coisas foi ***pari passu*** ao do mundo das representações.

Coroando esse edifício, esta rede de instituição das representações e do mundo, estava a capela ou igreja. Essa era patrimônio imprescindível do curraleiro. Construir uma fazenda implicitava levantar um altar ao senhor. Sem repetir os exemplos do Seridó, é digna de nota a antológica cerimônia que os Campelo, da trama alencarina, encenaram para casar a filha da casa, antes que fosse desfechado o ataque do inimigo. O capelão da fazenda, com a ajuda dos agregados, retiram os paramentos da capela, e assim que começou a luzir a aurora "pôde-se então divisar um altar já vestido de rica toalha de lavarinto e renda... Na peanha erguia-se a cruz de pau-santo, com a imagem de Cristo lavrada em prata; dos dois lados estavam as serpentinas igualmente de prata".[18]

---

[16] CASCUDO, Luís da Câmara. ***História do Rio Grande do Norte***. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984, p. 40.
[17] DANTAS, Dom José Adelino. ***Homens e fatos do Seridó antigo.*** p. 27.
[18] ALENCAR, José de. Op. cit. p. 287.

Com o surgimento das vilas e cidades, os templos para oração e devoção ao santo de estimação, transferiram-se para lá. A distância não impedia os atos de fé. Era sagrado participar, pelo menos uma vez no mês, da missa do domingo e ouvir os sermões dos padres. Na pior das hipóteses, freqüentava-se a igreja da vila mais próxima. O deslocamento era uma verdadeira maratona. Os mais velhos a cavalo, as mulheres, de silhão, com roupas longas. Os mais jovens a pé. "As mulheres suspendiam a saia de cima e com a parte traseira cobriam a cabeça, resguardando-a do sol, gesto que era uma presença oriental".[19]

O crescimento das cidades contribui para consolidar as igrejas diocesanas, dando a mentalidade do povo do sertão um invólucro de catolicismo oficial. Uma moldura que guarda no interior dos seus quadrantes uma composição cultural religiosa de cores e semblantes multifacetados.

De tosco modo, essa fora mais ou menos a rede formal e informal através da qual se instituiu a mentalidade do sertanejo. A expansão imediata dela foi as feiras livres com a presença do versejador, do cantador de viola e do vendedor de cordel. Isto se a presença desses personagens não foi fato ocorrido no momento que se assentou o primeiro mourão em terras do Seridó.

As festas no sertão da solidão rural foram fator de aglomeração social em torno da capela, do arruado ou vila, os festejos sagrados ou de época também se incluem aí, pois, através deles, comemora-se o presente e o passado. O presente na forma de encerramento do calendário agrícola e o passado na rememoração, no agradecimento do santo do dia ou dos acontecimentos de outrora que celebram a tradição. "A festa também é, como em qualquer sociedade tradicional, dominada pela angustia da fome, a oportunidade de trocas e dons alimentares".[20]

### 3.3. As fontes da rede discursiva do sertão e a formação do homem sertanejo

Mas qual foi a estrutura discursiva que deu vida e existência a essa rede que instituiu o imaginário e a sociedade sertaneja? Dito de outra forma, o que se lia e se contava

---

[19] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Tradições populares da pecuária nordestina.*** p. 12.
[20] MEYER, Marlyse. ***De Carlos Magno e outras histórias: cristãos & mouros no Brasil***. Natal: UFRN. Ed. Universitária: CCHLA, 1995, p. 12.

nas prosas da sombra do cupiá e do alpendre, nas cavalgadas que principiavam as apartações e lidas do campo e nos momentos vividos coletivamente pelos primeiros colonos que no Seridó aportaram? Costume que se prolongou por mais de dois séculos.

O pano discursivo, sobre o qual se fundaram essas conversas e celebrações sertanejas, foi a Literatura do Povo, fixada por Cascudo em três modalidades: "a Literatura Oral, a Popular e a Tradicional".[21] O acervo desse material é infinito, muita coisa já se perdeu na corrente do tempo e outra parte, prestes a ser soterrada pela morte, encontra-se espalhada por fontes diversas, mais precisamente na memória viva dos velhos sertanejos.

As escavações feitas por esse trabalho revelaram muitos exemplares do material, anteriormente mapeado por outros estudiosos. Eles estão presentes, em cores fortes, na vida atual dos nossos sertanejos que ainda sobrevivem à morte do seu velho mundo. São os diversos tipos de contos, as facécias, as anedotas e os antigos romances. No baú e malas velhas ou num lugar do moderno guarda-roupa foi possível encontrar, cuidados e bem guardados, exemplares de cordel com mais de cinqüenta anos de publicados. Esses achados reforçam os estudos cascudianos, e são indícios seguros da força da Literatura do Povo como fonte modeladora da mentalidade sertaneja.

Boa parte do arsenal arquétipo da cultura sertaneja pode ser encontrada nos romances de proveniência européia, trazidos na memória do colono português, e na produção nacional. Neles se inspiraram nossos trovadores e poetas, adaptando as histórias originais ao meio e aos acontecimentos locais. Para o sertanejo e seus ascendentes vindos

---

[21] "A literatura Oral possui a característica de sua transmissão verbal. Consta dos contos de fadas, facécias, anedotas, adivinhas, casos, autos cantados e declamados, desafios. É anônima. Os seus elementos de formação constituem multidão, vindos dos horizontes mais distantes e das fontes mais variadas. A oralidade modifica, determinadas versões locais, adaptações psicológicas e ambientais. Concorre incessantemente a fôrça viva e nova trazida pelos viajantes, notícias vagas, cousas lidas, tudo amalgamado e conduzido na memória popular, vivendo sempre.

A Literatura popular, típica, é impressa, tendo ou não autores sabidos, identificáveis... Os assuntos são infinitos. Todos os motivos políticos, locais e nacionais, fazem nascer dezenas de folhetos, todos em versos, quadras, ABCB, sextilhas, décimas. Rarissimamente aparece o folheto em prosa. Há o registo dos acontecimentos sociais, grandes caçadas ou pescarias, enchentes, incêndios, lutas festas, monstruosidades, milagres, crimes, vitórias eleitorais...

Literatura Tradicional é a que recebemos impressa há séculos e é mantida pelas reimpressões brasileiras depois de 1840. São pequeninas novelas, DONZELA TEODORA, IMPERATRIZ PORCINA, ROBERTO DO DIABO, PRINCESA MAGALONA, JOÃO DE CALAIS, a grossa HISTÓRIA DO IMPERADOR CARLOS MAGNO E DOS DOZE PARES DE FRANÇA, com as aventuras do invencível Bernardo Del Carpio. Tiveram origem erudita, estudada na novelística francesa, espanhola, italiana e portuguesa. Vieram dos séculos XV ao XVIII, com formação diversa, fazendo as delícias do povo e o encanto dos pesquisadores que farejam rasto no rumo da Índia ou da Pérsia, apontando o que desapareceu e discutindo o imponderável". CASCUDO, Luis da Câmara. ***Cinco livros do povo***. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1953, p. 10 a 13.

de Portugal ou de outra parte do Brasil, esses livros foram fonte inquestionável de sabedoria e ciência. "É o livro 'sério', seguro, conceituoso e verídico. As figuras evocadas vivem eternamente em sua inteligência e ele recebe, com leve sorriso de incredulidade, a explicação de inutilidade daquela confiança em quem nunca existiu".[22]

Da História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França vêm as tradições religiosas e guerreiras do nosso colonizador sertanejo. As imagéticas das lutas entre mouros e cristãos, as danças guerreiras, as xácaras e os versos e canções. Meyer, estudando a influência dessa novelística na cultura brasileira, especialmente sua presença nas Congadas, Folguedos e Cavalhadas, destaca o uso do modelo das lutas carolíngias como princípio organizador dessas festanças. Para a autora, a força unificadora do Cristianismo, vitorioso no Ocidente após as lutas contra islâmicos e pagãos, chega a América num momento delicado: havia um "novo inimigo à vista, a Reforma. E a implantação cristã no Novo Mundo, exacerbada pelo espírito da Contra-Reforma, se fará a ferro e fogo".[23]

Sem dúvida, o esquema de luta e todo o cenário do romance de Carlos Magno que povoava a anímica do colonizador foram reencenados nas guerras da colônia e, em especial, no confronto contra os Tapuias nos sertões do Rio Grande do Norte. Naquele momento da nossa história, essa reinvenção do passado transformou as guerras de conquistas e o confronto com as tribos arredias que insistiam em defender o domínio do seu antigo território, em Guerra Santa. O maior exemplo disso é o documento que foi levado pelo líder das tribos rivais do Sertão, Antônio Paraupaba[24], às autoridades holandesas em Haia, no ano de 1654, pedindo a ajuda daquele Estado, cobrando que não os abandonassem como aliados fiéis. E confiando firmemente no atendimento do pedido, acreditam que os líderes daquela nação "mandarão o mais depressa possível para lá o socorro suficiente para a subsistência da infeliz nação de índio e para a conservação da Igreja Reformada, a única verdadeira".[25] Nos acampamentos, nos preparativos para o combate, nas danças guerreiras e nas batalhas que se sucediam, o espírito guerreiro do ameríndio aliado se unia ao do

[22] CASCUDO, Luis da Câmara. ***Vaqueiros e cantadores.*** p. 29.
[23] MEYER, Marlyse. Op. cit. p. 57.
[24] Informa Augusto Tavares de Lira que Antônio Paraupaba era parente próximo do índio Camarão, esse aliado dos portugueses. Op. cit. p. 105.
[25] Documento existente na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 75, citado por LIRA, op. cit. p. 104.

colonizador e recebia o verniz do cristianismo sob o receituário do passado ibérico.

Das batalhas ao cupiá das fazendas, as gestas carolíngias foram moldando a psicologia do povo sertanejo, incutindo-lhe na alma o modelo do cavalheiro andejo conquistador, do guerreiro e do religioso patriarca. Chefe e autoridade de uma comunidade. Considerado um homem virtuoso, de talento e muita coragem. Com o brio à flor da pele. Sentimento de retidão apurado. A noção e o desejo da glória do tamanho da imensidão das terras por habitar. Atributos incorporados e vividos em carne e osso pelo homem comum e, em especial, pelos velhos patriarcas do mundo sertanejo. Esses valores e sentimentos foram os elementos fundantes do código de honra do Sertão.

A influência de Carlos Magno e dos Doze Pares de França não se limitou à rememoração do romance nas lutas e no frescor das horas vagas da fazenda.

A vida dos colonos do Seridó e de quase todo o sertão nordestino manteve-se por muito tempo ligada ao Recife, em Pernambuco. Ali, como em todo a colônia portuguesa, durante o século XVIII as festividades realizadas foram consagradas pela presença marcante das cavalhadas[26]. Divisando outra vez a trama do senhor Campelo, autoridade-mor do sertão de Quixeramobim nos idos de 1764, é possível encontrar indícios da presença dos sertanejos mais aquinhoados nas festanças de Pernambuco, assistindo às cavalhadas, ou mesmo a presença desse evento pelo interior dos sertões. Nas conversas de D. Flor com Aline, sua irmã de criação, a primeira rememora a sua estada no Recife, contando os detalhes garbosos da sua presença à cavalhada montada nas homenagens ao novo governador D. Antônio de Menezes, conde de Vila Flor. No parolado das duas, fala-se da presença das cavalhadas no município de Icó[27].

Não foram encontradas informações seguras da existência constante das cavalhadas no Seridó potiguar de outrora. O que se sabe, e foi dito antes, é que muitos dos colonos que ali aportaram no decorrer do século XVIII vieram do Pernambuco. Também foi mencionado que era comum os seridoenses viajarem para as praças pernambucanas a negócios, onde certamente participavam do calendário de entretenimentos da localidade. Nesse sentido, a vivência cultural das cavalhadas também foi comum a esses sertanejos. Serve como indício a essa afirmativa o fato de que; no ano de 1977, a coluna “Notícias do

[26] MEYER, Marlyse. Op. cit. p. 17.
[27] ALENCAR, Jose de. Op. cit. p. 100-1.

Seridó", de Dermi Azevedo, do Diário de Natal, noticiou a Corrida de Argolas em Currais Novos[28], como programação da festa de inauguração da Bremetal – Brejui Mineração e Metalúrgica S/A.

Ícone do moderno, a **Bremetal S/A** fora apresentada aos leitores e ao povo da região como símbolo de grandeza e de glória. Segundo se lê na reportagem, a indústria que naquele momento se instalava na localidade era "a primeira fábrica de scheelita sintética do continente".[29] Nada mais coerente que o que havia de mais grandiloqüente na tradição viesse reverenciar a modernização, oferecendo a ela a sua roupagem de nobreza. "Finalmente, a modernidade pode camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado...".[30]

Parece que saída de um lugar recôndito da memória coletiva sertaneja, estava lá, encenada em cores vivas, em pleno Seridó a parte eqüestre da cavalhada. Montada em uma pista com oitenta metros de comprimento, treze de largura e três metros no corredor de retorno. Segundo descrição da coluna de notícias, a disputa em quatro rodadas consistia na corrida de quatro cavaleiros para executarem em disputa três tarefas, todas realizadas com os cavalos em disparada. Retirar a argola, passar a lança por dentro da argola, alcançá-la do outro lado e apanhar o chapéu. O vencedor, com direito a premio, era o cavaleiro que obtivesse mais pontos nas quatro etapas.

Digna de nota era a composição social da Comissão de Honra. Formada pela fina flor da elite local, eram seus membros os srs. Mário Moacir Porto, genro do industrial Tomaz Salustino, Sílvio Bezerra de Melo, Reno Moreira Bezerra, Bitamar Bezerra Barreto, Silvio Carvalho e o filho de Moacir Porto, Marcelo Mário Porto[31]. A celebração da magnitude do passado banhou de azul e encarnado os grandes do presente, urdindo o antigo e o moderno.

Sem dúvida, os arquétipos guerreiros do mundo peninsular europeu habitam o imaginário do seridoense desde os primórdios de sua história. O peso imagético da guerra cavalheiresca ibérica na memória do povo do Seridó pareceu escapar de forma tão cristalina

---

[28] Currais Novos localiza-se no Seridó, atualmente é a segunda maior cidade da região. Seu município foi criado em 15 de outubro de 1890, por desmembramento do município do Acari. Esse último, por sua vez, pertenceu ao município do Caicó, do qual foi desmembrado em 18 de março de 1835. CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra.*** p. 153 e 177.

[29] AZEVEDO, Dermi. ***Notícias do Seridó***. In: Diário de Natal, 26 de agosto de 1977, p. 15.

[30] LE GOFF, Jaques. ***História e memória***. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 168.

[31] AZEVEDO, Demi. Op. cit. p. 15.

no que acontecia na lúdica infantil dos anos sessenta na cidade de Florânia. Segundo declarações de muitos personagens envolvidos na trama da morte do velho mundo rural sertanejo, com quem conversou essa pesquisa, naqueles idos, as crianças da localidade brincavam no pátio posterior da matriz de "Cavalo de Guerra". Pelas descrições, o divertimento consistia na representação em miniatura da disputa entre dois cavaleiros montados para ver quem derrubava um ao outro, na mais pura fidelidade da arte guerreira do tempo medievo. Os cavaleiros eram representados por duas crianças pequenas que montavam nas costas de outros dois jovens de maiores envergaduras. Esses representavam os cavalos. Postados em pé, aproximavam-se um do outro, os cavaleiros davam-se as mãos e começava a disputa. Pelo empuxo do "cavalo" buscava-se derrubar um dos cavaleiros. Era o passado longínquo rememorado na lúdica infantil daquele presente.

Segundo Meyer, a cavalhada foi praticada em todo o Brasil de outrora. Motivação cultural de origem ibérica, representa as reminiscências dos torneios medievais e as guerras contra os mouros. Geralmente dividida em duas partes: "Uma, que é propriamente a parte dos jogos eqüestres, onde predominam as famosas argolinhas. A segunda, **dramática**, ou embaixada. Figurava sempre a luta entre **Cristãos** – de azul – e **Mouros** – de encarnado".[32] De acordo com a autora citada, na maioria das vezes, a representação do enredo envolvia a construção de um cenário com castelo, jogo com astúcias, calotes e emboscadas, agentes secretos dos dois lados, envios de missivas às partes envolvidas, contendas e despacho de embaixadas.

O desfecho era a declaração do início da batalha. Geralmente os cristãos começavam perdendo, na seqüência recobravam o ânimo e a luta tinha prosseguimento com combates cruentos, tendo direito a tiros de pólvora seca e duelos com espadas. Tudo embalado ao som de uma forte algazarra, vindo tanto dos guerreiros como da platéia. Vencidos os mouros, o que sempre acontecia, era regra, o seu Rei era batizado, recebendo e se curvando à fé cristã.

Há indicações de que os gritos e a barulhada em ações militares era uma prática comum aos mouros. Não se diz se essa foi a única influência em território brasileiro. O certo é que os estudos sobre o ameríndio revelam a presença desse hábito com cenas até mais radicais. Os tapuias, senhores do sertão do Seridó e alhures, ao atacarem seus

[32] MEYER, Marlyse. Op. cit. p. 21.

adversários, faziam "lançando horrendos brados, e acometem assim furiosamente os contrários, derrubam-nos entre danças e cantares, e logo regressam da referida maneira com grandes berros para o meio dos seus, ...[33].

Pelo exposto, dá para imaginar uma confluência entre tradição indígena e a cultura ibérica. Uma olhada nos estudos sobre o cangaceirismo no Nordeste auxilia a afirmativa. Quase que invariavelmente, esses trabalhos ressaltam o estilo guerreiro dos bandoleiros. Nos combates dos grupos de Lampião, eram comuns às emboscadas os ataques com recuos e avanços. Estes aspectos, segundo documentos citados por Olavo, também eram familiares aos tapuias. Em uma das narrativas que fixa o episódio do ataque de Virgolino a Mossoró-RN, vê-se que a tática da empreitada obedecia a essa lógica. "Por toda a parte, na rua, só viam cangaceiros em luta a peito descoberto – corajosa, desigual, suicida. E avançavam e recuavam e tornavam a avançar, sempre atirando, sempre gritando..."[34]. A descrição parece não deixar dúvida da presença dos símbolos guerreiros das tradições ibérica e ameríndia no movimento do cangaço.

A sintonia de valores indígenas com o imaginário ibérico pode ser apontada para além das táticas de lutas. Os ameríndios, também cultuavam a coragem, a determinação e a ousadia na resolução dos embates. O estudo de Almeida, após destacar um assalto do tabajara Mandiocapuba, com magnificência de arrojos na defesa da mulher e de um filho, ambos capturados por índios aliados dos franceses na batalha do Maranhão, destaca que "os motivos da glória, como se vê, os índios sabiam cultivar, pois eram intrépidos, desconheciam a pusilanimidade e desonrados não sabiam viver".[35]

Se não se pode falar com maior fundamento da presença da Cavalhada no Seridó, o mesmo não aconteceu com a Congada. Essa última é uma manifestação cultural dos negros, realizada na festa religiosa N. S. do Rosário.

A fundação da Irmandade do Rosário dos Homens de Cor de Caicó é um dos monumentos culturais mais antigos da região. Repetindo o que já foi informado antes: a primeira assembléia criadora da Irmandade ocorreu em 16 de junho de 1771. O local do eminente acontecimento foi o consistório da matriz de Santana. É digna de nota a

[33] MEDEIROS FILHO, Olavo de. ***Índios do Açu e Seridó.*** p. 50.
[34] ALMEIDA, Fenelon. ***Jararaca: o cangaceiro que virou santo***. Recife: Editora Guararapes Ltda, 1981, p. 57.
[35] ALMEIDA, Horácio de. ***História da Paraíba***. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966, p. 271.

composição da primeira Mesa. Em destaque, sua alteza o Rei de Congos, Sebastião Pereira, a Rainha de Congos, Maria José Neves. Os demais membros foram Afonso Ribeiro, Juiz, Luiza Gomes, Juíza, José Mendes, Escrivão, e Maria Tereza, Escrivã. Na oportunidade foi elaborado o Estatuto da organização, composto de dezesseis capítulos. Depois de aprovado em várias assembléias foi enviado a Lisboa para sua devida aprovação. A confirmação régia veio no ano de 1773. A partir de então a Irmandade passou a funcionar[36].

O culto a N. S. do Rosário ficou sendo realizado em um altar secundário da matriz de Santana. É o que reza o décimo quinto capítulo daquele estatuto. A data da construção da Igreja do Rosário em Caicó é assunto pouco esclarecido pelas pesquisas empreendidas até agora. Há informações controversas de que mesmo antes da construção da matriz de Santana, existia na localidade uma capela da santa negra. Porém, a respeito do soerguimento, naquele município, da atual Igreja do Rosário, a informação mais confiável é a que indica a conclusão de sua obra em 1853[37].

O importante aqui é que a criação da Irmandade dos Negros do Rosário no Caicó deu origem às festas do Rosário. Segundo Juvenal Lamartine, os festejos do Rosário foram por muito tempo uma das manifestações culturais mais populares da região. O evento durava três dias, durante os quais os irmanados se reuniam na casa "chamada" do Rosário para dançarem, comerem e beberem, sempre ao ritmo de gaita, fole e viola com acompanhamento de tambores.

No último dia, seguia o séqüito para a Igreja. Chegando lá, o Rei e a Rainha sentavam em duas cadeiras no centro do templo e eram secundados pelas damas de honra e o estado-maior. Ali permaneciam até o fim da missa. Após o ato religioso, voltava o cortejo para a casa do Rosário onde era oferecido um fausto banquete. No inicio da tarde, procediam-se às eleições do Rei e da Rainha e demais cargos eletivos; a escolha, muitas vezes, recaia sobre os mesmos membros, anos seguidos[38].

As festas do Rosário são um misto de festejo religioso e pagão. Na parte pagã se inclui a realização da Congada, o que atesta sua prática na região. Possivelmente algo que

---

[36] DANTAS, Dom José Adelino. ***Homens e fatos do Seridó antigo.*** p. 57 a 62.

[37] "Dispendi com huma imagem de N. S. Conceição para o altar que foi do Rosário, para ser colocada no nixo, onde estava a de N. S. do Rosário, que foi transferida para a sua capela própria, e colocada no dia 3 de abril de 1853,..." Documento citado por DANTAS, Dom José Adelino. ***Homens e fatos do Seridó antigo.*** p. 23.

[38] LAMARTINE, Juvenal. ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 69 a 73.

já acontecia antes mesmo da fundação da Irmandade. Como é sabido, o Congo é um auto popular de motivação africana. Uma espécie de rememoração das lutas da Rainha Ginga em defesa da autonomia do seu reinado frente à dominação portuguesa e do eterno embate com os sobados da região[39].

Dentro das comemorações festivas do Rosário, a dança guerreira, ou Congada, ocorre com simulações de visitas aos seus vassalos, embaixadas, negociações e embates no trajeto do préstito da casa do Rosário para a Igreja. Na comitiva estão presentes todas as autoridades burocráticas do reino, inclusive o príncipe herdeiro, além, é claro dos oficiais militares, todos paramentados para a guerra.

Na congada tradicional nordestina os elementos culturais, de motivação africanas, são mais proeminentes. A referência à luta entre cristãos, mouros e mulçumanos é diminuta. Nela está presente a citação pronunciada da "já venceu toda mourama", a ação em cena do embaixador da Turquia e o inconfundível colorido azul e vermelho que simbolizam as partes contendedoras das religiões. Respectivamente, os filhos de Deus contra os infiéis, os não batizados[40].

Para Meyer, das danças dramáticas do folclore brasileiro, a congada é a que mais intensamente apresenta o domínio do espírito guerreiro, da violência das disputas. Dentro da interpretação dessa autora, a Congada, ainda que não explicitamente, apresenta a estrutura, "o esquema **Cristãos e Mouros**, uma luta de morte entre dois campos antagônicos. Mas, note-se aqui curiosa inversão nos termos. A finalidade e o resultado da luta são ambíguos, como é ambígua a caracterização dos personagens".[41]

É importante frisar que os estudos de Cascudo e Meyer destacam variações de elementos culturais nas Congadas das diversas regiões do Nordeste e de todo o Brasil. Embora o esquema geral seja o da luta de cristãos e mouros, nos exemplos observados por esses autores, em uns casos predominam os símbolos guerreiros da tradição ibérica e africana e, em outros aparece igualmente a influência indígena.

A Congada dos negros do Rosário do Caicó e Jardim do Seridó teve o olhar registador do historiador Câmara Cascudo, nos anos de 1943-4. Ainda naquela

---

[39] CASCUDO, Luis da Câmara. ***Dicionário do folclore brasileiro.*** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988, p. 242-3.
[40] MEYER, Marlyse. Op. cit. p. 52.
[41] Idem, ibid, p. 54.

oportunidade, a dança apresentava todo o ímpeto guerreiro e seu simbolismo de glória, coragem e nobreza. Nela "há Rei e Rainha que vão solenemente à missa dominical acompanhados do seu séqüito, tambores e lanças, mas já coroados porque os sacerdotes recusam colaboração".[42] Da evolução do bailado em cena se destacava a dança do espontão, lança de guerra. O capitão da Lança, espécie de chefe, é o portador da lança. "Nas residências visitadas, o grupo se detém e dança, agitando a lança e os espontões, em acenos guerreiros, saltos e recuos defensivos, num ad libitum impressionante. Não há canto. É bailado de guerra, ao som do tambor marcial".[43]

Com relação aos festejos do Rosário, as informações encontradas pela pesquisa, indicam que nos anos setenta do século XX, a homenagem à N.Sra. Do Rosário ocupava o lugar de segunda maior festa religiosa do calendário do município. No período indicado, as fotos da coluna Notícias do Seridó, sobre os negros do Rosário, configuram os momentos do Congado. Vêem-se claramente os espontões e o tambor, os instrumentos típicos da dança guerreira. No instantâneo do jornal, os negros estão fazendo o desfile com as referidas visitas às casas dos súditos. Informação obtida junto à Rainha Marinilce de Brito, representante da Barraca Agricultura, da festa do Rosário de Caicó do ano de 1977, dá conta que as cores azuis e vermelhas estavam presentes nos trajes dos personagens da congada[44].

Naquele ano a programação da festa do Rosário, publicada na coluna "Notícias do Seridó", demonstra a suntuosidade da comemoração, do seu simbolismo religioso e social. No calendário de novenas foi definida, entre outras atividades, a noite dos fazendeiros, com a presença de representantes dos agricultores, criadores, colonos do perímetro irrigado do Sabugi e fazendeiros de cinqüenta e sete fazendas citadas nominalmente[45].

---

[42] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Dicionário do folclore brasileiro.*** p. 243.
[43] Idem ibid, p. 313.
[44] Informação obtida diretamente do personagem, durante o trabalho de campo na Cidade do Caicó.
[45] Fazendas "Sacramento, Dominga, Laginhas, Barra Verde, Inês, Triunfo, São Bernardo, Pedra Branca, Baixa Verde, Mundo Novo, Ferreiro, Glória, Quixaba, Craibeira, Samanau, Pai Bastião, Alegre, Serra da Formiga, Coelho, Saboeiro, São Nicolau, Genezaret, Angicos, Umari, Pedreira, Palma, Riacho dos Santos, Condado, Gavião, Pedra do Sino, Maravilha, Sabugi, Brandões, Timbaúba dos Gorgônios, Tapera, Cachoeira Grande, Piató, Beleza, Morada Nova, Ato Doce, Logradouro dos Enéas, Caboclos, Pai Luiz, Mavioso, Ponta da Serra, Bolandeira, Alto do Meio, Barra do Sabugi, Cavalcante, Tapuiá, Quixerê, Trapiá, Salgadinho, Riacho do Cipó, Cachoeira, Pau d'Arco, Curralim". (AZEVEDO, Dermi. ***Caicó***. Diário de Natal, Natal, 27/10/1977. ***Notícias do Seridó***, p. 15.

A influência dos valores cavalheirescos do mundo ibérico não se limitou aos universos da Congada e da Cavalhada. Compondo e expandindo o ciclo carolíngio, foram desde cedo difundidos em versos de cordel, vendidos e cantados pelas feiras das vilas e cidades dos Sertões nordestinos as grandiosas batalhas e façanhas de Carlo Magno e os Doze Pares de França, especialmente as pelejas de Roldão e Oliveiros. Eram contentas e proezas magníficas, vezes sem fim. Grandiosas e honrosas pela determinação de fé dos partidários do Rei cristão. Uma versão lisboeta de 1790 da "Vida do Façanhoso Roldão, em 211 quadras", foi possivelmente uma das fontes que no Brasil teria inspirado nossos poetas violeiros. Muitos dos episódios foram versejados em sextilhas. "Conheço, versos de Leandro Gomes de Barros em princípio do corrente século, A BATALHA DE FERRABRÁS e A PRISÃO DE OLIVEIROS".[46]

A vigência da poesia dos cantadores sertanejos divulgando a literatura tradicional e popular, moldando as feições psicológicas do homem dos sertões, também pode ser conferida numa passagem do romance "Carcará". Ambientado em Cajazeiras-PB, do ano de 1926. A narrativa da trama revela naquela cidade do sertão paraibano, fronteiriço ao Seridó potiguar, a figura, quase que comum a todas as cidades sertanejas, do cego rabequeiro ou violeiro.

Era o Cego Alexandre que, nos dias de feira, num recanto do mercado daquele lugar, com sua rabeca versava para os feirantes presentes e transeuntes. Conta o enredo que um de seus personagens, João Boanova, filho de uma viúva fazendeira da localidade, "ficara horas, sem sentir, ouvindo as narrativas do Cego Alexandre: 'A Imperatriz Porcina', 'Roberto do Diabo', 'A Donzela Teodora', 'Alonso e Marina', 'A História do Imperador Carlos Magno e os Doze Pares de França'".[47]

No Seridó potiguar dos anos de 1920, na Cidade do Acari, Cascudo presenciou uma cena semelhante. Guardadas as diferenças de localidades, o episódio parece ter sido transportado para o romance de Ivan Bichara, ou vice-versa. Naquela cidade seridoense, "durante meia noite, via a figura melancólica de um cego, tocador de harmônica, narrando os romances de Garcia ou o ataque de Lampião a Mossoró... cantava heroísmos, arrancadas, vida livre, afoita e largada, pelo mundo...[48]. Nos versos do cantador acariense também

[46] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Cinco livros do povo.*** p. 447.
[47] SOBREIRA, Ivan Bichara. ***Carcará***. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984, p. 42.
[48] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Vaqueiros e cantadores.*** p. 167.

figuravam os personagens da saga carolíngia. Na mesma oportunidade, agradecendo um óbolo do insigne visitante, o cantador compôs os seguintes versos: “Deus lhe pague sua esmola que me deu de coração, lhe dê cavalo de sela, e poder nesse sertão... E lhe dê uma coragem como ELE deu a Roldão”.[49]

O heroísmo ibérico, os símbolos e ícones mouros e cristãos adaptados ao habitat do sertanejo através da poesia mnemônica e tradicional, nos rituais das festanças e de outros meios, têm no imaginário do povo do semi-árido potiguar o sinal do ferro de ferrar. Esses signos na mentalidade do povo da região tiveram longa duração. A sua vida em arco-celeste pode ser observada em outros lugares da convivência social do seridoense.

O campo da política é um exemplo. No século XX, o mais importante político da região, o Sr. Dinarte de Medeiros Mariz, neto e herdeiro das tradições do ilustre José Bernardo de Medeiros[50], a partir da segunda metade da década de 1930, desponta como chefe inconteste da parentela seridoense[51]. Foi um expoente do Partido Popular na fase de redemocratização do Brasil. Nos idos de 1958, ao lado de José Sarney, fez parte da ala UDN bossa nova, foi governador do Estado do Rio Grande do Norte e encerrou sua carreira como Senador Biônico. A sua bandeira e a dos seus partidos e correligionários dentro do

---

[49] Idem, ibid. p. 211.

[50] José Bernardo de Medeiros foi chefe do Partido Liberal do Rio Grande do Norte no período do final do regime monárquico ao começo da Velha República. Eleito pelo seu partido para representar o Estado no Senado Federal, participou da primeira constituinte republicana brasileira. Manteve correspondências confidenciais com o governador do Estado, Pedro Velho e com os principais presidentes civis da Velha República, Prudente de Morais e Campos Sales. Faleceu em 1907, na Fazenda Solidão, em Serra Negra do Norte, residência do genro Manoel Mariz. Por ironia do destino, o local foi o berço de nascimento do seu herdeiro político. (MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. Op. cit. pp. 117 a 134.). No ano da morte de José Bernardo, o futuro Senador Biônico do Regime Militar tinha apenas quatro anos de idade.

[51] A parentela no Seridó tem como ascendência básica os principais patriarcas responsáveis pelo povoamento da região. Os mais antigos são Pedro Ferreira das Neves, da Fazenda da Cacimba da Velha, da Ribeira do Quipauá, casado com Custódia de Amorim Valcacer; Tomaz de Araújo Pereira, da Fazenda de São Pedro, da Ribeira do Seridó, casado com Maria da Conceição de Mendonça; Alexandre Rodrigues da Cruz, da Fazenda da Acauã, casado com Vicência Lins de Vasconcelos; Manoel Pereira Monteiro, da Fazenda da Serra Negra, da Ribeira das Espinharas, casado com Tereza Tavares de Jesus; Antônio Garcia de Sá, da Fazenda do Quimporó, da Ribeira do Seridó, casado com Maria Dornelles Bittencourt; Domingos Alves dos Santos, da Fazenda das Lajes, da Ribeira do Quipauá, casado com Joana Batista da Encarnação; Antônio de Azevedo Maia, da Fazenda da Conceição, da Ribeira do Seridó, casado com Josefa Maria Valcacer de Almeida; Cipriano Lopes Galvão, da Fazenda do Tororó, da Ribeira do Seridó, casado com Adriana de Holanda e Vasconcelos; Antônio da Rocha Gama, da Vila do Príncipe, casado com Isabel Maria de Jesus; Caetano Dantas Correia, da Fazenda Picos de Cima, no Acari, casado com Josefa de Araújo Pereira; João Batista dos Santos, da Fazenda Catureré, no atual Jardim do Seridó, casado com Maria Marcelina; os irmãos Rodrigo de Medeiros, casado com Apolônia Barbosa, e Sebastião de Medeiros, casado com Antônia de Morais Valcacer, do atual São João do Sabugi. Os numerosos descendentes dessas famílias casaram entre si, formando uma sólida parentela. Seus remanescentes ainda hoje reinam na região.

seu território de domínio foi o vermelho. Usada até os anos de 1980, quando foi passada como espólio político para o grupo dos Maias, seus sucessores na política local. Até início dos anos de 1990, os Maias eram chamados de Arara por conta do uso da cor vermelha. Atualmente o uso específico dessas cores está em pleno desábito.

A cor vermelha, que os sertanejos chamavam de encarnado, definia paixões e ódios entre os seus seguidores e os adversários. Era o sinal, a bandeira, a arca da aliança entre o chefe e toda a sua parentela. Imageticamente ela simbolizava a luta de vida e morte de forças antagônicas. A força do vermelho era um ícone proeminente, espécie de espelho guia do sentimento de pertencimento a um grupo maior, a uma comunidade. Em Natal, capital do Estado, em alguns autos populares do pastoril, o azul e o encarnado representam, respectivamente, a luta do bem conta o mal.

O curioso é que o Sr. Aluísio Alves, outra figura de renome na política local e nacional no século XX, e que foi uma cria do sistema político de Dinarte, quando com esse rompeu, buscou na fauna da caatinga uma espécie símbolo do imaginário sertanejo, para imprimir a sua plataforma partidária a cor, e em especial, o sentido que o inseto possuía na mentalidade daquele povo, ou seja, se apropriou desse ícone para suas hostes políticas. No caso, a simbologia escolhida foi a do inseto ortóptero, espécie de grilo de cor verde, mais conhecido por “Esperança”. Na tradição local, quando esse inseto, ao acaso, adentra o lar do homem do campo ou sertanejo da cidade é sinal de vida nova por vir, fortuna à vista em um tempo próximo, ou muita motivação e alegria familiar em breve. Ele traz uma grande esperança.

Com a apropriação dos signos do verde e da esperança fora reforçada a estrutura mental dicotômica do sertanejo. Uma visão que divide o mundo entre forças antagônicas, entre o bom e o mau, os fiéis e infiéis, representados pelas cores diferentes. O vermelho representando a fidelidade ao Seridó e as suas tradições, e o verde, o forasteiro usurpador. Atualmente, mesmo com um certo desuso das cores ícones das plataformas desses grupos pertencentes à sociedade política da federação, os Alves continuam tendo dificuldades de conquistarem maior quinhão eleitoral na região, apesar de todos os esforços empreendidos na direção contrária.

Em Caicó, através de conversa informal com os personagens entrevistados pela pesquisa, foi colhido que até início dos anos de 1970, nas festas do Padroeiro do Bairro

Barra Nova, daquela cidade, quando se apresentavam em disputa as barracas do encarnado e do azul, os Torres[52], eternos adversários políticos de Dinarte Mariz no município, e aliados de Aluísio Alves, apoiavam sempre a barraca do azul que competia com a barraca do encarnado. Esses exemplos, sem dúvida, representam o passado sendo convocado a dar sustentação às construções do tempo presente, nesse caso, a política partidária. Atestam a força fundante da tradição e a sua presença indubitável no contexto da morte do sertão antigo no Seridó.

No município de Florânia, a mentalidade do seu povo não respirava em outra direção. A lógica das ações sociais dos seus personagens seguia os mesmo ícones culturais. É o que ilustra o "Canto de amor à Florânia" de Joanilson de Paula Rego. Nessa poesia dedicada a sua cidade natal, o autor rememora momentos do seu passado, vividos nos anos de 1950 naquele lugar sertanejo. "Chamado pela vida a lutar fora de suas fronteiras, trouxe, contudo, a minha terra no meu coração". Com essa frase cheia de recordações, onde coração e memória se confundem, o floraniense, tantos anos fora do berço que o acolheu, descreve o cheiro do seu clima, das suas formas do relevo, da fachada e funções dos prédios públicos. Lembra dos lugares e pessoas mais simples da cidade e também da sua densidade social, quando evoca do passado "as campanhas políticas, as festas religiosas, o cordão azul e encarnado, as barracas, os dramas, os carrosséis, os bailes do Grupo e do Mercado, as feiras, os desfiles de 7 de setembro, os caminhões, as mercearias..."[53]. Não é por mera coincidência que em sua revisita ao passado, a política, a vida social e a cultural ocupam o mesmo lugar de memória. Ações de sentidos sociais diferentes condensados em cores iguais.

Não é possível destacar qual das células e rituais de reinvenção da tradição, causou maior influência na construção do imaginário do sertanejo. Talvez, buscar essa precisão seja algo de menor relevo. Porém, para melhor tecer passado e presente deve-se

---

[52] O principal líder da família, "o Sr. Manoel Torres pertenceu aos quadros do extinto PSD e sempre acompanhou o Monsenhor Walfredo Gurgel, desde o início da sua vida pública. Através do Monsenhor, ligou-se à extinta Cruzada da Esperança, ao lado do ex-Governador Aluízio Alves. Com a morte do ex-Governador passou a integrar o grupo do Senador Jessé Freire, em quem votou várias vezes. Foi eleito deputado estadual em três legislaturas seguidas, sendo uma pelo antigo PSD e duas pela 'Cruzada da Esperança'". (Decepcionado, Prefeito de Caicó vai deixar a Arena. Diário de Natal, Natal, 29 ago. 1975. Política, p. 12).

[53] RIO GRANDE DO NORTE. Fundação José Augusto. ***Florânia***. Natal: Fundação José Augusto, 1982, p. 127-8.

inquirir qual das situações conhecidas foi mais importante. As rememorações das narrativas orais transmitidas pelo contador de história para familiares e agregados? Teriam sido as leituras assistidas em grupo no copiar da casa da fazenda? Talvez, as cantorias de viola em festas e nas feiras de cidades e vilas, as louvações de casamentos e batismos? Ou os efeitos do ritualismo dessa literatura através das cavalhadas, das congadas, dos autos populares e das festas e atos religiosos?

"Desde o século XVI os padres jesuítas usaram o auto religioso, aproveitando também figuras clássicas e entidades indígenas, como poderoso elemento de catequese".[54] A doutrinação jesuítica também funcionou como um mesclador cultural, amalgamando, agregando e fundido os signos do patrimônio simbólico das três raças no tecido da mentalidade sertaneja em construção. A verdade é que todos esses caminhos que foram aludidos acima, associados ou isoladamente, foram percorridos sem maior preponderância de um ou de outro. E mesmo tendo esse fato acontecido, tudo indica, os objetivos alcançados foram os mesmos.

Quando escreveu "Vaqueiros e cantadores" em 1937, Cascudo fixou o momento histórico da influência da Literatura Tradicional no cordel sertanejo. Afirmou esse iluminador do passado que "não há exemplo, no Sertão Nordestino, de versos do ciclo do cangaceiro, romance de aventuras, citações de Carlos Magno e dos Doze Pares de França, anteriores às datas registadas nesses versos do ciclo do gado".[55] Como bem ilustra o seu trabalho acima destacado, nessa fase, a literatura de cordel descreve com pompa de imaginação e primitivismo a gesta do sertão pecuarista. Os poetas eram predominantemente analfabetos, em geral, um negro-escravo ou um curiboca.

A citação destacada, tomada no contexto da obra em pauta, permite a leitura de que, no domínio do "ciclo do gado" a poesia sertaneja expressava um certo equilíbrio entre a influência ibérica e ameríndia ou mesmo africana. A proeminência do animismo associado à estrutura narrativa das lutas ibéricas era o forte da composição poética. O que se pode inferir é que a influência do ciclo carolíngio no Sertão não teve a princípio a necessidade ferrenha dos textos escritos como porta de entrada. Sem dúvida, a fonte

[54] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Dicionário do folclore brasileiro.*** p. 85.
[55] Op. cit. p. 116.

difusora foi, de forma proeminente, a memória do colono[56]. Isso não quer dizer que os exemplares dessa Literatura Tradicional não fizessem parte do patrimônio de alguns fazendeiros[57].

Nos versos do "ciclo do gado", são destaques as proezas dos barbatãos indomáveis e os demais entes que enchiam a vida do sertão, os touros, as vacas, os bois, as onças e os veados. Esses seres da natureza assumiam o epicentro da trama e narravam os versos na primeira pessoa. O autor do cordel praticamente desaparece de cena. Apesar desses aspectos, a estrutura narrativa era idêntica a das grandes batalhas dos Doze Pares de França, ou seja, o que se conta em versos são a coragem, a honra, o moral e as bravuras de um personagem, de um cavaleiro andante que ganha vida e aspectos humanos em um animal.

Nos confrontos narrados, predominavam os avanços e recuos das partes envolvidas. Também ocorriam os fracassos ocasionais, ora por parte do animal, ora com os vaqueiros ou caçadores. Quando a perda era do personagem principal, logo os ânimos eram recobrados ou uma fuga estratégica empreendida. Entre os vaqueiros ou caçadores, o grupo mal sucedido era substituído por outros. A peleja continuava até um desenlace final. Esse por sua vez, quase sempre se dava com a morte do animal, por velhice ou acidente. Outros desfechos comuns eram uma fuga espetacular para um esconderijo a ermo, ou então um acordo tácito onde os dois lados se reconheciam e se respeitavam. Os poemas mais conhecidos dessa fase, apontados por Cascudo, são os versos do "Boi Pintadinho", "Rabicho da Geralda" – 1792, o "A. B. C." do "Boi Prata", o romance do "Boi Espácio" e do "Boi Liso".[58]

---

[56] Para uma compreensão dos possíveis caminhos e descaminhos da memória, pelos quais chegaram ao sertão nordestino as temáticas e narrativas das novelísticas ibéricas, recomenda-se a leitura da citada obra de Cascudo, "Os cinco livros do povo".

[57] A respeito desse assunto, existe um estudo sobre os livros das fazendas do Seridó no século XIX, no qual foi elaborado um mapa do que havia. Ele pode ser um indicativo de como fora antes. A classificação feita pelos autores é a seguinte: "os livros de gaveta, os de prateleiras e os de oratórios". Nas gavetas ficavam os folhetos de cordel, os "romanços"; nas prateleiras eram guardados o Lunário e prognóstico perpetuo, História do Imperador Carlos Magno, O advogado da roça, Estudo moral e político sobre Os Luziadas e outros; no oratório se protegiam a Bíblia Sagrada, Da imitação de Cristo, o Adoremus e Missão Abreviada. (FARIA, Oswaldo Lamartine de. & MEDEIROS FILHO, João Pe. ***Seridó – séc. XIX: Fazendas & livros***. Rio de Janeiro: Ed. Fomape Industria e Comércio, 1987).

[58] Os versos citados por Cascudo, como os mais antigos dentre os conhecidos, correspondem ao material coletado em muitos anos de pesquisas realizadas por ele próprio, por Gustavo Barroso, Silvio Romero, Pereira da Costa e outros estudiosos do assunto.

Nessa dimensão da Literatura Popular, o "ciclo do gado", é possível garatujar uma afinidade entre os escombros culturais em fusão. Essas batalhas quase sem fim entre o homem e o animal não seria a memória dos primeiros confrontos entre o colonizador e as duas raças subjugadas: o índio e o negro? Repetindo, nessa fase, os cantadores eram em sua maioria negros e curibocas analfabetos. Dessa forma, as pelejas entre homens e animais, pode muito bem representar a metáfora dos combates remotos, do ameríndio e do africano frente ao branco. Apesar do domínio estabelecido pelo povoador, esse conflito permaneceu latente no decorrer de todo o processo de formação do sertão, mesmo tendo havido rupturas reais em alguns momentos da história local e regional. Nesse sentido, o animismo e a estrutura narrativa carolíngia sublimavam os interditados desejos de revanche, de revolta e a vontade, quase incontida, de voltar ao estilo de vida de seus ancestrais.

O norte-rio-grandense Fabião das Queimadas, poeta que cantou e versou a gesta da vida pastoril de Santa Cruz-RN, município onde nasceu em 1848[59], até o Seridó e além, como indica o seu romance do "Boi da Mão de Pau": "Desde em cima, no sertão/ Até dentro da capitá/ Do norte até o sul,/ Do mundo todo em gerá,/ Em adjunto de gente,/ Só se fala em Mão de Pau".

Nessa sua romanceada história de apartação, o trovador sertanejo oferece elementos que corroboram o que foi supradito. Na sétima estrofe, o boi "Mão de Pau" fala do lugar onde nasceu e se criou, como um espaço de liberdade. "Na serra de Joana Gomes/ Fui eu nascido e criado,/ Vi-me a morrer de sede,/ Mudei-me lá pro Salgado./ Daí em vante os vaqueiros/ Me trouxeram atropelado...".

Esses versos sugerem claramente que o personagem da trama perde as condições sociais nas quais vivia anteriormente. "Mão de Pau", por jogada do destino cai nas garras do homem branco, do vaqueiro. A memória do poeta parece expressar as

[59]"FABIÃO HEMENGILDO FERREIRA DA RICHA, é o Fabião das Queimadas, por ter nascido no lugar 'Queimadas', Município de Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, em 1848, e faleceu em junho de 1928. Era um negro baixo, entroncado, robusto, de larga cara apratada e risonha, nariz de congolês e uns olhos tristes de escravo. Conservava a dentadura intacta e um bom humor perene. Escravo do Major José Ferreira da Rocha, juntou, vintém por vintém, o preço de sua alforria, 800 $. Depois economizou 100 $ e pagou a liberdade de sua mãe. Novos anos de paciência para reunir 400 $ e comprou sua sobrinha, Joaquina Ferreira da Silva, com quem casou. Deixou quinze filhos e uma ninhada de netos e bisnetos. Vivia no meio da 'famiação', respeitado e querido como um patriarca. Analfabeto de imensa memória , ... Era pequeno agricultor, agarrado à sua lavoura, tendo cabeças de gado e trabalhando com os filhos. Convidado para a cantoria nunca se recusava. Para as festas de apartação, vaquejadas, casamentos, batizados, era convidado perpétuo e indispensável sua 'louvação'. Passou cerca de quinze dias comigo, cantando em várias casas de Natal, começando pela do Governador Ferreira Chaves". (CASCUDO, Luis da Câmara. ***Vaqueiros e cantadores.*** p. 320.)

semelhanças do acontecido ao guerreiro do seu romance, o mesmo que ocorreu aos ascendentes do curiboca e do negro alforriado. Em território africano, a captura dos negros trazidos como escravos para o Brasil tinha muitos lances de ciladas e surpresas, empreendidas pelas tribos rivais e pelo colonizador português. Episódios que com relação ao encontro dos povoadores do sertão com as tribos mais resistentes, ao domínio do branco, nada deixam a desejarem.

Na nova situação, na qual passa a viver o barbatão, nada lhe agrada. Nos últimos versos da estrofe seguinte, diz o agora infeliz: "só Deus terá dó de mim,/ triste é a minha vida...". A narrativa dos desdobramentos de sua apreensão destila muitas afinidades com a vida dos subjugados pelo colonizador. Especialmente o murmúrio dos negros escravos do sertão - Fabião era negro forro - que mesmo vivendo uma escravidão amaciada pelas relações do mundo patriarcal, tinha na memória as vivas recordações dos seus irmãos do litoral, de onde muitos vieram para a região sertaneja[60]. Essas imagens lhes escapavam pelas janelas das letras do seu poema e ganhavam a liberdade como um discurso proferido do púlpito da praça pública. O seu brado de revolta sangra nos seus versos do romance citado. "Ali fui enchocalado,/ Com as algemas na mão,/ Butado por Chico Luca/ E o Raimundo Girão,/ E o Joaquim Silvestre/ Mandado por meu patrão".

A denuncia é filha da dor e, nesse caso, também da consciência do hiato existente entre o passado vivo na memória e as agruras do corpo e da alma nas oficinas sociais do presente. E a verve do poeta, transmutando-o em barbatão, não se negou ao dever de realizá-la em nome dos seus antepassados e dos seus irmãos coevos. Fala com a dureza da verdade. "Prefiro morrer de sede,/ Não venho mais no Salgado,/ No tempo em que tive lá,/ Vivi muito aperriado,/ Eu não era criminoso/ Porem sai algemado...".

No ensejo da denúncia, "Mão de Pau" anuncia sua fuga e seu retorno ao espaço de seu domínio, seus pastos de origem. Lugar onde vai esperar e enfrentar a vaqueirama das regiões adjacentes. A narrativa do romance desloca o palco da trama para o território do barbatão indomável. As batalhas se sucedem, uma após outra como numa verdadeira guerra. Os primeiros enfrentamentos foram com os vaqueiros locais de muito prestígio. Arrolados os melhores e mais afamados cavalos dos notáveis fazendeiros da vizinhança. A

[60] "As épocas ancestrais não desaparecem nunca e todas as feridas, mesmo as mais antigas, ainda minam sangue". (PAZ, Octavio. ***O labirinto da solidão e post-scriptum***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 15).

todos o herói da história impõe derrotas humilhantes. Descritas com sátiras e galhardia do guerreiro em combate. Depois foi a vez dos vaqueiros famosos do Trairi, Seridó e até do Potengi[61].

Com coragem e determinação, enfrenta e vence muitas batalhas. É altivo e determinado, mesmo sabendo que o seu fim é inevitável e pode estar próximo. O herói não se entrega, o seu fado é o açougue. Mas ele não se rende – as semelhanças com as histórias de heroísmos dos nossos cangaceiros não são meras coincidências, trata-se da mesma alma em personagens e situações diferentes. Morre lutando como o mais digno dos guerreiros. Diante, não porventura, de um vaqueiro tão destemido quanto ele. Essa situação engrandece o seu destino. "Quando vi Antonho Ansermo,/ No cavalo 'Maravia',/ Fui tratando de corre/ Mas sabendo que morria.../ Saiu de casa disposto,/ Se despidiu da famia...".

O encontro final é de vida ou de morte. "Mão de Pau" tem a memória do passado. Ele encarna em preto e branco as figuras armipotentes das duas raças derrotadas: Zumbi dos Palmares, Canindé, Rei dos Janduís e Mandiocapuba, o já mencionado bravo líder dos Tabajaras. A hecatombe do protagonista do romance de Fabião guarda irrefutáveis afinidades com os destroços ocorridos às comunidades africanas e ameríndias, como resultados do contato direto com o português colonizador e das tensões e conflitos que se sucederam a esse encontro/desencontro. Em sua narrativa, Fabião das Queimadas recorda as lutas de resistência daqueles guerreiros sem vitória.

No Sertão, o analfabetismo predominante entre os cordelistas de outrora favorecia o uso mais acentuado dos recursos das tradições adquiridos através da oralidade. Nesse caso, a memória era o cadinho onde os retalhos culturais das três fontes vertentes eram fundidos. Ainda pouco fixada a alegoria da narrativa ibérica, predominava a criatividade e a imaginação do troveiro. Os fatos levam a crer que a rudeza do meio e dos próprios poetas fossem os elementos conformadores daquele perfil observado. Até porque sendo a gesta dos animais o foco do romance, a estrutura da trama seguia o império dos valores de grandeza, coragem, intrepidez e glória, assumindo também o caráter de fantástico.

[61] O autor do romance se refere às ribeiras do Potengi. Rio que inspirou o nome do Estado. Corta a grande Natal, na direção Sul/ Norte, banhando a capital e seus municípios satélites: Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo. O Trairi é a região Sudeste do Estado.

É inquestionável que com um certo grau de letramento dos sertões nordestinos[62], o que infimamente atinge os seus versejadores no final do século XVIII e início do XIX, os elementos e principais personagens da Literatura Tradicional, adaptados ao ambiente, assumam papel de destaque nos enredos do cordel. Foi esse aspecto ressaltado por Cascudo, quando destacou o perfil do ciclo do gado na Literatura Popular.

É de difícil realização um cartograma da influência desse ou daquele cantador, segundo sua origem social e de nascimento, sobre a população dos sertões nordestinos, ou em especial, do Seridó potiguar. Uma pequena biografia, contendo aspectos da vida de cerca de trinta cantadores e violeiros mais afamados do Nordeste, apresentada por Cascudo[63], revela informações interessantes, no que diz respeito à história social e cultural desses personagens do Sertão.

Todos nasceram e viveram no século XIX. Alguns chegaram com vida às primeiras décadas do século XX. Quase todos apresentam algum grau de letramento. Entre eles, grande parte foi formada de agricultores e pequenos proprietários. A exemplo de Fabião das Queimadas, a maioria foi formada por negros foros, curibocas, mamelucos e mestiços em geral. São oriundos dos principais Estados nordestinos, com destaque, na ordem decrescente da representação, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Dos biografados, os norte-rio-grandenses de nascimento foram quatro: Manuel Cabeceira (1845-1914), Maria Tebana (?), Fabião Hemenegildo Ferreira da Rocha – Fabião das Queimadas (1848-1928), Ventania – Pedro Paulo Ventania (?). Esse último nasceu em Caicó e faleceu em Catolé do Rocha-PB. As datas de nascimento e morte de Ventania e Maria Tebana são desconhecidas. Das representantes do sexo feminino, Maria Tebana é a segunda mulher que mais se destacou no gênero do cordel daqueles idos[64].

Dois outros cantadores famosos do século XIX praticamente se naturalizaram rio-grandenses-do-norte. Foram eles: Preto Limão (?) e Hugolino Nunes da Costa (1832 –

---

[62] No Seridó, apesar do que se tem dito sobre os costumes do sertão, o culto às primeiras letras foi sempre um esforço dos patriarcas da região. Ainda no período colonial foi fundada em Caicó, por iniciativa dos fazendeiros locais, a primeira Escola de Latim do Rio Grande do Norte. Em 1836, por Projeto de Lei do Parlamento Nacional, de iniciativa do Padre Brito Guerra, Deputado pelo Rio Grande do Norte, foi transferido o ônus para o poder público. (MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. ***Seridó***. Especialmente o capitulo V).

[63] Em ***Vaqueiros e cantadores.*** pp. 307 a 327.

[64] Idem, idem.

1895). O primeiro era tido pelos estudiosos de cordel da época, como morador de Natal. Embora o tenha conhecido cantando no Areal, bairro praiano da capital potiguar, segundo Cascudo, essa informação não era verídica. O poeta era negro, e pelas informações do nosso folclorista, tinha estatura e cavanhaque de soba africano. Hugolino, conhecido como Gulino do Teixeira, aos dezoito anos fugiu de casa, passando a viver de "cantar e escrever versos". Acompanhando uma família, veio para o Rio Grande do Norte onde se tornou bastante popular. Posteriormente passou a residir "na vila de Santa Luzia do Sabugi, Paraíba, cidade fronteiriça ao Seridó". Gulino era "inteligente e curioso, com espantosa memória, sabia de cor a 'Ciência Popular', História Sagrada, Lunário Perpétuo, Dicionário da Fábula, rudimentos de Geografia Física e Política, Carlos Magno e os Doze Pares de França".[65]

No século XX, a Literatura Popular no Nordeste teve novas gerações de bons poetas. No Seridó, foi possível registar as presenças marcantes dos poetas José Saldanha Menezes, Orilo Dantas, o poeta da Oiticica, José Alves Sobrinho, Manoel Feitosa, Francisco Mota, Tico Teixeira, Domingos Tomaz e Vivaldo Rodrigues. Esses chegaram aos anos de 1970 fazendo sucesso nas rádios locais e nos festivais de cantoria de âmbito regional e nacional. Sem contar com Orilo Dantas, os demais eram membros da AEPP – Associação Estadual de Poetas Populares. Fundada, tudo faz crê, em outubro de 1975, visto que, aos 27 de outubro de 1977, seus sócios, acima mencionados, estavam comemorando o segundo ano de sua criação.

A programação da festa foi feita no mais tradicional estilo dos trovadores: cantorias com representantes de outros Estados e desafios entre eles, tudo transmitido pelo rádio. Na parte do evento em auditório, com a presença do público, foi organizada a apresentação dos poetas visando a atender as solicitações do público interessado, "como temas, canções, louvações, história, cantoria, religião, divórcio, gabinete, mourão voltado, astronomia, astrologia, galope à beira mar, gemedeira, ABCs, pés quebrados e outros".[66]

Conferindo a produção de alguns desses poetas, fica patente uma perenidade do estilo e da estrutura da poesia dos seus antepassados. A exceção, a mudança é observada no romance temático, não na sua forma, apenas na apresentação dos acontecimentos. Sem

[65] Idem, idem.
[66] AZEVEDO, Dermi. ***Notícias do Seridó***. Diário de Natal, Natal, 20 ago. 1977, p. 15.

abandonar os fatos clássicos do passado, os poetas cantam também as ocorrências do seu tempo. Nos séculos XVIII e XIX, enquanto os poetas daquelas centúrias transformavam para o cordel obras da Literatura Tradicional como Carlos Magno, João de Calais e também obras clássicas como Decameron[67], os trovadores do século passado faziam a mesma coisa com a literatura clássica brasileira. O maior exemplo foi o caso do seridoense José Saldanha Menezes, que passou para o cordel "Os Sertões" de Euclides da Cunha, com o título de "Antônio Conselheiro, o apostolo dos sertões". Zé Saldanha, como era conhecido, que além de poeta era artesão sapateiro, deixou uma vasta produção de cordel dentro da mais fiel tradição sertaneja[68].

Afora esses menestréis de envergadura maior, de projeção regional e nacional, existiam os cantadores e poetas de menor expressão. A presença desses personagens foi fato comum até os primeiros anos do último quadrante do século XX, por quase todas as cidades da região do Seridó potiguar, e ainda hoje não estão de todo desaparecidos. Muitos desses cantadores de viola não alcançaram maior visibilidade. Compunham o médio e baixo clero da arte do cordel. Seus nomes se perderam nas brumas do tempo. Mas, bateando nos baús e gavetas e em outras fontes, a pesquisa encontrou informações sobre esses personagens cordelistas.

Nos anos sessenta, no município de Florânia, residia um pequeno comerciante de nome Severino Toscano de Menezes, também conhecido por Vinoca. Nascido e criado naquela cidade, a exemplo de outros contemporâneos seus, dedicou-se à vida boêmia. Gostava de cantar e fazer serenata. Desenvolveu o veio poético e chegou a publicar um folheto. O título do seu enredo, "José Viriato suas bravatas e façanhas", revela o quanto o tema do homem destemido e valente continuava vivo, povoando a mentalidade da região, servindo como fonte e espelho de inspiração dos valores, mantendo a tradição.

---

[67] "A versão poética que registei mantém os mesmos nomes e localidades citados no 'Decameron'. Não me foi facilitada a oportunidade de saber como José Duda conheceu o episódio de 'madame Genevra', com os detalhes que menciona e as indicações que cita. Em idioma acessível o cantador nada podia ter lido. Nascido em 1866, ignoro que ainda vive e em que condições pôde escrever as sextilhas revivendo no sertão uma história que tem seiscentos anos..." (CASCUDO, Luís da Câmara. ***Vaqueiros e cantadores.*** p. 242).

[68] Afora o romance citado, suas publicações foram "O mundo prometido aos pobres na época das eleições", "O sonho do padre Cícero", "Vaquejada de Cerro Cora", "O destaque de Cerro Cora", "O desastre de Currais Novos", as canções e panfletos folclóricos e publicitários. Ainda não publicados "Lampião e Casco Preto", "Heleno Maciel e Helena Neves", "Cingéfrida e Ozean", "Marcelino e Eufrasina", "Nascimento e morte de um cidadão generoso" ... (AZEVEDO, Dermi. ***Notícias do Seridó***. Diário de Natal, Natal, 14 out. 1977, p. 11).

O interesse de Vinoca pela literatura de cordel vem desde a infância. “Vivia muito nas feiras escutando os cantadores de viola”.[69] Além do folheto publicado e recolhido por essa pesquisa, o versejador da antiga Flores informa que escreveu outros dentro do mesmo espírito sertanejo. Os enunciados de suas tramas confirmam a informação do autor: “A morte do soldado Leônidas”, “A carestia no mundo”, “Trágica morte de Cândido Athanásio” e “As vinganças do Belizário”.[70]

Na década de 1980, quando Vinoca morreu, as crianças de sua cidade já não tinham a feira como um importante espaço, onde entre outras coisas, também se preparava o espírito dos jovens. A televisão já era o novo canal de difusão e formação de hábitos, comportamentos e opiniões, embora o rádio continuasse assiduamente levando ao homem do campo os programas de cantoria de viola, fonte de informação indispensável daquela gente simples. Esses programas são a imagem e a semelhança da conformação psicológica do homem do antigo sertão em ruínas. Ainda hoje essa programação é quem dá o primeiro bom-dia da roça na região[71].

Quando o olhar da pesquisa se desloca para a memória dos personagens entrevistados nesse trabalho, a presença forte dessa tradição faz eco e, a estrutura mental instituída se confunde com a fonte instituidora, ganha autonomia e passa à ação fundante. O Sr. Francisco Alves de Oliveira, nascido e criado no Sítio Poço da Onça, no município de Brejo do Cruz-pb, vizinho do município de Caicó[72], contou que seu avô, falecido em 1944, com 86 anos de idade, tinha de memória os romances de Carlos Magno e os Doze Pares de França, A Princesa Angélica, A Donzela Teodora e João de Calais. Seu avô, Francisco Gomes de Oliveira, como era chamado, deitado no alpendre da casa da fazenda, e em meio aos seus agregados, “começava contando essas histórias por volta das sete horas da noite e entrava na madrugada, às vezes encerrando de três horas da manhã”.[73] Sabia ainda o Lunário Perpétuo, fonte de seus ensinamentos e discussões com a população local sobre o

---

[69] Depoimento dado pelo poeta para o Livro “Florânia” da Fundação José Augusto. Op. cit. p. 119.
[70] Idem, idem.
[71] Nos meses de abril, maio e junho de 2000, quando estive na cidade por diversas vezes para fazer entrevistas e coletar os dados da trama desta pesquisa, tive oportunidade de ouvir no rádio o programa dos cantadores de viola editado desde os idos de 1960.
[72] Já adulto, seu Francisco migrou para a sede daquele município e depois para Natal, capital do Rio Grande do Norte, onde atualmente reside.
[73] OLIVEIRA, Francisco Alves de. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Natal, 2001. 1 fita cassete (120 min.).

inverno e a astronomia.

Do Seridó vem o exemplo do Sr. Seráfico José Batista. Ele nasceu em 1905, no Sítio Riacho Verde, no município de Jardim do Seridó-RN[74]. Seu Seráfico diz que não gostava de ler quando era jovem, mas demonstrou conhecer bem a história de Carlos Magno. Ele recitou de memória vários versos do dito romance. Para ilustrar a força dessa tradição na mentalidade do sertanejo seridoense e alhures, nada melhor que sua própria fala: "Floripe não conhecia quanto o amor tem poder/ Mais aí pôde saber quanto tinha energia./ Sendo ela da Turquia, seu pai era rei pagão,/ Não tinha religião, era um perigo profundo,/ Por todo o ouro do mundo/ não dava filha a um cristão".[75] Seu Seráfico informa que aprendeu tudo isso quando era menino.

O curioso na história de vida desse personagem é que ele narra a sua participação no episódio ocorrido em 1935 na Serra do Doutor - localidade entre Currais Novos e Santa Cruz -, como um torneio, uma aventura qualquer, uma batalha cavalheiresca: "começaram a, em Parelhas alistando o povo, pra todo mundo vim pra Natal combater os comunistas. Eu pensei que aquilo era brincadeira, dei meu nome também e vim pra Natal combater os comunistas. Me deram um mosquetão, um saco de bala, ...".[76] Esse fato ocorrido foi o famoso combate armado entre os sertanejos do Seridó e os comunistas da intentona. Acontecimento que entrou para a história do Rio Grande do Norte, como o fato decisivo que impediu os revoltosos de consolidarem o movimento em todo o Estado. Sem dúvida, a atitude de seu Seráfico estava em plena consonância com a mentalidade da tradição. Como rezam os versos de um dos romances mais lidos e divulgados no Sertão, "torneios é para quem tinha muito valor e coragem".[77]

A presença e a força dessa tradição ainda está em muitos lugares do Seridó. O atual juiz de Direito da Comarca de Caicó, professor da UFRN no campus daquela cidade, natural do município, filho do fazendeiro..., tem o nome do famoso cavaleiro de França. No final dos anos de 1950 e início da década seguinte, como bom paladino, foi um dos

---

[74]Até 1858, Jardim do Seridó pertenceu ao município de Caicó, quando foi desmembrado e criado como município autônomo. (CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. p. 195).

[75] Entrevista concedida a essa pesquisa pelo Sr. Seráfico José Batista, em Natal, no mês de Janeiro de 2000.

[76] Idem, idem.

[77]ATAÍDE, João Martins de. ***A fugida da princesa Beatriz com o Conde Pierre***. In: ***Vaqueiros e cantadores***. Op. cit. p. 47. Como bem informa o autor essa, é uma das versões brasileiras da história de Magalona disfarçada em Beatriz.

combatentes do movimento estudantil local, em favor das Reformas de Base. “Como já disse, nós ganhávamos as ruas, debatíamos muito e estávamos empolgados com aqueles ideários de reforma no governo João Goulart”.[78]

Contam os mais velhos da região, que até os anos de 1980, as mães sertanejas costumavam interpelar seus filhos mais cheios de peraltices e vigor nas agressões infantis, recorrendo à imagem do valoroso Par de França: “calma menino, esse menino é muito brabo parece até um Ferrabrás”.

Assim, em parte, se fez o sertanejo homem altaneiro, de coragem, cheio de brio, opinioso. Sujeito que não admitia faltar com a palavra nas menores das ocasiões, sob pena de ir às vias de fato para com os infratores desse código. Tinha na pele o sentido da tragédia, porque para isso foi domado o seu espírito desde os primeiros momentos de sua existência, pelos exemplos dos arquétipos da teia discursiva da tradição.

Um exemplo que ilustra esse aspecto da moldura psicológica do sertanejo pode ser constatado na história de vida do líder sindical da cidade de Florânia, o Sr. Pedro Paulino. Conta esse cidadão que seu avô era filho de criação do Coronel João Damasceno Pereira, do Saco do Martins. Por motivo de família, quebra de preceitos da autoridade do velho patriarca, seu avô foi repreendido e ficou com muito desgosto. Resolveu então ir embora da casa de seu pai de criação. Na saída teria dito que, “se a minha alma tiver vergonha não vem mais no Saco do Martins”.[79] Segundo o Sr. Paulino, por duas vezes o coronel João Damasceno Pereira teria tentado reconciliação com seu bastardo. Na primeira tentativa, mandou uma carta; na segunda, foi pessoalmente, levando um cavalo selado, que serviria para conduzir o filho de volta ao lar. A sua resposta foi recordar sua atitude no dia da sua despedida de casa.

Magoado, o coronel Damasceno teria chorado muito e dito de público que gostava de Antônio do Saco como se fosse seu filho legítimo. Os anos se passaram, morreram o pai e o filho bastardo. Os descendentes do coronel Damasceno, cumprindo à risca o inventário do velho, mandaram avisar aos filhos de Antônio para irem receber a

---

[78] DINIZ, Roldão Gurgel. ***Movimento estudantil.*** Entrevistadora: Esmeraldina. Caicó, 1997. 1 fita cassete (60 min.).

[79] PAULINO, Pedro. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.). Segundo o entrevistado, essa história era seu pai que contava, e para ele, o acontecimento é “histórico pra nossa família”. O Saco do Martins, na época nome de fazenda, pertencia ao município de Florânia. A

herança deixada pelo patriarca, “queria entregar, porque eles obedeciam. ... E teve um dos irmãos de meu pai, eu não sei se foi o finado Ciço que ainda tentou ir lá e os outros não deixaram. Não era pra ir não, tinha que respeitar a decisão do velho que já tinha morrido”.[80]

### 3.4. A dama sertaneja, a face feminina da família patriarcal

Mas o sertanejo, cavaleiro andante, guerreiro da fé não se fez só, ao seu lado estava a sua outra cara metade, a dama sertaneja. Mulher forte, portadora de todas as virtudes femininas da época, como a honra, a fidelidade, a imaculabilidade do lar, a capacidade de resignar-se no amor, na caridade e na fé católica. Foram virtudes que os sertanejos cultuaram com determinação dentro da tradição do antigo Sertão.

As fontes fundantes e de difusão do código da dama mulher do sertão foram as mesmas discutidas acima. Sendo que nessa empreitada, nas narrativas cordelistas se sobressaía mais a temática dos romances amorosos, a defesa do amor cortês. Também aí, os textos primicérios foram os já citados clássicos da Literatura Tradicional de proveniência européia, com destaque para “A donzela Teodora”, “A imperatriz Porcina”, “A fugida da princesa Beatriz com o Conde Pierre”, versão brasileira da “Princesa Magalona”, “João de Calais”.

Esses textos clássicos, lanterna de proa das ações que ajudaram a instituir os hábitos e costumes da população do semi-árido do Seridó potiguar e de todo o Nordeste, foram passageiros assíduos nessa locomotiva discursiva por mais de quatro séculos e, desde cedo, estavam ladeados, nessa função social, pela produção nacional do romance de cordel. Sua presença ainda se fazia sentir no início do último quartel do século XX, nos versos dos poetas locais e nos folhetos guardados para leitura no baú de algumas famílias da região.

Cascudo, em 1937, na sua obra sobre o assunto, aqui já referenciada, cita os cordéis de maior sucesso no Nordeste, e de maior fixação na memória popular. Todos com muitas décadas de existência: “O valente Vilela”, “Zezinho e Mariquinha” – espécie de Romeu e Julieta sertanejo, “Alonso e Marina”, “O príncipe e a fada”, “O capitão de navio”, “Rosa e Lino de Alencar” e “Branca Rosa”. “São sextilhas onde as reminiscências dos

---

respeito do Coronel João Damasceno Pereira, do Saco do Martins, ver MELO, Manoel Rodrigues de. ***Patriarcas e carreiros.*** p. 61 a 68.

[80] PAULINO, Pedro. Entrevista citada.

velhos romances portugueses reaparecem e se acusam como recordações inesquecíveis e fundas de leituras antigas e diárias".[81]

Essa pesquisa recolheu nos municípios pesquisados, especialmente em Florânia, exemplares e cópias desses e de outros folhetos de cordel, quase todos dentro do modelo romanesco. Vale à pena citar alguns, como "Lourival e Terezinha", "História de Rogaciano e Ritinha ou o amor sacrificado", "Os martírios de Genoveva" e uma cópia manuscrita, um costume de séculos, de "Zezinho e Mariquinha", entre outros. Dos folhetos publicados, a maioria é produção e edição dos anos cinqüenta do século XX[82], o que atesta a vitalidade e a permanência do costume cordelista, moldando a mentalidade sertaneja dentro da tradição do antigo sertão.

É bom destacar que os velhos romances portugueses, no estilo amor cortês e cavaleiro, no geral têm três momentos narrativos sobre os quais se desenvolve a trama. O primeiro ato, espécie de núcleo pivotante da trama, é o amor perfeito de uma dama e um cavaleiro, ambos de origem nobre, conformando uma família virtuosa e à prova de qualquer suspeição. O segundo ponto, algo como intermeio da narrativa, é o surgimento de uma difamação arquitetada por alguém de má índole, que vai pôr em xeque a honra da dama senhora e destruir a felicidade do lar.

O desfecho, como o terceiro momento do enredo, é o desmascaramento e punição severa do impostor e de sua infame intriga. Dessa forma, as virtudes vilipendiadas da fiel dona-de-casa são recuperadas. Essa catarse é apresentada como fruto da capacidade de resignação da vítima, de sua fé cristã e da defesa inabalável da sua honra em condições adversas e frente a grandes assédios. Os maiores exemplos desses arquétipos, no imaginário

---

[81] ***Vaqueiros e cantadores.*** p. 29.

[82] Com identificação da data de edição, podemos citar os exemplos de "Lourival e Terezinha" de Manoel Camilo dos Santos. Guarabira-PB: Folhetaria Santos, a voz da poesia, 26/07/1950 e o "Os martírios de Genoveva" de José Bernardo da Silva. Juazeiro-CE, 15/03/1956. A respeito do romance "Os martírios de Genoveva" existe uma nova edição da Luzeiro Limitada, São Paulo, que atribui a autoria a José Galdino da Silva Duda. Tudo indica haver um equivoco por parte dessa editora. A história de José Galdino é uma adaptação para o cordel da nona novela da segunda jornada do Decamerão de Boccaccio. Cascudo, em ***Vaqueiros e cantadores,*** fez um cotejamento entre a versão original e o cordel para demonstrar a fidedignidade ao original. As informações do pesquisador norte-rio-grandense confere com a edição do Decamerão da Abril Cultural de 1981. Por outro lado, a trama de autoria de José Bernardo da Silva copiou Galdino apenas no título. O seu romance é uma adaptação ao ambiente, com interpolações, da história da "Imperatriz Porcina" de Baltazar Dias, poeta cego, que viveu em Portugal no tempo de D. Sebastião. Provavelmente, José Bernardo da Silva conheceu a edição brasileira desse romance, a qual é uma cópia fiel da edição portuguesa de 1660, segundo informa Cascudo (***Cinco livros do povo.*** p. 334). A criação de José

sertanejo, são os modelos de damas da Imperatriz Porcina, da Princesa Magalona, Constança esposa de João de Calais e Genoveva. Para essa última, vale tanto a recriação de José Galdino como a de José Bernardo da Silva[83].

Considerando os modelos dos romances portugueses, no enredo do cordel dos sertões nordestinos de estilo amoroso, tanto na produção antiga como nessa mais recente, ocorrem alguns deslocamentos de personagens e situações. O que parece caracterizar uma perfeita adaptação ao ambiente social sertanejo, marcado pela miscigenação e pelas diferenças sócio-econômicas. A história de amor transcorre entre jovens pretendentes à realização total desse sentimento através do casamento. O rapaz, portador de virtudes de cavaleiro, mas de origem humilde, apaixona-se loucamente por uma jovem dama e, ela da mesma forma pelo jovem. Ocorre que, na história, a moça é de origem nobre, e sua família vai se colocar contra o casamento, usando de todos os meios, inclusive da violência, para impedir a sua realização.

Dentro do escopo da tradição amorosa, o desenlace da trama varia ao gosto do autor. Em alguns romances, o pai da donzela usa da violência para dar uma "lição" como resposta ao pedido da sua filha em casamento, feita pelo seu pretendente: "o coronel levantou-se/ calado sem ter demora,/ foi n'um quarto abriu a porta/ tirou os 'cabras' p'ra fora/ dizendo: - vou lhe ensinar/ como é que se namora".[84] Nesse caso, a situação é propícia para o enamorado demonstrar sua honra, sua coragem, sua altivez e determinação. Luta com mais de uma dezena de inimigos e sai vitorioso. Diante da demonstração de tamanha bravura, o pai da futura dama senhora se orgulha do jovem e realiza o matrimônio da filha, como desejam os apaixonados.

Em outros enredos, com a amizade amorosa interditada por determinação firme dos pais, a situação desemboca em tragédia. Um clássico desse modelo é o folheto "Zezinho e Mariquinha". Por força das circunstâncias, o jovem apaixonado é forçado a se refugiar temporariamente fora da terra natal, ao retornar encontra a amada já casada por

---

Bernardo, poeta negro que morava no Juazeiro do Padre Cícero, lugar onde atualmente ainda residem seus descendentes, é original e sua autoria deve ser respeitada.

[83] As versões completas desses romances podem ser lidas em ***Vaqueiros e Cantadores*** e ***Cinco Livros do Povo***. Estudos de Cascudo aqui já referenciados. A exceção cabe apenas ao cordel de José Bernardo da Silva, que foi um achado dessa pesquisa.

[84] SANTOS, Manoel Camilo dos. ***Lourival e Terezinha***. Guarabira: Afolhetaria Santos, A Voz da Poesia, 1950, p. 12.

decisão de seus genitores. Combinam um encontro de despedidas e esclarecimentos. Na oportunidade, Zezinho pede um abraço e morre nos braços do seu grande amor. “A morte daquele amante/ causou admiração/ serviu de pena e desgosto/ pra família do Barão/ a vida de Mariquinha/ Zezinho tinha na mão”.[85] Por determinação do destino, Zezinho morre com uma das mãos fechada e nela está a sorte de Mariquinha. “É um provérbio que diz/ no mundo não há quem goze/ o que a fortuna não quis”.[86]

Depois de muitas interrogações sobre o enigma da mão do cadáver, aparece uma velha dizendo que só Mariquinha pode abri-la. Por solicitação do pai de Zezinho, a jovem, na companhia dos seus familiares, fez-se presente. Diante das autoridades do lugar, Mariquinha, ao chegar ao local onde estava o corpo do seu amado, foi dizendo: “Deus ama a quem lhe estima/ aborrece a quem se esquiva/ morra nós dois como amantes/ pra ver se a riqueza priva”.[87] Após essa sentença, ordenou ao seu amado, “Zezinho abre esta mão/ já que morreste por mim/ que por mim tu se acabaste/ eu por ti devo ter fim/ disse isso e caiu morta/ Deus determinou assim”.[88] Nessas estrofes estão claros os elementos conformadores do amor cortês e da mística cristã[89].

Segundo Cascudo, que já o conhecia em 1937, esse cordel é exemplo de um dos romances mais populares do sertão. Por muito tempo foi tocado e cantado como estilos inseparáveis e conexos. Sua música “dolente, quase sempre em tom-menor, propicia uma atenção melancólica, um ambiente meio litúrgico, de concentração, de respeito e de uma vaga, ondulante e indizível saudade”.[90] Sem dúvida, o fato de esta pesquisa ter encontrado uma cópia manuscrita desse folheto, atesta o apreço que o sertanejo tinha pela sua história, espelho e vida de suas práticas cotidianas.

Outro tipo de catástase muito comum no cordel amoroso do sertão é o rapto da moça amada, como forma de superar os obstáculos impostos pelo pai da donzela. A atitude é, via de regra, desenvolvida com garbosidade pelo jovem cavaleiro. O romance capricha

---

[85] Estrofe 76 na cópia manuscrita, de domínio da Sra. Antônia Araújo de Faria, nascida em 12/06/1936, na cidade de Florânia. A transcrição não tem o nome do autor. Pela data que consta na capa do caderno, a transcrição foi feita em 09/02/1961.
[86] Idem, estrofe 77.
[87] Idem, estrofe 89.
[88] Idem, estrofe 90.
[89] Sobre uma discussão da mística cristã e o amor cortês, ver COSTA, Jurandir Freire. ***Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico***. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 47 a 78.
[90] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Vaqueiros e cantadores.*** p. 29.

nos detalhes e na pompa, tudo para engrandecer a atitude do raptor e qualificá-lo como um cavaleiro nobre. Também nesse aspecto a vida e a arte se confundem no sertão desde tempos imemoriais. Quem não recorda, na trama alencarina, a montagem de uma bandeira para dar respaldo ao rapto de D. Flor, filha do capitão Campelo. Essa jovem causava encantos ao coração do Sr. Fragoso, cavaleiro destemido do Pernambuco. Esse, por sua vez, havia infringido o respeito ao capitão, desmerecendo, por isso, a mão da encantadora menina[91].

Também o romance de José Garcia, de autor desconhecido, ambientado no Seridó, retrata bem o antigo sertão naquelas terras. A história, além de outros aspectos sociais daquele povo, com destaque para as proezas da família Garcia[92], conta o episódio do rapto de uma moça do Piauí, Estado para onde tinha ido José Garcia para "dar um tempo", enquanto esfriava um atrito seu com a família do cangaceiro Militão[93]. Lá no Piauí, depois de mostrar suas qualidades de cavaleiro, amansando cavalo selvagem, derrubando e varejando barbatão indomável, fica enamorado da filha do coronel Cincinato. A donzela era afilhada do capitão Feitosa e amiga de sua filha Zulmira.

Foi na casa do capitão Feitosa, amigo dos Garcias do Seridó, que José ficou em estada em terras piauienses. Na festa de apartação, promovida pelo capitão, José conheceu Sinforosa, a afilhada do seu anfitrião. Como herói da vaquejada, logo Zé Garcia foi alvo da formosura sedutora da protegida do capitão. Em conversa com a jovem, o Garcia soube da dificuldade do namoro. Sinforosa disse no começo da prosa, "o senhor é um rapaz famoso,/ mas para casar comigo/ eu acho muito custoso,/ somente porque papai/ é um homem perigoso. O meu pai governa aqui/ um batalhão de cangaceiro/ e possui 20 fazendas, ...". O

---

[91] ALENCAR, José de. ***O sertanejo.***.

[92] Tradicional família do Seridó. O primeiro José Garcia que se tem notícia, era filho de Manoel Rodrigues da Cruz (1830 – 1900) e Inácia Maria da Conceição (1819 – 1895). O curioso é que a sua esposa do segundo matrimonio chamava-se Izabel Rainha da Hungria (Fund. José Augusto. Op. cit. p. 75). Provavelmente, foi nele que se inspirou o autor do romance em comento. A maior parte dos descendentes dos Garcias se fixou no município de Florânia. Desde os anos 1917-19, quando Silvino Garcia do Amaral assumiu, pela segunda vez, a intendência do município – a primeira foi em 1902-04 – que sua parentela, geração após geração, ocupa o poder político local, direto ou nos bastidores. Nos anos de 1930 e 40, foi Laurentino Theodoro da Cruz, o homem que deu hospedagem a Antônio Silvino na sua fazenda Condado; nos anos de 1950 e 60, foi a vez da sua viúva mandar no lugar, a Sra. Possidônia Silva de Medeiros, mais conhecida como Santa Laurentino, verdadeira matriarca na tradição popular. Nesse período dividiu o comando local com o genro do velho Laurentino, Francisco Assis do Amaral. No final dos anos de 1970 governou a cidade o seu filho, Sinval Laurentino de Medeiros. Seu sucessor foi a esposa, Jandira Alves de Medeiros, sucedida no poder pelos sobrinhos do marido, Airton Laurentino Júnior e Pedro Roberto de Medeiros, sucessivamente.

[93] Sétima estrofe do Romance de José Garcia. Ver CASCUDO, ***Vaqueiros e cantadores.*** p. 289.

gentil seridoense aproveitou o ensejo e convidou-a para fugir. Na condição de amiga inseparável, Zulmira participou de todo o plano, ficando acertado que ela faria parte da fuga e casaria com outro Garcia, irmão de José.

Tudo acertado, o norte-rio-grandense volta ao Seridó para junto com Lourival, seu irmão, preparar o rapto das duas jovens. A estratégia é digna de nota. Ao longo do caminho entre o Seridó e o Piauí, os Garcias vão comprando cavalos e deixando sob os cuidados de criadores conhecidos. A idéia era que na volta os cavaleiros e suas respectivas amadas não perdessem tempo na fuga. Os animais cansados fossem permutados sem demora e a comitiva ganhasse terreno na volta para o Seridó e fosse feito o casamento o mais rápido possível. Assim foram feitos os raptos das donzelas e a espetacular fuga dos enamorados sertanejos.

A exemplo da trama de Alencar, onde Marcos Fragoso, no ímpeto de raptar a filha do sertanejo cearense, capitão-mor Campelo, montou uma bandeira, os piauienses capitão Feitosa e o coronel Cincinato não fizeram por menos para enfrentar a postura dos Garcias. Ao saber da fuga das moças, "Feitosa tocou o buzo/ mandou levar um recado/ ao compadre Cincinato/ ... O coronel Cincinato/ distribuiu armamento,/ armou 40 capangas,/ marchou logo em seguimento/ para a casa do Feitosa/ que era um sanguinolento".[94]

Assim foi dado início a ação que intentava resgatar as filhas e a honra ameaçada dos fazendeiros do Piauí. Tudo terminou dentro do espírito romântico da poética. Quando o Cincinato e o Feitosa chegam ao Seridó encontram suas filhas e os Garcias casados dentro dos preceitos da fé e da tradição sertaneja. Destarte, "os dois chefes do Piauí/ perderam a valentia!/ quando chegaram à fazenda/ do tenente João Garcia./ pois encontraram as filhas/ já casadas nesse dia".[95] Diante dos fatos ocorridos houve congratulações entre as famílias envolvidas e a amizade foi enlaçada pelo casamento como era de costume no antigo sertão.

Na verdade, esses romances transformavam a relação de gênero em mais um campo de batalha onde se digladiavam os valores sagrados que conformavam a tradição sertaneja contra os valores da maldição. As palavras do poeta José Bernardo da Silva, no seu enredo intitulado "Os martírios de Genoveva", glorifica isso que foi dito. Ele prenuncia logo no começo do seu romance, "nessa história se ver/ a virtude progredir/ a verdade

[94] Estrofes 111 e 112 do ***Romance de José Garcia*** in: CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. p. 298.
[95] Estrofe 135 do mesmo romance.

triunfar/ o mal se submergir/ a honra salientar-se/ a falsidade cair".[96] Logo que o cupido flechava um casal, qualquer obstáculo punha em risco a realização dos valores sacrossantos.

Sendo a relação homem/mulher um espaço de luta pela instituição da honra, da verdade, da sinceridade e do amor cortês. O lar e a formação da prole, como o passo seguinte ao encontro de dois apaixonados, sem dúvida se constituía na fortaleza da defesa, sem vacilo, das virtudes sagradas da família. O guardião-mor desse castelo era, sem dúvida, o nobre guerreiro, o chefe da família e posteriormente, de acordo com seu prestígio social, o líder da parentela. A mulher lhe era reservado o papel da resistência. Ela não devia cair, fracassar sobre qualquer situação, por mais desamparada que se encontrasse. Esses eram os exemplos a seguir, que ofereciam o consumo da leitura oral ou escrita de "A princesa Magalona", "A imperatriz Porcina", a Genoveva do romance "Os martírios de Genoveva" e outros.

Esses arquétipos femininos eram apresentados pelas fontes em comento, como mulheres portadoras de uma formosura sem igual. Porém, ornando essa imagem de cristal estavam os elementos da virtude própria de uma dama. Esse invólucro, acrescido da honra do cavaleiro, tinha uma densidade moral tão escomunal que deserotizou o universo do homem e da mulher sertanejos.

Talvez por isso algumas análises açodadas costumam apresentar a sertaneja como sinhazinha. Não muito raro se encontra pelo sertão histórias de mulheres tão destemidas e determinadas nas atividades sociais da região, que se converteram em verdadeiras matriarcas. Já foi citada nesse trabalho a desenvoltura de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, sertaneja seridoense com ares de mulher independente que viveu no século XVIII e contraiu matrimônio por três vezes, sendo o seu último casamento com um jovem rapaz, vinte e cinco anos mais novo que a nubente.

Em Florânia, tem destaque a personalidade forte de Possidônia Silva de Medeiros, viúva do coronel Laurentino Theodoro da Cruz, mais conhecida pelos sertanejos da localidade por Dona Santa Laurentino. Conta a tradição local que a sua ascendência sobre o coronel já se fazia sentir muito antes do seu falecimento. Ela foi líder e chefe

[96] SILVA, José Bernardo da. Op. cit. p. 1.

político no município por mais de cinqüenta anos. Ao morrer, deixou na liderança do lugar seus herdeiros diretos, filho e netos.

Rebentos de uma teia discursiva cavalheiresca e amorosa, os sertanejos se tornaram também paladinos do amor romântico. Capazes de realizar qualquer proeza digna de um cavaleiro – como enfrentar na luta a fúria dos capangas do pai da donzela, promover uma tragédia ou raptar a donzela - para ter ao seu lado a dama dos seus sonhos. O sertanejo foi um amante cortês, o amor acontecia à primeira vista, no mais puro tom dos romances da literatura. O namoro não existia tal como é conhecido hoje, o recato, a deserotização era geral. Seu Seráfico, personagem já conhecido dessa trama, fala como era no seu tempo de jovem. "Há! Ninguém namorava não. Naquelas eras de vinte, a gente vinha à festa pra Parelhas. Todo mundo se aprontava. ..., era uma lordeza danada, ... Ninguém conversava com moça, nem namorava nada, porque tinha vergonha, sujeito não namorava não".[97]

Qualquer troca de olhares, a menor atenção dispensada a uma moça ou a um rapaz, por parte do sexo oposto, era considerado namoro e, logo a interferência dos pais se fazia presente para acertarem o casamento ou para proibir. Com bom espírito aventureiro, como demonstrou no conflito da Serra do Doutor em 1935, antes mesmo dessa data, seu Seráfico viveu outro momento digno de um cavaleiro andante. Arranjou um namoro, de acordo com as regras e costumes do sertão. Troca de olhares, encontros furtivos e pouca conversa. Ocorre que, por alguma razão, a família da moça proibiu o casamento. Segundo nosso personagem, a jovem trouxe ao seu conhecimento a posição dos pais dela, pois era o costume da época. No informe, disse ela a seu Seráfico, "papai não quer que eu me case com você não, mas eu só não me caso com você se você não for homem, se você for homem eu me caso... Aí eu tão entusiasmado furtei ela, ... furtei a moça e casei".[98]

Como é cediço, e as histórias de vida dos personagens dessa trama não deixam dúvidas, a consistência perene dessa tradição singrou o tempo no sertão durante séculos, e chegou até os dias do ocaso das velhas fazendas de moradores e agregados que compunham a paisagem do antigo sertão. Por volta dos anos de 1960 e 70, através do rádio, fazia o maior sucesso na região, e em todo o Nordeste, a canção "Uricuri" do maranhense João do Vale. Seus versos refletem bem aquela feição da mentalidade sertaneja: "se o galo cantar

[97] Entrevista já citada anteriormente.
[98] Idem. idem.

fora de hora/ **é mulher dando fora**, pode crer/ .../ são segredos que o sertanejo sabe/ e não teve o prazer/ de aprender ler".[99] Mesmo hoje não é fora de propósito afirmar que esse sentido social não é de todo desaparecido da imaginação local, são elementos das ruínas latentes do velho sertão.

Na carpintaria do amor romântico freqüentaram como artífice não apenas os agentes ibéricos, estavam lá também os elementos da tradição ameríndia, carpintejando a muitas mãos o amor cortês à moda sertaneja. Segundo Jacó Rabbi, citado por Horácio de Almeida, quando os rapazes tapuias, "chegavam à idade do casamento costumavam fazer serenatas românticas".[100] As camadas sobrepostas do tempo não permitem apontar as antinomias e afinidades. Isto é certo. Porém, sem dúvidas, esses são elementos de convergências no processo de miscigenação cultural que ocorreu no sertão.

Reforçando esses aspectos da cultura sertaneja, é bom evocar aquele personagem de Florânia, o Sr. Severino Toscano de Medeiros, já apresentado aqui nesse enredo, como autor de romances de cordel. Em 1982, a pesquisa da Fundação José Augusto colheu informações dando conta da sua vida de seresteiro famoso. Dono de um acervo memorizado de "cerca de mil músicas do passado entre modinhas, valsas, sambas canções, marchas,...".[101] Ao certo, um exemplo sem retoque da mistura psicológica do cavaleiro ibérico e do seresteiro tapuia.

### 3.5. A gratidão como equivalente geral da tradição

Na edificação do sertão antigo, tão importante quanto os valores da honra foi a gratidão. As oficinas que instituíram aqueles, também esculpiram a essa última. Nesse particular, foi de valor inestimável o romance da "Donzela Teodora". Arquétipo feminino que reunia praticamente todas as suas virtudes como inteligência, sabedoria, sensatez e formosura. E para completar o padrão exemplar, a donzela é a maior existência de gratidão.

---

[99] VALE, João do & CÂNDIDO, José. ***Uricuri: segredo de sertanejo***. João do Vale. José Briamonte. Rio de Janeiro: CBS (Brasil), 1981. 1 LP.
[100] ***História da Paraíba.*** p. 277.
[101] FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. ***Florânia.*** p. 119.

Talvez por ter sido apresentada na figura de uma espécie de deusa feminina, à maneira greco-romana, que a gratidão medulou todo o edifício social sertanejo[102].

Não é fortuito que, no cotidiano do sertanejo, a vida e a morte giravam em torno desse valor. Aquele a quem se devia uma gratidão, passava a ser-lhe fiel até o último dos seus dias. Colocava à disposição do outro, se fosse necessário, a própria integridade física. Por outro lado, uma ingratidão praticada com qualquer pessoa, era móvel legítimo de vingança e morte. A dor e o ressentimento só se apagavam com a eliminação do ingrato. A ingratidão deixava uma nódoa cancerígena na honra do sertanejo. Fora da fronteira da parentela, nas relações interpessoais do vasto mundo do sertão só havia dois lugares: o do amigo e o do inimigo, o cheio de gratidão e o molesto.

Nesse sentido, é antológico em "O sertanejo", o diálogo entre os personagens Arnaldo e Aleixo Vargas: "no sertão os homens ou são irmãos ou inimigos. E quantas vezes não tirei eu das garras da onça uma rês sem dono? Não me pois, a menor obrigação, Aleixo Vargas; nem me deve reconhecimento".[103] Esse acerto de conversa se deu em função de duas ocorrências. Primeiro, Arnaldo, como amigo, salva o Aleixo de um ataque mortal dos tapuias; depois, o Aleixo aparece armando uma cilada aos Campelos, família da qual Arnaldo se fazia paladino das sombras, espécie de arquétipo de "Roberto de Deus".[104] Na conversa, Arnaldo alega a amizade que tem por Aleixo, motivo pelo qual não o feriu de morte. Exige que esse se afaste dos domínios do capitão Campelo, e arremata o diálogo nos seguintes termos: "a gratidão é depois da honra a primeira virtude. Foi ela que o iludiu na simplicidade de seu coração, Aleixo Vargas; por isso já lhe perdoei".[105]

No Sertão, a gratidão permeabilizou todo o espaço da casa, do curral e da fazenda. Foi ela, a juntura fundante da legitimidade do trabalho escravo – até quando existiu - no mundo da agro-pecuária; da parceria, nas suas diversas formas, como a meia, a

---

[102] A donzela cristã, Teodora, foi comprada como escrava de um mouro, pelo mercador mais rico do Reino de Tunis. Encantado com sua formosura resolveu transformá-la em fidalga, financiando-lhe os mais altos estudos. Tempos depois, o mercador foi à falência. Com sua sabedoria e inteligência, Teodora bola um plano, enfrenta os sábios do Reino, vence e conquista para seu amo uma riqueza maior que aquela que tinha antes. Diante de todas as benesses e vantagens oferecidas pelo Rei, em grande estilo de gratidão, quer tão somente continuar sendo serva do seu senhor. Para uma compreensão detalhada da estrutura do romance "A donzela Teodora", ver CASCUDO, especialmente seu trabalho "***Cinco livros do povo"***, já referenciado anteriormente por esse trabalho.

[103] ALENCAR, José. p. 58.

[104] Ver citação de nº 21, neste capítulo, na página 87.

[105] ALENCAR, José. p. 60.

terça e a quarteação, muito comum na vida do vaqueiro. Um dos personagens do Seridó, conhecido dessa trama, o Coronel Caetano Dantas Correia, foi vaqueiro do seu irmão, e como tal, formou seu rebanho e depois solicitou terras no lugar onde depois veio a ser edificada a cidade do Acari.

Para o morador, parceiro da fazenda, a casa, o roçado e a possibilidade de criar o bovino, o caprino, o suíno, o muar, o cavalar, o jumento, e praticar uma rústica avicultura, era tido como uma concessão, uma gratidão do proprietário. Assim, esse valor do sertanejo legitimava e embotava o excedente social extraído nas parcelas da produção entregue, por dever, ao proprietário da terra.

Como a parentela não era uma estrutura homogênea, tinha diferenças e desigualdades sociais, nem isenta de conflitos, sua solidez era nutrida pela gratidão. Relação que quase sempre implicava na concessão de terra para uso produtivo, na troca de bens e serviços ou um favor qualquer. Uma atenção dispensada em época de crise, ou diante de necessidade premente: joeirar uma terra para preparar um roçado, a colheita apressada de uma grande safra e outros. Na grande seca de 1877, um fazendeiro do Acauã, no Seridó, solicita ajuda aos parentes para compor uma matalotagem[106] e enfrentar a situação de fome iminente: "vou prostar-me aos seos pés, de Totonio Pires e de meo parte Luiz Med**os** para pedir a Voceis pelo Amor de Deus, que vendão uã matalotagem a esse pobre velho, seo parente e amo p**a** me ajudar a viver mais algum dia...".[107] Pelos termos da correspondência do Sr. Targino pode-se observar que a gratidão solda uma relação de amo e servo entre as partes envolvidas nos atos sociais do sertão, resultando uma mútua dependência.

Dessa forma, não é extrapolação afirmar que, no mundo sertanejo, a gratidão é seu equivalente geral, sua moeda sonante, sua âncora de chumbo esmaltada em ouro. Através dela, todas as trocas desiguais se equiparam, inclusive o sobre trabalho extraído na produção social. Legitimou a parceria nas modalidades da meia, da terça ou da quarteação,

---

[106] A matalotagem significa uma boa provisão. O termo vem dos antigos navegantes de além mar, escandinavos provavelmente. "No sertão do Nordeste, o termo designa particularmente a rês em condições de ser abatida para utilização da carne e outros artigos, como nomeia o produto da rês já abatida". (SANTA ROSA, Jayme da Nóbega. ***A matalotagem nos sertões do Seridó.*** Diário de Natal, Natal, 18 de jun. 1977. Notícias do Seridó, p. 15.

[107] PEREIRA, Targino Pires. ***Carta dirigida a Antônio Pires de A. Galvão.*** Acauã, 06 jun. 1877. In: SANTA ROSA, ***A matalotagem nos sertões do Seridó.*** p. 16.

com a força da fusão social. A gratidão foi quase um impermeabilizante às relações mercantis, dificultando o seu amplo desenvolvimento em terra sertaneja.

A força da gratidão na mentalidade do povo do Sertão pode ser conferida nas ações e representações de alguns personagens de origem sertaneja, mas que tinham suas vidas girando em outras temporalidades.

Manoel Rodrigues de Melo, escritor norte-rio-grandense de renome nacional, com trabalhos publicados e consagrados pela crítica literária, professor do Atheneu, escola tradicional de Natal até os anos sessenta, é um exemplo de homem de origem rural que tinha o hemisfério esquerdo do cérebro no letramento e o direito na tradição. Nascido em 7 de julho de 1912, no município de Macau-RN, filho de uma família de pequeno proprietário, que passou de plantar e criar gado, viveu sua infância no Sítio Queimado, de propriedade do seu avô, Manoel de Melo Andrade. Seus ascendentes colaterais viviam no Seridó, lugar onde, segundo o próprio escritor, foi regra passar suas férias escolares de juventude. Vivências que muito influenciaram o espírito do escritor. Sua obra Patriarcas e Carreiros é um retrato em cores fortes da vida sertaneja, com destaque para o estudo dos coronéis locais.

O pai de Manoel Rodrigues de Melo, após a morte do irmão e da sua mãe, seria o único herdeiro da família. Mesmo pequeno, o Sítio Queimado fora o esteio de duas gerações, permitindo à família pequena, condições sociais saudáveis para a época, com os filhos tendo acesso à escola e outros bens escassos naquele tempo. Porém, a fortuna, inesperadamente, interrompeu a dinâmica de vida da família do escritor, algo corriqueiro na região: a herança do patrimônio, que na tradição rural do Sertão passa de pai para filhos, depois, para os netos, e segue o partilhamento geração afora, em regra, até a formação de minifúndios.

O inesperado foi uma enfermidade contraída pelo patriarca da família, o avô de Manoel Rodrigues de Melo. Seu filho, vendo a situação do velho, não mediu esforços para tentar salvá-lo da morte, “providenciou, na medida do possível, todos os recursos que a medicina de Macau, naquele tempo, poderia dispor... Estava esgotado física e economicamente”.[108] A doença do velho chefe da família fez com que o pai do escritor se

[108] MELO, Manoel Rodrigues de. ***Várzea do Açu: paisagens, tipos e costumes do vale do Açu***. São Paulo: IBRASA; [Brasília]: INL, 1979, p. 236.

endividasse. “Sujeito ao balcão de um seu amigo e compadre, resolveu vender a única propriedade que tinha, herança de seu Pai, único bem de raiz que possuía – base da sua subsistência e da sua família, para atender aos deveres de filho e de homem probo”.[109]

Como se pode conferir na passagem acima, a referência ao episódio da vida familiar, o escritor açuense o fez em letras dramáticas. Esse tom comovente, incontestavelmente evoca o confronto de dois tempos diferentes: a representação do mundo social tecido pela solidariedade da gratidão, versus à arquitetura fria das trocas mercantis. Mas, ele não reclama apenas a destruição dos bens de raiz de uma família de simples proprietário de um pequeno sítio. Para Manoel Rodrigues, a sagrada gratidão foi profanada. Pois, o amigo e compadre de seu pai, “entre a salvação de uma família... e o recebimento de dois contos de reis, se tanto (...) preferiu este, mostrando assim de quanto era capaz, mesmo se tratando dos mais comezinhos princípios de solidariedade humana e cristã”.[110]

O vilipêndio ao sagrado não ficaria incólume ao destino e à providência. Sem dúvida, essa é a sentença, contida nas entrelinhas do texto do autor de Várzea do Açu. Comenta que o rico comerciante, vaidoso e orgulhoso, “como todo indivíduo materializado pelo ouro” procedeu, sem sucesso, todos os esforços necessários para formar e diplomar os filhos em cursos superiores. Todavia, o mesmo não aconteceu com o outro, “o pai espoliado, sofrendo frio, ... teve, anos depois, a satisfação que o seu espoliador não alcançou, podendo contemplar-se no filho vitorioso, diplomado em comércio, ..., membro das primeiras sociedades culturais da terra, autor..., gabado e elogiado na imprensa do País”.[111]

Mesmo tendo passado tanto tempo entre o acontecimento da venda do Sítio Queimado, fato ocorrido na infância do autor, e a publicação do seu ***Várzea do Açu***, a ingratidão do comerciante e compadre da família ainda jorrava mágoa em corres sombrias. O próprio escritor, comentando o acontecido que, pari passu, se deu com a morte do seu avô, confessa que “constituiu realmente para mim uma coisa inédita na minha vida de menino. Recordo-me com profunda mágoa daquele dia”.[112] A morte do avô de Manoel Rodrigues de Melo constituiu-se em um lugar de memória de uma tragédia maior que a

[109] Idem, idem.
[110] Idem, idem.
[111] Idem, idem.
[112] Idem, idem.

perda de um ente querido. A interrupção de um jeito de viver campestre, que vinha de muitas gerações anteriores. O ciclo da tradição, da herança e da partilha do patrimônio familiar. Círculo que, na sua própria dinâmica, às vezes se partia, para ser retomado por outros personagens, às vezes se mantendo fechado por muitas gerações. Na memória de Melo, a ingratidão teria sido a causa de tão dolorosa "ruptura social" no âmbito de sua família.

Em Florânia, os Srs. Eduardo Toscano e Francisco Toscano de Medeiros, respectivamente, pai e filho, ex-moradores da Fazenda Fechado, de propriedade do Sr. João Silva de Medeiros, revisitando o passado sertanejo da localidade, rememoraram o cotidiano do trabalho, as suas relações com o patrão e o fenômeno do desmonte da velha estrutura rural. Também relembraram vários aspectos da vida social do Sertão.

Eles contaram como o Sr. João Silva de Medeiros comprou a fazenda onde eles foram moradores por quase toda as suas vidas[113]. Segundo seus relatos, as terras foram compradas por conta do endividamento do antigo proprietário, João Porfiro Neto, que em função disso estava correndo risco de perder a fazenda para um financista de Currais Novos-RN. Nessa oportunidade, o Sr. João Silva de Medeiros entrou no negócio para defender os interesses do proprietário, e no final da questão saiu como proprietário, sócio com outro fazendeiro local chamado José Dantas.

Se nos negócios do comércio e do jogo o Sr. João Silva de Medeiros conseguiu amealhar dinheiro, como fazendeiro foi também eficiente. "Aí em 44 é que ele foi tomar conta desse sítio, não era nosso não. Essa propriedade do Fechado, em 1944, era de João Porfiro Neto. Aí queriam tomar, né? Ele tinha uma dívida, aí pra não tomar, papai assumiu".[114] Nove anos como fazendeiro, o Sr. João Silva de Medeiros, sem deixar o campo, volta ao comércio, se é que em algum momento ele saiu dessa atividade, só que

---

[113] TOSCANO, Eduardo; EDUARDO, Francisco. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.). As informações do Sr. Eduardo Toscano, sobre a compra da Fazenda Fechado, pelo Sr. João Silva de Medeiros, praticamente coincide com os dados fornecidos por seu filho João Silva Filho (Gaúcho), através de entrevista feita na mesma época. A diferença é que Gaúcho não diz como seu pai deixou de ser sócio de José Dantas. Para os ex-moradores, a decisão foi na justiça, com advogado. Segundo Gaúcho, seu pai era filho de um pequeno proprietário do município, mas não se dedicava à agricultura. "Não. Quando eu nasci, papai, a profissão de papai foi o comércio, e depois do comércio ele se dedicou mais ao jogo né? Nesse tempo existia o jogo do bicho, então ele era banqueiro, ele bancava o jogo". Essa parece ser a origem do seu capital comercial, com o qual assumiu "parte" do endividamento de João Porfiro Neto.

[114] SILVA JÚNIOR, João. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min. ).

naquele momento, era o comércio com letra grande, significava comprar barato e vender caro a pluma do algodão. “Aí em 53, papai começou a comprar algodão pra Medeiros e Cia[115]. 53, aí quando foi em 60... 62, aí comprei um caminhão, aí me dediquei à profissão de motorista, e fui trabalhar com ele”.[116]

Na condição de comprador do algodão floraniense, esse cidadão virou personagem central na vida dos grandes, médios e pequenos proprietários de terra, como também dos moradores e trabalhadores rurais da localidade. Durante quase trinta anos fora ele o homem do “fornecimento” – como é chamado o adiantamento em dinheiro – feito semanalmente aos trabalhadores da agricultura, durante quase todo o período de entressafra do algodão. É obvio que todos os proprietários que essa pesquisa entrevistou, tinham seu próprio sistema de “fornecimento”. Usavam suas reservas pessoais, faziam empréstimos nos Bancos Oficiais, e quando precisavam mais do que podiam conseguir nessas fontes, recorriam ao maior financista da praça.

Mas o certo é que o Sr. João Silva de Medeiros desmoronou junto com a crise da tradição, como resultado também, de uma crise familiar. Apesar da extensão dos comentários sobre o mundo da circulação e dos seus personagens sertanejos, o que interessa no momento, são as representações feitas pelos ex-moradores da Fazenda Fechado, sobre a falência de seu ex-patrão. “Aí foi mal adquirido que ele arranjou, o velho João Silva morreu também de esmolas. Que era o ricão [*ricaço*] daí que o povo falava, e a gente sabia que não tinha nada. Findou Luis Chicó dando a carne a ele, Chico Amaral, ...”.[117]

A hipoteca, uma relação mercantil própria do mundo das trocas, sob o olhar da gratidão, representava uma ameaça à tradição sagrada dos homens cristãos, uma espoliação, um crime contra o devedor, mesmo inadimplente. Atitude repudiável e passível dos castigos do alto. O fim da vida do Sr. João Silva foi para os seus ex-moradores um exemplo vivo desse pecado castigado pela ira legítima do nosso destino senhor, um ajuste de contas da providência divina, quem sabe? É o que se pode deduzir nas entrelinhas da fala desses personagens, homens simples do povo e praticantes da fé católica. Também, nas

---

[115] Usina de beneficiar algodão, com sede no município de Jardim do Seridó-RN, de propriedade dos Medeiros. Essa família chegou a desenvolver, em Natal, capital do Estado, a indústria de tecidos SORIEDEM. Atualmente são os proprietários do Shoping Center Via Direta, no mesmo local onde funcionava a fábrica.
[116] SILVA JÚNIOR, João. Entrevista já citada.
[117] TOSCANO Eduardo. Entrevista já citada.

representações de Manoel Rodrigues de Melo sentença semelhante ocorreu ao espoliador de seu pai.

Muitos personagens desse enredo sertanejo foram uníssonos, nesse sentido, quando comentaram fatos semelhantes, ocorridos em domínios de seu conhecimento. A descrição poderia seguir adiante com muitos casos a descrever, seria repetitivo. Uma rica fonte desse drama causado pelo comerciante "espoliador" pode ser lido no romance "Os Brutos" de José Bezerra Gomes, cuja estação da trama é a cidade de Currais Novos-RN[118]. Mesmo nos acontecimentos, nos quais, a figura do espoliador foi o próprio pai ou irmão do narrador, e o benefício revertido para a sua família, a condenação é a mesma.

Nesse particular, um exemplo que ilustra bem essa feição sertaneja é o do Sr. José Pires, figurante já citado em outra paragem dessa trama. Segundo sua fala, o tio era um homem de finanças instáveis, gostava muito de jogar baralho e tomar cachaça. Quando se apertava, tomava dinheiro emprestado ao irmão, o pai do Sr. José Pires. A dívida cresceu muito e teve que ser paga com a propriedade, parte da terra que, como seus demais irmãos, havia herdado do pai. Para o Sr. José Pires seu genitor cometeu um ato "ilícito", uma ingratidão.[119]

A força da gratidão como ethos ordenador do mundo tradicional sertanejo voltará aparecer em outros pontos dessa narrativa, especialmente quando for discutido, nesse capítulo, o tempo identitário ou tempo trabalho do sertanejo seridoense.

### 3.6. O catolicismo popular como pedra fundante da arquitetura tradicional

O sucesso guerreiro dos Doze Pares de França, as virtudes da Princesa Magalona, da Imperatriz Porcina, resistentes e vitoriosas aos ataques e às armadilhas maquinadas pelos corações impuros, a inteligência, a formosura e a gratidão sublime da Donzela Teodora, que soube reconhecer a bondade e a caridade do seu senhor, são arquétipos que não se fundam em si mesmos. Há uma âncora que medula, norteia e protege

[118] José Bezerra Gomes nasceu no sítio Brejuí, município de Currais Novos-RN, a 9 de março de 1911. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Publicou os romances: ***Os Brutos*** (Irmãos Pongetti Editores, Rio de Janeiro, 1938); ***Por que não se casa Doutor?*** (Edição Surto, Natal, 1944); ***A porta e o vento*** (Fundação José Augusto, Natal, 1975).

[119] PIRES, José. ***História de Vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Natal, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

as ações desses modelos, que é a fé cristã.

Embora nas narrativas de toda a literatura popular sertaneja, as três modalidades definidas por Cascudo tenham como palco as ações épicas de seus personagens, é regra comum aparecer no início do enredo de cada trama a condição de devotos cristãos dos personagens de exemplo. Assim, a seqüência dos acontecimentos e o sucesso desses atores principais da história contada vão sendo subliminarmente tecidos por esse véu protetor da fé, proporcionando na memória do ouvinte/leitor uma moral resultante: esses indivíduos, vitoriosos nas suas causas e ações, assim sucederam, por serem cristãos. Dessa forma, a honra, a coragem guerreira, as virtudes femininas das personagens do gênero são qualidades sagradas depositadas, nesses atores, pelo senhor seu Deus no momento de sua conversão à fé cristã. O portador da fé inabalável no Deus cristão, na vida privada e cotidiana pode até cometer um deslize moral qualquer, mas no final a sua condição de crente cristão, vai operar uma saída honrosa e um final feliz para ele[120].

[120] Com a vênia da academia, quero participar dessa narrativa, também como personagem da trama, revelando da minha memória um retalho desse tecido mental do meu sertão. É um conto popular ou uma estória de Trancoso, entre muitas, que na minha infância e adolescência, no final dos idos de 1960 e início dos anos 70, na cidade de Florânia ouvi contar e, estão guardados na minha memória. O ambiente dessa motivação, foi a calçada – conversar na calçada - da mercearia vizinha à minha morada. Todas as noites, entre 19 e 21 horas, senhores de idade e ocupação social diferentes se reuniam para conversar. Os assuntos prediletos eram estórias de Trancoso, de Lobisomem, estórias de assombração, história de caçador e aspectos pitorescos do cotidiano da comunidade. O conto que ilustra nossa narrativa é o seguinte: num reino muito distante, havia um servo muito cristão que todas as dificuldades cotidianas enfrentava sempre bem humorado e dizendo que "só Deus e mais ninguém tinha resposta e solução para o problema do momento". Agindo assim, colocava a mão divina em tudo que fazia ou tinha que solucionar. Essa situação chamou a atenção do seu Rei. Intrigado com o esmero de fé do seu camponês, resolveu prová-la. Um certo dia, mandou um criado do palácio chamar o fulano aos seus aposentos para tratar de um assunto. Estando o servo na sua presença, disse-lhe o Rei que estava muito preocupado com a onda de roubos que estavam ocorrendo no seu reino. Disse, também, ser consciente de que o seu palácio, por razões óbvias, era mais cobiçado que a residência do servo. Por essas razões, pediu-lhe que guardasse em sua casa um anel, jóia de estimação da família, preservada por várias gerações, uma verdadeira relíquia que ele, o Rei, não gostaria de ver roubada. Passaram-se alguns anos. O Rei estava convicto de que o fato havia caído no esquecimento de todos. Mandou buscar um desconhecido, alguém que não pertencia aos seus domínios, e o contratou como comprador de ouro velho. Deu todas as instruções a respeito do servo religioso, recomendando cautela e alegando que, caso obtivesse sucesso com aquele referido senhor, sua tarefa estava encerrada e ele seria bem remunerado. O falso comprador depois de alguns dias comprando ouro naqueles domínios se dirige à referida casa. Lá chegando, anunciou o objetivo da sua visita, ou seja, comprar ouro e jóias velhos. O camponês que o recebeu com muita hospitalidade, disse que sendo pobre não possuía tão preciosa mercadoria. Ouvindo toda a conversa, sua mulher lhe chama e faz lembrar o famoso anel, dizendo que, "depois de tanto tempo passado e diante de tanta riqueza, o senhor Rei já não lembra mais dessa simples relíquia". Depois de uma rápida discussão, no interior do casebre, às escondidas da visita , os dois se convenceram que perante o esquecimento e a situação de pobreza deles, era justo vender a jóia. O que foi feito. De posse do anel, o falso comprador acorreu ao palácio e o entregou a sua majestade. Foi bem remunerado pelo serviço prestado, se despediu de todos e sumiu daqueles domínios. Tudo como havia sido combinado. Na manhã do sétimo dia, o Rei mandou dois criados de barco jogarem o anel em alto mar. Na tarde do mesmo, foi à cabana do dito servo. Lá chegando, disse que estava voltando de uma

Portanto, no universo do sertão, instituído pela cultura tradicional, não há cavaleiro honrado, intrépido e determinado; não há dama digna e repleta das mais altas virtudes femininas; não há pessoas cheias de gratidão e dos demais valores sociais positivos que não sejam homens crentes, seguidores da fé cristã católica.

As mesmas fontes, a mesma teia discursiva que instituíram a mentalidade do sertão potiguar, o fizeram, fundando o sertanejo em suas ações e valores como sendo sagrados. Desse processo, nasceu um catolicismo popular, eivado de tradições pagãs, como resultado direto das fontes formadoras e dos amálgamas afro-ameríndios caldeados em território brasileiro, e especialmente, em território sertanejo/nordestino.

Nos sertões nordestinos, nos limites dos séculos XIX e XX, os expoentes máximos desse catolicismo místico e popular foram "Frei Caetano de Messina, 1843; padre Manuel José Fernandes, em 1848 e o capuchinho Frei Serafim da Catania, entre 1849 e 1853...".[121] Padre Hermenegildo Herculano Vieira, José Antônio Pereira Ibiapina, o padre Ibiapina como foi mais conhecido, padre João Maria Cavalcanti – nascido no Seridó e ordenado no seminário de Fortaleza; seu busto em Natal, na praça de mesmo nome, ainda nos dias atuais, recebe visitas e ações votivas de seus devotos – e Frei Damião. Com destaque que não cabe no escopo desse trabalho, incluem-se também, Antônio Conselheiro, padre Cícero e o Beato José Lourenço.

---

inspeção aos seus domínios e resolvera visitar o servo e estimado amigo. Depois das conversas de praxe, comuns nessas circunstâncias, sua majestade fez de conta que, por acaso, lembrara do anel. Destacando o fato do fim dos boatos de roubos na região, "gostaria de receber de volta o anel", mas ressaltou, "caso o velho amigo não se lembre aonde guardou não fique preocupado, não tenho pressa". Antes que o servo, paralisado pela surpresa, esboçasse uma resposta, se despediu de todos e foi para o seu palácio. Após sua majestade se retirar, marido e mulher entraram em desespero, aflição e acusações mútuas pela falha cometida a uma semana. Depois de muito padecimento do casal, o servo resolveu, com muito pesar, ir pescar. Era uma forma, pensou ele, de na solidão do seu velho barco, encontrar uma saída de dizer a verdade e pedir perdão à sua majestade. Rezou, se despediu da mulher e adentrou ao mar sem rumo. Depois de duas horas velejando, ancorou o barco e lançou o anzol ao mar. De pronto fisgou um enorme peixe que lhe rendera meia hora de trabalho para içar ao barco. Na luta esqueceu as agruras e remorso do pecado cometido. Vendo que havia conseguido uma enorme presa, alimento do jantar daquele dia e o almoço do seguinte, deu-se por satisfeito, Deus não o tinha abandonado. Chegando em casa, junto com a mulher trataram de preparar o peixe. Quando abriram o animal, algo estranho estava em suas vísceras, conferiram, e para surpresa e felicidade do casal, era o anel de sua majestade. Na manhã seguinte, logo bem cedo, o servo foi correndo entregar a relíquia da Família Real. Qual não foi a surpresa do Rei. Diante do acontecido, o soberano deu todas as garantias de vida ao servo, só lhe exigia uma explicação: como ele havia encontrado aquele anel? A tal indagação, e tranqüilo na sua fé, respondeu: "só Deus e mais ninguém". A respeito da importância do Conto Popular na formação do inconsciente coletivo sertanejo, ver CASCUDO, ***Dicionário do folclore brasileiro***. pp. 246 a 250 e ***Contos Tradicionais do Brasil***. São Paulo: Global, 2000.

[121] MARIZ, Celso. ***Ibiapina: um apóstolo do Nordeste***. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997, pp. 58-59.

De um modo geral, estavam em sintonia com esse catolicismo popular, os missionários capuchinhos. Cabendo aí uma ressalva: Eles não foram os fundadores desse catolicismo no Nordeste, apenas agentes difusores e reprodutores desse tecido cultural, por se encontrarem em afinidade eletiva com a mentalidade católica popular da região. Até do ponto de vista social, os missionários capuchinhos foram "dotados de limitada formação escolar, talvez por isso mesmo mais próximos estavam do povo na simplicidade de vida, na operosidade manual, misturando-se a ele como trabalhadores".[122]

Retome-se os princípios que norteiam essa pesquisa, os quais acolhem a instituição ou invenção de uma tradição como um processo coletivo. Nos sertões nordestinos, o sucesso dos missionários, beatos e padres populares, ocorreu porque esses personagens religiosos encarnaram em pele humana, e nas cores locais, os arquétipos, símbolos de religiosidade, do imaginário sertanejo.

Já foi dito que as personagens arquetípicas como os Doze Pares de França, Princesa Magalona, Imperatriz Porcina e a Donzela Teodora, na rede discursiva instituidora da tradição no sertão, foram apresentadas sempre envolvidas em atitudes de fé cristã, em atos de caridade aos doentes e desvalidos, demonstração altiva de contrição ao amor divino. Tendo suas ações, na história ficcional ou real – para o sertanejo, não havia essa distinção – envolvidas em milagres, como resultado da adoração ao seu orago predileto.

Dentro da Literatura Tradicional e Popular, os textos que, com certeza, foram mais marcantes na formação do catolicismo popular do sertanejo, foram os já citados João de Calais e Roberto do Diabo ou Roberto de Deus. A influência da história de João de Calais, transcende a obra e a data de sua criação/publicação, visto que, a sua elaboração literária indica, claramente, ter sido ela a apropriação de um conto popular pertinente ao "ciclo do MORTO AGRADECIDO, mas que apesar de ter vindo modernamente por um canal erudito para o nosso país, está hoje tão assimilado pelo povo, que poderia,... supor-se aquele existente na tradição oral já antes do conhecimento desta última".[123]

Com base nos estudos eruditos sobre a obra, Cascudo credita, como uma das fontes do conto que deu origem à novela de João de Calais, ou até mesmo uma espécie de "desenvolvimento contínuo da estória de Tobias, cujo Livro figura no Antigo Testamento.

---

[122] SILVA, Cândido da Costa e. Uma leitura missionária da seca nordestina. In: ***A igreja e o controle social nos sertões nordestinos***. São Paulo, 1988, p. 61.
[123] PEDROSO, Consigiteri apud CASCUDO, Luis da Câmara. ***Cinco livros do povo.*** p. 355.

Gerould aceitava a origem semita e a maior extensão temática na Europa. A estória de Tobias é tida por excepcional como um início insofismável do conto".[124]

Sem precisão maior da fonte, pois é sabido que em muitos exemplos a oralidade pesou tanto quanto as fontes escritas, o certo é que no Seridó o culto às almas como uma representação cotidiana do "ciclo do Morto Agradecido", fez-se presente desde muito cedo, através da fundação da Irmandade das Almas. Tudo faz crer que essa Instituição foi criada, na Vila do Príncipe (Caicó), antes mesmo da Irmandade do Rosário. Segundo as pesquisas de Dom Adelino[125], o documento de fundação da Irmandade das Almas não foi encontrado, não há cópia sua nos arquivos da região. Porém existe um velho Livro da Irmandade, datado de abril de 1797, quando foi aberto e rubricado por Antônio Felipe Soares. As informações contidas nesse documento, e trazidas à luz da história local por Dom Adelino, revelam que, em 1769, a Irmandade já havia sido fundada[126].

Essa preciosa fonte, em preto e branco, registou para a história seridoense o nome dos irmanados no culto às almas. Entre os citados pelo referido pesquisador, estão Cipriano Lopes Galvão, Caetano Dantas Correia, Josefa de Araújo Pereira, Macaela Dantas Pereira e Tomaz de Araújo Pereira[127]. Pelos inventários desses cidadãos, já citados em outro momento dessa pesquisa, trata-se dos primeiros sesmeiros do Seridó. Os fundadores das primeiras grandes fazendas de gado da região.

Desses fatos desponta uma significação social de certa densidade para esse trabalho. É que esses mesmos personagens, a maioria, fazendo uso de parte do patrimônio familiar, como já demonstrado, foram fundadores de Igrejas, nas suas respectivas localidades, e ordenaram seus filhos padres no seminário de Olinda, e depois, também em Fortaleza. O que atesta a força e a circularidade do catolicismo popular e testemunha a rede discursiva fundada na tradição ibérica acrescida nos arranjos afro-ameríndios.

Como, por séculos, sentenciou a tradição popular, o zelo pelos mortos é garantia suprema de proteção. Assim sucedera a Tobias, que tinha como missão piedosa sepultar os mortos desvalidos. Tempos depois ficou cego, e com a ajuda do anjo Rafael, Tobias filho

---

[124] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Cinco livros do povo.*** p. 367.
[125] DANTAS, Dom José Adelino. ***Homens e fatos do Seridó antigo.*** p. 51 a 56.
[126] "As fls. 9 v., o escrivão da irmandade escreveu isto: 'o Capitão-Môr Cipriano Lopes Galvão entrou nesta Irmandade em 1769. Pagou até 1810. Continúa sua mulher que pagou até 1827'". Op. cit. p. 55.
[127] Idem, idem, p. 56.

cura a cegueira paterna.

No conto de João de Calais, história muito popularizada no Sertão, como demonstra Cascudo, o morto aparece para agradecer em ação. Em sua viagem a um Reino desconhecido, João de Calais, em via pública, depara-se com a cena de um defunto sendo devorado por cães. É inteirado que se tratava de alguém que havia morrido e deixado dívidas. Nesse caso, era costume daquele lugar não conceder ao defunto o direito ao sepultamento, abandonando o cadáver na rua.

Devotado e piedoso, João de Calais resgata a dívida do morto e garante uma digna inumação do corpo. Posteriormente, por conseqüências do destino e ciladas de um concorrente no amor, João de Calais cai em situação difícil. Encontra-se sozinho em uma ilha distante e sem chances de recuperar a amada e o ***status*** que possuía. Quando não restava mais nenhuma esperança, surgido do nada, apareceu um homem, que em segundos, transportou Calais para a terra de sua amada. Chegando ele a tempo de impedir que seu rival casasse com sua amada, desvendou o impostor e recuperou o prestígio que tinha.

A fundação da Irmandade das Almas nos umbrais da Vila do Príncipe é um ato que representa a materialização dessa representação tradicional na mentalidade do homem sertanejo potiguar.

Ainda conforme a pesquisa de Dom Adelino, existe um documento datado de 1836, de reafirmação do compromisso dos irmanados com a velha instituição. Essa renovação foi lavrada em um novo documento contendo onze capítulos, que regulamentavam a situação dos sócios existentes e o ingresso de novos, as normas de funcionamento da irmandade, os registros de suas atividades fiscais, instituição do livro de óbito de associados, fixação de datas comemorativas e festas das almas. De acordo com a mesma fonte, os estatutos de 1836 passaram por uma reforma sessenta e seis anos depois e, no ano de 1933, foram atualizados por determinação de D. Marcolino de Souza Dantas, Arcebispo Metropolitano na data da publicação daquela pesquisa, o ano 1961.

Essa “renovação”, ocorrida nos anos de 1933, foi certamente um enquadramento definitivo da Irmandade caritativa à Igreja diocesana. Tanto é que, na região, falando-se especialmente em Caicó e Florânia, mesmo não tendo desaparecido por completo a tradição, o culto votivo se resume a um altar das almas existentes no interior das Igrejas matrizes desses municípios.

Sem dúvida que, na formação desse catolicismo popular participaram como fontes moldadoras do imaginário religioso do sertão, além dos três exemplos de literatura popular "laica" - a Oral, a Tradicional e a Popular -, os livros propriamente sagrados ou, na classificação de Padre João Medeiros e Oswaldo Lamartine, os "livros de oratório": a ***Bíblia Sagrada, Da imitação de Christo,*** o ***Adoremus*** e a ***Missão Abreviada***[128].

As escavações de Pe. Medeiros e Lamartine estão focadas no século XIX. Seus resultados atestam, de forma inequívoca, a presença das referidas fontes nas fazendas do Seridó, nesse período. Porém, como boa parte desses impressos teve suas primeiras edições em português, publicadas no final do século XVIII e, especialmente, no decorrer do século XIX, fica patente, mais uma vez, a importância da oralidade na formação do espírito católico do sertanejo. Pela crônica de Manoel Antônio Dantas Corrêa, bem discutida em outra parte desse trabalho, foi demonstrado como as representações do texto bíblico foram utilizadas para significar o espaço do Sertão potiguar, como terra sagrada já no momento da ocupação pelo branco.

Também foi demonstrado como esse mesmo texto fazia parte das fontes fundantes da ação colonizadora, no que diz respeito à invenção da família patriarcal, da parentela e da economia patrimonial, pilares de sustentação da fazenda de criar gado. Portanto, fica claro que os modelos religiosos dos textos sagrados foram fixados pelos mesmos processos, nos quais se representaram as alegorias da literatura tradicional. Eles foram amalgamados em uma única teia discursiva, e como tal, sua circularidade não foi propiciada apenas pelas fontes escritas.

No plano do catolicismo místico popular, também é visível a participação dos símbolos da tradição ameríndia e africana.

Embora a conversão do gentio fosse encarada pela tribo como uma dissensão militar e uma aliança com o inimigo, não envolvia atitude heterodoxa. O Pajé não tinha uma teologia que se opusesse com rigor às investidas da catequese. Algo semelhante ocorreu com os negros bantos e sudaneses, seus deuses não faziam exigência de rigorismo cerimonial, a exceção fica por conta dos negros muçulmanos apegados a Alá. "Indígenas e negros não defenderam os santos do seu sangue e cor. Não houve mártires da Fé,

[128] MEDEIROS FILHOS, Pe. João. & FARIA, Oswaldo Lamartine de. ***Seridó – Século XIX: Fazendas e Livros***. Rio de Janeiro: Fomape Editora, 1987.

esculpidos em bronze e ébano. Mantiveram as defesas mágicas e não os atos pragmáticos do culto tribal".[129]

Essas condições não transformaram o caldeamento cultural em um processo com menor tensão e conflitos sociais. Negros e índios sofreram na pele a repressão, em ferro e fogo, e a vigilância que o colonizador considerava necessária por todos os quadrantes dos sertões. Por outro lado, toda a violência cometida não impediu aos dois povos, colocados na retaguarda da colonização, de preservarem suas lendas de encantamentos, crenças e magias, funcionando como práticas complementares à liturgia branca.

O Seridó potiguar é uma floresta de lendas de encantamentos, histórias de milagres, aparições de santos e outras manifestações do sobrenatural, índice seguro da presença formadora, naquelas terras, da cultura das três raças. Praticamente, cada um dos municípios da região, tem ligado a sua criação, ou fazendo parte de algum momento do seu passado um significativo acontecimento religioso, fazendo parte da sua história oficial ou fixada na tradição popular. Em alguns casos, a localidade foi transformada em santuário de peregrinações e romarias, com votos de agradecimentos às preces alcançadas.

Em Acari-RN, um dos primeiros núcleos povoadores da região, a tradição tem uma lenda responsável pela fundação do padroado da cidade. N. S. da Guia é a santa protetora dali, não por acaso. No Saco dos Pereiras, sítio do município, morava um dos primeiros sesmeiros do lugar. Tratava-se do, também cobrador de impostos, Sargento-mor Manoel Esteves de Andrade. Segundo a estória, esse senhor era dono de um bom rebanho de gado, costumava campear os bovinos no pasto para se certificar das condições do plantel. Numa dessas lidas na caatinga, "foi surpreendido por silvícolas remanescentes e furiosos, que saíram em desabalada carreira, atirando flechas, na perseguição ao intruso. O fazendeiro corria adiante a cavalo, e os indígenas corriam atrás a pé".[130] Apesar da aparente vantagem do cavaleiro, o mesmo não conseguia se distanciar, com segurança, dos ataques de seus perseguidores.

---

[129] CASCUDO, Luis da Câmara. ***Religião no povo.*** João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1974. p. 02.

[130] SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. ***A grande festa de agosto, do Acari***. Diário de Natal, Natal, 30 de agosto de 1977. Notícias do Seridó, p. 15.

Aflito, sentia as flechas zumbirem aos seus ouvidos. Temendo a morte próxima, lembrou-se da sua devoção à N. S. da Guia. Na agonia da consciência, "pediu-lhe a salvação, fazendo a promessa de consagrar a capela, que já era de seus sonhos à santa que leva à segurança os perdidos no caminho".[131] Segundo essa mesma fonte, salvo da perseguição ameríndia, Manoel Esteves construiu a capela que está em atividade desde 1738. Por esse feito, esse fazendeiro é considerado o fundador do município.

Outro lugarejo, povoado por esses primeiros sesmeiros criadores de gado, que também virou município da região, é Carnaúba dos Dantas-RN[132]. O lugar é famoso, porque, entre outras coisas, tem encravado em suas fronteiras o Monte do Galo. Espaço sagrado e lugar de peregrinação. Ali, dentro da tradicional festa do Galo, teve início, talvez antes de Nova Jerusalém em Pernambuco, a encenação da morte e ressurreição de Jesus Cristo.

Conta a tradição popular que antigamente o Monte do Galo era conhecido pelos sertanejos da localidade, por Serrote do Galo. Segundo uma lenda muito antiga, o majestoso serrote guardava um galo encantado. Quando os transeuntes se aproximavam do local, principalmente à meia noite, era comum ouvirem o galo cantar. O lugar causava temor e curiosidade aos habitantes da região. "... meus antepassados. Eles diziam: 'aquele serrote, como os antigos o chamavam, será um dia um lugar santo'". Essa é uma revisita que Mamede de Azevedo Dantas faz à memória coletiva do lugar. Ao mesmo tempo em que rememora o passado, reforça a mentalidade de seu ambiente social, confessando seu íntimo. "E eu dizia comigo mesmo: - 'O galo cantou anunciando o nascimento de Cristo. O serrote será, um dia, o caminho do Calvário, a proteção, talvez, da pobre e pequenina terra da Carnaúba'".[133]

---

[131] Idem, idem.

[132] Acari, Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Jardim do Seridó, Caicó, Cruzeta, Florânia são cidades do Seridó, que distam entre si, cerca de 20 a 40 quilômetros, em média.

[133] "MAMEDE DE AZEVEDO DANTAS, que eu conheci e sepultei, era em vida, a história viva e itinerante de Carnaúba. Faleceu aos 18 de outubro de 1956, com a idade de 81 anos. ... Varão sertanejo, no sentido pleno, homem de bem, cristão austero, pedreiro de profissão, mestre de obras, irmão do grande José de Azevedo Dantas.

Num caderno de notas, encontrado pelas filhas Amélia e Josefa, o velho Mamede deixou excelentes subsídios a quem melhor deseje conhecer certos aspectos da evolução histórica de Carnaúba. Entre outros, anoto aqui alguns que se referem às primeiras construções erguidas no lugar". (DANTAS, Dom José Adelino. ***O coronel de milícias Caetano Dantas Correia.*** p. 51).

Essa parte do manuscrito do velho Mamede, é, sem sombra de dúvida, da época em que o Monte do Galo já havia se tornado local de peregrinação e romaria. A religiosidade do velho sertanejo, nessa parte do seu caderno, espécie de diário, salta aos olhos do leitor em forma de profecia confirmada. Ele revive na memória, escrita em preto e branco, um diálogo onde ele antevia a construção do santuário no serrote do galo encantado.

O mais significativo, para a confirmação do catolicismo místico e popular na região, é o fato de que o Monte do Galo sintetiza outro acontecimento de crendice religiosa. A construção do santuário foi iniciativa do Sr. Pedro Alberto Dantas, depois de ter enfrentado alguns reveses na vida e recebido uma graça. Filho de pequeno fazendeiro do município, vivia ajudando seu pai nos afazeres da terra. Quando do surto da borracha, foi atraído para o Norte do país. Viajou para lá em companhia de Manoel, seu irmão mais velho. Os dois adquiriram um seringal no Acre. Nessa aventura, contraiu grave enfermidade.

Tempos depois, ao retornar à Carnaúba, e falando da doença que lhe acometeu, durante sua estada naquele lugar, "dizia ter tido uma aparição da Virgem Mãe, na figura de N. Senhora das Vitórias. Chegou à sua cidade trazendo uma imagem da Virgem Mãe".[134] Depois desse retorno, tendo novamente se estabelecido na sua terra natal, Pedro Dantas empreitou, com outros coetâneos seus, a construção do Cruzeiro do Monte do Galo. A imagem de N. S. das Vitórias, que trouxe de sua viagem, ele a fixou na base do Cruzeiro. Daí em diante, no local, teve início a via-sacra de romeiros e peregrinos da fé, "os paralíticos, os cegos, os desenganados, os tristes, os pobres, em busca de milagres pela intercessão de N. S. das Vitórias".[135]

Conforme a mesma fonte, Pedro Dantas contava que, na aparição que recebeu da Virgem Mãe, ela teria revelado a ele um mistério, fazendo a solicitação de que só contasse a uma autoridade da Igreja, "segredo que somente foi revelado ao Dom Marcolino Dantas, bispo da Diocese, numa viagem de Pedro Alberto a Natal, por volta de 1940".

---

[134] ***Figuras do Seridó***. Diário de Natal, Natal, 18 de outubro de 1978. Notícias do Seridó, p. 19.
[135] Idem, idem.

Segundo diz o texto, Pedro morreu sem revelar a mensagem, nem mesmo às pessoas mais íntimas, como a sua mulher[136].

A fundação de Caicó está também dentro desse mesmo leito de mistérios e encantamentos. Conta a lenda de fundação da cidade, que antes da chegada do branco, no lugar onde hoje é edificada a Matriz de N. S. Santana, estava assentada a tribo dos índios Caicós. Muito ferozes, seus guerreiros se consideravam invencíveis, já que contavam com a proteção do seu Deus Tupan, encantado em um touro que habitava o mofumbal dos arredores. Diz a tradição que mesmo depois da dissolução da nação ameríndia, pela força das armas, o Deus Tupan continuou habitando o local. A permanência dessa lenda é mais uma indicação segura da presença, na localidade, de membros remanescentes dos velhos senhores do lugar.

Estando o futuro município já sob o domínio dos currais, um certo dia, um vaqueiro, campeando pelas redondezas a procura de uma rês desgarrada do rebanho do seu patrão, deparou-se com o touro sagrado; esse investiu contra o metediço numa fúria fatal. O vaqueiro, que era devoto de N. S. Santana, no intuito da vida, e quase no instante último do suspiro vital, pediu proteção a sua santa, prometendo, se fosse salvo, construir no local uma capela em sua homenagem e adoração. Como num passe de mágica, o touro desapareceu.

O vaqueiro cumpriu a promessa. Destruiu o arbusto trepador da área e construiu a capela. No ano da empreita foi seco, não choveu na região. Como no rio Seridó, que corre seu leito numa distância, aproximada, de cem metros do local da capela, tinha um poço, o vaqueiro fez um novo voto de esperança a Santana. Pediu para que a aguada do rio não secasse enquanto ele não concluísse seu trabalho. O manancial, que desde então, ficou batizado como o Poço de Santana, nunca mais secou.

Segundo essa mesma tradição, com a destruição do mofumbal, o touro sagrado passou por outro encantamento, transformou-se numa serpente enorme e foi habitar o fundo do poço. De onde um dia sairá para destruir a cidade. Tal façanha ocorrerá “quando o poço

[136] “O patriarca PEDRO ALBERTO DANTAS foi comerciante, pai de 18 filhos, trabalhou nos seringais do Acre, católico fervoroso, devoto de Nª. Sª. das Vitórias, fundador e presidente da Associação da Confraria dos Pobres de São Vicente de Paula e do Apostolado da Oração, idealizador e realizador da devoção do Monte do Galo em Carnaúba dos Dantas, cuja cidade reverência agora o seu centenário”. (***Figuras do Seridó.*** p. 19).

secar, ou quando as águas do rio, numa cheia pavorosa, chegarem até o altar-mor da matriz (hoje catedral) de Caicó, onde se venera a imagem da mãe de Nossa Senhora".[137]

Com certeza, essa narrativa fundante da cidade do Caicó, regista com magia e fascinação o confronto/encontro do colonizador com o habitante da terra. O milagre de N. S. Santana e o novo encantamento do Deus Tupan em serpente, recolhendo-se no fundo do poço, pode ser interpretado como o embate ocorrido entre as duas raças e a queda do índio. Por outro lado, a possibilidade da serpente, um dia, destruir a cidade, é o sonho da vingança preservado na lenda, é a esperança necessária aos que sobreviveram aos destroços de sua nação e se aculturaram.

Na cidade do Caicó, e porque não dizer em quase todo o Seridó, o culto a N. S. Santana, desde então, só fez crescer. É hoje a festa religiosa mais importante do calendário da cidade. A ela acorrem milhares e milhares de devotos vindos de todos os recantos do Estado e até mesmo de outras regiões do Brasil. Inclusive, filhos da cidade, que realizam as suas vidas profissionais em outras localidades, sentem-se no dever e na obrigação de estarem presentes aos festejos sagrados. As comemorações ocorrem, geralmente, durante os últimos dez dias do mês de julho.

Esse acontecimento anual já faz parte do calendário turístico da região. Sua importância cultural é tanta, que as últimas administrações do Rio Grande do Norte, durante o período da festa, transferiram temporariamente para o município, a sede do governo. Caicó tem sido, durante as comemorações de N. S. Santana, o centro político do Estado, o lugar de onde o seu representante máximo toma todas as deliberações de rotina.

A força de milagre do orago também se fez presente na cidade de Florânia. Em 1856, ano no qual imperava a cólera na região, quando o local era apenas um povoado do Acari, o velho Atanásio, da família dos fundadores do lugarejo, rogou a S. Sebastião que protegesse seus moradores da epidemia, que ele construiria uma capela em sua homenagem. O suplicante faleceu em 1860, cinco anos depois, seus filhos, junto com a viúva, entregaram aos habitantes da localidade o cumprimento da promessa[138].

---

[137] DANTAS, Manoel. ***Homens de outr'ora***. Rio de Janeiro: PONGETTI, 1941, p. 97.

[138] "Os 'Atanásios', sangue do neto ou bisneto de um pioneiro Atanásio Fernandes de Moraes, (1790-1860), fundaram a povoação. Eram 22 filhos, e 482 netos e bisnetos,..." (CSCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra.*** p. 182.).

Mais uma vez, a história de um milagre e a construção de uma capela em homenagem a um santo milagreiro, no caso S. Sebastião, serve à fundação de um novo município no Seridó. Como já foi dito, em outra parte desse trabalho, em 1890, o povoado se separa do Acari, tornando-se município independente, com o nome de Flores. Passou a cidade em 28 de outubro de 1936, e recebeu a denominação de Florânia em 30 de dezembro de 1943[139].

Na mesma época que o município definia seu topônimo atual, o catolicismo místico, popular e obreiro de milagres do sertanejo seridoense, estava vivo e vivificante. Criou em pleno século da modernidade, fenômenos iguais aos de antanho. Naqueles idos, nascia na antiga Flores, a mais estonteante história de uma Santa Menina encantada. O episódio é conhecido de todos os moradores do lugar, que têm hoje mais de quarentas anos de idade. Dos personagens do município, entrevistados por essa pesquisa, não há exceção, a unanimidade confessa conhecer a história, os atores envolvidos e os lances mais enigmáticos do episódio.

Segundo D. Lindalva[140], nos idos de 1940, o Frei Otávio apareceu na cidade, procurou o sacristão da matriz de S. Sebastião, o Sr. Abilho, e declarou que era portador de um segredo divino, uma revelação de um anjo enviado pela Virgem da Conceição. Os dois foram ao monte, encontraram os sinais indicados no sonho que Frei Otávio teve. No local indicado, próximo a um pé de Imburana, foi encontrado e arrancado o corpo da Santa Menina. Reza a tradição, que por determinação da Igreja local, o monte passou a ser o santuário de N. S. das Graças, enquanto a Santa Menina era ocultada pelo vigário da paróquia. Essa história, com todos esses lances enigmáticos, continua viva na vida da população da cidade. Na época dessa pesquisa, seus moradores transpiravam confiança na informação de que o corpo da Santa Menina, recentemente, tinha sido encontrado na casa paroquial e tinha sido removido para lugar de domínio das autoridades eclesiásticas.

Nos arquivos particulares de D. Antônia Araújo de Faria, guardados a sete chaves, esse trabalho teve acesso a dois cordéis sobre a história da Santa Menina. São

---

[139] Idem, idem.

[140] CRUZ, Lindalva Araújo. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.). D. Lindalva era filha dos moradores da Fazenda Condado de propriedade do Tenente Laurentino Theodoro da Cruz, personagem já conhecido desse enredo. D. Lindalva é viúva do Sr. João de Braz, vaqueiro e filho adotivo do Sr. João da Mata Toscano. O monte, que a partir de então, tornou-se sagrado, pertencia aos domínios do Sr. Toscano.

transcrições manuscritas, feitas para um caderno escolar e conservado por mais de quarenta e cinco anos, segundo a dona dos folhetos.

Quando se cruza o enredo, os personagens e as informações gerais das versões orais com os mesmos dados dos folhetos, é impressionante a semelhança das narrativas. A sensação que salta ao espírito é a dificuldade de saber se a versão oral, rememorada pelos personagens entrevistados, foi fixada pela leitura incessante dos cordéis, ou pela convivência em vivas cores com o acontecido, na época. Essa dúvida se dissipa quando, dos narradores orais, vem à tona, a convicção da verdade dos fatos, ao dizerem ter presenciado parte da movimentação dos atores envolvidos naqueles episódios.

As informações, colhidas nas diversas fontes locais, permitem fazer uma leitura profana desse acontecimento sagrado. Parece que essa revelação, esse milagre divino ocorrido em Florânia, não aconteceu por acaso. Tudo leva a crer que essa pequena cidade do sertão do Seridó, distante 240 quilômetros da capital do Estado e algumas milhas da Europa, passava por uma forte tensão social como resultado do conflito mundial, a Segunda Grande Guerra, que tinha aquele continente como palco principal.

Aparentemente, a relação entre Flores e a Grande Guerra não existia. Em setembro de 1940, o município contava com 12.760 habitantes. Sendo que, na área urbana, incluindo a Vila de São Vicente, como parte do seu território, moravam apenas 1.745 pessoas, pouco mais de 13% da população total[141]. Nessa época, tudo indica, só alguns poucos possuíam rádio, especialmente, alguém entre os privilegiados moradores dos dois vilarejos. A grande maioria tinha, como meio principal de comunicação, o cordel e as cantorias de feiras e festas.

Apesar desse aparente isolamento, o município estava de corpo e alma dentro do conflito armado. Segundo o Sr. Sebastião Eloi Galvão, mais conhecido por Lolo, ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira, que esteve em território italiano[142], os floranienses “era uma imensidade de gente. A força toda parece que tinha, daqui do

---

[141] RIO GRANDE DO NORTE. Departamento Estadual de Estatística: Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ***Cenários municipais (1941-1942)***. Natal: Oficinas do DEIP, 1943, p. 139.

[142] GALVÃO, Sebastião Eloi. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.). O interesse dessa pesquisa em entrevistar o Sr. Francisco Lopes Galvão, foi pela sua condição de sertanejo plantador e criador de gado, homem de muitos moradores. A descoberta de sua participação na Segunda Guerra, como soldado da FEB, ocorreu no decorrer do trabalho de escavação.

município, tinha mais de 30. Mas que não foram todos".[143] Uma cidade com o tamanho de Florânia, formada, basicamente, por uma grande parentela, resultado do cruzamento matrimonial de três ou quatro famílias, esse contingente de soldados representava bem o sangue dos munícipes.

Talvez o estresse social, vivido naquele momento por essa comunidade rural, resultante da experiência da Guerra, explique, em parte, o surgimento do milagre da revelação do encantamento da Santa Menina. O Sr. Lolo conta que o desespero, na família, e com certeza na população geral, era grande: "mamãe chorava muito: - 'Eu sei meu filho que você não volta mais'. Eu digo: tá certo. Tenho minha sina, com a sina não tem quem rompa. E se tiver que voltar nem que seja com cinco, ou oito, ou dez, ou quinze, ou vinte anos eu volto. Aí graças a Deus não completou três anos, me saí muito bem".

Outro aspecto curioso, associado a esse contexto, é o fato do Sr. Tomas Damata Toscano, coetâneo e companheiro de Guerra de Sebastião Eloi Galvão, ser filho do proprietário das terras onde está encravado o famoso monte que se tornou sagrado a partir daquele episódio. O nome do seu pai era João da Mata Toscano. No cordel, no momento que o frade encontra o local indicado onde estava o corpo santo, esse senhor e sua esposa são bem apresentados: "bem ali tem uma casa/ de um bom velho casar/ lar pesse um pouco da gua/ que eles não há di negar".[144]

Não é possível recuperar a dimensão que o conflito tinha para toda a população do município, muito menos, as representações que os habitantes faziam do mesmo. Também, com as digressões dos fatos mencionados não se estabelece nenhuma relação de causa e efeito entre a Guerra e o milagre suscitado na cidade. Entretanto, outras estrofes do cordel permitem pensar que a tradição se aproveitou da conjuntura e de uma possível consternação social reinante para se reafirmar como caminho da vida para os temerosos do futuro, alertando contra o que considerava o perigo do mundo. É bom lembrar, se é que se pode dizer assim, que naquele momento as três grandes sociedades fundadas na

[143] O Sr. Lolo citou de memória alguns nomes de conterrâneos seus que integraram a FEB: "Tomás Damata (Tomás Damata Toscano), tinha Sebastião Roseno, Tio Manoel Fernandes, Cássio Toscano, esse já morreu. Cássio Toscano...". Em outro momento da entrevista citou o Sargento Lino Alves.

[144] Essa é a vigésima segunda estrofe do cordel da Santa Menina. Cópia manuscrita e sem o nome do autor. Já foi dito que a existência da transcrição da história tem mais de 45 anos. Foi feita na adolescência de D. Antônia Araújo de Faria, eterna consultora dessa pesquisa.

modernidade se digladiavam numa disputa de morte: as nações liberais democráticas, o nazi-fascismo e o socialismo.

O tom do romance é apocalíptico. Anuncia os sinais de fim dos tempos: “Rainha Mãe de Deus/ dami a vossa proteção/ ordenar os mensageiro/ um bom que preste atenção/ Rainha peço que venha a todos dar a salvação”.[145] Cria e criatura da tradição, o cordelista versou, não só anunciando o fim das eras, mas também, indicando os inimigos daquela ordem social tradicional. “Muita gente de Florânia/ por sonho tem avisado/ que ali tem um mistério/ e um perfume sagrado/ ali onde os ateus/ irão purgar seus pecado”.[146] Mais adiante, em outra estrofe, os inimigos da tradição têm cores, faces e nomes: “Jesus mostra este isemplo/ pra não vir o depotismo/ das ovelhas que já estão/ dentro do comonismo/ todos se peguem com ele/ pra si livra do fascismo”.[147] Esse fato é um índice significativo da força vivificante do catolicismo popular. Demonstra que, apesar do permanente combate, confronto espectável em todo o Brasil e, em particular do Nordeste, com capitulações e ganhos da Igreja oficial a essa forma de manifestação religiosa do povo, a fé popular estava lá, ao lado do catolicismo oficial, e apesar das modificações sofridas, perdura até hoje, principalmente na região estudada.

É sabido pela tradição, que depois da visita e dos trabalhos do Frei Otávio, nas três décadas seguintes, o Monte se transformou em mais um centro de peregrinação e romaria da região Seridó. Com a ajuda dos devotos foram construídas a Capela e a estrada de acesso. A partir de então, a paróquia da freguesia passou a realizar anualmente a festa de N. S. das Graças. Os festejos são celebrados durante os últimos dias, aproximadamente, entre os dias 18 e 27 do mês de Novembro. Atualmente, o Monte tem sua estrada de acesso asfaltada e a Capela está bem paramentada. Como lugar sagrado, no imaginário do povo da redondeza, continua recebendo bastantes visitas. Para o município, o monte representa um grandioso patrimônio cultural e religioso.

O homem do sertão Potiguar antigo se representou e agiu, dentro do seu mundo tradicional, como um cavaleiro honrado, como um patriarca prolífero, um idealista do amor cortês e um guerreiro destemido da fé. Acima de tudo, ele foi um indivíduo portador inequívoco de um catolicismo popular e místico. Seu modelo de vida ascética exemplar é a

[145] Idem, estrofe trigésima oitava.
[146] Idem, estrofe vigésima nona.
[147] Idem, estrofe trigésima quinta.

contrição, o sentimento de ser despojado e o apego à pobreza pela caridade. Praticamente todos os arquétipos da malha discursiva tradicional e popular do Sertão, invariavelmente, são praticantes da caridade, da assistência aos pobres e, donos de uma inabalável fé em Deus. Mas para destacar a prática da contrição, nada mais exemplar que a história de Roberto do Diabo, já citado como um dos "Cinco livros do povo".[148]

Conta essa literatura, que Roberto do Diabo, logo nos primeiros anos de vida, dá demonstração e provas de sua maldade geral e irrestrita. Agride as crianças de sua idade, fere sua ama a dentadas e destrói tudo ao seu alcance. No início da vida escolar, matou o professor com uma punhalada desferida em seu ventre. Mesmo adulto e feito cavaleiro pelo pai, continuou praticando as mais horrendas atrocidades, como desonrar pobres donzelas e mutilá-las, decepando o seio. Tentou matar o pai no ato do cerimonial que o integrou à cavalaria do ducado. Daí por diante, sua fama como guerreiro do mal só fez crescer. Matando, incendiando e depredando por onde passava. O caminho palmilhado por Roberto, era um rasto de terror e crueldades. Era arrogante e impiedoso.

Expulso dos domínios do Ducado de Rouen, se estabelece nas colinas do "Val-d'Eauplet, banhado pelo Seine", lugar onde monta seu quartel de operações guerreiras. "Do seu castelo, com seus homens darmas, desce como uma fúria sobre os casais, matando, brutalizando. O Duque põe a prêmio a cabeça do Filho".[149]

Nesse meio tempo, Roberto procura sua mãe para saber porque sua personalidade é de uma pessoa tão violenta e cruel. Ela então revela que, depois de muito querer e rogar, sem sucesso, aos céus, pela sua gravidez, desafia a Deus com uma blasfêmia, desejando a concepção do filho por intercessão do Diabo. Diante da descoberta, o guerreiro mal feitor se emociona em lágrimas e deixa a espada cair.

Tomado de impetuosa contrição, vai ao seu acampamento propor aos comparsas que o acompanhem na sua penitência. Diante da negativa, mata a todos. Segue para Roma e se confessa ao Santo Padre. Recebe a recomendação de procurar um santo eremita, que

[148] Como boa parte dessa literatura, Roberto do Diabo, em território brasileiro, teve circulação inicial através da oralidade. É mais uma história que o português trouxe na memória. Ver maior investigação do assunto em CASCUDO, Luis da Câmara. ***Cinco livros do povo.*** pp. 169-221.
[149] Idem, p. 177.

ouvindo o anjo, prescreve “a penitência de fazer-se louco, mudo e alimentar-se do que arrebatar aos cães. Roberto cumpre fielmente a missão humilhadora”.[150]

Nessas condições, é acolhido pelo imperador. Passa a viver no jardim do palácio se alimentando com os cães. Quando do ataque dos sarracenos a Roma, ouve uma voz celeste ordenando que lute pelo Império. Roberto é o cavaleiro invencível de três sucessivos confrontos com os mouros. Orgulho do imperador, ele se mantém no anonimato para continuar seguindo o desígnio de Deus.

A filha do imperador é oferecida em casamento ao valente e desconhecido guerreiro. Roberto não se apresenta, continua irremovível, cumprindo a expiação. Depois de alguns entreveros, sua identidade é revelada pela princesa, que era muda, e da janela do seu quarto assistiu a tudo que aconteceu no jardim. Ela ia se casar com um oportunista que se fez passar por Roberto. Momentos antes da festa nupcial, milagrosamente, a moça passa a falar e descobre quem é o verdadeiro Roberto. Esse se finge de louco e recusa o amor da donzela, o noivado e o Império. Avisado por um anjo, o eremita vem a Roma e o desobriga.

Segundo Cascudo, na versão romanceada da história, apesar de absolvido da penitência, ele segue firme e perseverante na vida ascética. Abandona toda a glória oferecida aos seus feitos, a mão da princesa e a riqueza do Império. Viaja com o eremita para a sua célula e vai viver afastado do mundo e das tentações. Recluso em orações, morre como um homem santo. Em homenagem aos seus feitos militares contra os sarracenos, seus restos mortais são sepultados pelos romanos “na Igreja de São João de Latrão. O túmulo de Roberto do Diabo faz milagres e credencia a santidade do arrependimento”.[151]

### 3.6.1. Os missionários personificam o ascetismo popular

Ninguém melhor que os padres e frades missionários encarnaram esse modelo de ascetismo. Por ele se explica a popularidade que os missionários exerciam sobre o povo sertanejo, principalmente a partir do século XIX, quando aumenta a densidade demográfica no Sertão, os efeitos das secas se fazem mais rigorosos e a riqueza míngua para a grande maioria da população. Nesse palco da história, vida ascética e pobreza se confundem. O

[150] Idem. p. 178.
[151] Idem, p. 179.

imaginário do povo sertanejo marcado pelo arquétipo de Roberto do Diabo, herança de séculos, trazido na memória do branco e difundido, no começo da ocupação, pela oralidade e depois, também pela escrita, identifica-se com a conduta dos missionários e navega nas suas ações. Despojado de qualquer símbolo de riqueza, devoto da caridade e recluso às orações, os missionários são santos e santificam a pobreza[152].

Dos grandes missionários, citados anteriormente, o Padre Ibiapina e o Frei Damião de Bozzano tiveram presença marcante no Seridó. O exemplo de vida e as posturas que assumiram diante da vida social, na época da qual participou cada um, são dois modelos que ilustram muito bem o ascetismo do catolicismo popular vigente na mentalidade do sertanejo, do homem simples criador de gado e agricultor. Representações que tinham nas pessoas desses missionários sua manifestação ideal. Daí a força com que esses missionários atraíam multidões em suas visitas às cidades e vilas seridoenses. No caso de Frei Damião, sua popularidade e capacidade de arregimentar multidões para as suas missões, permaneceram vivas até o início dos anos de 1980.

Os principais lances da vida do Padre Ibiapina atestam sua convicção na busca de uma vida contrita, despojada, caritativa e voltada para as orações e pregações missionárias. Talvez, para o povo sertanejo, Ibiapina se configure o exemplo mais enigmático, e por isso mesmo, o mais emblemático do ascetismo almejado pelas representações da tradição católica popular.

Após dificuldades e reveses vividos pela sua família, estudos de latim, do ensino primário e incursões frustradas no Seminário de Olinda, finalmente José Antônio Pereira Ibiapina é diplomado em Direito. Seu nome figura "na primeira turma de bacharéis de Olinda, em 1832".[153] Dois anos depois da sua formatura, Ibiapina era designado para juiz de Direito e chefe de polícia de Quixeramobim, no Ceará. No mesmo período, foi eleito, com a maior votação, para Deputado da Assembléia Nacional, legislatura de 1834-37.

No exercício da sua magistratura, Ibiapina teve dificuldades no seu

---

[152] "No grande cenário dessa cultura da pobreza que muito pouco tem merecido da pesquisa entre nós, espontam os problemas de como pensam e sentem, com que se preocupam ou que discutem, o que esperam ou o que desfrutam, todos quantos a pobreza enlaça nos antagonismos geradores de conflitos, determinados pela necessidade de alterar de alguma sorte a situação crônica. Ai atuaram os capuchinhos com exclusividade". (SILVA, Cândido da Costa e. ***Uma leitura missionária da seca nordestina.*** p. 61).

[153] MARIZ, Celso. ***Ibiapina: um apóstolo do Nordeste***. João Pessoa: Editora Universitária/UFBP, Conselho Estadual de Cultura, 1997, p. 13.

relacionamento com o, na época, presidente da província cearense, Martiniano de Alencar. Desse não entendimento entre as partes, gerou-se, naquela província, um convívio tenso entre o Executivo e o Judiciário, desembocando no pedido de demissão do cargo. Fato ocorrido quando "o juiz deputado seguiu para a Corte e no fim da sessão de 35 pediu e teve exoneração da magistratura".[154]

Fora da magistratura, continuou exercendo o mandato de deputado. Sua atuação na Câmara Nacional não foi menos trepidante. Em julho de 1835, apresentou minuta de projeto, propondo reduzir de três quarta parte a moeda de cobre em circulação. Nas discussões que se sucediam naquela casa, suas intervenções foram sempre tomadas de ímpeto crítico radical. Assim, quando a Câmara, acatando uma sugestão do Deputado Ramiro, discutiu sobre possíveis ameaças de desordem na Bahia, Ibiapina propôs discutir o mesmo problema em âmbito nacional: "que se convide a outra câmara para que em assembléia geral se trate de remediar a crítica posição em que se acha o Brasil – Paço da Câmara, 27 de agosto de 1835 – Ibiapina".[155] Seu vôo, no exercício do mandato, continuou sendo feito em área de turbulência.

Em 1836, ocorreu um roubo no Tesouro Nacional, fato comunicado à Câmara, pelo então Ministro da Fazenda, o alencarista, Manoel do Nascimento Castro e Silva, que na oportunidade, informou também, as medidas encaminhadas para resolução do caso. Repetindo as ações anteriores, a atuação de Ibiapina parecia expressar um espírito apocalítico. Dirigiu mensagem propondo a substituição do titular da pasta, pois no seu entender, só a saída do ministro poderia "desfazer a crise financeira que ameaça esmagar o Brasil".[156]

Terminado o seu mandato, Ibiapina não intentou uma nova legislatura. Transferiu-se para o Recife, onde foi viver da profissão de advogado. Conforme Celso Mariz, exerceu esse ofício até o ano de 1850, atuando em Pernambuco e Paraíba, por onde deixou vestígios de suas passagens e das defesas que encampou. Não casou, e embora solteiro, não participava da vida social da cidade, preferia o contato permanente com os "clérigos e elementos leigos da Igreja e do catolicismo de Pernambuco".[157]

---

[154] Idem, p. 28.
[155] Idem, p. 29.
[156] Idem, p. 30.
[157] Idem, p. 37.

Naquele ano, após alguns entendimentos entre sacerdotes amigos de Ibiapina e autoridades da Igreja, o ex-juiz, ex-deputado, deixava para trás a profissão de advogado e foi ordenado padre. Nos primeiros anos do seu sacerdócio, permaneceu no Recife, mas foi por pouco tempo, logo "preferiu a vida mais livre e mais penosa, que considerava de maiores horizontes espirituais e sociais, de missionário. Até a mitra de bispo, que consta lhe haver sido então destinada, recusou".[158]

Segundo o autor de Ibiapina: um apóstolo do Nordeste, não há registo preciso do começo das suas ações caritativas e missionárias. Tudo indica, foi por volta de 1855 a 1860, que o grande asceta começou sua obra religiosa.

Com certeza, Ibiapina não levou para os sertões nordestinos as imagens de suas dificuldades pessoais e profissionais que teriam contribuído na decisão de abandonar carreiras tão profícuas e admiradas no seu tempo. Sem dúvida, a imagem do homem padre, que se difundiu e que tanto atração exerceu sobre os sertanejos de então, foi a do indivíduo despojado de vaidade e riqueza, capaz de renunciar a todas as vantagens de profissões afortunadas, para se dedicar à pobreza, à caridade e às orações. Para a mentalidade sertaneja, foi a encarnação da santidade em um homem de fé.

Credencia essa afirmativa, um esboço biográfico de autor desconhecido, que foi colhido por Celso Mariz. Tudo indica que o convencido autor nasceu na cidade de Missão Velha, no Ceará, e teria escorçado sua obra em 1863. As imagens do seu texto consagram, exatamente, o veredicto do homem contrito: "retirou-se, pois, do mundo no ano de 1850 e procurou a solidão que sua alma desejava com tanto empenho".[159]

Nessa passagem, o biógrafo ressalta o abandono de Ibiapina da vida secular e todas as conquistas materiais que ela representa. O despojamento foi o primeiro grande ato da consagração ascética. O segundo, também registado pelo escritor, é a preparação para a nova vida, o novo caminho a galgar, ou seja, "estudando, pois, e aprofundando-se nas virtudes da humildade e pobreza voluntária, cultivando os exercícios de piedade, ruborando-se com a freqüência dos sacramentos, passou três anos na solidão".[160] Segundo Cascudo, quando Ibiapina ainda exercia a magistratura na cidade de Quixeramobim, certa noite fora assalto por um sonho, durante o qual viu muitos porcos vadeando no rio. "Um

[158] Idem, p. 56.
[159] Idem, p. 37.
[160] Idem, idem.

dos animais possante e médio, resistia, grunhindo. O porqueiro gritou-lhe: 'Porco! Entra neste rio como os Doutores entram para o inferno!' O porco precipitou-se n'água".[161]

Quem estaria reapresentando Roberto do Diabo, num ato social litúrgico de reinvenção de uma tradição? O padre Ibiapina, com suas atitudes perante a vida e diante do povo sertanejo, ou o seu biógrafo, quando, no seu tempo presente, grafou em branco e preto, imagens de um passado remoto, mas vivo no seu imaginário? Não é difícil dizer que os dois eram passageiros de um mesmo destino, porque agentes de uma mesma mentalidade. Possivelmente, ambos foram, na infância e adolescência, leitores entusiastas da história do cavaleiro do mal, que através da contrição se transformou no cavaleiro de Deus. De formas diferentes, ambos reviviam, naquele momento, os fantasmas do passado.

Investido dessa conduta ascética, Ipiabina varou, várias vezes, os sertões de cinco Estados do Nordeste. Partindo do Pernambuco, passava pelo Estado da Paraíba, pelo Rio Grande do Norte, ia ao Ceará e até ao Piauí. Nas cidades e vilarejos por onde passou, angariou doações dos proprietários de terra e arregimentou multidões em mutirões para a realização de suas obras beneficentes, que incluíam cemitérios públicos, açudes, Igrejas e casas de caridade. Por todo o interior desses Estados, foram construídas 22 casas de caridade. A mais importante, e também seu quartel general, foi a Casa de Caridade de Santa Fé, em Bananeiras, na Paraíba, onde faleceu em 1883.

Além dessas obras caritativas, registradas em fontes diversas, reza a tradição que Ibiapina realizou milagres, previsões miraculosas ou profecias e fez atos de intervenção santificantes. Um antigo intendente da cidade do Acari, coronel Cipriano Bezerra Santa Rosa, contou a Cascudo, que naquele município foi moeda circulante entre o povo uma das profecias do "apóstolo do Nordeste". Infelizmente não houve registo do texto.

No Rio Grande do Norte, onde por diversas vezes esteve Ibiapina, suas obras piedosas foram edificadas em Angicos, Mossoró, Assu, Acari, Flores (Florânia). Ali o padre missionário veio a convite de Clemente Francisco de Morais e Francisco de Melo Carneiro, filhos de Atanásio Fernandes de Morais (1790-1860), um dos primeiros sesmeiros da localidade. O velho Atanásio, em 1856, fez uma promessa a S. Sebastião, na intenção de obter proteção para os parentes e moradores do vilarejo, contra o cólera. Como o missionário se encontrava em Acari, concluindo a construção de uma Casa de Caridade,

[161] ***Religião no povo.*** p. 140.

de pronto atendeu os chamados e foi ajudar os Atanásios a cumprirem o juramento do patriarca da família.

Nos sertões norte-rio-grandenses, além da admiração e da devoção unânime dos sertanejos potiguares, Ibiapina arregimentou seguidores para suas Casas de Caridade. Os ascendentes e colaterais maternos do folclorista e historiador Luís da Câmara Cascudo, principalmente, sua avó e duas irmãs, Guilhermina e Naninha, foram beatas na Casa de Caridade de Santa Fé. O neto das ilustres beguinas foi quem deixou, à posteridade, essas informações. As três faleceram nonagenárias, em casa de seus pais, no Natal, quando para ali se mudaram, depois de 1918. Para Cascudo, as três juntas representavam um patrimônio de 277 anos vividos. Por isso, as considera suas "Camenas Inesgotáveis. As duas casadas e a donzela anciã documentaram a Religião doméstica e numa congregação matuta e privada, passando fome por amor a Deus e ao 'Meu Pai Padre Ibiapina'...".[162]

Ana-Maria da Câmara Pimenta (1840-1933), a tia Naninha de Cascudo, faleceu nessa data e foi sepultada com o "santo hábito". Ela deixou o mundo dos pecadores convicta de que seu líder religioso era profeta, taumaturgo, vidente[163]. Dessa consciência, compartilharam todos os sertanejos coetâneos seus e muitos dos que hoje guardam o santo padre na memória. Atualmente, na cidade de Florânia, em homenagem ao padre caridoso, existe, chantada em frente à Capela de N. S. das Graças, no referido monte santo, uma estátua de José Antônio Pereira Ibiapina. Consagrando e reforçando mais ainda o lugar como santuário de romarias.

Quinze anos após a morte de Ibiapina (1883), nascia aquele que pode ser considerado o seu sucessor, como missionário do catolicismo popular, pelos sertões nordestinos. No dia 5 de novembro de 1898, em Bozzano, território da toscana, na Itália, chegava ao mundo, o futuro Frei Damião dos sertanejos.

Entre a morte do construtor de casas de caridade, e o início das missões de Frei Damião de Bozzano, os sertanejos não ficaram órfãos de um grande orador e milagreiro do povo. Nesse interregno, reinou para todos os nordestinos, a figura enigmática do Padre Cícero Romão, em Juazeiro do Norte. Embora não fosse missionário andarilho, o padre Cícero tinha características que o identificavam com o catolicismo popular. Por volta de

[162] Idem, ibid. p. XVI.
[163] Idem, ibid. p. 140.

1890, espalha-se por toda a região a notícia do milagre da hóstia que se transformou em sangue. O milagre teria ocorrido na capela do vilarejo, próximo à cidade do Crato-CE, onde celebrava atos religiosos, quando foi dada em comunhão a uma mulher do povo, conhecida como Maria de Araújo. O fato se repetiu várias vezes em público[164]. O padre Cícero começou como sacerdote do pequeno povoado, no começo da década de 1870. A escolha do lugar convergiu prontamente para o sentido do catolicismo do sertanejo. "Juazeiro na, década de 70, praticamente não existia. Contava com umas três dezenas de casas rústicas, de gente da mais pobre, e uma pequena capela".[165]

Pelos crivos da mentalidade sertaneja, essas atitudes e características do padre, credenciavam-lhe como um ascético e santo. A acorrida de sertanejos potiguares ao Cariri do Padre Cícero, foi fato corriqueiro. A força e a influência do taumaturgo, na população do Rio Grande do Norte, pode ser medida pela presença majoritária, de sua gente, no arraial do Beato José Lourenço, como já foi notificado aqui nesse trabalho.

A partir da terceira década do século XX, a estrela das ações missionárias voltaria a brilhar, com intensidade, por todo o interior do Nordeste.

Em 1931, chegou ao Recife o jovem franciscano Frei Damião de Bozzano. "Não fica na Basílica da Penha, ninho irradiante missionário, onde sentinela o sepulcro de Dom Frei Vital. Poderia ficar ensinando Teologia como no Seminário Episcopal de Massa. Enviam-no ao Sertão".[166] Notícia fotográfica indica que, nos primeiros anos dessa década, o novo missionário já se fazia presente na cidade de Serra Negra do Norte, no Seridó potiguar. Daí por diante, a sua popularidade cresceu com a mesma intensidade da aridez da região.

Não é fácil refazer no tempo a agenda completa das visitas de Frei Damião ao Seridó potiguar. Porém, sabe-se que suas peregrinações missionárias pela região eram constantes e sempre acompanhadas do grande entusiasmo popular. Foram mais de cinqüenta anos de pregação de fé, combate incessante ao pecado e às tentações do Diabo.

---

[164] FACÓ, Rui. Op. cit. p. 139-40.

[165] Idem, idem. "Esse pequeno arraial, à beira da estrada real do Cariri, entre Missão Velha e o Crato, tha uma casa de tijolo cru, umas quatro ou cinco de taipa, e o resto de palha. Excetuando os proprietários, que residiam nos seus sítios, e só vinham ao povoado aos domingos ou dias santificados, se havia missa, o resto dos habitantes, na maior parte, era de cabras desordeiros". BARTOLOMEU, Floro. Apud FACÓ, Rui. Op. cit. p. 140.

[166] CASCUDO, Luis da Câmara. ***No rasto do semeador***. Diário de Natal, Natal, 15 out. 1977. Notícias do Seridó, p. 15.

No final de 1970, seus sermões podiam ser ouvidos como ecos perfeitos das vozes seculares de outros missionários que palmilharam todos os quadrantes do Nordeste. "É a herança funcional e máscula das gerações anteriores de capuchinhos, sermoneando em caatingas e tabuleiros, recalcando as pegadas miraculosas de Frei Vidal de Frascarolo, o profeta, Frei Fidelis Maria de Fognano, Frei Venâncio de Maria de Ferrata, Frei Lourenço de Messina, o taumaturgo, Frei Serafim de Catania".[167]

As notícias com fotografias de jornal, àquela época, atestam a perenidade dessas representações, dos atores em cena na região. Isso ocorreu tanto nos sermões e atitudes do Frade, como no comportamento das massas sertanejas. As fotografias, feitas em cidades como Cruzeta, Cerro-Corá - todas do Seridó -, mostram multidões se esfalfando para acompanharem as caminhadas do frade, para ouvirem de perto suas palavras, confessarem seus pecados ao santo homem peregrino. Muitos querem apenas tocar sua mão no corpo do missionário, tomar a bênção. Até mesmo as crianças são apresentadas venerando-o com beijos em sua fronte. Alguns adultos carregam, com zelo e cuidado, em meio a tanta gente, a imagem do seu orago para ser benta. Quando a proeza é alcançada, contam os mais velhos, o fato ficava guardado para sempre na memória, vez por outra, revivido com orgulho e distinção.

O século XX começava seu ocaso, seu último quarto de tempo, e as notícias de jornais pareciam falar de um tempo perdido na memória. No entanto, era o tempo presente do Sertão antigo no Seridó. A figura do missionário taumaturgo não era coisa dos cordéis, dos livros ou da imaginação popular. Estava ali, o homem santo e os seus milagres. Destaca o noticiário jornalístico, que todo o Seridó em uníssono comentando o que aconteceu ao agricultor Francisco Pedro da Costa, morador no sítio Capivara, em Lagoa Nova-RN. O próprio sertanejo deu entrevista na Rádio Brejuí de Currais Novos, dizendo ter recebido uma cura divina operada por intermédio do Frade. "Após 21 anos de paralisia, motivada por uma congestão cerebral, ele veio às missões de Frei Damião em Currais Novos e logo na Serra de Santana começo a se sentir melhor, até andar sozinho".[168]

Em Caicó, dois acontecimentos recentes e aparentemente sem importância, abrem verdadeiras janelas com esse passado arquétipo. Trata-se de duas construções e de

[167] Idem, idem.
[168] AZEVEDO, Dermi. ***Notícias do Seridó***. Diário de Natal, Natal, 18 jun. 1977, p. 15.

seu significado para quem as projetou. Pela ordem cronológica, destaca-se primeiro a construção do Castelo de Engady. Com seu modelo mouro-medieval, e edificado sobre um rochedo, a estrutura possui sete torres, terraços, balcões, pontes, fortificações e capela. Quando foi planejado e erguido ficava afastado da área urbana da cidade. Segundo seu idealizador e construtor, o padre Antenor Salvino de Araújo, seria um lugar de reclusão e orações. Como o Castelo afogou-se na expansão urbana, o projeto foi abandonado e o edifício está à venda.

Mas a virtude cristã do padre não foi vencida. Em novo empreendimento, e distante uns três quilômetros da cidade, o sacerdote edificou um ermitério. Trata-se de uma construção rústica e confortável. Um verdadeiro lugar a ermo para o cultivo do espírito e o repouso dos peregrinos da fé em passagem por Caicó. Essas são as confissões do próprio padre[169]. Essas atitudes do padre Antenor não são extemporâneas. Elas estão em sintonia com o espírito católico da tradição, apesar da formação teológica do personagem em comento. Pode-se dizer que essas manifestações religiosas de fortes expressões locais estavam vivas no cotidiano do povo seridoense.

Ainda naqueles anos, a vida ascética do frade, tão enaltecida pelos seus admiradores e devotos daquelas localidades, santificava o homem e seus atos. As Santas Missões representaram a ação divina. Consagraram a função curativa da "Confissão eliminadora do complexo opressivo, vitalizando a caminhada futura. O Missionário é, sobretudo, o Confessor, semeando purificações".[170] Quanto à encarnação, por parte de Frei Damião, da contrição, da devoção à pobreza, como uma identidade arquétipa do imaginário da tradição, que foi reinventada no Sertão, nada mais balizador que a opinião de Cascudo, pesquisador da cultura popular, coetâneo do missionário, com quem esteve pessoalmente em algumas oportunidades. Afirma categoricamente que sente em Frei Damião o fenômeno da resistência, da piedade, a "Divina permanência do Entendimento, alto e sutil, para recriar, de imediato e profundo, a viabilidade moral no aborto do pecado exposto na humildade catártica".[171]

---

[169] ARAÚJO, Antenor Salvino de. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Caicó, 2000. 1 fita cassete (120 min.).
[170] CASCUDO, Luís da Câmara. ***No rasto do semeador.*** p. 15.
[171] Idem, idem.

No começo do último quadrante do século XX, no momento em que já eram visíveis os sinais de crise, que levou ao desmoronamento da antiga sociedade rural no Seridó, a presença de Frei Damião, nas vilas e cidades daquelas caatingas, revelava, sob o sol causticante da região, sua força na arregimentação das massas e o despertar de furor e devoção do povo sertanejo. O fenômeno pelo olhar do momento, sem a imagem arquétipa do ascetismo místico popular católico, causa ao observador o paradoxo da admiração e do estranhamento. É isso que revelam as palavras escritas por Dom Adelino Dantas sobre o missionário. Assistindo e descrevendo a cena da chegada do frade às cidades do Seridó, num instante, depois de reconhecer que seu estado de espírito não está só, diz que, "sente-se qualquer coisa de extraordinário nesse homem de Deus, um carisma raro nesse homem, nesse Frade, que atrai e **assanha** o povo".[172] Quando o autor do texto resvalou seu olhar para a figura humana de Frei Damião, sua emoção foi outra. "Nada de fisicamente atraente. Baixinho, gordinho, atarracado, corcunda, de pescoço enterrado, em nada elegante ou vistoso. Mas, o povo explode quando o vê, quando ele chega. E explode mesmo".[173]

Estes fatos são testemunhos incontestes da perenidade do modelo arquétipo da vida ascética na sociedade sertaneja. Os recantos nordestinos estão repletos de outros ícones que revelam quão a tradição de Roberto do Diabo marcou fundo o imaginário da região. De maior conhecimento dessa pesquisa, existem no Rio Grande do Norte, três exemplos bem representativos. O túmulo de José Leão em Florânia, também conhecido como A Cruz de Zé Leão; o túmulo do finado Baracho, no Cemitério do Bom Pastor em Natal; e o túmulo de José Leite de Santana, o cangaceiro Jararaca da trupe de Lampião. Esses casos envolvem, em proporções diferenciadas, banditismo social, morte trágica, antecedida de sofrimentos e maus-tratos, fé religiosa, e na crença popular, a presença última do arrependimento. Segundo a tradição popular dessas localidades, essas sepulturas são lugares de devoção, peregrinação e realizações de milagres.

Em Florânia, os moradores mais antigos contam duas versões sobre a história de José Leão. Uma variante informa que ele era um pequeno fazendeiro daquele município. Os Toscanos e João Porfiro, também proprietários e mandatários da localidade, tinham uma rixa com José Leão. Certo dia, quando a vítima se dirigia ao vilarejo, para participar de um

---

[172] DANTAS, Dom Adelino Dantas. ***Frei Damião num contexto atualizado***. Diário de Natal, Natal, 13 out. 1977. Notícias do Seridó, p. 15.
[173] Idem, idem.

batizado ou festa do padroeiro, foi emboscado, amarrado e queimado vivo. Note-se que o personagem do enredo era um homem religioso. Nessa versão, o móvel do crime fora o interesse na terra de propriedade do finado[174]. A outra variante informa que o motivo do crime fora uma desfeita por parte de José Leão, um galanteio feito a uma das filhas solteiras do velho João Porfiro, considerado por ele, como uma desonra à sua família[175].

Baracho fora criminoso comum na cidade do Natal, em fins dos anos de 1960. No início da década seguinte, foi morto numa perseguição policial. O cenário do crime foi a Av. Coronel Estevam, na altura da Vila Brasitália. Segundo versão dos moradores da redondeza e freqüentadores do seu túmulo, o perseguido da polícia foi pedir ajuda, para saciar sua sede, na terceira casa da ruela. Antes de ser atendido, caiu mortiço. Seu desejo não foi realizado[176].

A história do cangaceiro Jararaca, do grupo de Lampião, devido a uma boa literatura sobe o assunto, é por demais conhecida. É sabido que no ataque que Virgulino realizou em Mossoró, no Rio Grande do Norte, no ano de 1927, seu fiel auxiliar, lugar-tenente na ausência do chefe-mor, foi ferido e não acompanhou o bando no momento da retirada. Descoberto um dia após o confronto, o cangaceiro foi preso e, posteriormente morto, em circunstâncias deploráveis ao imaginário do sertanejo. Segundo Almeida, à meia noite do dia 18 de junho de 1927, cinco dias após a frustrada invasão de Lampião a Mossoró, Jararaca foi levado da cadeia para o cemitério por três soldados e o próprio delegado. Lá, friamente foi executado. Ao chegar no local, o infeliz condenado teria resmungado: "nós não ia pra Natá. Eu sabia que vocês me trazia pr'aqui". Ao receber ordens para descer do Jeep, novamente se pronunciou, dessa vez, quase sussurrando, disse "valha-me Nossa Senhora".[177]

Com a apresentação desses elementos, tributários do tempo imaginário do sertanejo, essa pesquisa não pretendeu esgotar o tecido cultural que envolve a vida social

---

[174] "A de José Leão eu conheço um pouco, né? José Leão era agricultor, ai na Serra do Cajueiro, né? Nesse tempo, nessa época, quem mandava em Florânia era os Toscanos, né? Tinha João Toscano, chamavam Coronel João Toscano. Aí sei que tinha João Porfiro, o velho, que era do Fechado, né? Então eles dois eram quem mandavam aqui em Florânia. Aí então começou a questão com José Leão, aí botaram uma emboscada... Foi por causa de terra". SILVA JÚNIOR, João (Gaúcho). Entrevista já citada. O Coronel João Toscano de Medeiros, do qual fala o Sr. João Silva Júnior, foi intendente do município em 1890-92, 1896-98, 1899-901, 1905-07, 1908-10, 1911-13.

[175] Essa versão foi colhida entre os descendentes do Sr. João Porfiro em Florânia.

[176] Informações colhidas no Cemitério do Bom Pastor, em Natal, entre os devotos do finado Baracho.

[177] ALMEIDA, Fenelon. ***Jararaca: o cangaceiro que virou "santo".*** Recife: Guararapes, 1981, p. 82.

do Sertão. Com certeza, uma cartografia completa desse universo transborda a moldura desse trabalho. Essa narrativa precedente dirigiu a discussão selecionando os ícones mais representativos do tempo imaginário para possibilitar a compreensão do tempo identitário[178], do mundo do trabalho rural destruído pela crise da agricultura comercial sertaneja.

### 3.7. O tempo identitário: a invenção do trabalho no Seridó

O tempo trabalho do sertanejo seridoense foi uma construção/invenção desse imaginário adaptado ao mundo do semi-árido. A vocação do branco colonizador é primorosa na moldura das atividades de produção social desenvolvidas no mundo rural sertanejo. Praticamente, com densidade semelhante, se pode dizer a mesma coisa do ameríndio.

Com relação ao português, é lapidar o que diz Freyre: "é verdade que muitos dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela sua cultura".[179] Note-se que o autor de Casa-grande & Senzala, está se referindo, especialmente, ao litoral açucareiro. No que diz respeito ao sertão do Seridó, os dados, que atestam a conduta do povoador, corroboram enfaticamente com a tese.

Esse trabalho, quando discutiu a ocupação da região do Seridó, apontou nessa direção, indicando a escolha, por parte do sesmeiro, das terras do sertão, em parcial detrimento das terras serranas. Uma conduta, que sem dúvida, revela a predileção pela vida pastoril e desprezo pelos afazeres agrícolas. Estava o ocupador das novas terras reencenando seu passado de origem, real e imaginário. "O que restava aos portugueses do século XVI de vida rural era uma fácil horticultura e um doce pastoreio: e, como outrora entre os israelitas, quase que só florescia entre eles a cultura da oliveira e da vinha".[180]

---

[178] "Se consideramos agora o tempo explicitamente instituído por cada sociedade, impõe-se imediatamente a distinção entre duas dimensões diferentes e obrigatórias desta instituição, a dimensão identitária e a dimensão propriamente imaginária. O tempo instituído como identirário é o tempo como tempo de demarcação, ou tempo das medidas. O tempo instituído como imaginário (socialmente imaginário, entende-se) é o tempo da significação, ou tempo significativo (distinção que não implica de modo algum uma separação do que distinguimos)." (CASTORIADIS, Cornelius. Op. cit. p. 246).

[179] ***Casa-grande & Senzala.*** p. 23.

[180] Idem, idem.

No Seridó, esses aspectos sócio-culturais da produção se evidenciam. Dos inventários do final do século XVIII, mapeados por Medeiros, são maioria as propriedades, cuja finalidade econômica era a criação. O inventário de um dos maiores patrimônios da região, o do coronel Caetano Dantas Correia, não deixa dúvidas, quanto a esse aspecto. Das sete sesmarias solicitadas com sucesso, apenas uma foi requerida com o objetivo único de praticar a agricultura. Ainda assim, é sintomático que a data de sua requisição seja o ano de 1786, ou seja, no final do XVIII[181]. Nos demais inventários da época, como já foi dito, a situação se repete. No começo do povoamento da região, a intenção do colonizador não foi se dedicar à agricultura. Essa situação perdurou, com poucas modificações, até o final daquele século e resistiu o quanto pôde, no século seguinte. A partir de então, o partilhamento das terras, o adensamento populacional, o empobrecimento das famílias e as secas forçaram o sertanejo pecuarista a dedicar parte dos seus esforços à agricultura de subsistência.

Dentro dos domínios dos currais, a pecuária extensiva, o tipo de criatório daqueles tempos, foi uma atividade quase itinerante. O gado solto nos pastos fazia sua rotina de acordo com os recursos naturais, alimento, água e refrigério disponíveis. Com a ausência de cercas e o domínio das grandes propriedades, algo que prevaleceu até meados do século XIX, os rebanhos dos fazendeiros de uma mesma ribeira, espraiavam-se desordenadamente pelas pastagens da localidade. Para o vaqueiro, campear o gado, foi uma atividade que, naquele tipo de criatório, limitava-se basicamente a seguir os rastos dos animais sem se preocupar com o passar das horas. Vezes, fora comum a procura de uma rês bravia ou desgarrada levar dias ou até semanas.

A organização racional do tempo trabalho não era um imperativo necessário. No labirinto dos rastos, o vaqueiro escolhia a estratégia, o itinerário a seguir para vencer o desafio. O tirocínio do ofício era a sua própria ampulheta. Principal trabalhador dessa ocupação tinha a autonomia dos seus movimentos durante o transcorrer da jornada de trabalho. Praticamente foi o senhor absoluto do seu tempo. Cumprindo a fidelidade com seu

[181] As sesmarias requeridas foram a de nº. 306, em 13 de novembro de 1742, a de nº. 434, em 25 de setembro de 1754, a de nº. 720, em 6 de novembro de 1776, a de nº. 750, em 30 de agosto de 1778, a de nº. 821, em 31 de outubro de 1784, a de nº. 855, em 30 de novembro de 1786, a de nº. 897, em 12 de fevereiro de 1788. Em todas, com a exceção da penúltima, a sentença inicial da requisição não deixa dúvida: "Caetano Dantas Correia diz que necessita de terras para gados..." (MEDEIROS FILHO, Olavo. ***O coronel de milícias***

patrão, obedece apenas aos imperativos da natureza, na passagem das duas principais estações do ano, para a região, o inverno e o verão, quando são mais prementes os manejos com o gado. Para essas circunstâncias, o trabalho coletivo, a cooperação e a solidariedade de muitos eram convocados.

A intensificação do trabalho pastoril ocorria no término da estação chuvosa. Geralmente – "São João ou Santana – quando a pastagem madura principiava a secar, se dava começo a apartação".[182] Escolhia-se uma fazenda, em regra, a mais bem localizada da ribeira, a que oferecesse melhores currais e excelentes acomodações para a vaqueirama, para os proprietários e suas famílias.

Em local e data aprazados, reunidos os fazendeiros, familiares e seus melhores vaqueiros, tinham início as pelejas com os rebanhos. Propriamente dita, a apartação consistia em duas etapas, o recolhimento do gado nos campos de pastagens para os currais, e na seqüência a apartação. "A pega do gado começava sempre na segunda para ser levado à apartação na sexta-feira. Ainda com escuro, quebrado o jejum, tomavam das vestias e ganhavam os matos sob a guia de um vaqueiro mais conhecedor daqueles campos".[183]

Todos os dias da semana, manadas e manadas chegavam aos currais, tangidas pelos valentes vaqueiros. Ao encerrar a jornada de cada dia, após as refeições, era a hora do descanso e das prosas. À noite, na fazenda sede da apartação, aquecendo-se em volta de uma fogueira ardente, ou pelos alpendres deitados, descansando do enfado diário, "eram contados e contados os feitos do homem, do cavalo e do boi. Ali nasciam os A. B. C. dos cavalos famosos e dos barbatões que desfeiteavam afamados vaqueiros".[184] Provavelmente, da afinidade da apartação com o lado eqüestre da cavalhada, nasceu a vaquejada como esporte lúdico. Como feita, para fixar na memória, a vaquejada é praticada em todo o Serídó, e noutros sertões nordestinos, mesmo depois do advento dos cercados.

O pecuarista pouco se afastava da faina com o gado, mesmo quando proprietário de grandes rebanhos e dispondo de alguns vaqueiros, eventualmente, escravos, permanecia

---

***Caetano Dantas Correia, um sesmeiro do Século XVIII***. In: DANTAS, Dom José Adelino. ***O coronel de milícias Caetano Dantas Correia:*** um inventário revelando um homem. pp. 67-70).

[182] LAMARTINE, Juvenal. ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 98.

[183] Idem, idem.

[184] Idem, idem. Das apartações da ribeira do Espinharas, fronteira com o Seridó, Cascudo recolheu de Oswaldo Lamartine o "A-Bê-Cê do boi das 'Espinharas.'" (CASCUDO, Luís da Câmara. ***Tradições populares da pecuária nordestina.*** pp. 50-52). O enredo lembra o romance do "Boi da mão de pau" de Fabião das Queimadas.

como vaqueiro-mor da fazenda. Nos primórdios, foi comum o proprietário vaqueiro andar ladeado por um auxiliar escravo. Outro princípio trivial foi começar a vida nos sertões, como pastor do seu próprio rebanho ou de algum parente. É o exemplo, já explorado nesse trabalho, do coronel Caetano Dantas Correia, que antes de se transformar em sesmeiro, fora vaqueiro do próprio irmão, na ribeira do Espinharas, na Paraíba. Quando chegou à Acauã, para adquirir terra, era um homem de mais de quarenta anos. Na região, esse costume do proprietário lidar diretamente com o gado, preservou-se até meados do século XX. No município de Florânia, nos idos de 1950, os vaqueiros mais famosos eram todos fazendeiros importantes da localidade[185].

A vida pastoril guarda muitas afinidades com o imagético-discursivo do Pentateuco e da tradição cavalheiresca ibérica[186]. O vaqueiro, na literatura popular, foi sempre apresentado em imagens de homem nobre, paladino, cavaleiro andante. Os romances citados, anteriormente, já evidenciaram esse aspecto. "O romance de José Garcia", ambientado no roteiro do Seridó ao Piauí, é emblemático. José, filho do tenente Garcia, rico fazendeiro do Seridó, foi exímio vaqueiro, modelo exemplar de cavaleiro e militante do amor cortês[187]. Enquanto predominaram os vastos campos sem fronteira e o caráter extensivo dessa atividade, o trabalho dos vaqueiros, também como fator da produção dos rebanhos, pouco aparecia ou não representava um cálculo racional. A multiplicação dos bovinos fora compreendida como resultado da ação dos elementos naturais como pastagem, água, terra.

---

[185] "Francisco Emídio de Araújo, Manoel Pereira Filho, Francisco Justino, Severino Dié, Pedro Vieira, Manoel Emídio, Júlio Bezerra da Nóbrega, João Paulino, João Silva de Medeiros, Francisco Amaral, Chirle Azevedo, Pedrinho Araújo, Manoelzinho Araújo, Bilado Dantas, Eufrasio Belmiro, José Felix Dantas, José Galdino e Tomaz Filho, este foi o vaqueiro que mais correu de mourão de porteira no município de Florânia, pois começou com 13 anos de idade e correu até os 73 anos". (CORRIDA de Mourão. Folha de Florânia, Florânia, p. 1, ago. 1991.).

[186] "Nos forais portugueses dos séculos XII e XIII o chefe de família que possuísse uma granja, uma junta de bois, quarenta ovelhas, um jumento e duas camas, era obrigado a comprar cavalo de sela e passava a cavaleiro vilão. (...) Acompanhava o Rei na batalha e este era o caminho da nobreza com o brasão e título. Pertencia à arma nobre, arma móbil por excelência, na primeira fila das arrancadas, mesnadas e fossados, rumo às terras do Mouro. O cavalo era a explicação para aproximar-se do Rei e fazer-se notar no combate. Começava de usar armas defensivas, o escudo, a loriga, a cota, o elmo reluzente. Ia nascer um fidalgo no alto de sua sela senhorial. A honra do cavaleiro era o cavalo." (CASCUDO, Luís da Câmara. ***Tradições populares da pecuária nordestina.*** p.76).

[187] Vale ressaltar que Euclides da Cunha, apesar de enaltecer o lado forte do vaqueiro do norte, o despiu de sua aura sertaneja. Mais adiante, o espírito de luta de classes de Graciliano Ramos, o transformou numa figura esquálida, espécie de lumpemproletariado do campo.

A fala de Antônio Manoel Dantas Correira, imortalizada em sua crônica da primeira metade do século XIX, já conhecida dessa narrativa, volta a testemunhar esses aspectos do sertão da tradição, do tempo trabalho na pecuária extensiva. O foco do seu olhar foi os períodos de inverno e de seca do século XVII.“Melhoraram os tempos, multiplicaram os gados, e o povo quase à proporção, que medeiando 22 annos, succedendo na era de 66, terceira sêcca; e nesta também houve bastante morrinha nos gados, e alguma fome no povo, por haver pouca industria no mesmo povo”.[188] A referência a “pouca indústria”, feita pelo sertanejo cronista, diz respeito à ausência de agricultura no sertão daqueles idos.

É perceptível que as atividades do pastoreio não contam, como indústria ou como produção. No registro da seca de 1778, esse ponto de vista ganhou maior visibilidade. “... a morrinha nos gados foi tão excessiva neste Seridó que havendo proprietários que já recolhiam quinhentos a mais bezerros, vindo o anno seguinte só recolheram quatro bezerrros; e os mais fazendeiros à proporção”.[189] Note-se que recolher não é produzir, esta distinção é cristalina no texto. Sem dúvida esse cenário imagético-real confirmava o caráter sagrado da terra, do povo e dos rebanhos.

Porém, esse éden possuía, conjugado aos seus jardins, um purgatório. Como economia familiar, a fazenda necessitava de um conjunto de atividades complementares, voltadas para o consumo do patriarca, familiares e agregados. Tratava-se do trabalho de consumo doméstico como cozinhar, cuidar da casa, dos filhos, fiar, tecer, costurar, prover a casa da fazenda de água para uso diário, lenha para combustão. Labor cultural e socialmente desprezível dentro da tradição patriarcal. Enquanto não veio o fim da escravidão no país, essas fainas eram realizadas por negros e negras escravas. Como o rebanho, essa escravaria fazia parte do patrimônio da família, entrava, igualmente, na pauta de dotes e heranças dos descendentes.

No início da criação e expansão dos currais, o purgatório, como espaço do trabalho propriamente considerado dentro da tradição, expandia-se um pouco para além das fronteiras dos currais. Esse território foi o espaço da pequena agricultura praticada preponderantemente pelos caboclos, pelos mestiços, pelos escravos e negros manumitido.

---

[188] CORRÊA, Manoel Antônio Dantas. ***Crônica***. In: GUERRA, Phelippe & GUERRA, Theophilho. Op. cit. p. 16.
[189] Idem, idem.

O domínio da expiação cresceu na medida que a pressão da parentela foi exercida para além dos limites do patrimônio familiar. Dessa forma, gerações e gerações de descendentes dos primeiros grandes sesmeiros, foram, ao longo dos séculos, sendo expulsos do paraíso. Quem se inviabilizava como pecuarista ia para a agricultura.

O posto de vaqueiro, na fazenda, mesmo quando era desenvolvido por terceiros, por homens do povo, gozava de prestígio e distinção na comunidade. Fora constante, nas ausências do proprietário, o vaqueiro responder pelos interesses do patrão. Especialmente, quando o fazendeiro tinha mais de uma propriedade. O administrador, das posses longínquas, era a figura do vaqueiro. Como retrato e exemplo da vida social, à literatura de cordel também não escaparam esses aspectos da vida pastoril. Em outra composição cordelista digna de nota, essa situação do vaqueiro como preposto do proprietário da fazenda, como homem de muita confiança do fazendeiro, como campeiro estabelecido, por muitos anos, nos domínios de um mesmo pecuarista, está bem representada. "É por isso meus amigos/ que o meu vaqueiro admira/ me trabalha a doze anos/ e nunca me fez uma ira/ jamais houve quem ouvisse/ ele contando mentira".[190]

Essa história conta a saga do personagem Dorgival, como vaqueiro de muita confiança do seu patrão, como homem valoroso do meio rural, símbolo de brio, sinceridade, honestidade, num contraponto com os valores da cidade, considerados decadentes. "Os outros são homens nobres/ pertencem à sociedade/ são preparados nas letras/ vivem aqui na cidade/ mas, quando caem numa falta/ negam não dizem a verdade".[191] Dorgival era o administrador da fazenda e periodicamente ia à casa do patrão para deixá-lo informado da situação dos seus domínios. "Toda vez que o vaqueiro/ a seu patrão visitava/ logo depois de saudá-lo, o doutor lhe perguntava/ pelo gado e em seguida/ o boi Leitão como estava".[192] No enredo, o boi Leitão era um animal de estimação da fazenda e muito admirado, também, pelo vaqueiro.

---

[190] PAULA, Francisco Firmino de. ***História do boi Leitão ou o vaqueiro que não mentia***. In: BATISTA, Sebastião Nunes. ***Antologia da literatura de cordel***. Natal: Fundação José Augusto, 1977, p. 97. "Francisco Firmino de Paula, também conhecido por H. Rufino, nasceu em Pilar, Paraíba, e faleceu no Recife, Pernambuco, no dia 3 de dezembro de 1967. Na Paraíba residiu em Itabaiana, depois em Salgado de São Felix, transferindo-se mais tarde para São Paulo, onde sentou praça. De volta ao Nordeste, fixou-se em Recife, e ali vivia como folhetista." (idem, p. 95.).

[191] Idem, p. 97.

[192] Idem, p. 98.

Diante dos fartos elogios que o fazendeiro Crestino Gardano fazia ao seu vaqueiro, intrigados com tanta solidez de caráter, seus amigos da cidade o desafiam com uma aposta mediante uma cilada para pôr à prova a firmeza de Dorgival. Tudo acordado entre os amigos, o plano é posto em ação. Deolina, a filha do fazendeiro, era um exemplo de formosura. Conta a história que sua beleza superava a das artistas do cinema americano. Na trama, Deolina fez um jogo de sedução para chamar a atenção de Dorgival e fazê-lo matar o boi Leitão. Era esperado pelos autores da emboscada, que seduzido pelas posturas e beleza de Deolina, o vaqueiro matasse o boi de estimação do fazendeiro e depois inventasse uma estória para dar conta do desaparecimento do animal.

Dorgival resistiu a dois lances de forte sedução praticados pela donzela filha do fazendeiro, que ele não conhecia. Sempre que Deolina misteriosamente visitava o vaqueiro, seus apelos sedutores se faziam mais irresistíveis. Na terceira tentativa, o vaqueiro não suportou os encantos do corpo da donzela e cedeu aos seus caprichos. "Dorgival rapidamente/ botou no rio a jangada/ chegando do outro lado/ trouxe a moça e criada/ matou logo o Boi Leitão/ pra fazer a mesada".[193]

Depois da farra, trocas de cortesias, despedidas com abraços afetuosos, a donzela, sem dizer seu nome e de quem era filha, regressou para casa. Lá chegando, contou todo o acontecido ao pai, e mais que estava apaixonada pelo vaqueiro. No dia seguinte, acorda o vaqueiro com crise de consciência. Planeja duas ou três estórias diferentes para ir contar ao patrão e, por fim resolve falar a verdade. Pega seu cavalo, vai até a casa do fazendeiro e conta a ele todo o sucedido. Através do fazendeiro, tem a identidade da donzela revelada. Pede mil desculpas e afirma que foi respeitoso com a jovem, o que o patrão já sabia. "Doutor Cristino Gardano/ abraçou a Dorgival/ disse aos amigos: perderam/ passem logo o capital/ meu vaqueiro e minha filha/ vão dar um belo casal".[194] Como sugere essa estrofe do romance, o enredo se encerra com o casamento do vaqueiro com a filha do fazendeiro, um final de conto de fada. Essa história imagética revela em cores fortes o ***status*** do vaqueiro dentro da estrutura social da sociedade pastoril.

Ocorria, muito freqüentemente, de ocupar esse cargo, um filho de criação, um parente próximo arruinado pela sorte. Essa pesquisa se deparou com muitos exemplos de

[193] Idem, p. 99.
[194] Idem, p. 101.

vaqueiros que tinham esses vínculos familiares. Em Florânia, Dona Lindalva Araújo Cruz, viúva do finado Brás Hermes da Cruz, é um exemplo inequívoco. Segundo ela, seu esposo era filho legítimo de "Hermes Teodoro da Cruz. E o pai adotivo era João da Mata Toscano; e a mãe dele era Antonia Alexandrina Toscano, era irmã de cumpade João, ... e a mãe de criação era Tereza, Tereza da Mata".[195]

O Sr. Brás herdou terra e gado dos seus pais legítimos. Quando ficou órfão, foi morar com a sua tia e, segundo conta sua viúva, aos poucos se desfez das terras, ficando, apenas, com o gado. Durante toda a sua vida foi filho de criação e vaqueiro de João da Mata Toscano. Com a morte dos pais adotivos, seu Brás continuou vaqueiro da fazenda, que passou à administração do herdeiro, Tomas da Mata Toscano. Estava no palco do desmoronamento das fazendas, sai de lá no auge da crise daquele mundo rural. Nas recordações de memória de D. Lindalva, Brás viveu, em cores e emoções fortes, aquele drama.

No Seridó, o vínculo do vaqueiro com o proprietário fora sempre muito forte. Mesmo quando o vaqueiro foi um escravo, havia ele ganhado a confiança do seu senhor, condição sempre indispensável ao exercício da função. "Via-se o escravo com sua vestia de couro, montando cavalo de fábrica, campeando livremente, prestando contas com o filho do senhor. Centenas ficavam como feitores nas fazendas, sem fiscais, ... com o respeito ao que dissessem".[196] Em outra parte dessa narrativa, já foram citados alguns casos de vaqueiros escravos, que, naquela região, tornaram-se proprietários.

O prestígio do escravo e do mestiço campeiro, ou do vaqueiro não proprietário, não lhes conferia o mesmo ***status*** do proprietário campeador. A distinção não apenas social, se fazia presente no uso dos paramentos da vaqueirama. O cavalo, símbolo de honraria, nem sempre chegava para todos. Nas fazendas mais aquinhoadas, a montaria do patrão fora sempre escolhida entre os animais de melhor presença, porte e elegância. Também índice de ***status***, a espora, outro componente da indumentária do vaqueiro, foi um verdadeiro

---

[195] CRUZ, Lindalva Araújo. ***História de vida.*** Entrevista já citada. É importante frisar que o pai legítimo do vaqueiro Brás Hermes da Cruz, o Sr. Hermes Teodoro da Cruz, era irmão de uma figura que marcou, em alto e baixo relevo, a história daquele município: o tenente Laurentino Teodoro da Cruz. Também, é bom lembrar que o Sr. João da Mata foi o proprietário das terras e personagem da história da menina santa do monte sagrado.

[196] CASCUDO, Luis da Câmara. ***História do Rio Grande do Norte***. Natal: Rio de Janeiro: Fundação José Augusto, Achiamé, 1984, p. 45.

código de conduta social. Adentrar a casa da fazenda portando nos pés as esporas só era permitido aos muito próximos, o companheiro, o irmão, o igual, o par. Não era permitido ao vaqueiro não proprietário, fosse escravo, mestiço ou membro da parentada, portar em serviço o par completo de espora. Recomendava o respeito que se usasse apenas uma, ou a do calcanhar direito ou a do esquerdo. Essa restrição se estendia aos filhos menores de idade.[197]

Mesmo em outras paragens do Nordeste, fora comum esse ***status*** do vaqueiro. É digna de recordação, a fala de Arnaldo, personagem alencarino, quando respondia as insinuações do capitão Campelo, seu patrão, para assumir a condição de vaqueiro-mor da fazenda. Sua réplica denota o quão era importante a função. Implicava na administração de pessoal. "Não sei lidar com os homens;... Procuro o sertão, e moro nele para estar só. Mas fique vossa senhoria descansado, que se não presto para camarada ou vaqueiro, quando se tratar de o defender e acatar, a si e aos que lhe são caros, ... não tem servidor mais pronto, nem mais devoto".[198]

Como tudo que estava envolto pela tradição navegava na longa duração, o lugar do vaqueiro virou herança, função e prestígio que passava de pai para filho. O vaqueiro se integrou tanto à família patriarcal, que passou a ser parte do patrimônio da fazenda. Assim, essa dimensão do social rural, permanecia mesmo quando a propriedade mudava de mãos, passando de pais para filho, ou quando era transferida a posse a terceiros.

Esses aspectos, do lugar do vaqueiro, ficam evidenciados na história de vida de um personagem, participante dessa narrativa, nascido em 5 de abril de 1930, na cidade de Florânia, de nome João Silva Júnior (Gaúcho), filho do mais importante fazendeiro e comerciante de algodão do município (o Sr. João Silva de Medeiros), no período de 1945 a 1980. Conta ele que o vaqueiro de seu pai, conhecido por Duel, era filho de um morador de seu avô. Quando o seu pai, João Silva de Medeiros, começou a trabalhar com agricultura,

---

[197] "O cavalo de sela era privativo do cavaleiro no sertão do meu tempo e ainda contemporaneamente. Ninguém o montava sem permissão do dono. Era uma distinção notável o empréstimo a um amigo ou visitante ilustre. Comentava-se no lugar a ocorrência, digna de registro oral. Vezes o cavalo era montado exclusivamente pelo dono durante toda a existência. ...
Muitos fazendeiros do século XIX jamais permitiram que os escravos vaqueiros usassem as duas esporas, embora tivessem grandes regalias e gabos pela confiança neles depositadas. Só podiam usar uma espora, em qualquer calcanhar, mas uma só. O mesmo se dava com os filhos menores, até o pungir da barba que lhes dava a maioridade, ou o casamento". (CASCUDO, Luís da Câmara. ***Tradições populares da pecuária nordestina.*** p.76-77).

[198] ALENCAR, José. ***O sertanejo.*** p. 90.

na “Lagoinha, no terreno que era do meu avô, não é? De Idalino. Aí ele ia pra lá toda semana. (...). Tinha o pai de Duel que morava lá na Lagoinha. Então a esposa de José Soares, que era o pai de compadre Duel, era quem ia cozinhar para os trabalhadores”.[199] Pela fala de Gaúcho, é possível perceber que o vaqueiro já fazia parte da parentada, através do compadrio. Nesses aspectos, a história da vida de vaqueiro de Duel guarda semelhanças com a do Sr. Brás Hermes da Cruz.

Com o partilhamento, entre os herdeiros, das posses do Sr. João Silva de Medeiros, fato ocorrido concomitante ao desmoronamento das fazendas no sertão, e particularmente naquele município, Gaúcho ficou com a fazenda Triunfo. Confirmando a tradição, o herdeiro levou consigo, para morar em seus domínios, o vaqueiro Duel. “Morava comigo, aí você sabe, a primeira família foi embora pra Porto Velho, os filhos foram pra lá e vieram buscar ele com a mulher, aí ele disse que não ia, aí a mulher foi”.[200] Como ficou só, Duel contraiu um novo matrimônio. Tempos depois foi morar na cidade. Segundo o discurso de Gaúcho, essa situação resultou da vontade da jovem esposa de Duel, que não gostava de morar no sítio. Na época da pesquisa, o entrevistado informou que o ex-vaqueiro estava morando em Paraú-RN.

Para os sertanejos, e especialmente para o proprietário de terra, a pecuária era um negócio, onde, além de criar e multiplicar os rebanhos, estavam as operações de compra e venda dos rebanhos. Comprar barato e vender caro. Essa simples relação mercantil não representa a presença da racionalidade capitalista no mundo do sertão.[201] Essa empresa, associada aos outros elementos daquele mundo imagético-real, deslocava bem mais a noção de riqueza/patrimônio da dimensão do trabalho, da participação desse no processo de produção/formação daquela. Contribuindo, mais ainda, para aumentar o fetichismo da riqueza na mentalidade sertaneja.

Dentro dessa mentalidade instituidora de um mundo sagrado, a riqueza deslocada da sua relação com o trabalho, torna-se, pela natureza social desse próprio universo, um enigma, um destino da providência, um encontro com o acaso, mais escrito e

---

[199] Entrevista já citada.
[200] Idem, idem.
[201] É importante lembrar que os clássicos estudos de Karl Marx e Max Weber, por razões diversas, atestam a existência de relações mercantis em sociedade não especificamente capitalista. (Respectivamente, ***O Capital e A ética protestante e o espírito do capitalismo***).

previsto pela vontade divina. O cordel, como espelho e guia dessa intelecção, mais uma vez a fixou para a posteridade, como fonte documental. A história "O homem da vaca ou o poder da fortuna" do folhetista Francisco Sales Arêda[202], é grandiloqüente na ilustração. Conta o cordel, a estória de um homem que já nasceu com o encontro com a riqueza traçado. "Tem pessoa nesse mundo/ que já nasce afortunada/ embora que passe tempos/ sem poder arranjar nada/ mas depois vem a fortuna/ lhe pegar de emboscada".[203] Se a riqueza é um destino, como reza a mentalidade sertaneja, ela acontece independente do trabalho. O sujeito pode ser mesmo um preguiçoso convicto. É o caso do personagem, Joaquim Simão, da estória do cordelista. "Trabalhar p`ra que mulher?/ pois trabalho não convêm/ se trabalho fosse futuro/ jumento vivia bem/ o que tiver de ser meu/ as minhas mãos inda vem".[204]

Na história de cordel, Joaquim Simão desconstrói todas as propostas de trabalho, inventadas pela sua generosa mulher, que como tal, se deixava convencer. "A mulher se conformava/ dizendo: está muito bem/ e Joaquim Simão dizia/ esforçar-se não

---

[202] Francisco Sales Arêda nasceu em Campina Grande-PB, em 25 de outubro de 1916. Sebastião Nunes Batista, quando publicou ***Antologia da Literatura de Cordel***, em 1977, informou que Francisco Sales Arêda residia, naquele momento, "em Caruaru, Pernambuco, onde escreve, publica e vende as suas estórias". (Op. cit. p. 113-20). Arêda escreveu, entre outros, ***A carta deixada pelo Presidente Getúlio Vargas***.

[203] Idem, idem.

[204] Idem, idem. Na segunda estrofe do seu verso, o trovador diz a origem de sua história: "Por isto conto uma história/ que ouvi contá-la em trancoso/ de um homem pobre demais/ além disso preguiçoso/ casado com uma mulher/ do coração generoso." Provavelmente o poeta se refere a um conto que, na minha infância floraniense, ouvi muitas vezes ser contado e tenho na memória. Seu título: "O que tem de ser meu vem às minhas mãos". Os personagens são os mesmos, o que mudou foi o enredo. Certamente, resultado da arte de recriar adaptando, com interpolações, ao ambiente social. Era uma vez um homem muito pobre, casado e pai de uma prole de dez filhos. Era preguiçoso em demasia e toda vez que sua mulher cobrava um trabalho, ganhar alguma coisa pra dar de comer aos filhos, ele replicava dizendo: - Mulher, pra que trabalhar, se o que é de ser meu vem às minhas mãos. Um belo dia ele sonha com uma botija. Logo de manhã, contou todos os detalhes para esposa. Ela, esperançosa em sair da miséria, quis saber quando ele ia arrancar. Ao que ele respondeu dizendo: - Mulher não tenha pressa, o que é de ser meu vem as minhas mãos. E continuou deitado na sua rede a se balançar, na sua rotina de sempre. Depois de muito tempo, a mulher ficou desenganada, viu que o marido não ia mesmo arrancar a botija. Um certo dia chamou o vizinho e, sem que o marido soubesse, acertaram um plano para ir tirar o tesouro enterrado. Tudo combinado, foram eles ao local indicado pelo sonho, chegando lá, começaram a cavar. Logo encontraram, um garfo e uma colher, eram os sinais da botija, indicação de que estavam no lugar correto. Cavaram mais e encontraram o pote do tesouro. Ao abrirem o recipiente, a surpresa foi grande, no lugar do ouro, o pote estava cheio de maribondo. A mulher imediatamente disse: - fecha, fecha. Vamos levar assim mesmo. Lá em casa, vamos encontrar meu marido deitado na rede da sala e, pela janela, jogaremos o pote em cima dele e os maribondos vão ensiná-lo a trabalhar. Assim tocaram o caminho de volta pra casa. Chegando em casa, dito e feito. Estava lá o sujeito deitado a se balançar. Pela janela entreaberta foi jogado o pote. Esse ao cair se quebrou espatifando moedas de ouro para todos os cantos da sala. O preguiçoso, ao ver a mulher e o vizinho na janela, entende tudo e diz: - eu não disse mulher, que o que tem de ser meu vem a minhas mãos? O tesouro havia se desencantado.

convém/ que quando a fortuna quer/ de qualquer modo ela vem".[205] Um certo dia, um vaqueiro passando com uma boiada se compadece da pobreza da família, ao ver a mulher de Simão chorando. Aproxima-se do casebre, retira da manada uma boa vaca leiteira e doa à miserável, dizendo que o animal é pra ela alimentar os filhos com leite, todos os dias.

Com a saída do vaqueiro, Joaquim se aproxima da mulher, diz que a vaca é um bom presente mas só vai trazer trabalho para eles, por isso não convém criá-la. Assim propõe que, "é melhor eu pegar ela/ e pra cidade levar/ que aparece **negócio**/ para vender ou trocar/ eu sendo negociante/ a gente vai melhorar".[206] Nessa estrofe, além da desdenha ao trabalho, por parte do personagem principal, fica explícito, também, que, para a tradição, negócio ou negociar não é trabalho.

Para executar sua idéia, Joaquim vai à cidade negociar sua vaca. No caminho até o vilarejo, faz três transações: primeiro trocou a vaca num burro, em seguida, trocou o burro numa cabra e, depois, trocou a cabra num galo. Já chegando na vila encontra um sujeito com um pacote de pão. Com ele, realiza a sua última troca, recebe o pacote e 10 mil reis pelo galo. Retornando para casa, depara-se com dois trocadores, falando dos seus feitos durante o dia. Começa a conversar, diz que também é trocador e relata os negócios feitos naquele dia. Tomando conhecimento da história da vaca, os desconhecidos põem em dúvida a generosidade da esposa do Simão, dizendo que ela não perdoaria o que ele fez.

A discussão se estabeleceu entre os três homens. Diante das trocas tão mal sucedidas, aqueles dois homens de negócio não podiam acreditar na capacidade da mulher de Simão se conformar com tamanha perda: uma vaca trocada por um pacote de pão e 10 mil reis. Depois de alguma teima, um deles resolve desafiar Simão. "Pra isto vamos fazer/ uma aposta sem demora/ dez contos em seus 10 mil reis/ nós casa o dinheiro agora/ se ela não reclamar/ você vai ganhar na hora".[207] O novo trocador não titubeou, fechou a aposta e o dinheiro casou. Assim seguiu a comitiva, apostadores e testemunhas, para a casa de Joaquim.

A densidade social dessa história é visível. É um mergulho no mundo imagético-real da sociedade rural pastoril, da mentalidade tradicional. A recriação, a partir do conto de exemplo, tudo indica, permitiu ao poeta adaptar a história ao ambiente do

[205] Idem, idem.
[206] Idem, idem.
[207] Idem, idem.

sertão, interpolando elementos da vida cotidiana do sertanejo e reencenando os valores sagrados do catolicismo popular. Como demonstra o enredo, o encontro de Simão com a fortuna, não se deu no mundo dos negócios, como ele pensava. Faltou-lhe, inicialmente, a astúcia para o comércio, condição, considerada, indispensável para o exercício daquela atividade e, tida pelo imaginário sertanejo, como meio de amealhar riqueza.

A fortuna o espreitava na generosidade da esposa. Uma das virtudes femininas cultuadas no ideal de dama mulher dos folhetos de romance, ou da literatura tradicional. O poeta Francisco Arêda se esmera em muitas estrofes, para demonstrar a quanto era generosa a esposa do personagem principal de sua trama. A prova de fogo da firmeza dos valores da mulher de Simão é o próprio desfecho do enredo. Chegada a comitiva ao destino, Joaquim se apresenta, contando para sua companheira, todos os negócios que tinha feito, um de cada vez. Diante dos apostadores, que assistiam a tudo, a mãe dos filhos de Simão acatou todas as trocas que o marido realizou, sempre acomodando, a cada situação um argumento positivo. O amigo do apostador, "um companheiro lhe disse/ - ta vendo meu camarada/ perdeu seus dez contos agora/ ou aposta dura danada/ pra você ver o que é/ uma mulher conformada".[208]

O epílogo da trama, a moral da história é que a esposa do personagem se mantém inabalável, apesar das agruras da pobreza, na conduta da generosidade, um valor sagrado dentro da tradição, isso levou seu marido, sem esforço e sem trabalho, ao caminho do sucesso. "Ali passou o dinheiro/ Quinca disse: muito bem/ minha velha nós agora/ vamos ser ricos também/ bem que eu disse a fortuna/ quando quer proteger vem".[209] Como se pode deduzir, nesse espectro cultural, a riqueza assume um conteúdo enigmático. As lendas de botijas são multidões no imaginário sertanejo. Dentro da mentalidade sertaneja, as botijas são os maiores exemplos imagéticos da riqueza como um encontro casual, mas merecido, com a sorte.

No sertão do Seridó potiguar, a partir do século XIX, passou a ser maior a densidade demográfica sobre a estrutura fundiária e a riqueza patrimonial da família. Sem dúvida, isso também contribuiu para aumentar geometricamente a pobreza. Nesse contexto,

[208] Idem, idem.
[209] Idem, idem.

tudo indica, caíam bem as fábulas dos tesouros encantados, como discursos fundantes da explicação da riqueza de alguns, naquele mundo de despotismo patriarcal tão rígido.

Desassociada de qualquer cálculo operacional, da racionalidade do trabalho, a riqueza perde sua dimensão coletiva de empreendimento social. Ela é a sorte de um afortunado, de um merecedor da proteção divina, da ajuda providencial. Como dentro da tradição, o homem não existe como indivíduo, mas como membro da família, com a qual se liga por relações, igualmente, sagradas. A riqueza se transforma num patrimônio da família, dos seus descendentes legítimos.

Igualmente frouxa era a demarcação das horas do dia, o começo da jornada laboriosa, os intervalos para as principais refeições, fim do dia de trabalho. Tudo seguia o ritmo da natureza e dos animais. Uma hora da madruga, era o primeiro canto do galo. O quebrar da barra indicava cinco horas da manhã, o sol fora, seis horas. Doze horas eram o pino ou pingo do meio dia. A hora da assombração, das visagens, indicava noite velha, ou vinte e duas horas.[210] O tempo da tradição contém princípios do naturismo e do animismo.

Com a lei de demarcação das terras (1850), o advento do algodão, como agricultura comercial, o fim da escravidão, a mentalidade sertaneja se desgasta em relevo mas não muda a forma, o tempo identitário da tradição continua sendo o líquido do aquário, onde navegam os atores sociais do sertão rural. Sua forma de ser e de viver o mundo da reprodução social. O confronto com a modernidade, advinda com a dinâmica da cotonicultura comercial, com o desenvolvimento das cidades, com a influência do mundo moderno, em muitos aspectos contribuiu para a persistência dessa mentalidade no campo, se espraiando sempre, e perdendo força, até a urbe.

Em terras do Seridó potiguar, no decorrer da primeira metade do século XX, a meia em forma de quarteação, como pagamento do vaqueiro, perdeu força, especialmente, nas fazendas onde houve algum melhoramento dos rebanhos. Porém, em geral, os vaqueiros continuaram com o direito de possuir e criar, nas terras do patrão, seu pequeno rebanho de bovinos e, principalmente, caprinos, ovinos e outros.

Quando João Silva Júnior (Gaúcho) narra o momento que o vaqueiro Duel, o velho apascentador dos rebanhos de propriedade de seu pai, e naquele momento, vaqueiro

---

[210] Ver a respeito da cronometria completa das vinte e quatro horas em CASCUDO, Luis da Câmara. ***Tradições populares da pecuária nordestina.*** p. 11.

seu por herança, comunicou-lhe que pretendia ir morar na cidade, abandonar o campo, e ele o aconselha a não tomar aquela atitude, sua fala revela o direito, esse direito do vaqueiro, de criar seu pequeno rebanho nos domínios do patrão. “Aí quando foi em 97, 97 foi, ele disse: ‘compadre eu vou comprar uma casa’, – tinha gado, ele vendeu o gado e comprou uma casa – eu vou morar na rua’. Eu disse: compadre Duel não vá não rapaz. Aqui você cria, você tem sua vazante...”.

Algo semelhante se encontra na narrativa de outro personagem desse sertão rural desmoronado. Dona Lindalva conta o que foi feito para ir morar na cidade. Todo um passado teve de ser deixado para trás. “O gado, o gado ele vendeu, e compramo essa casa, e acabou com tudo lá. Aí eu sei que, mas a gente vivia bem lá no sítio. Cumade Tereza era muito boa pra nós, cumpade João, que Deus nosso senhor um dia vai recompensar eles, viu”.[211]

O desuso da quarteação não foi total. Com pequena margem de dúvida, se pode dizer que, parte desses rebanhos, de propriedade dos vaqueiros, revela o emprego parcial dessa parceria entre o campeiro e o fazendeiro. Em 1960, na Chapada do Apodi, sertão Oeste do Rio Grande do Norte, um grande estudioso do Nordeste encontrou a quarteação reinando absoluta naquele lugar[212].

No Seridó, a incorporação da cotonicultura pelo sertão não foi automática, foi lenta e deve ter começado pelos pequenos e médios proprietários. Os pecuaristas tradicionais resistiram, por algum tempo, para aderir ao seu cultivo. A parceria utilizada na pecuária e na agricultura de subsistência passou a ser, também, a forma trabalho do cultivo do algodão, expandindo a vida social dos moradores nas fazendas sertanejas.

Para os proprietários, a inclusão da produção algodoeira nos seus domínios, associando algodão/gado, foi uma maneira de fortalecer o velho negócio de comprar barato e vender caro. Quase todos os proprietários passaram a ser financistas, à moda antiga, de seus moradores, e alguns, de seus moradores e dos pequenos proprietários da localidade. Foi o sistema que eles, os sertanejos seridoenses, chamavam de “fornecimento”. Em Florânia, o Sr. João Silva de Medeiros, pai de João Silva Junior (Gaúcho), entrevistado por

[211] CRUZ, Lindalva Araújo. Entrevista já citada.
[212] ANDRADE, Manuel Correia de. ***A terra e o homem do Nordeste.*** p. 151.

esse trabalho, foi um desses grandes financistas que estendiam seu poder de fornecimento/compra para além de suas propriedades.

Dessa forma, estar no mundo da pecuária e dos negócios era viver no éden. Gozar dos privilégios e ***status*** que a tradição conferia a seus atores sociais. Por outro lado, viver da agricultura e dos serviços de consumo da fazenda, era viver do trabalho, renegado socialmente, sem muito reconhecimento social. Inicialmente, esse foi, por excelência, o território dos índios, caboclos e escravos. No decorrer do século XIX, a intensificação do processo de parcelamento das propriedades representou para gerações e gerações de descendentes de antigos sesmeiros o empobrecimento, a queda, a expulsão do paraíso. Isso porque o trabalho manual e agrícola não tinha valor social.

Nessa circunstância, pobreza e trabalho se associam. O desdém cultural e social a esses dois aspectos correntes no ambiente do sertão faz com que eles se misturem tanto nas representações dos sertanejos, que, via de regra, são tomados como sinônimos. Na literatura popular, por excelência, rede discursiva da mentalidade do sertão, o trabalho manual e agrícola é citado com freqüência nos folhetos de romance, nas histórias de amor. O rapaz ou a moça pobre, geralmente filha ou filho de trabalhador manual ou agricultor, que se apaixona por alguém nascido entre os ricos. Nesses cordéis, os enredos trilham sempre na mesma direção, a pobreza ou a condição de trabalhador, de pertencer à classe dos pobres, como um obstáculo social ao sucesso do cupido. Embora o desfecho do enredo termine, quase sempre, em tragédia, o sentido dessa é para castigar a interdição do amor como elemento sagrado.

Como foi visto, os versos de Francisco Sales Arêda, poeta dos sertões nordestinos, da primeira metade do século XX, sem meias palavras, reencenam o trabalho naquelas paragens como não produtor de riqueza. Como coisa de bruto, de animal. O jumento como símbolo de trabalho, de rusticidade, insucesso: “se trabalho fosse futuro/ jumento vivia bem...”. Outro trovador, contemporâneo de Arêda, Antônio Teodoro dos Santos[213], rima seus versos no mesmo diapasão. Para ele, o trabalho é coisa de quem não tem inteligência. “A gente que não tem crânio/ só quer viver do trabalho:/ o carapina no

[213] “Antônio Teodoro dos Santos, também conhecido por ‘Trovador Jaguarari’, nasceu no Município de Jaguarari, Bahia, em 24 de março de 1916. Poeta popular. Durante algum tempo trabalhou em garimpos. Pertence à classe dos bons trovadores, tendo publicado a maioria dos seus folhetos na Editora Prelúdio, em

serrote/ o ferreiro bate o malho/ mas, eu, que tenho cachola/ minha arte é meu baralho." Para o poeta, reflexo e refletor do seu tempo, o trabalho é para quem não tinha "crânio", "cachola". Nessa estrofe, ele coloca a astúcia, a esperteza como fuga da maldição do trabalho para aqueles que têm inteligência. Alias, essa última é tomada como sinônimo da astúcia.

Copiografando o contexto social dos sertões de Antônio Silvino, - segundo Câmara Cascudo, o cangaceiro gentil-homem - seu biógrafo cordelista, Francisco das Chagas, mapeia os lugares, e seus respectivos atores, dignos de reconhecimento social, dentro do universo sertanejo. "Ali se aprecia muito/ um cantador um vaqueiro,/ um amansador de potro/ que seja bem catingueiro./ um homem que mata onça/ ou então um cangaceiro".[214] O trabalho, o trabalhador rural e os serviços manuais não foram lugares de cavaleiro. Não era nobre. Não tinham reconhecimento social, não mereciam destaque na literatura popular. Não podia ser diferente, essa literatura foi parte do tecido cultural daquele povo, sua seiva espiritual.

No desafio dos cantadores esse ***status*** do trabalho tem representação inconteste. Na fala desafiada de um dos contendores, o trabalho é uma maldição, uma penitência, o lugar dos perdedores. No combate, Sebastião de Enedina diz para Zé Euzébio, "eu agarro um cantador/ arranco os dentes e o queixo/ entro no nó da guela/ toda barriga remexo/ viro de papo pra cima/ enquanto bulir não o deixo". Por sua vez, e na seqüência das estrofes, aquele responde, com um remoque direto: "cantador que eu pegar/ chora soluça em meus pés/ vai trabalhar alugado/ ganha por dia um dez reis/ todo fim de mês recebe/ de saldo trezentos réis".[215] O labor, nesse caso, é o troféu do derrotado, do humilhado, prostrado aos pés do vencedor, ou subjugado pelo destino.

Dona Lindalva Araújo Cruz, que como agricultora e esposa do vaqueiro de João da Mata Toscano, em Florânia, esteve no centro das operações de desmonte das fazendas naquele município, nascendo numa família de moradores, da propriedade do tenente

---

São Paulo. Por ocasião da morte do Presidente Getúlio Vargas, escreveu um folheto do qual foram vendidos 280 mil exemplares." (BATISTA, Sebastião Nunes. Op. cit. p. 25.).

[214] BATISTA, Francisco das Chagas. Op. cit. p. 03. Esse poeta popular faleceu aos 26 de janeiro de 1930, em João Pessoa, capital da Paraíba, onde residia há mais de duas décadas.

[215] "'O desafio de Sebastião de Enedina com Zé Euzébio' foi publicado pelo poeta popular Firmino Teixeira do Amaral, em Recife. Não creio na existência dos dois adversários mas o debate é característico pela agilidade e agudeza dos remoques. Os cantadores começando pelas 'colcheias', passaram às 'décimas' e terminaram nas parcelas de dez pés". (CASCUDO, Luís da Câmara. ***Vaqueiros e cantadores.*** p. 282).

Laurentino, desde muito jovem trabalhou na agricultura. “A gente fomos criado na agricultura, lá no sítio no Condado, num sabe, o tenente veio. Nós se criamos acolá. Agente trabalhava lá, papai ainda era vivo, agente era dez filhos. Naquele tempo ninguém tinha emprego”.[216] Na fala de Dona Lindalva, há uma separação entre emprego e trabalho. Sua locução contrapõe emprego a trabalho. Essa distinção não é apenas lexical. Sua dimensão antagônica é temporal e social.

Dada a natureza de economia familiar patriarcal da fazenda, o tempo trabalho do morador, dos seus filhos, dos agregados, dos médios e pequenos proprietários e seus descendentes, todos os agricultores de condição, havia uma lógica contínua que não separava o trabalho de consumo da família do trabalho produtivo, no sentido de trabalho produtor de excedente social. Dentro daquele mundo rural, o trabalho, pelo olhar da cronometria, tinha um dispêndio maior para o consumo do que para a produção de excedente. Isso não nega o fato da produção social estar apoiada na produção familiar. O que ocorre é que, para os atores desse fazer social, a parcela do trabalho produtivo era subsumida no trabalho de consumo, ou familiar. Para além do consumo, os frutos desse trabalho eram diminutos, reforçando a sua negatividade no mundo das representações.

Nessas circunstâncias, o trabalho é encarado como uma tirania, um fardo insuportável. “Mais rapaz, a gente trabalhava demais. Eu acho que, assim mulher, trabalhar mais do que nós, cinco moças, papai botava no eito, no serviço. Agente tinha dia, que agente só faltava, ia chorando pro serviço”.[217] São fortes essas frases de Dona Lindalva. Na sua fala, não há outro lugar para o trabalho. Ele era algo indesejável. Coisa da qual se faria tudo para fugir, escapar. Uma atividade selvagem ou desumana, pouco recomendável como exemplo de vida. “Aí a gente ia, trabalhava, apanhava algodão, plantava, fazia tudo. A gente cavava até cacimba, viu. Era uma vida doida. A gente vivia assim, sei lá. Até quinze anos, a gente era uma vida, uma vida de índio. A gente trabalhava como bicho. Papai, ele tirava o couro e espichava”.[218]

É notável como Dona Lindalva ao rememorar a sua vida de agricultora – ela atualmente está aposentada – associa trabalho agrícola como coisa de índio, de bicho. Dessa forma, sua fala dá visibilidade à desqualificação social do trabalho, revelando a

[216] CRUZ, Lindalva Araújo. ***História de vida.*** Entrevista já citada.
[217] Idem, idem.
[218] Idem, idem.

temporalidade do trabalho dentro da tradição e, abre uma janela para o passado, os primórdios da vida sertaneja, quando o trabalho braçal, a lida agrícola ou o labor propriamente dito, como era concebido pela mentalidade do sertanejo, fora deixado como atributo das raças vencidas e subordinadas ao processo colonizador.

Não é preciso ressaltar que os processos agrícolas, praticados no Seridó potiguar, como de resto em todo o sertão nordestino, foram heranças ameríndia e africana. No instante em que as fazendas derrocaram, de modo preponderante, os proprietários agricultores, os moradores, os meeiros ainda praticavam, como herança dos seus ancestrais ameríndios e africanos, a velha agricultura rústica e predadora dos recursos naturais. Quando a crise se instala, a lavoura comercial e a de subsistência tinham sua produtividade assegurada pelos combalidos recursos naturais, da terra e do clima.

Dona Lindalva conta que depois que casou com o Sr. Brás Hermes da Cruz, continuou a trabalhar na agricultura. Ele "era vaqueiro, lutava só com gado, e eu ajudava também: juntava as fruta..., apanhava feijão... Aí eu sei que a minha vida sempre foi essa, a vida grosseira".[219] Quando na sua locução, ela diz que o seu esposo "lutava só com gado", é claramente uma distinção social importante que essa sertaneja está fazendo. A percepção desse fato fica evidente, mais adiante, nas entrelinhas da sua narrativa. O maior orgulho dessa agricultora é ter criado seus dez filhos, estudando sem trabalhar. "Eles num pisava em roça, as meninas, os meninos tudo no estudo".

Para tal intento, contou com a ajuda dos seus patrões, compadres e pais de criação do seu esposo. É o que revela Dona Lindalva em sua fala: "eles foram pra mim, foram uns pais, tanto pra mim como pro meus filhos. Eles dero todo estudo a eles".[220] Além do compadrio e do parentesco, a condição de vaqueiro do Sr. Brás favoreceu à educação dos seus filhos. É essa, a distinção que a fala de Dona Lindalva estabelece quando ela frisa que seu esposo cuidava só de gado. De certa forma, não trabalhava, cuidava de gado.

Algumas vezes, quando esse tempo identitário se confrontou com outros valores do trabalho, gerou desconforto e estranhamento social aos atores presentes à situação. José Evaristo de Araújo Neto, fazendeiro do Seridó e munícipe do Caicó, falando de sua experiência, relata o estranhamento que sua prática ocasionou na região nos idos de 1966.

[219] Idem, idem.
[220] Idem, idem.

O Sr. Evaristo, naquela época, era recém-chegado do Estado de Minas Gerais, lugar onde foi fazer uma graduação em técnicas comerciais. Ao chegar, assumiu o controle direto da propriedade da família, herança deixada pelo seu pai. “Eu quando cheguei em 1966, eu tinha vinte dois anos, já casado, eu causava muita vergonha a muita gente, muita. Porque eu trazia meu queijo, na minha camioneta da fazenda. Ora, eu trazia na minha camioneta, o meu queijo, as minhas frutas e, abria a tampa da camioneta ali e, e retalhava. Naquele tempo, viche, foi um choque pra sociedade. Muitas pessoa chegava e dizia: ‘como é que você faz uma vergonha, isso é uma vergonha.’ Agora eu num achava que isso era uma vergonha, porque lá no Sul todo mundo fazia isso, né?”.[221]

Mas por que esse estranhamento? A própria fala do Sr. Evaristo tem a resposta adequada. Ela resume o tempo trabalho da tradição em uma frase: “esse dito que tem aqui que, quem tem as coisas num é pra trabalhar”.[222] Ou seja, o trabalho como coisa dos despossuídos, dos malditos, dos caídos em desgraça, dos vencidos e subjugados pela sorte, pelo destino.

Entretanto, o Sr. Evaristo, apesar de trazer outro valor, “porque o trabalho dignifica”, diz ele, ter tido outras experiências, fora do sertão, não significa que esteja totalmente fora da temporalidade tradicional. Em sua fala, em tom de nostalgia, rememora o que ele chama de “pacto da solidariedade”, que existia no sertão antigo. Em outro ponto da sua narrativa, num diálogo com o entrevistador, ele contrapõe o tempo trabalho da tradição ao tempo trabalho da sociedade de mercado, onde impera a competição social. “Você tá na universidade, uma pessoa letrada, uma pessoa polida. Mas, ou você pisa na cabeça de teu colega, ou então ele vai pisar na tua, quer dizer é uma competição. Pelo amor de Deus rapaz, isso aí acaba o sentido religioso seu, o sentido social fraterno acabou-se tudo. O homem passa a ser uma máquina, um bicho que vive em competição, né”? Que detração mais contundente do trabalho competitivo na sociedade de mercado! E essa convicção se sustenta do território da tradição. Para esse personagem seridoense, a sociedade competitiva destrói a solidariedade conhecida no mundo rural.

---

[221] ARAÚJO, José Evaristo. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Caicó, 2000. 1 fita cassete (120 min.). José Evaristo de Araújo Neto é descendente dos Nóbrega, uma das tradicionais famílias do Seridó, já citada nesse trabalho. Ele próprio se considera herdeiro de 400 anos de experiência agropecuária na região.
[222] Idem, idem.

Como se pode deduzir dos discursos dos personagens dessa trama, mas, igualmente de outras fontes[223], na agricultura, como parte do mundo do trabalho rural sertanejo, também não havia nenhum critério de racionalização da produtividade. Afora o cálculo da meia em forma de meação, de terça ou de quarteação, e eventualmente o desqualificado trabalho alugado, naquele universo, o que imperava era a subjetividade imaginária da tradição: a gratidão, como moeda universal das trocas rurais, e a solidariedade sertaneja.

Aliás, a solidariedade em forma de mutirão era uma constante nas emergências da produção social daquele mundo, ou quando urgia preparar um terreno, brocar um roçado, joeirar o algodão. Sempre que era necessário muito trabalho em um espaço de tempo curto, o sertanejo vencia esse obstáculo com o trabalho coletivo, ao invés de um disciplinamento sistemático do trabalho. "A gente molecote pastorava gado. E quando começava a chover a gente começa a trabalhar em roçado, né? Aí lá vinha a safra; fim de ano a gente ia trabalhar em cerca, fazia tudo. Era bom porque era muita gente. Às vezes a gente se juntava, trocava os dias assim uns com o outro, era aquele batalhão de dez, doze, quinze, dezoito pessoas".[224]

Nesse ambiente de trabalho, motivado pela cooperação simples, sobressaia-se o lúdico, a prosa, a brincadeira com o próprio trabalho ou com o perigo que ele suscitava. Assim, o sertanejo vencia os obstáculos do trabalho sem submeter o corpo à exaustão do trabalho intensificado. Na pecuária a vaquejada foi o exemplo maior, o espelho desses costumes. Na rotina agrícola dos sertanejos, são antológicas as reuniões noturnas, com a presença de muitas pessoas, nas casas de fazenda, para a debulha do milho e do feijão. Muitos casamentos, muitas estórias, contos tiveram origem ou se propagaram nesse ambiente.

Como o vaqueiro, o agricultor do sertão potiguar foi senhor de si mesmo na organização diária de sua jornada de trabalho, na escolha das tarefas primeiras, do ritmo imprimido diariamente ao labor, na seleção dos procedimentos e metas de produção. Em

---

[223] ANDRADE, Manuel Correia de. Op. cit. pp. 147-81. ARAÚJO, Douglas. ***Surgimento e decadência das oficinas de carne seca do RN***. Natal: CCHLA/UFRN, 1994.

[224] TOSCANO NETO, Francisco. ***História de vida.*** Entrevista já citada. Esse agricultor é filho do Sr. Eduardo Toscano, que foi também entrevistado por essa pesquisa. Os dois foram moradores do financista João Silva de Medeiros, até o desmonte das fazendas.

vez de uma sistematização da jornada de trabalho, o que prevalecia era o pragmatismo improvisado ao sabor do consuetudinário, no momento último das demandas novas e antigas. Sair desse tempo trabalho e, adotar novos procedimentos nas atividades rurais, foi um obstáculo, que o sertanejo, chumbado na tradição, nunca se aventurou por iniciativa própria.  A mentalidade da tradição é infensa à racionalidade mercantil, ela abre uma fresta ao simples negócio de comprar barato e vender caro, mas com ressalvas.

# PARTE IV

## O CORTEJO DA TRADIÇÃO, SEUS CONFRONTOS E PERMANÊNCIAS: A DINÂMICA DO MUNDO RURAL

# O CORTEJO DA TRADIÇÃO, SEUS CONFRONTOS E PERMANÊNCIAS: A DINÂMICA DO MUNDO RURAL.

**“Levanta agora os olhos, e olha desde lugar onde estás, para o norte, para o sul, para o oriente e para o ocidente: porque toda esta terra que vês, te hei de dar a ti, e a tua descendência para sempre” (Gênesis 13,14-15).**

**“Pouquíssimos títulos de propriedade, se investigados, se revelariam livres de máculas, no longo processo de conquista, roubo, intriga política, favoritismo palaciano, extorsão e poder do dinheiro” (WILLIAMS, Raymond: 1990, 74).**

Esse trabalho, ao olhar o mundo rural dos caicoenses e floranienses, sertanejos do Seridó potiguar, fez um esforço para compreender a dinâmica social do campo. Haja vista as condições históricas do desenvolvimento da região, esse empreendimento implicou transpor a cortina do mundo urbano mercantil, que frutificou, quase que concomitante e de forma simbiôntica, com o espaço campestre. Diante das condições históricas do lugar, sem essa obstinação para conseguir verter a visão do campo, o máximo que se obtém é uma narrativa que toma a cidade pelo campo, fazendo crer ao leitor que o território da propriedade rural é o império do mundo mercantil. Engessada assim, a observação perde a especificidade da fazenda como territorialidade da tradição. Esse tem sido o leito comum de muitas observações sobre os sertões. Essa pesquisa forçou o leme para transpor a cachoeira mercantil.

O curso da sociedade rural, no Seridó potiguar, obedeceu à lógica dinâmica da tradição. Neste sentido, apesar de algumas modificações ocorridas ao longo do domínio da mentalidade tradicional e do desgaste, no tempo, do seu relevo, no geral foram mantidas as características daquele tecido social fundado pelo tempo imaginário e pelo tempo identitário expostos nas páginas anteriores. Essa narrativa contém, nesse vagão, uma descrição sucinta dessa trajetória, incluindo-se aí os seus principais embates com o espaço urbano, como lugar dos signos modernos cooptados pela dinâmica mercantil. Como será possível perceber, esses confrontos roubaram do campo os seus filhos letrados, o que

poderia ter sido a sua seiva inovadora, prolongando ali a tradição. Dessa forma, o campo não se transformou, não incorporou as invenções que chegavam até as cidades mais próximas e, no entender dessa pesquisa, essa situação contribuiu para prolongar a vida da velha estrutura da fazenda até o seu desmonte final, que ocorreu, nos anos oitenta do século XX, como foi visto aqui.

### 4.1. Na apropriação inicial da terra, o horizonte fora o limite

No começo, após o destroço das comunidades ameríndias, os currais de gado dominaram a paisagem. A casa da fazenda passou a ser o centro das atenções, tanto dos colonos, quanto das duas etnias subordinadas e colocadas na retaguarda social daquele mundo rural. A autoridade do proprietário, espécie de patriarca à moda antiga, foi o núcleo pulsante e aglutinador da fazenda, da família – leia-se, parentela - e da sociedade.

A constituição do patrimônio familiar, sustentáculo e garantia da prosperidade dos descendentes, era o vetor propulsor da fazenda, a unidade básica daquela sociedade que se firmava em solo sertanejo. Nesse sentido, os escravos e os agregados também faziam parte dos domínios da fazenda. Os escravos como parte dos bens da família, e os agregados, espécie de homens semilivres que contraíam relações de obrigações recíprocas com o proprietário da terra.

A sesmaria, de três léguas de fundos e uma de largo, inicialmente, é a medida oficial dos currais, sem cercados, para a criação dos rebanhos. Na região estudada, os principais protagonistas dessa história da curralada, quase todos, já foram mencionados por essa narrativa. Para o contexto dessa parte do trabalho, será mencionada, como dinâmica da expansão do patrimônio, a gana desses personagens em solicitarem e adquirir novas posses de terra. Os já citados estudos sobre os principais inventários do final do século XVIII e início do século seguinte revelam que, na região, quase nenhum colono se contentou em adquirir apenas uma sesmaria. Outros colonos, ainda não citados, serão arrolados no enredo.

Entre os povoadores trazidos em preamares pela corrente povoadora que rompeu a fronteira do extremo sul do Rio Grande do Norte, espraiando-se naquela área, a partir da serra da Borborema na Paraíba, indo fixarem-se depois do rio Acauã, figura o nome de

Cosme de Abreu Maciel, "que em 1743 já possuía fazenda no Passaribu e em 1754 obtinha sesmarias em Rossaurubu, no lugar onde hoje demora a cidade de Florânia".[1] Na verdade, pelas informações de Cascudo[2], pode-se concluir que esse antigo sesmeiro vinha adquirindo terras desde 1726, como os sítios Patacurá, Maçaritã, Periquito e Riacho da Luisa. Esses domínios foram legalizados em 1756, segundo suas datas de sesmarias.

Os dados dos autores referidos, que trabalham com as mesmas fontes, não divergem entre si. Através dessas informações, constata-se que as posses do Sr. Cosme de Abreu incluíam vastas terras. Elas se estendiam do atual município de São Vicente à cidade de Florânia. Portanto, vastas aquisições realizadas no decorrer de trintas anos.

O capitão Domingos Alves dos Santos das Lajes possuía sua fazenda sede no município de Vila do Príncipe (atualmente, o local é distrito de Ouro Branco, município desmembrado do Caicó), e posses que se espalhavam por quase todo o Seridó. Duas de suas propriedades foram os sítios do Quinquê e Luzia, encravados no atual município de São Vicente, outrora vila de Flores (Florânia). Outra propriedade sua, o sítio Catururé, da velha Vila do Príncipe, fica onde hoje é o município de Jardim do Seridó.

O estudo existente sobre esse velho colono do sertão do Seridó potiguar não indica a data de sua chegada naquelas paragens. Em seu inventário, datado de 17 de setembro de 1793, consta que o capitão Domingos possuía oito sítios nas ribeiras seridoenses do Rio Grande do Norte[3]. Pelas informações do documento, dá para se afirmar com segurança, que as posses desse patriarca foram formadas por nove Datas. Quatro sesmarias com tamanho oficial, ou seja, "três léguas de comprido com uma de largo"; duas com "légua e meia de comprido e uma de largo", e mais duas com "três quartos de comprido com uma de largo".

A fonte estudada informa que dessas sesmarias, quatro foram concessões oficiais das administrações do Rio Grande do Norte e Paraíba, duas foram compradas e, quanto às demais, as informações não são muito precisas. Observa-se que o sítio das

---

[1] SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. ***Acari: fundação, história e desenvolvimento***. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1974, p. 33.

[2] ***Nomes da terra: geografia, história e toponímia do Rio Grande do Norte***. Obra já citada, especialmente as páginas 182-83 e 253-55.

[3] "Aos 17 de setembro de 1793, tinha início o inventário dos bens deixados pelo proprietário das Lajes, com a chegada à casa de morada da fazenda, do juiz de órfãos do termo da Vila do Príncipe (Caicó), o licenciado Gonçalo Correia da Silva." (MEDEIROS FILHO, Olavo. ***Velhos inventários do Seridó***. Brasília: Gráfica do

Raposas é formado por dois lotes de terras: um de légua e meia quadrada e, outro de, três léguas quadradas de terra. Mas, no montante dessa posse, cita o inventariante ter em parte os "herdeiros do defunto José Diniz e os herdeiros, filhos do defunto Inácio Gomes".[4] A forma de aquisição, o documento não revela. Já que existe a presença de terceiros com posses de herança, é possível que o Capitão tenha adquirido aquelas terras, comprando a outros herdeiros.

Algo semelhante ocorreu com as informações do sítio denominado As Verdes, conformado por três léguas quadradas de terra. Diz o registro, que nessa área, a única benfeitoria que existia na data do inventário, fora feita "por um herdeiro deste monte, João Gualberto Rosa, e houve por título de compra de uma Data, que dela fez, ao Reverendo Padre José da Costa Soares, extraída da Sesmaria do Governo da Paraíba do Norte".[5] Como é possível perceber, por esses informes não fica claro como o sítio As Verdes passou para o domínio do capitão Domingos, se comprado ou adquirido por concessão oficial. Caso tenha sido concessão oficial, não se informa o destino do herdeiro João Gualberto.

No estudo citado, o inventário do Sr. Domingos das Lajes é um dos poucos daquela época em que constam, de forma mais detalhada, as dimensões dos domínios do inventariante. Pelos dados, o autor das investigações, calculou que o capitão, quando da sua morte, "possuía dezesseis léguas e meia quadradas de propriedades".[6] Pelas informações da mesma fonte, dá para se imaginar que as posses desse patriarca do Seridó potiguar iam além dos limites descritos com precisão. O caso do sítio Tutóia, uma das suas propriedades, é um exemplo lapidar. Fixadas as suas fronteiras conhecidas, de três quartos de léguas quadradas, acrescenta: "com as sobras que se acharem na compreensão das mesmas terras, cuja sobra ignora quanto tem de comprimento e de largura, e somente sabe que nelas tem um logradouro com currais, cuja Data de Sobras foi havida do Governo da cidade da Paraíba".[7] Esse não é o único exemplo de sobras amealhadas no rol dos bens de raiz desse personagem. O que indica que o território curraleiro do Sr das Lajes foi maior que as dezesseis e meia léguas quadradas conhecidas.

---

Senado, 1983, p. 179-80). A parte do estudo sobre o inventário do Capitão Domingos Alves dos Santos, das Lajes, está nas páginas 179 a 188 da obra citada.

[4] Idem, idem.

[5] Idem, idem.

[6] Idem. Idem.

[7] Idem, idem.

Certamente, o Sr. Domingos Alves dos Santos não adquiriu todo esse patrimônio de uma só vez. Deve ter ocorrido com este ator o mesmo que aconteceu com o Sr. Cosme de Abreu Maciel. As sesmarias concedidas pelas autoridades da colônia e as outras adquiridas de herdeiros, mediante pagamento em dinheiro, foram amealhadas ao longo de algumas décadas. Essa lógica se confirma como regra quando se olha para outras escavações feitas nesse canteiro comum, para a história de outros atores locais e da mesma época.

Em outro trabalho de Olavo de Medeiros, onde ele relaciona, pela ordem numérica e cronológica da concessão, as sesmarias do coronel de milícias Caetano Dantas Correia, é constatável que, entre a primeira solicitação/concessão, a 306 na ordem numérica, datada de 13 de novembro de 1742, e a última aquisição de número 897, de 12 de fevereiro de 1788, passaram-se quarenta e seis anos, quase meio século[8]. Faz-se necessário ressaltar que a posse, de fato, dessas terras, algumas vezes antecedia a sua concessão oficial. E esta, em muitos casos, era solicitada para legalizar o domínio da propriedade, tendo sido feita a sua posse anterior, mediante a compra ou ocupação, como ocorriam com as famosas "sobras". Os demais inventários dos grandes proprietários da região tocam nesse mesmo diapasão.

Não se deve esquecer que a formação de um bom patrimônio, em terras, foi favorecida, também, pelo fato de que as condições técnicas para ocupação/criação de gado se limitavam basicamente à apropriação da natureza "livre", especialmente depois do desmantelamento sangrento e do "apaziguamento" das tribos ameríndias do sertão seridoense. Para aquela façanha, não se realizava basicamente nenhum custo operacional, quando muito a construção da casa sede ou residência para o vaqueiro administrador, quando se tratava de muitas posses. O controle patrimonial dos rebanhos era feito pelo sistema de ferra, símbolo da fazenda ou as iniciais do nome do patriarca, cauterizados, com ferro incandescente, no lombo, nas orelhas, nos membros dianteiros ou traseiros dos animais. Foram os valores do cavaleiro, as apartações e a ferra que deram origem às vaquejadas, hoje um esporte muito praticado em todo o Nordeste.

---

[8] MEDEIROS FILHO, Olavo. ***O coronel de milícias Caetano Dantas Correia, um sesmeiro do século XVIII***. In: DANTAS, Dom José Adelino. ***Homens e fatos do Seridó antigo***. Garanhus: 1977, p. 67-70.

Nos documentos históricos, no rol dos bens de raiz, chama a atenção o predomínio, quase absoluto, da expressão “um sítio de terras de criar”. Geralmente quando aparece a referência “terra de plantar”, são propriedades em áreas serranas. O que comprova o grande domínio dos currais de gado no semi-árido seridoense, a exclusão da agricultura das áreas de pastoril. Confirmando, para esse trabalho, a hipótese de que, inicialmente, a agricultura ficou restrita às regiões serranas e – de clima mais ameno e terras mais férteis para a agricultura –, a elas se dedicaram o ameríndio sobrevivente ou aliado do colono e seus descendentes mestiços.

Contando com terras “despovoadas”, que foram transformadas em currais, e pastos naturais em abundância, as espécies de gado introduzidas na região vão se multiplicar seguindo os imperativos dos anos e do clima. Da ribeira do Acauã (Acari) vem um exemplo ilustrativo de como prosperavam os rebanhos da região. Em 1789, ano da morte e do inventário do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque, havia em suas propriedades de “mais de seis léguas e um quarto quadradas, 1.066 bovinos, 85 cavalares, 42 caprinos.”[9] Esses dados corroboram a informação do velho cronista Manoel Antônio Dantas Correia, que se referindo as condições do rebanho, no ano anterior à grande seca de 1777-78, regista em sua crônica a existência, na localidade, de fazendeiros que recolhiam por ano 500 bezerros[10].

O crescimento do rebanho foi sem dúvida um dos ditames que moviam a secura por muita terra. Porém é dever ressaltar que como a riqueza era um patrimônio sagrado da família, o grande número de filhos de um mesmo casal, com certeza impulsionava o patriarca a ampliar seus domínios, preocupado com a segurança futura dos seus descendentes. Os inventários são ricos em detalhes, no que diz respeito à herança, ao partilhamento do espólio deixado aos membros da família, e aos dotes das filhas que se casavam durante a vida saudável dos chefes familiares. Sem dúvida, esse era um aspecto permanente da ação constitutiva do patrimônio rural do sertanejo. Tanto é verdade que todos eles, aos primeiros sinais de doença grave ou velhice avançada, providenciavam seus testamentos.

---

[9] MEDEIROS FILHO, Olavo. ***Velhos inventários do Seridó***. Brasília: Gráfica do Senado, 1983, p. 151.
[10] Crônica por diversas vezes citada neste trabalho.

Conceder dote e deixar herança aos descendentes é uma questão de honra do chefe de família. Uma tradição que sobrevive neles, em reminiscências, apesar da morte da velha estrutura da fazenda agropecuarista. Dos entrevistados dessa pesquisa, principalmente pequenos e médios proprietários, muitos informam possuir terra, sozinhos ou em herança com irmãos, sem dela fazerem uso, porém se recusam a se desfazer da mesma. Preferem deixar para os filhos tal decisão.

No tocante à herança, vezes acontecia de o testamento/inventário, ao defini-la, apenas regularizar com ajustes os dotes distribuídos às filhas ou o adiantamento de propriedades e bens aos filhos que se casavam durante a existência saudável do patriarca e de sua consorte. O testamento do capitão-mor Cipriano Lopes Galvão (o segundo do nome), nascido em 1750 e falecido em 1813, é um dos poucos que foram resgatados na íntegra pela pesquisa de Olavo. Atesta o documento que as filhas do capitão, todas casadas antes da sua elaboração, foram agraciadas com dotes pelo seu pai. "Declaro que oito das minhas filhas que tenho Casado dotei mais ou menos... com porção igual de oito centos mil reis a cada huma, em bens moveis, e de raiz...".[11]

No que diz respeito aos descendentes masculinos, especialmente os casados, declara o testamenteiro: "os meos filhos que até hoje tem Casado me são devedores, huns mais, outros menos, segundo constar dos meos asentos, e confio que tudo ajuizarão fielmente sem lezão de suas consciências como muito lhes encarrego...".[12]

O caráter patrimonial e familiar da riqueza, das fazendas de criar, também salta aos olhos por outros aspectos dos inventários. Além dos rebanhos, propriedades e outros imóveis, eram igualmente divididos entre os descendentes do varão e da matrona, as jóias em ouro e prata, os móveis e utensílios da casa, da fazenda, e os pertences pessoais dos falecidos, incluindo, em muitos casos, as melhores roupas do perecido.

O estudo do pesquisador Olavo sobre a riqueza dos patriarcas falecidos nos séculos XVIII e XIX revela que os pertences em ouro e prata estiveram presentes em todos os testamentos. O louro metal e a prata serviam para ornar a honra e o ***status*** da família patriarcal. Além disso, para aqueles sertanejos, esse patrimônio em metais preciosos

---

[11] Testamento do Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão do Totoró in: MEDEIROS FILHO, Olavo. ***Velhos inventários do Seridó***. pp. 202-206.
[12]Idem, idem.

funcionava como uma espécie de reserva de valor da família, ou entesouramento. Como reserva, servia para sanar agruras nos tempos de secas[13].

Essa riqueza entesourada se destaca, em volume razoável, nos documentos dos maiores patrimônios inventariados no período. Na relação dos bens do sargento-mor Felipe Moura e Albuquerque – inventário de 14 de março de 1789[14] -, morador do sítio Belém, na ribeira do Acauã (Acari), constam vinte e um itens em ouro, no valor de 170$040 (Cento e setenta mil e quarenta reis) e seis itens em prata, correspondendo a 45$890 (Quarenta e cinco mil e oitocentos e noventa reis). Montante que na época correspondia, pelo valor médio de uma vaca parideira, 2$560 (Dois mil, quinhentos e sessenta reis), a um rebanho de oitenta e quatro cabeças.

Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, moradora do Tororó de Cima (município do Acari, depois Currais Novos), sepultada na capela de N. S. da Guia do Acari, em março de 1793, deixou para serem inventariados dezenove itens em ouro, valendo 105$680 (Cento e cinco mil, seiscentos e oitenta réis) e, 14 itens de prata no valor de 38$040 (Trinta e oito mil e quarenta réis). Se fosse converter esse montante do valor do ouro e da prata em gado, pelo valor de uma vaca, quatro anos atrás (2$560, Dois mil, quinhentos e sessenta réis), corresponderia a um rebanho de cinqüenta e seis quadrúpedes. Ocorre que D. Adriana faleceu no último ano da grande seca de 1791-93, quando os rebanhos da região haviam se reduzido a um oitavo do seu tamanho, e o valor do bovino estava inflacionado, custando uma vaca mais de três vezes o preço pago em 1789, ou seja, 8$000 (Oito mil réis). Os estragos no plantel da região, causados pela seca, podem ser constatados no mesmo inventário. Quando D. Holanda faleceu, suas propriedades chegavam a seis léguas e três quartos quadradas de extensão e tinham em seus domínios apenas "oito bovinos, vinte e três caprinos e nove cavalares".[15]

Os itens, expressando o montante de ouro e prata, contêm, em muitos casos, mais de uma unidade do metal precioso representado. Exemplificam bem essa afirmativa os

---

[13] "...: tudo deu pasto à usura e à perversidade; taes especuladores houve [na seca de 1845], taes traficantes de occasião appareceram que se locupletaram comprando por diminuto preço, e com lesão enormissima, escravos, ouro e prata em obras; houve barril de mel de furo que adquiriu escravo em paga; sacca de farinha que obteve ricos trastes de ouro e prata;..." (LUIZ MANOEL e BARÃO DO ASSÚ. ***Notas sertanejas***. In: GUERRA, Phelippe & GUERRA, Theophilo. Op. cit. p. 27-8.

[14] MEDEIROS FILHO, Olavo. ***Velhos inventários do Seridó.*** p. 151-162.

[15] Idem, ibid. p. 166.

talheres[16] em prata e os pares de esporas. Por outro lado, é digna de nota a presença constante das esporas fundidas em prata. Uma prova de como o sertanejo do Seridó potiguar, apascentador de gados, caprichava na sua indumentária. Vez encontra-se, naqueles documentos, a existência de arreio em prata e esporas do mesmo metal; essa última lavrada em ouro. Sem dúvida, esses paramentos são ícones incontestes da honra e do primor do cavaleiro daquele sertão. Atestado inequívoco de como se cultuava ali os valores cavalheirescos, como indica o mundo imaginário do sertanejo.

O uso dessa indumentária foi mantido pelos pecuaristas do Seridó, por todo o século XIX. Essa afirmativa pode ser comprovada pelo depoimento em livro, do seridoense Juvenal Lamartine de Faria, que a 09 de agosto de 1874, nasceu na fazenda Rolinha, – nesse mesmo ano a região se desmembrava da Vila do Príncipe, tornando-se município, com a denominação de Serra Nega do Norte – aí vivendo até os oito anos de idade, quando seus pais se transferiram para a sede do jovem município. Na cidade de Serra Negra do Norte, residiu até os seus dezesseis anos, quando em 1891 foi para Natal, estudar no Ateneu Norte-rio-gandense. Segundo esse personagem, os arreios e esporas em prata, foram um luxo masculino que não se limitou ao induto animal. O garbo fazia parte também, da vestimenta do cavaleiro. O fausto de alguns foram botas de couro da Rússia e cabo de chibata, além, é claro, das fivelas dos arreios e esporas de prata. “Orgulhosos em manejarem rédeas de fogosos e esquipadores cavalos que ‘passeavam’, em parelhas, pelas ‘ruas’, numa disputa e exibição de homem e animal, ..., estafavam à sombra de uma árvore ou alpendre para ‘gavarem e serem gavados’...”.[17] Com os mais fastos, em suas viagens a negócio, “conduziam um pagem – negro bem vestido e de confiança – para tratar do cavalo e trazer sempre limpo e luzidios os arreios de sua montaria”.[18]

O século XVIII foi, talvez, o período mais promissor da pecuária dessa região. Contava a produção dos rebanhos com a demanda de seus produtos e subprodutos, de todo o mercado interno em formação, da colônia. O mercado da pecuária sertaneja era formado

[16] “Um faqueiro, com seis colheres de prata, seis garfos de cabo de prata, seis colheres pequenas de prata, de chá, uma colher de prata de sopa, grande, uma escumadeira de prata, uma colher pequena, de prata, de tirar açúcar, um garfo grande, com cabo de prata, uma faca com cabo de prata, com o peso, tudo, de trezentas e noventa e cinco oitavas, e a caixa a seis mil reis” (Inventário do capitão-mor Cipriano Lopes Galvão – o 2º do nome – do Tororó. In: MEDEIROS FILHO, Olavo. ***Velhos inventários do Seridó.*** p. 201-14.).
[17] LAMARTINE, Juvenal. ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 30.
[18] Idem, idem.

pela demanda por animais de força para os engenhos trapiches do litoral, animais de transporte e carga, pelo consumo de carne fresca e carne seca, pela procura de subprodutos como couro cru e *couro* curtido. Nesse contexto surgiram as oficinas de carne seca de Mossoró e Açu, no Rio Grande do Norte, as de Aracati, no Ceará e as do Piauí[19].

A carne seca produzida no Estado abastecia os principais centros açucareiros do Nordeste, Pernambuco e Bahia, a região dos minerais preciosos de Minas Gerais e, esporadicamente, foi exportada para o Rio de Janeiro e até mesmo Lisboa. Com a seca de 1790-3 e a emergência do Sul produtor de carne de charque, as oficinas potiguares foram fechadas[20]. Acredita-se que tal acontecimento desligou a pecuária local do impulso mais dinâmico do mercado colonial que se formava naquele momento, afetando também a pecuária do Seridó.

### 4.1.1. A fazenda fora quase um paraíso terrestre

Os sesmeiros e povoadores do Seridó, no Rio Grande do Norte, residiram, desde o começo, em seus domínios, em suas próprias fazendas. Só entregaram suas propriedades à administração de terceiros, no caso um vaqueiro, quando suas posses foram para além da capacidade de gestão pessoal ou dos seus descendentes. Durante todo o século XVIII, o pastoril favoreceu àqueles sertanejos levar uma vida doce e folgazã, condizente com os ideais do cavaleiro honrado, do patriarca israelita. As atividades dos proprietários se limitavam aos cuidados com os rebanhos que, naquele período e por quase todo o século seguinte, nessa região, foram criados soltos, pastando em vastas áreas sem limites de cerca ou de propriedades.

No primeiro século pecuarista, os donos de grandes manadas não se preocupavam com a produção de gêneros alimentícios, nem com a sua provisão para enfrentar os períodos de escassez dos rebanhos, geralmente os períodos de secas. Fazendo jus a sua visão de mundo, limitavam-se a extrair da natureza os víveres que ali sobejavam, “e mesmo por estar ainda o sertão inculto, havia abundancia de caça e mel silvestre”.[21] O

---

[19] ARAÚJO, Douglas. ***Surgimento e decadência das oficinas de carne seca do RN***. Natal: UFRN/CCHLA, 1994.
[20] Idem, idem.
[21] CORREIA, Manoel Antônio Dantas. Op. cit. p. 14.

crescimento da família e os rigores freqüentes das secas, parece ter incutido-lhes a necessidade de providenciarem reservas de alimentos em suas despensas.

Durante os dois primeiros séculos de povoamento do Seridó, a aquisição de mantimentos, foi feita através de um tênue intercâmbio mercantil com os serranos das proximidades e moradores dos brejos paraibanos. Em 1841, durante as dificuldades geradas por chuvas irregulares e peste na lavoura, a relação entre os sertanejos pecuaristas e os produtores de alimentos das serras foi vista por uma ótica que enseja a tensão da situação: "falham os 'serristas' e os contractos mais firmes sobre legumes. Em outubro continua a grande carestia de víveres, ...; os lavradores das serras rejeitam soberanamente a moeda papel, e escolhem na prata, que é rara, escrupulosa e loucamente a que lhes convem".[22]

Esses dados referenciados podem dar a entender que, dentro do período discutido agora, o abastecimento de gêneros serranos, por parte dos sertanejos, só ocorreu em tempo de vacas magras. Não foi isso que sucedeu. Como foi dito, não produzindo seus víveres regularmente, os proprietários do sertão muniam-se de produtos agrícolas, sempre daquelas fontes. "Apartado o inverno, era tempo de mandarem suas tropas de muares à serra do Teixeira onde o milho era pago a quinhentos réis a cuia de dez litros; dos brejos paraibanos vinham o feijão que custava seiscentos réis... e, a farinha de mandioca, quatrocentos réis".[23] A tradicional rapadura, o açúcar de todas as misturas e receitas do sertanejo, vinha do oásis cearense. Por ser o doce de todas as horas do sertanejo, a rapadura consumida foi sempre em volume maior que o do açúcar propriamente dito e, "era adquirida nos engenhos do Cariri, no Ceará".[24] Nas últimas décadas do século XIX, com a açudagem desenvolvida pelos sertanejos, muitas fazendas passaram a produzir a rapadura para o autoconsumo e venda do excedente.

Em termos de posse territorial, não se pode precisar qual a real dimensão da ocupação da região, ao término do século XVIII. O que se observa pela leitura dos testamentos e inventários é que os topônimos geográficos citados dão conta de que todo o Seridó já havia sido praticamente apropriado pela fome sesmeira dos colonos e a de seus primeiros descendentes, principalmente as terras dos dois municípios – Vila do Príncipe (atual Caicó) e Flores (atual Florânia) – escolhidos como espaços privilegiados de

[22] LUIZ MANOEL & BARÃO DO ASSÚ. Op. cit. p. 26.
[23] LAMARTINE, Juvenal. ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 43.
[24] Idem, idem.

observações dessa pesquisa. Por outro lado, é sabido através dos Anais da Biblioteca Nacional, volume XI, que em 1775, toda a freguesia do Seridó contava com setenta fazendas[25].

Esses mesmos dados são comentados por Juvenal Lamartine, citando um rol de desobriga do padre Brito Guerra, escrito de próprio punho em 1807. Para esse memorialista escritor, as informações parecem coincidir[26]. Por essas duas fontes, é verossímil afirmar que em fins do século XVIII e início do XIX, na região do Seridó, reinavam quase absolutas as grandes propriedades.

### 4.2. O crescimento da parentela esfacela a grande propriedade

No Seridó, ao longo do século XIX, o crescimento em proporções geométricas da parentela patriarcal, converteu-se em aumento populacional, contribuindo para o partilhamento dos grandes currais de gado. Esse fato fez aumentar a importância dos agregados parceiros da fazenda, criando as bases do trabalho para a futura cultura algodoeira. Pelas informações de Andrade e Lamartine, no último quadrante do século XVIII, a população da região contava com três mil cento e quarenta e sete (3.147) habitantes.

Esse crescimento populacional na área rural da região, por suas características particulares, criou a média e a pequena propriedade. Pelas condições culturais, sociais e de clima, o parcelamento da grande propriedade, ao invés de formar uma camada social média, gerou o empobrecimento das famílias. Dado o caráter familiar e patrimonial da riqueza e da produção, o aumento populacional, melhor dizendo, da descendência, proporcionou uma pressão intramuros da riqueza campestre, causando seu esfacelamento.

Assim, pode-se dizer que no Seridó potiguar, dado o caráter da sua formação, o aumento populacional, que no âmbito local foi predominantemente um aumento da

---

[25] ANDRADE, Manuel Correia de. ***A produção do espaço norte-rio-grandense***. Natal: UFRN/Ed. Universitária, 1981. p. 24.

[26] "Era, na verdade, um documento de maior interêsse para o estudo do passado dos nossos sertões, porquanto detalhava além do nome da fazenda, os seus proprietários com as respectivas idades, inclusive a dos filhos adultos e dos escravos" (LAMARTINE, Juvenal. ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 55-6). Após fazer essa deferência ao documento do Padre Brito, o autor entrecruza aquelas observações, citando os dados dos Anais da Biblioteca Nacional, os mesmos com que Andrade trabalhou.

população do campo, contribuiu mais para o fortalecimento da tradição do que para o desenvolvimento de trocas mercantis.

A presença da média e pequena propriedade já se fazia sentir a partir do meado do século XVIII. Dois inventários atestam o acontecido. Trata-se dos bens inventariados de Inácio da Silva de Mendonça, do Caicó, e Manoel Pereira Bolcão do Roçarubu (Florânia). O primeiro, processado em agosto de 1754, e o segundo, em abril de 1773. Inácio da Silva, como já foi dito em outra parte desse trabalho, era vaqueiro da fazenda do Quipauá, na ribeira do Seridó, do capitão José Gomes de Melo. Talvez, por esse motivo, sua propriedade não possuía casa de morada e benfeitorias. As dimensões da propriedade não constam do documento, apenas seu valor presumido de 300$000 (Trezentos mil réis)[27].

Nos autos inventariantes de Manoel Pereira, também só consta o valor da terra, que na avaliação processual alçou 50$000 (cinqüenta mil réis). Esse senhor criava, no ano da sua morte, um rebanho de 317 bovinos e 5 cavalares[28]. Considerando os dados dos inventários desses dois seridoenses antigos, pode-se dizer que as duas propriedades variavam, em tamanho, de média à pequena.

É curioso notar que Inácio da Silva não morava em suas posses. Como atestam as informações do seu testamento, mesmo possuindo sessenta bovinos, vinte e sete cavalares, vinte caprinos, e uma escrava, além da terra, ele preferiu continuar trabalhando como vaqueiro do capitão Manoel Gomes, e nas terras desse senhor criar seu gado. Esse fato confirma o prestígio social, do qual desfrutava o vaqueiro no Sertão do Seridó potiguar, condição sintonizada com o seu mundo imaginário.

A origem da propriedade de Manoel Pereira não é dita no documento. Ao contrário do que informa o testamento de Inácio da Silva, sua propriedade resultou de um dote que Joana Batista Bezerra recebeu do seu pai, quando com o vaqueiro contraiu núpcias. Naquele tempo, esse fato já fora um pequeno indício do papel que os dotes e o partilhamento, via herança, passou a desempenhar ao longo do século XIX e seguinte, na formação da pequena propriedade na região. Se por um lado, não foi dito como Manoel Pereira adquiriu o sítio Roçarubu, ao mesmo tempo, sabe-se que seus cinco filhos dividiram

[27] MEDEIROS FILHO, Olavo. ***Velhos inventários do Seridó.*** p. 131-6 e 145-7.
[28] Idem, idem.

entre si uma pequena propriedade, cabendo a cada um uma quantia em terra no valor de 10$000 (dez mil réis), o que, com certeza, inviabilizou-os como pecuaristas independentes.

Observando os inventários e testamentos, os dados que indicam o fracionamento das propriedades têm uma dimensão de peso social e econômico. A maioria dos grandes proprietários citados até agora nesse trabalho, e outros que também constam dos estudos referenciados aqui, apresentam numerosa descendência com a qual os seus patrimônios foram partilhados em pequenas propriedades. O crescimento da descendência tem início com a geração dos filhos. Na maioria dos casos, esses antigos patriarcas deixavam uma prole de dez, quinze e até vinte filhos. A partir daí o número de parentes crescia numa proporção quase geométrica.

Ilustrando a narrativa, destacam-se alguns exemplos de famílias numerosas. O sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque, falecido por volta de 1789, homem possuidor de mais de seis léguas quadradas de terras e um rebanho bovino de mais de mil cabeças, legou à ribeira do Acauã uma descendência de dez filhos, todos agraciados pelo inventário com bens da fazenda do falecido. Também, grande proprietário, o capitão Domingos Alves dos Santos, sepultado em 16 de março de 1793, foi outro que deixou uma grande prole. Seu casamento semeou o Seridó com treze filhos. No estudo sobre as antigas famílias da região, Olavo de Medeiros apurou os descendentes do capitão Domingos, da segunda geração, e contabilizou quarenta e seis netos[29].

Esse trabalho não poderia deixar de falar do patriarca Antônio Garcia de Sá. Falecido, em agosto de 1755, deixou como descendência direta, onze filhos, vinte e oito netos e trinta e quatro bisnetos, segundo os números da genealogia de Olavo de Medeiros. A fazenda Quimporó, de Antônio de Sá, ficava localizada no Riacho Salgado (ou Quinquê), nas proximidades de São Vicente[30], antigo município de Flores. Segundo Olavo, o velho Garcia possuía outra propriedade. Os descendentes de Antônio Garcia se casaram com os descendentes da família Medeiros (capitão-mor Manuel de Medeiros Rocha) da Fazenda Remédios (atual município de Cruzeta), e com as filhas de Tomás de Araújo Pereira do Acari. Até os anos oitenta do século passado, uma parte da população de Florânia era formada por essa numerosa parentela dos Medeiros, Araújo e Garcia. Também por essa

[29] ***Velhas famílias do Seridó***. Brasílias: Gráfica do Senado, 1981. (Ver especialmente o cap. 6).
[30] Idem, p. 287-309.

razão, seus descendentes que se enredaram na política local mandam naquele município, desde o final do século XIX até os dias atuais.

Manoel Antônio Dantas Correia, deveras aludido nesse trabalho, pelas informações deixadas em crônica, sobre sua terra natal, foi filho do coronel Caetano Dantas Correia, prolífero sertanejo seridoense. Além de Manoel, nasceram dezoito irmãos, - nove filhas e dez filhos – dos quais, foram criados dezessete. Dom Adelino e Olavo Medeiros fizeram um detalhado estudo sobre esse patriarca povoador da região. Seu inventário é um índice seguro dos procedimentos no partilhamento do patrimônio familiar, após a morte do seu chefe.

Como já foi dito, as posses do coronel Caetano Correia, foram formadas por sete sesmarias, todas no Seridó, mas requeridas em lugares e datas diferentes, ou seja, não eram terras contínuas. Mesmo assim, essa situação não impediu que fossem retalhadas as suas fazendas ou sítios, como eram chamadas. Ocorreu, na maioria dos casos, ser dividido em até doze partes iguais para contemplar o consuetudinário direito isonômico dos filhos, como rezava a tradição patriarcal daquele lugar.

O sítio Carnaúbas, fazenda sede, lugar onde residiu o coronel, durante toda a sua existência no Seridó potiguar, foi dividido em onze partes, distribuídas entre os filhos José Antônio, Josefa, Gregório, Alexandre, Silvestre, Manoel Antônio, Maria, Simplício, Caetano e Francisca. A décima primeira parte coube à viúva. Algo semelhante ocorreu ao sítio do Cuité (na Serra do Cuité), o mesmo foi partilhado em doze partes consignadas à viúva D. Josefa e aos filhos Micaela, Francisca, Caetano, Simplício, Maria, Manoel Antônio, Maximiana, Silvestre, José Antônio, Gregório e Alexandre[31]. É denotativo o fato de que, segundo contagem, mediante dados, incompleta, do historiador e linhagista, Olavo Medeiros, os bisnetos do coronel Caetano, somaram noventa e sete[32]. Para o seu sogro, Tomaz de Araújo Pereira, o mesmo trabalho apurou, entre registros de nascimentos e atestados de óbitos, sessenta e oito netos e duzentos e sessenta bisnetos. Pode-se imaginar o quão as terras originárias desses senhores foram partilhadas.

O peso da descendência esfacelando a grande propriedade pode ser depurado, ainda, de dois exemplos de grandes famílias da região. A sogra de Manoel Antônio Dantas

[31] DANTAS, Dom José Adelino. ***O coronel de milícias Caetano Dantas Correia:*** um inventário revelando um homem. p. 33-5.
[32] Idem, p. 71-78.

Correia (o cronista), família fundadora de Santa Luzia, na Paraíba, cidade vizinha ao Seridó potiguar, que falecera em 1840, contava na época com treze filhos, cento e sessenta e seis netos, trezentos e setenta e oito bisnetos e quarenta e seis trinetos, perfazendo um total de seiscentos e três descendentes[33]. Em 1860, data da fundação, pelos descendentes de Atanásio Fernandes de Morais, da povoação que deu origem a atual cidade de Florânia, o núcleo principal dessa parentela era formado por vinte e dois filhos e quatrocentos e oitenta e dois netos e bisnetos, somando um total de quinhentos e quatro descendentes[34].

A maioria dos inventários citados até aqui pertence à segunda metade do século XVIII e primeira do XIX. Porém, o fenômeno do partilhamento/fracionamento das propriedades, via herança, foi imperecível por todo o século XIX e seguinte. Sua dinâmica e efeitos alcançaram as fazendas até o seu desmoronamento e não morreu com ele, sobrevivem entre as famílias sertanejas dos municípios estudados. Principalmente nas de tamanho e costumes tradicionais.

Na segunda metade do século XIX, a revelação do parcelamento das propriedades pode ser conferida através dos dados dos inventários de 1850/1890, da Vila do Príncipe (Caicó), investigados por uma pesquisa de pós-graduação[35]. Esse estudo escavou, entre papéis bolorentos dos arquivos de cartório do município, quatrocentos e onze inventários, quinhentos e sessenta registros de terras realizados em 1896, e trezentas e oitenta e quatro escrituras de compra e venda de terras. Considerado o estado de conservação dos inventários, apenas trezentos e oito foram submetidos à análise[36].

O quadro de herdeiros apresentado pelo citado trabalho é contundente no que diz respeito à perspectiva dessa narrativa da morte do sertão antigo. Para o montante dos inventários, cento e vinte e sete tiveram entre seis a nove herdeiros; setenta contaram de dez a quatorze; dezesseis contabilizaram mais de quinze heranças distribuídas. Só essas faixas, que vão de seis a mais de quinze herdeiros, correspondem a duzentos e treze inventários. Representando 70% dos trezentos e oito perscrutados.

---

[33] Idem, p. 26.
[34] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra.*** p. 182.
[35] MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. ***Vila do Príncipe – 1850/1890, sertão do Seridó: um estudo de caso***. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985. Embora o trabalho seja moldado dentro do escravismo, como enfoque explicativo, os dados apresentados fogem àquele escopo. Assim sendo, uma releitura dos mesmos serve aos propósitos teóricos dessa narrativa.
[36] Idem, ibid. p. 82-107.

Tomando a média de herdeiros de cada faixa, e levando-se em consideração que quarenta e um inventariados não possuíam terras, é factível afirmar que, no decorrer desse período, através da herança, duzentos e sessenta e sete proprietários deram lugar a cerca de dois mil ou mais herdeiros, potencialmente, novos proprietários de terras[37]. Aproximadamente, essa foi a dimensão registrada do fracionamento das terras no município de Vila do Príncipe no decorrer da segunda metade do século XIX. Apesar de não se dispor dessa mesma fotografia do município de Flores, como se pode deduzir de outros indicativos, mais adiante discutidos, nada impede de se dizer que algo semelhante ocorreu ali.

Os efeitos do fracionamento da terra podem ser medidos pelas fontes que registraram a quantidade de propriedades na região. Como já foi citada, a primeira informação sobre as propriedades do Seridó registra que em fins do século XVIII e início do seguinte, contava a região com setenta fazendas. Em meados do terceiro quarto daquele século, ou seja, em 1862 somavam os seridoenses 622 fazendas, com 16.500 cabeças de gado produzidas no mesmo ano[38].

Apesar da Lei de terras ter sido instituída em 18 de setembro de 1850, tornando compulsório o registro das propriedades em cartórios, em Vila do Príncipe (Caicó), e com certeza em todo o Seridó, essa regra legal só começou a ser cumprida na prática pelos proprietários, a partir de 1896[39]. Nesse ano, foram registradas como propriedades do município 560 fazendas.

Quando se volta o olhar para os dados sobre a quantidade de propriedades de toda a região, observa-se que, em pouco mais de seis décadas, as 70 fazendas do início do período considerado se metamorfosearam, via heranças, em 622. Deslocando o foco ocular apenas para Vila do Príncipe, destaca-se que, tendo se passado pouco mais de três décadas, o município já tinha praticamente se igualado, em número de propriedades, à situação de

---

[37] As faixas dividem os documentos de 1 a 2 herdeiros, 23 inventários; de 3 a 5 herdeiros, setenta inventários; de 6 a 9 herdeiros, 127 inventários; de 10 a 14 herdeiros,70 inventários, mais de 15 herdeiros, 16 inventários; sem especificação, 2 inventários. Pela ordem de apresentação as médias de herdeiros são 1,5; 4,0; 7,5; 12,0; 15,0. Dentro de cada faixa foi subtraído, em termos proporcionais, o percentual correspondente aos inventários de não proprietários de terra. Esses cálculos chegaram a 2035 herdeiros.

[38] LYRA, Augusto Tavares de. ***Corografia do Rio Grande do Norte***. (cidade?): 1911, p.285.

[39] É digno dessa descoberta o trabalho de Maria Regina Mattos. Escavando os arquivos de cartórios daquela cidade, a pesquisadora encontrou o livro de número um com o registro de sua abertura naquele ano. Op. cit. p. 86.

toda a região no ano de 1862.

A existência, em 1896, de 560 propriedades no município de Vila do Príncipe não atende as expectativas de fracionamento das terras locais, sugeridas pelo quadro de herdeiros nos inventários das quatro décadas pesquisadas (1850-1890) por Maria Regina Mattos. Com base nos dados apresentados naquele trabalho, essa pesquisa estimou ter sido de cerca de dois mil o número dos herdeiros que, pela aplicação direta do direito de herança, tornaram-se proprietários, o que foge ao número de fazendas registradas naquela data.

Isso se deve a vários fatores. Pelas condições da época, é possível que muitos proprietários, naquele primeiro ano de registro, em cumprimento de uma lei, em vigor há mais de quarenta anos, tenham deixado de legalizar suas terras. Essa ilação deriva do fato de que, mesmo nos casos das 560 propriedades registradas, as informações sobre os seus tamanhos, limites e demarcações eram precárias, ou praticamente, não existiam. Atesta Mattos: "a medição e demarcação das terras, no município de Caicó, transcorreu de maneira muito lenta, uma vez que mesmo em 1896 somente 198 registros de terras têm os limites e áreas das propriedades especificadas".[40] Possivelmente, entre os pequenos proprietários, foram maiores as dificuldades de legalizar suas posses, sem falar na possibilidade de muitos herdeiros de pequenos lotes se encontrarem fora, tentando a vida em outra região.

Pelos modos da tradição, muitos casamentos diminuíam o impacto do fracionamento da terra. Nos inventários, atestados de óbitos, registros de casamentos, trazidos ao lume da história local pelas pesquisas citadas, proliferam contumacíssimo os exemplos de matrimônios entre descendentes de pais proprietários de terras. O que acarretava, no mínimo, em duas heranças que podiam ser contabilizadas como uma única propriedade. Além disso, muitos são os exemplos de casamentos onde os nubentes eram primos coirmãos. Núpcias de tios com sobrinhas ou vice-versa foi acontecimento comum naquele solo de muito sol e pouca chuva.

Outro hábito muito corriqueiro, entre os que contraíam novos casamentos, após a viuvez, era casar com o cunhado ou a cunhada, conforme o caso, desde que, o ou a nubente fosse futura herdeira. Também, nessas circunstâncias, o casal teria dois lotes

[40] Op. cit. p. 87.

herdados, formando uma única propriedade. Enfatizando mais uma vez, raros foram os casos de viúvas herdeiras de terras que não encontraram um novo casamento, independente da idade. Para alguns personagens sertanejos, esses aspectos do casamento, não raro, diminuíam o impacto do fracionamento das propriedades.

Além da abundância documental comprovando esses acontecimentos, do passado mais distante, na vida matrimonial dos sertanejos seridoenses, as entrevistas realizadas por essa pesquisa atestam a sua longa duração e permanência desses costumes entre os entrevistados ou de seus ascendentes. “Eu fui criado no sítio... Aos sete anos eu vim pra Florânia, meu pai, Nicolau Ramos de Oliveira, já tinha casado pela segunda vez, por sinal com uma irmã da minha mãe, Dona Helena, que é minha madrasta”.[41] Dessa forma, o Sr. Nicolau teve direito a duas heranças, uma como viúvo da primeira herdeira falecida, e a outra como esposo da segunda irmã, também herdeira.

Outro exemplo, que corrobora e dá densidade verossímil ao quadro narrado, é o caso do Sr. Francisco Nobre de Almeida. Floraniense, nascido em 1899, viveu todo o século XX naquele município. “Os Lopes Galvão são da família da minha mulher, Liduina dos Galvão de Currais Novos. Você conheceu Antônio Lopes da Pitombeira? Era meu sogro. Eu casei com duas irmãs”.[42] Segundo o entrevistado, com a herança e o trabalho de agrimensor, possibilitaram-no a formação de uma propriedade de 1.400 hectares. Mesmo quando as heranças não eram em terras contínuas, a permuta e outras negociações procedidas favoreciam a formação de uma propriedade.

Quando faleceu a mãe de Manoel Conrado de Araújo, ele e seus doze irmãos vivos se tornaram minifundiários. O sítio Fechado, que outrora havia sido repartido em quinhões maiores entre os descendentes dos Garcia, a partir de então, para aquele ramo dessa linhagem, a terra encurtou em demasia. Nessa mesma época, seu Manoel Conrado já estava casado com Natália Amélia Bezerra de Araújo, viúva de Silvino Garcia de Medeiros, de quem herdara duas propriedades, nesse tempo, situadas no município de Angicos,

---

[41] OLIVEIRA, Nicomar Ramos de. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.). Dos seus pais, esse sertanejo floraniense herdou uma propriedade de 200 hectares. Começou a trabalhar nessa terra desde os anos cinqüenta. Foi vereador, pelo município, por mais de um mandato, prefeito uma vez na década de oitenta. No último pleito municipal foi eleito vice-prefeito.

[42] ALMEIDA, Francisco Nobre. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Natal, 2000. 1 fita cassete (120 min.). Dezesseis meses após essa conversa, em agosto de 2001, o sr. Francisco Nobre de Almeida faleceu faltando, três meses para completar 102 primaveras.

denominadas São Vicente e Papagaio. Por esse motivo, seu Manoel deixou a parte que lhe tocaria para ser dividida entre os seus irmãos[43], diminuindo o número das pequenas propriedades que surgiram dessa partilha.

Muitos descendentes, num esforço hercúleo, conciliando interesses divergentes de mais de uma geração, evitavam cair na enxurrada do partimento da propriedade. Ficavam explorando a terra como uma comuna familiar. Os senhores Sebastião Eloi Galvão (Lolo) e Manoel Lopes Sobrinho contam um exemplo dessa saga sertaneja. "Sou de uma família grande. Todos moravam lá. ... Porque nossos tios, nossos irmão, nossos primo moravam tudo em Pitombeira".[44] Observa-se que mais de uma geração foi mantida unida no sítio Pitombeira. Essa afirmativa ganha mais força quando, com base em informações de outras fontes, pode-se deduzir que o sítio dos Lopes foi uma herança de um neto do capitão-mor Cipriano Lopes Galvão (o 2º do nome) do Totoró, Manoel Lopes Galvão. Esses dados podem indicar um tempo maior dessa comunidade familiar.

Alguns descendentes, além de manter a unidade da fazenda, conseguiam aumentar suas posses, comprando enquanto família, lotes de outros descendentes. Nas escavações de arquivos de Regina Mattos, ela encontrou dezenove escrituras de compra de terras feitas nestas condições. O que atesta como era comum o uso da prática. Entre as escrituras encontradas a pesquisadora cita, além de outro, o exemplo dos Garcia, que na segunda metade do século XIX, compravam terras enquanto núcleo familiar. Indício claro de que não haviam partilhado a herança. "Na escritura de venda de uma parte de terras no S. Piatozinho, no valor de 400$000rs, consta como compradores: Sebastião Garcia d'Araújo, Isidoro Garcia d'Araújo, Eduardo Garcia de Medeiros,...".[45]

Por outro lado, paralelo à bacia perene do fracionamento das terras, que corria da sumidade da pirâmide social do Seridó para sua base, existia um rio temporário, que com sentido contrário, de tempo a tempo, jorrava na direção oposta. Era um desaguar que brotava de algum ponto daquela estrutura social. Algum descendente de pequeno, médio,

---

[43] FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. CEPEJUL. ***Florânia***. Natal: Fundação José Augusto, 1982, p. 81. Essas informações foram complementadas com entrevistas dos descendentes dos Garcia: Antônia Araújo de Faria e Francisca Costa, sobrinhas de Manoel Conrado de Araújo. Um outro parente colateral, Pedro Toscano de Medeiros, forneceu informações sobre a outrora partilha do sítio Fechado.

[44] GALVÃO, Sebastião Eloi. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

[45] Op. cit. p. 98.

grande proprietário ou sem terra, geralmente homem de negócios, indivíduo que além da terra, no caso dos proprietários, vivia de comprar barato e vender caro. Foram os comerciantes, sertanejos praticantes sempre do mais primário ato mercantil. Aí a tradição ibérica/judaica se fazia mais cristalizada do que o basalto.

Quando esses senhores, através do comércio, acumulavam um certo volume de dinheiro, partiam para comprar terras. No caso de filhos de médios e grandes proprietários, geralmente, começavam comprando a parte que coubera a cada irmão na herança, e ou depois, a herança de terceiros. Na maioria das vezes, eles buscavam recompor a integridade das terras que a propriedade possuía antes da partilha. Constituía-se motivo de orgulho, o que nem sempre era possível conseguir. Também essa meta foi o objetivo corrente dos comerciantes sem terra ou filhos de pequenos proprietários. Embora quase nunca essas águas chegassem a molhar o topo da pirâmide. Esse processo de compra de terras contribuiu, em muito, para diminuir o número dos pequenos estabelecimentos. Sem ele, os efeitos do parcelamento das terras seridoenses teriam sido ainda maiores.

Deixando esse ponto da compra de terras para explorar adiante, volta-se à exposição do processo de fracionamento das terras em pequenas propriedades. Não é necessário construir uma série histórica por década, com dados dos censos agropecuários para se constatar, no decorrer do século XX, especialmente até o desmoronamento das fazendas, a força das heranças no processo de fracionamento das terras, fazendo multiplicar por dezenas, o número de propriedades nos dois municípios estudados por essa pesquisa. Para se ter um índice geral da dimensão desse processo, basta se observar a variação da quantidade dos seus estabelecimentos rurais ao longo dos anos.

Através dos dados referentes ao censo de 1940 e coleta de informações nos dois anos seguintes, publicados em 1943 pelo Departamento Estadual de Estatísticas, tem-se uma radiografia do efeito multiplicador da partilha na formação de novas propriedades, no decorrer das quatro primeiras décadas desse século. O município de Caicó, que em 1896 apresentou o registro de 560 fazendas, tinha, na data do referido censo, 1.263 propriedades agrícolas[46]. Deve-se notar que em 1935, parte do território que forma o atual município de

[46] ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA. IBGE. ***Cenários municipais: 1941 – 1942***. Natal: DEIP, 1943, p. 89.

Jucurutu foi desmembrado de Caicó. Mesmo assim, em pouco mais de quatro décadas, seus estabelecimentos agropecuaristas mais que duplicaram.

Algo semelhante ocorreu três décadas depois, ou seja, em 1970 o município contava com 2.138 propriedades agrícolas. Sendo que dessas, 1.216 eram estabelecimentos com até cinco hectares de terra. Só os minifúndios praticamente alcançaram o número de propriedades total existentes no registro anterior. Esse surgimento de "novas" propriedades deixa de fora os estabelecimentos agrícolas dos municípios de Jardim de Piranhas, São Fernando e Timbaúba dos Batistas, desmembrados, respectivamente, em 1948, 1958 e 1963[47]. Considerando que o desmembramento desse três municípios reduziu o território de Caicó de 2.057 para 1.328 quilômetros quadrados, o número de estabelecimentos em 1970 seria muito maior do que o registrado pelo censo para aquele município, caso aqueles municípios não tivessem sido criados.

Embora não se disponha dos registros das propriedades do município de Florânia de 1896, é possível afirmar que lá a situação não fora diferente. Assim conferem os dados referentes ao século XX. Em 1940, o município contava com 545 propriedades[48]. Quase o número de fazendas que possuía todo o Seridó em 1862, que como foi visto totalizava 622, e praticamente a mesma quantidade de Caicó, notificada em 560 estabelecimentos, em 1896. Levando em conta que, em 1940, o município de Caicó possuía 2.057 quilômetros quadrados, e Florânia apenas 733 quilômetros quadrados[49], equivalente a pouco mais de um terço daquele, em termos relativos, nesse censo de 1940, Florânia já tinha mais propriedades que Caicó. Sem dúvida, afirmava-se a força dinâmica do parcelamento das terras nos dois municípios estudados por essa pesquisa.

Os dados do censo de 1970 confirmam, para Florânia, o diagnóstico anterior. Nessa outra contagem estatística, o município apresentou o número de 1.179 estabelecimentos agrícolas. Só os sítios com até cinco hectares somavam 541 estabelecimentos, quatro a menos do que tinha todo o seu território trinta anos antes. Não se deve esquecer que em 1953, a Vila de São Vicente foi erigida à condição de cidade,

---

[47] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra.*** p. 195, 246 e 262.
[48] ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA. IBGE. ***Cenários municipais.*** p. 140.
[49] Idem, ibid. p. 139.

desmembrando-se de Florânia[50]. Essa emancipação reduziu as fronteiras floranienses de 733 para 491 quilômetros quadrados, o que, sem dúvida, camuflou parte dos efeitos do desmembramento das terras nesse município; em outras palavras, caso o desmembramento não tivesse ocorrido, o número de fazendas registradas, sem dúvida, seria maior.

Nos dois municípios, e com certeza em todo o Seridó, esse foi um dos aspectos da dinâmica da estrutura agrária da região, segundo os imperativos da tradição. Por esse prisma, 1970 foi um marco para o declínio desse ciclo.

### 4.3. A queda do paraíso ou o infortúnio do trabalho agrícola

Para os descendentes dos patriarcas e proprietários de porte médio a grandes fazendeiros pecuaristas, esse fenômeno do partilhamento das terras acarretava uma torrente mobilidade social dos extratos superiores, da pirâmide social sertaneja, na direção da sua base. Uma perene bacia social com afluentes nas diversas famílias e por todo o percurso piramidal que, no transcurso de três a quatro gerações de descendentes, a maioria se tornava moradores e parceiros sem terra.

Desse processo, com importância para o recorte dessa pesquisa, uma das conseqüências foi o surgimento da agricultura, primeiramente a de subsistência com milho, feijão, batata doce, jerimum (abóbora), melancia; depois a comercial com o advento do algodão. A partir de então estava formado o complexo gado-algodão-agricultura de subsistência sob égide da tradição. Edifício rural que persistiu até se esgotar e ruir como foi visto.

As lições das secas, o aparecimento da média e pequena propriedade, bem como a recente figura do descendente lídimo sem terra, foi a combinação perfeita para que a fazenda de gado incorporasse a agricultura como atividade sua, o que não ocorreu no começo dos currais de gado no Seridó potiguar.

Os sinais do início da atividade agrícola nas fazendas da região podem ser vistos nas letras vivas da crônica, velha conhecida desse trabalho, de Antônio Manoel Dantas Correia. Comentando os efeitos da seca de 1778 na população, assegura que “a fome no povo não foi considerável por ainda não ser então grande numero; e mesmo já haver

[50] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra.*** p. 253.

alguma industria".[51] Essa atividade, da qual trata o velho cronista, é a agricultura de gêneros alimentícios.

Novas secas aconteceram na região, entre o fim daquele século e início do seguinte. A de maior flagelo para o rebanho, como já se falou, foi a estiagem de 1791-3. Segundo Antônio Correia, essa prolongada seca de três anos, especialmente o ano de 1792, causou baixas em muitas famílias, todavia, no período restante, alguns fatores contribuíram para mitigar a fome do povo. Não ser esse ainda numeroso, é até aí uma ênfase constante desse ilustre observador. Muitos se deslocaram para as áreas de refrigério e para o litoral. Para ele a pouca invernada que caiu no ano de 1793 foi suficiente para "a benfazeja Providencia fez [fazer] com que tão pouca chuva, tão pouca semente de milho e feijão ajudada com o leite de cabras fizesse fartura no povo...".[52] Nessa fase, a incipiente agricultura parece ter permanecido inalterada; o dito documento não indica nada em contrário.

Nos primeiros anos do século XIX, ao cronista, o quadro pareceu não ter sido alterado, mesmo tendo ocorrido seca em 1808-9 e em 1814. Onze anos depois (1825), uma nova seca trouxe impacto à situação. Aos olhos do narrador sertanejo houve mais uma intervenção da providência. Segundo ele, naquele ano os seridoenses descobriram na região um novo Nilo, inclusive mais vantajoso que o antigo, pois prosperava com cheias de dimensão menor. Além disso, "e correndo [água] que o industrio e insano trabalho não he necessário [para] se lucrar o que se plantou...".[53]

Na fala do velho sertanejo, salta aos olhos do leitor o tempo identitário dos seridoenses. Como o "novo Nilo" é dadivoso, não é necessário maior dispêndio de trabalho. Dentro dessa tradição, o labor, com muito gasto de energia humana, sempre foi considerada uma coisa insana. O Nilo sertanejo dispensava essa tirania. Dizia Antônio Correia o que pensavam seus conterrâneos. No seu imaginário, que reflete o de seus compatriotas, a descoberta desse novo fenômeno foi uma dádiva da providência, um acaso, um merecimento aos escolhidos, aos que não fugiram, não abandonaram a terra prometida. "Os povos que se haviam retirado para diversos logares grande parte pereceu à fome; e os gados

[51] Op. cit. p. 16.
[52] Op. cit. p. 17.
[53] Op. cit. p. 19.

da mesma especie; o que não sucedeu aos que não se retiraram e cultivaram o nosso Nilo, passaram com fartura...".[54]

Pelas informações do texto, depreende-se facilmente que a semeadura empregada no aproveitamento da vazante do Acauã ou nas vazantes dos rios da região, já que a experiência não ficou restrita àquele exemplo, foi um cultivo itinerante que dispensava maiores cuidados. Uma agricultura rústica, sem emprego de técnicas e sem maior lavor. São exemplos radicais os melões, melancias e jerimuns (abóboras) que, desde essa época, são semeados pela simples técnica de jogar aleatoriamente suas sementes por terrenos propícios à sua germinação. As vazantes dos rios foram um desses locais, especialmente, nas fases de pouco inverno.

Essa rústica agricultura foi uma herança ameríndia. Naqueles idos, sem dúvida, ela persistia viva entre os remanescentes das tribos tapuias, que nas regiões serranas, de longa data pelejavam pela sobrevivência frente o avanço das fazendas. Esse fato é testemunhado por um topônimo referenciado em documentos de tempos remotos. "Na sesmaria de 09 de janeiro de 1719, concedida a Gervásio Pereira de Moraes, o domínio compreendia o Riacho de Olhos-d'Água das Pedras e **Riacho das milharadas dos Gentios**, Serra do Quinquê, etc".[55] Como se pode deduzir sem titubeio, nessa região do Seridó, desde datas imemoriais, antes mesmo dos portugueses chegarem, os nativos já desenvolviam o cultivo do milho; prática que depois desse acontecimento permaneceu por muito tempo. As informações lembram e atestam o convívio do índio "agricultor" com o branco criador de gado. A agricultura do ameríndio nas terras serranas se encaixou bem na divisão espacial entre a pecuária e a agricultura, imposta inicialmente pelo colono.

Desta feita, diante das necessidades em curso, o que o colono branco fez, foi tão somente incorporar aquele costume indígena à rotina da fazenda. Assim, se pode dizer mais que a invenção da tradição no sertão do Seridó potiguar não incorporou, do ameríndio, apenas as representações do seu escombro cultural, como foi demonstrado no capítulo

---

[54] Idem, idem.

[55] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra.*** p. 254. Essa localidade pertenceu ao município de Florânia. Desse se desmembrou passando a pertencer a São Vicente desde a sua emancipação como município. "Denominava-se SACO DA LUÍSA, pelo ambiente serrano circundante, RIO DA LUÍSA, ou simplesmente LUÍSA, em referência a uma velha indígena cariri, batizada com êsse nome e falecida muito antes de 1726. Zona tradicionalmente agrícola, aproveitada pelos aborígines nas grandes plantações de milho, mereceu o cognome de MILHARADAS DO GENTIO". (Idem. p. 253-4.). Ainda hoje muitos são-vicentinos chamam a região pelo antigo topônimo: "Rio da Luísa" ou "Saco da Luísa".

anterior, mas também muitos aspectos da sua rotina agrícola. Também não se deve esquecer a cooptação do branco, pelo estômago, aos costumes indígenas, quando o colono adotou à sua dieta os pratos feitos do milho e, especialmente, a quase completa substituição do trigo pela farinha de mandioca, como ressaltou o autor de Casa-grande & Senzala.

A coivara como técnica de preparação da terra, o cultivo do milho, do feijão-de-macaçar, da mandioca, além dos frutos já citados, foi o modelo agrícola ao qual a fazenda de gado se rendeu no decorrer do século XIX. Uma agricultura que, dada a natureza das espécies cultivadas e ao clima da região, ocupava em média de cinco a seis meses do calendário civil do sertanejo. Foi essa agricultura, basicamente de subsistência, que deu sustentação ao mundo rural do Seridó potiguar.

Para os descendentes dos velhos patriarcas, o grande crescimento da parentela[56], o parcelamento das terras e as secas constantes representaram o seu empobrecimento, causando na maioria dos casos a perda da posse da terra. Um dos caminhos certo dessa catástrofe social fora se dedicar à agricultura. Porém, na compreensão dos seridoenses, a invenção dessa atividade nas fazendas não resultou do trabalho empreendedor dos homens, mas sim da providência divina que, através da seca "tem feito os homens industriosos",[57] leia-se, agricultores. Encerrando sua crônica, Antônio Dantas afirma categoricamente: "torno a dizer, que as seccas nestes sertões são necessárias, muito principalmente dadas por uma sabedoria infinita que não pode errar, que tudo dispõe para bem dos seus filhos".[58]

Dessa forma, pode-se afirmar que, dentro do imaginário dos seridoenses, a pobreza e a agricultura como destino representava a queda do paraíso, a vida no espaço da remissão. Uma expiação para os pecadores purgarem os seus mal feitos e terem a certeza da salvação. Como atestado do pensamento daquele povo, expressa na fala de um ilustre representante seu, a crônica deixa claro que a invenção da agricultura foi operada pela benfazeja providência que sabe melhor o que seus filhos precisam. Principalmente porque são pecadores.

---

[56] A extensão da parentela, no período em comento, pode ser medida pelo crescimento demográfico da região. O Seridó em 1824 tinha pouco mais de seis mil habitantes. No ano de 1855 mais que duplica, chega a 15.921 habitantes. Passa para 41.800 habitantes no fim do século e, duas décadas depois duplicou, alcançando 85.840 habitantes. (MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. ***Seridó***. Brasília: Gráfica do Senado, 1980, p. 17.).
[57] CORREIA, Manoel Antônio Dantas. Op. cit. p. 24.
[58] Idem, idem.

Assim, o labor e a vida agrícola foi o palco por excelência para o fortalecimento do catolicismo popular. Foi nesse campo fértil que os mais fortes arquétipos do imaginário sertanejo tomaram vida prática nas pessoas de Padre Ibiapina e Frei Damião. A pobreza também materializava, em sujeitos reais, a figura do guerreiro malfeitor e justiceiro, como foi um exemplo, entre outros, Antônio Silvino. Citando apenas esses casos de maior proximidade física com os seridoenses, induz-se que, como pessoas reais, esses personagens representaram na vida coletiva dos sertanejos a encarnação das duas faces arquétipas de Roberto do Diabo.

É nesse contexto que o homem pobre e suas virtudes vão ser visibilizadas pela ação, pelos gestos, pelos costumes e discursos dos padres missionários, sendo enaltecidos a simplicidade, o despojamento e a aceitação dos desígnios de Deus[59]. A pobreza é um destino, um caminhar certo para o pecador alcançar o reino dos céus. Ela representa uma vida penitencial. Portanto, a resignação dessa condição é um dever e uma prova da obediência à vontade do criador.

A partir de então, a condição real-imagética da maioria do povo sertanejo, confundia-se com o despojamento pessoal dos missionários. Suas simples vestimentas, as sandálias de sola, o rústico hábito, a determinação diária, a prática das missões sem nenhum conforto e duradoura ao infinito representava a imagem legítima do eremita, encarnação real do arquétipo Roberto do Diabo na sua fase penitencial. "A barba capuchinha era símbolo profético e sinal de renúncia a toda vaidade".[60] O missionário não era um impostor conspirando contra o pobre sertanejo, ou a serviço da ordem. Dentro da rede discursiva imaginária da tradição, eram o profeta e o povo, mutuamente, o espelho e o guia nas ações de um e do outro. Entre eles as afinidades eram eletivas[61].

---

[59] "No grande cenário dessa cultura da pobreza que muito pouco tem merecido da pesquisa entre nós, espontam os problemas de como pensam e sentem, com que se preocupam ou que discutem, que esperam ou o que desfrutam, todos quantos a pobreza enlaça nos antagonismos geradores de conflitos, determinados pela necessidade de alterar de alguma sorte a situação crônica. Aí atuaram os capuchinhos com exclusividade" (SILVA, Cândido da Costa e. ***Uma leitura missionária da seca nordestina***. In: ***A igreja e o controle social nos sertões nordestinos***. São Paulo: Edições Paulinas, 1988, p. 61.).

[60] FRAGOSO, Frei Hugo. ***O apaziguamento do povo rebelado mediante as missões populares, Nordeste do II Império***. In: ***A igreja e o controle social nos sertões nordestinos***. p. 21.

[61] Os missionários eram "dotados de limitada formação escolar, talvez por isso mesmo mais próximos estavam do povo na simplicidade de vida, na operosidade manual, misturando-se a ele como trabalhadores" (SILVA, Cândido da Costa e. op. cit. p. 61).

Missionários e povo tinham a mesma visão de mundo, estavam dentro da ordem tradicional. Isto não quer dizer que a situação não gerasse tensões e conflitos. O radicalismo do catolicismo popular, nas figuras de Antônio Conselheiro e do Beato José Lourenço, entre outros exemplos, a volta do guerreiro malfeitor, expresso nos diversos bandos do cangaço são exemplos inequívocos dessas tensões, além de outros conflitos dos quais a história dos sertões do Nordeste está repleta de registros. Sem dúvida, também motivavam esses conflitos e tensões o aumento da pobreza no sertão e as mudanças conjunturais e constitucionais vividas pela nação, naquele contexto, as quais afetavam o constituído na região.

A sintonia entre os sermões dos missionários e o antigo documento de Antônio Dantas salta aos olhos de qualquer leitor. Nos dois são constantes as referências aos textos do Velho Testamento, enfatizando as semelhanças das imagens locais como cheias, relevo, secas e pestes, com as das velhas escrituras. Todas apresentadas como resultado da ação providencial de Deus. A vida dos homens do sertão, para o bem ou para o mal, para a glória ou para o infortúnio fora sempre o resultado da vontade do criador, segundo o critério do pecado ou do merecimento. “Sim Eu sou que permito que peccador seja contrariado, com os revezes da fortuna, com as doenças, mortes, guerras, pestes, secca, eu que humilio os povos as nações, dou os impérios e os tiro”.[62]

No espaço da remissão, a faina, o suor do rosto do trabalhador pode até regar a terra, porém não a fecunda. Não se destaca positivamente o trabalho enquanto tal. Ele é a maldição, o infortúnio dos expulsos do paraíso pelo pecado. “Toda a lavoura que apesar de regada por vezes com os suores dos pobres e incansáveis lavradores, definhão de dia para dia murcha e secca por falta da bemfaseja chuva que venha a regar e fecundar os campos para auferir delle o alimento necessário para os pobres e ricos”.[63] Ali o que se enaltecia era o homem resignado e abraçado ao seu destino com determinação e humildade. Afinal, a vida terrena é passageira e, aceitar os planos do Pai, seguindo o exemplo dos filhos de Israel que no cativeiro aguardaram a vinda de Moisés para libertá-los, é a garantia da

[62] Documento atribuído ao fr. Venâncio Maria de Ferrara, por ocasião das preces rogando chuva em 16 de fevereiro de 1884. Arquivo do Convento de N.Sra. da Piedade. Salvador. Citado por SILVA, Cândido da Costa e. Op. cit. p. 66. (O documento na íntegra está nas paginas 64 a 72.).
[63] Idem, p. 70.

salvação da alma, o acesso ao paraíso na vida após a morte. O homem pobre e humilde que derrama o suor do rosto é um legítimo filho de Deus porque purga o seu pecado.

Ao espírito do sertanejo nada podia espreitar melhor uma visão do paraíso celeste do que uma resposta da terra a um caritativo ano de bom inferno. Os rios a correr água por vários dias, o som das cachoeiras rompendo o silêncio da caatinga, o cheiro de terra molhada e mato verde (do muçambê) invadindo os pulmões do camponês simples ao cair da noite, antes de deitar para descansar o corpo da faina no campo, e na aurora, quando despertava para um dia de caminhadas e tarefas a cumprir nas lidas camponesas. Muita fartura de milho, feijão, melancia, jerimum (abóbora), batata doce, tudo em abundância. "Eu achava aquela vida boa demais, pra mim valia tudo! Tudo era de graça, não existia..., ninguém vendia a dinheiro, dinheiro era muito pouco. A gente tinha tudo, meu pai tinha um curral de vaca,... Fazia queijo todo dia com aquele horror danado".[64] Não muito raros na vida do campo, esses momentos contribuíam para o sertanejo elevar o seu pensamento sublimado a um Éden celestial.

Apesar das condições materiais que geravam a necessidade de uma atividade agrícola regular, isso não quer dizer que a adoção da agricultura pelo homem branco, descendente dos primeiros proprietários de terra, tenha sido automática e generalizada. Não foi isso o que ocorreu. Pela mentalidade em vigor, o sertanejo resistiu o quando pôde. Dessa forma, o processo de incorporação do cultivo de gêneros alimentícios pelas fazendas do sertão seridoense foi um processo relativamente lento. Essa tarefa, enquanto prática agrícola, foi encarada inicialmente pelos que perderam a propriedade da terra e passaram à condição de morador. Entre os demais extratos da pirâmide social do campo, que de alguma forma mantinham algum recurso, fez-se uso do escravo.

Esse fato poderia ter contribuído para o surgimento, no sertão, do modelo escravista do litoral. Porém, os dados indicam que não foi isso o que aconteceu. Tudo indica que a tradição da parceria na pecuária[65], a presença crescente dos descendentes

---

[64] BATISTA, Seráfico José. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Natal, 2000. 1 fita cassete (120 min.). Seu Seráfico já compareceu a outros momentos dessa narrativa. Filho legítimo do Seridó, nascido em 1905, como já se destacou, foi personagem de muitas histórias dessa região.

[65] "Recebemos do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, que teve do escritor José Bezerra Gomes, um velho caderno, costurado a linha, dilacerado e ilegível em muitas de suas páginas. As anotações, na maioria das folhas soltas, são escritas com caligrafias e datas diversas que vão de 1805 a 1856. Parece tratar-se da prestação de contas da vaqueirice da Fazenda da Cacimba das Cabras, no Acari, com procuradores diversos. Os dizeres se repetem a cada data, sob a constante: 'Partilha que faso Por ordem do Sr. Cap.am Mor André de

empobrecidos, como agregados das fazendas, e o fato do cultivo de gêneros alimentícios ser voltado mais para o autoconsumo do que para o mercado, contribuíram para que o negro fosse transformado em escravo/parceiro do senhor seu dono, tendo direito à meação (a meia ou a terça, de acordo com cada fazendeiro) da produção pelo cultivo das terras do seu amo. Essa relação de trabalho foi a que predominou na agropecuária do Seridó.

### 4.3.1. A escravidão não salvou o branco da penitência

A presença dos escravos nas atividades agrícolas seridoenses pode ser notada pelos dados do censo de 1872. Nessa data, os recenseadores registraram, entre "lavradores", "criadores" e "jornaleiros", 568 criados, para um total de 2.624 escravos na região. Note-se que na classificação do censo, os "serviços domésticos", os "sem profissão" e os "não especificados" somam um total de 1.899 escravos[66]. Esse alto número de escravos domésticos e de escravos não qualificados é um índice seguro que corrobora a hipótese dessa narrativa de que, dentro da tradição sertaneja, o uso do escravo se fez predominante no trabalho de consumo familiar da estrutura da fazenda.

O mesmo censo revela também que, nas mesmas categorias de "lavradores", "criadores" e "jornaleiros" para uma população de 568 escravos, havia 9.642 trabalhadores livres[67], certamente, moradores, vaqueiros e agregados das fazendas. O que se faz pensar que, se em algum momento a presença do escravo na agropecuária foi majoritária, o que é passível de dúvida, naquele ano já se encontrava em franca minoria, pois representava apenas 5,9% da população total empregada naquelas atividades afins.

Essas afirmativas se ancoram não apenas nesses dados censitários. Os inventários, perscrutados pelo já mencionado trabalho de Regina Mattos, oferecem indícios fartos que corroboram com as asserções feitas e retratam como foram as condições de trabalho dos negros escravos na Vila do Príncipe, o qual representa um quadro geral do Seridó, no decorrer da segunda metade do XIX, quando as fazendas já dedicavam parte do

---

Albuq.e... no ano de 1805'. (...) Noutras páginas lêem-se duas receitas veterinárias e recomendações sob o título de: 'Obrigações do Vaqueiro: ..." (LAMARTINE, Juvenal. ***Velhos costumes do meu sertão.*** p. 101).

[66] IBGE – Censo de 1872 – Diretoria geral de estatística, vol II p. 49/60 apud. MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. Op. cit. p. 123.

[67] Idem, idem.

seu tempo ao cultivo de gêneros alimentícios.

Os trezentos e oito inventários analisados confirmam que a presença do trabalho escravo na agricultura, à semelhança com o que ocorreu na pecuária, deu-se concomitantemente com o uso do trabalho livre, no interior de uma mesma fazenda e, principalmente, no caso da agricultura, em fazendas diversas, visto que do total desses documentos, duzentos e sessenta e sete eram proprietários de terra, e apenas cento e trinta e oito tinham escravos, o que correspondia a apenas 44,8% dos inventariados. Enquanto, cento e vinte e nove fazendeiros, 41,9% do total dos inventários, não possuíam escravos. Deve-se destacar que, do total de inventariados, quarenta e um não possuíam terras, sendo que, desses, quatorze eram senhores de escravos e vinte e sete não detinham nenhum escravo[68].

Entre os senhores de escravos não proprietários de terra, a situação fora extremamente diversa. Mais da metade deles, ou seja, dez, moravam em propriedades rurais. Desses, sete possuíam pequenos rebanhos de bovinos e eqüinos e alguns instrumentos agrícolas. Três detinham a posse da casa onde moravam, dedicavam-se à lavoura e aos cuidados com o gado do proprietário da terra. Todos eles foram proprietários de tear de fiar, um indicativo do uso do escravo no trabalho de consumo doméstico. A outra parte era formada por moradores da pequena urbe. Um era comerciante, tendo deixado um passivo muito alto, estava provavelmente falido. Entre os seus bens também figura um tear. Os demais citadinos (três) desfrutavam da posse de gado. Segundo Mattos, seus criados estavam divididos entre o auxílio no trato do rebanho e os serviços domésticos[69].

Esse quadro acima descrito, além de contribuir para retratar a situação da escravidão na localidade, para essa narrativa, ilustra também o efeito causado na população sertaneja pelo partilhamento das terras, gerando, conseqüentemente, uma estrutura social diversificada e uma enraizada parentela nos diversos estratos da pirâmide social do campo, ou seja, os famosos parentes pobres convivendo lado a lado com os ricos. É fato corriqueiro no sertão do Seridó, os conterrâneos se referirem à sua descendência familiar fazendo a

[68] MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. Op. cit. p. 115.
[69] Idem, p. 116.

advertência de pertencer à ala pobre da parentela, seja dos Dantas, dos Garcias, dos Araújo ou dos Batistas[70].

Voltando ao aspecto da natureza social da escravidão na agricultura sertaneja do Seridó, pode-se dizer que foi remotíssimo como regra dominante o evento do trabalho compulsório como forma de extração direta de excedente social com vista à acumulação de riqueza. São inúmeros os documentos nos quais constam dívidas dos inventariantes para com escravos seus[71]. As dívidas, como se pode deduzir da nota citada no rodapé, são de natureza diversa. Algumas falam de serviços prestados ao seu próprio amo, da venda de gêneros alimentícios, sugerindo claramente que o escravo tinha acesso a terra para produzir de meia ou de terça, dívidas altas de 200$000, e dívidas provenientes da venda de gado vacum por parte do escravo ao inventariante. O que, com certeza, atesta a condição desses escravos desenvolverem uma parceria, tipo escravo/meeiro do seu senhor. Do contrário, onde criavam seu próprio rebanho ou produziam gêneros alimentícios que excediam ao autoconsumo do escravo e família, em alguns casos, disponibilizando, muitas vezes, para vender ao seu próprio senhor, como demonstram os passivos inventariados?

Um documento eloqüente, que atesta essa direção do sentido da análise, é o inventário da libertina Mariana (de 1877). Com a morte da velha negra, foi inventariado, como seus bens, um rebanho de 11 cabeças de gado vacum. Esse montante ficou a cargo do juiz de órfão fazer a partilha exata e entregar o quinhão que coube a cada um dos três filhos de Mariana[72]. O documento informa que as autoridades locais desconheciam o paradeiro de um dos descendentes. Como se vê, é difícil imaginar dentro do trabalho compulsório, do

---

[70] Em entrevista a essa pesquisa Manoel Torres dá um excelente exemplo dessa realidade. Falando do seu pai ele diz: "O pai dele era dos Batista, mas, é do, a família Batista tinha os ricos e os pobres né? Era Batista mas, pobre. Era construtor de açude naquela época". Entrevista concedida em outubro de 2000. O Sr. Manoel Torres pertencia a uma família de dez irmãos (cinco homens e cinco mulheres), filhos de um pequeno proprietário de terra e construtor de açudes. Estudou, se dedicou ao comércio, foi usineiro e atualmente é um dos empresários mais ricos de Caicó.

[71] "No inventário de Josefa Maria da Conceição, entre as suas dívidas passivas, encontramos a que se refere ao escravo Vicente, 'a quantia de 13$500, provenientes de gêneros alimentícios'. No inventário de Izabel Maria da Conceição, consta a dívida da inventariada para com os escravos 'Joaquim de 14$000, Daniel Fonseca 14$000 (ambos com idade entre 20 a 25 anos)' o que nos leva a crer terem sido dívidas de alguma atividade ligada à lavoura ou à pecuária. Ana Suzana devia 'as suas escravas Felismina 2$000 e Clara 5$000 por serviços prestados'. Já Manoel Felipe Franco 'devia ao seu escravo Romualdo 200$000', sem especificar o serviço realizado. O padre Gil Braz de Maria Santíssima devia 'a escrava Brasilina por três bois 120$000; ao escravo negro Juvenal por três bois 140$000, e ao escravo negro Joaquim por um boi 40$000". (MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. Op. cit. p. 124-5.).

[72] Inventário da Libertina Mariana 1877. Citado na integra por MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. Op. cit. p. 225.

escravismo colonial, quadros como estes. Fenômeno que se deve fixar na história local como característica peculiar da escravidão no desenvolvimento social da região, e completamente diferente do que ocorria na Casa-Grande e na Senzala[73].

Outra fonte que atesta, com consistência irrefutável, a parceria do escravo com o senhor seu amo, tanto na pecuária como na agricultura são, além das informações já comentadas, as cartas de alforria. Dentro do período do estudo de Mattos (1850-1890), das duzentos e sessenta e quatro manumissões registradas no Livro de Notas (de nº 25 a 38) do 1º cartório de Caicó, cento e onze, 42% do total, foram alforrias compradas pelos negros forros; cento e seis, ou seja, 40,2% do montante das alforrias, foram registradas como gratuitas; quatorze (5,3%) como condicionais pagas; trinta e um registros (11,7%) de condicionais gratuitas e, por testamento e ato judicial um caso de cada[74].

Os itens de alforrias "pagas" e "condicionais pagas" chegam a somar 47,3% do montante total das manumissões. Esse alto índice de libertação via pagamento revela, sem sombra de dúvida, uma significativa reserva econômica em bens e dinheiro entre os escravos, especialmente os inseridos na pecuária e na agricultura. Como justificar ou falar em trabalho compulsório ou escravismo diante de um quadro desse? Ademais, quando se leva em consideração o valor pago, seu montante em dinheiro e bens, fica difícil admitir que o trabalho escravo no sertão expressava a mesma relação econômica do escravismo colonial desenvolvido no complexo açucareiro[75].

Isso não quer dizer que eventualmente alguns escravistas do meio urbano da região não tenham, isoladamente, usado o trabalho compulsório, o aluguel do escravo em jornadas de trabalho, para extrair excedente visando à acumulação mercantil. A verossimilhança disso pode ser aportada nos dados do censo de 1872, quando os estatísticos

---

[73] Esses dados se coadunam com outros exemplos já citados em passagens diversas dessa narrativa, dando conta da peculiaridade do uso da escravidão no sertão do Seridó potiguar. Os exemplos citados por Juvenal Lamartine, Câmara Cascudo, estão em perfeita sintonia com esses dados da segunda metade do século XIX, e foram ilustrativos em outras partes desse trabalho.

[74] MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. Op. cit. p. 140.

[75] "A título de exemplo, destacamos as cartas de liberdade dos forros Anselmo (35 anos) que pagou 600$000rs pela sua liberdade em moeda e bens; Gonçalo (27 anos) pagou 1.000$000rs da mesma forma; Inácia (50 anos) pagou 400$000rs em 'bens imóveis e algum dinheiro'; Clementina (25 anos) pagou 300$000rs em moeda e bens; Josefa (40 anos) pagou 500$000rs 'em gado e moeda'.
Já em alguns documentos, pode-se precisar melhor o tipo de pecúlio [usado pelos escravos]... como na alforria do escravo Antônio, cuja liberdade lhe custou 300$000rs e 1 besta parida; Vicência (16 anos) resgatou a sua liberdade em dinheiro e 150$000rs em gado; Antônio (59 anos) pagou 400$000rs em bens de criar" (MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. Op. cit. p. 140.).

registraram a existência de setenta e sete escravos “criadores/jornaleiros”, cerca de 2,9% do total de escravos da região[76]. O termo jornaleiro, tudo indica, esconde essa relação, como era comum em outros setores do país.

Como se pode depreender das informações de Mattos, ocorreu de, no período do seu estudo, um escravo (de 27 anos) pagar por sua alforria 1.000$000rs, uma soma altíssima para a época. Recurso que, para um jovem escravo, com certeza, só foi possível amealhar no trabalho de parceria. Em uma outra carta de alforria, há uma referência, vazada em preto e branco, que não deixa dúvida da existência da parceria entre o escravo e o seu senhor no Seridó, adentrando o século XIX, quando a agricultura de gêneros alimentícios se firmava nas fazendas. Os escravos Antônio e Tereza, peças do capitão José Raimundo Vieira, do município da Vila do Príncipe, compraram a liberdade condicionada por 800$000rs, “recursos que serão retirados da sua terça”.[77]

Essas informações atestam que, desde o domínio da pecuária até o desenvolvimento da agricultura nas fazendas de gado, a parceria foi a regra do regime de trabalho no sertão do Seridó, conviveu com a escravidão como trabalho complementar e, em muitas oportunidades, o escravo assumiu a dupla personalidade social de escravo e parceiro. O vaqueiro foi o primeiro exemplo. A escravidão foi um elemento da força da tradição naquela sociedade, mas nunca se constituiu no trabalho central como forma de extração de excedente social. Seu peso econômico foi muito mais como reserva de valor do patrimônio familiar, principalmente em tempos de crises, do que fonte de extração de mais valor. Além dos aspectos apresentados e comentados como inibidores do escravismo na região, deve-se notar ainda, o fato de só muito tarde o Seridó ter despertado para a cultura do algodão, como agricultura comercial.

Não parece correto falar em crise no Seridó potiguar em função do fim do tráfico de escravos em 1850, das leis que visavam a restringir o uso do trabalho compulsório do negro, como a Lei do Ventre Livre e a Lei Sexagenária. Bem como a campanha abolicionista e o fim da escravidão, com a Lei de 13 de maio de 1888. A crise do escravismo brasileiro não tem o olor do sertão seridoense. Isso não quer dizer que esse

[76] IBGE – Censo 1872 – Diretoria geral de estatística, vol II p. 49/60. Apud MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. Op. cit. p. 123.
[77] Carta de alforria contida nos livros de notas do 1º cartório de Caicó. Fragmento citado por MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. Op. cit. p. 125.

processo ocorreu ali sem conflitos e tensões, como já foi observado. O que se pode atestar é que o fim da escravidão não trouxe modificações substanciais na vida do campo desse sertão, pois o trabalhador livre, o parceiro, de muito já se constituíra majoritário no trabalho do campo, como resultado dos fatores apresentados e do crescimento da parentela sem terra[78].

### 4.4. O algodão não transfigurou o mundo tradicional do campo

No decorrer dos primeiros anos do século XX, mesmo com a adoção, pelas fazendas, da cultura comercial do algodão, não houve alteração substancial nos procedimentos agrícolas em vigor e no regime de trabalho. A agricultura rústica e a parceria foram as bases da implantação e expansão do algodoal no Seridó. Quanto a esse aspecto tosco da agricultura, os dados do censo agropecuário de 1920 são reveladores. De um mil e novecentos e doze (1.912) estabelecimentos rurais recenseados em todo o Seridó, apenas quatro (04) estabelecimentos possuíam nove (09) arados e outras duas (02) fazendas esterroavam a terra com uma grade cada. O município de Caicó se destacava possuindo em um único estabelecimento rural seis (06) arados, porém, nenhum outro fazendeiro da localidade possuía arado ou grade. Os fazendeiros do município de Florânia, nos seus afazeres rurais, não utilizavam nada além da enxada e da chibanca[79]. Em outras palavras, o cultivo agrícola dos seridoenses permanecia semelhante ao que se fez nos séculos XVIII e XIX.

Além do aspecto informe da cultura agrícola, o domínio da variedade do algodão cultivado pelos seridoenses, foi o tipo arbóreo (o conhecido algodão mocó). Espécie de ciclo vegetativo longo, pode durar oito anos ou mais para ser renovado o seu plantio. O cultivo era feito consociado ou não, dependendo do terreno, ao milho, feijão e fava. O período da sua semeadura – o mesmo das culturas consorciadas – ocorre nos meses

---

[78] "Dessa forma, considerando-se que o trabalho do algodão é cultura típica do sertão, onde não havia tradição de trabalho escravo, as secas eram freqüentes, e a própria natureza do algodão colocava a possibilidade da não utilização do trabalho compulsório, observa-se que o algodão se configurou como cultura trabalhada fundamentalmente pela mão-de-obra livre". (TAKEYA, Denise Monteiro. ***Um outro Nordeste. O algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)***. Fortaleza: BNB. ETENE, 1985, p. 68.

[79] IBGE – Censo de 1920, Agricultura, V. III (3ª parte) p. 78-79. Apud SOARES NETO, Cícero José Alves. ***O Seridó e "os votos de porteira patida"***. 1984. p. 59. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

de janeiro e fevereiro quando caem as primeiras chuvas na região. O trato da terra até a colheita do algodão se traduzia em três ou quatro limpas. Quando em consórcio com os gêneros alimentícios, as limpas beneficiavam as duas culturas. Se a estação de chuvas foi boa a colheita dos alimentos se encerrava (ainda é assim) em junho enquanto a do algodão era feita em setembro/outubro.

Essas condições gerais da agricultura exprimiam e reforçavam o tempo trabalho do sertanejo seridoense. Isso porque, obedecidos os preceitos do destino, derramado o suor do rosto no dever de homem pobre, penitente filho de Deus cumpria-se à provação. No espaço da remissão, a vida remida é digna de recompensas. A natureza se revela pródiga para com os descendentes de Adão e lhes garante uma excelente safra agrícola. Nesse instante da vida sertaneja, a fartura e a bonança se misturam no espírito do camponês sertanejo. "Se pega a chuva em janeiro,/ faz o povo a plantação;/ em fevereiro e em março/ quatro ou cinco limpas dão;/ de vinte de abril em diante/ já comem milho e feijão.../ chega a abundancia/ reina a alegria,/ .../ com exuberância,/ a lavoura duplica/ é uma vida rica...".[80]

Nota-se claramente na narrativa, que o eixo da "vida sertaneja" se encontra na natureza e não no homem. Este é apenas mais um elemento, o sujeito que segue o que o destino lhe reservou sem blasfemar ou maldizer da vida. A recompensa vem da benfazeja providência. "Quando o inverno é constante/ o sertão **é terra santa**;/ quem vive da agricultura/ tem muito tudo que planta./ Há fartura e boa safra,/ todo pobre pinta a manta...".[81]

Além do mais, Deus tem os seus olhos e a sua piedade para com o homem pobre, o agricultor. Desde que cumpra bem sua missão na terra, a salvação da sua alma é destino garantido. Essa é a expressão e a voz candente dos sertanejos nos versos do cordelista. "Este homem agricultor/ tem por certa a salvação/ que Deus lhes tem compaixão/ e não despreza as criaturas/ lá das eternas alturas/ prepara a sua morada/ e até a Hóstia Consagrada/ é fruto da agricultura".[82]

Foi por muito tempo ditado consagrado pelos sertanejos, "que é mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha que um rico entrar no Reino do Céu". Esta

---

[80] GUEDES, Antônio Batista. ***A vida sertaneja***. In: CASCUDO, Luís da Câmara. ***Vaqueiros e cantadores***. p. 306-307.
[81] Idem, idem.
[82] NOGUEIRA, Antônio. ***Vida de agricultor***. Natal: Editora da UFRN, 1981, p. 10.

reminiscência está presente na memória dos sertanejos que têm hoje mais de cinqüenta anos de idade. Para eles, o trovão é o "pai da coalhada". Fora com essas expressões, que por muitos anos, os sertanejos seridoenses comemoraram a chegada do inverno. Ainda hoje não é difícil encontrar na zona rural da região quem pense assim.

O cultivo do algodão não alterou esse aspecto do tempo identitário dos seridoenses. Não é por acaso que o tipo arbóreo (mocó), produto comercial importante da região, foi batizado como "o ouro branco". Em outras palavras, foi representado como uma dádiva da natureza. Tão forte o significado do topônimo que o mesmo serviu para nomear uma municipalidade criada em 11 de novembro de 1953. O município de Ouro Branco foi desmembrado de Jardim do Seridó, domínios outrora pertencentes ao Caicó.

### 4.5. O complexo algodão/gado/cultura de subsistência e a fertilização das terras

No que diz respeito à importância da cultura do algodoeiro para as fazendas da região, deve-se ressaltar que os sertanejos seridoenses fincados na tradição e nas atividades da pecuária resistiram às duas clássicas ondas de expansão da cotonicultura nordestina: as preamares da Guerra de Independência Americana e da Guerra de Secessão. Nessas duas oportunidades, os EUA suspenderam seus fornecimentos ao parque têxtil europeu, o inglês em particular, obrigando essa indústria buscar no mercado internacional, especialmente no Nordeste brasileiro, fontes alternativas dessa matéria prima. Nem mesmo a seca de 1877 parece ter sido decisiva para os seridoenses aderirem à cotonicultura.

A adoção do algodão como cultura permanente foi decisão tardia, não se generalizou de forma absoluta por todos os municípios da região. Pelo censo agropecuário de 1920, a região contava com seis municípios[83]. Neles, os seus estabelecimentos agropecuários tinham o seguinte perfil agrícola: respectivamente, em Acari e Florânia, cerca de 84% das fazendas foram cadastradas como produtoras de algodão, aproximadamente 16% dos estabelecimentos rurais ainda não haviam aderido ao plantio da malvácea; Jardim do Seridó tinha a maior adesão, com mais de 95% de suas fazendas

[83] Acari, Caicó, Currais Novos, Florânia, Jardim do Seridó e Serra Negra do Norte. IBGE. Censo de 1920. Agricultura, V. III (3ª parte) p. 340-343. apud. SOARES NETO, Cícero José Alves. ***O Seridó e "os votos de porteira batida"***. 1984, p. 53. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências

desenvolvendo o algodoeiro. Caicó e Serra Negra do Norte representaram a maior resistência ao cultivo do produto, mantendo, por mais algumas décadas, o domínio quase absoluto da pecuária. Nos dois casos, a respectiva participação de suas fazendas no cultivo do algodão é de apenas 14%. Mais de 85% dos seus estabelecimentos rurais resistiam ao cultivo do algodoeiro.

Até os municípios que apresentaram alta adesão ao desenvolvimento da cotonicultura continuaram apresentando uma boa produção pecuária. Dessa forma, não se deve pensar em perda da importância da pecuária para os sertanejos proprietários de terra, como indica a tese dos ciclos econômicos. O que ocorreu de fato foi uma perfeita associação entre a pecuária e a agricultura, fenômeno que teve início com o desenvolvimento do cultivo de gêneros alimentícios e que se consolidou com a descoberta comercial do algodão. Aliás, o que garantiu a sobrevivência e duração das fazendas sertanejas, estruturadas na parceria, foi essa combinação de agricultura e pecuária. Para isso acontecer a estrutura rural sofreu apenas uma redefinição entre o espaço dedicado à agricultura e o espaço da pecuária. Como observado anteriormente, foi nesse processo que ganhou sentido a Lei de cercamento das terras, de 1850.

Além das já analisadas condições terem favorecido o surgimento da agricultura nas fazendas de gado do sertão do Seridó potiguar, outros motivos se consagraram em metas ao alcance dos proprietários rurais e seus moradores, como o cultivo de culturas alimentares para o consumo diário; formar reservas para prover os períodos de estiagens prolongadas; construir a autonomia dos estabelecimentos rurais. Neste sentido, além do milho, do feijão, do arroz, da farinha e das frutas, mais o cultivo do algodão para o mercado, muitos fazendeiros da região plantaram cana-de-açúcar para o fabrico de açúcar e ou de rapadura. Claro, tudo que excedia ao consumo da fazenda era vendido nas vilas e cidades mais próximas. Em 1920, pelos dados do censo agropecuário, constata-se que existiam no Seridó trinta e quatro engenhos de fabricação de açúcar e ou rapadura. Com oito engenhos, Caicó se destacava. Florânia possuía quatro[84]. A área do município de Caicó onde nessa época florescia a cana-de-açúcar foi o atual município de Timbaúba dos Batistas

---

Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Obs: Para o Município de Currais Novos a fonte não apresentou dados.

[84] IBGE. Censo de 1920, Agricultura, V. III (3ª parte), p. 78-79. Apud. SOARES NETO, Cícero José Alves. Op. cit. p. 65.

– desmembrado de Caicó como município independente em 12 de agosto 1963[85] –, famoso pela sua outrora produção de rapadura.

Essas informações do começo do século XX, bem como as que se seguem na análise, demonstram que o que aconteceu com a pecuária da região foi apenas uma redefinição do seu papel. Seus produtos, ao perderem o mercado nordestino e os mercados de outras regiões do país, como já foi dito, permaneceram inseridos no mercado local, que se consolidou com o desenvolvimento das cidades e a expansão comercial do algodão. Outro aspecto que contribuiu para essa redefinição foi certamente a diminuição do tamanho das fazendas ao longo do século XIX e seguinte. Esse fenômeno forçou o proprietário de terra a dispensar sua atenção também à agricultura

Quanto ao mercado do algodão, conforme o estudo de Takeya (1985), que observa a situação de todo o Rio Grande do Norte, a cotonicultura do Seridó potiguar basicamente se desenvolveu inserida como região fornecedora de matéria prima à indústria têxtil do Sudeste, especialmente ao parque paulista[86].

Sabe-se que, a partir da crise de vinte e nove, a agricultura são-paulina sofreu uma inflexão e, entre outras culturas, passou a cultivar o algodão. Ainda nos anos trinta, sua produção algodoeira desfilava no primeiro lugar da cotonicultura nacional. As demais regiões produtoras de algodão passaram para o segundo plano, especialmente o Nordeste. Apesar disso, o algodão do Seridó, devido à fibra longa e sedosa do arbóreo (mocó) destinada à produção de tecidos finos, sempre teve participação garantida no mercado nacional e no mercado internacional até 1970[87], quando ganhou contornos maiores a crise que levou ao desmonte das fazendas.

Para bem situar a posição do algodão seridoense nos mercados interno e externo, até a metade do terceiro quarto do século XX, é bom ver os dados que demonstram a participação dos vários portos brasileiros na exportação nacional de algodão em pluma. Entre 1910/1919, quando o Nordeste dominava a produção nacional de algodão, a

---

[85] CÂMARA, Luís da Câmara. ***Nomes da terra: Geografia, História e toponímia do Rio Grande do Norte.*** p. 262.

[86] "Estimulada pelo mercado interno, constituído pela industria têxtil algodoeira do Sudeste, a contonicultura foi o principal sustentáculo da economia do Rio Grande do Norte, em termo da produção agrícola, entre os anos de 1880 e 1915". (TAKEYA, Denise Monteiro. Op. cit. p. 59.).

[87] Sobre a participação do algodão potiguar, do tipo arbóreo, no mercado nacional e no mercado externo ver CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. ***O maquinista de algodão e o capital comercial***. Natal: UFRN, Ed. Universitária, 1986.

exportação pelos principais portos nordestinos – o porto de Pernambuco, o porto da Paraíba, o porto do Rio Grande do Norte e o porto do Ceará – respondia por 84,1% do total das mesmas. A cota de participação do Rio Grande do Norte no âmbito geral fora de 12,3% e na exportação regional 14,7%. No período de 1930/1933, as exportações nordestinas atingiram 86% do total nacional. Praticamente os mesmos índices anteriores. Algo semelhante ocorreu com o Estado potiguar: sua situação em relação às participações anteriores foi respectivamente 11.8% e 13,2%. No entanto, no intervalo de 1960/1969 o quadro foi completamente alterado. As exportações nordestinas caíram para 21,7% do total nacional, ao mesmo tempo em que a participação do Rio Grande do Norte no âmbito brasileiro foi de 1,7% e no regional de 7,8%[88].

Esses dados revelam, porém, a participação relativa da cotonicultura potiguar no contexto das exportações nacionais de algodão. Considerando-se a quantidade exportada em toneladas, o que se nota é que no início de todo o período considerado, ou seja, na década 1910/1919, a exportação potiguar foi de dezesseis mil novecentos e quarenta e quatro (16.944) toneladas. No seu final, na década de 1960/1969, suas exportações atingiram quarenta mil cento e sessenta e cinco (40.165) toneladas. Um crescimento absoluto de mais de 138%[89]. Tomando-se os dados sobre o algodão em pluma classificado pela Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Norte na safra de 1969/70, é notável a participação da produção do Seridó no contexto estadual. De toda a pluma classificada pelo referido órgão, essa micro-região do Estado respondia por 63,9%, o que correspondeu a quatorze mil oitocentos e trinta e oito (14.838) toneladas[90].

Como foi demonstrado, inicialmente o desenvolvimento da agricultura no Seridó potiguar contou com as várzeas dos rios. A construção de açudes foi sem dúvida o passo seguinte[91]. No começo, foi a prática incentivada pelos poucos letrados da região. O Pe. Brito Guerra (1777-1845), Senador do Império, apregoava entre seus coetâneos seridoenses que “o problema das secas estaria resolvido no dia em que as águas caídas das

[88] IBGE. Apud CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Op. cit. p.104.
[89] Idem, idem.
[90] SECRETARIA DA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE. Apud. CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Op. cit. p. 200.
[91] “A lei da necessidade e o exemplo do que foram as poucas vasantes plantadas em 77 [1877] obrigaram o sertanejo a utilizar-se de todos os terrenos alagados ou refrescados pelos açudes para o plantio de cereaes, que se desenvolveram tão bem como na estação invernosa” (DANTAS, Manoel. ***Homens de outr’ora***. Rio de Janeiro: PONGETTI Editores, 1941, p. 123.)

chuvas não chegassem ao mar".[92] Há informações de que o açude mais antigo do município de Caicó, provavelmente o primeiro da região, "era o do Recreio, antigo Mabanga, construído em 1842 e com capacidade aproximada de um milhão e quinhentos mil metros cúbicos (1.500.000 $m^3$)".[93]

Não foram encontradas informações estatísticas que dessem um quadro do número de açudes construídos no Seridó antes de 1909, ano em que foi criada a antiga IFOCS (DNOCS a partir de 1945). Portanto, sabe-se que mesmo sendo uma prática tímida, e substancialmente a cargo de particulares, ela se fazia presente na região e em toda a federação do Rio Grande do Norte. Tanto é que, em todo o território norte-rio-grandense existiam naquele ano mil e oitenta e nove açudes, muitos com capacidade para suportarem até um ano de estiagem[94]. Segundo o olhar arguto de um observador dos torrões seridoenses, "aqui, no município do Caicó, d'onde escrevemos, há alguns açudes que, mesmo si não houvesse recebido água este anno, conservariam ainda alguma por alguns mezes... Há no município, mais de 200 açudes".[95]

Nas duas últimas décadas do século XIX e início do seguinte, a bandeira da açudagem passou às mãos dos defensores locais dos símbolos modernos, os egressos da faculdade de Direito do Recife Manoel Dantas foi um exemplo, entre outros, que através dos jornais locais e dos da federação, propagavam entre os sertanejos e autoridades da região essas ações hídricas como forma de modernizar pela via da irrigação a agricultura sertaneja. "Construídos os grandes açudes, perfurados os poços artesianos, ..., resta somente, para se estabelecer a cultura permanente do solo, que se pratique a boa e inteligente distribuição da água, fazendo-se sistematicamente a irrigação do solo".[96]

Manoel Dantas e outros contemporâneos, adeptos da modernização agrícola da região defendiam que as ações hídricas, principalmente a açudagem, fossem assumidas pelo

---

[92] FARIA, Oswaldo Lamartine. ***Os açudes dos sertões do Seridó***. Natal: Gráfica Manimbu, 1978, p. 18.
[93] Idem, idem.
[94] ARAÚJO, Douglas. ***O desenvolvimento do abate de bovinos no RN e suas relações de trabalho***. 1990, p. 100. Dissertação (Mestrado em C. Sociais) – Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
[95] GUERRA, Phelippe & GUERRA, Theophilo. ***Seccas contra a secca***. p. 132.
[96] DANTAS, Manoel. ***Homens de outr'ora***. p. 137. (Essa citação faz parte de um artigo intitulado "O problema da seca" publicado por Manoel Dantas. O defensor da modernização da agricultura sertaneja publicou esse e outros artigos no Jornal a República, no período de julho a outubro de 1901. É o que informa uma nota explicativa de Edgard Ramalho Dantas, neto do escritor, às paginas 161 a 165. Manoel Dantas foi também o fundador em Caicó do Jornal "O Povo" – 1889-1892 –, órgão criado para defender os ideais liberais na região).

poder público. Idéia logo assumida por todos os políticos da região, medida que passou a ser reivindicada às autoridades federais. Desejo que foi consolidado com a criação da IFOCS.

É inegável que aquele bravo defensor do progresso era filho de um fazendeiro da região. Porém, deve-se ressaltar que, mais do que a defesa de possíveis interesses de família, sua crença maior foi na força da ciência, nos valores do tempo moderno, no progresso evolucionista como resultado certo da aplicação da técnica. Em sua conferência de 21 de março de 1909, Manoel Dantas traça um quadro de Natal, capital do Estado, cinqüenta anos à frente do seu tempo. O leitor que navegar nesse mar de sonhos aquarelado em preto e branco pode ver quão os princípios da modernidade haviam dominado o espírito daquele bacharel em Direito e de outros de seu tempo. O açude de Gargalheiras (em Acari), que na sua previsão estaria pronto em 1915[97], seria não apenas fonte de irrigação das terras do município e áreas vizinhas. Essa barragem e outras, que com certeza seriam construídas nas proximidades ou em outros pontos da região, causariam a maior revolução no clima do semi-árido seridoense. "Os açudes haviam formado uma zona de evaporação permanente e continua, que repelia o alísio, fechando para grande parte do sertão a porta sinistra da seca".[98]

Muito já se falou da política hídrica do DNOCS para os sertões nordestinos. Ao recorte deste trabalho só convém destacar os efeitos diretos para as fazendas da região e especialmente dos municípios estudados. Em 1920, no VI Congresso Brasileiro de Geografia (Belo Horizonte, MG), o agrônomo J. Garibaldi Dantas apresentou um estudo sobre a fertilização das terras no Seridó causada pela açudagem. Segundo o agrônomo, em

---

[97] A construção do açude Gargalheiras passou por diversas etapas, começou em 1912 e só terminou em 1959.

[98] DANTAS, Manoel. ***Natal daqui a cinqüenta anos***. Natal: Fundação José Augusto, 1996, p. 37. (Vale à pena citar a passagem do texto na integra. "Com efeito, na época dos grandes cataclismas que modificaram a crosta terrestre as águas romperam quatro boqueirões por onde penetram no Rio Grande do Norte, vindo da Paraíba: Aba da Serra, Bico d'Arara, Ermo e Boqueirão. Corrigir estas quatro soluções de continuidade na montanha era há muito indicado como meio eficaz para dar combate à seca. As obras foram planejadas e executadas. Dentro de dois anos, barragens colossais haviam fechado aquelas passagens que se escancaravam como partes de uma grande muralha de resistência violentamente rompida. Formaram-se deste modo quatro lagos artificiais bastante extensos e profundos, cujas águas, com as do Gargalheiras foram se infiltrando pelas terras, foram se desviando pela irrigação, de maneira a converter quase todo o Seridó num vasto brejal, onde as culturas produzem com a exuberância da seiva excepcional do xisto argiloso que cobre as terras aráveis daquela zona. Notou-se então que as chuvas tinham-se tornado mais freqüentes, quase periódicas, e que o alísio não atirava mais as nuvens de roldão pela encosta da serrania abaixo. Os açudes haviam formado uma zona de evaporação permanente e continua, que repelia o alísio, fechando para uma grande parte do sertão a porta sinistra da seca.

1915, toda aquela região contava com setecentos e dez açudes fertilizando sete milhões e oitenta e quatro braças quadradas de terras (7.084.000). Ainda de acordo com essa fonte, dentro desse quadro, o município do Caicó tinha quatrocentos açudes, com quatro milhões de braças quadradas (4.000.000) de terras fertilizadas, e o município de Florânia possuía trinta e cinco açudes fertilizando quatrocentos mil braças (400.000) quadradas de terras[99].

A fertilização das terras responde em parte pela expansão da agricultura de gêneros alimentícios, garantindo o fortalecimento da parceria. Esse fortalecimento da parceria forneceu as bases do desenvolvimento do algodão e do gado. Dessa forma, para as fazendas, a parceria se reafirmava como sua aliada importante desde o estabelecimento dos primeiros currais de gado na região. Na verdade, a fertilização das terras como produto das pequenas e médias barragens construídas, no início por particulares e posteriormente em parceria com o DNOCS, ajudou na expansão física do cultivo agrícola, agregando em maior quantidade os principais fatores de produção disponíveis, a terra e o homem, o morador parceiro. Como foi visto, os apontados indicadores do censo agropecuário de 1920, especialmente a produção de açúcar e ou rapadura, refletem a importância desse processo.

As terras fertilizadas no Seridó até 1915 quase nada devem ao IFOCS. Dos açudes construídos com a participação daquele órgão federal, apenas três (03) antecedem aquela data. São os casos dos açudes Umari Preto, concluído em 18 de outubro de 1912 e do Arvorou, concluído em 26 de dezembro de 1912; os dois (02) construídos nas propriedades do Tenente Laurentino Cruz e o açude Riacho dos Bois, concluído em 31 de janeiro de 1914, na propriedade de Joaquim Medeiros. Todos foram edificados no município de Florânia[100]. Como se pode observar, foi pequena a participação da Inspetoria Federal nesse quadro. Apesar disso, pode-se dizer que a fertilização alcançada com apenas setecentos e dez (710) pequenos açudes é um índice seguro da extensão física que a agricultura da região sofreu com a construção das barragens de maior porte, efetivada pelo referido órgão, ao longo das seis décadas que se seguiram à sua criação, quando foi mais intensa sua atuação.

---

Natal alegra-se com estes resultados, porque é o escoadouro dos produtos do sertão")

[99] DANTAS, J. Garibaldi Apud. FARIA, Oswaldo Lamartine de. ***Sertões do Seridó***. p. 44.

[100] DNOCS, of. 01/DOS, 04/jan/73 Apud. FARIA, Oswaldo Lamartine de. ***Sertões do Seridó.*** p. 46-47.

Até 1972, o DNOCS tinha construído em todo o Seridó dez (10) açudes públicos e, em cooperação, dezoito (18) particulares. Dos açudes públicos, dois (02) foram edificados em Caicó, com destaque para o açude Itans, com uma capacidade de armazenamento d'água de oitenta e um milhões de metros cúbicos (81.000.000 m3), o maior da região. Pela fonte indicada, até essa data não consta a construção de açude público em Florânia, embora os moradores da cidade informem que em 1970 foi recuperado um açude particular e transformado em barragem pública, conhecido pelos moradores dali como açude Público.

De 1915 até 1954, foram edificados seis (06) açudes particulares em Caicó, somando suas capacidades de reservarem água na ordem de quatorze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil e cinqüenta e quatro metros cúbicos (14.847.054 m3). Capacidade de menos de um quarto (1/4) em relação ao açude público Itans. Em Florânia, além dos referidos três (03) açudes construídos antes de 1915, foi edificado mais um (01) no ano de 1951. A capacidade programada de reserva d'água para os quatro açudes foi da ordem de um milhão, noventa e cinco mil e trezentos e dez metros cúbicos (1.095.310 m3)[101]. Em parte, essa política hídrica do Governo Federal respondeu pela manutenção das fazendas e do seu complexo, agricultura/gado, estruturado na parceria. É ilusório pensar que com a atuação do poder público na região tenha cessado a participação dos fazendeiros na construção dos açudes. "Em enquete que procedemos (dez/1958), somava o Seridó, entre barreiras, açudecos e açudes particulares (construídos sem auxílio do DNOCS) e capazes de guardar água por mais de um ano, 694 unidades...".[102]

Dentro desse período de seis décadas, a construção dos açudes e a fertilização das terras foram uma crescente constante. Nessa fase de domínio da política hídrica, em qualquer década observada, os dados censitários da agropecuária são reveladores dessa afirmativa. Para o ano 1940, os dois municípios continuavam apresentando bom desenvolvimento no setor. A produção de algodão em pluma, do município de Caicó, já alcançou nessa virada de década a cifra de um milhão, trezentos e trinta e três mil e

[101] Idem, idem.
[102] LAMARTINE, Oswaldo. ***Sertões do Seridó***. p. 58.

quinhentos quilos (1.333.500 Kg), e dois milhões, duzentos e noventa mil, novecentos e vinte e quatro quilos (2.290.924 Kg) de sementes do mesmo produto[103].

Note-se que, nesse contexto, os proprietários já usavam a semente como forragem para os rebanhos. Não por acaso, em setembro de 1940, o rebanho pecuarista estava assim distribuído: vinte e sete mil seiscentos cinqüenta e quatro (27.654) bovinos, mil oitocentos e dezenove (1.819) eqüinos, cinco mil novecentos cinqüenta e oito (5.958) asininos e muares, cinco mil setecentos e trinta e cinco (5.735) suínos, vinte e seis mil quinhentos e trinta e nove (26.539) ovinos, sete mil trezentos e noventa e quatro (7.394) caprinos, e vinte e cinco mil novecentos e onze (25.911) aves. Na época, esse foi registrado como o maior rebanho do Estado, somando cento e uma mil e dez (101.010) cabeças de animais[104]. Em Caicó, permaneceu o predomínio da pecuária.

Na agricultura de gêneros alimentícios, o quadro do referido município não fora menos alentador para a economia da região. Para as plantações de feijão, arroz e milho, a produção estimada foi de cem mil (100.000), noventa mil (90.000) e cinqüenta mil (50.000) litros, respectivamente. Além da mandioca e da cana-de-açúcar. A respeito dessa última, em 1940, existiam no município trinta e sete (37) engenhos bangüês empregados no fabrico de uma média de duzentas mil (200.000) rapaduras de setecentos gramas (700 Kg) cada uma[105]. Nesse último item, comparado o quadro com os dados de 1920, o número de engenhos mais que quadruplicou. A produção de cana-de-açúcar é um excelente indício da importância da açudagem como fator de fertilização de novas terras em pleno semi-árido potiguar.

Nessa mesma década, em Florânia, a produção agropecuária também era animadora. Ali, como já se sabe, predominava a agricultura, com destaque comercial para o algodão. A produção da malvácea em pluma alcançou na safra de 1940/1941 setecentos e setenta e um mil quilos (771.000 Kg), enquanto a sua semente produzida foi de um milhão, seiscentos e noventa e sete mil quinhentos e noventa e oito quilos (1.697.598 Kg). Os gêneros alimentícios, mandioca, milho e feijão apresentavam uma boa média de produção. Em primeiro lugar, vinha a mandioca, com quinhentos e cinqüenta mil quilos (550.000),

---

[103] ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. ***Cenários municipais (1941-1942)***. Natal: Oficinas do D.E.I.P., 1943, p. 88-89.
[104] Idem, idem.
[105] Idem, idem.

seguida do milho e do feijão com, respectivamente, trezentos e trinta e seis mil quilos (336.000), e cento e noventa e dois mil quilos (192.000). Além de outros produtos de menor produção como fava, batata doce, borracha de maniçoba, sementes de mamona e os frutos da oiticica. Deste último exemplo, existiam no município cerca de um mil e trezentos (1.300) pés de árvores[106].

A situação do seu rebanho indica bom desenvolvimento para a época. Também assinala uma adequada associação com a agricultura local. Em setembro de 1940, tinha o município um rebanho de quarenta e cinco mil duzentas e vinte (45.220) cabeças de animais. Distribuídas da seguinte forma: seis mil duzentos e vinte e sete (6.227) bovinos, quatrocentos e cinqüenta e cinco (455) eqüinos, dois mil quinhentos e trinta e um (2.531) asininos e muares, dois mil oitocentos e quatro (2.804) suínos, seis mil quinhentos e quarenta e nove (6.549) ovinos e vinte e três mil quatrocentos e quarenta e nove (23.449) aves[107]. Para a data de 1940, esse município não apresentou dados sobre a cana de açúcar para produção de rapadura, o que, comparado com os dados de 1920, indica uma involução neste aspecto.

O desenvolvimento econômico e social assinalado pelos dados apresentados pode ser sentido melhor quando o olhar da pesquisa se desloca para o movimento de urbanização dos serviços e da comercialização das produções locais. O crescimento da estrutura urbana das duas cidades estudadas é visto mais adiante depois da análise do êxodo rural, que cedo se estabeleceu na região, até porque os dois fenômenos se inter-relacionam.

Mesmo no auge da cotonicultura seridoense, por volta de 1955, os dados do IBGE demonstram a importância do consórcio agricultura/gado na manutenção econômica das fazendas de Caicó e Florânia. No primeiro município, para uma produção agrícola de Cr$ 14.882 (milhões), sendo a participação do algodão de Cr$ 5.211 (milhões), a pecuária possuía um rebanho de 94.000 cabeças, no valor de Cr$ 107.848 (milhões) cabendo exclusivamente ao bovino uma participação de vinte mil e seiscentas (20.600) cabeças, ao preço de Cr$ 82.400 (milhões). Por outro lado, essa fonte informa que, no censo agrícola de 1950, dos cento e cinqüenta e oito mil duzentos e noventa e quatro (158.294) hectares possuídos por todos os estabelecimentos agrícolas caicoenses, 105.714 hectares eram

[106] Idem, p. 140.
[107] Idem, p. 140-141.

dedicados a pastagens para o gado[108]. Naquele mesmo ano, em Florânia, a produção agrícola somou o total de Cr$ 11.127 (milhões), tendo o algodão uma participação de Cr$ 6.210 (milhões). Já os rebanhos somavam dezenove mil trezentos e sessenta (19.360) unidades, perfazendo um patrimônio de Cr$ 48.093 (milhões). Só a participação bovina foi de seis mil e seiscentas (6.600) unidades, responsável por Cr$ 33.000 (milhões)[109].

Em Caicó, passados dez anos (1940/1950), percebe-se que desaparecem os dados referentes à produção de rapadura. O cultivo da cana-de-açúcar ou tinha se extinguido ou perdera importância dentro da produção geral do município. Tudo leva a crer que as suas terras férteis, antes usadas para produzir cana-de-açúcar, em parte ou ao todo foram usadas para cultivar banana. Nesse município, no ano da coleta das informações censitárias, a produção de banana atingiu cento e noventa e seis mil e quinhentos (196.500) cachos, correspondendo a uma renda de Cr$ 7.860 (milhões)[110]. Valor superior à renda produzida pelo algodão da localidade que foi de Cr$ 5.211 (Milhões). No que se refere aos engenhos de beneficiamento da cana-de-açúcar, algo assemelhado já havia ocorrido em Florânia, quando se observam os dados de 1920/1940. Para esse último ano, não constou mais a presença de engenhos para o fabrico de rapadura.

A involução desse setor agromanufatureiro das fazendas ocorreu pela concorrência da rapadura produzida em outras regiões de maior produtividade – o Crato, no Ceará foi um exemplo – e trazida pelo caminhão para os mercados locais. Esse foi um resultado negativo indireto das estradas construídas pelo órgão de combate às secas (DNOCS), para melhor garantir a circulação das mercadorias que chegavam e que saíam da região. É importante dizer que as estradas de rodagem sempre estiveram na pauta das preocupações dos fazendeiros locais. Aliás, antes da presença provedora dos poderes públicos nos sertões, as estradas, de forma semelhante aos açudes, foram construídas por aqueles senhores. Elas também foram transformadas em bandeira reivindicatória dos governantes locais e passaram a fazer parte das ações do DNOCS no combate às secas.

Além da açudagem e das estradas que contribuíram para o fortalecimento da tradicional associação gado/agricultura, assentada na parceira, outras modificações ocorreram nas fazendas. Uma delas foi o uso do arado. Como foi apresentado nos dados do

---

[108] IBGE. ***Enciclopédia dos municípios brasileiros***. 18º vol. Rio de Janeiro: 1960, p. 42.
[109] Idem, p. 65.
[110] Idem, p. 42.

Censo de 1920, alguns poucos arados já se faziam presentes em fazendas do Seridó. Um estabelecimento rural, em Caicó, sobressaiu-se com a presença de seis (06) arados sendo usados no corte das terras. Porém, no final da primeira metade daquele século, esse instrumento agrícola praticamente se generalizou nas fazendas onde o poder aquisitivo do fazendeiro era maior. A outra mudança foi que, em meados dos anos sessenta, em algumas fazendas mais aquinhoadas já se ouvia o ronco do trator. "De princípio, os roçados eram menores, pois 'puxando cobra p'ros pés' não podiam dar conta de maior área que, só mais tarde, a capinadeira de tração animal, e já hoje o ronco de alguns tratores, fez ampliar".[111]

Também merece destaque o melhoramento dos rebanhos. Esse processo começou por volta dos anos quarenta. A introdução de melhores raças bovinas fortaleceu lentamente a pecuária local. Contribuiu para que aos poucos os fazendeiros deixassem de pagar a sorte do vaqueiro, passando a premiá-lo com um valor em dinheiro por cada bezerro produzido na fazenda. Porém, o vaqueiro continuava parceiro no uso da terra, podendo criar seu pequeno rebanho na fazenda e, para fins próprios praticar atividades agrícolas. As histórias de vida de João Silva Júnior (Gaúcho) e Dona Lindalva fornecem informações precisas sobre os vaqueiros floranienses Duel e Braz, ambos possuidores de seus rebanhos criados nas propriedades onde trabalhavam até o começo do desmonte das fazendas.

Duas décadas depois, em 1970, data que marcou o fim do domínio exclusivo da política hídrica como forma de combate às secas no semi-árido nordestino, e conseqüentemente da região estudada, os dados do censo agropecuário daquele ano demonstram que a associação gado/agricultura/parceria, com o algodão como cultura comercial mais dinâmica, continuou seguindo firme. A safra do algodão em pluma do município de Caicó em 1969/70 atingiu a cifra de setecentos e dezessete mil quilos (717.000). Não menos significativa continuou a produção de feijão, arroz, milho e outros gêneros alimentícios. Seu rebanho bovino contou com um total de vinte e dois mil e duzentos (22.200) animais[112]. No município de Florânia, a safra do algodão em pluma foi cerca de setecentos e noventa e um mil (791.000) quilos. A produção do feijão alcançou o

[111] FARIA, Oswaldo Lamartine de. ***Sertões do Seridó***. p. 74. (Essa citação foi escrita por Lamartine em 1965).
[112] Governo do Estado – Região do Seridó, vol. I p. 19. Apud. FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, ***Caicó***. Natal: Fundação José Augusto, 1982, p. 28.

total de três milhões cento e trinta e um mil (3.131.0000) quilos e a do milho foi de um milhão quatrocentos e setenta mil (1.470.000) quilos. O seu rebanho bovino contava com oito mil quinhentas e sessenta (8.560) cabeças[113].

Durante os três primeiros quartos do século, a exemplo da produção de rapadura, quando se faz comparações dos dados de outros produtos agropecuários como algodão, feijão, milho e tamanho do rebanho bovino, observa-se que, entre um período e outro, ocorrem variações nos volumes produzidos. Apenas para ilustração, ao se comparar, por exemplo, as produções de algodão em pluma dos dois municípios dos anos de 1940 e 1950, percebe-se as seguintes variações: Florânia, em 1940, produziu setecentos e setenta e um mil quilos (771.000), e em 1950 produziu seiscentos e noventa mil quilos (690.000). Caicó, nos mesmos anos, produziu respectivamente um milhão trezentos e trinta e três mil e quinhentos quilos (1.333.5000), e quinhentos e setenta e nove mil quilos (579.000). Uma redução de 1940 para 1950 de mais de 56%, enquanto Florânia teve uma diminuição de apenas 10.5%.

Essas variações observadas nas intermitências de décadas bem podem ser explicadas pelo caráter rústico da agropecuária local, que se tornava refém fácil de uma forte estiagem – um ano ou mais de seca – e das pragas agrícolas. Outro aspecto que marca fortemente essas alterações, especialmente para menos, é o surgimento de novos municípios desmembrados de Caicó ou de Florânia. É um exemplo disso o caso de Caicó. A drástica redução de mais de 56% da sua produção de algodão em pluma ocorrida nos anos 1940/50, explica-se preponderantemente pela criação – desmembramento do Caicó – do município de Jardim de Piranhas, em 23 de dezembro de 1948[114]. E mais, entre 1950/70, a área total em hectares dos estabelecimentos agrícolas caicoenses foi reduzida de cento e cinqüenta e oito mil duzentos e noventa e quatro (158.294) para cento e oito mil setecentos e dez (108.710) hectares[115].

Dessa forma, pode-se dizer que essas oscilações não foram fruto de ruptura estrutural no eixo sócio-econômico das fazendas. Elas continuavam ancoradas na

---

[113] IBGE. Censo Agropecuário do Rio Grande do Norte – 1970. Apud. FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, ***Florânia***. Natal: 1982, p.39-43.

[114] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra.*** p. 195.

[115] Nesse período, ocorreram novos desmembramentos do município de Caicó. São exemplos as fundações dos municípios de São Fernando, criado em 31 de dezembro de 1958 e, Timbaúba dos Batistas criado em 12 de agosto de 1963. (CASCUDO, Luís da Câmara. ***Nomes da terra.*** p. 247 e 262).

associação agricultura/gado, com base no trabalho do parceiro parente ou compadre. Apesar das dificuldades de produção e comercialização do algodão arbóreo já estarem em curso, desde os anos sessenta, essas informações demonstram a dinâmica geral dos estabelecimentos agrícolas dentro da estrutura tradicional, da sua permanência quase intacta até aquele momento.

O quadro geral da produção agropecuária dos dois municípios demonstra o quanto foi importante a política hídrica como processo de fertilização das terras produtivas da região. Porém, como foi analisado, o partilhamento das fazendas entre herdeiros não foi alterado. Mesmo com a construção dos açudes, continuou firme, fragmentando em minifúndios a propriedade da terra e inviabilizando na vida rural local a permanência de parte ou muitas vezes de quase todos os novos núcleos familiares dos descendentes de grandes fazendeiros de outrora.

### 4.6. A emigração como tentativa de escapar do cativeiro

O êxodo intenso e permanente do campo foi um fenômeno que se associou desde o começo diretamente ao fracionamento da grande propriedade no Seridó. Pode-se dizer que esse foi um fenômeno socialmente traumático para as famílias sertanejas. Para elas, talvez tenha sido mesmo uma tragédia. Sobre esse prisma, suas repercussões continuam sem merecer a atenção dos historiadores.

Para o migrante, sair do sertão era driblar o infortúnio do destino, o trabalho agrícola; evitar ser um escravo da desventura. Para a mentalidade e as condições sócio-econômicas da região, a pequena propriedade era o caminho da pobreza, a queda do paraíso.

Olhando para a dinâmica social da vida rural seridoense, os indícios apontam para um fato singular. Um proprietário de quinhentos hectares de terra (com esse perfil, com certeza, já um herdeiro), chefe de uma família de padrão sertanejo, tinha em média dez filhos. Tendo ele e os seus vividos exclusivamente para o campo, por ocasião da morte do pai e conseqüente inventário dos bens, seus descendentes têm como herança certa a condição de pequenos proprietários. Restando-lhes apenas, quase que invariavelmente, a condição de agricultor pobre. Fugir dessa desdita fora a grande saga de muitos. Fontes

escritas, nos casos mais antigos, e a memória viva dos que conviveram em família esses episódios registram que alguns voltaram, outros se fixaram em terras distantes e muitos se perderam ou deles não se têm notícias.

Dessa forma, no momento que se concretizava o inventário, muitos vendiam seu quinhão e partiam para outros destinos. Irmãos, primos, tios se dispersavam mundo afora, família inteira foi se estabelecer em outras regiões. Até mesmo, famílias de uma mesma parentela abandonaram os sertões do Seridó em diferentes décadas, desde o momento que se intensificou o êxodo. Os personagens entrevistados por essa pesquisa, quase todos falaram de pessoas da família que emigraram para o Norte ou para outras partes do país.

Na região estudada, esse fenômeno rural tem sua ocorrência com fortes manifestações nas últimas décadas do século XIX. É o que se pode deduzir de diversas fontes que tocam em superfície o assunto.

Antes, porém, pelos registros da crônica de Manoel Antônio Dantas Correia – bastante conhecida dessa narrativa – as primeiras saídas dos seridoenses do seu torrão natal foram registradas na última década do Século XVIII, mais precisamente na seca de 1791/3. Contudo, a partir dessa data até meados do século seguinte, boa parte dos que saíam, logo que o inverno voltava, regressavam à região. Com exceção, é claro, dos que sucumbiam na fome ou no flagelo das grandes caminhadas com sede, e os que se fixaram nas cidades litorâneas. Esse movimento de saída e retorno à região, de dimensão ainda pouco acentuada, explica-se pela relativa densidade demográfica de então, poucas estradas, incipiente desenvolvimento dos meios de transportes, ausência de atração de outras regiões e o principiante fracionamento da propriedade da terra.

Um estudo realizado em 1910 pela IFOCS, dos poucos que esse trabalho tomou conhecimento, é revelador da dimensão demográfica dessa migração nos últimos anos do século XIX e primeira década do seguinte. Indica o referido estudo que, em 1895, emigraram do Rio Grande do Norte quinhentas e noventa e quatro (594) pessoas; no ano seguinte, um mil e dezessete (1.017) emigrantes e, em 1897, a saída de pessoas do Estado alcançou três mil trezentos e cinqüenta e duas (3.352) pessoas. Deste último ano até 1909, com exceção de 1904, um ano com seca, a emigração de norte-rio-grandenses se manteve quase estável na média de três mil e trinta e quatro emigrantes. Durante esses doze (12) anos – não está incluso 1904 – saíram do Estado trinta e seis mil quatrocentos e dezesseis

(36.416) potiguares. Na época, esse contingente representava, na maioria dos municípios do Seridó, as populações inteiras de três (03) ou mais dessas municipalidades. Acrescente-se ainda que, no ano da estiagem (1904), foram embora do Rio Grande do Norte doze mil e oitenta e duas (12.082) pessoas. Portanto, de 1895 a 1909, a soma total de emigrantes norte-rio-grandenses foi de quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e oito (48.498) deserdados da terra.

Embora não se deva tomar a seca como causa, a verdade é que o êxodo se acentuava bastante nessas fases de estiagens prolongadas. Entretanto, especialmente a partir da última década do século XIX, como se pode deduzir dos dados supracitados, as secas passaram a funcionar como as comportas das pequenas propriedades. Quando elas abriam as nuvens, dissipando-as para o horizonte distante, o primeiro a pegar a estrada era justamente o sertanejo pequeno proprietário ou o morador sem terra, geralmente os mais jovens. Entre os pequenos proprietários, muitos deixavam para trás, com irmãos, parentes ou simplesmente abandonavam à própria sorte, seu pedaço de terra herdado em partilha na herança do pai ou da mãe.

A seca somava-se às demais condições sócio-econômicas da região para expulsar seus filhos da terra onde nasceram. Dessa forma, empobrecidos pela partilha da herança e, tendo a situação agravada pela seca, muitos abandonavam a região. No começo, quando apenas procuravam áreas úmidas para sobreviver ao período de seca, os pontos de atração foram os brejos paraibanos, o Cariri, no Ceará – em “A terra e o homem no Nordeste Manuel Correia de Andrade considera esta última região o Oásis dos sertões nordestinos – e as cidades litorâneas da província. Em 1877, “existiam em Mossoró, no fim de dezembro, cerca de ... 23.000 pessoas, cuja occupação única era terem fome, e morrerem de miséria ou de peste a tudo expunham-se para receber um litro de farinha”.[116] Esta cidade muito próxima do litoral norte do Estado, com o vizinho porto de Areia Branca, fora naquela época uma das cidades que atraíam os enxotados do sertão.

No final do século XIX e início do seguinte, o destino dos sertanejos expulsos da terra passou a ser o norte do país. Até enquanto durou o surto da borracha, aquela região foi o paradeiro “natural”, a nova terra prometida para onde se dirigiam centenas e milhares de potiguares fugidos do semi-árido seridoense e de outros sertões do Estado e de todo o

[116] GUERRA, Phelippe & GUERRA, Theophilo. ***Seccas contra a secca***. p. 38.

Nordeste. Segundo Guerra, contemporâneo dessa diáspora sertaneja para o norte do país, os jornais da época noticiavam o que estava acontecendo. “Continua o deplorável êxodo dos sertanejos para os Estados do Sul e principalmente para o Norte”.[117]

A voz da imprensa local registrada por Guerra – Phelippe Guerra, descendente de família do Seridó, residia em Caraúbas, município eqüidistante do Mossoró e da região dos seus ascendentes –, refletia, em parte, a tensão social vivida naquele contexto por todos os grupos sociais. A seca estava apenas expondo as contra-indicações da dinâmica tradicional da sociedade rural vigente que, paradoxalmente à riqueza agrícola que gerava como a pecuária e o algodão, produziu também a pobreza agravada pela seca. Mesmo os mais aquinhoados, quando pensavam no longo prazo, viam-se inseguros. Até porque, alguns dos que naquele momento desfilavam perambulando pelas ruas das referidas cidades, ou embarcando nos vapores “negreiros”, no passado recentíssimo, usufruíam melhor condição social. “Dessa população adventícia, rara era a pessoa que vestia uma camisa sã, ou vestido sem remendos; muitos, que antes eram possuidores de média abastança, estavam agora ali esmolando de porta em porta, por haverem attingido a máxima miséria”.[118] O que se pode deduzir da expressão “média abastança” se não a posse de bens e especialmente de algum pedaço de terra? Sem se desprezar o fato de que no sertão o grau de parentesco fora sempre muito próximo, em algum grau, entre o flagelado e os não atingidos totalmente pela miséria.

Além de expor as contradições da sociedade rural tradicional, a seca funcionou sempre como um choque tectônico que a todos abalava. Na visão de mundo do sertanejo, é fundamental para a vida a estabilidade do patrimônio e conseqüentemente da família no longo prazo. Por esse prisma, o sertão já não exprimia confiança. No imediato do cotidiano sertanejo, a seca representava a principal ameaça. Assim, para os não chumbados pela tradição ou para os que pudessem escapar dela, sair da região era um dever de peregrino da fé cristã.

---

[117] Idem, pg. 71. E mais: “Em Mossoró chegam diariamente levas de retirantes no mais contristador estado de miséria. Os vapores negreiros presentes do governo aos flagellados, não comportam todas as passagens solicitadas. Em Areia Branca, estão inúmeros retirantes com passagem à espera desses negreiros. A imprensa denuncia casos de embarque em Natal, de retirantes, à força, pela polícia local, succedendo até que um retirante, ao reclamar perante a autoridade, contra o embarque forçado de sua mulher, viu ao ser ouvido, o vapor singrando barra à fora, conduzindo sua cara companheira de infortúnios” (Idem, idem.).

[118] Idem, p. 38.

Pedro Alberto Dantas – já citado por este trabalho como o construtor do cruzeiro do Monte do Galo de Carnaúbas dos Dantas – nasceu em 1878, na fazenda Xiquexique, município de Carnaúbas dos Dantas, aí falecendo em 31 de maio de 1960[119]. Filho de um pequeno fazendeiro da região. Como membro de uma família de "média abastança", teve uma infância simples, auxiliando seus pais nos afazeres da propriedade. A sua história ilustra bem a situação dos emigrantes sertanejos.

Pelo nome de família, o pai de Pedro Dantas fora com certeza um descendente herdeiro da terceira geração do coronel Caetano Dantas Correia. Como tal, foi apenas um pequeno fazendeiro. O autor da breve biografia do Sr. Pedro o considerava pobre. Ao se referir à sua juventude, diz: "teve sua infância e mocidade como todo menino pobre de cidade sertaneja".[120] A fonte não informou quantos irmãos Pedro tinha. Sabe-se que era tradição de família ter uma grande prole. Ele mesmo, depois que casou, teve dezoito (18) filhos[121].

Essas condições sociais do Sr. Pedro, muito comum na vida dos sertanejos dessa região, fê-lo migrante. Antes de casar, em data não informada na sua pequena biografia, mas, durante o auge do ciclo da borracha no Norte do país, ele e seu irmão Manoel adquiriram um seringal no Acre. Ali, esse seridoense se fixou por alguns anos. Depois que passou por uma enfermidade e uma experiência mística, como já se sabe, retornou ao seu berço de nascença e fixou residência como comerciante da praça. Do seu irmão, companheiro de viagem para o Acre, o biógrafo não deu notícias. Talvez seu destino não tenha tido um final tão heróico quanto o do seu irmão, e por isso mesmo não foi mencionado.

Nos primeiros anos do século XX, resida em Caicó o fazendeiro Joaquim Martiniano Pereira, bastante conhecido na tradição local por coronel Martiniano. Acometido de polineurite, em 1915 ele viajou a São Paulo para tratar essa enfermidade, obtendo sucesso. Coincidentemente, este ano foi de seca. Antes de retornar ao Seridó, conheceu os campos paulistas e ficou encantado com o que viu. Quem sabe a impressão de

---

[119] ALMEIDA, Aldemar de. ***Notícias do Serido: figuras do Seridó***. Diário de Natal, Natal, 18 out. 1978, p. 19.
[120] Idem, idem.
[121] "Pedro Alberto Dantas casou-se com Dona Margarida Dantas em 25/10/1911. Margarida nasceu também na fazenda Xique-Xique, em 11/08/1866, em Carnaúbas dos Dantas. Do casamento nasceram 18 filhos: Luiz

ter descoberto uma nova terra prometida assaltou-lhe a consciência. Ao embarcar de volta, deixou arrendada uma propriedade[122].

Tendo chegado a Caicó, montou uma comitiva, entre homens e mulheres adultos e crianças, de cinqüenta e duas (52) pessoas para retornar a São Paulo e empreenderem a exploração rural da fazenda arrendada. Deduz-se pela foto que a comitiva era na verdade composta por famílias de sertanejos, entre três a cinco, talvez.

A via-crúcis dessas famílias começou com a saída de Caicó no dia 17 de julho do mesmo ano, com destino à estação ferroviária do município de Lajes, distante cerca de duzentos (200 Km) quilômetros do local da partida. Para o trajeto, foram utilizados cavalos e burros, porém, em trechos vários teve quem andasse a pé. Essa primeira jornada foi feita em três (03) dias. Da cidade de Lajes, seguiram de trem até a estação ferroviária de Extremoz, distante cerca de sessenta (60) quilômetros de Natal. Dessa estação, no dia 21, seguiram a pé para Macaíba, de onde atravessaram o rio Potengi de lancha para Natal.

Da capital do Estado até o Rio de Janeiro a viagem foi feita em cinco (05) dias no navio "Maranhão" de propriedade do Loide Brasileiro. Ao chegarem naquele Estado, permaneceram três (03) dias hospedados na Ilha das Flores, de onde embarcaram com destino a São Paulo. Nesta cidade, foram alojados no prédio destinado a imigrantes. Dois (02) dias depois, pela Linha de Ferro Sorocabana, com baldeação no ramal de Itararé, partiram em direção à Estação Ferroviária Engenheiro Hermilo, praticamente o ponto final da travessia do "deserto", visto que, o terreno arrendado pelo coronel distava da referida estação, apenas um (01) quilômetro.

Segundo Martiniano Neto, a experiência dessa caravana em terras paulistanas durou pouco mais de um (01) ano. Apesar de poucas informações, a carta que lhe foi entregue pelo filho do coronel dá conta de que a primeira colheita auferida na nova terra foi boa nos itens algodão e arroz, entretanto, fracassou na produção de milho e feijão, causando um enorme prejuízo a todos e, em especial, ao coronel Martiniano, o principal responsável por boa parte do financiamento da viagem.

---

Alberto, Sizenando, Oscar, Ozanam, Paulo, Júlia, Leovigildo, Alberto, Pedro, Mário, Manoel, Josefa I, Josefa II, Celeide, Inez, Delfina, Albertina e Maria (Marieta)". (Idem, idem.).

[122] MARTINIANO NETO, Joaquim. ***Pioneiros caicoenses em terras paulistas***. Caicó em revista. Revista da festa de Sant'ana de 20 a 30 de julho – 2000. João Pessoa, p. 37, julho 2000. (O autor do artigo diz que essas informações estão amparadas em carta datada de 3 de setembro de 1976, que ele recebeu de Elizário

O fracasso de tão ousada façanha causou a dispersão dos sertanejos. De acordo com a fonte citada, muitos ficaram mesmo em São Pulo, outros se deslocaram para Minas Gerais. Diz a mesma que, anos passados, alguns daqueles sertanejos chegaram a gozar um certo bem estar social na terra desbravada. Por outro lado, no final do ano de 1916, o coronel Martiniano retornou a Caico para retomar a vida rural sertaneja na fazenda São Nicolau[123].

Os indícios dessa encantadora história são reveladores de que a caravana de sertanejos, tendo à frente o seu líder, o coronel Martiniano, empreitara organizar em outro território, um sertão em miniatura, com direito à parceria e tudo mais. Até mesmo as culturas cultivadas na fazenda arrendada, coincidentemente, foram algodão, arroz, milho e feijão. As mesmas desenvolvidas no sertão de Caicó. Pelo que se sabe, nessa época, São Paulo não despertava vocação para desenvolver a cotonicultura. Só mesmo a força da mentalidade sertaneja e a fé inabalada na tradição justificam tamanha proeza.

Como indicam os dados do estudo da IFOCS apresentados no começo da discussão deste item, o êxodo dos sertanejos não ocorria apenas no período das secas. Também depõem em favor dessa afirmativa as histórias da caravana do coronel Martiniano e da emigração do Sr. Pedro Alberto Dantas e seu irmão Manoel. Assim, as secas apenas estressavam a situação geral e em particular a dos herdeiros minifundiários e os sem terra. A emigração dos sertanejos quase impossibilitados de viver da agropecuária foi uma constante desde o final do século XIX e adentrou por todo o século XX. As estiagens formavam apenas picos acentuados desse movimento, fazendo passar o fenômeno climatérico como causador do êxodo.

Como é do domínio da história regional e nacional, com a crise econômica do Norte do país, o fim do ciclo da borracha, o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e principalmente São Paulo foram os destinos escolhidos pelos expatriados do sertão do Seridó, como de resto de todos os sertões nordestinos.

Nesse sentido, foi possível encontrar nas fontes orais, na memória viva dos personagens entrevistados por esta pesquisa, informações que corroboram a hipótese de que o fracionamento da terra gerava levas de sertanejos a abandonarem o seu torrão natal. O

---

Martiniano Pereira, filho do coronel Martiniano e passageiro da referida viagem. A carta veio acompanhada de uma foto da comitiva. As interpretações entrelaçadas aos dados são de responsabilidade desta pesquisa.)

[123] Idem, idem.

próprio choque cultural da perda da terra e do ***status*** possuído antes favorecia o impulso de partir para tentar uma nova vida em terras desconhecidas. Em casa, na terra natal, sua situação fazia se sentirem na condição de decaídos. As histórias de emigração de membros aparentados como pai, irmãos, tios ou de famílias inteiras são multidões na memória dos sertanejos. Não se encontra, entre os sertanejos que viveram no campo até os anos oitenta do século XX, pessoas sem parentes fora da região que tenham emigrados para o "Sul" ou para o "Norte", como eles dizem comumente.

Quando se discutiu o partilhamento das terras, foi apresentado como ilustrativo o exemplo de Manoel Conrado de Araújo, que dispensou sua herança para evitar um maior fracionamento das terras do Fechado, em Florânia. Isso aconteceu por volta dos anos de 1950, quando sua mãe faleceu. Pouco antes desse fato, o Sr. Manoel Conrado havia se tornado, pela via do casamento, proprietário de duas fazendas no município de Angicos-RN. Mesmo assim, seu gesto não evitou que dois dos seus irmãos, João Garcia do Amaral e Severino Garcia (Liro), na oportunidade, premidos pela posse de um pequeno pedaço de terra, vendessem seus quinhões e emigrassem para o Estado de Minas Gerais. Passados poucos anos, seu Severino Garcia faleceu. Tempos depois, já velho e cansado, o personagem João retornou para viver os seus últimos anos de vida na casa de uma filha em Santana dos Matos. Três filhos seus permaneceram no Estado mineiro[124]. Outra irmã de Manoel Conrado, Francisca Leopoldina de Araújo igualmente vendeu seu lote de terra e, junto com o marido, Joaquim Araújo Filho e família, foram ser moradores do irmão na fazenda São Vicente.

Também, outro exemplo narrado foi o caso da família Lopes Galvão, que até os anos de 1960 explorava a fazenda Pitombeira, como uma comuna familiar, para evitar o fracionamento. Dois membros dessa numerosa família narraram para essa pesquisa suas histórias: o Sr. Sebastião Eloi Galvão (Lolo) e seu primo Manoel Lopes Sobrinho[125]. O pai do primeiro tinha treze (13) irmãos e cinco (05) filhos. O segundo teve vinte e sete (27) irmãos dos quais sobreviveram dezoito (18). Como já se sabe, essas três famílias e mais algumas, todas pertencentes à parentela dos Lopes Galvão, habitavam a fazenda

[124] Ver nota 43 deste capítulo.
[125] Ver nota 44 deste capítulo.

Pitombeira. A pressão exercida sobre o patrimônio pela extensão da família devia ser sentida por todos, causando uma certa tensão.

Falou seu Lolo que, com a venda dos primeiros lotes de terras da Pitombeira, feita pelos membros mais velhos da família, teve início a emigração dos seus irmãos e tios. "Se formou aquele movimento de ir para o Sul, trabalhar no Sul, e ele [seu pai] não tinha condições pra dar a ele [os irmãos] como ele queria, dizia que ia embora e ia, né? Não podia empatar não".[126] Como se pode deduzir da fala do Sr. Sebastião Eloi, a desagregação da comuna Galvão e o conseqüente êxodo dos membros da parentela ocorreram em etapas. Seus irmãos foram embora para o Sul do país nos anos de 1930. "Foram todos em 32, ai foi não, foi em 35, 36".

Segundo seu Lolo, seu pai Manoel Lopes Galvão só saiu da fazenda Pitombeira em 1946. Foi neste ano que ocorreu o inventário da sorte da fazenda Pitombeira que coube a sua família. Nessa oportunidade, seus tios que ainda residiam no campo foram embora. "Sou de uma família grande. Todos moravam lá. Aí depois pegaram a vender, pegaram a vender, saíram tudo de lá".[127] Dos catorze irmãos, apenas Manoel Lopes Galvão permaneceu em Florânia. Seu lote de terra de algumas dezenas de hectares foi permutado com o comprador das terras da Pitombeira por outro terreno de tamanho equivalente, situado próximo da área urbana, vizinho ao Monte de N. S. das Graças. O Sr. Sebastião Eloi foi o único filho de seu Manoel que ficou morando com ele em Florânia. Quando da morte de seu pai, foi o seu inventariante e comprou as partes dos irmãos.

Algo assemelhado ocorreu com seu primo, Manoel Lopes Sobrinho. Em sua fala, diz que ficou na Pitombeira até a morte de seus pais. Segundo ele, este fato ocorreu por volta de 1954. Então foi feito "o inventário de casa e tinha vinte e cinco (25) filho, num dava pra ninguém. Aí eu apanhei a casa dele viu, vim morar aí na casa dele".[128] Quando esta pesquisa perguntou pelos seus irmãos, ele disse: "os outros irmãos se debandou tudo. Uns morava em Jucurutu, outros morava em Açu, outros em São Paulo e assim levou

[126] GALVÃO, Sebastião Eloi. Entrevista já citada.
[127] Idem, idem.
[128] LOPES SOBRINHO, Manoel. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (102 min.).

tudo".[129] A enxurrada da partilha e do êxodo levou todos os demais irmãos para outras paragens. "E cada qual vendeu o seu".[130] Apenas ele ficou em Florânia.

O fantástico dessa história de seu Manoel Sobrinho é que ela revela indícios de que outras partilhas estavam em curso no município. Como ele ficou na localidade, procurou investir o dinheiro da venda do seu pedaço de terra comprando casas para depois conseguir fazer negócio com um sítio de terras. Parte dos bens que ele comprou tinha em regra mais de um proprietário. "Comprei a Chico Flávio e a José Xavier, dois proprietário, apanhei dele. Uma apanhei de Zé Evaristo e Neto Evaristo, e a outra eu comprei pra quando eu chegar lá, ficar até encontrar [o sítio] Pedra Lisa".[131]

Nos anos de 1950/60, a presença maior do caminhão transformado em pau-de-arara ajudou a criar uma atmosfera que muito embalava o desejo de buscar uma nova Canaã. Os proprietários desses transportes, espécies de comerciantes de sonhos, interessados em seus lucros imediatos, vezes muitas, faziam propaganda enganosa das terras e das condições de vida nos Estados do Sudeste do Brasil. O Sr. Geraldo Justino de Araújo, atualmente trabalhando em uma fazenda em Caicó, contou para este trabalho que seu pai foi vítima dessa ilusão. Na sua fala, ele recorda que seu pai tinha uma pequena propriedade, no município de Florânia, onde trabalhou e morou com seus nove filhos até 1958. Neste ano, "por doidiça, que Inácio Porfírio que era irmão de mamãe, aí iludiu aí vei pra gente, pra levar nós pro Sul, né? Aí não levou, aí papai vendeu a terra e fiquemos".[132] A família de seu Geraldo não foi para o Sul, como ele mesmo diz, porém, motivados também por essas propagandas, muitos sertanejos embarcaram no êxodo.

Esse foi o único rio perene que nasceu nas cabeceiras dos sertões do Seridó potiguar, a bacia da emigração constante. Paradoxalmente, suas maiores cheias ocorriam justamente quando no Sertão não chovia. Como demonstrado, para jorrar em direção ao litoral do Estado, para o Norte e depois para o Sul do país, suas nascentes abasteciam seu leito sem precisar do fator climático, embora mais desaguasse sua gente na seca.

---

[129] Idem, idem.
[130] Idem, idem.
[131] Idem, idem.
[132] ARAÚJO, Geraldo Justino de. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Caicó, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

## 4.7. Campo e cidade, confrontos e permanências

O florescimento das cidades é a grande novidade que se descortinou, no sertão do Seridó potiguar, no decorrer da primeira metade do século XX. Dois processos contribuíram enormemente para o desenvolvimento das vilas e cidades, o êxodo do campo, especialmente da parte da população que transbordava os limites do parcelamento das fazendas, e o avanço da agricultura comercial do algodão. Lentamente, como um rio que nasce de um veio, cria sua bacia e torna-se caudaloso, a vida social mais dinâmica passou a ser canalizada para as cidades. Elas foram, pouco a pouco, cooptando todas as substâncias vitais, inovadoras, criadoras e transformadoras para si.

No começo, elas absorveram aquilo que pertenceu ao campo: o seu tempo imaginário com suas tradições religiosas, seus costumes cotidianos, suas crenças e superstições, para, depois e aos poucos, irem modificando-os. Assim, foram para as cidades as festas de santos, o São João na roça, que passou a ser São João "na cidade", as festas de renovações de fim de ano e outras. Às vezes, esses festejos foram preservados nessa ou naquela localidade até desaparecerem por completo das fazendas. A vaquejada, espécie de esporte eqüestre, que lembra as lidas do campo com o gado e evoca as cavalhadas, como reencenação das batalhas de mouros e cristãos[133], igualmente migrou para as cidades. No passado, eram feitas em uma fazenda do município ou vilarejo, escolhida previamente pelos fazendeiros da região.

As fazendas também perderam parte de suas funções sociais. No mundo do curral e do roçado, até as primeiras décadas do século XX, era comum o sertanejo nascer, ser recebido na bacia batismal, celebrar sua união matrimonial, com direito a comemoração. Estas festas nas famílias mais abastadas duravam três dias ou mais. Tudo isso, ou seja, todo o ciclo da vida social dos indivíduos fora ritualmente comemorado nos limites do meio rural. Esse cortejo de celebrações da vida e da morte foi transferido para o espaço urbano. As cidades devoraram, absorveram, cortaram, recortaram, modificaram, adaptando algumas dessas práticas ao novo ambiente, enquanto outras foram abandonadas.

---

[133] Sobre as Cavalhadas ver MEYER, Marlyse. ***De Carlos Magno e outras histórias: cristãos e mouros no Brasil***. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

Com o desenvolvimento das cidades, logo as distinções de territorialidades se estabeleceram: o campo, como espaço da produção agropecuária e as cidades como o território das trocas, das feiras, o mundo das relações mercantis. Sem demora, a densidade social do meio urbano forjou uma estrutura administrativa local, roubando da fazenda o *lócus* do exercício do poder patriarcal. Na cidade, em tempos de República, o poder de mando da parentela, medulado na figura do Coronel, recebeu um verniz moderno de poder público com a instituição das intendências e depois das prefeituras com mandatos eletivos. No campo político, os contornos das tensões e das disputas de poder se ampliaram.

O frenesi da circulação de mercadorias, as invenções modernas do século em curso, o sucesso da comercialização do algodão mocó, aquecida pelo consumo das suas fibras no mercado mundial e no nacional – este último, um mercado em formação, guindado pelo incipiente parque têxtil do Sudeste – fizeram arrastar para a urbe um espectro de inovações técnicas que ajudaram a modificar, em muito, as feições do Sertão urbano e afetaram muito pouco a tradição rural.

As Cidades de Caicó e Florânia foram inundadas por símbolos modernos que maquiaram a sua feição de cidades/vilas rurais e deram a elas ares de modernidade. Esses efeitos, produtos dos tempos modernos no Brasil, foram sentidos, em maior ou menor grau, em todas as cidades brasileiras perquiridas, com esse olhar, nas pesquisas mais recentes[134].

Nos municípios estudados por este trabalho, a ocorrência dessa vernizagem moderna pode ser constatada pelo estudo do Departamento Estadual de Estatísticas do Rio Grande do Norte, realizado em 1941/42[135]. Os dados daquele órgão dão uma cartografia do ocorrido nas quatro primeiras décadas do século XX, nos referidos municípios. As duas cidades, mesmo possuindo dinâmicas urbanas diferentes, marcadas no nascedouro de cada uma delas, desenvolveram suas estruturas modernas. Algo capaz de causar surpresas aos que não atentaram para esses aspectos da história sertaneja.

Nos meios de comunicação, a Cidade do Caicó contava na época do levantamento feito pelo Departamento Estadual de Estatística, com uma agência postal-

---

[134] SILVA FILHO, Osmar Luiz da. ***Na Paraíba, o percurso e as tramas do moderno (1892 – 1928)***. 1999. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE. MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. ***Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte***. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

[135] GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Departamento Estadual de Estatística. ***Cenários municipais (1941-1942)***. Natal: Oficinas do DEIP, 1943.

telegráfica de 3ª classe, a qual postava serviços de correios e de telégrafos, sendo esse último instalado em 1917, e uma postal de 4ª classe, na Vila de Jardim de Piranhas.

O expressivo comércio da cidade realizava boa parte do seu intercâmbio com Campina Grande, na Paraíba, e com Recife, em Pernambuco. Tinham sede no município três firmas exportadoras: Dinarte Mariz & Cia, Diniz Dantas e José Alves da Nóbrega, afora nove empresas de descaroçadores de algodão.

Naqueles idos, a cidade possuía pequenos e médios estabelecimentos industriais manufatureiros, que produziam artigos artesanais como chapéus, selas, calçados, botas. Em geral, artefatos para o consumo do campo.

Dos derivados da pecuária, além da produção de queijo e carne-de-sol, existia na cidade uma fábrica de manteiga, denominada “Sabugi”, instalada em 29 de outubro de 1940. Na industria em geral, uma fábrica de massas alimentícias, uma de gelo e uma de beneficiar arroz. A partir de 15 de junho de 1940, passou a funcionar na cidade uma subagência do Banco do Brasil.

Para as condições da época, os meios de transportes apresentavam uma situação semelhante ao de muitos centros urbanos do país. O município estava ligado à capital e às cidades vizinhas por estradas carroçáveis e de rodagem. Havia uma empresa de ônibus denominada “Rede Viação Seridoense”, que fazia o transporte diário de passageiros e cargas do município à capital e vice-versa. A frota de carros do município, registrada para trafegar em 1941, era de treze automóveis de aluguel, trinta e cinco caminhões particulares, quatro motocicletas e cinco ônibus.

Em termos urbanísticos, Caicó foi naquele tempo uma das maiores cidades do Estado. Possuía quarenta logradouros públicos. Destaque especial para a Praça da Liberdade, com um pitoresco jardim e um serviço de alto-falante conservado pela Prefeitura. Tinha iluminação pública desde 21 de maio de 1925, gerada por um motor de 120 H.P., que funcionava a “gás pobre”. O fornecimento de energia também era proporcionado às residências e aos estabelecimentos industriais e comerciais.

Nos serviços públicos de assistência social, foram notáveis os benefícios realizados na cidade nos anos de 1920-30. A construção de um hospital e a ampliação do cemitério público, obras realizadas pela Prefeitura. Em 1934, foi construído pela Interventoria Federal um prédio para abrigar a cadeia pública da cidade.

A rede de ensino do município era composta de 18 estabelecimentos, sendo quatorze pertencentes ao poder público estadual e quatro de propriedade particular. As escolas estavam distribuídas pela cidade e pelas vilas do município. Quando, em 1941, entraram em funcionamento seis novas escolas particulares, o índice de matrícula em Caicó atingiu o número de 1.911 alunos. Uma curiosidade: desse total de estudantes, cerca de 54,5% era do sexo feminino, ou seja, 1.042 alunas. A situação do Caicó não era um acaso. Nesse particular, cotejando com os dados de Florânia, o quadro se repete. No mesmo período, o município tinha 580 estudantes matriculados, sendo 334 do sexo feminino, ou seja, uma participação de cerca de 57,5% de todos os matriculados.

Essa particularidade talvez se explique pelo fato de que no Seridó potiguar os sertanejos sempre cultuaram o saber. Os exemplos do Rei Salomão e da Donzela Teodora, história e novela, contados em verso e prosa pelos seus trovadores e violeiros, são verdadeiros arquétipos de sabedoria no imaginário do povo dali. Espelho e modelo de vida a serem perseguidos em toda a existência dos seus habitantes. Na segunda década do século XIX, o futuro padre Ibiapina, morando com seus pais na cidade do Crato-CE, teve de se mudar para o município de Jardim para poder estudar[136]. Onde residia a família do talentoso estudante não tinha escola de latim. Naqueles mesmos idos, em Caicó, existia uma escola da língua mater mantida por particulares. Endossa essa tradição um aspecto por demais conhecido: as faculdades de Direito do Recife e Olinda registram a passagem de muitos filhos do Sertão do Seridó, que desde o final do século XIX freqüentaram seus bancos de estudos e foram brilhantes. Manoel Dantas, fundador do Jornal o Povo, no Caicó, foi um deles.

A estrutura moderna da Cidade de Florânia era de proporção menor, visto que a cidade não ocupou a condição de centro comercial da região, como foi o caso de Caicó. Embora, no geral, o seu perfil urbano apresentasse fortes mesclas rurais, isso não impediu o município de incorporar, no período em destaque, os símbolos da modernidade.

A indústria do município era diminuta, restringia-se basicamente ao beneficiamento dos produtos agrícolas. Possuía onze estabelecimentos de descaroçar algodão, sendo que apenas seis estavam em funcionamento; dezesseis casas de fabricar

[136] MARIZ, Celso. ***Ibiapina, um apóstolo do Nordeste***. João Pessoa: Editora Universitário/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997, p. 09.

farinha e produção doméstica de queijo e manteiga. As atividades comerciais estavam ligadas à venda do algodão. No município, havia correspondentes das agências bancárias do Banco do Brasil e Banco do Rio Grande do Norte.

Um pequeno surto urbanístico se fazia sentir com a presença de dezesseis logradouros públicos, duas ruas calçadas e cinco arborizadas. A iluminação pública, residencial e dos estabelecimentos privados, foi instalada em 1938. A energia era produzida por uma Usina Termoelétrica de propriedade da Prefeitura. Possuía a cidade um mercado e uma cadeia públicos. Em 1936, foi organizado um sistema de remoção do lixo das residências.

Nos meios de transportes e na malha viária, a cidade estava ligada aos seus municípios vizinhos por estradas carroçáveis. Em 1940, foram registrados, para tráfego no município, dez automóveis, sendo a metade propriedade de particulares e a outra parte de aluguel; quatorze caminhões, um particular e treze de aluguel, e quatro motocicletas. Apesar de o município ser pequeno, a velocidade dos tempos modernos chegava sobre rodas. Esse foi o embalo do século ofegante em terras sertanejas.

Para aproximar as distâncias ou o Sertão do mar, este foi o mote da época, a cidade recebeu os serviços dos Correios e Telégrafos. O primeiro veio logo no século XIX, o segundo foi instalado em 1919. Na Vila de São Vicente, os mesmos serviços começaram a funcionar em 1923 e 1922, respectivamente.

O ensino primário foi ministrado no município através de uma rede de escolas, que incluía o Grupo Escolar “Cel. Silvino Bezerra”, com sede na cidade; as Escolas Reunidas “Professor Vale Miranda”, na Vila de São Vicente, e uma escola isolada no Vilarejo de Canaçú. Mantidas por particulares, existiam ainda seis escolas. Dessas, três eram subvencionadas pelo Estado e duas pelo município. Essas unidades escolares que recebiam auxílios do erário estavam distribuídas pelos sítios e pelas fazendas Jucuri, Pitombeira, José Antônio, Barroca e Fechado. A escola que não era subsidiada pelo Poder Público ficava na cidade.

Estruturadas com as novas técnicas, mais dinâmicas que o campo e com outras oportunidades de trabalho, as cidades vão exercer sobre o meio rural a força de um buraco negro. À princípio, infringe e rouba sua áurea tradicionalista como uma maneira de se legitimar. Aos poucos abandona práticas e costumes típicos do campo para apresentar a sua

moda, o seu jeito de ser. Depois procura se impor tentando catapultar o tempo moderno sobre o tempo da tradição. A presença dos relógios no ponto mais alto das torres das Igrejas, com suas estridentes badaladas, que passaram a ecoar da cidade às fazendas, representou um confronto, sem maior sucesso, da precisa cronologia do moderno frente à frouxa e animista medição do tempo da tradição. A astronomia do sertanejo foi a confinante natureza e o ritmo dos animais[137]. A "concisão" da hora sertaneja não era medida pelas regulares voltas do relógio.

Mas, nesses confrontos e tensões, o Sertão se esvaiu de elementos valiosos. Toda a vida artesanal, que antes habitava na fazenda, foi lentamente se transferindo para as cidades. Como o provam os dados sobre Caicó, a cidade passou a ser o centro do artesanato da região. As cidades viraram o sonho e o destino de uma parcela significativa da população do campo, principalmente daqueles que tinham o domínio de outro ofício além da agricultura. São muitas as histórias de antigos artesãos/agricultores da região – alguns herdeiros de pequeno lote de terra, outros apenas moradores – que na primeira oportunidade escaparam para a cidade ou vila mais próxima da fazenda ou sítio onde residiam.

A literatura regionalista local romanceou esses aspectos do desejo e do sonho de ir para a cidade. No romance de Gomes, essa aspiração do sertanejo seridoense foi bem retratada: Enquadrando um fim de tarde na fazenda Bom Retiro, quando se aproximava o início da colheita do algodão e o branco dos roçados cintilava à luz do crepúsculo vespertino. Depois de uma jornada de trabalho, Xico Alugado, Raimundo Miliano e Antônio Mé, personagens da trama, especulavam o valor do rendimento da safra, quando um deles deseja metade dos rendimentos. Na oportunidade, Antônio Mé pergunta que serventia faria com tanto dinheiro, a quem o indagado responde: "comprava um chalé e ia morar na Capital... [138]."

Em parte, esses sonhos espelhavam os efeitos sedutores das luzes citadinas, das outras oportunidades de trabalho – não mais apenas a agricultura –, e das facilidades de novas experiências sociais. Associados às conhecidas condições de vida no campo, esses foram poderes atrativos arrasadores para a migração campo/cidade.

---

[137] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Tradições populares da pecuária nordestina***. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura: Serviço de Informação Agrícola, 1956.
[138] GOMES, José Bezerra. ***A porta e o vento***. Natal: Fundação José Augusto, 1974, p.23.

Além de tudo isso, a cidade e o seu véu moderno abriram uma brecha sutil, invisível e secreta para muitos. Uma porta de passagem para o tempo moderno, a via do letramento. Uma porta sinuosa porque, nas condições de vida do sertanejo, foram poucos os que reuniram os meios para seguir a jornada escolar. Muitos dos que ousaram foram obrigados a desistir na hora seguinte.

Dos moradores e dos fazendeiros que foram entrevistados por esse trabalho, a maioria se revelou analfabeta ou semi-analfabeta. Em suas falas, foi constatado também, ter sido comum entre eles alguma experiência de alfabetização com os mestres-escola das fazendas ou nas escolas, quando elas passaram a existir. Todavia, a pressão entre trabalho e estudo fazia-os optarem sempre pelo primeiro em detrimento do segundo. “Trabalhava de dia e estudava de noite e aprendi a assinar o nome. O primeiro ano que eu passei na escola não aprendi nem assinar o nome, eu não queria estudar. Minha festança era trabalhar”.[139]

Através da sua fala, sabe-se que o Sr. Sebastião Eloi é fazendeiro em Florânia e descendente de família tradicional do Seridó. Ele se casou três vezes e teve vinte e sete (27) filhos. Em termos de prole, repetiu a experiência do esposo da sua tia, os pais de Manoel Lopes Sobrinho[140], seu primo, que tiveram vinte e cinco (25) filhos. À semelhança de seus pais e tios, se tivesse que repetir o gesto tradicional da partilha, seus herdeiros não teriam como viver da terra e teriam que seguir as pegadas dos seus antepassados. Isso não vai acontecer porque todos já atravessaram a porta do tempo moderno, todos estudaram e vivem de empregos urbanos no próprio município, na capital ou em outras cidades do Brasil, segundo informou seu Lolo.

Fora comum para os sertanejos terem o seu intento fracassado no momento da conclusão do primeiro ciclo. O maior obstáculo era saírem para um centro mais desenvolvido para prosseguirem nos estudos. Uma minoria, só os mais aquinhoados realizavam a proeza. É bom lembrar que até o início da quarta década do século XX, os jovens que podiam fazer o ginasial e o segundo ciclo tinham que se mudar para Natal, Campina Grande ou Recife.

Em Caicó e Florânia, a estrutura escolar começou a ser montada no decorrer das primeiras décadas do século XX. O ensino primário passou a ser ofertado regularmente

[139] GALVÃO, Sebastião Eloi. Entrevista citada.
[140] LOPES SOBRINHO, Manoel. Entrevista citada.

como um fruto do esforço modernizante. Esse acontecimento abriu mais oportunidades aos sertanejos. Entretanto, o ensejo não chegava para todos, principalmente para os pobres. Forçados pela compressão do tempo trabalho versus o tempo escola, tinham que optar entre os estudos e a sobrevivência sua e da família.

Não obstante essas dificuldades e limitações, as escolas funcionaram como capilares cooptadores de atores do Sertão. Um acidente entre a tradição e o moderno. Uma queda na ribanceira do rio que corre para o mar, para o litoral ou, na pior das hipóteses, uma saída do campo para a barragem/cidade mais próxima e mais próspera de sonhos. O inverso é o percurso da saudade, do bucolismo de Luiz Gonzaga[141].

Só para se ter uma idéia do quanto o ensino radicado na cidade foi força cooptadora de jovens talentos, atente-se para o caso de Caicó. Em 1942, foi fundado o Ginásio Diocesano de Caicó. Com cinqüenta e um (51) alunos, a primeira turma ginasial foi implantada no ano seguinte. A partir de então, os jovens de toda a região Seridó que, antes iam estudar em centros distantes mais adiantados, passaram a se dirigirem para esta cidade. Em 1950, o município estava dotado de cinqüenta de nove (59) unidades escolares do ensino primário e três (03) do ensino secundário[142]. Até meados de 1960, o Ginásio Diocesano de Caicó recebeu alunos internos vindos também de outros Estados do Nordeste como Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará[143].

A vida estudantil foi tão intensa em Caicó que, nos anos de 1960, quando o Brasil viveu uma conjuntura política bastante agitada, a cidade tinha um dos movimentos estudantis mais organizado do Estado. Na oportunidade, os estudantes caicoenses discutiam e desfraldavam com entusiasmo as bandeiras das reformas de base do governo popular de João Goulart.

A partir dessa transformação da cidade no palco dos espetáculos do moderno, o sertanejo, que até então fora um emigrante em busca de outros campos agrícolas, passou a emigrar também atrás do sonho do novo, da vida moderna da cidade, da cultura racional e

---

[141] GONZAGA, Luiz & ZÉDANTAS, ***Riacho do navio***, xote. Gonzagão & Fagner. Manaus. BMG, s/d. 1 CD. "Se eu fosse um peixe ao contrário do rio, nadava contra as águas, nesse desafio, saía lá do mar pro riacho do navio, eu ia diretinho pro riacho do navio, pra ver o meu brejinho... sem rádio e sem notícia das terras civilizadas". (Obs: a primeira gravação da música é de 1955: 8015186).
[142] IBGE. ***Enciclopédia dos municípios brasileiros***. p. 43.
[143] FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. CENTRO DE PESQUISAS JUVENAL LAMARTINE. ***Caicó***. p. 62.

dos gostos e costumes refinados em oposição aos hábitos rústicos do campo. As cidades próximas e distantes passaram a roubar em corrente contínua as cabeças mais inquietas, mais abertas à criação, à inovação e à busca de mudanças.

Em linhas gerais, esse processo de expansão dos símbolos modernos urbanos teve continuidade nas décadas seguintes do século passado. Sua dinâmica permaneceu sendo sustentada pelo desenvolvimento comercial do algodão até 1970, quando se aprofundou a crise das fazendas, a partir de então, o Estado desenvolvimentista passou a cumprir essa tarefa. Escapa aos propósitos desse trabalho uma descrição completa da evolução da estrutura urbana dos municípios estudados. Essa narrativa preliminar é um índice seguro do fenômeno no período assinalado.

No decorrer dos três primeiros quarto, do século XX, o sertão rural se desnutriu do fruto do mal, do pecado, o outro saber, o saber iluminado do século das luzes, conquistado pelo letramento a duras penas pelas novas gerações, que estudando as primeiras letras nas vilas e cidades mais próximas, iam depois para os centros distantes para fazer cursos técnicos ou cursar faculdades, quando muito, voltavam como burocratas do aparelho administrativo estatal ou como técnicos, mas nunca retomavam o cotidiano da fazenda.

No campo, permaneciam apenas os chumbados pela tradição. Além de analfabetos, geralmente não sabiam fazer outra coisa além de lavrar a terra. Nos anos de 1960, uma canção popular de muito sucesso expressou bem essa situação dos sertanejos. “Hoje todos são doutor/ e eu continuo um João ninguém/ .../ mas o negócio não é bem eu/ é Mane, Pedro e Romão/ que também foi meus colegas/ e ficaram no sertão/ não puderam estudar/ e nem sabe fazer baião”.[144]

Pelo exposto, pode-se dizer que a tradição presa à sua própria dinâmica se enraizou no solo árido do campo, igual à jurema, verdejando ou hibernando de acordo com o ritmo das precipitações pluviométricas. Sua permanência como estrutura fundante da vida no campo prolongou-se até os anos oitenta, quando ocorreu o desmonte das fazendas por extenuação da velha produção social.

---

[144] VALE, João. Minha história. Raimundo Evangelista do Vale. [compositor]. In: _____. ***João do Vale***. Rio de Janeiro: Disco CBS Ltda. 1981. 1 disco sonoro 33 1/3 rpm, estéreo, 12 pol. Lado 2, faixa 6.

O resultado desse processo, ocorrido ao longo dessas décadas todas, foi a manutenção de uma agricultura levada a efeito sob a responsabilidade de proprietários e trabalhadores sem nenhuma qualificação técnica fornecida pela instrução escolar. Poucos instrumentos agropecuários modernos foram introduzidos na vida rural do sertão do Seridó. O arado, as barragens, alguns inseticidas de combate às pragas, um parcial melhoramento das raças bovinas e o arado a trator foram melhorias que objetivaram a ampliação física da produção das fazendas, mas nunca revolucionar sua estrutura produtiva. A base técnica de sustentação do trabalho e manejo das atividades foi sempre a tradição e o trabalho do parceiro.

## 4.8. O assédio mercantil ao campo

As trocas mercantis sempre se fizeram presentes no mundo rural do sertanejo seridoense. Como foi dito anteriormente, cuidar de um curral de gado também envolvia a atividade de comprar e vender bois. Esta herança ibérica fazia parte dos negócios da fazenda. A literatura de cordel da fase áurea da pecuária oferece fartos testemunhos do envolvimento dos fazendeiros do Seridó comprando gado no Piauí para recompor seus rebanhos. Através de outras fontes e estudos sobre a região, sabe-se também da freqüente ida desses personagens às praças comerciais do Pernambuco. Como é do conhecimento clássico, desde outrora que os rebanhos dos sertões nordestinos, incluindo, é claro, os do Seridó potiguar, foram também negociados nas praças de Goiana.

Nos inventários dos séculos XVIII e XIX, já bastante mencionados nesta narrativa, há elementos indiciários suficientes para se deduzir que dos poucos herdeiros das famílias tradicionais que não sucumbiram ao fracionamento das grandes propriedades é porque mantinham um pé na compra e venda de gado, e o outro, na administração da fazenda.

Com o maior adensamento populacional na região, com o crescente e regular comércio de gêneros alimentícios entre o sertão e os brejos da Paraíba e do Ceará, surgiram os comboieiros ou tropeiros. Gente que transportava mercadorias a cascos de burros e jumentos pelas caatingas desertas. Esses personagens, geralmente de origem pobre, filhos de médios e pequenos proprietários, alguns chegaram a ganhar algum dinheiro e se

nobilitar, comprando terra e algumas vezes recompondo fazendas dantes pertencente a um ascendente rico e respeitado dentro da tradição local.

Porém, dentre eles, outros cresceram como comerciantes e se especializaram como tais, chegando a montar razoáveis estruturas comerciais independentes, sem se envolverem com a posse da terra. Uma demonstração de que as trocas mercantis simples historicamente coabitaram com estruturas sociais diversas. No caso do sertão rural, mesmo antagonizando com a gratidão e outros valores sagrados da tradição, as trocas mercantis se fizeram presentes como elemento constitutivo dessa mesma ordem.

No que diz respeito aos grandes patrimônios rurais, pode-se dizer que, ao longo prazo, só a posse da fazenda não garantia sucesso às famílias dos grandes proprietários rurais. Entre eles, quase que invariavelmente, foi uma regra ter uma participação no comércio, como meio mais garantido de obter fortuna. A mais categórica conclusão a esse respeito são os conhecidos coronéis da região. Esses personagens são a marca indelével da história social e política dessa terra. Pois bem, todos eles tinham como característica indissociável do perfil do patriarca da terra, do coronel, o seu envolvimento direto com o comércio local. “Homem de grandes negócios, comprando e vendendo gado, nas feiras principais da região nordestina, Lula Gomes, pela força imperiosa do seu comercio, pouco se demorava no seu município...”.[145] Todos os coronéis da região, a exemplo dos grandes fazendeiros de outrora, e de quem muitos descendiam – porém, nem todos –, tinham participação direta no comércio local.

Além da sua presença, o comércio foi um dos poucos caminhos de ascensão social para os pobres de origem ou para os descendentes herdeiros de poucas posses. Em ***Patriarcas e carreiros,*** há mais de um exemplo de patriarcas que tiveram origem social nas camadas populares de pequenos proprietários e até mesmo de não proprietários. “José Martins Ramos era pobre. Iniciou sua vida como salineiro, dedicando-se mais tarde à agricultura e à criação”.[146] Mais adiante, em 1916, entrou para o ramo de beneficiamento de algodão em sociedade com Tristão Cisneiro de Góis. Posteriormente, desfez a sociedade,

---

[145] MELO, Manoel Rodrigues de. ***Patriarcas e carreiros***. p. 102. (Este é um dos poucos estudos feitos sobre o tema por pesquisadores locais. A sua importância maior está na abordagem empreendida pelo autor. Na verdade MELO fez neste seu estudo uma espécie de cartografia etnográfica dos principais coronéis do Seridó e de outras sub-regiões do Rio Grande do Norte. Sob esse ponto de vista é um trabalho completo.).

[146] Idem, p. 153. (José Martins Ramos nasceu em 1859 e faleceu em 1939. Foi um patriarca de conhecida influência na região do Açu, a terra de Manoel Rodrigues de Melo).

comprando a parte do sócio. Porém, “antes disso, exerceu a profissão de marchante, deixando-a para não submeter-se a caprichos de autoridades fiscais atrabiliarias. Econômico, trabalhador, pertinaz, fez recurso graças à sua capacidade administrativa”.[147]

Nas cidades do Seridó, da terceira década do século XX em diante, foi visível a presença de um maior desenvolvimento das relações mercantis; de uma maior concentração de capital no âmbito da circulação de mercadorias; de um esboço de industrialização local com o surgimento das usinas, inclusive multinacionais, de beneficiamento do algodão e a extração de óleo e da torta do caroço, como subprodutos da cotonicultura. Nesse contexto, houve ainda de alguns personagens filhos de pequenos proprietários ascenderem socialmente pela via do comércio.

Algumas histórias contidas nas falas de personagens entrevistadas por este trabalho ilustram esse aspecto da vida do sertão do Seridó. Manoel Torres, proprietário da Algodoeira do Seridó Comércio e Industria S.A., nascido em Timbaúba dos Batistas, na época município do Caicó, membro de uma família de dez (10) irmãos. Seu pai, como um pequeno proprietário de terra, tinha dificuldade de dar educação a todos os filhos. Quando “seu Manoel” concluiu o primário “aí ele [seu pai] me escolheu pra estudar fora né? Aí daí fui pra Natal. Passei um ano lá, mas veio um ano, uma seca [1942] então retirei e fiquei. Aí fui me empregar em prefeitura, no comércio e indústria...”.[148]

Nessa fase da sua vida, o Sr. Manoel Torres trabalhou um ano como funcionário da Prefeitura de Serra Negra. Depois, convidado por João Câmara, grande usineiro do Rio Grande do Norte, foi gerenciar uma unidade da empresa no município de Serra Caiada. Com o fim da Segunda Grande Guerra, seu irmão mais velho, o Sr. Polion, que durante o conflito trabalhou em Parnamirim, local sede da base aérea militar de Natal, comprou um caminhão e o convidou para ser seu sócio em um comércio em Caicó. “Mas como é que eu vou trabalhar como sócio se eu não tenho capital? Ele disse: - não, você vai entrar com seu trabalho, é meu sócio nos lucros e o resto”.[149]

No início, a atividade comercial instalada pelos Srs. Manoel Torres e Polion foi o comercio varejista de “vestido, cereais. Viajando pra Recife, pra Campina Grande, pra

[147] Idem, idem.
[148] TORRES, Manoel. Entrevista já citada.
[149] Idem, idem.

Natal, ... e assim foi levando e fiz independência, graças a Deus".[150] Poucos anos depois, seu Manoel fez uma parceria com uma empresa de Natal e colocou uma filial concessionária da Willys para vender Jipe e Rural em Caicó. "Nós tínhamos revenda pra toda a região".[151] Assim, seu comércio cresceu bastante e em 1963 "nós já instalamos uma usina de algodão". A referida Algodoeira do Seridó. Esta empresa fechou as portas depois do fim da cotonicultura e do desmonte das fazendas. Durante o frenesi do algodão, os Torres compraram bastantes terras. Seu Manoel chegou a possuir um rebanho de mil cabeças de gado. Vendeu boiada com até cem animais.

Outro exemplo vem de Florânia. É a história do Sr. João Silva de Medeiros, o maior comerciante de algodão do município desde os anos cinqüenta até a sua morte, que ocorreu concomitante ao desmonte das fazendas. Nesse período, este senhor foi o principal "fornecedor" de pequenos e médios fazendeiros da localidade. Segundo seu filho João Silva Júnior (Gaúcho), antes de ser fazendeiro e um grande comerciante de algodão, seu pai tinha um pequeno negócio. "Quando eu nasci papai, a profissão de papai foi comércio e, depois do comércio ele se dedicou mais ao jogo né? Nesse tempo existia o jogo de bicho, então ele era banqueiro, ele bancava o jogo. Então, era com que se mantinha".[152]

De acordo com a fala de Gaúcho, foi em 1944 que o Sr. João Silva de Medeiros, seu pai, passou a mexer com terra. Um dos descendentes dos Garcia, proprietário do sítio Fechado, o Sr. João Porfiro Neto estava endividado e em dificuldades financeiras. Seu sítio ia ser resgatado por hipoteca por um comerciante de Currais Novos. Nessa oportunidade, o banqueiro do jogo do bicho se oferece: "- João, você quer? Eu vou livrar sua fazenda desse impasse que está acontecendo com você... Ele confiou no pai, no velho João Silva, aí foi que errou. Aí papai botou advogado, venceu a questão".[153]

Quando foi resolvido o impasse, o Sr. João Porfiro Neto ofereceu para vender a fazenda ao Sr. João Silva. Em sociedade com José Dantas, um fazendeiro da Vila de São Vicente, na época município de Florânia, a fazenda foi comprada nos seguintes termos: "- eu compro a propriedade, divido ao meio, você fica me pagando. Você vai botar pra produzir, quando você terminar de pagar, você fica com a sua metade e eu com a minha

[150] Idem, idem.
[151] Idem, idem.
[152] SILVA JÚNIOR, João. Entrevista já citada.
[153] Idem, idem.

metade. E você gerenciando tudo". A transação comercial da terra ocorreu "no dia 20 de março de 1944. ... compraram o sítio, a gente ficamos até papai falecer em 77".[154]

Mas, qual foi a origem social do Sr. João Silva de Medeiros? A fala do seu filho Gaúcho responde a pergunta. Seu avô foi um pequeno proprietário, talvez herdeiro de uma partilha anterior. Ele "deixou a pequena propriedade aqui por detrás da rua". A herança foi dividida "com oito [filhos] que foi criado aqui na casa, né? Quando foi feito o inventário, a terra era pouca, os herdeiros ficaram com a quadra de terra ali, não é? E os outros tiraram aqui na cidade, na casa".[155] Como se pode deduzir, a propriedade do pai do Sr. João Silva de Medeiros era tão pequena que só uma parte dos filhos ficou com terra, o restante teve que se consolar com "partes" da casa da cidade.

Logo que se casou, o Sr. Gaúcho se tornou o dono da referida casa, comprando as partes dos tios herdeiros. Certamente começando pela parte recebida do seu pai, fato comum na vida dos sertanejos. Esses costumes antigos da região, herdados por gerações após gerações, vezes foram retratados pelo cancioneiro popular. "A casa que vovô morou/ o meu pai herdou/ e passou pra mim".[156]

Estas histórias demonstram que o negócio com o gado e o comércio em geral, por excelência sempre foi o caminho mais seguro para se amealhar fortuna na sociedade sertaneja do Seridó. Pelas fontes perquiridas se constata que enquanto durou a sociedade tradicional, os atores que preservaram grandes posses de terra herdada, que compraram heranças de terceiros ou de parentes próximos – vezes muitas, irmãos ou tios – recompondo velhas fazendas fracionadas pelos inventários, estavam, na maioria dos casos, envolvidos com o comércio.

Pode-se dizer ainda que, mesmo os fazendeiros produtores de algodão que não compravam e vendiam o produto de terceiros, intermediando a circulação entre a produção e a usina, geralmente tinham eles outro tipo de comércio na praça do município. Uma loja de tecidos, uma cantina de gêneros alimentícios, um armazém para a venda no atacado de cereais e outros. Esta foi uma herança de além-mar que permaneceu viva na sociedade tradicional. Dessa forma, as duas faces da mesma moeda, a propriedade de terra e gado e o

---

[154] Idem, idem.
[155] Idem, idem.
[156] JOSÉ, Flávio. A casada saudade**.** Coroné Caruá – Direto. [Compositores]. In: ***Tareco e Mariola.*** Monteiro: L. B. C. Gravações, 1995. 1 CD (47 min 64 s) Faixa 12 ( 3 min 48 s).

comércio, foram dois vetores contínuos da sociedade sertaneja. Embora, os valores do comerciante vez outra antagonizasse com a gratidão, não a pôs em xeque-mate. Claro que, desde muito cedo, os fazendeiros/comerciantes procuraram fixar os locais de feiras, contribuindo para dar origem às vilas e cidades. Uma vez constituídas, eles se fixavam na embrionária urbe, guardando uma certa separação, favorável ao convívio, entre o campo sagrado e a cidade profana.

Foi da condição social de homens de negócio que recorrentemente saíram os compradores de fazendas e ou de pequenas heranças, ou seja, pequenos lotes de partilhas para recompor uma fazenda – a Pitombeira foi um exemplo entre outros. Todavia, enquanto a fazenda permaneceu fornecendo algodão, gado e gêneros alimentícios como feijão, milho, arroz e mandioca, os fazendeiros em geral e, também os fazendeiros/comerciantes – se é que se pode fazer essa separação – permaneceram fincados na tradição, organizando o trabalho rural com base na parceria e seu mundo imaginário dos seus personagens permaneceu essencialmente representado pelo sagrado.

Assim sendo, pode-se dizer que, para a alma sertaneja, o comércio fora uma vocação. O tino de saber comprar barato e vender caro, quase uma dádiva, uma astúcia de poucos homens, mas desejado por muitos. A terra e seus produtos, uma reserva de valor, um entesouramento. Os dois, as trocas mercantis e a propriedade da terra e dos rebanhos nunca foram encarados como empreendimentos, apenas processos comuns que nutriam o patrimônio patriarcal. De forma tensa e às vezes antagônica, ambos atuavam na construção do sentido da tradição.

Por força da tradição, o fracionamento da propriedade foi uma constante. No espaço de duas ou três gerações, via de regra, a uma recomposição da grande propriedade, seguia-se um fracionamento e o ressurgimento da pequena propriedade na mesma área. Por outro lado, a recomposição da grande propriedade não obedecia a uma lógica mercantil e sim à natureza das atividades econômicas rurais desenvolvidas e aos ditames tradicionais. Portanto, parcelamento e recomposição da grande propriedade tornou-se desde cedo um círculo vicioso, um processo mediado pelo amor e pelo ódio às trocas mercantis, sem terapia capitalista.

Ao dirigir o olhar desta pesquisa para a estrutura da terra, durante o domínio da tradição na região estudada, observa-se que sua dinâmica corrobora o que está sendo afirmado.

Já foi dito que os inventários do final século XVIII evidenciam o predomínio das grandes propriedades. Os inventariados, sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque (1789), com suas terras somando mais de seis (06) léguas quadradas, o coronel Caetano Dantas Correia (1797), com dez (10) léguas quadradas e o capitão Domingos Alves dos Santos (1793), com mais de dezesseis (16) léguas quadradas[157]. Correspondendo a aproximadamente dezesseis vírgula sete (16,7) mil hectares, vinte e sete vírgula oito (27,8) mil hectares, quarenta e quatro vírgula seis (44,6) mil hectares de terra, respectivamente[158]. Estes são exemplos que ilustram o predomínio da grande propriedade naquele momento, quando todo o Seridó tinha cerca de setenta (70) fazendas.

Segundo o estudo citado de Regina Mattos, a situação da estrutura da terra, no final do século XIX, estava bem diferente. Através de uma amostra de cento e noventa e oito (198) propriedades, retiradas de um universo de quinhentos e sessenta (560) estabelecimentos rurais registrados[159], chega-se a constatar que, para os padrões da região, durante a referida centúria proliferaram a pequena (de até 300 hectares) e a média propriedade (de 300 até 1.000 hectares), com 94,5% das fazendas registradas. As propriedades de mil e um (1.001) hectares até dois mil e quinhentos (2.500) hectares representavam 3,5% do total dos registros. Só 2,0% dos registros, ou seja, apenas quatro (04) fazendas possuíam entre dois mil e quinhentos e um (2.501) hectares e quatro mil (4.000) hectares. A amostra não registrou propriedade com as dimensões das velhas Datas de Sesmarias que correspondiam, cada uma, a oito vírgula três (8,3) mil hectares de terra. Estes dados roboram a afirmativa de outro estudioso da vida do sertão: "as velhas fazendas de gado já não eram, em meio do século XIX, as extensões de três léguas, mas a meia de testada, por uma de fundo, na maioria".[160]

---

[157] MEDEIROS FILHO, Olavo. ***Velhos inventários do Seridó***. p. 151-80.
[158] "A légua utilizada nas medições equivalia a média de 2.400 braças craveiras, de 2,20m cada braça. Assim, a légua quadrada equivalia a 2.787,84 hectares, correspondendo, a data de terra de três léguas quadradas, a 8.363,52 hectares". (Idem, p. 10.).
[159] Op. cit. p. 105. (Como já foi dito anteriormente, esses dados das propriedades registradas em cartório são do município do Caicó. Embora não se disponha das mesmas informações para a região como um todo e, em especial, para Florânia, acredita-se que os mesmos são representativos para os dois casos.).
[160] CASCUDO, Luís da Câmara. ***Tradições populares da pecuária nordestina***. p. 07.

No decorrer do sereno domínio comercial da cotonicultura seridoense, ou seja, até a sétima década do século XX, aproximadamente, o frenesi das trocas mercantis, comandado pelo algodão, e todo o espetáculo dos signos modernos nas áreas urbanas dos dois municípios analisados por esta pesquisa, não foi possível alterar o quadro de fracionamento da propriedade da terra.

Pelo contrário, nos dois municípios, aumentou o número dos estabelecimentos localizados na faixa de até mil (1.000) hectares, ou seja, entre as pequenas (com até 300 hectares) e médias (de 300 a 1.000 hectares) propriedades. Pelos dados do censo agropecuário de 1970, o domínio da terra no município de Florânia foi o seguinte: as pequenas e médias propriedades tinham nesta data 99,9% dos estabelecimentos rurais, sendo que as pequenas representavam 94,4% e as médias 5,3%. As grandes propriedades com até cinco mil (5.000) hectares registraram 0,2%, e com até dez mil (10.000) hectares 0,08%, ou seja, dois (02) e um (01) estabelecimentos rurais, respectivamente[161].

Com relação a Caicó, seu quadro apresentou pouca diferença: as pequenas propriedades, com 93,6%, e as médias, com 5,8% dos estabelecimentos rurais, perfazendo um total de 99,4% das fazendas do município. As grandes propriedades de até cinco mil (5.000) hectares representou 0,61%, ou seja, treze fazendas. Neste município, o censo de 1970 não registrou propriedades com mais de cinco mil (5.000) hectares[162]. Acredita-se que essa situação tenha prevalecido para toda a região do Seridó potiguar.

Dizer que a estrutura da terra, tal como ela se revelou pelos dados apresentados, contribui para se inferir que a ocorrência da recomposição de parte da propriedade fracionada pela herança não representou um processo de concentração capitalista, não quer dizer que não houvesse desigualdade social. Sem dúvida que havia. E mais, considerando os poucos proprietários situados no topo da pirâmide, com grandes propriedades, especialmente as acima de dois mil (2.000) hectares, e os situados na sua base com pequenas propriedades, geralmente inferiores a cinqüenta (50) hectares, a desigualdade entre estes personagens era brutal.

---

[161] IBGE. Censo Agropecuário – 1970. Apud. FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. CENTRO DE PESQUISAS JUVENAL LAMARTINE. ***Florânia***. p. 37.

[162] IBGE. Censo Agropecuário – 1970. Apud. FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO CENTRO DE PESQUISAS JUVENAL LAMARTINE. ***Caicó***. p.32.

Considerando a área ocupada pelos estabelecimentos rurais a partir da estratificação adotada – pequena, média e grande propriedade –, observa-se que, apesar do contínuo fracionamento da propriedade e de suas conseqüências sociais, dentro do período algodoeiro, a lógica tradicional gerou uma diminuição das terras ocupadas pelos grandes proprietários. Em 1970, no município de Florânia, as pequenas propriedades ocupavam 39,36% da área ocupada, as médias 42,08% e as grandes 18,56%. No Caicó, o quadro foi semelhante, tendo as pequenas propriedades 36,65% da área ocupada, as médias com 43,25% e as grandes com 20,08%[163].

Comparando a situação em 1970 com os dados do final do século XIX coligidos pelo trabalho de Mattos e, tomando-os como representativos de toda a região, tanto no município das flores como no caicoense houve uma diminuição da área ocupada pelas grandes propriedades de 35,5% para 18,56%, no primeiro caso, e para 20,08% no segundo[164]. A esta redução correspondeu um acréscimo na área ocupada pelas pequenas e médias propriedades. As mesmas passaram respectivamente de 27,1% para 39,36% e 37,3% para 42,08% em Florânia, e para 36,65% e 43,25% em Caicó[165]. Este cotejamento de dados roboram a idéia do círculo vicioso do processo de recomposição e fracionamento da propriedade da terra.

Outro aspecto que denota a tradição na maneira de administrar a fazenda é o fato do proprietário de terra, tenha ele envolvimento ou não com as trocas mercantis, nunca ter retirado a renda da terra com a otimização da mão-de-obra. Em outras palavras, os fazendeiros sertanejos nunca colocaram a si o desafio de como podiam realizar um número maior de colheitas com um numero menor de trabalhadores[166]. É neste sentido que os dados frios de um censo estatístico quase sempre não revelam a natureza da ação social.

---

[163] IBGE. Censo Agropecuário de 1970. Apud. FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. CETRO DE PESQUISAS JUVENAL LAMARTINE. ***Florânia***. p. 41. Idem, ***Caicó***. p.32.

[164] MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. Op. cit. p. 105. IBGE. Censo de 1970. Apud. FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. CENTRO DE PESQUISAS JUVENAL LAMARTINE. ***Florânia***. p. 41. idem, ***Caicó***. p. 32.

[165] Idem, idem.

[166] "A velha ordem econômica indagava: Como posso proporcionar, nesse pedaço de terra, trabalho e manutenção para o maior número de homens? O capitalismo pergunta: Desse pedaço de terra, como posso produzir o maior número possível de colheitas, com o menor número de trabalhadores?" (WEBER, Max. ***Capitalismo e sociedade rural na Alemanha***. In: ***Ensaios de sociologia***. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 417.

Nas falas dos personagens que viveram a morte do sertão antigo nos municípios de Florânia e Caicó, consegue-se ver como os proprietários olhavam para a terra no intuito de extrair a renda necessária ao seu conforto, à manutenção e ampliação do seu patrimônio. O Sr. Francisco Nobre de Almeida, fazendeiro e, um grande comerciante de algodão do município de Florânia, diz em sua história de vida que possui uma propriedade de um mil e quatrocentos (1.400) hectares. No auge do algodão "eu tinha em minhas terras setenta (70) moradores".[167] Considerando-se que nessa fase a família do sertanejo era em média composta por oito (08) membros, pode-se dizer que uma comunidade de aproximadamente quinhentas pessoas vivia da renda do algodão e da agricultura de gêneros alimentícios de uma única fazenda. Isso desprezando o fato de que uma propriedade de um mil e quatrocentos (1.400) hectares no sertão do Seridó, sendo muito bem situada, talvez tenha quatrocentos (400) hectares de terras agricultáveis. Em regra geral, o restante das terras é composto de pastos naturais, que quando muito, se prestam às criações de gado.

Seu Lolo é outro exemplo que ilustra bem o sentido da tradição com a terra. Este personagem vendia o algodão de sua fazenda ao Sr. João Silva de Medeiros. "Eu tive de criar, de estar com trinta (30) moradores, rendeiros. Morador, rendeiro, tudo trabalhava mais eu. Esses anos que eu produzi muito algodão tinha morador, tinha meeiro demais".[168] O raciocínio válido para o caso anterior de seu Chico Nobre se aplica a seu Lolo. Este último personagem, sua propriedade, entre terras agricultáveis e tabuleiros, tem oitocentos (800) hectares. Mesmo assim, ele com sua numerosa prole (27 filhos) e mais trinta famílias viviam da renda de suas atividades agropecuaristas.

Para reforçar essa descrição da dinâmica rural tradicional, pode-se citar também o fato de que os fazendeiros seridoenses nunca fecharam suas fazendas. Enquanto o campo viveu sob a lógica da parceria, em qualquer época de bom inverno, quem "pedisse" para botar (como eles dizem) um roçado, geralmente seria bem aceito, pagando a meia do algodão na colheita e, na maioria dos casos, ficando com toda a produção de gêneros alimentícios. O "botador de roçado" era chamado de rendeiro. O morador da região

[167] ALMEIDA, Francisco Nobre. Entrevista citada. (A história de vida do Sr. Francisco Nobre de Almeida é típica de um sertanejo. Filho de um pequeno proprietário, em 1919 estava ele em Serra Caiada, município próximo à Capital do Estado, tangendo, para salvar da seca, nove (09) burras de seu pai. Analfabeto, aprendeu do seu genitor a profissão de agrimensor. Segundo ele, com os casamentos (casou duas vezes com duas sobrinhas de seu Lolo) e sua profissão adquiriu terra e depois entrou também no comércio do algodão. Como já foi destacado, foi prefeito no município duas vezes.).

também vivia sob o mesmo regime de trabalho. Para o morador existia ainda a obrigação do "fornecimento" – financiamento – por parte do proprietário.

Mesmo em Caicó, onde os fazendeiros se dedicaram mais a pecuária, constatou-se a prática de conceder a terra, quando solicitada, aos rendeiros. O Sr. Antônio Teixeira de Melo (Seu Biririo), proprietário de terra a menos de um (01) quilômetro da área urbana desse município, fala dessa experiência. "Tem vez que eu dava a uma pessoa que queria uma vazante de meia. Chico, Dedé de Zuza, aquele pessoal da prefeitura tudim plantou uma vazante aqui. Era Mané Caiolo, era Zé Emídio. Tudo de meia".[169] Isso apesar de seu Biririo afirmar que desde que seu pai morreu e ele veio para essa propriedade perto de Caicó, deu mais atenção à criação de gado.

### 4.8.1. A sedução de ser financista e o financiamento da agricultura

No começo do povoamento e desenvolvimento dos currais, fora comum encontrar, num mesmo personagem, encerradas as três facetas econômicas da tradição ibérica/israelita: o apascentador de rebanhos, o comerciante e o financista. Desta forma, o crédito em mercadoria ou dinheiro se fez presente logo cedo na vida rural do sertão.

Sabe-se pelos inventários que os rebanhos sempre conferiram aos sertanejos pecuaristas do Seridó uma reserva de valor, da qual eles sempre lançaram mão para uso próprio ou empréstimos a terceiros. Quanto a esse sentido, os inventariantes são bem claros. "Ao fazer a este não tenho dinheiro que xegue a cem mil reis e deste mesmo pouco que há vou gastando nas minhas precisons domésticas: se ao tempo de meu falecimento já se tiver apurado alguma pataca da boiada que tenho solta confio de minha mulher que o declarará".[170]

Alem de usar as reservas para as despesas de manutenção pessoal, o Sr. Cipriano Lopes Galvão era também um financista da família. "Declaro que meos filhos que até hoje tem casados me são devedores, huns mais, outros menos, segundo constar dos

---

[168] GALVÃO, Sebastião Eloi. Entrevista citada.
[169] MELO, Antônio Teixeira de. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Caicó, 2000. 1 fita cassete (120 min ).
[170] GALVÃO, Cipriano Lopes. ***Inventário***. In: MEDEIROS FILHO, Olavo. ***Velhos inventários do Seridó***. p. 201-214.

meos asentos, e confio que tudo ajuizarão fielmente sem lezão de suas consciências como muito lhes encarrego".[171] Contudo, seus negócios extrapolaram os limites da família. É o que se pode deduzir de outra declaração sua. "Declaro que em mão do Capitão Manoel da Fonseca Galvão se axão alguns papeis de que se encarregou, e ajustará contas com os meos testamenteiros que estarão por elas pois o tenho por verdadeiro".[172] Sem dúvida, nesses papéis constavam débito ou crédito do capitão Manoel para com o Sr. Cipriano Lopes, num flagrante claro da existência do financiamento das atividades locais.

Com o desenvolvimento das trocas mercantis, especialmente nas áreas urbanas, surge, como já foi dito, a figura do comerciante não proprietário de terra. Sua presença representou uma embrionária divisão social do trabalho na região. Como já foi demonstrada anteriormente, a separação social entre fazendeiro e comerciante nunca se completou na região. Este foi um dos resultados da persistência da tradição, deixando nebulosa a relação campo cidade até a morte das fazendas.

A presença de grandes fortunas de comerciantes financistas já se faz sentir no final do século XIX, na cidade do Caicó. Muitas vezes, suas transações envolviam o crédito a compradores e tomadores de empréstimos locais e o seu débito para com os comerciantes de outras praças, especialmente do Recife. Às vezes, as dívidas constantes nos inventários desses senhores eram oriundas de empréstimos. A propósito, deve-se dizer que a maioria dos inventários (58%) analisados no trabalho de Mattos não apresentou dívida com os comerciantes/financistas. As grandes dívidas, sempre acima de dois contos (2.000$000) de réis, representaram 6,1% do total dos inventários, ou seja, oito (08) inventariados. Sendo que seis (06), três quartos do total, foram dívidas dos mercadores locais para com os negociantes de Pernambuco.[173] Uma prova inequívoca de que a pecuária como reserva de valor oferecia uma forte sustentação para a tradição.

---

[171] Idem, idem.
[172] Idem, idem.
[173] MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. Op. cit. p. 214. ("Os demais endividados (aqueles que suas dívidas somavam até 2.000$000 rs) representam a grande maioria de devedores do município e são, de modo geral, pequenos e médios criadores. Suas dívidas dizem respeito a compra de animais, de gêneros alimentícios, a empréstimos de dinheiro, compras nas pequenas casas comerciais do município e até mesmo a pequenas prestações de serviços". Idem, p. 216.).

Entre os inventariados, foi significativo o numero de credores, ou seja, o número de inventários que assinalaram dívidas ativas foi da ordem de 39,2%. Alguns, inclusive com dívidas ativas acima de dois contos (2.000$000) réis[174].

Pelas informações expostas, fica claro que inicialmente as fontes de financiamento da agricultura comercial, no caso do algodão, ou das atividades agropecuárias em geral foram duas: os recursos dos próprios fazendeiros oriundos particularmente dos rebanhos e os empréstimos aos seus pares/financistas, aos comerciantes/financistas, e do crédito em compras.

Ainda segundo Mattos, a taxa de juros expressa nos contratos da época fora de 2%. Se os juros eram fixos, o mesmo não se pode dizer dos prazos. O vencimento podia variar de acordo com a situação do credor. Podendo ser de 21 dias ou até quando a ele conviesse e pudesse esperar[175].

No final da primeira década do século XX, foi criada a primeira instituição bancária do Estado[176]. Coincidentemente, foi por essa época que o algodão mocó passou a ser plantado em larga escala no Seridó. Mesmo assim, pode-se dizer que logo cedo o empréstimo bancário passou a ser a terceira fonte de financiamento das atividades agropecuárias. A distância da capital parece não ter sido obstáculo para os financiamentos bancários atingirem os fazendeiros da região. O Sr. Manoel Lopes Sobrinho, em sua fala, informa que "papai ia tirar o dinheiro em Natal, pra fornecer aos trabalhador e morador. E tinha uma comitiva de ônibus pra Natal. Chegava lá tirava do banco, um já endossava para o outro e assim tirava e todos os anos pagava ao banco".[177]

Pouco a pouco, a rede bancária se expandiu e novos bancos surgiram. Em Caicó, em 05 de maio de 1929, foi fundado o Banco Rural destinado a financiar o pequeno e médio proprietário rural. Esta instituição bancária funcionou até 15 de junho de 1976, quando foi transformado na Cooperativa de Caicó Ltda[178]. Ainda neste município, foi inaugurada, em 15 de junho de 1940, uma subagência do Banco do Brasil. Nesta mesma

---

[174] Idem, idem.
[175] Idem, p. 219.
[176] "O Banco de Natal foi instalado em 26 de março de 1906, e..." (TAKEYA, Denise Monteiro. Op. cit. p. 105.). Posteriormente este banco, através da compra de ações pelo governo estadual, passou a ser uma instituição financeira do Estado e depois de um certo tempo passou a ser chamado de Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN.
[177] LOPES SOBRINHO, Manoel. Entrevista já citada.
[178] FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. CENTRO DE PESQUISAS JUVENAL LAMARTINE. ***Caicó***. p. 32.

época, no município de Florânia, atuava um correspondente do Banco do Brasil e outro do Banco do Rio Grande do Norte[179]. Posteriormente, novos bancos surgiram em Caicó, como Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal e outros.

Mesmo com essa desenvolvida rede bancária na principal cidade do Seridó, as velhas formas de financiamento das atividades agropecuaristas não desapareceram da vida rural dos sertanejos. Nas falas dos moradores e fazendeiros, fica claro, a convivência das três modalidades de financiamento das fazendas. Do final da colheita do algodão até o início do inverno seguinte, todas as necessidades extras da fazenda, incluindo nelas as despesas com o trabalho dos moradores, geralmente eram encampadas com recursos dos próprios fazendeiros; com o início das chuvas, eram abertos os empréstimos bancários para o financiamento do plantio e, para a colheita, os fazendeiros recorriam ao financiamento dos comerciantes de algodão ou representantes das usinas.

Dos recursos dos empréstimos, boa parte era usada pelo fazendeiro para fazer o "fornecimento" aos moradores. Tudo leva a crer que esse tipo de financiamento feito pelo próprio proprietário ao seu morador surgiu concomitante ao uso da parceria, tendo se generalizado com a consolidação da agricultura comercial no sertão. Pelas descrições outras, o uso deste costume tradicional deve ter sofrido variações adaptativas de acordo com cada região. No Seridó, ela, assim como a meia, tem singularidades próprias do lugar. "Ali o proprietário fornece gratuitamente a moradia, a terra destocada e cercada (e quando não, estes trabalhos são empreitados com o próprio morador), bois de capinadeira (e alguns a própria capinadeira), a semente do algodão e o financiamento parcelado e sem juros, da safra".[180]

Foi com essas mesmas características que o "fornecimento" foi descrito pela maioria dos personagens sertanejos que falaram para esta pesquisa. No município de Florânia, foram encontrados trabalhadores rurais dos brejos da Paraíba que disseram ter migrado para o sertão porque as condições de trabalho das fazendas sertanejas eram melhores que na sua região de origem.

Além do fornecimento, "o morador tem ainda o direito de criar um animal de carga (jumento) e uma vaca. Cabe a ele, parceiro agricultor, a meia do algodão, entregue ao

---

[179] ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA. ***Cenários municipais (1941-1942)***. p. 91 e 142.
[180] FARIA, Oswaldo Lamartine de. ***Os sertões do Seridó***. p. 74.

proprietário pelo preço do mercado, e a safra integral das culturas consorciadas...".[181] Os gêneros alimentícios, geralmente feijão, milho, fava, jerimum e outros. A crise do algodão pôs em xeque o fornecimento, quebrando a espinha dorsal da fazenda.

[181] Idem, idem.

# PARTE V

A MORTE DO SERTÃO ANTIGO NO SERIDÓ

# A MORTE DO SERTÃO ANTIGO NO SERIDÓ

**Se o algodão não vale dinheiro no presente momento, não vale também para resgatar compromissos ou para ser trocado por outras mercadorias indispensáveis ao prosseguimento da vida civilizada (CÂMARA, Cassiano Arruda).**

**Porque caiu a agricultura, e aí iam viver de quê? O problema é como tava lhe dizendo,... inventaram essa estória de um tal de bicudo,... esse bicudo acabou com tudo. Mas eu acho que foi os movimentos lá em baixo, esse negócio de empréstimo, sei lá que diminuiu e os patrões não têm condições de sustentar muita gente, né? Agora aqui o algodão não dá (RIBEIRO, José).**

Até os idos de 1970, a dinâmica da vida social dos caicoenses e floranienses – e também para os seridoenses em geral – tinha seu eixo central dinamizado pela agricultura tradicional. Apesar do município de Caicó, na oportunidade, apresentar um perfil urbano maior, o fato não expressava mudança significativa da velha estrutura social, ou seja, não estava em curso nenhuma transformação da arquitetura do campo. A concentração urbana desse município era devida a sua posição de centro comercial da região do Seridó e dos demais serviços urbanos, como escolas, hospitais, vida urbanita, que a cidade podia oferecer para toda a região.

Em Caicó, a população do campo representava mais de 32% da demografia do município. Em Florânia, a densidade rural era maior. Além dos 77% dos habitantes residiam no campo. A grande maioria dos rurícolas era composta de proprietários de terra e moradores de condição. A terra estava dividida em grandes, médias e pequenas propriedades. Sendo que, entre elas, a supremacia numérica das pequenas fora relevante.

Com exceção dos mais aquinhoados, geralmente grandes proprietários comerciantes, todos viviam do cultivo direto da terra e da renda auferida pelo trabalho, na meação, do morador. Residiam na própria fazenda, embora muitos possuíssem uma casa na

cidade. A figura do morador era uma realidade conteste de todas as propriedades. Sendo a sua presença em maior relevo nas grandes e médias propriedades agropecuaristas. Por outro lado, o morador da pequena propriedade era em regra um parente próximo ou distante, arruinado pela "sorte". Também na média e grande propriedade os laços de parentescos entre os proprietários e moradores eram uma constante.

A vida do homem do campo e de sua família continuava como dantes. A semelhança de seus antepassados de centúrias idas, no princípio do inverno arranhava a terra para preparar a produção e a colheita agrícolas. Quase nada havia mudado, agora poucos se auxiliavam com tratores, alguns usavam a carpideira e, a grande maioria, a enxada. Semear a terra e esperar o inverno fertilizá-la era um gesto da memória hábito daquela e de muitas gerações anteriores.

Caso houvesse inverno, fazia-se boa colheita de milho, feijão e algodão. Eram essas as culturas básicas da agricultura dos municípios em destaque. Do milho e do feijão era feita a provisão da família para um ano ou mais, dependendo dos recursos, da estrutura e precaução de cada trabalhador, quem sabe uma seca próxima os espreitava no contrapé. Do algodão retirava-se a renda para custear aquilo que a roça não produzia, ou seja, o complemento da cesta básica. Quando a produção era boa e os preços do produto ajudavam, quitava-se o "fornecimento" do patrão e ou do comerciante fornecedor e com o saldo era feita a renovação da roupa da festa do orago da freguesia e das festas de fim de ano[1].

Além do trator, de presença rara – só existia nas grandes fazendas bem estruturadas –, e da capinadeira como instrumentos modernos de trabalho já citados, fora comum o uso de alguns defensivos para combater as pragas que eventualmente atacavam as

[1] "É o seu Venâncio, ele deixava, podia tirar lenha, podia vender lenha, podia criar gado, até porque as propriedades dele era muito grande então tinha morador que ainda fez um pé-de-meia, mesmo trabalhando assim. Mas porque fazia? Eu pelo menos fui criado da seguinte maneira: nós trabalhávamos seis (6) dias da semana, a feira era no Domingo, nós trabalhava da Segunda ao Sábado, já rapazinho: quatorze (14), quinze (15) anos, dezessete (17) anos. Enquanto tivesse sobre a orientação do pai da gente, tivesse dentro de casa, o que era que a gente tinha direito? Três (3) pareia de roupa por ano, duas (2) para trabalhar e uma (1) pra quando viesse uma missa, viesse à feira. E não era muito comum se vim à feira todo o dia não, vinha não! Vinha de mês em mês; e então dois (2) par de chinelo, como a gente chamava, dois (2) par de chinelo, um (1) para trabalhar e outro pra vim à feira. Isso era meu pai que tinha uma certa condição e tinha a maioria dos moradores não tinha condição de dar um par de chinelo ao filho pra trabalhar. Então, ora o homem não tinha rádio, não tinha televisão, não comprava roupa, não tinha nada, só comia o arroz, o feijão, às vezes nem arroz comia era só feijão, a batata, o jerimum" PAULINO, Pedro. ***História de vida***. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120min.). Esse personagem trabalhou junto com seu pai como morador de seu Venâncio até final dos anos sessenta. A partir de 1972, entrou para o movimento sindical e até hoje é presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Florânia.

lavouras. Afora esses poucos símbolos filhos da modernidade pode-se citar também os grandes açudes construídos com o auxílio da engenharia moderna, mas restritos a algumas fazendas e cidades, e o rádio de pilha ou a bateria. O uso do rádio, quando ele existia na casa do agricultor mais desfavorecido, pela engrenagem tradicional, fora de forma comedida pelo fato das baterias custarem caro. Quase como regra, a programação mais ouvida pela família campestre dos municípios em comento era aquele dedicado ao homem do campo pela rádio rural de Caicó, transmitido nas primeiras horas do dia: um programa de violeiros cantadores dentro da mais pura tradição. E o noticiário com utilidades públicas, que ia ao ar na hora do almoço. No geral, essa foi a maior penetração do moderno no mundo da tradição rural.

Todos que trabalhavam a terra sofriam do analfabetismo crônico ou eram semi-analfabetos. De certa forma, essa fora uma das condições que os chumbavam à tradição, fixando-os no campo e fazendo reproduzirem ***ad infinitum*** as práticas e costumes rurais, da cozinha da casa de morada às lides da roça. O mundo rural desses trabalhadores parecia estar preso à redoma sagrada da tradição que o livrava de qualquer mudança estressante advinda de outro tempo.

Ali, as ações que conduziram e reproduziram a vida social não tinham pressa. O uso do jumento, do cavalo para os mais abastados, as caminhadas a pé, as estradas carroçáveis aumentavam as distâncias para a cidade ou a qualquer lugar onde fosse possível ter acesso aos serviços não disponíveis na fazenda ou sítio, como por exemplos escolas, postos de saúde e até mesmo a um açude com água ou a um barreiro mais longe, em tempos de escassez de inverno. Eram léguas tiranas a consumirem energia e tempo do trabalhador rural, sem lhe pôr nada no lugar na dimensão do esforço consumido. Servia apenas para enrugar-lhe mais cedo a pele encrostada pelo sol, curvar-lhe a coluna e aumentar o dispêndio social improdutivo do indivíduo e da comunidade rural.

De dentro desse mundo quase lento, para todos os seus moradores, escapar ao efeito da gravitação sobre os indivíduos só acontecia aos que caíam na força centrífuga do êxodo. Esse rio imperecedouro e caudaloso sempre em tempos de seca, tinha seus tentáculos e remansos fortes para arrancar o espesso homem tradicional ribanceira a baixo, na direção de uma cidade ou terra distante. Aos mais velhos, já dominados pela tradição, a queda no êxodo ocorria sempre quando a força da seca os arrancava do lugar. Também,

quando o tamanho da família ía além dos recursos oferecidos pela terra e quando a propriedade da família de tanto partilhada minguava a tamanhos que não podia sustentá-los como outrora. O letramento fora desde muito cedo a via mais curta para o êxodo, principalmente para as gerações novas que, de uma forma ou de outra, cursavam alguns anos de sala de aula, como os sertanejos seridoenses dizem. Também acontecia de um migrante trazer em seu matolão de viagem todas essas marcas expulsadoras da vida local[2].

Apesar dos pesares, das vicissitudes da vida sertaneja dos munícipes lavradores de terras floranienses e caicoenses, para eles, esse mundo da promissão de alguns, da penitência e remissão da maioria, não deveria mudar. Quando muito, desejava era sair dele, buscar um novo lugar prometido para os mal sucedidos ou infelicitados pela sorte. Mais cedo ou mais tarde, a Suprema Providência abrandaria sua ira e das terras do sertão brotariam leite e pão de milho a fartar todas as necessidades e curar as chagas dos penitentes de muita fé.

Mesmo vivendo nesse mundo tradicional e pobre de perspectivas de vida melhor, não foram encontrados sinais de que seus habitantes, o trabalhador comum da terra, a grande maioria dessas plagas, vislumbrassem um porvir arruinador. Uma hecatombe que deixaria em escombros de diversas dimensões a velha arquitetura rural desses municípios. A morte da estrutura rural fundada sobre os pilares da tradição: o patriarcalismo, a parceria, a gratidão – como seu equivalente geral –, seu tempo identitário e a religiosidade popular.

Apesar dessa aparente tranqüilidade vivida pelos sertanejos da região, desde os anos sessenta (1960) o fantasma da morte rondava a aura do edifício social do campo. Dizer que essa sociedade foi acometida de morte, não é afirmar que todo o seu arcabouço acabou. Afirma-se apenas que o velho mundo rural, que tinha na fazenda e seus moradores

[2] "... levamos uma vida muito dura pra aprender as primeiras letras, para sermos alfabetizados nosso pai teve que levar uma professora pra dentro de casa: D. Nadir, que morou lá em casa uns dez (10) anos e de forma que a gente estudava, aprendeu um pouco, aprendemos a ler alguma coisa dentro de casa mesmo mas sendo que todo dia tinha aquela tarefa de trabalhar no roçado mais o nosso pai. Depois de quinze (15), dezesseis (16), dezessete (17) anos de idade foi que a gente veio estudar na cidade mais tendo que voltar todo dia pra trabalhar. Trabalhava meio dia e na parte da tarde a gente vinha para o colégio aqui na cidade, ora a cavalo, ora a pé, ..., em 1966, antes de casar, eu fui, eu tive como todo nordestino, fui aventurar a vida no triângulo mineiro onde fiquei quase um ano, na cidade de Ituiutaba. Ai eu trabalhei na construção civil, depois fui pra Brasília trabalhei em posto de gasolina, depois aí onde ainda cursei e, aliás em Ituiutaba eu freqüentei a aula num colégio por sinal muito bom: Instituto Madre, ... depois vim embora pra Florânia. Então chegando aqui eu casei e aí veio essa nova luta , em 1971 veio a transamazônica, né o governo Médice lançou o projeto de construção da transamazônica e eu fui, deixei a família aqui, fui aventurar mais uma vez ..." (PAULINO, Pedro. Entrevista já citada).

parceiros o núcleo gravífico da vida social do campo, ruiu, desapareceu, não existe mais, se não, apenas como escombros ou reminiscências. Esses fatos, tema central desse trabalho, serão narrados e discutidos a seguir.

## 5.1. Diagnóstico e prognóstico de um mal crônico

Um olhar mais sistemático dos problemas do semi-árido nordestino, incluindo aí os sertões do Seridó potiguar, foi o do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (G.T.D.N), criado no início do governo de JK (1956), e sua coordenação entregue ao Sr. Celso Furtado. Dos estudos desse grupo saiu uma radiografia real da situação da vida rural na referida área. A diagnose não deixou dúvida das perspectivas futuras que teria a sociedade campesina fundada em solos do sertão.

Foi feita essa revelação em cores fortes, pelos analistas do GTDN e estudiosos do período de sua atuação. Ela mostra, de forma contundente, o quadro presente na terra das secas naqueles idos: "ali se combinavam uma pecuária extensiva com a cultura de alguma xerófila (normalmente o algodão e em regime de meação) e uma produção de subsistência em um sistema de baixa ***produtividade***..."[3]. Além dessas características, alegou ainda a mesma fonte, era uma produção condenada à destruição pela periódica escassez de inverno.

Também indicava o mesmo estudo uma baixa monetização da economia rural e sua pouca integração aos mercados internos e externos. Sua participação nestes mercados se devia basicamente ao algodão. Sem dúvida, a maior sustentabilidade dessas atividades residia na parceria que conferia à mão de obra um custo baixíssimo, visto que a mesma era remunerada também com a renda da terra expressa na meação – no caso do algodão –, na terça ou no acesso total da produção dos gêneros alimentícios produzidos pelo morador, costume vigente no Seridó.

O aumento das terras agricultáveis, proporcionado pela política de açudagem local e a do DNCOS[4], serviu para qualificar mais ainda esse quadro dramático e

[3] CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. ***O Nordeste e o regime autoritário***. Op. cit. p. 65. O destaque em itálico e negrito da produtividade é desse trabalho.

[4] ".... a ação do Estado [no Semi-árido do Nordeste] ajudava a reter uma carga demográfica considerada excessiva para a Região..." . (CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Op. cit. p. 66).

sorumbático, aumentando o fardo demográfico sobre os recursos naturais nos quais se assentava a tradicional produção da vida social rural do sertanejo do Seridó. Foi uma conseqüência direta da retenção de parte das "águas do rio-êxodo", que se fez perene a partir da segunda metade do século XIX[5].

O emplastro curativo receitado aos males renitentes do paciente sertão fora incisivo. Previa cortar o mal pela raiz. Dentre as ações gerais para o Nordeste, cabia ao semi-árido uma modernização progressiva da sua agropecuária, com vista ao aumento da sua produtividade para fornecer alimentos às cidades industriais que seriam criadas em toda a área nordestina. Meta que somaria esforços com a concomitante modernização do parque agroaçucareiro. No caso da Zona da mata, colhiam-se dois frutos: o aumento da produção e a redução do espaço físico da produção açucareira, onde se aplicaria uma reforma agrária que acomodaria parte da população sertaneja excedente mais a mão-de-obra que seria deslocada com as transformações no semi-árido.

Outra ação visando alocar os sertanejos seria o aumento da fronteira agrícola na direção dos limites territoriais do Maranhão ("terras úmidas do hiterland maranhense"). O uso da colonização das terras férteis disponíveis no lugar diminuiria a carga demográfica no semi-árido. Caso houvesse sido encaminhada, essa resolução representava um significativo remanejamento da população local (25 mil famílias). O Estado se transfiguraria em demiurgo e criaria uma nova Canaã e a SUDENE seria o Moisés dos novos tempos que reconduziria o povo do sertão à nova terra prometida.

Com a consolidação da SUDENE, as diretrizes por ela implantadas seguiram, no geral, o plano do GTDN. As achegas, interpolações e boicotes são de responsabilidades dos filtros e da lógica do modelo de desenvolvimento associado sob a batuta do regime autoritário que se instalou no Brasil, em 1964.

Como é deveras conhecido, na primeira década (1960-1970) de atuação da SUDENE, órgão responsável pelo desenvolvimento regional[6], foi dada ênfase à modernização da economia nordestina. As políticas públicas que objetivaram fundar, na

[5] O capítulo desse trabalho "O cortejo da Tradição", em um de seus itens, descreve e analisa o surgimento e a dinâmica do êxodo rural do Seridó.

[6] A respeito da criação e consolidação da SUDENE e do desenvolvimento regional por ela orquestrado ver OLIVEIRA, Francisco de. ***Elegia para uma re(li)gião***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. ***O Nordeste e o regime autoritário***. São Paulo: HUCITEC; SUDENE, 1987.

região, as estruturas produtivas dos tempos modernos transitaram sobre duas vias. Através de incentivos federais (34/18 – FINOR) alavancaram a criação de parques industriais nas suas principais cidades (Salvador, Recife e Fortaleza, nessa fase, foram as capitais nordestinas mais beneficiadas), e incentivar, através do crédito fácil e subsidiado, os projetos voltados para modificar o perfil técnico da agropecuária.

O segundo vetor tinha seu pólo de atuação voltado para toda a agricultura da região[7]. No âmbito do semi-árido, contava-se com ações diferenciadas para as terras úmidas à jusante e à montante dos grandes açudes, especialmente os públicos. Entretanto, a meta básica era transformar a propriedade rural em uma empresa moderna[8]. Esperavam os técnicos e planejadores do governo e da SUDENE que o homem, proprietário e trabalhador campestres do semi-árido se encantasse, melhor dizendo, se desencantasse do seu mundo, e se atirasse no lago do cisne, pronto para render fidelidade à racionalidade moderna. O que, obviamente, não aconteceu. A modernização agrícola nessa fase, quando ocorreu, foi pontual e se restringiu basicamente à área de produção do açúcar.

Para atestar o fracasso, na década em comento, da tentativa de modernizar o semi-árido nordestino e em particular o Seridó potiguar, como parte integrante da região, não se faz necessário esboçar em cores vivas o quadro do flagelo que a propalada seca de 1970 provocou na economia e na população local. É uma descrição deveras repetitiva. Para que repetidamente fazer sangrar a memória, se outras fontes se prestam a roborar os efeitos pífios da modernização sonhada?

Em setembro de 1974, quando os atores de sempre (na oportunidade o BNB, na pessoa do seu presidente, o Sr. Nilson Holanda) ainda discutiam velhas e novas preocupações modernizadoras para a agricultura do RN, com base em estudos do referido órgão, fora publicado na imprensa local um perfil técnico do setor agrícola do litoral e do Seridó, do qual se destila o quão não surtiram efeito os esforços de uma década e meia para modificar o padrão tecnológico e organizacional das propriedades rurais.

---

[7] "Beneficiada com o avanço da tecnologia moderna, calculava-se que a produtividade dos canaviais poderia subir de 40 para pelos menos 85 toneladas anuais por hectare, tornando a economia açucareira nordestina capaz de competir com a produção de outras áreas do País..." (CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Op. cit. p. 70).

[8] "... a implantação de uma agricultura de alimentos voltada para o mercado em terras subutilizadas das zonas úmidas ou na faixa semi-árida onde fosse possível a irrigação, dotando essa agricultura de padrões tecnológicos e organizacionais que lhes garantisse uma alta produtividade; a constituição de uma economia mais especializada e resistente às secas no semi-árido, tendo como suporte básico a pecuária" (idem, p. 69.)

Entre os estabelecimentos rurais cadastrados oficialmente, 80,2% formavam o conjunto dos minifúndios e 19,1%, latifúndios por exploração. Só que a área média dos minifúndios era quatro vezes inferior ao módulo médio do INCRA. “Mais grave ainda: dos 58.481 estabelecimentos cadastrados apenas 374, isto é, 0,7% foram situados na categoria de ‘Empresa Rural’”[9].

Como foi dito, as informações abrangem o litoral e o Seridó. Provavelmente as 374 Empresas Rurais estavam no litoral. Esta é uma dedução lógica, pelo fato de que a microrregião, como se sabe, sempre foi de domínio da cana de açúcar e onde mais cedo se fez sentir os efeitos modernizadores dos incentivos creditícios da SUDENE para o setor agrícola.

Infelizmente, as informações das duas microrregiões foram agregadas. Porém isso não impede de se afirmar que esses dados consagram a densidade quase irremovível da tradição frente ao poder alavancado, até então, pelas políticas públicas de incentivo à modernização da economia agrária do Seridó. Dessa forma, esses dados antecipam o que os personagens da saga rural sertaneja de 1970/90 confirmaram em suas narrativas, ou seja, é com a estrutura tradicional do campo que o Seridó, e particularmente os municípios de Caicó e Florânia, vai enfrentar o instável e concorrido mercado cotonicultor, tanto no âmbito nacional como no internacional. Nesse confronto, a estrutura campesina dos municípios estudados não consegue superar os desafios da concorrência e da queda constante e acentuada dos preços dos produtos agrícolas, e particularmente do algodão. Frente às turbulências do período, a estrutura da produção ruiu e se desmoronou, levando à derrocada o velho edifício rural dos municípios.

## 5.2 O crepúsculo das fazendas agropecuaristas

No decorrer das seis primeiras décadas do século XX, o algodão do Rio Grande do Norte teve presença garantida e sem atropelos nos mercados interno e externo, a despeito da instabilidade comum aos mercados de produtos agrícolas, das mudanças ocorridas na economia nacional em geral, e em especial na indústria têxtil do país e também

[9] Diário de Natal. ***Desafio de vida ou de morte***. Política. Natal: 27/09/1974, p. 05. (Para compreender a estrutura da terra no Seridó, especialmente os municípios perscrutados por essa pesquisa, ver especialmente o Capítulo “O Cortejo da Tradição”).

da região Nordeste, bem como da expansão da cotonicultura paulista, ocorrida a partir da crise de 29, e dos ajustes no processo de beneficiamento da pluma no âmbito estadual e, da introdução de sementes selecionadas da espécie arbórea[10].

Desde a consolidação da industria têxtil brasileira, boa parte da exportação do algodão potiguar se fez para o Sudeste brasileiro, embora nunca a venda do algodão fibra longa, produzido exclusivamente no Seridó, e matéria-prima especial para produção de linha de costura e dos tecidos finos, deixou de fazer incursões periódicas no mercado externo[11]. Durante essa fase, essa situação conferiu à região uma rentabilidade crescente à sua economia, de tal forma que, nos núcleos urbanos locais, o frenesi mercantil aumentava os sinais de riqueza da população, enquanto o bálsamo moderno dava o alento de progresso para todos os habitantes das cidades**.**

Como testamento do frenesi comercial presente nas urbes da região e a sua condição de palco teatral dos símbolos modernos, há um índice seguro que pode ser decodificado dos acontecimentos de 1972, momento em que a região mal havia se recuperado de uma catástrofe climática. No referido ano, os seridoenses pagaram à vista em consumo de cigarros e bebidas alcoólicas a quantia de "quatro milhões de cruzeiros", enquanto todo o financiamento disponibilizado pelos bancos oficiais da região para financiar a entressafra do algodão fora de um milhão setecentos e vinte mil cruzeiros (Cr$ 1.720.000).[12]

Ainda em 1964, sob a jurisdição do Banco do Brasil, agência de Caicó, existiam seis (06) usinas de beneficiamento de algodão em caroço. A diversão e o lazer da cidade não se restringia às festas e aos bares. Estavam sediadas ali três (03) casas de cinema. Através das películas exibidas ao público, o fantástico mundo hollywoodiano da América do Norte chegava até o Seridó potiguar urbano, embalando o seu sonho de progresso. A

---

[10] Ver a esse respeito TAKEIA, Denise Monteiro. ***Um outro nordeste***: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BNB. ETENE, 1985. Também CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. ***O maquinista de algodão e o capital comercial***. Natal: Editora Universitária, 1987.

[11] Por essas razões, em termos absoluto, a produção/exportação algodoeira do RN foi sempre crescente durante todo o período em destaque: 1910/19 16.944 toneladas, 1920/29 29.194 toneladas, 1960/69 40.165 toneladas. (IBGE apud CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Op. cit. p. 104.

[12] GONÇALVES, Paulo. ***Marginalização do pequeno e médio plantador de algodão e o empobrecimento do Seridó (final)***. Natal: Diário de Natal 28/07/1973, p. 07. (Paulo Gonçalves é médico, filho do Acari, foi deputado estadual por três legislaturas. Na Assembléia Legislativa, sempre se portou como um defensor dos agricultores e trabalhadores rurais.)

cidade tinha um Jornal e era servida por quatro representações das montadoras de automóveis.[13]

Contudo, esse embelezamento moderno da vida citadina estava prestes a sofrer uma sístole provocada pela crise de rentabilidade da cotonicultura. A perda de rendimento do algodão do Seridó, e de resto de todo o Rio Grande do Norte, teve início no transcurso dos anos sessenta (1960-70). Essa anemia agonizante do algodão foi bem retratada pelo estudo que o Deputado Paulo Gonçalves, típico representante da cultura algodoeira do Seridó, publicou na imprensa, no início dos anos setenta (1973). Com base em dados da ANCAR de Jardim do Seridó – município vizinho a Caicó – o parlamentar demonstrou que o aumento do valor dos insumos (cultivador, enxada manual, enxada cultivador, pulverizador, inseticida e arame farpado), entre 1963 e 1973, não foi acompanhado pelo valor do algodão. Só a partir de então, os mesmos indicativos do GTDN, que parecia uma verdade soterrada pelo tempo, começaram a brotar nas falas dos atores locais, como imposição dos fatos.

No final da década analisada pelo parlamentar, a desproporção do valor de cada insumo comparado com o valor do algodão, demonstra o quanto a atividade não conseguia mais remunerar os fatores da produção como dantes. Enquanto o preço do algodão foi corrigido em 900%, o insumo que menor correção recebeu atingiu 1.345%, como foi o caso da enxada manual. Ao mesmo tempo, o inseticida, insumo de uso obrigatório e quase corriqueiro no combate às pragas que ameaçavam as lavouras, sofreu uma majoração de 4.750%[14].

Levando em consideração os dados apresentados pelo parlamentar, o aumento médio dos seis insumos básicos da agricultura sertaneja local alcançou um quociente de 2.277%. Seguindo ainda o estudo comentado aqui, a perda de rentabilidade do algodão não se limitou aos custos diretos da produção, visto que a alta do custo de vida, na época, também era significativa. “Em 1970 o ‘algodãozinho enfestado’ para lençol de apanhar feijão e algodão, custava quatro cruzeiros, passando, este ano, para oito cruzeiros, a mescla e o brim para camisa de trabalho, de 2,50, naquele ano, custam em 1973 4 cruzeiros; o

[13] Idem, idem.
[14] Idem, idem.

morim, de dois cruzeiros, passou para 3,80; a chita de 1,50 passou para 3 cruzeiros; o cobertor popular de cinco para 11 cruzeiros e a rêde, de 12 para 20 cruzeiros"[15].

Embora não se possa demonstrar em cores definidas qual o impacto desse aumento dos preços de produtos essenciais sobre a vida dos agricultores, o fato é que o custo de vida também afeta negativamente e de forma direta o produtor e toda a estrutura social das fazendas[16]. Obedecendo à tradição, uma estratégia eventualmente utilizada para amenizar a perda de renda da agricultura era a ampliação física da produção, realizada através do aumento do número de moradores e abertura de novos roçados. Atitude que, dadas as condições do clima, fora quase sempre uma aventura de conseqüências duvidosas. Portanto, persistia o problema da baixa produtividade denunciada uma década antes[17].

Nesse sentido, se o algodão, como a atividade mais rentável para os produtores – pequenos, médios, grandes e respectivos parceiros, seus moradores – estava refém da tradição e perdia rentabilidade, o que dizer da agricultura de alimentos, principalmente milho, feijão e farinha, os mais comuns? Sem dúvida, a essa altura, haviam se tornado produtos de mera subsistência, auferindo, algumas vezes, uma pequena renda quando a safra era grande e parte comercializada no mercado local[18].

Por outro lado, os efeitos da queda de rentabilidade do algodoeiro foram mais visíveis no setor de beneficiamento do algodão e no padrão de vida dos moradores das cidades, especialmente Caicó – na época principal entreposto comercial do Seridó –, dado que o edifício urbano estava diretamente ligado à estrutura mercantil de distribuição da produção local para outros centros e da compra de mercadorias de outras localidades para consumo interno da região.

---

[15] Idem, idem.

[16] "As grandes e médias propriedades da região, estão rapidamente a se transformar em minifúndios anti-econômicos. Esta conclusão foi firmada baseada em pesquisa feita em 1.339 propriedades" (GONÇALVES, Paulo. Op. cit. p. 07.) Na verdade, a queda da renda agrícola aumentava o empobrecimento do campo e favorecia o desencadeamento do partilhamento das propriedades, vezes contido na exploração em comum pela família e parentela de duas ou mais gerações. Ver a respeito da dinâmica do partilhamento como vetor constitutivo da tradição no capítulo desse trabalho intitulado 'O cortejo da Tradição".

[17] "Atualmente, o crescimento da produção algodoeira nordestina tem por base a incorporação de novas áreas – de produtividade marginal –, sem a intensificação das áreas já cultivadas" (DIÁRIO DE NATAL. ***SUDENE vai estudar nosso algodão mocó***. Natal: Diário de Natal, 16/08/1973, p. 05.) Essas informações foram repassadas ao Jornal pelo então chefe do escritório da SUDENE em Natal, o sr. Antônio de Pádua.

[18] Sem dúvida, na primeira metade do século XX, quando a agricultura regional tinha padrões produtivos praticamente idênticos aos nacionais, a agricultura de gêneros alimentícios tinha uma importância maior para a estrutura da fazenda. Isto é o que este trabalho tentou demonstrar no capítulo intitulado o "O cortejo da tradição."

Foi com aflição de quem está perdendo um ente querido que o Deputado Paulo Gonçalves narrou a debilitação econômica, esgrimida pela perda do orvalho moderno que se retraía frente ao empobrecimento da economia local, fruto da queda constante da rentabilidade do algodoeiro. Referindo-se às seis (06) usinas da jurisdição do B. do Brasil de Caicó, presentes na década anterior, diz: "hoje, existem três e, uma funcionando à título precário". E continua expressando sua angústia diante do que assiste quase imoto: "Em Caicó, existiam então três cinemas e hoje apenas um. Caicó possuía jornal, hoje não existe nenhum. Também possuía uma agência de banco particular que foi suprimida. A região era servida por quatro representações de indústrias automobilísticas, hoje, apenas uma"[19].

Aos olhos do parlamentar que assiste e perscruta a dimensão do drama da sociedade rural, naquele momento, parece que a morte do campo abalaria com sismicidade a vida urbana de Caicó e, quem sabe, de rodo, a quase todo o Estado. Não por acaso o parlamentar apresentava seu estudo e suas inquietações narrando-os do púlpito da Assembléia Legislativa Estadual, para que ecoasse nos quatro cantos do Estado.

Além do desalentado diagnóstico descrito, o Deputado Paulo Gonçalves propõe nove medidas como solução possível para o problema[20]. Como se sabe, no decorrer dos anos de 1970, todas as sugestões do parlamentar, com exceção do controle dos preços dos insumos agrícolas, foram implementadas sob a forma de políticas públicas mais amplas dos governos Federal (incluindo as ações da SUDENE) e Estadual.

Como que não acreditasse na eficácia das suas proposições, ao enumerá-las, o parlamentar anuncia de forma velada a morte da velha vida rural da região. "O Seridó está preso a uma monocultura asfixiante. Não temos condições, em termos economicamente razoáveis, de plantar outra coisa a não ser o algodão"[21]. Essa frase parece ter sido o anúncio, com conhecimento de causa, de que o modelo rural seridoense era um paciente terminal. Considerando as ações públicas posteriores e a atuação de outros políticos locais, dos governos e dos órgãos federais responsáveis pelas intervenções na agricultura da região, parece que essa verdade não foi encarada de imediato, continuaram todos,

[19] GONÇALVES, Paulo. Op. cit. p. 07.
[20] São elas: 1) Construção de pequenos e médios açudes, 2) Cooperação do Exército no aprendizado agrícola, 3) Cooperativismo, 4) Posto de remonta – inseminação artificial, 5) Diminuição dos juros agro-pecuários, 6) Assistência técnica em grande escala, 7) Aposentadoria do pequeno agricultor, 8) Rede de Silos, 9) Preços mínimos compatíveis e controle dos preços dos insumos agrícolas. (GONÇALVES, Paulo. Op. Cit.)
[21] Idem, ibidem.

planejadores e governos, acreditando nas possibilidades de modernizar a agricultura do semi-árido, embora usando, para alcançar tal objetivo, diversos modelos.

## 5.3 Anos setenta: a via-crúcis de um corpo social

Pelo que foi demonstrado pode-se deduzir que, até o final da década de 1960, a depreciação da cultura algodoeira havia causado um maior empobrecimento da sociedade rural, dos proprietários e dos moradores, e atingido, desbastando o seu relevo, a vida urbana moderna da região, de Florânia e, em especial, de Caicó. Porém, com a exceção do diagnóstico do Deputado Paulo Gonçalves, a julgar pelo o ânimo geral, especialmente dos atores do campo, a década fora de alento, de esperança nas ações da providência, de um novo tempo bonançoso que poderia devir. É o que se depreende das histórias de vida desses personagens, pois em nenhum momento suas falas registram dúvidas na continuidade da vida rural para os que estavam chumbados a ela.

No início da década seguinte, as expectativas pareciam afundar em um mar de desespero e aflição. O ano de 1970 foi seco e de muitas calamidades. Todas as feridas do sermi-árido foram reabertas e sangraram abundantemente seiva e flagelo. Como sempre aconteceu nas grandes estiagens, por alguns momentos, a morte dos homens e dos animais fez esquecer a peleja da vida de toda a sociedade rural; o desfalecimento do campo que havia se acentuado nos anos anteriores, como já foi demonstrado, ficou desfocado. As atenções e esforços se voltaram para atenuarem os efeitos do suplício imediato.

Afora a afirmativa de “monocultura asfixiante” do deputado Paulo Gonçalves, até então nenhum outro ator local visibilizou, pelo discurso em público, os problemas reais que ameaçavam o desmoronamento da vida social do campo no Seridó. Mas, a partir do avanço agudo da crise, ocorrido durante a década de 1970, as falas dos políticos da região e de personagens ligados diretamente à vida do campo tornaram-se o palco privilegiado de denúncia da situação. Parece que essa foi uma imposição de um quadro insustentável e ou insuportável para os principais atores da trama que tinha como pano de fundo a estrutura social do campo.

Para o observador a posteriori, esse foi também o tempo em que ganharam dizibilidade os fatores que se conjugaram para decretar a falência da agricultura tradicional,

episódio que fez desmoronar a parceria e a velha vida rural dos sertões de Caicó e Florânia. Vista sob certos aspectos, essa locução aguerrida e tensa pareceu uma hora revelar uma tragédia inesperada, e em outra uma comédia arquitetada. Talvez fossem as duas coisas, dependendo apenas do lugar dos atores em cena.

É sabedoria na mentalidade sertaneja que os enfermos de morte recebem, momentos – esse tempo varia de acordo com cada situação – antes da hora fatal, a visita da saúde. É quando se registra uma súbita melhora do moribundo.

Para a cultura do algodão, os anos que se seguiram à seca de 1970 foram de invernos regulares e bons para a sua produção. O maior destaque coube ao ano de 1973. No início da safra, as expectativas eram das melhores. Na época o Diário de Natal destacou: "nunca o algodão alcançou o preço atual do mercado, após um ano bom de inverno em todo o Nordeste e, particularmente, no Rio grande do Norte. O algodão fibra longa, ou Mocó, está sendo vendido ao preço de Cr$ 1,70..."[22]. A euforia vinha também do Seridó. O deputado José Josias, representante da região na Assembléia Legislativa, informou, com entusiasmo, que no ano anterior foram as vendas da pluma seridoense de "mais de 10 mil quilos de algodão e este ano a previsão é bem superior"[23]. A exaltação fora quase geral. O famoso "major" Theodorico Bezerra, grande cotonicultor do agreste norte-rio-grandense, com ardor e veemência, afirmar: "nunca o algodão alcançou um preço tão bom nos últimos anos"[24].

Tamanha felicitação é um índice seguro de que os produtores e até mesmo os beneficiadores de pluma do algodão, como foi o "major" Theodorico Bezerra, não davam demonstração de que seu mundo transitava sobre placas tectônicas em deslocamento sísmico, capaz de gerar movimentos de grandes incertezas para a sociedade camponesa e os setores dela dependentes.

Se os grandes proprietários de terra, os donos de usinas de beneficiamento da

---

[22] DIÁRIO DE NATAL ***Preços do algodão são compensadores***. Natal: Diário de Natal 15/08/1973, p. 02.
[23] Idem, idem. "Durante a última seca de 1970 – afirmou –, o Estado produziu dez mil toneladas de algodão em pluma. No ano seguinte já com a participação de um trabalho supletivo oferecido pelo Governo do Estado, que criou novas estruturas de apoio agrícola e também a presença de chuvas regulares, a produção atingiu a 25 mil toneladas. Esse crescendo acentuou-se em 1972, quando o Departamento de Classificação da Secretaria de Agricultura nos fornecia mais de 28 mil toneladas." (DIÁRIO DE NATAL. ***Agricultura mostra evolução do setor***. Natal: Diário de Natal 09/03/1974, p. 03.) Segundo a reportagem, essas informações foram fornecidas ao Jornal pelo então Secretário de Agricultura do Estado, o sr. Geraldo Bezerra.
[24] DIÁRIO DE NATAL. ***Preços do algodão são compensadores***. Natal: Diário de Natal 15/08/1973, p.02.

pluma e os comerciantes, os segmentos mais "modernos" da cadeia produtiva algodoeira, não davam conta dos tremores que abalavam a cotonicultura, o que se pode esperar da maioria dos proprietários que eram analfabetos, e também dos minifundistas e dos moradores/parceiros das fazendas, os pilares da arquitetura social do campo?

No caso dos agricultores, mesmo sendo todos vítimas das dificuldades, das péssimas condições da vida rural sertaneja, para eles, essas vicissitudes, como crise de preços, seca, bom inverno e o sucesso de uma boa produção e de sua realização em condições excepcionalmente favoráveis, como ocorreu em 1973, eram os imperativos da santa providência que costuma alternar tempos de tempestades com tempos de bonanças, como um prenúncio do milênio final.

Nos primeiros meses de 1974, dentro do estado de emoção e empolgação que motivava a preparação da fundação da próxima produção, os principais atores, como secretários de governo, técnicos dos órgãos responsáveis pelas ações públicas, usineiros, comerciantes e alguns produtores, vinham a público falar das novas diretrizes para a agricultura postas em ação pelos seus respectivos setores. Foi nesse momento que suas falas começaram a desenhar uma análise mais acurada do mercado cotonicultor externo e interno, da situação da velha estrutura rural local e dos desafios que ela tinha pela frente.

O que não fora possível encontrar nas representações dos que se encontravam no tempo da tradição, agora se revelava quase de corpo inteiro no discurso moderno. A excepcional ocasião, na qual se realizou a safra/1973 do algodão, havia sido resultado do ordenamento de alguns fatores, positivando a alta dos preços da pluma no mercado externo, o que acarretou o mesmo no mercado interno.

O algodão seridoense – e de todo o Nordeste – vinha sofrendo forte concorrência no mercado nacional desde a consolidação da cotonicultura paulista[25] e de Estados do sul, especialmente o Paraná. Também é verdade que no mercado externo a produção nacional sofria embate forte com a grande oferta do algodão americano[26].

---

[25] "... na década de 30 São Paulo passou a ser o maior produtor, o maior consumidor e o maior exportador de algodão da América do Sul." (CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. ***O maquinista de algodão e o capital comercial***. Natal/UFRN: Editora Universitária, 1986, p.98.)

[26] "A concorrência estrangeira agravada pela volta do algodão americano ao mercado mundial e pela disposição dos EEUU de impedirem a continua expansão das culturas nos demais países, mediante um plano de subsídio concedido ao seu produtor, fizeram com que no Brasil fosse adotada a mesma orientação seguida pelos EEUU na recuperação de sua produção: `melhoramento da qualidade da fibra e o aumento de produção

Para o enfrentamento da concorrência no mercado externo a cotonicultura paulista expandiu suas áreas de plantio e aumentou a sua produtividade. No Seridó, a produção só aumentou às custas dos velhos métodos tradicionais, com baixa produtividade. Aliás, a introdução de sementes selecionadas, ocorrida no final de 1940 e início da década seguinte (passou-se a cultivar o arbóreo de porte e perenidade menor – em vez de quatorze anos para replantio, a nova semente exigia a renovação em cinco anos), visou apenas ao cultivo da xerófila nas terras mais áridas da região.

Tudo indica que a dura competição dos mercados não afetou os preços do algodão, pelo menos até o final da década de 1950, quando a fibra sintética passou a ser usada em escala crescente[27]. Essa nova variável tornava os mercados mais complexos e competitivos. A tendência foi de queda dos preços do algodão já que o mesmo perdeu a posição absoluta de matéria-prima dos tecidos. A queda dos preços, a conseqüente perda de rentabilidade do algodão, foi o fenômeno que dominou o empobrecimento da sociedade seridoense, fato observado na cidade do Caicó e revelado pelo citado estudo do Deputado Paulo Gonçalves.

Mas como já foi dito, a representação da compreensão dessa dinâmica maior envolvendo o mercado cotonicultor só ganhou dizibilidade nas falas dos principais atores da atividade local a partir dos anos setenta, e, especialmente, dentro da curta estação de alta dos preços. Foi essa uma fase responsável por uma injeção de ânimos e entusiasmos entre produtores, usineiros do beneficiamento, comerciantes e autoridades do Estado.

Assim, dentro do contexto, foi dito o porquê do aumento dos preços do algodão, fato que tanta euforia estava provocando no âmbito local. Dessa teia discursiva se sobressaíram os aspectos que conformaram as questões do mercado e da produção. Algo alheio aos dizeres do passado. Comparada com o que passou a ser dito, a fala do Deputado Paulo Gonçalves não passou de um lamento.

---

por superfície – eis a orientação que está sendo adotada, com rigor, por várias regiões algodoeiras americanas.`" (Idem. idem, p. 109-10.)

[27] "O aparecimento das fibras sintéticas, no final da década de 50, proporcionou as condições para se resolver o impasse que envolvia a produção têxtil, pois até então os aperfeiçoamentos das máquinas se davam mais visando ao aumento da produtividade do trabalho; com o uso da fibra sintética artificial foi possível elevar a produtividade da máquina. Assim, foi o desenvolvimento tecnológico da indústria química que permitiu a industria têxtil resolver seu impasse, porque a fibra sintética é mais resistente (especialmente no caso do filamento contínuo) estimulando a inovação tecnológica na indústria têxtil." (Idem, idem. p. 174.)

A alta dos preços era compreendida como resultado de uma grande escassez de matéria prima[28]. Algo surpreendente para aquele período, pois, como é sabido, os anos de 1950/60 foram as décadas do avanço da fibra sintética, deslocadora do privilégio do algodão como insumo principal da indústria têxtil[29].

Porém, ocorre que transitavam mudanças econômicas, sociais e técnicas desde o início da segunda metade da década de 1960, as quais iam afetar significativamente o mercado têxtil. A fibra sintética que posou de mocinho até então, no começo da década seguinte virou o vilão dos preços altos. Constatando o fato, "entendem os empresários locais, a exemplo de seus colegas do ramo em Fortaleza e São Paulo, que o problema com as sintéticas significará uma vantagem – mais ou menos automática – para o algodão, sobretudo quando os tecidos feitos de elementos naturais estão cada vez mais preferidos."[30] Mas, no âmbito local, havia também os que não enxergavam longe, como o sr. Francisco Seráfico Dantas, um dos diretores de uma das maiores firmas exportadoras de algodão em pluma do Estado, a Nobrega e Dantas que, através de sua fala à imprensa, atribuiu esse "revigoramento do algodão ao trabalho de tempo integral que vem sendo feito pelas fiações nacionais, interessadas em exportar fios para o exterior."[31]

Entretanto, ficou perceptível para os atores do setor têxtil que o uso intensivo da fibra sintética nos tecidos gerou um certo desconforto entre os consumidores. A perda do prestígio dos tecidos com maior composição das fibras químicas, à qual se referem os empresários locais, pode ser creditada à emergência, nos anos setenta, de uma nova mentalidade ecológica, da idéia de uma melhor qualidade de vida e de novos valores estéticos na moda. Em parte, todos esses novos valores são produtos da revolução social do pós-guerra, dos movimentos de contestação cultural dos anos de 1960 e da década seguinte[32].

---

[28] "Dado a escassez geral de matérias-primas, que assume dimensões internacionais, subiram e estão subindo os preços do algodão, do sisal e de outras mercadorias." (DIÁRIO DE NATAL. ***Algodão e sisal tem boa cotação***. Natal: Diário de Natal 20/02/1974, p. 05.)

[29] "A indústria têxtil dos anos 50 procura adequar-se à praticidade da vida moderna, criando os tecidos sintéticos, que dispensavam o ferro de passar: nylon para as roupas leves, helança para os maiôs, tergal para as saias plissadas e calças de vinco permanente." (***HISTÓRIA DA MODA (1890-1990)***. p. 03. Disponível em <http:/www.modavip.com.br/Hismoda.htm. acesso em 05/01/97.)

[30] DIÁRIO DE NATAL. ***Algodão e sisal tem boa cotação***. Natal: Diário de Natal 20/02/1974, p. 05.

[31] DIÁRIO DE NATAL. ***Preços do algodão são compensadores***. Natal: Diário de Natal 15/08/1973, p. 02.

[32] Entre 1960-74 "o rock'n'roll rola solto nas festas. Ela dança de saia rodada, blusa de banlon, sapatilhas baixas, lencinho no pescoço, rabo-de-cavalo. Ele ajeita o topete com muita brilhantina, corre o cinto nos ilhoses da calça Lee, sobe a gola do blusão de couro preto e ergue sobrancelhas, como James dean. No início

O que aconteceu com as fibras sintéticas não significou sua saída do mercado têxtil, pelo contrário, as indústrias químicas e de tecidos empreenderam esforços para melhorar a qualidade da fibra sintética e adaptá-la a uma melhor integração com as fibras naturais na confecção dos tecidos. Tanto fora como dentro do Brasil, esse é padrão que vai desfilar a moda dos anos de 1974 em diante. "Nos salões do Planalto, dez entre dez mulheres vestem ***tailleur***. Nas calçadas do Leblon, desfilam bumbuns rechonchudos e pós-moldados em fibras sintéticas. Os ***points*** de rock pedem jeans, camiseta e, quem sabe, um blusão de couro."[33]

No transcorrer das décadas seguintes, esses novos estilos do consumo e da moda, com certeza, garantiram uma demanda constante tanto da fibra sintética como das fibras naturais, em especial, o algodão. Mesmo nos dias atuais, a situação é assim descrita. O que difere a fibra sintética da fibra natural, é que, à exceção da seda, a sintética é mais longa que a natural. A primeira provém de um desenvolvimento celular contínuo. Independente desse fato, na atualidade, os fabricantes dos dois tipos de fios e tecidos fazem esforços homéricos para conseguir um produto de qualidade sempre melhor. "No caso das fibras naturais, os cuidados começam com a própria planta de onde são extraídas, ou com os animais, cuja cobertura vai ser utilizada em sua produção. O modo de colher o algodão, (...) por exemplo são decisivos para a qualidade da fibra, do fio e do tecido. Do mesmo modo, com relação às químicas os esforços são constantes."[34]

O algodão arbóreo do Seridó, conhecido como algodão mocó, é deveras comentado na literatura e nos meios escritos locais, pela qualidade da sua fibra. Aliás, ela foi fator decisivo para que o produto tivesse sempre uma excelente cotação de preço nos mercados internos e externos. Mesmo no período de predomínio da fibra sintética –

---

dos anos 60 a fenit organiza grandes desfile, com a presença de costureiros franceses, em que a indústria têxtil mostrava suas novas criações. A Rhodia lança nesses desfiles a moda brasileira para exportação: 'Brazilian Look', 'Brazilian Fashion', 'Brazilian Nature'. (...) Os anos rebeldes consomem de tudo. Todas as modas ficam logo demodé. Os hippies deixam o cabelo crescer. Moda andrógina, unisses [unissex]. Todos de jeans e cabelos compridos, 'caminhando contra o vento.'" (***HISTÓRIA DA MODA*** (1890-1990). p. 03. Disponível em <http:/www.modavip.com.br/Hismoda.htm. Acesso em 05/01/97). No que diz respeito a revolução social pós 2ª Guerra Mundial, ver HOBSBAWM, Eric J. ***A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)***. S. Paulo: Companhia das Letras, 1995. Especialmente os subcapítulos "Revolução Social" e "Revolução Cultural" p. 282 e 314.

[33] ***HISTÓRIA DA MODA (1890-1990)***. p. 03. Disponível <http:/www.modavip.com.br/Hismoda.htm. acesso em 05/01/97.

[34] PALMA, Jorge. ***Fibras, Fio e tecidos:*** o começo do tudo. p. 02. Disponível <htp:/www.jpalma.hpg.ig.com.br/FIB.html. Acesso em 05/01/97.

1950/60 – sua participação nos mercados não esteve ameaçada. O que já foi mencionado anteriormente, ou seja, a queda de rentabilidade geral da atividade do algodoeiro estava atrelada ao problema da baixa produtividade no campo, situação que perdurou até a crise final do setor.

Além da diminuição da preferência dos consumidores nos tecidos sintéticos, havia um outro percalço no caminho das fibras de laboratórios. O ano de 1973 foi o início da conhecida crise do petróleo. No contexto da época, a fibra sintética era um derivado absoluto do produto. A crise do ouro negro gerou automaticamente a alta nos preços das sintéticas e sua escassez no mercado. Sem dúvida que, a conseqüência direta para a pluma do algodão foi a volta, com ímpeto, da sua valorização.

Além da alta dos preços do algodão, outro fator conjuntural que ajudou a produzir o descrito momento de êxtase, entre os agricultores locais, e especialmente, dentre os atores do beneficiamento e comercialização da pluma – o setor mercantil do algodão – , foi uma momentânea queda da produção americana e o ingresso da China como consumidora no mercado mundial[35]. Dentro do contexto da época, não se deve deixar de atentar para o fato do papel preponderante que tinham os Estados Unidos no mercado internacional cotonicultor. Como produtores, respondiam sozinhos "por 25% da safra mundial"[36]

Todos esses fatos atestam a direção que a cotonicultura tomou, cada vez mais, a partir da década de 1970, ou seja, a composição de um mercado complexo e bastante competitivo. A presença da fibra sintética representou, a partir de então, apenas mais um vetor da produção de tecidos, jamais uma ameaça ao algodão como matéria-prima. Para o algodão do Seridó, o quadro se tornou mais agudo pelo fato de surgirem regiões produtoras de plumas de qualidade semelhante à fibra do mocó, o arbóreo fibra longa e de qualidade

[35] "... na safra anterior [1973] ... os preços alcançados foram acima das expectativas, talvez em decorrência da queda de produção nos Estados Unidos e da entrada da China como País comprador, além da alta do petróleo e – por tabela – das fibras-sintéticas." Declarações, na imprensa, do sr. Kleber Bezerra, filho e sucessor nos negócios e na política do "majó" Theodorico Bezerra. DIÁRIO DE NATAL. ***Falta de preço de algodão preocupa***. Natal: Diário de Natal 01/09/1974, p. 12.

[36] Informação dada à imprensa pelo sr. Djalma Medeiros, diretor de Medeiros e Companhia S/A, firma do setor de comercialização de algodão do Estado. DIÁRIO DE NATAL. ***Falta de preço de algodão preocupa***. Natal: Diário de Natal 01/09/1974, p. 12.

reconhecida no mercado internacional. Na verdade, os concorrentes de vida ou morte do algodão Seridó foram as plumas Sudanesa e a da região do Pima (Peru)[37].

Na época, as previsões e estudos do Banco do Nordeste, deixavam claros a contínua e crescente importância do algodão regional para a produção têxtil nacional. "O confronto entre as projeções de demanda e oferta para 1980 confirma um déficit de 320,4 mil toneladas de algodão em caroço, pois a estimativa de produção se situa em 1.247,2 mil toneladas, enquanto que a demanda atinge 1.557,6 mil toneladas."[38] Foi esta a previsão futura de mercado para meia década, a qual descartava qualquer possibilidade da região abandonar a atividade cotonicultora.

Sem dúvida que a partir do início da década de 1970, a nova conjuntura mercadológica e os novos padrões de consumo redesenhados, com consumidores cada mais exigentes no quesito qualidade dos produtos, impôs o mesmo imperativo para os setores produtores de fibras. E se dependesse apenas do critério qualidade, o algodão mocó, produto por excelência dos municípios rurais aqui estudados, nunca teria perdido sua posição na pauta de exportações do Rio Grande do Norte. Aliás, apesar da sua baixa produtividade, o algodão do Seridó foi produzido até o final da primeira metade dos anos de 1980.

Também, em meio às alvíssaras dos efêmeros bons tempos dos preços estratosféricos, uma voz pareceu vinda do leito do enfermo rural para anunciar o quão alquebrado se encontrava o campo, sua estrutura rural. Era o início do ano de 1974, mal havia terminado a bem sucedida e próspera comercialização da safra anterior; no sertão, a terra voltou a tremer. Os grandes jornais anunciavam a situação de transe e tensão dos cotonicultores locais, "em virtude de uma campanha iniciada tentando um novo reescalonamento nos débitos dos plantadores de algodão do Estado para com os bancos oficiais, a exemplo do que havia sido concedido aos produtores da região centro-sul." Como se vê, apesar do sucesso das vendas em 1973, os produtores de algodão do Seridó potiguar acumulavam dívidas antigas e estavam inadimplentes, o quadro denunciava a

[37] "Acentua-se obviamente o interesse de participar desse mercado, onde a concorrência se revela difícil, porquanto a fibra longa nacional é posta em confronto com outras fibras congêneres, de notória qualidade, como a Karnack, a Giza-45, a fibra sunadeza [sudanesa] e a da região do Pima (Peru)." (Declaração da FIERN ao Diário de Natal em 21/08/1974, p. 12).

[38] Declarações à imprensa local do delegado do Ministério da Agricultura sr. Estélio Ferreira. DIÁRIO DE NATAL. ***Agrônomo defende maior produtividade: algodão***. Natal: Diário de Natal 03/04/1974, p. 05.

situação grave do campo.

Além do mais, a relação da cotonicultura seridoense – de resto a nordestina como um todo – com a do centro-sul do país engendrava fortes contradições. Como área produtora, logo que a estrutura algodoeira paulista se estabeleceu, no pós-crise de 1929, o Nordeste aos poucos se consolidou como setor complementar do mercado nacional. Afora isso, estava no Sudeste o maior parque têxtil do país. Essas condições imperavam à cotonicultura local uma posição por si só, desvantajosa. Seus períodos agrícolas eram diferentes. A safra do centro-sul era colhida no primeiro semestre do ano civil, enquanto a do Nordeste se colhia no segundo semestre. Do ponto de vista dos estoques reguladores, do mercado e dos preços, essa situação fora por demais vantajosa para os cotonicultores paulistas e paranaenses. Isto porque parte dos seus estoques já estava organizada quando começava a colheita nordestina, dando-lhes maior poder de manobra sobre os preços da safra regional.

Outro aspecto importante da antinomia entre a cotonicultura local e a do Sul e Sudeste, foi que apesar do Seridó produzir a melhor fibra natural do mercado[39], sua produtividade média chegou aos anos setenta na faixa de 200 a 300 quilos de algodão por hectare[40], enquanto na mesma faixa de terra São Paulo produzia 1.500 quilos de algodão herbáceo[41]. Esse quadro geral fora bastante benéfico aos cotonicultores da região com maior produtividade. Por outro lado, sendo o maior parque têxtil nacional situado no Sudeste, essa situação geral facilitava e permitia aos empresários do setor operarem um certo controle dos preços do algodão, fato que arruinava diretamente os produtores do Seridó, e de resto, de todo o Nordeste.

---

[39] "Esse algodão – o único de fibra longa produzido no país – ocupa mais de 60% das terras cultivadas na região nordestina, sendo base da economia agrícola das nossas zonas semi-áridas." Declaração à imprensa pelo sr. Antônio de Pádua, chefe do escritório local da SUDENE. DIÁRIO DE NATAL. ***SUDENE vai estudar nosso algodão mocó.*** Natal: Diário de Natal 16/08/1973, p.05.

[40] "Aumento da produção do algodão 'pois não podemos permitir que continuemos colhendo 200 quilos de algodão por hectare.'" Declaração do sr. Tarcísio Maia, na condição de futuro governador do Estado, já indicado pelo Regime Militar, por ocasião de uma homenagem dos produtores mossoroenses, realizada no Centro Social do SESI daquela cidade. DIÁRIO DE NATAL. ***Tarcísio define em Mossoró metas para desenvolvimento do Rio Grande do Norte***. Natal: Diário de Natal 16/07/1974, p.05.

[41] "Enquanto no Estado a produtividade média do algodão herbáceo seria de 300 quilos por hectares (caroço), sendo menor ainda o índice alcançado pelo mocó em são Paulo – por exemplo – atinge-se até 1.500 quilos por hectare, certamente 'à custa de tecnologia e outros recursos.'" Declaração à imprensa do sr. Walter Lopes, Diretor do Departamento de Classificação da Secretaria de Agricultura do RN. DIÁRIO DE NATAL. ***Safra de algodão cai mesmo 30%***. Natal: Diário de Natal 03/12/1974, p. 12.

Esse controle foi favorecido pela alta produtividade do algodão paulista, aspecto totalmente desfavorável à cotonicultura do sertão. Sem dúvida, essa variável, aliada ao sucesso da fibra sintética, foram os imperativos da perda de rentabilidade do algodão local, no decorrer da década de 1960. Dentro do novo contexto que se descortinou no início da década seguinte, a situação do algodão do Seridó só se agravou, como será demonstrado no decorrer desta narrativa.

Mesmo sobre a nuvem de otimismo generalizado, causada pelos altos preços do algodão nos mercados, ocorrido durante o ano de 1973, a contramão dos interesses da industria têxtil paulista e da cotonicultura seridoense e a de todo o Nordeste veio à tona, nodoando o brilho do momento. Enquanto a boa rentabilidade do algodão causava euforia no âmbito local, provocando os beneficiadores e comerciantes a declarações públicas eufêmicas a respeito da atividade, o Governo Federal monitorando a dinâmica da economia nacional, e, neste caso, notadamente, vendo os interesses da indústria têxtil e o controle dos preços dos tecidos, manobrava as exportações, restringindo-as para evitar uma maior valorização das fibras naturais no mercado interno [42].

É dentro desse quadro revelador do quão fora penoso à agricultura algodoeira enfrentar os obstáculos crescentes à sua manutenção no mercado cotonicultor que a tradicional sociedade rural do Seridó, persistindo nos seus velhos métodos de produção social, vai continuar sua caminhada rumo ao precipício. Como o algodão foi a cultura, dentre as outras produzidas no sertão, que ainda remunerava um pouco mais os proprietários de terra e os produtores parceiros, sua crise punha em xeque  a continuidade das atividades agrícolas na região e todo o tradicional edifício social rural que, ao longo de sua existência, tinha no campo a sua reprodução real e simbólica.

Os preços das fibras naturais tinham subido tanto no ano de 1973, sendo calculado como maior que os da safra anterior em mais de 50 por cento. Outras informações quantitativas eram mais animadoras. O Secretário da Agricultura do Estado informou à imprensa local que sua pasta já havia classificado 31.822 toneladas de pluma referente à safra daquele ano. Do total, 63% da produção foi do algodão fibra longa e extra

[42] "O Governo Federal está preocupado com os altos preços do algodão (fibra longa e curta) e segundo o noticiário da imprensa do Sul, serão adotadas medidas para conter a alta dos preços. As quotas de exportação impostas no primeiro semestre deste ano não resultaram na baixa de preços da matéria-prima para a indústria

longa[43]. O Seridó foi destaque, sua participação foi de 9,8 mil toneladas[44], quase um terço de toda a produção do Estado. Sem dúvida, esse quadro favoreceu à formação de boas expectativas para os anos seguintes, o que deve ter provocado a iniciativa dos agricultores locais em ampliarem suas áreas de plantio, como indicava a tradição, como forma de aumentar a renda da terra, o que era bom para os parceiros e especialmente para os proprietários agricultores.

Os dados arrolados na imprensa local e nas entrevistas realizadas por essa pesquisa, indicam ser factual a presença de uma forte tensão social, expressa nas falas dos principais atores, do campo e da cidade, envolvidos com as atividades ligadas à cotonicultura. Porém, não pareceu a esses senhores que a crise do campo levasse a um desfecho mortal. Mesmo porque, até a sua última hora de vida, todos pronunciavam votos de crença e defesa da sua manutenção. Há menos que alguns, ou quem sabe muitos, estivessem apenas fazendo parte de uma representação tragicômica. O que não é uma hipótese tão improvável.

Apesar das boas expectativas, o que aconteceu no ano de 1974 foi um inverno tão copioso que encharcou a agricultura da região, causando estragos às culturas alimentares, como feijão e milho, mais especialmente a do algodão arbóreo, espécie cujo ciclo reprodutor não requisita muita umidade da terra. Ademais, a chuva em excesso lhe causa grandes estragos, especialmente se ocorrer durante a fase do floramento e formação do capulho, pois o mesmo fica muito pesado com água e cai, causando uma diminuição na produção[45].

---

têxtil, como se esperava." (DIÁRIO DE NATAL. ***Preço do algodão preocupa Governo***. Natal: Diário de Natal 15/08/1973, p. 03.

[43] Informações fornecidas à imprensa local pelo sr. Geraldo Bezerra, Secretário da Agricultura do Estado. (DIÁRIO DE NATAL. ***Safra de algodão deverá atingir 33 mil toneladas***. Natal: Diário de Natal 11/06/1974, p. 03.) A dimensão social e econômica desses dados da agricultura tradicional, para o Estado e especialmente para a Região onde estão situados os municípios estudados, pode ser aferida pelo fato de que essa produção do ano de 1973 fez com que 'a participação dos recursos do ICM do algodão no total da receita tributária do Estado foi da ordem de aproximadamente 38%, girando entorno de Cr$ 40 milhões." Declaração do sr. Alcyr Sedrin Jucá, economista da Secretaria da fazenda do Estado. (DIÁRIO DE NATAL. ***Seria o reexame dos preços mínimos***. Natal: Diário de Natal 11/09/1974, p. 05.)

[44] Segundo o sr. Francisco Lopes Filho, substituto do Diretor do Departamento de Classificação da Secretaria da Agricultura. (DIÁRIO DE NATAL. ***Agricultura apresenta relatório do algodão***. Natal: Diário de Natal 06/09/1974, p. 05.)

[45] "Acredita o sr. Geraldo Bezerra que, com a campanha que vem sendo encetada pelo Governo do Estado, com a colaboração do Ministério da Agricultura e da SUDENE, fornecendo sementes selecionadas de algodão, milho e feijão o Estado tem condições de recuperar em parte muita lavoura que foi destruída pela

Já conhecida do leitor desse trabalho, uma voz do Seridó traz um retrato em cores carregadas da situação dos municípios da região. “Estamos vivendo um ano dramático para os agricultores e trabalhadores rurais. Um inverno rigoroso, iniciado em janeiro e que ainda é intenso no mês de julho, está prejudicando sensivelmente os algodoais mais velhos, encarecendo terrivelmente a fundação da safra.”[46] O mais doloroso para os trabalhadores rurais, em especial, os meeiros e pequenos proprietários da região foi que o inverno não danificou só os algodoais. “As últimas cheias dos grandes rios do Seridó – cujas terras que já estavam plantadas com batata e feijão – acrescentam outros aspectos negativos para aqueles que trabalham nos campos.”[47]

Muitas fazendas sofreram danos em sua precária estrutura patrimonial. As enchentes de 1974, para os sertanejos seridoenses e de todo o Estado, foram cruéis tanto quanto as secas, do ponto de vista das perdas materiais, vez que atigiram especialmente os pequenos e médios açudes, aporte importante para as atividades agropecuárias das propriedades rurais. Segundo o sr. Jaime Pires, o inverno daquele ano destruiu novecentos (900) açudes no Rio Grande do Norte. Até o momento dessa declaração, o Governo do Estado através de um convênio com o Ministério do Trabalho, havia reconstruído cinqüenta (50) açudes[48].

Como se pode deduzir do exposto, houve, por parte das autoridades governamentais, uma ação emergencial para amenizar as perdas ocorridas com a invernada. Além da reconstrução dos açudes, foi feito um esforço para recuperar a produção agrícola destruída pelas águas em excesso. Através do Ministério da Agricultura, foi disponibilizado para o Nordeste – especialmente para o Maranhão, o Piauí, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba – a soma de quatro milhões de cruzeiros a serem empregados em um programa de ajuda à agricultura desses Estados[49].

---

fúria das águas no mês de abril passado.” (DIRÁRIO DE NATAL. ***Prejuízos das chuvas à lavoura são grandes***. Natal: Diário de Natal 11/06/1974, p. 03.

[46] Declarações à imprensa do Deputado Paulo Gonçalves, filho do Acari. (DIÁRIO DE NATAL. ***Paulo Gonçalves defende algodão***. Natal: Diário de Natal 19/07/1974, p. 05.)

[47] idem, idem.

[48] O Sr. Jaime Pires foi coordenador de um convênio entre o Ministério do Trabalho e a Secretaria da Agricultura do Estado. Esse convênio foi feito pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura para alocar recursos destinados a reconstrução de açudes no Estado. (DIÁRIO DE NATAL. ***Estado já teve 50 açudes recuperados***. Natal: Diário de Natal 06/12/1974, p. 05.) A fonte não forneceu informações detalhadas sobre esses danos por região. Mas, sem dúvida, os estragos no Seridó foram proporcionais aos do Estado.

[49] “O programa prevê a aquisição de 878 toneladas de sementes de algodão, 430 de feijão, 70 de arroz, além de 390 quilos de sementes de hortaliças (abóbora, quiabo, melancia, melão e outras). Ao Ministério da

Segundo a mesma fonte, o Rio Grande do Norte foi o terceiro Estado a receber mais dinheiro desse programa, na ordem de Cr$ 445 mil. Com certeza, essas ações estavam longe de recuperar todos os danos e repor as energias que cada vez mais se esvaíam do corpo social camponês. Essas intempéries na natureza só aumentavam as dificuldades econômicas e sociais dessa região. Assim, as fissuras na arquitetura dessa sociedade só aumentavam com o passar dos anos da década em curso.

Passadas as surpresas com o inverno, e contabilizadas as perdas e o que restou da agricultura, principalmente do seu produto principal, no caso o algodão, começavam os preparativos para a colheita e comercialização da safra que escapara das torrentes diluviais. Se no ano anterior foi brindado o sucesso dos altos preços da fibra natural, causado pela crise do petróleo, agora seria o momento de curtir a sua ressaca, ou seja, a recessão da economia mundial em virtude do aumento geral dos preços do petróleo e de seus derivados. A retração da economia mundial passou a ser sentida com maior nitidez a partir de 1974.[50] Como conseqüência da retração mundial, o mercado cotonicultor externo foi deveras contraído pela crise.

Os efeitos da crise mundial também foram sentidos no Brasil da época desenvolvimentista, apesar da inspiração Keynesiana dos tecnocratas de plantão no poder, com os grandes investimentos estatais na economia. Entusiasmado com as altas taxas de crescimento da economia brasileira, do período anterior, e desprezando a dimensão da crise mundial e os desajustes do modelo nacional, "o governo Geisel propõe-se manter a performance do 'milagre', embora com taxas de crescimento econômico um pouco inferiores."[51]

Particularmente, no que interessa de perto a este estudo, os setores têxtil e o cotonicultor, a retração do consumo de tecidos fez cair significativamente a demanda de sua matéria-prima, a fibra do algodão. O resultado imediato foi uma grande oferta do produto

---

Agricultura caberá a aquisição das sementes, fincando as despesas à sua distribuição por conta, basicamente, das Secretarias de Agricultura." (DIÁRIO DE NATAL. ***Milhões para replantio***. Natal: Diário de Natal 17/05/1974, p. 11.)

[50] "A economia mundial, antes em expansão, entra em descenso. Os países capitalistas centrais, aos quais o Brasil está vinculado de forma dependente, em face da nova conjuntura, reorientam e redimensionam sua produção econômica , a fim de fazer face a nova conjuntura desfavorável, buscando o reequilíbrio de suas respectivas economias." (BRUM, Argemiro J. ***O desenvolvimento econômico brasileiro***. 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p.138)

[51] idem, ibidem.

nos mercados externo e interno, e conseqüentemente uma queda nos preços e dificuldades de comercialização da safra que começava a ser colhida no segundo semestre do ano em curso.

Seria quase inimaginável uma situação de sufoco pior do que essa para os agricultores – os proprietários e seus parceiros – do Seridó. Como resultado da grande invernada, se esperava uma quebra, em relação ao volume da produção passada, de trinta por cento na safra de algodão. Sem considerar que, motivados pela euforia do ano passado, muitos agricultores aumentaram seus roçados. "A área total de cultura algodoeira no Estado era da ordem de 400 mil hectares, a qual foi aumentada na atual safra para cerca de 500 mil, em virtude dos bons preços obtidos anteriormente e do conseqüente entusiasmo geral."[52]

Passadas as surpresas e desapontamentos com os resultados destrutivos do inverno rigoroso, todos, camponeses e agricultores, começaram os preparativos para colher a safra que escapou do inverno e se articularem para comercializá-la. As expectativas não estavam de um todo em baixa. "Este ano os plantadores de algodão estão certos que o preço subirá ainda mais, tendo em vista a redução da produção, em decorrência das enchentes."[53]

Esse foi o ânimo registrado ainda nos primeiros dez dias do mês de junho de 1974. Havia mais motivos para animar os seridoenses e de resto todo o Estado potiguar. As notícias que chegaram de áreas produtoras do país foram de que lá, as invernadas também haviam causado danos na agricultura. "Esclareceu o sr. Geraldo Bezerra, que o Estado terá a sua recompensa, porque a safra no Centro-Sul foi também prejudicada pelas enchentes que ocorreram lá, 'numa coisa acredito: os preços serão bem melhores que os do ano passado."[54]

Segundo o Deputado Paulo Gonçalves, a situação na qual se encontravam os seridoenses fora a seguinte: "teremos um decesso de 30% na safra de algodão, em comparação com o ano passado e só teremos uma perspectiva menos sombria se o algodão

---

[52] Declarações à imprensa do sr. Walter Lopes, Diretor do Departamento de Classificação da Secretaria da Agricultura do Estado. (DIÁRIO DE NATAL. ***Safra de algodão cai mesmo 30%***. Natal: Diário de Natal 03/12/1974, p.12.)

[53] Essa fora a expectativa do sr. Geraldo Bezerra, Secretário da Agricultura do Estado, em declaração à imprensa local. DIÁRIO DE NATAL. ***Safra de algodão deverá atingir 33 mil toneladas***. Natal: Diário de Natal, 11/06/1974, p.03.

[54] DIÁRIO DE NATAL. ***Agricultura faz replantio para o algodão não faltar***. Natal: Diário de Natal, 22/06/1974, p. 03. (Segundo essa mesma reportagem, o quilo do algodão, no ano anterior, chegou a C$ 3,00).

for comercializado pelo menos a C$ 5,00 o quilo."[55] Isso foi o que disse o acariense e conhecedor da situação do Seridó potiguar nos momentos antes de ter início a colheita da safra de 1974, mais precisamente dia 19 de julho, quando o inverno não havia ainda terminado.

O quadro, porém, estava cada vez mais melancólico. Quanto mais o tempo passava e a colheita era processada, mais as páginas da imprensa local noticiavam informações de todos os recantos do mundo, marcando uma situação caótica para o algodão. A Comissão Técnica da Federação da Agricultura concluiu, na época, que havia ocorrido uma "acentuada diminuição do consumo de algodão no mercado interno e no internacional."[56] Também informava a mesma Comissão que, apesar da quebra, entorno de 30%, de nossa safra e de uma diminuição de 10% da safra americana, o que poderia favorecer os preços do mercado, não foi o que aconteceu "pois o Paquistão e a Turquia anunciam boas produções para este ano."[57]

No começo do período, mês de março/74, o Governo Federal liberou uma cota de 80 mil toneladas para exportação. A medida visou a diminuir os estoques nacionais do algodão em pluma, especialmente os do Centro-Sul, e facilitar o escoamento e a cotação de preço da produção Nordestina. Mesmo assim, até aquela data, agosto/74, "só foram exportadas 30 mil toneladas, enquanto o algodão em pluma permanece nas máquinas à espera de compradores."[58] Mesmo com esse esforço do Governo Federal posto em ação, no final de 1974 e início de 1975, a receita de exportação do Brasil "caiu de 218 milhões de dólares em 1973 (algodão em pluma) para 91 milhões de dólares em 1974, enquanto o volume de vendas diminuía de 282 mil toneladas para 83 mil toneladas."[59] Essas foram as conseqüências diretas da retração da economia mundial para o mercado cotonicultor nacional.

O início do mês de setembro, os contornos da situação delineavam o tamanho do aprofundamento da crise que os cotonicultores enfrentariam em breve: "No momento o quilo do fibra-longa em pluma acha-se a Cr$ 2,80 (contra Cr$ 2,70 e até Cr$ 3,00 na safra

---

[55] GONÇALVES, Paulo. ***Paulo Gonçalves defende algodão***. Natal: Diário de Natal, 19/07/1904, p. 05.
[56] DIÁRIO DE NATAL. ***Algodão: a crise não preocupa RN***. Natal: Diário de Natal, 27/08/1974, p. 12.
[57] Idem, ibidem.
[58] Idem, ibidem.
[59] DIÁRIO DE NATAL. ***Mercado internacional melhora para o algodão***. Natal: Diário de Natal, 08/05/1975, p.03.

anterior)... Tanto os produtores quanto os maquinistas manifestam-se insatisfeitos ante a situação ora enfrentada."[60]

Como outras passagens aqui indicam, a crise dos mercados atingiu todas as regiões nacionais produtoras da fibra natural, e não apenas a produção do fibra-longa, como crêem alguns estudiosos do assunto. Nesse contexto, de alta de estoques e queda dos preços do algodão seridoense e de todo o algodoeiro nacional, somente São Paulo dispunha "de 150 toneladas em estoque"[61] de algodão em pluma de todos os tipos, especialmente do herbáceo, que fora o forte da sua produção.

Naquela data, a dificuldade de preço e venda da produção era uma situação que afligia diretamente o homem do campo. "Sou plantador de algodão fibra-longa, tipo 36/38 , no município de São Tomé, no Seridó. Penso em conseguir de 25 a 30 toneladas nessa safra, mas não sei o que vou fazer, por motivo dos preços impressionantemente ruins."[62] No momento, seu Pedro já havia colhido duas toneladas de algodão, porém não encontrava motivos para comercializá-la, já que os custos da fundação da safra foram maiores, e os preços, inferiores ao da safra anterior. Segundo ele, a situação, a permanecer assim, mereceria um veredicto funesto: "se o quadro não mudar, ninguém vai plantar no próximo ano, porque todo o mundo estará falido."[63]

Mesmo os preços mínimos fixados pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP) do Governo Federal não convinham ao produtor local. A tabela indicava o "fibra-longa – Cr$ 2,08; fibra-média – Cr$ 1,80; fibra-curta – Cr$ 1,70 (quilo em pluma)."[64] Como se pode observar pelas informações acima expostas, os preços mínimos oficiais, em 1974, foram inferiores aos da safra do ano anterior.

Entretanto, o mês de setembro trouxe mais notícias acachapantes para os agricultores cultivadores de algodão da região estudada. No dia 11 do referido mês, "lembra o sr. Alcyr Sedrin Jucá [economista da Secretaria da Fazenda do Estado] que há

---

[60] DIÁRIO DE NATAL. ***Falta de preço do algodão preocupa***. Natal: Diário de Natal, 04/09/1974, p. 12.
[61] Idem, ibidem.
[62] SOUZA, Pedro Paulo de. ***Agricultor fala sobre seu drama***. Natal: Diário de Natal, 04/09/1974, p.12.
[63] Sua explicação: "a mão-de-obra subiu de Cr$ 5,00 para Cr$ 10,00 e até Cr$ 15,00 por dia de trabalho; a enxada custava Cr$ 5,00 e passou para Cr$ 12,00 na própria Cofan; o boi para capinadeira custava Cr$ 1 mil e encareceu para Cr$ 2 mil; a semente selecionada eu comprava por Cr$ 1,50 o quilo e hoje estou pagando Cr$ 2,50; e daí por diante." SOUZA, Pedro Paulo de. ***Agricultor fala sobre seu drama***. Natal: Diário de Natal, 04/09/1974, p. 12.
[64] DIÁRIO DE NATAL. ***Se o algodão não subir produtor se arrasará***. Natal: Diário de Natal, 06/09/1974, p. 12.

hoje um ‘superavit’ de algodão no Rio Grande do Norte, bastando o exemplo da Cooperativa de Umarizal, que teria cerca de 1.400 toneladas de pluma da safra passada ainda a espera de comprador disposto a pagar preços razoáveis.”[65] Mesmo considerando todas as mudanças técnicas ocorridas no setor têxtil e a nova e ferrenha concorrência moderna do mercado cotonicultor, o fibra-longa produzido no Seridó permaneceu um produto especial. Sua cotação “foge um tanto da paridade do mercado internacional em virtude de tratar-se de um tipo raro, próprio para determinados tecidos.”[66]

As representações, na imprensa, dos atores envolvidos com as atividades em crise, revelavam cada vez mais que as dificuldades da cotonicultura local estavam dentro de um quadro de contornos nacional e internacional, sendo que a crise da produção do Seridó e de todo o Estado foi de maior potencial, dado ao seu perfil tradicional. Um encontro de secretários, ocorrido em Belo Horizonte, em setembro de 1974, entre outras discussões, reforçou publicamente o quadro nacional do algodão: “Nos últimos anos não chegava o Brasil a estocar tanto algodão como agora, quando existem grandes quantidades guardadas no Sul e também no Nordeste.”[67]

Na mesma época, Belo Horizonte sediou um outro encontro com engenheiros agrônomos, que contou com a presença do Ministro da Agricultura, o sr. Alisson Paulineli. Na oportunidade, as recomendações dirigidas especialmente aos agricultores daquela região do país, feitas pela autoridade máxima do setor agrícola do Governo, foi de que os Estados do Centro e do Sul reduzissem a área de plantio do algodão e aumentassem a produção e a produtividade de grãos.[68]

Na ocasião, o sr. Paulo Romano disse para os nordestinos que as recomendações do Ministro para mineiros, paulistas e sulistas deveriam servir-lhes como uma “espécie de advertência, pois na realidade houve uma grande retração no mercado internacional do algodão reflexo da limitação do poder de compra dos consumidores.”[69] Eram os resultados,

---

[65] DIÁRIO DE NATAL. ***Seria o reexame dos preços mínimos***. Natal: Diário de Natal, 11/09/1974, p. 05.
[66] Declaração à imprensa, do sr, Alcyr Sedrin Jucá, economista da Secretaria da Fazenda do Estado. In: DIÁRIO DE NATAL. ***Seria o reexame dos preços***. Natal: Diário de Natal, 11/09/1974, p. 05.
[67] DIÁRIO DE NATAL. ***Reunião discutirá preços do algodão***. Natal: Diário de Natal, 26/09/1974, p. 12.
[68] “O Secretário Geral do Ministério da Agricultura, sr. Paulo Romano, esclareceu ontem nesta capital [Recife] que as recomendações feitas pelo Ministro Alisson Paulinelli, para a redução das áreas de cultivo de algodão e aumento da produção de grãos, durante encontro promovido por engenheiros agrônomos em Belo Horizonte, foram dirigidas especialmente para os Estados do Centro-Sul.” DIÁRIO DE NATAL. ***Redução de área para algodão só no sul***. Natal: Diário de Natal, 21/09/1974, p.03.
[69] idem, ibidem.

em curso, da grande crise econômica mundial desencadeada pela alta do petróleo, estabelecida pelas convenções dos países da OPEP.

Mantido o quadro geral da economia nacional e internacional, a crise cotonicultora se agravou mais em outubro/74 – mês no qual, geralmente, a safra nordestina já se encontrava no final da colheita, tanto no Nordeste como no Centro e Sul do país. Especialmente ali, houve o pior: "algumas firmas comissárias de algodão, em São Paulo, faliram nos últimos meses e outros casos poderão se repetir, já que não existem perspectivas de solução imediata do problema."[70]

Diante de fatos reveladores de uma situação cada vez mais dramática, recebendo pressões dos setores diretamente envolvidos com a atividade cotonicultora em todo o país, e talvez para evitar que a quebradeira das empresas comerciais de algodão de São Paulo se alastrasse no setor para todo o território nacional, o Governo Federal resolveu intervir no mercado e anunciou que "estaria pretendendo adquirir 100 mil toneladas dos estoques de algodão pluma das indústrias têxteis, a fim de dar condições para a comercialização da safra deste ano."[71] Posteriormente, Brasília confirmou a intervenção do Governo Federal no mercado nacional do Algodão: "O Presidente da República assinou Decreto reajustando os preços mínimos do algodão em todo o país para a safra 73/74 [na verdade 74/75], que está sendo comercializada agora, de acordo com decisão extraordinária do Conselho Nacional de Abastecimento."[72]

Segundo o Diretor da Comissão de Financiamento da Produção, sr. Paulo Viana, o reexame dos preços mínimos em plena colheita da safra, algo inusitado até então, foi para atender o clamor vindo de todos os produtores de algodão do país, e também, para evitar "que o produtor se sinta desestimulado a plantar para a próxima safra, o que colocaria em risco os futuros níveis de produção."[73] O Governo Federal também cumpriu promessa anterior de comprar a produção: "Além disso, agora os produtores poderão vender o algodão ao governo, que já começou a comprar o excedente a preços mais justos."[74]

---

[70] DIÁRIO DE NATAL. ***Crise de algodão é cada vez maior***. Natal: Diário de Natal, 09/10/1974, p. 12. ("Não existem compradores para o produto no Sul do país e no exterior, em decorrência dos grandes estoques de fios e tecidos da indústria têxtil nacional e da crise econômica mundial.") (Idem, ibidem.)
[71] DIÁRIO DE NATAL. ***Crise de algodão é cada vez maior***. Natal: Diário de Natal, 09/10/1974, p. 12.
[72] DIÁRIO DE NATAL. ***Governo fixa preços mínimos para algodão***. Natal: Diário de Natal, 19/10/1974, p. 09.
[73] Idem, ibidem.
[74] Idem, ibidem.

Como as informações permitem inferir, dentro do quadro de crise, os produtores agrícolas do Centro e do Sul do país, seguindo orientações oficiais e de técnicos especializados, buscaram a redução da área física da produção do algodão e diversificaram a produção com outras culturas, priorizando a produtividade. Ao passo que a agricultura algodoeira do Seridó não dava sinais de mudanças, aumentando, com o passar dos anos, a perda dos seus níveis de produtividade.

Nessas condições, mesmo contando com ínfimos insumos, mas com altos custos, e o algodão sem uma boa cotação de preços, a rentabilidade se esvaía em proporções crescentes, e a tendência foi aumentar o estado de mal estar do campo, fazendo vazar forte a seiva que ainda restava na região. As medidas paliativas do Governo Federal, acima expostas, apenas arrimavam um corpo em franca decadência e retardavam o seu desmoronamento.

Em meados de 1975, as oscilações irregulares dos preços e da produção, faziam perdurar a crise da cotonicultura local e nacional. Em abril do ano em comento, a imprensa do Rio de Janeiro, com divulgação local, anunciou que o mercado internacional de algodão deu sinais de recuperação e as exportações brasileiras desse produto estavam aumentando nos "últimos dias, evoluindo de um total anual de 5.100 toneladas em final de abril para 11.556 toneladas hoje."[75]

Essa pequena melhora registrada no mercado internacional do algodão, associada a outros fatores como compensação de preço praticado pelo CONAB (Conselho Nacional de Abastecimento)[76] e quebra da expectativa da safra local – de uma previsão de 35 mil toneladas de pluma para 75/76, a produção real deveria ficar em 28 mil toneladas – em função de um inverno mais rigoroso, fizeram os preços subirem um pouco, chegando a ser considerados bons para o produtor local. "Em algumas regiões o quilo de algodão fibra longa está sendo vendido até por Cr$ 4,50, enquanto a fibra curta alcançava o preço de Cr$ 2,25 e até Cr$ 3,00."[77]

---

[75] DIÁRIO DE NATAL. ***Mercado internacional melhora para algodão***. Natal: Diário de Natal, 08/05/1975, p. 03.

[76] "O Conselho Nacional de Abastecimento decidiu compensar em 3,94 por cento os preços mínimos para o algodão em pluma do Nordeste, levando em conta estudos realizados pela Comissão de Financiamento da Produção e apresentados pelo Ministro da Agricultura, Professor Alysson Paulinelli" (DIÁRIO DE NATAL. ***Preço mínimo do algodão é compensado pelo Conab***. Natal: Diário de Natal, 12/09/1975, p. 04.

[77] DIÁRIO DE NATAL. ***Preço de algodão continua bom***. Natal: Diário de Natal, 02/10/1975, p. 12.

É preciso destacar que esse pequeno aumento do preço do algodão em pluma, sem dúvida, representava pouco para uma produção estagnada do ponto de vista da produtividade. Por outro lado, no período em discussão, a economia nacional estava entrando num ciclo ascensional de inflação. "Em 1974-1975 eles [os preços] aumentavam em média 30% por ano e no período de 1976-1978, 40%."[78] Não por acaso, "apesar do preço alcançado este ano, o pequeno agricultor está ameaçado de não saldar o seu débito junto aos bancos oficiais..."[79]

Apesar dos solavancos da economia e especialmente do mercado de algodão, a comercialização da safra nordestina e especialmente a do Seridó de 75/76 foi comercializada sem maiores atropelos, mas dentro do quadro demonstrado. Mesmo algumas ameaças por parte da Indústria Têxtil Nacional, de importar a fibra natural de outros mercados para forçar a baixa do preço no mercado interno, acabaram não se concretizando. "A rígida política econômico-financeira do Governo Federal, proibindo e limitando ao máximo as importações, beneficiou diretamente os produtores de algodão do Nordeste, notadamente do Rio Grande do Norte, em face do fibra longa com surgimento de preços compensadores."[80]

Entretanto, as modificações em curso nos mercados interno e externo do algodão, bem como a crise da economia mundial em função do impacto da alta do petróleo, ainda estavam a exigir adaptações das estruturas do cultivo algodoeiro, como forma de garantir a sustentabilidade econômica das regiões produtoras.

No mês de janeiro de 1976, em Brasília, a Comissão de Financiamento da Produção anunciava que a sua análise de mercado da safra em curso acusava "uma significativa retração na área plantada, com números que variam em torno de 30 por cento no Estado de São Paulo, 35 por cento no Paraná e 50 por cento no Mato Grosso."[81] Dessa forma, o parque algodoeiro do Centro e Sul do país procurava adaptar sua estrutura

---

[78] KARAVAEV, A. ***Brasil: passado e presente do capitalismo periférico***. Moscovo: Edições Progresso, 1987, p. 234. ("A partir de 1979, a inflação tornou-se praticamente descontrolada: em 1980, o índice dos preços de retalho aumentou em 83%, em 1981, em 106% , em 1982, 98% e em 1983, em 211%."). Idem, idem.

[79] DIÁRIO DE NATAL. ***Preços de algodão continua bom***. Natal: Diário de Natal, 02/10/1975, p. 12.

[80] DIÁRIO DE NATAL. ***Algodão tem bom preço e a cotação pode melhorar***. Natal: Diário de Natal, 17/12/1975, p. 12. ("O algodão mata está sendo vendido a Cr$ 3,00 o quilo, enquanto o Seridó – fibra longa – está sendo vendido a Cr$ 4,20 ou Cr$ 4,30 dependendo do tamanho da fibra". Idem, ibidem.).

[81] DIÁRIO DE NATAL – BRASÍLIA (AJB-DN). ***Safra de algodão sofre uma redução***. Natal: Diário de Natal, 13/01/1976, p. 03.

produtiva às novas exigências do mercador cotonicultor. Enquanto isso, no Seridó, persistiam as relações tradicionais de produção, com baixa produtividade: “Há dez anos o Nordeste registrava uma produção de 400 gramas por pé de algodão e agora só chega a produzir 200 gramas, exatamente 50% a menos.”[82]

### 5.3.1 O corpo social cotonicultor perde um de seus órgãos vitais

Apesar dos percalços da cotonicultura seridoense, a conjuntura para a comercialização da safra 76/77, que estava preste a ser colhida, vislumbrava bons preços para o algodão fibra longa. Certamente, contavam positivamente para esse inesperado quadro a citada redução da produção do Sul e do Centro do país, e especialmente uma quebra das colheitas “dos Estados Unidos como do Paquistão que se enfileiram como os dois maiores produtores do mundo.”[83] A situação parecia ser tão excepcional que, antes mesmo de começar a colheita local, o preço do quilo do algodão em caroço alcançou “oito cruzeiros. E chegará sem dúvida nenhuma em setembro e outubro a dez cruzeiros, mantidas as regras do hoje comercial, embora combatidas veementemente pelos industriais do sul que começam a se mobilizar para adquirir a nossa fibra por preço bem mais baixo...”[84]

Mesmo com o paradoxo entre indústria têxtil nacional e os interesses dos cotonicultores do Nordeste, em 20 de julho de 1976, as tensões pareciam estar sob o controle da política de mercado externo do Governo Federal. Declaração na imprensa do diretor local do Ministério da Agricultura apontava nessa direção. “Esta é a vez do algodão do Rio Grande do Norte.”[85]

Além disso, o Ministério fazia questão de ressaltar a situação favorável do momento, o que, sem dúvida, reforçava o quadro de ânimo entre os personagens que viviam da cultura do algodão. Telex recebido e divulgado pela Diretoria do Ministério fora convincente: “O preço do algodão em São Paulo, em pluma e do tipo cinco, atingiu a

---

[82] Informações obtidas e fornecidas pela EMPRABA e publicadas na imprensa por SEREJO, Vicente. ***Roda viva***. Natal: Diário de Natal, 03/07/1976, p. 04.
[83] DIÁRIO DE NATAL. ***Conjuntura favorável ao preço do algodão***. Natal: Diário de Natal, 25/06/1976, p. 03.
[84] Idem, ibidem.
[85] DIÁRIO DE NATAL. ***Algodão agora tem vez, diz Ministério***. Natal: Diário de Natal, 20/07/1976, p. 08.

cotação de Cr$ 395,00 a arroba de 15 quilos."[86] Essa cotação elevou o preço do algodão fibra curta, em quilo, para Cr$ 8,00. Essa situação aumentou as expectativas das autoridades locais e dos plantadores e beneficiadores do Seridó, produtores do algodão arbóreo (o mocó). "Se estamos com o tipo 5 na base de Cr$ 395,00 a arroba de 15 quilos, podemos esperar um preço bem acima de Cr$ 8,00 para o Seridó, que sempre atinge a classificação tipo três."[87]

No início de agosto do ano em curso, o quilo do algodão arbóreo chegou ao preço de Cr$ 10,00. Logo foram divulgadas informações na imprensa local de que o Governo Federal, cedendo às pressões dos industriais têxteis nacionais, havia liberado a importação do produto vindo da Europa e da alguns países da América Latina: "Começaram a surgir os boatos que agora foram confirmados: o Governo autorizou a importação e o preço do algodão já baixou para Cr$ 7,00 e deverá sofrer novos revezes daqui por diante."[88] O fato causou forte desapontamento ao secretário da agricultura do Estado, sr. Moacir Duarte: "acho que isso é péssimo para o plantador de algodão e para o Estado."[89]

Logo a notícia foi retificada e, antes do final de agosto, tudo ficou esclarecido. A autorização de importação do algodão foi limitada a "apenas uma operação de duas mil toneladas para uma fábrica de tecidos em Santa Catarina, permutada por fios finos."[90] Passado o susto, e depois de pequenas oscilações, o preço do quilo do algodão rapidamente atingiu os Cr$ 12,00, "principalmente no Seridó."[91] Após o episódio que grande tensão gerou entre os políticos e governantes locais, novas garantias por parte das autoridades do Governo Federal foram divulgadas na imprensa, servindo para acalmar os ânimos dos personagens cotonicultores.[92]

---

[86] Idem, ibidem.
[87] Declaração do agrônomo sr. Geraldo Bezerra, Diretor local do Ministério da Agricultura. DIÁRIO DE NATAL. ***Algodão agora tem vez, diz Ministério***. Natal: Diário de Natal, 20/07/1976, p. 08.
[88] DIÁRIO DE NATAL. ***Moacir insatisfeito com a importação do algodão diz que o preço baixará***. Natal: Diário de Natal, 14/08/1976, p. 08.
[89] Idem, ibidem.
[90] DIÁRIO DE NATAL. ***Preço do algodão já atinge os Cr$ 12,00***. Natal: Diário de Natal, 27/08/1976, 08.
[91] Idem, ibidem.
[92] "O Ministro da Fazenda, sr. Mário Henrique Simonsem, assegurou ao Governador Tarcísio Maia, em Brasília, que não haverá importação de algodão para o mercado interno e o que houve foi apenas uma permuta de duas mil toneladas de algodão do Paraguai, para atender a uma industria de Santa Catarina, que estava na impossibilidade de cumprir um compromisso internacional. 'Governador, repito, não haverá importação de

Entretanto, como castelo de areia na beira da praia, que só dura até a próxima preamar, as promessas das autoridades federais não resistiram à força "invisível" do mercado. Em dezembro, quando a safra de 1976 ainda estava sendo comercializada, e momento de começar a fundar a próxima produção, em passagem pela capital do Estado, o diretor executivo da Comissão de Financiamento da Produção, sr. Paulo Robert Viana, reclamou que no mercado interno os preços do algodão tinham subido muito, para um patamar insuportável à industria têxtil do país numa época de crise. No auditório da FIERN, onde participou de uma reunião com os maquinistas e produtores de algodão, alertou: "Caso as indústrias nacionais não consigam matéria-prima (algodão) a preços mais baixos, não terão condições de funcionar. (...) Por isso o algodão não deve aumentar de preços sob pena de haver importações."[93]

As declarações do diretor da CFP causou indignação entre os produtores e comerciantes do produto, e especialmente nos meios formadores da opinião pública. "A palavra do Governo tornou-se flagrantemente de desistímulo [***sic***] à atividade, que continua sendo ainda o principal suporte da economia potiguar..."[94] Essas palavras estavam carregadas de temor e de dúvidas quanto ao futuro de milhares de trabalhadores da agricultura do Seridó e de todo o Estado.

Essas oscilações da política econômica do Governo Federal e as flutuações dos mercados interno e externo do algodão só colaboravam para agravar a situação dos cotonicultores do Seridó. No começo do ano, em Caicó, os agricultores e os beneficiadores da pluma inauguraram o calendário de 1977 com um debate sobre a crise que ameaçava a falência das usinas e o problema da importação como fator agravante da vida do produtor e também dos maquinistas de algodão. Na oportunidade, representantes locais enviados para se inteirar das decisões do Ministério da Agricultura do Governo, à Federação da Agricultura de São Paulo, onde ocorreu um evento com o objetivo de discutir a crise algodoeira nacional, trouxeram a informação de que o Ministro, sr. Alysson Paulinelli, estava trabalhando com uma estimativa de estoques (através do EGF Empréstimos do

---

algodão. Pode tranqüilizar os produtores do seu Estado' disse o Ministro a Tarcísio Maia." (DIÁRIO DE NATAL. ***Tarcísio diz que Governo não vai importar algodão***. Natal: Diário de Natal, 01/09/1976, p. 08.)

[93] DIÁRIO DE NATAL. ***Importação de algodão se os preços subirem***. Natal: Diário de Natal, 02/12/1976, p. 08.

[94] CÂMARA, Cassiano Arruda. ***Dúvidas do algodão***. Natal: Diário de Natal/Roda Viva, 09/12/1976, p. 04.

Governo Federal) da ordem de "50 a 52 mil toneladas da região Centro-Sul"[95] mais os estoques do Nordeste. Quadro favorável à manutenção da política Federal em vigor.

Na verdade, o que se discutiu no encontro de Caicó a respeito da crise dos maquinistas foi apenas a ponta do ***iceberg***. O que estava em jogo e que só ficou evidente com a aproximação da safra do ano de 1977, era que boa parte da produção do ano anterior (seis mil toneladas[96]) estava encalhada nos armazéns das usinas, esperando cotação de preços que conviesse à venda, pois todo o estoque acumulado pelas usinas foi feito no momento de alta dos preços. Exatamente no final de 1976. Segundo explicaram os ***expert***, agora em meados do ano em curso, a alta dos preços era artificial, fruto de boatos e especulações propiciadas pela instabilidade do mercado.

Os boatos que estimularam os maquinistas locais a formarem seus estoques sem maiores cautelas foram as notícias divulgadas pelo Sindicato das Indústrias Têxteis de São Paulo, informando estatísticas do "Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, segundo as quais a produção brasileira não seria suficiente para satisfazer o mercado interno."[97] Também, com base em informações daquele departamento, divulgou-se que a produção mundial "seria inferior a da safra 1975/76 e depois verificou-se muito superior aquela."[98] Esses fatos divulgados, de má fé ou não, como suspeitam os atores locais, causaram, por parte dos usineiros, uma corrida perigosa para formar seus estoques.

Durante a vigência do suspense causado pelas informações vindas do maior centro produtor de algodão do mundo, além do ocorrido antes, apareceram comerciantes de outros Estados, comprando diretamente ao produtor local, e não aos beneficiadores, o algodão do Nordeste, e ofertando preços bastante compensadores. "Como os visitantes ofereciam preços inflacionados, a maioria dos 22 maquinistas locais se viu obrigada a acompanhá-los."[99] Para não ficarem sem formar seus estoques e pôr em risco a continuidade de suas atividades, "maquinistas locais chegaram a pagar até treze cruzeiros pelo quilo de algodão que hoje, quando muito, alcança preço pouco acima de 50%

---

[95] AZEVEDO, Dermi. ***Notícias do Seridó: maquinistas do Seridó debatem problema do algodão***. Natal: Diário de Natal, 11/03/1977, p. 15.
[96] DIÁRIO DE NATAL. ***Venda de algodão estocado poderá ocorrer em 90 dias***. Natal: Diário de Natal, 07/07/1977, p. 08.
[97] Idem, ibidem.
[98] Idem, ibidem.
[99] Idem, ibidem.

deste."[100] Esse fato depõe contra o mito de que os produtores rurais do sertão estavam subordinados rigidamente aos grandes proprietários e comerciantes de algodão, e geralmente mancomunados com os usineiros.

Os atores do setor consideraram a crise dos maquinistas do Rio Grande do Norte de menor gravidade, visto que seus estoques de fibra longa foram majoritários[101]. Mesmo assim, a situação estava insustentável pelo fato de que essa crise da cotonicultura local e nacional vinha descapitalizando o setor desde os anos 1960, como foi indicado anteriormente. O novo quadro foi um agravo de morte.

Nesse sentido, o novo quadro foi mais dramático pelo fato de que, além da falta de preços compensadores, existiam também, estoques encalhados nas usinas. Situação que fazia agravar as condições financeiras desse setor. "Em dezembro houve o 'crak'. Com os armazéns abarrotados, os compradores de fora não voltaram ao Estado: os maquinistas daqui, ..., procuram desovar os estoques, mas os industriais têxteis do Rio e São Paulo já estavam abastecidos."[102]

Dentro desse quadro de dificuldades dos cotonicultores, a imprensa local informou que os paulistas operaram novos ajustes na sua área produtiva, o que foi uma demonstração de que a crise estava séria e não se limitava à cotonicultura local, especialmente ao algodão fibra longa. "Acreditam que em outubro – em plena safra nordestina – São Paulo deverá estar com a área trabalhada para a próxima safra definida, esperando-se ainda que seja 50% menor do que no ano passado."[103]

O tempo passa e para a aflição dos maquinistas não se apresenta solução, apesar de protestos, documento com exposição de motivos enviado ao sr. Dr. Paulo Roberto Viana, presidente da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) do Ministério da

---

[100] Idem, ibidem.

[101] "Se o Rio Grande do Norte, como se afirma, é um dos menos prejudicados, vez que sua produção é predominantemente de algodão fibra longa, que escoou-se facilmente no começo do ano, e tem estocadas, ainda, seis mil toneladas, pode-se fazer idéia da situação de Paraíba e Ceará, maiores produtores de fibra curta, que não divulgam além de suas fronteiras os respectivos estoques. No total, existem no Nordeste 32 mil toneladas de pluma armazenadas." (Idem, ibidem.)

[102] DIÁRIO DE NATAL. ***Escoamento do algodão preocupa os produtores***. Natal: Diário de Natal, 02/08/1977, p. 08.

[103] CÂMARA, Cassiano Arruda. ***Mudar as tendências***. Natal: Diário de Natal/Roda Viva, 06/08/1977, p. 04.

Agricultura em Brasília,[104] e de outras reivindicações endereçadas às autoridades do Rio Grande do Norte. e também divulgadas na imprensa local.

Já estava próximo de se iniciar a comercialização da safra de 1977, mas a situação continuava sombria para todos. A previsão da safra nacional para o momento era de 560 mil toneladas, que somadas aos remanescentes do ano anterior chegaria a 650 mil toneladas. Só o Nordeste produziria 160 mil toneladas. Enquanto isso, a capacidade de consumo da indústria têxtil nacional instalada foi de 430 mil toneladas. Além de tudo, a safra mundial de algodão do ano anterior, que fora de 12 milhões de toneladas, era esperada para o ano em curso uma produção de 14 milhões de toneladas.[105] Agora, caso não fosse comprado o algodão produzido nesse ano, seria o caos, principalmente para os trabalhadores do campo, que tinham no algodão a principal fonte de sua renda anual.

Dentre outras, surge a proposta para o Governo Federal criar um subsídio de até 30% para exportação. Só assim, o algodão nacional alcançava competitividade de preço com o do mercado externo. A exportação seria para desafogar os estoques nacionais e possibilitar a comercialização interna da nova safra. Dizia o parlamentar norte-rio-grandense, "se não houver subsídio para o algodão haverá uma verdadeira catástrofe."[106]

No final de outubro do referido ano, depois de marchas e contramarchas, pressões e contrapressões, envolvendo os interesses locais ***versus*** os nacionais – especialmente da indústria têxtil e da política econômica do Governo Federal – foi criado um subsídio da ordem de 20%. O interessante a notar nessa medida é que ela não favoreceu diretamente aos usineiros potiguares. Mesmo com o subsídio, o algodão local continuava com o seu preço acima da cotação externa. "Se não vai dar para exportar o algodão potiguar cujos preços ainda continuaram superiores aos do mercado internacional, a medida do Governo abre mercado para o algodão produzido no centro-sul."[107] Com a medida, os atores locais tinham a esperança de que os estoques nacionais diminuíssem, fazendo aparecer bom preço e comprador para o algodão da região.

---

[104] Ver documento na integra no DIÁRIO DE NATAL. ***Rio Grande do Norte pede preço mínimo para o seu algodão***. Natal: Diário de Natal, 12/08/1977, p. 14.
[105] FILHO, Garibaldi Alves. ***Nenhum dia é melhor para falar em liberdade***. Natal: Diário de Natal, 07/09/1977, p. 08. (Discurso proferido pelo referido Deputado no Plenário da Assembléia Legislativa em homenagem as comemorações da Independência do Brasil).
[106] Idem, ibidem.
[107] CÂMARA, Cassiano Arruda. ***Primeiro passo***. Natal: Diário de Natal, 21/10/1977, p. 04.

Não foi bem o que aconteceu. Apesar da medida apresentada, o que se assistiu foi à manutenção dos estoques, locais e com eles a manutenção da crise e da grita geral dos maquinistas e seus aliados. Para solucionar o problema dos estoques as empresas tentaram montar, entre elas, um consórcio para exportação do algodão. A idéia era aproveitar o subsídio do Governo Federal, e através do "pool" de comercialização da pluma, minimizar os custos da exportação, podendo, portanto, enfrentar um prejuízo menor, visto que, mesmo com a ajuda do Governo, o preço do algodão local ficava 10% acima da paridade internacional[108].

Para evitar que a safra de 1977 encalhasse na mão do produtor, o que geraria uma situação de calamidade no campo, mais uma vez prevaleceu a ação do Governo Federal. Através das Agências do Banco do Brasil foi autorizado o financiamento de 100% da compra realizada pelas usinas junto ao produtor, obedecendo ao preço mínimo estipulado pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP). As agências bancárias repassavam para o usineiro o valor da transação, logo após a mesma ter sido efetuada junto ao produtor[109].

Mesmo com a torrente de medidas, como alongamento da dívida, prorrogação do início para o pagamento do financiamento, perdão dos débitos antigos, os perenes créditos subsidiados, subsídio para exportação, financiamento para aquisição da safra diretamente ao produtor, a crise dos maquinistas e dos produtores de algodão continuou se agravando visto que a produção agrícola seridoense se assentava sobre uma estrutura arcaica e de baixa produtividade[110]. No início do mês de novembro de 1977, com pleno

---

[108] "As empresas de beneficiamento de algodão no Rio Grande do Norte decidiram tentar vender cinqüenta toneladas de pluma de 36/38 milímetros no exterior, como experiência para sentir as possibilidades de promover o escoamento da produção diretamente para países europeus, reduzindo sua dependência do parque têxtil situado no sul do país." (DIÁRIO DE NATAL. ***Empresas algodoeiras do RN vão tentar a exportação do produto***. Natal: Diário de Natal, 25/10/1977, p. 08.)

[109] "Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto à tribuna desta Casa para comentar a decisão do Governo Federal, que, em boa hora, veio ao encontro dos anseios dos círculos produtores de algodão, autorizando o Banco do Brasil a amparar a safra algodoeira, mediante financiamento ao maquinista." (DIÁRIO DE NATAL. ***Wanderley fala no DF sobre algodão do RN***. Natal: Diário de Natal/BRASÍLIA (ANDA-DN), 25/10/1977, p.15.) Pronunciamento na Câmara do Deputado Federal Wanderley Mariz, filho do Senador Dinarte Mariz, representantes dos interesses cotonicultores do Seridó.

[110] "Afirmando que o principal problema da nossa produção agrícola é a falta de preparo tecnológico e cultural do plantador, que não se preparou sequer para se organizar empresarialmente ou através de cooperativas." Declarações do sr. Paulo Afonso Romano, engenheiro agrônomo e secretário geral do Ministério da Agricultura, em sua participação no simpósio realizado em Natal para discutir a comercialização da produção algodoeira. DIÁRIO DE NATAL. ***CFP debate hoje em Natal o comércio para o algodão***. Natal: Diário de Natal, 08/11/1977, p.5.

vigor de todos os paliativos citados, afora outros, e com a presença de um inverno regular "a situação de boa parcela dos agropecuaristas potiguares é como se tivesse havido uma verdadeira catástrofe."[111]

Diante da persistência da crise de preço e dos estoques não vendidos, as novas demandas por ajuda do Governo, especialmente dos maquinistas locais, estavam fadadas a serem negadas. Depois de todas as tentativas, sem sucesso, de se livrarem dos antigos estoques, os maquinistas recorrem mais uma vez à ajuda Federal, solicitando que o Estado comprasse os estoques encalhados. A resposta dos funcionários da CFP foi contundente: "não, não. Se houver compra de pluma será apenas da safra atual."[112]

Além disso, as autoridades ligadas a essa Comissão faziam estudos para implantar ações minimizando a participação dos maquinistas na comercialização da produção algodoeira. "Entre estas destaca-se a possibilidade de a CFP comprar o algodão em caroço diretamente ao produtor, através do Banco do Brasil, utilizando as indústrias de beneficiamento apenas como prestadoras de serviço."[113] A idéia, tudo indica, tinha a finalidade de manter a deficitária agricultura sertaneja, como paliativo social, com a otimização dos recursos do erário, para tanto, praticamente se eliminava o setor de beneficiamento local. Neste caso, as perdas maiores recaíam no setor industrial, forçando-o a uma possível readaptação ou retração.

Sem alterações substanciais nas estruturas da produção algodoeira e na mentalidade do agricultor local, não se inventou uma saída produtivista para a vida rural e, conseqüentemente, não se estancou a crise da comercialização da fibra natural. Dificuldades que se prolongaram de forma visível e dizível no âmbito da imprensa local até o início da seca de cinco anos-1979/83.

Não se deve deixar de destacar que mesmo antes da grande seca, quando a produção cotonicultora seguia seu calvário normal, e sua produção era regular, dentro de um ano de bom inverno, mesmo havendo quebra da produção no Centro e Sul do país, isso não beneficiava a comercialização no mercado nacional da produção seridoense, e de resto a de todo o Nordeste. Contrariando o que se pode pensar, a conjugação desses fatores

---

[111] CÃMARA, Cassiano Arruda. ***Outro impasse***. Natal: Diário de Natal/Roda Viva, 08/11/1977, p. 4
[112] Declaração do sr. Anastácio Antônio de Vasconcelos, coordenador da área de fibras da CFP. In: DIÁRIO DE NATAL. ***Governo recusa comprar excedentes de algodão***. Natal: Diário de Natal, 09/11/1977, p. 8.
[113] Idem, ibidem.

causava tensão e conflito entre os interesses cotonicultores da região e os industriais têxteis do Sudeste.

Foi o que aconteceu, por exemplo, em abril de 1978. Diante da possibilidade de redução de 30% da safra paulista, "o Ministério da Fazenda começa a ser pressionado pelos industriais têxteis sulistas para que autorize uma importação (...) porque pelos preços mais elevados do que os que adquiriram a matéria prima o ano passado,"[114] não poderão produzir, nessa temporada, tecidos com lucros compensadores. O pleito dos têxteis paulistas representava para os atores locais uma verdadeira manobra e uma ameaça aos seus interesses: "É hora de alerta, de vigilância, de movimentação para impedir que sejam usados artifícios para fechar as perspectivas de lucro de nossa principal atividade agrícola."[115] Esses fatos revelam que a persistência da tradição no campo acarretava dificuldades à situação dos sertanejos seridoenses, e em especial, aos caicoenses e floranienses, personagens e motivo central desta narrativa.

Diante de um quadro de ausência de mudanças estrutural e da mentalidade do agricultor local, sem dúvida que o resultado foi a persistência da crise, ocasionando a decadência dos maquinistas.

No período que vai de 1977 a 1981, em torno de dez usinas de beneficiar algodão foram eliminadas do cenário cotonicultor do Rio Grande do Norte. Dessas dez (10) falências, quatro (04) ocorreram no Seridó, ou seja, desapareceram três (03) Usinas em Caicó e uma (01) em Currais Novos[116]. A crise foi também de dimensão regional. No Ceará, no mesmo contexto, faliram quarenta (40) usineiros. A respeito da quebra das empresas de algodão do Estado, é bom citar dois exemplos: A Nóbrega e Dantas S/A Comércio e Indústria, uma das maiores do Nordeste, entre 1950/60, e a Algodoeira Seridó, de propriedade do sr. Manoel Torres, personagem já conhecido deste trabalho[117].

---

[114] DIÁRIO DE NATAL. ***Alerta contra a importação de algodão***. Natal: Diário de Natal, 08/04/1978, p. 05.
[115] Idem, ibidem.
[116] Para um maior detalhamento do fechamento das Usinas de beneficiar algodão, ver CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. ***O maquinista de algodão e o capital comercial***. Natal: Editora Universitária, 1987, p. 221. (Obs.: Nesse estudo, a autora aponta à crise dos maquinistas como conseqüência do tipo da cotonicultura potiguar, especialmente a do Seridó, que fora produtora do fibra longa, e não devido a crise de produtividade do setor que exigia ajuste em toda a cadeia produtiva, desde o setor agrícola até o beneficiamento e a comercialização. E, para o nosso trabalho, a essas exigências a cotonicultura tradicional não obteve resposta.)
[117] "Nobrega e Dantas S/A Comércio e Indústria e Comércio Ltda, com 4 usinas localizadas em Acari, João Câmara, Santa Cruz e Macaíba e dos mais sólidos da região, tendo sido a maior Algodoeira do Nordeste, no anos de 1950/60. De início, paralisaram as atividades das usinas de João Câmara e Acari, mantendo nesses

Sem dúvida, esses fatos corroboram a tese deste trabalho de que a crise da cotonicultura local foi causada pela emergência, a partir dos anos 1960, de um mercado cotonicultor internacional muito competitivo, portador de alta produtividade, que impôs a modernização aos tradicionais setores algodoeiros como forma de se manterem. Esse desafio a agricultura tradicional do algodão do Seridó não soube vencer e, como se pode ver, até mesmo o setor de beneficiamento, onde operava um padrão moderno de organização do trabalho, foi drasticamente afetado.

A falência das usinas não interrompeu a atividade agrícola algodoeira. Como se pode perceber, os últimos maquinistas fecham seus negócios no decorrer dos cinco anos de seca de 1979/83. Nem mesmo esse longo período de estiagem fez os sertanejos abandonarem suas convicções na agricultura tradicional. Mesmo não afetando o espírito do homem rural do Seridó, a seca serviu para deslocar a tensão da crise da cotonicultura local e das suas contradições com a indústria têxtil nacional para o flagelo causado pela estiagem prolongada, e fez silenciar o problema na imprensa. Claro, sem produção agrícola local não havia comercialização de algodão, logo a discussão sobre preços, mercado e estoque saiu de foco.

O quadro da seca assumiu o foco das falas e dos discursos dos atores e personagens locais, independente dos seus lugares e posições. As notícias retratavam a situação do campo e a calamidade de sua gente, especialmente dos agricultores mais pobres. “No escritório local da EMATER estão inscritos 2.129 trabalhadores rurais, de 711 propriedades do município de Caicó.”[118] O número de trabalhadores e propriedades inscritos no programa de emergência do ano de 1980 evidenciam a paralisação da produção agrícola do município. Mas, a interrupção das atividades agrícolas da região não se limitou apenas ao referido ano: “... a seca que se abate no Estado, há quatro anos, provocou este ano uma frustração de safra da ordem de 90 por cento.”[119] Nos municípios estudados por

---

municípios postos de compra e concentrando o beneficiamento, principalmente, na usina de Macaíba. Resistiu até a safra de 1982/83, quando paralisou suas atividades; ... Algodoeira Seridó, pertenceu aos Torres, de Caicó, continuou atividade, mas o grupo vendeu a usina de Currais Novos.” (CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. ***O maquinista de algodão e o capital comercial***. Natal: Editora Universitária, 1987, p.219/222.

[118] O POTI. ***Seridó: emergência***. Natal: O Poti, 22/06/1980, p.19.

[119] Declarações na imprensa local do sr. Antônio de Pádua Pessoa, chefe do escritório regional da SUDENE. (DIÁRIO DE NATAL. ***Seca liquida safra de 40 municípios, diz a Sudene***. Natal: Diário de Natal, 09/12/1982, p. 05.

esta pesquisa a situação não podia ser pior. O retrato da velha Flores dissipa dúvidas de qualquer ordem. “Com uma população de 11.620 habitantes, Florânia tem três mil agricultores alistados nos bolsões da seca, mas segundo o prefeito, pelo menos mais dois mil precisariam do benefício para minimizar os efeitos da prolongada estiagem.”[120]

Logo que diminuíram os rigores da seca e algumas poucas chuvas ocorreram, mesmo dentro do período crítico, o algodão voltou a ser produzido e colhido. Inicialmente em pequenas quantidades, depois se recuperando com mais ímpeto. Na safra de 82/83 – este último ano o do final da seca – o Seridó, através da Algodoeira Seridó Comércio e Indústria S/A (ALSECOSA), da Cooperativa Agropecuária de Caicó Ltda[121] e da Algodoeira Aimoré Agroindustrial Ltda, com sede no município de Jucurutu, comercializou uma produção de “1.617 toneladas de algodão em pluma, quando no período antecedente somente atingiu 1.133. O algodão seridoense vem de toda à região, (...) É o melhor do país, chamado algodão seridó, arbóreo ou mocó.”[122]

A praga do bicudo foi o desfecho dessa retomada da cultura do algodoeiro pelos seridoenses. Fato que contribuiu para ajudar a liquidar a velha vida rural da região. Para melhor compreensão desse acontecimento, o mesmo será discutido na seção 2.6 desse capítulo.

## 5.4 O trasbordamento da crise rural para o âmbito da política nacional

Desde o momento que iniciamos o relato da crise da cotonicultura seridoense que esta narrativa se apoia em falas dos representantes políticos da região, pronunciadas, principalmente, na Assembléia Estadual, e no Congresso Nacional. Porém, não foi demonstrado que o transbordamento dos efeitos da falência rural para essa seara gerou uma tensão política muito forte entre o Regime Militar e sua base parlamentar de sustentação. Essa tensão foi produzida especialmente na bancada Nordestina no Senado e Câmara, maior fração política parlamentar de sustentação do Governo durante a fase do autoritarismo.

---

[120] DIÁRIO DE NATAL. ***Brito alerta para as tensões sociais e diz que ou o Governo dá aos Estados condições de atender os flagelados, ou o caos será total***. Natal: Diário de Natal, 01/10/1983, p. 6.
[121] A COACAL incluía as Cooperativas de São João do Sabugi, a de Serra Negra do Norte e a de Florânia.
[122] O POTI. ***Produção do algodão parece salva***. Natal: O Poti, 16/01/83, p. 19.

Esse retesamento nas bases políticas do Governo Militar começou a ser delineado quando a crise do petróleo – 1973/74 –, e conseqüentemente da fibra sintética, causou um aumento dos preços das fibras naturais. Alta considerada exorbitante e ameaçadora para a saúde econômica da indústria têxtil nacional fortemente sediada em São Paulo. "O Governo Federal está preocupado com os altos preços do algodão (fibra longa e curta) (...), serão adotadas medidas para conter a alta dos preços."[123] As Autoridades Federais haviam estabelecido quotas regionais de exportação, para limitar a venda para o mercado internacional e evitar maior valorização no mercado interno. Essa medida não surtiu os efeitos esperados.

Pela resistência dos preços altos, os técnicos federais diziam ser responsabilidade principal dos intermediários. Segundo eles, os preços altos "estão prejudicando a programação das indústrias têxteis e das exportações de tecidos."[124] Comprometido com as metas gerais da economia, o Governo Federal assumia maior interesse pelo parque têxtil, e acena intervir contra o aumento dos preços do algodão nordestino, ao invés de deixar livres as regras do jogo de mercado, que favoreciam a uma maior valorização da fibra natural, pondo em risco o lucro e as exportações têxteis.

Por outro lado, a fala de um representante potiguar na Câmara Federal, o sr. Antônio Florêncio, não sinalizava essa compreensão. Aferrado aos interesses da cotonicultura regional, interpretava os acontecimentos como apenas "uma especulação dos produtores do Sul, cuja fibra está no fim da comercialização e como não se iniciou ainda a comercialização do Nordeste, eles estão aproveitando a situação excepcional"[125] dos mercados internos e externos do algodão. Sem dúvida, essa disritmia entre a base política e o Governo gerou forte tensão política, causada pelas pressões dos interesses antagônicos entre a industria têxtil nacional e a cotonicultura potiguar e do resto do Nordeste.

Naquele momento, segundo a imprensa local, acabou acontecendo uma manobra patrocinada, tudo indica, pelas grandes empresas internacionais compradoras de algodão, fazendo o preço do produto baixar e estacionar em Cr$ 3,00 o quilo. Esse fato desapontou bastante os representantes do Nordeste no Congresso Nacional, os quais ameaçaram criar uma CPI. E no Senado, o então Senador Dinarte Mariz, fiel aliado do Regime de Exceção,

---

[123] DIÁRIO DE NATAL. ***Preço do algodão preocupa Governo***. Natal: Diário de Natal 15/08/1973, p. 03.
[124] Idem, ibidem.
[125] Idem, ibidem.

fez na tribuna daquela Casa "uma série de denúncias ao então Ministro da Fazenda, sr. Delfim Neto."[126]

A tensão maior se consubstanciou também nas pressões parlamentares exigindo medidas de proteção e de arrimo à cotonicultura local. Em outubro de 1974, o referido Senador solicitou e conseguiu audiência junto ao então presidente da República, o sr. Ernesto Geisel, oportunidade na qual fez um relato da situação estrutural do campo. Nela reconhece que a atividade algodoeira foi "sempre deficitária e mesmo assim responsável pela presença de 50% da renda agrícola do nosso Estado e ainda de parcela ponderável e decisiva da formação do tributo estadual."[127]

O Senador potiguar completou o encontro com uma série de pedidos que garantissem uma sobrevida à cultura algodoeira. Todas as medidas solicitadas objetivavam apenas mantê-la artificialmente por algum tempo[128]. Atendidas em parte ou no todo, como sempre aconteceu, essas medidas apenas amenizavam por pouco prazo as condições dos agricultores sertanejos, pois, logo em seguida, os efeitos da crise se repetiam, quando não uma nova catástrofe climática local punha toda a produção agrícola e outras providências em terra seca, ou estaca zero.

Apesar de sua inequívoca defesa dos cotonicultores potiguares e especialmente os do Seridó, das suas constantes demandas ao Executivo por proteção e ajuda, o que parece ser paradoxal, a fala do Senador Dinarte Mariz expressava com certa clareza o anúncio do fim da velha organização rural que produzia o algodão. Com baixa produtividade – no máximo 300 quilos por hectare – e em uma região que não se habilita a outras espécies, dizia o Senador em seu discurso, concluindo, que "é atualmente deficitária e suicida a sua produção, acumulando obrigações que não pode nos atuais modelos ressurgir, bastando ver que a primeira parcela dos reajustamentos e escalonamentos obtidos

---

[126] DIÁRIO DE NATAL. ***Agricultura faz replantio para o algodão não faltar***. Natal: Diário de Natal, 22/06/1974, p. 03.

[127] DIÁRIO DE NATAL. ***O que Dinarte pediu a Geisel pelo algodão***. Natal: Diário de Natal, 16/10/1974, p. 05.

[128] "1º) – escalonamento, em dez anos e prestações anuais, pelos bancos oficiais, dos débitos dos cotonicultores, vencidos e vincendos, a juros de fundo perdido, inclusive os que já foram debitados em reajustamentos anteriores; 2º) – assegurar preço mínimo de três cruzeiros o quilo, preço médio por quanto foi comercializada a safra de 1973; e 3º) – autorização para, de agora em diante, fazer-se os empréstimos na base do PROTERRA (7% ao ano), e esta medida só será válida se aplicada a todos os plantadores de algodão, também aqueles que não tenham conseguido reajustamento por qualquer motivo em 1970, mesmo que o seu patrimônio não seja suficiente para cobrir as obrigações contraídas." (Idem, ibidem.).

por conta da sêca de 1970 começa a vencer, além dos pagamentos dos empréstimos sobre eles acumulados..."[129] O parlamentar chega a admitir a "debacle" do produtor rural.

Dentro do contexto da existência de várias políticas públicas voltadas para arrancar o agricultor e suas atividades do tempo da tradição, e da defessa das mesmas por diversos personagens, tanto técnicos ligados aos Governos Estadual e Federal, como por comerciantes de algodão, e por alguns fazendeiros e mesmo por outros políticos locais ou de outro rincão do Nordeste, essas declarações do Senador Dinarte Mariz pareciam não se sintonizar com o que exprimiam as demais falas. Parece que a situação vivida no campo dava lugar à encenação política.

Dessa forma, o jogo de cena transmutava as fronteiras das ações de ajuda, das medidas protecionistas e das políticas públicas voltadas para equacionar a modernização que não houve. Essa promiscuidade dos campos das ações diversas não se pode afirmar se servia para encobrir a insolúvel situação do campo, porém ajudava a legitimar o Estado e a Classe política local. Ou então, pode-se dizer, ainda, que foi apenas a manifestação de atores com convicções diferentes sobre um mesmo problema: como enfrentar a crise da estrutura rural sertaneja?

Quando o Governo Federal anunciava a alocação de recursos estruturais para fixação em determinados locais da região as pressões políticas se acentuavam. Foi o que aconteceu com a decisão das autoridades federais de instalar um Centro de Pesquisas do Algodão. Logo os representantes no Congresso Nacional se apresentavam para reivindicar a instalação na sua região: "Sabemos que a política do Governo Federal é no sentido de criar Centros Nacionais de Pesquisas (...) estamos fazendo uma apelo ao Ministro da Agricultura para localizar o Centro de Pesquisa do Algodão no Nordeste e, particularmente no Rio Grande do Norte."[130] O local apontado como ideal pelos representantes potiguares foi o município de Cruzeta, já que o mesmo contava com uma estação climatológica que vinha prestando um bom serviço de acompanhamento e medição dos fatores climáticos da região. É relevante dizer que o município citado faz divisa com Caicó e Florânia.

A disputa pela instalação do Centro de Pesquisa do Algodão em terras potiguares, no âmbito da política local, uniu governo e oposição (MDB e ARENA). Dessa

---

[129] Idem, ibidem.
[130] DIÁRIO DE NATAL. ***Ney Lopes vê algodão***. Natal: Diário de Natal, 03/04/1975, p. 05. (Pronunciamento no Congresso Nacional do Deputado Federal do Rio Grande do Norte, o sr. Ney Lopes de Souza).

união e negociações entre situação e opositores surgiu a proposta de um outra localidade para sediar o Centro de Pesquisas do Algodão, o município de Mossoró. Esse foi o resultado do peso político do Governador Tarcísio Maia, filho da região[131]. Deve ser dito que apesar dos esforços e do consenso político entre as forças adversárias estaduais, o Centro de Pesquisas do Algodão foi implantado em Campina Grande, na Paraíba.[132]

O regateio dos recursos federais sempre foi objeto de disputa no Congresso Nacional, mas no contexto da época fazia aumentar as tensões entre o Governo e suas bases políticas nordestinas. Mas é sem dúvida que a maior fonte de tensão política era o reflexo do choque dos interesses da indústria têxtil nacional e os interesses da cotonicultura nordestina, com destaque aqui para a crise no Seridó. Dessa forma, em junho de 1975, preste a começar a colheita do algodão nordestino, a indústria têxtil nacional tenta negociar junto à Comissão de Financiamento da Produção, órgão federal, a liberação para comercializar seus estoques de 1974 e assim forçar a baixa dos preços da safra do algodão do Nordeste, que ia começar a ser colhido para a venda.

Esse episódio fez renovar os veementes protestos da banca potiguar governista. O importante a destacar foi o teor de radicalismo no discurso do já citado parlamentar. Frente aos fatos, disse o Deputado: "é nosso dever defender o cansado agricultor nordestino que contra ele sejam armadas ciladas. Aqui no Congresso Nacional não tenho outros compromissos a não ser com o povo e sobretudo os mais necessitados."[133] Esse clima indicava um crescente mal estar político provocado pela crise e peleja da cotonicultura tradicional. Apimentou mais ainda os ânimos do momento o fato de ser do conhecimento de todos que, naquele ano, a produção americana sofreu uma quebra de 40%. Algo que

---

[131] "Depois de ter sido recebido pelo Governador Tarcísio Maia, no Palácio Potengi, durante 30 minutos, num encontro que qualificou de cordial, o líder da oposição, Deputado Garibaldi Filho, disse que o Governador acolheu a sua sugestão em prol da luta pela implantação do Instituto Nacional de Pesquisas do Algodão junto ao Ministro da Agricultura. O Governador solicitará que o Instituto seja localizado em Mossoró." (DIÁRIO DE NATAL. ***Instituto do algodão reúne Governo e MDB.*** Natal: Diário de Natal, 03/04/1975, p. 12.)

[132] "Primeiro foi a localização do Centro de Pesquisas do Algodão, que também disputávamos, que a Paraíba ganhou para a cidade de Campina Grande. Agora a notícia é de que a Embrapa, a quem compete implantar estes órgãos, vai escolher mais dois centros municipais paraibanos para sediar importantes núcleos de pesquisas: um em Alagoinha e outro em Patos." (DIÁRIO DE NATAL. ***Paraíba está passando à frente***. Natal: Diário de Natal, 11/06/1975, p. 05.).

[133] DIÁRIO DE NATAL. ***Ney Lopes denuncia manobras de grupos têxteis no Nordeste***. Natal: Diário de Natal, 03/06/1975, p. 03. (Pronunciamento do sr. Ney Lopes, Deputado Federal pela ARENA do Rio Grande do Norte.)

favorecia em muito ao aumento dos preços do algodão nordestino que fosse comercializado sem a concorrência dos estoques da safra anterior.[134]

Depois, ou concomitante, aos protestos do Deputado Ney Lopes contra as manobras comerciais da indústria têxtil, aparecem os novos pedidos de ajuda e arrimo no pronunciamento do Senador Dinarte Mariz, que se achava muito próximo do Governo Geisel, tratando-o como o timoneiro da Revolução. Desta vez, o aliado de primeira hora do movimento de 1964 foi pedir a dispensa das dívidas dos agricultores do Estado. A primeira solicitação era para que o Banco do Brasil não acrescentasse juros e correções aos débitos contraídos pelos agricultores e pecuaristas quando da seca de 1970. O segundo pedido foi dirigido ao INCRA para que esse órgão realizasse uma anistia fiscal, ou seja, dispensasse a dívida contraída junto ao mesmo, através de anos e anos sem o pagamento do devido imposto rural àquela instituição. "O Senador Dinarte Mariz assinalou que testemunhou no Seridó centenas de pequenos e médios proprietários que não têm a mínima condição de resgate dos débitos fiscais devidos ao Incra, mesmo se alienassem as suas terras, este valor seria inferior ao compromisso."[135]

O citado Senador transitava com uma certa facilidade entre os pedidos de apoios e os discursos de combate ao que foi considerado como manobras e ciladas contra os interesses agrícolas do Nordeste e especialmente do Rio Grande do Norte. Em agosto de 1976, período do calendário anual em que tinha início a comercialização do algodão seridoense, uma nova manobra para importar algodão se anunciou na imprensa nacional. Estopim suficiente para detonar um violento protesto do engajado parlamentar na defesa do algodão da sua região. "Mais uma vez venho ocupar esta Tribuna para falar sobre os problemas nordestinos. Fui hoje informado sr. Presidente que está em marcha, ou talvez mesmo já tenha ocorrido, a idéia de se importar algodão do exterior para o nosso país."[136]

Para o parlamentar, a atitude era inadmissível e intolerável, e ao mesmo tempo representava "uma verdadeira calamidade, dentro da situação econômica em que nos

---

[134] "A safra norte-americana para este ano está reduzida de quarenta por cento o que gera otimismo para os plantadores do produto e nós que nesta casa defendemos um Estado basicamente agrícola." Disse o parlamentar. (Idem, ibidem.)

[135] DIÁRIO DE NATAL. ***Dinarte sugere anistia de dívidas com o INCRA***. Natal: Diário de Natal, 09/10/1975, p. 05.

[136] DIÁRIO DE NATAL. BRASÍLIA (ANDA-DN). ***Dinarte protesta contra a importação de algodão***. Natal: Diário de Natal, 13/08/1976, p. 11.

encontramos, quando o Nordeste atravessa a maior crise da sua história nesses últimos tempos, uma safra sacrificada e um ano, todos nós sabemos, seco ou pelo menos prejudicado."[137] No mesmo discurso, o Senador considera a possível manobra de importação mais que uma calamidade, um verdadeiro "crime que não acredito seja consumado nem admito pelas atuais autoridades responsáveis pela economia do país."[138] Nessa passagem discursiva, o parlamentar invoca um certo compromisso, uma certa cumplicidade e fidelidade das autoridades federais para com ele.

Porém, o peso do protesto e da contestação do Senador Dinarte Mariz não pode ser conferido apenas pela sua ligação com o regime de plantão, mas pelo fato de que o seu discurso foi aparteado por outros senadores do Nordeste, conferindo-lhe apoio e congratulações. Pediram e obtiveram apartes o sr. Mauro Benevides (MDB-CE), o sr. Agenor Maria (MDB-RN), o sr. Helvídio Nunes (ARENA-PI), o sr. Paulo Guerra (ARENA-PE), o sr. Wilson Gonçalves (ARENA-CE). Foram unânimes as falas dos senadores que fizeram uso da palavra no apoio ao discurso do orador do Seridó.

Com a emoção dos apoios recebidos, o sr. Dinarte afirmou em alto tom o confronto de interesses entre o setor têxtil nacional e a agricultura tradicional do Nordeste, sua fornecedora de matéria-prima: "Sabemos o quanto é forte, o quanto é poderosa, valorosa e quanto significado tem a pressão no setor econômico. E é exatamente essa pressão que se faz sentir, nesta hora, contra os interesses do povo nordestino. Notadamente contra o setor mais sensível da economia nacional atua o mais poderoso, a indústria do centro-sul do país."[139]

O discurso do sr. Dinarte Mariz e os apartes dos demais senadores da região pareciam apontar para a abertura de uma fissura regional/nacional ou Governo militar/bases políticas do Nordeste. A temperatura expressa nos pronunciamentos, tanto no Congresso Nacional como na Assembléia Estadual, onde a oposição (MDB) procurava instigar os situacionistas locais[140] diante da crescente derrocada da vida rural local e a derivada crise

[137] Idem, ibidem.
[138] Idem, ibidem.
[139] Idem, ibidem.
[140] "A sessão da tarde de ontem da Assembléia Legislativa foi dedicada quase que exclusivamente ao debate sobre o problema da importação do algodão. O primeiro orador a ocupar a tribuna foi o deputado Olavo Montenegro, do MDB, afirmando que as notícias sobre o assunto são contraditórias, não se sabendo ao certo se a importação foi ou não autorizada pelo Governo Federal. Por outro lado, disse o orador ter tomado conhecimento da importação de várias toneladas de algodão por parte de uma indústria de toalhas do Estado

social que ameaçava sair dos limites dos controles vigentes, reforçava o clima de tensão política entre o Governo e suas bases de apoio regional, e o antagonismo econômico do desenvolvimentismo da indústria têxtil nacional e a dinâmica tradicional da agricultura nordestina, especialmente a algodoeira, que foi o núcleo do conflito neste período.

Dentro desse quadro de crise rural e tensão social e política, em julho de 1977, um ano e poucos meses antes da grande seca – 1979-83 – que celebrou a paz temporária ao conflito/crise da produção e comercialização do algodão, diante de uma notícia divulgada na imprensa nacional anunciando a extinção do crédito agrícola subsidiado, da tribuna do Senado um novo pronunciamento do Senador Dinarte Mariz vem a público, contendo as discutidas cores da consternação da moribunda e conflituosa situação da vida tradicional do sertanejo do campo[141].

Como indica seu discurso, além de reconhecer as políticas públicas acionadas pelo Governo Federal para promover o desenvolvimento da agricultura local, admite o fracasso das mesmas e chega a defender a sustentação subsidiada do algodoeiro, principalmente do fibra longa produzido especialmente no Seridó: "Assim pensamos que se quisermos continuar a ter o algodão de fibra longa, precisamos subsidiá-lo. Porque financiar, mesmo a juros baixos como se está fazendo, não adianta, pois se essa lavoura é deficitária, continuará a sê-lo, mesmo que os juros sejam subsidiados a 100%."[142] Estava clara nessa fala do representante do Seridó a não sustentabilidade econômica da cotonicultura da região. Sua "debacle" foi uma questão de tempo.

---

de Santa Catarina, que transacionou com o Governo paraguaio. (...) O segundo orador, deputado Nelson Queiroz, da ARENA, apelou para o Governo no sentido de publicar uma nota oficial esclarecendo sobre o assunto. No seu entender jamais o governo permitirá a importação e, por isto, alerta para que os produtores não precipitem vendendo seu algodão. (...) Também o deputado Antônio Câmara denunciou a gravidade da medida do Governo Federal na hora em que sofre pressões de indústrias do Sul do país, visando a importação do algodão. Mostrou a predominância da economia do Sul nas decisões do Governo, sempre em prejuízo para o Nordeste. Disse o orador que para o Rio Grande do Norte a situação é bastante grave, principalmente na hora em que a safra é reduzida e o preço se constituía na única esperança para o produtor." (DIÁRIO DE NATAL. ***Deputados continuam debate sobre algodão***. Natal: Diário de Natal, 18/08/1976, p. 08.) Muitos outros deputados se pronunciaram neste mesmo tom.

[141] "Ninguém pode deixar de reconhecer que a Revolução melhorou consideravelmente a situação do agricultor brasileiro. O PROTERRA, o POLONORDESTE, a AGROINDUSTRIA, o Projeto Sertanejo, o PROCAL [PROALCOOL], o FUNRURAL, além dos juros subsidiados, foram medidas de significativo alcance, com que o Governo procurou dinamizar, atendendo as exigências para o desenvolvimento da nossa agricultura." (DIÁRIO DE NATAL. ***Dinarte defende cultura algodoeira subsidiada e é contra extinção do 'FUNRURAL"***. Natal: Diário de Natal, 05/07/1977, p. 19.) Obs.: O Jornal publicou na íntegra o discurso do parlamentar seridoense.

[142] Idem, ibidem.

Com a permanência da insolúvel crise, pois a tradição se esmagava sobre si mesma, os debates no campo político entre oposição e governo, com defesas e proposições, desvelaram para um quadro de acusações entre os blocos políticos em ação, dando a entender que a não resolução da crise tinha como causa culpa essa ou aquela atitude dos parlamentares da situação ou vice-versa.[143]

## 5.5 A cura se repete: "novas políticas públicas"

O breve ensaio de tempos bons, provocados pelo aumento dos preços do algodão nos mercados reforçou a velha expectativa de modernização da cotonicultura local, como de resto, a de todo o Nordeste. As falas de autoridades vinculadas aos órgãos do governo estadual, da esfera federal e da SUDENE ecoavam em todos os recantos da região, advogando os planos e projetos, as metas e soluções para tornar a agricultura nordestina do semi-árido com níveis de produtividade compatível com as novas exigências dos mercados[144].

O cenário dos anos de 1970 era outro, porém o solfejo ensaiado foi o concerto da velha sinfonia dos anos sessenta com acordes mais fortes e um regente com batuta de ferro. Eram os ditames do Brasil potência[145]. Em outras palavras, insistia-se na idéia da

---

[143] "O deputado Garibaldi Filho, líder do MDB, deu conta, além das atividades (...), criticando especialmente a posição assumida pelo senador Dinarte Mariz, na Comissão de Agricultura do Senado que frustou a vinda dos componentes daquele órgão para observar in-loco a difícil e dramática situação dos cotonicultores, como propunha o senador Agenor Maria que preside a comissão." (DIÁRIO DE NATAL. ***Garilbadi acusa Dinarte de impedir vinda de senadores ao Nordeste***. Natal: Diário de Natal, 23/09/1977, p. 05.) "O deputado Dalton Cunha, da Arena, mostrou em aparte que a história tem mostrado, que na longa vida parlamentar do senador Dinarte Mariz ele se tem destacado pela defesa de interesses permanentes do nosso Estado e de modo especial dos plantadores de algodão." (DIÁRIO DE NATAL. ***Dalton diz que Dinarte sempre defendeu agricultores***. Natal: Diário de Natal, 23/09/1977, p. 05.)

[144] "Segundo ainda o sr. Estélio Ferreira, o empobrecimento dos nossos solos agricultados é evidente e somente com o incremento da adubação é possível se atingir níveis de produtividade compatíveis com outras áreas desenvolvidas, que vem usando a longo tempo esta prática. 'Este objetivo tem de ser alcançado e o Governo Federal já criou linhas de créditos específicas para insumos modernos, visando incrementar o seu uso, pois, como disse o dr. Carlos Faria [agrônomo do Ministério da Agricultura], quem usa fertilizante uma vez, duvido que deixe de usar de novo, concluiu'". DIÁRIO DE NATAL. ***Agronomo defende maior produtividade: algodão***. Natal: Diário de Natal 03/04/1974, p. 05.

[145] "O plano inicial do período Médici, o Metas e Bases, já assinalava como o grande objetivo do Governo na área 'da agricultura e abastecimento' a 'efetivação de uma autêntica Revolução na agricultura.' Essa 'Revolução' envolveria o desenvolvimento tecnológico, a disseminação de insumos modernos, a integração com a indústria de insumos e equipamentos agrícolas e o desenvolvimento acelerado da pecuária, entre outros aspectos, através da concessão de incentivos fiscais, financeiros e creditícios à modernização, aliados à

modernização, o modelo que já norteara a intervenção das políticas públicas para a agricultura da região desde a criação da SUDENE. Agora, em função do novo quadro e do repetido amargo flagelo da seca de 1970, os governos e seus órgãos encarregados de planejar e executar as políticas públicas estavam dispostos a colocar "novos" instrumentos de assistência rural à disposição das metas planejadas para o setor.

Deve-se destacar desde já que, a partir de então, a intervenção planejada do governo no Seridó potiguar, e em todo o semi-árido nordestino, se fez em duas direções: uma mantendo, como já foi dito, o antigo propósito de modernizar a agricultura tradicional, notadamente a velha estrutura agropecuária que tinha no bovino, no algodão, nas culturas alimentares (milho, farinha, feijão...) e na parceria os seus eixos econômicos; enquanto a outra direção da ação governamental foi efetuada no sentido de gerar pólos alternativos de desenvolvimento agrícola através, por exemplos, dos perímetros irrigados e do POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, entre outros.

Aos propósitos deste trabalho só interessaram as ações que visaram a modernizar o setor tradicional do campo. Até porque dos municípios aqui estudados ssomente Caicó sofreu a ação do desenvolvimento alternativo através do Perímetro Irrigado Itans-Sabugi. Outro senão diz respeito ao fato de que, a exemplo do esforço de modernizar o setor tradicional, fracassou também o modelo de irrigação com o uso racional do recurso hídrico e com manejo agrícola moderno. Sem falar no fiasco que foi o plano de colonização da Amazônia para escoar o excedente populacional do sertão. Também, pode-se dizer com segurança que o desmonte da tradicional vida rural não sofreu nenhuma influência dos pólos de desenvolvimento rural integrados, como eram chamados os programas alternativos de desenvolvimento do campo.

Falando dos incentivos para modernizar a agricultura tradicional, através do sr. Antônio de Pádua, chefe do escritório local da SUDENE, é anunciada a ação daquela instituição no sentido de melhorar a produtividade da agricultura algodoeira: "A SUDENE pretende intensificar a partir deste mês [agosto 1973], pesquisas para definição da melhor técnica para aumento da produtividade do algodão mocó (arbóreo), começando pelas áreas

---

assistência técnica e à extensão rural" (CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. ***O Nordeste e o regime autoritário***. São Paulo: HUCITEC; [s.l.]: SUDENE, 1987, p.169.

de acentuadas vantagens para o cultivo do produto."[146] Obviamente que as melhores áreas para o cultivo do algodão mocó, às quais se referia o chefe do escritório da SUDENE em Natal, eram o Rio Grande do Norte, o Ceará, o Piauí, a Paraíba e o Pernambuco.

Segundo o chefe do referido órgão, no Rio Grande do Norte, "as pesquisas deverão ser feitas na região do Seridó, com estudos de competição de variedades, defesa fito-sanitária (controle de pragas e ervas daninhas), ensaios de adubação, poda e rotação de culturas."[147] A meta anunciada pelo órgão era elevar a produtividade da região, tornando-a competitiva a "outras áreas produtoras, como o Egito e Austrália, e – ao mesmo tempo – melhorar, ainda mais, a renda gerada no setor."[148] Esse dado é um índice seguro do deslocamento da política governamental para desalojar o tradicionalismo rural do sertão. O eixo das ações públicas agora incluiu outras medidas complementares ao crédito subsidiado.

Na esfera do Governo local, o governador que assumiria a administração do Estado a partir de 1975, o sr. Tarcísio Maia, através do seu vice, o sr. Jenibaldo Barros prometia ter conseguido em conversas preliminares com o "agrônomo João Gonçalves de Souza, um dos Diretores da Organização dos Estados Americanos, antigo superintendente da SUDENE, na administração do Marechal Castelo Branco..."[149] um intercâmbio através da OEA, "de agrônomos e técnicos potiguares, para verem o que se faz no Egito na conquista de padrões modernos da cultura algodoeira, ao mesmo tempo que especialistas egípcios poderiam vir examinar as premissas para um programa integrado em benefício do nosso algodão de fibra longa."[150]

Nesse mesmo encontro com o agrônomo da OEA, ficou agendada ainda a viabilidade de outros convênios, como a visita de especialistas em recursos hídricos, o "peruano Plabo (sic) Kleillon e do hidro-geógrafo Nilsen França Ritieiro, para um exame acurado do problema, bem como o envio de um técnico potiguar para o curso de pós-graduação em desenvolvimento de recursos hídricos que a OEA realizará na Venezuela."[151]

---

[146] DIÁRIO DE NATAL. ***SUDENE vai estudar nosso algodão mocó***. Natal: Diário de Natal 16/08/1973, p. 05.
[147] Idem, ibidem.
[148] Idem, ibidem.
[149] DIÁRIO DE NATAL. ***Vamos aprender com a cotonicultura do Egito?*** Natal: Diário de Natal, 20/08/1974, p. 05.
[150] Idem, ibidem.
[151] Idem, ibidem.

Essas as disposições para com a modernização da agricultura tradicional dos indicados para governarem o Rio Grande do Norte no período de 1975/78, no auge da crise da vida rural sertaneja.

Nesse mesmo ano, a agricultura nordestina e, em geral, a agricultura brasileira receberam uma maior atenção do Governo Federal. Diante das dificuldades de manter as taxas de crescimento econômico assentadas no setor industrial, em função da recessão mundial causada pela crise do petróleo, as autoridades federais se voltaram para priorizar mais a agricultura nacional, transformar o Brasil no "celeiro" de alimentos para o mundo. Naquela oportunidade, lançando a campanha pelo aumento da produção e da produtividade, promovida no auditório do SESC em Natal, o Ministro da Agricultura do Governo Militar "disse que as oportunidades brasileiras de afirmação internacional, como um grande país produtor de alimentos, são plenamente conhecidas por todos aqueles que têm uma responsabilidade de liderança, (...) que todos somem seus esforços – produtores e Governo."[152]

Para incentivar esse papel agrícola que o Brasil deveria assumir, o Ministro da Agricultura, através da sua pasta, apresentou um conjunto de medidas que em muitos aspectos ampliavam os benefícios e os esforços de modernização já em curso. Garantiu créditos sem limites aos produtos nordestinos da safra de 1975, preços mínimos dos produtos da região no mínimo 10% acima dos seus similares do Centro-Sul. "Serão também acrescidos os níveis de financiamento em até 80% do valor global da cultura projetada para colheita, antes limitados em até 60%."[153]

Disse o sr. Alysson Paulinelli que além de outras iniciativas possíveis de serem tomadas, na oportunidade, sua pasta estava lançando o PROAGRO. Um programa destinado a garantir até 80% do financiamento, caso ocorressem danos à agricultura em conseqüência de secas, enchentes, pragas e sinistros, "sendo um primeiro passo para o seguro total da agricultura."[154] Anunciou também, que a partir de 1975, visando a beneficiar os produtores da região contra especulações, seria dado início a uma política de

[152] DIÁRIO DE NATAL. ***Ministro acena com crédito ilimitado para a agricultura***. Natal: Diário de Natal, 17/01/1975, p. 12.
[153] Idem, ibidem.
[154] Idem, ibidem.

estoques reguladores dos produtos locais. Medida que seria levada a efeito pela COBAL e outros órgãos.

É importante destacar que, na oportunidade do lançamento da referida campanha, o ministro foi indagado se havia por parte do Governo o desinteresse no aumento da produção algodoeira na região. Tratou a questão como uma intriga de malfeitores. Sua resposta foi taxativa: "a maior prova que demos de nossa tese, de nosso desejo de mais algodão, foi a fixação dos preços mínimos. Precisamos do algodão do Nordeste, e em particular do algodão do Rio Grande do Norte."[155]

Apesar da resposta veemente do Ministro da Agricultura, sr. Alysson Paulinelli, dentro do quadro geral das ações do governo voltadas para a região, pode-se vislumbrar um paradoxo. Os projetos POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, Proterra e os projetos de irrigação foram todos desenvolvidos como ações de desenvolvimento alternativo às áreas de agricultura tradicional. Esses fatos são indicativos claros de que, por parte das autoridades governamentais, a crença na possibilidade de modernizar a vida rural do sertanejo estava se exaurindo. Parece anacrônico mas não o foi, o fato é que a resistência deu à tradição força para persistir na ruína.

Na medida que o tempo ia passando e o quadro geral no campo pouco ou quase nada mudava, novos paliativos eram anunciados pelos governos ou reivindicados pelos atores e autoridades ligadas às atividades cotonicultoras. Ainda em abril de 1974, o Ministério da Fazenda concedeu isenção do ICM para a exportação do algodão nordestino. Segundo telegrama oficial do Ministério, "a medida,..., tem alto alcance na defesa da região, ensejando a produção de divisas e fortalecimento da economia nordestina."[156] Poucos dias depois da medida de isenção concedida pela Fazenda, o Secretário da Agricultura do Estado solicitava à CFP (Comissão de Financiamento da Produção) que fossem "estabelecidos ágios mais favoráveis para o algodão de fibras superiores a 34/36 milímetros, nos preços mínimos fixados pelo órgão."[157] Pelo visto, a agricultura tradicional foi o buraco negro da economia regional, que consumiu todas as energias que gravitaram

[155] Idem, ibidem.
[156] DIÁRIO DE NATAL. ***Dalton informa: algodão está isento do ICM***. Natal: Diário de Natal, 25/04/1975, p. 05.
[157] DIÁRIO DE NATAL. ***Moacir Duarte pede ágios maiores para o algodão superior***. Natal: Diário de Natal, 16/05/1975, p. 12.

em sua orbita, mas não produziu luz nem esperança.

Muitas ações foram desenvolvidas junto ao trabalhador rural no campo da extensão rural. Técnicos da ANCAR e do INCRA muitas vezes ministravam cursos objetivando transmitir ao trabalhador sertanejo novas técnicas de plantio e manejo do solo. Um desse cursos foi ministrado no Ginásio Agrícola de Currais Novos, em agosto de 1975. Durante o curso foram "ministrados conhecimentos a respeito da escolha e preparo do terreno, semente selecionada, plantio correto, espaçamento adequado, desbaste, tratos culturais, adubação, combate as pragas e doenças, colheita, comercialização, armazenamento e política de preços mínimos."[158] A programação foi elaborada pela Divisão Estadual do INCRA e tinha como meta atingir diretamente quinze municípios selecionados pelo órgão, segundo alguns critérios como a existência da cultura do algodão e o funcionamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Além dos citados órgãos de extensão rural já existentes, outros foram criados para fomentar o desenvolvimento moderno da agricultura no Seridó e em todo o semi-árido. Em outubro de 1975, foi anunciada na imprensa a implantação, em sessenta dias, da representação da EMBRAPA no Rio Grande do Norte. Além da diretoria e de um conselho técnico, o órgão contaria com três áreas de atuação: operação administrativa, difusão tecnológica e difusão técnica.[159]

"Na área de pesquisa onde a empresa concentrará os seus esforços, (...) o primeiro passo será a montagem, em Caicó, de uma Unidade de Execução de Pesquisas de Âmbito Estadual, com uma equipe de 20 técnicos, dos quais três deverão ter PHD em pesquisa agrícola."[160] Sem dúvida, o objetivo da implantação, no Seridó e em outras regiões do Estado, de novas estruturas fomentadoras da modernização visava a "desenvolver um trabalho integrado e voltado para a elevação da produção agrícola."[161] Foram muitas as ações desses órgãos que vieram a público através da imprensa local. Todas diziam respeito aos propósitos e finalidades para os quais haviam sido criados.

Mesmo durante o período da longa seca – 1979/83 – duas novas estruturas de

---

[158] DIÁRIO DE NATAL. ***Agricultores vão ter curso sobre algodão***. Natal: Diário de Natal, 19/08/1975, p. 05.
[159] DIÁRIO DE NATAL. ***Embrapa já tem representante***. Natal: Diário de Natal, 30/10/1975, p. 03.
[160] Idem, ibidem.
[161] Idem, ibidem.

apoio à extensão rural, a EMPARN e a EMATER foram criadas no Estado. O interessante é que, entre outras ações desenvolvidas por essas entidades, deve-se destacar o desenvolvimento de uma semente selecionada do algodão mocó, divulgada em fevereiro de 1983, com o registro de EMPARN I, que elevaria a produtividade do fibra longa de 200 quilos por hectare para 600: "Para este ano, 500 quilos de sementes genéticas serão plantadas, no sentido de, com a multiplicação, atender todos os agricultores em 84."[162] Considerando que, desde o início dos anos de 1970, a produtividade do algodoeiro paulista se situava em 1.500 por hectare, e ainda assim sofria a concorrência externa, havia muito chão para percorrer, embora fosse, enfim, um bom sinal de progresso para a cotonicultura local.

Independente dos efeitos do uso da semente selecionada, que, pelo exposto, ainda iam demorar, como já foi frisado anteriormente, a volta do inverno fez reaparecer a produção algodoeira do Seridó, e de resto a de todo o Nordeste. A retomada da produção algodoeira trouxe de volta os endêmicos problemas da agricultura tradicional. Falta de competitividade, baixa rentabilidade, dívidas bancárias crescentes dos agricultores sertanejos do Seridó potiguar e dificuldades de comercialização da pluma natural junto à indústria têxtil nacional[163]. Esses problemas, tudo indica, já haviam se tornado um espécie de estorvo ao desenvolvimento dos planos de modernização da economia brasileira, em especial do setor têxtil nacional, tendo em vista as geradas crises políticas no Congresso Nacional, ocasionadas na oportunidade das vendas do algodão e do confronto de interesses entre esse setor e o têxtil.

É forte indicativo do que foi dito anteriormente o fato de que, enquanto muitos seridoenses festejavam e sentiam renascer a esperança de melhores dias com a volta do algodão, os parlamentares norte-rio-grandenses discutiam, fazendo veementes críticas e ar de desalento, à posição do Banco do Brasil de não mais financiar a fundação nova do algodoeiro. Para o representante da oposição, o sr. Garibaldi Filho, "estão cometendo um

---

[162] DIÁRIO DE NATAL. ***Variedade do algodão Mocó aumentará produção em 20%***. Natal: Diário de Natal, 04/02/1983, p. 04.

[163] "E já começa a preocupar àqueles que vencendo todas as dificuldades conseguiram plantar algodão e hoje possuem motivos para sonhar com uma produção compensadora, depois de cinco anos de frustrações. (...) Mas, o mercado já começa a dar indicativos bastante diversos, e, se nada for feito preventivamente vamos ter um novo desestímulo para os que insistiram em permanecer fiéis a uma atividade que já foi a mais importante do ponto vista econômico para o Rio Grande do Norte." (CÂMARA, Cassiano Arruda. ***Roda viva: questão de preço***. Natal: Diário de Natal, 08/06/1984, p. 04.

crime contra o algodão, pois o Banco do Brasil não quer financiar a raiz nova, alegando só estar financiando a fundação da safra do algodão velho, o remanescente de uma pequena safra de 81/82 e com potencialidade esgotada."[164] Foi um esboço inequívoco de um recuo das políticas de incentivo à agricultura local pelos agentes governamentais.

Esses fatos parecem indicar que, naquele momento, a tradição vencia o empate com o moderno no sentido de que não cedeu ou foi impermeável às políticas creditícias e de fomento à modernização do campo. Porém, essa foi, sem dúvida, uma Vitória de Pirro para o mundo rural tradicional. Pois com a sua fragilidade frente ao mercado moderno e competitivo do algodão, a plenitude da vida rural do sertanejo seridoense estava com seus dias contados. Isso implicava também um desvio das ações dos atores promotores da modernização para outras direções. Além desses fatos que indicavam maus presságios para a agricultura tradicional, eram patentes os sinais de falência dos projetos alternativos como POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, os perímetros irrigados e suas respectivas vilas rurais.

Apesar dos esforços de muitas décadas de incentivos, investimentos, aplicação de projetos, os mais diversos possíveis, o sertão parecia renitente ao tempo moderno e, a cada novo ciclo de grandes secas, a dimensão do flagelo era sempre crescente. Em 1930, o Nordeste produziu trezentos mil flagelados; em 1958, foram meio milhão; na seca de 1970, atingiu a casa de um milhão; e os últimos cincos anos de estiagem produziram três milhões de assistidos pelo programa de emergência.[165]

Esse quadro dos flagelos nordestinos serviu de epígrafe a uma reportagem na imprensa local. Foi a narrativa de um acontecimento que simbolizava a abertura de uma nova página da história para o campo e para a agricultura no Rio Grande do Norte. No ano de 1984 saiu do Nordeste uma comitiva de governadores nordestinos, entre os quais, o governador potiguar, para conhecer ***in loco***, na Califórnia americana, os projetos de irrigação extensiva levada a cabo pela iniciativa privada. A iniciativa foi organizada pelo DNOCS, na pessoa do seu diretor, o sr. José Reinaldo Tavares.

A idéia da comitiva de estudos foi a de além de conhecer uma outra estrutura de irrigação – no caso, a irrigação extensiva –, discutir e "relacionar as outras experiências [de

---

[164] O POTI. ***Custeio desaponta o campo***. Natal: O Poti, 01/04/84, p. 05.
[165] DIÁRIO DE NATAL. ***Nordeste foi prioridade mesmo. Num ônibus rodando a Califórnia***. Natal: Diário de Natal, 25/06/1984, p. 16.

preferência as nordestinas]. Notadamente aquelas que fracassaram."[166] Dessa forma, o que estava em construção era uma nova forma de enfrentar os problemas do semi-árido nordestino.

Esses propósitos foram bem definidos na fala do diretor do órgão organizador do evento. Além de dizer que, nessa nova ação, os primeiros atores trabalhados foram os governadores como agentes responsáveis pela região, disse também com todas as letras "que a única maneira de resolver os problemas do Nordeste é através da irrigação extensiva. Como no Brasil não existe uma consciência para o problema, temos de começar pela mobilização de suas lideranças."[167]

Na oportunidade, a declaração do governador do Rio Grande do Norte deixou claro qual a nova opção para as ações de Governo. "Se fosse para ver obras públicas ou conhecer o esforço governamental em favor da irrigação, certamente que eu não estava participando dessa viagem."[168] E acrescentou em tom forte e decisivo: "vim ver um modelo de irrigação construído pela força da iniciativa privada, que espero mobilizar no meu Estado."[169]

Todos esses fatos e indícios têm uma indicação clara para essa pesquisa. Estava começando a se encerar o velho ciclo de políticas públicas que tinham como finalidade, por um lado, favorecer à transformação da fazenda rural em empresa, a qual foi um fiasco no Seridó e especialmente nos municípios estudados, e por outro lado, gerar alternativas para o campo, com base em programas de colonização com forte presença do Estado, através de órgãos como DNOCS, SUDENE, EMATER e outros similares. Pode-se afirmar, com amparo no exposto que, naquele momento, entrou em marcha o abandono da velha agricultura tradicional.

## 5.6 A praga do bicudo: uma ação da providência ou obra fáustica

É de instigar a imaginação do historiador que a volta da produção algodoeira do Seridó, como de resto a de todo o Nordeste – após cinco anos de seca – tenha ocorrido

[166] Idem, ibidem.
[167] Idem, ibidem.
[168] Idem, ibidem.
[169] Idem, ibidem.

dentro de um quadro de pouco interesse em se renovar os estímulos à modernização produtiva e empresarial do setor, e que dentro desse contexto tenha ocorrido a peste do bicudo que suplantou definitivamente o sonho do sertanejo de continuar plantando algodão com a parceria dos seus moradores e meeiros.

Com a volta do inverno, coincidentemente, e em tempo real, a imprensa local divulgou as primeiras safras de algodão. Igualmente foi publicada a presença dos velhos desafios e conflitos com a indústria têxtil nacional. Por outro lado, surgiu uma novidade: foi registada e difundida a ausência de créditos para ampliar a produção. Na mesma ocasião, fora propagado com pompa jornalística o sucesso da missão governamental ao Estado da Florida, no EUA, em busca de  novos modelos para a ação do Estado. Os jornais anunciavam também a presença de uma ameaça fatal para a plantação do arbóreo, o ouro branco dos seridoenses, a praga do bicudo.

No âmbito local, primeiramente o bicudo é anunciado como um mal menor para o Estado. Segundo o sr. Geraldo Gomes, Secretário da Agricultura do Estado, a safra de 1984/85 não havia sido afetada pela praga, e devia atingir "cerca de 28 a 30 mil toneladas".[170] Isso porque, no Rio Grande do Norte, os focos do inseto eram poucos e se limitaram aos municípios de "Caicó, Nova Cruz, Montanhas, Passa e Fica, Serra de São Bento, Presidente Juscelino e Santo Antônio."[171] A despeito disso, o secretário anunciou, na mesma época, um crédito de Cr$ 700 milhões para o combater a ameaça.

Nos Estados vizinhos, a destruição causada pelo bicudo fora um alerta que não se poderia subestimar. "Na Paraíba, por exemplo, o bicudo dizimou cerca de 80 mil hectares e em Pernambuco mais 30 mil."[172] Em terras potiguares, mesmo sem maiores ocorrências, não convinha menosprezar a situação, daí o anúncio dos recursos disponibilizados pela pasta da agricultura para o combate da praga. Além disso, pela emergência da situação, reuniram-se em Campina Grande, na sede do Centro Nacional do Algodão, os secretários da Agricultura dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e mais técnicos da Embrapa, quando resolveram solicitar ao Ministério ajuda para o

---

[170] DIÁRIO DE NATAL. ***Combate ao bicudo terá Cr$ 700 milhões no RN***. Natal: Diário de Natal, 04/12/1984, p. 03. (Deve-se observar que essa foi sempre a capacidade produtiva do Estado mesmo antes do período da seca)
[171] Idem, ibidem.
[172] Idem, ibidem.

combate ao Bicudo que ameaçava a cotonicultura dos Estados em questão, a que e, segundo esses técnicos, tinha tudo para crescer e se desenvolver. O titular da pasta potiguar disse ainda "que para erradicar o bicudo, de vez, da região nordestina, seriam necessários recursos em torno de Cr$ 240 bilhões."[173]

A resposta a essa solicitação dos técnicos e dos secretários ficou sendo esperada para o início do ano seguinte (janeiro de 1985). O que se divulgou ao certo foi a disseminação do inseto por todo o território potiguar. Em setembro de 1985, os parlamentares estaduais denunciavam na Assembléia Legislativa o quadro de destruição do algodão em todo o Estado. Ao mesmo tempo, cobravam e criticavam o Ministro da Agricultura e o Governo do Estado por não terem tomado nenhuma medida em defesa da agricultura algodoeira, inclusive "prometeram e não cumpriram de indenizar os proprietários, afim de que estes fizessem a rotatividade de suas culturas, por dois anos (período coincidente com o ciclo biológico do Bicudo)."[174] Segundo os parlamentares, ao invés das indenizações, foram apenas instaladas algumas armadilhas para comprovar a presença do inseto.

Dada a pouca eficácia da ação dos órgãos federais, - essa foi a conclusão da maioria dos parlamentares estaduais, - o resultado foi a destruição impiedosa do algodoal. O discurso dos representantes na Assembléia, mesmo carregado de dramaticidade, expressava as cores do infortúnio dos plantadores de algodão: "Hoje essa praga devasta e dizima a cultura do algodão no Rio Grande do Norte."[175] Ao mesmo tempo que denunciavam os efeitos da ação do bicudo cobravam a aplicação do Proagro. Programa criado em 1975, visando a indenizar em até 80% os investimentos creditícios na agricultura.

A despeito da ansiedade e protestos dos parlamentares locais, a ação do bicudo prosseguia destruindo o algodoal. Acontecimento de ordem regional assume dimensão nacional. No auge da crise, da infestação da praga nos campos nordestinos, acontece em Natal um grande evento para discutir o problema. Da organização do mesmo estava presvisto a participação das maiores autoridades nacionais e regionais ligadas ao assunto. O Ministro da Agricultura, o sr. Pedro Simon, técnicos da sua pasta, da Embrapa, professor

---

[173] Idem, ibidem.
[174] DIÁRIO DE NATAL. ***Bicudo destrói algodoais no Alto Oeste***. Natal: Diário de Natal, 16/09/1985, p. 05.
[175] Idem, ibidem.

Pinheiro Machado e os governadores de Pernambuco, Ceará, Piauí, Paraíba e, óbvio, do Rio Grande do Norte. Além das altas autoridades, foram convidados os prefeitos e representantes dos agricultores.[176] Posteriormente, o evento foi ampliado, tendo participado, além dos personagens já citados, o Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, demais governadores do Nordeste, o Superintendente da SUDENE, José Rinaldo Tavares, o Chefe do Centro Nacional do Algodão, Miguel Barreiro Neto e o Secretário da Agricultura da Bahia, Fernando Andrade.[177]

Dramaturgia legitimadora ou não do poder, o certo é que o problema exigia determinação das autoridades, e o evento pareceu que ia produzir os efeitos esperados. Além disso, o tom da fala do colunista, já bastante citado por essa narrativa, define as cores da tensão e a agonia pelas quais passava a vida rural dos sertanejos naquele momento: "O bicudo está se transformando numa ameaça tão grande quanto o permanente perigo das secas. É muito mais do que uma cultura, a praga está destruindo o mercado de trabalho da metade dos nordestinos que vivem no campo."[178] A destruição do algodoal vinha acelerar a morte do sertão antigo no Seridó, especialmente nos municípios estudados por este trabalho, Caicó e Florânia. Neste último, na época mais de 2/3 dos seus munícipes viviam no campo e da agricultura, enquanto o município de Caicó, cerca de 1/3 da sua população tinha a mesma condição. Sem dúvida, a situação teve as dimensões de uma catástrofe social e cultural.

O tempo passava e as frágeis medidas postas em prática não conseguiam conter o avanço do besouro destruidor do "ouro branco", da riqueza do sertanejo. A aflição tomou conta de todos. Inclusive de antigos fiéis do Governo. A fala do Deputado do PFL, Marcílio Furtado, da região do Trairí, aliado incondicional do regime de plantão, deu o tom do mal estar. Disse, dirigindo-se ao poder central: "a praga do bicudo está destruindo e comprometendo toda a estrutura rural do Rio Grande do Norte, havendo necessidade urgente dos órgãos oficiais saírem da "inércia, da insensibilidade, da incompreensão e omissão."[179]

---

[176] DIÁRIO DE NATAL. ***Simon vem ver bicudo dia 11***. Natal: Diário de Natal, 04/09/1985, p. 01.
[177] DIÁRIO DE NATAL. ***Governadores e dois ministros discutem problemas do bicudo***. Natal: Diário de Natal, 11/09/1985, p. 01.
[178] CÂMARA, Cassiano Arruda. ***União de forças***. Natal: Diário de Natal/Roda Viva, 11/09/1985, p. 04.
[179] DIÁRIO DE NATAL. ***Marcílio vê trabalho inócuo na reunião sobre o bicudo***. Natal: Diário de Natal, 25/09/1985, p. 03.

Diante do quadro de descontrole da praga, esses atores sociais, principalmente aqueles que anos a fio conviveram sem incômodos com as políticas públicas rotinizadas na região pelas sagradas instituições como a SUDENE, postaram-se como opositores ferrenhos e antigos dos trabalhos daqueles órgãos federais. É o mesmo Marcílio Furtado quem diz que "os técnicos oficiais transformaram 'o Nordeste num laboratório de brincadeiras e de programas projetados sem austeridade.'"[180]

Esse fora um momento de reconhecimento tardio. Só às portas da tragédia é que esses personagens reconhecem o quanto o equilíbrio das forças que regem o progresso e o bem estar social haviam sido relegadas ao segundo plano. A última frase do seu pronunciamento, embora tente inocentá-lo, parece muito mais uma parcela de culpa assumida. "Estão brincando com o povo do Nordeste, 'na sua dor, fome, pobreza, miséria como se tudo fosse um mar de rosas'"[181] Esse seu bocejo representou mais uma agonia de morte entremeada de sentimento de culpa.

Com certeza, o semblante de desespero estava estampado nos quatro recantos do Estado potiguar[182]. A fala desses personagens e atores, publicadas pelos jornais da época, servem aqui como espelho e imagem do que se passou no peito e na mente de cada trabalhador agrícola. A vertigem de verem tudo se perder e ameaçar o sentido de vida herdado de muitas gerações passadas. Para muitos, a memória recordava que o fato vivenciado era mais uma provação da natureza, contra a qual nada podiam fazer, a não ser esperar que ela abrandasse a sua ira. Afinal todos conheciam o besouro maligno que atacou os algodoais.

Sem solução para o caso, a praga do bicudo foi vencedora. No início de 1987, nos preparativos do novo governo que assumiu os destinos do Rio Grande do Norte, o titular da pasta da agricultura, falando à imprensa, descreve o quadro de destruição deixado pelo besouro roedor. "Nos últimos anos a cultura do algodão, que era a principal fonte de economia do Estado, plantada em 132 dos 150 municípios do interior, foi totalmente

---

[180] Idem, ibidem.
[181] Idem, ibidem.
[182] "Como é que o Rio Grande do Norte vai conseguir manter mais de um milhão de norte-rio-grandenses que vivem da agricultura? Até o presente não foi oferecida nenhuma alternativa real de absorção dessa mão-de-obra." (CÂMARA, Cassiano Arruda. ***Toque de silêncio***. Natal: Diário de Natal/Roda Viva, 22/10/1985, p. 04.)

devastada pelo bicudo, fechou várias usinas e provocou graves conseqüências sociais econômicas para a população norte-rio-grandense."[183]

As declarações do futuro secretário da Agricultura do Estado não deixa dúvida. A cultura do algodão do Seridó e de todo o Estado havia chegado ao fim, contribuindo para a desagregação do velho mundo rural que até então perdurara frente a todos os incentivos e seduções para que ele se transformasse no espaço da empresa rural moderna, apesar dos seus próprios antagonismos e contradições.

Como pareceu ser o que se impunha pela conjuntura e conjugação dos interesses maiores do capital, a destruição do algodão nordestino proporcionou a liberação das taxas de importação e a abertura dos mercados, favorecendo a importação da fibra natural do mercado externo pela indústria têxtil nacional. Atualmente, os gastos com as importações nacionais desse produto atinge cerca de um bilhão de dólares.[184]

Esses resultados causados pelo bicudo (Anthonomus Grandis) permitem duas leituras abertas a respeito de sua ação no Nordeste. Uma que conduz o pensamento na direção de admitir a atuação das forças faustianas – as forças ocultas da aceleração do tempo moderno[185] – no episódio da disseminação do besouro na região. A outra, desenvolvida pela percepção dos sertanejos, que admitem o fato como uma fatalidade da natureza, uma decisão da sábia Providência.

O primeiro olhar angula o contexto já analisado a partir da presença dos três atores que fomentavam o desenvolvimento capitalista que antagonizou diretamente com a contonicultura sertaneja. No ***front***, na vanguarda do campo de tensão dos interesses dos cotonicultores sertanejos, estava a indústria têxtil nacional sediciosa e sedenta por acesso livre ao mercado mais barato de fibra natural – no contexto, o mercado externo – para produzir tecidos com valores compatíveis aos do mercado e que possibilitassem até mesmo a exportação de tecidos. Dos atores envolvidos no campo das tensões, talvez esse seja o

---

[183] Declarações à imprensa local do Secretário da Agricultura do Estado, sr. Abelírio Rocha (conhecido como Bira Rocha). (O POTI. ***Agricultura está arrasada, mas Bira aceitou o desafio***. Natal: O Poti, 08/03/1987, p. 04.

[184] ***ALGODÃO: tecnologia e cidadania***. p. 01. Disponível <http://www.coebrasil.org.br/algodão/ Acesso em 14/11/2002. ("Atualmente, o algodão veste 47% da humanidade e deverá ser bem mais significativo nos próximos anos, com a conscientização global de preservação do ambiente, escassez de petróleo (fibras sintéticas) e a crescente demanda por produtos naturais." Idem, ibidem.).

[185] "A moderna sociedade burguesa, uma sociedade que desenvolveu gigantescos meios de troca e produção, é como o feiticeiro incapaz de controlar os poderes ocultos que desencadeou com suas formulas mágicas." (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. ***Manifesto do Partido Comunista***. 11 ed. Petrópolis: 2001, p. 71***).***

maior suspeito de ter realizado uma aliança com as forças destruidoras de mefisto para espalhar na região o besouro da destruição, pois como foi demonstrado, os altos preços do algodão regional inviabilizavam seus planos de expansão.

Na Segunda linha de fomento à construção da modernização econômica encontrava-se o Estado como guardião maior e coordenador do projeto nacional. Posição que o obrigava, buscando sempre sua legitimação política, a fazer a conciliação possível das contradições que o processo desenvolvia e as que se faziam rebentar a despeito do que havia sido planejado. Nesse sentido, a suspeita só recai sobre esse ator, se for admitido que ele havia perdido a luta pela destruição da tradição rural pela via das políticas públicas de consenso político entre suas bases de sustentação. A derrota das políticas de modernização do campo no Seridó, e de resto em todo o Nordeste semi-árido, foi uma realidade não muito passível de dúvidas. "'Resistência e teimosia assim/ Frustram o êxito mais glorioso,/ Até um ponto em que, lamentavelmente, o homem começa a se cansar de ser justo.'"[186]

O terceiro fomentador foi o mercador produtor internacional do algodão. Sua ameaça se fundava na força maior da produtividade e concorrência. Potências por si só destruidoras de obstáculos à expansão do seu próprio mercado, quase sempre dispensando a ajuda das forças do mal. No caso específico da proliferação do bicudo na região nordestina, tudo faz crer não lhe despertava maior interesse, visto que, do ponto de vista da concorrência e da produtividade, a tradição sertaneja estava vencida. Pelas razões expostas, se a praga do bicudo foi obra das forças ocultas da modernização, o mercado externo deve ser o último ator/fomentador sobre quem devem recair as suspeitas.

Porém, como havia sintonia de interesses entre os atores capitalistas em destaque, não se deve descartar o fenômeno do bicudo como sua conspiração coletiva. Algo passível de ser imaginado dentro da lógica do sentido histórico em construção, o ordenamento da modernização industrial brasileira, meta apoiada e financiada pelos donos da maior produção de algodão do momento, os EUA, que sozinhos detinham 25% da produção algodoeira mundial.

É interessante destacar que, como frisa BERMAN (1986), comentando o Fausto de Goethe, no modelo clássico do uso destruidor das forças ocultas, quase sempre esteve

[186] BERMAN, Marshall. ***Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade***. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 67.

presente o fogo como elemento da tragédia. Coincidentemente, no começo da disseminação da praga do ***Anthonomus Grandis*** (o bicudo), a EMPRAPA chegou a cogitar o uso do fogo para erradicar o algodão e assim exterminar a praga do besouro. Vale ressaltar que, posteriormente, o mesmo órgão abdica dessa técnica para combater o bicudo. "A primeira hipótese, logo descartada, foi a erradicação dos algodoais, o que acarretaria elevados investimentos e inviabilizaria a economia nordestina."[187] Como o próprio órgão reconhece, a erradicação do algodão matava com ela a vida rural sertaneja. A bem da verdade, o fogo não se fez necessário, o bicudo cuidou sozinho da tarefa de destruir os dois.

Sem dúvida, essa é uma conjetura possível dentro do quadro apresentado, revelando todo um campo formado pelo jogo dos interesses em disputa. Esse instantâneo registrou, de forma luminosa, indícios que podem apontar nessa direção indicada pela narrativa. Por outro lado, é bem diverso o resultado da narrativa quando ela segue o que indicam as falas dos personagens do campo, os caicoenses e os floranienses, os proprietários e moradores, os agricultores que nasceram e se sentem mortos com o fim do algodão. "Foi, foi. Eu me fiz aqui e vi o meu ramo de vida se acabar, porque o meu ramo de vida era a agricultura. Agricultura e criar."[188]

Para os personagens como o sr. Elói, para seus pares e para seus moradores o bicudo foi um fenômeno da natureza. Como é expressão comum do imaginário sertanejo, a idéia de que a natureza dá e a natureza tira: "Eu fui um que tive de produzir lá onde eu moro, 47 mil quilos de algodão... E hoje não produzo nem o de fazer o pavio de uma lamparina. Acabou-se tudo. A natureza acabou com tudo."[189]

Dentro do imaginário sertanejo, as suas vidas cumprem um destino traçado no plano da Providência. Dessa forma, nas suas rotinas diárias, quase nada acontece por decisões suas ou de outras pessoas. Falando de algumas reviravoltas que sua vida deu, o sr. José Ribeiro (Jurubeba) disse que "a vida a gente não decide, né?"[190] Para os sertanejos, suas vidas são extensões da natureza e suas vicissitudes também. Dessa forma, fogem ao

---

[187] O POTI. ***Embrapa ensina agricultor como conviver com praga do bicudo***. Natal: O Poti, 24/08/1986, p. 12.
[188] GALVÃO, Sebastião Eloi. ***História de vida***. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min). (O sr. Sebastião Elói foi agricultor e criador de gado. Possui 800 hectares de terra e no auge do algodão tinha 30 moradores em suas terras).
[189] Idem, ibidem.
[190] RIBEIRO, José. ***História de vida***. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita (120min).

alcance das suas representações outra explicação para o surgimento do bicudo. A praga do bicudo foi um acontecimento comum aos pecadores, um momento de ira do Senhor Supremo, como tantos outros registrados desde antanho.

## 5.7 O desmoronamento da vida rural: a queda das fazendas

Como se pode deduzir do exposto acima, o acontecimento do desmoronamento das fazendas agropecuárias, que fez sumir, nos municípios estudados, a tradicional vida rural de então, não foi um fato que se irrompeu ao raiar o sol na estação do verão que antecedeu a praga do bicudo ou o abandono em massa do campo pelos moradores camponeses da região. Mas, um processo que durou praticamente três décadas. Sendo que no começo se assistiu a uma certa estagnação social e econômica da vida rural da região (fase do diagnóstico do GTDN), seguida de uma forte crise de realização da produção social (a partir de 1970), resultado de sua baixa produtividade e conseqüente dificuldade de remunerar os contributos da produção, incluindo em especial o fator humano: os proprietários em geral e também os moradores, os trabalhadores rurais, pilares de sustentação de uma sociedade fundada na tradição imaginária e identitária do sagrado.

A rigor, mesmo em tempos de normalidade, a sociedade tradicional dos municípios de Caicó e Florânia, no Seridó potiguar, sempre perdeu parte de sua seiva vivificante causada por um movimento demográfico, que perenemente esfacelou a estrutura local da terra e transbordou para regiões próximas e distantes homens e também patrimônio material angariado com o árduo trabalho de uma ou mais décadas de bom inverno.[191] O escapamento desses recursos sempre se acentuou nos períodos de grandes estiagens, sem se contar na riqueza despendida para a manutenção dos que ficavam convivendo com a seca.

Foi pela tradição dos sertanejos de resistirem aos contratempos do semi-árido que esta pesquisa se tornou possível. Pois foram exatamente os que viveram a tristeza, a dor e o desespero de viver e ver o campo e a agricultura, entes de vida e morte dos munícipes caicoenses e floranienses, ruírem, atormentarem-se em abalos sísmicos e finalmente, estrondosamente, desmoronar frente a sua crise crônica e ao ataque impiedoso do bicudo. Esses sobreviventes dessa catástrofe forneceram a este trabalho suas falas ricas de emoções

[191] Ver, em especial, o capítulo deste trabalho que destaca a dinâmica da tradição nesses municípios.

da experiência vivida e lembranças de como o mundo no qual habitavam foi sendo desmanchado.

Foi com essas falas e memórias que se resgatou os contornos do drama vivido pelos camponeses que tiveram de abandonar o campo, soterrando para sempre seu ***modus vivendi*** que haviam herdados de seus antepassados, durante quase quatro séculos de vida rural no sertão. Fontes que conduziram o olhar dessa narrativa na direção de vizibilizar para a história local essa perspectiva da persistência e esgotamento da tradição frente aos desafios da modernização, aspecto não contemplado pela história econômica e pelo paradigma da luta de classe. Com essas cores e dores, o desmoronamento da vida rural antiga não se esgota dentro de uma perspectiva econômica determinista. Foi preciso dar vez e voz aos personagens simples do campo para que arrematassem, em parte, o enigma da catástrofe rural que os levou de roldão para a urbe.

Os sertanejos entrevistados, na sua grande maioria, não se recordam do transcurso da crise da agricultura no decorrer dos anos de 1970/78. O morador do sr. Chico Lopes, seu José Ribeiro (Jurubeba), quando perguntado se percebeu o começo da crise da agricultura, foi bem claro em sua fala: "Homem, não. Não me preocupava não que morava lá no sítio, quer dizer, pra mim dava certo. O negócio desmantelado, mais pra mim todo ano tinha saldo, né?"[192] Em seu depoimento, seu José Ribeiro faz questão de ressaltar suas qualidades de homem trabalhador, construindo, dentro da parceria, um pequeno patrimônio. Ele falou, com orgulho, que mesmo na seca, "em 1981, foi meio fraco. Mas eu não... Tinha um gadinho, né? Não fui pra emergência não."[193]

Esse distanciamento da crise moribunda da agricultura por parte dos trabalhadores, do homem simples do campo, explica-se, em parte, pelo fato de que só os envolvidos diretamente com a comercialização do produto agrícola, especialmente o algodão, vivenciaram mais de perto as oscilações dos preços, as negociações e dificuldades colocadas pelo mercado, no momento da venda da pluma para formação dos estoques da Indústria têxtil nacional. O grande contigente dos agricultores vendiam os resultados de suas colheitas diretamente aos proprietários, seus fornecedores, ou a comerciantes locais que transacionavam com o produtor o algodão ***in natura***.

---

[192] RIBEIRO, José. ***História de vida***. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min).
[193] Idem, ibidem.

Como já foi dito, antes do colapso total movido pela destruição causada pelo bicudo, a crise do campo, no Seridó, vinha se arrastando há décadas. No início dos anos de 1970, um estudo sobre a migração do interior do Estado para a capital (Natal), sintoma da morte lenta da vida rural, vista sob um outro olhar, mostra a ponta do ***iceberg*** do que foi o desmonte geral ocorrido em meados de 1980, quando a "agricultura caiu" como dizem os sertanejos de Florânia e de Caicó.

O estudo pesquisou um total de mil quinhentos e vinte e cinco (1.525) chefes de famílias residentes em Natal, recém-chegados do interior e Estados vizinhos (migrantes), e constatou, entre outras coisas, que o Seridó foi a Segunda microregião do Rio Grande do Norte que mais forneceu migrantes para a capital, correspondendo a 7,5%, ou seja, cento e quinze (115) chefes de famílias[194]. Foi revelado também, que das famílias potiguares estudadas, 10,4% vinham diretamente do campo (Sítios, Fazendas e Povoados) e 88,7% das cidades[195].

Esse alto índice de migrantes oriundos das cidades deve ser ponderado como indicador de trabalhador urbano. Na verdade, como já foi dito em outra parte desse trabalho, naquele contexto, as cidades do interior eram, na sua maioria, vilas rurais ou entrepostos comerciais entre o campo e a cidade. Portanto, a maioria da sua população urbana tinha um pé na cidade e outro no campo. O citado trabalho corrobora essa afirmativa quando revela que, das famílias potiguares, mil duzentos e trinta e cinco (1.235) ao todo, trezentas e uma (301) se declararam "agricultores assalariados, parceiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários."[196] Famílias que viviam exclusivamente do campo, e que, nesse estudo, representavam um quarto dos migrantes.

Por outro lado, quanto ao restante do universo de migrantes, o que pode ser dito é que, sem dúvida, a crise na agricultura afetou também as atividades dela derivadas, desagregando-as parcialmente e fazendo aumentar o números dos que migraram para a capital impulsionados pela crise do campo.

Os depoimentos colhidos pelo estudo em destaque revelam que os migrantes, em suas falas, tinham se tornado convictos de que a vida rural, a agricultura, havia inviabilizado a vida social no campo: "'Deixei a agricultura porque não dava mais para

---

[194] SOUZA, Itamar. ***Migrações para Natal***. Natal: CCHLA/UFRN, 1976, p. 23.
[195] Op. cit. p. 24.
[196] SOUZA, Itamar. ***Migrações para Natal***. Natal: CCHLA/UFRN, 1976, p. 26.

viver lá na agricultura' (pequeno proprietário)". Veja também o que diz um parceiro, com certeza um antigo morador: "Comecei a trabalhar com 12 anos de idade com o meu pai, no cabo da enxada, puxando terra para os pés. A verdade é que nunca fizemos futuro nesse interior velho"[197] É interessante destacar que, nesse período, são muitas as histórias das famílias que abandonaram a vida rural dos municípios perscrutados por essa pesquisa. Tantas que, se todos os registros fossem possíveis, transbordariam os limites dessa parte da narrativa. Todos os floranienses e caicoenses entrevistados conhecem outras tantas histórias de parentes e amigos que partiram em busca de uma terra melhor.

Se os argumentos dos que partiram antes da queda final são a contra-razão dos que ficaram, é relevante dizer que esses últimos, ou seja, os que permaneceram na terra, acreditaram no mundo inventado e consagrado pelo seu imaginário até o esgotamento final, o que, sem dúvida, caracterizou o acontecimento como uma tragédia coletiva, amenizada em parte pelas políticas públicas voltadas para estruturar as cidades e assim servir para reter parte do êxodo que ameaçava ser caudaloso. Só para citar um exemplo, o FUNRURAL foi um beneficio social criado no início dos anos de 1970, quando começou a acirrar-se a crise da agricultura sertaneja, que em muito evitou um cataclismo social de maior dimensão na região.

Também uma olhadela nos dados do Censo Agropecuário dá um certa dimensão do desmanche social que se operava na vida rural dos municípios estudados durante o período em discussão. Em outro momento desse trabalho, foi mostrado como até o ano de 1970 crescia o número de estabelecimentos agropecuários, especialmente da pequena propriedade[198]. Pois bem, observando os dados de 1980 do Censo agropecuário, aparece de forma relevante o quanto os pequenos proprietários foram os primeiros a caírem fora da vida rural moribunda.

Como visto anteriormente, em 1970, Caicó contou com dois mil, cento e trinta e oito (2.138) estabelecimentos agropecuaristas. Sendo que desse total, mil duzentos e dezesseis (1.216) foram estabelecimentos com até cinco (5) hectares de extensão. No

[197] Op. cit. p. 26. ("Eu e a mulher trabalhávamos que nem boi cativo. Só faltava nós morrer de trabalhar do nascer do sol até o anoitecer. Nunca fizemos futuro de nada. Quando chegava o fim do ano, o nosso produto maior, o algodão, não dava preço. Só tinha subido o preço do comer, da roupa, do calçado, etc"). Idem, idem. O autor cita esse personagem como meeiro.

[198] Trata-se do capítulo que fala sobre o cortejo da tradição.

mesmo ano, teve Florânia hum mil cento e setenta e nove (1.179) estabelecimentos, dos quais quinhentos e quarenta e um (541) foram minifúndios[199].

Na década seguinte (1980), o quadro foi o seguinte: Caicó apresentou um total de hum mil e noventa estabelecimentos (1.090), uma diminuição de hum mil e quarenta e oito propriedades (1.048). Essa retração do número de estabelecimentos agrícolas recaiu predominantemente nas propriedades de até cinco (5) cinco hectares. Durante a década em comento, hum mil e vinte (1.020) pequenas propriedades desapareceram, foram absorvidas pelos diversos proprietários da região.

Em Florânia, algo muito semelhante ocorreu. No referido Censo, o município apresentou novecentos e oitenta e um (981) estabelecimentos rurais. Uma diminuição de cento e noventa e oito (198) propriedades, sendo que as pequenas foram reduzidas em duzentas (200) unidades, no total houve uma compensação da diminuição por uma pequena variação no número de propriedades maiores que cinco (5) hectares.[200]

É de relevância ser dito que, apesar da crise agrícola que destruía a vida do campo, a tradição não estava morta, ou seja, a sociedade rural fissurada, desmoronava aos poucos, porém sua dinâmica tradicional continuava intacta. É o que se pode deduzir quando se observa os dados do Censo Econômico de 1985. Tanto em Florânia como em Caicó, comparado com o ano de 1980, volta a crescer o número de propriedades de até cinco (5) hectares e as propriedades de dez (10) até cem (100) hectares.[201] Essas informações indicam que o processo de partilhamento das terras continuava imperando, apesar da crise. Dados inequívocos do poder de persistência da mentalidade tradicional na região, apesar do estado moribundo da estrutura social.

---

[199] FIBGE. CENSO AGROPECUÁRIO 1970. RIO GRANDE DO NORTE. VIII RECENCEAMENTO GERAL. SERIE REGIONAL, VOLUME III, TOMO VIII, PG. 134/37.

[200] FIBGE. IX RECENCEAMENTO GERAL DO BRASIL. CENSO AGROPECUÁRIO. RIO GRANDE DO NORTE, VOLUME 2, TOMO 3, Nº 10, P. 198/201.

[201] FIBGE. CENSOS ECONÔMICOS DE 1985. CENSO AGROPECUÁRIO, Nº 12. RIO GRANDE DO NORTE, p. 252/255. (Entre 1980/85, em Florânia o número de estabelecimentos de até cinco (5) hectares passou de trezentos e quarenta e um (341) para quatrocentos e oitenta e um (481) e as propriedades de dez (10) a cem (100) hectares, foram de quinhentos e dezoito (518) para quinhentos e cinqüenta e duas (552). Em Caicó, os estabelecimentos de até cinco (5) hectares passaram de cento e noventa e seis (196) para duzentos e setenta e sete (277) e as propriedades de dez (10) a cem (100 hectares pularam de seiscentos e sessenta e duas (662) para setecentos e dezoito (718), segundo a mesma fonte).

### 5.7.1 Os que bateram a porteira como último ato da velha fazenda

Sem dúvida, não é muito difícil distinguir o secular ato de abandonar o semi-árido em busca de novas oportunidades, de uma nova vida, de uma nova terra, registrado regularmente como êxodo rural, da saída última, do abandono definitivo e coletivo por parte da maioria dos sertanejos que viviam da parceria agrícola, encerrando um ciclo social e cultural da vida campestre nos referidos municípios. Porém, como as fazendas sempre estiveram abertas, mesmo no decorrer das crises, afora alguns casos sem maior relevância para a tese aqui exposta, os que partiram definitivamente, encerrando com o ato a parceria e a velha forma de vida rural da região, na maioria dos casos agiram como seus antigos parentes, seus filhos mais velhos que, no passado longínquo e recente, iam embora para outras regiões do país, em busca de melhores oportunidades e escapando do empobrecimento crescente do campo sertanejo.

A última partida, com certeza, foi realizada num clima de maior incerteza, de maior tensão e de poucas esperanças. Afinal, para quem tinha ficado chumbado à tradição durante quase toda a sua vida, pouca ou nenhuma possibilidade de trabalho e outras formas de vida social existiam. Para a grande maioria, viver praticando a gratidão em forma de parceria parecia a esses personagens a única confortável e sagrada forma de vida social: "Tudo no sítio trabalhando. Era mulher, era menino, era tudo. Aqui todo mundo trabalhava no sítio. Cada qual no seu cantinho, nos seus roçados, todo mundo trabalhava. (...), tem gente que mora aqui [na cidade] à força, porque não tem aonde morar. Mas não porque ache bom."[202]

Entretanto, as falas e memórias dos que persistiram foram relevantes para esta pesquisa dar o contorno das tensões e conflitos no momento que tiveram de bater a porteira da fazenda e sair em retirada para um destino incerto: a cidade mais próxima ou o grande centro urbano. Isso aconteceu, segundo os trabalhadores, quando "a agricultura caiu. Aí todo mundo foi embora. Quem não foi embora mora aqui na rua e trabalha lá. Mas morador mesmo, fichado, não tem mais não."[203] O abandono da fazenda, esse momento de consternação e de constrangimento para muitos, tanto da parte dos proprietários como dos

[202] Sr. LOURO. ***História de vida***. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000, 1 fita cassete (120 mm)
[203] RIBEIRO, José. ***História de vida***. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000, 1 fita cassete (120 min).

moradores, teve suas atitudes balizadas pelos velhos valores da tradição, especialmente o sentimento de gratidão, quando a despedida se fez dentro de um certo consenso, ou de ingratidão, quando arrebentaram conflitos e tensões.

A maioria das falas dos personagens desta trama registra o predomínio de sua ação de abandonar as fazendas. É obvio que essa situação foi construída com a interrupção da agricultura principal, o algodão, pela ação do bicudo, mas também pelas artimanhas e astúcias dos proprietários, porém no geral, as representações que foram feitas pelos atores envolvidos dão a entender que tudo saiu em conformidade com a tradição.

A agricultura "tanto caiu para quem mora lá, como caiu para os que morava aqui na rua. Pronto, ainda hoje tem gente aqui na rua que trabalha lá em Chico Lopes. Mas aí não tem fornecimento de nada."[204] O corte do fornecimento por parte dos fazendeiros foi uma conseqüência do fim da produção algodoeira. Sem fornecimento, que na prática representava um adiantamento ao morador da renda da terra extraída pelo trabalho nos algodoais, tornou-se inviável para o meeiro ficar morando no campo. Com o fim do algodão, houve situação em que o primeiro a sair da fazenda foi o fazendeiro. A fala do morador é inequívoca a esse respeito: "Quando João Silva veio embora pra rua, aí acabou esse negócio de patrão arrumar dinheiro a morador, aí ninguém ia ficar. Compadre Janúncio foi um que disse: - compadre Eduardo, ... quando o patrão corre da propriedade o morador deve debandar que não tem mais nada não."[205]

O exemplo do sr. Eduardo é rico de outros significados pelo fato de que, mesmo depois da saída do fazendeiro da propriedade, outros parentes seus permaneceram lá por algum tempo mais. Depois, a fazenda foi vendida para o sr. Lenilson de Luís Chicó. "Aí os meninos ficaram lá trabalhando, Geraldo, compadre Miguel, os meninos de compadre Manoel, mas eu fui lá só uma vez..." Nesse momento, a fala do personagem se revela cheia de ressentimentos, de saudades, de dor, de orgulho e mágoa: "Houve uma corrida eu fui porque Helena morava lá, mais eu não fui mais nunca, nem vontade. A minha casa ainda está em pé, mas não mora ninguém. Na fazenda não mora ninguém."[206]

---

[204] Idem, ibidem.
[205] TOSCANO, Eduardo. ***História de vida***. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000, 1 fita cassete (120mm).
[206] Idem, ibidem.

A mágoa do sr. Eduardo está expressa na sua fala quando, mais adiante, na entrevista, ele fala da venda da propriedade pelo sr. João Silva. Esse sentimento tem o gosto de ingratidão pelo não reconhecimento dos benefícios feitos na terra pelo seu trabalho independente, não associado diretamente à meação. Ele disse que não quis reivindicar os melhoramentos feitos na terra, mas fica claro que houve ingratidão por parte do proprietário, o reconhecimento dos velhos preceitos da parceria. "Não, aí eu... compadre Gaucho foi quem disse: – olha você não vai ficar assim não. Porque eu tinha 24 pés de cajueiro safrejando, não foi plantado por conta de João Silva; 4 pés de coco, pé de manga, pé de goiaba. – você tem direito de papai lhe indenizar você. Eu disse não, ele vendeu, não era dele? Tá certo."[207]

É bom destacar que, como diz o sr. Eduardo, a saída do proprietário, dito quase como um gesto de abandono, foi motivada pela crise do algodão que levou à falência do fazendeiro, o sr. João Silva, o maior comerciante de algodão do município. A fala do filho do sr. Eduardo, o sr. Francisco Toscano Neto, também morador no mesmo lugar, destaca o acontecido: "No tempo do velho era melhor. A gente era quase quem mandava, sabe? É porque rapaz ele começou o movimento, lá vai e aí findou acabando, se acabando o que tinha, né? Aí findou devendo 10 mil reais na firma de Jardim, aí lá vai vender o terreno. Acabou quebrado."[208]

A história da aquisição da Fazenda Fechado e a ascensão do sr. João Silva como comerciante de algodão no município de Florânia foi narrada em outra parte deste trabalho. Só que na memória dos seus moradores, e também personagens desta narrativa, as imagens do acontecimento do passado se misturam com as do presente. Dessa forma, a falência econômica do sr. João Silva, que coincidentemente ajudou a selar o fim do velho modo de vida rural desses sertanejos, é vista como um desfecho da Providência. "Ai foi mal adquirido que ele arranjou, o velho João Silva morreu também de esmolas. Que era o ricão daí que o povo falava, e a gente sabia que não tinha nada."[209] Na representação desse sertanejo, por essas linhas tortuosas, Deus estava escrevendo certo. Assim sendo, a ingratidão estava compensada.

---

[207] Idem, ibidem.
[208] TOSCANO NETO, Francisco. ***História de vida***. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000, 1 fita cassete (120mm)..
[209] TOSCANO, Eudardo. Entrevista já citada.

Como se pode presumir, todos os parentes do sr. Eduardo posteriormente também abandonaram a fazenda, o lugar onde várias gerações dessa família viveram durante quase um século ou mais.[210] "Foi saiu tudinho que... tem morador que era de lá, está morando em Fortaleza. Um que é casado com uma prima minha, a mulher não quis mais ele, ele vive pra lá, é meio desmantelado, vive pra lá, mas ele e o filho."[211] Como se pode depreender, a vida dos antigos sertanejos foi tomando rumos diferentes, enfrentando novas possibilidades na cidade próxima – "na rua" como dizem – ou no grande centro distante.

As falas dos proprietários que sobreviveram à crise do algodão, de certa forma, retratam o episódio do desmonte das fazendas com quase as mesmas cores do discurso dos moradores. A agricultura "morreu porque a figura do fazendeiro desapareceu, porque teve decadência, outros abandonaram as propriedades, venderam, foi retalhada, e aqui dos poucos fazendeiros que existe é ... porque herdou ... é tudo gente sacrificada que vive trabalhando no sítio."[212] São pessoas que, chumbadas na tradição, herdaram uma propriedade de terra de tamanho médio, procuram viver da renda da terra, usando predominantemente o trabalho familiar. Por outro lado, a fala do sr. Manoel Torres destaca a existência de fazendas abandonadas. Esse foi um aspecto que também chamou a atenção deste trabalho. Foi comum encontrar, nos municípios estudados, fazendas abandonadas, fazendas semi-abandonadas, casa sede de fazendas desmoronando, antes símbolo de orgulho e centro de vida dos moradores do lugar.

Também para eles o que houve no geral foi o abandono da agricultura pelos moradores. Alguns chegam a afirmar que houve incentivo do governo para o homem do campo ir para a cidade. "Não, num tem morador, num tem quem queira ir pra sítio. (...) Hoje estão muito dentro das cidades , as facilidades hoje é muito grande, o governo faz logo uma casa na cidade, o conjunto bota, aí dá de graça pra morar, um velho aposentado quando vem trás uma ruma de gente."[213] O sr. José Rodrigues está se referindo à

---

[210] "Quando o velho João Silva comprou lá, vovô já morava lá, vovô Chico Toscano... (TOSCANO NETO, Francisco. ***História de vida.*** Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000, 1 fita cassete (120 mm). O sr. Francisco Toscano Neto é filho do sr. Eduardo Toscano. Os dois concederam essas entrevistas juntos, em alguns momentos trocando e confirmando as informações da memória.

[211] Idem, ibidem.

[212] TORRES, Manoel. ***História de vida***. Entrevistador: Douglas Araújo. Caicó, 2001. 1 fita cassete (120mm).

[213] RODRIGUES, José. ***História de vida***. Entrevistador: Douglas Araújo. Caicó, 2001, 1 fita cassete (120 mm).

aposentadoria do antigo homem do campo, que embora tenha sido, depois da queda da agricultura, a salvação dos velhos moradores da roça, parece ter gerado uma distorção social no sentido de que se assiste a um aposentado sustentando, muitas vezes, duas gerações de descendentes.

Como já foi rapidamente mencionado, a batida última da porteira encerrando a velha vida rural teve também ruídos e sons dissonantes da concórdia representada maioritariamente pela a ação de sair do campo para a cidade, de abandonar a agricultura deixando para trás anos de trabalho na terra. Em alguns casos, a tensão foi suficiente para romper o equilíbrio dos valores da gratidão e desembocar em conflito trabalhista com a presença do sindicato e constituição de ações na justiça do trabalho.

Principalmente quando alguns proprietários de terra, diante do fim da principal atividade agrícola, começaram a temer possíveis reivindicações por parte de um ou outro morador ou alguma solicitação sindical, e começaram a pressionar alguns trabalhadores para saírem das terras. Algumas vezes, esses atos eram precedidos de algumas artimanhas por parte dos fazendeiros, como por exemplo, vender a propriedade a um pessoa interessada de outro município e em seguida comprar outra também  em lugar distinto da sua cidade.

Em Florânia, essa pesquisa constatou um caso assim, que parece confirmar a astúcia dos seus proprietários. Foi o caso do sr. Tomás Da Mata, que vendeu as terras que havia herdado dos pais, nas quais o vaqueiro era um filho de criação dos velhos falecidos, portanto um irmão do herdeiro. O negócio foi feito com um cidadão de São Rafael, o sr. Xavier. Em seguida, comprou a Fazenda São Vicente, do recém-falecido Manoel Garcia, no município de Fernando Pedrosa. Coincidência ou não, os dois, ao assumirem as respectivas administrações começaram a falar em acabar com o sistema de moradores. Para tanto, deram início a restrições para o funcionamento da parceria e depois solicitaram, aos poucos, a saída dos trabalhadores.

A fala de Dona Lindalva conta em detalhes a experiência dela e de seu esposo, o sr. Brás, filho de criação dos antigos proprietários da fazenda que o sr. Xavier comprou:. “Depois que o sítio passou pra Xavier mudou tudo, mudou viu,...”[214] Esse “mudou tudo” a que se refere Dona Lindalva foi dificultar as velhas condições da parceria: “eles num

[214] CRUZ, Lindalva Araújo. Entrevista já citada.

facilitavam mais as coisas pra gente, como o veio [o antigo dono] facilitava, né? Aí, a gente ficou assim. Era diminuir a criação de... de gado."[215]

Na prática, isso representava extinguir a parceria no interior da fazenda, o que levaria à expulsão do morador. Um fato foi mais explícito no ato de desalojá-los da morada: "Aí pediram foi a casa, meu sinhô. Aí Brás foi, ficou triste, inda andou chorando, mais ele disse, tem nada não, Deus dá a recompensa."[216] Seguindo a fala de Dona Lindalva, percebe-se que a tranqüilidade de seu esposo estava na certeza de que o sr. Xavier estava ferindo de morte um princípio sagrado da tradição: "Deus tome conta do que fizero comigo, a ingratidão que eu não merecia isso, se pediro a casa correro comigo, né?."[217] Segundo Dona Lindalva, foi isso o que disse o sr. Brás diante da situação, quando foi indagado se ía tomar alguma providência na justiça. Claro que, como parceiro, o sr. Brás possuía um pequeno patrimônio e foi com ele que comprou uma casa na cidade onde foi morar e terminar de criar os filhos. Ele e Dona Lindalva se aposentaram. Alguns anos depois o sr. Brás Hermes da Cruz faleceu.

Em um outro momento da fala de Dona Lindalva, é ela própria quem acredita que a injustiça praticada contra seu esposo e contra ela e família foi corrigida pela ação da Providência: "Hoje eles num tão igual a nós ou pior, porque são quatro aposentados lá, mais que o rendo dele lá no sítio né esses balai todo não, que terra hoje num tá valendo quase nada, terra hoje tá desvalorizada, gado hoje tá quase de graça e quem agüenta a barra deles é os quatro aposentado."[218] A situação dos proprietários (que expulsaram o sr. Brás e família; ele com setenta anos de morador e vaqueiro da propriedade), causada pela falência da agricultura e da fazenda de um modo geral é vista por Dona Lindalva como uma correção divina da ingratidão praticada contra eles, moradores. Diante de todo o seu passado e da vida que leva hoje como aposentada, e tendo os filhos todos trabalhando em empregos urbanos, ela se sente muito feliz e realizada.

O sr. Manoel Lopes Sobrinho, proprietário do Sítio Pedra Lisa, também figurante desta trama, viveu o ocaso do algodão e das fazendas, fala das despedidas dos moradores que bateram a porteira da sua fazenda para não mais retornar. Para ele, a

[215] Idem, ibidem.
[216] Idem. Ibidem.
[217] Idem, ibidem.
[218] Idem, ibidem.

maioria, “os outros saíram por sí mesmo, vieram morar na rua, se aposentaro. Essa aposentadoria acabou com agricultura, que os homens que trabalhava era os home veio ...”[219] Porém, um de seus trabalhadores, segundo ele, não quis sair, “esse num quis sair não, eu indenizei. Paguei Cr$ 16 mil cruzeiros a ele, era cruzeiro naquele tempo, ele saiu.”[220] Deve ser ressaltado, que além de tudo, seu Manoel Sobrinho, como pequeno proprietário, tem pavor ao sindicato. “Você num sabe que o sindicato hoje tem ,muito poder, toma e dá os povo que num tem nada, ...”[221] Com o “debacle” das fazendas e o temor do sindicato, talvez o sr. Lopes Sobrinho tenha precipitado o conflito com o seu rendeiro exigindo a entrega imediata da terra por ele ocupada.

Na verdade, o trabalhador indenizado pelo sr. Sobrinho fora um rendeiro e não morador. A diferença é que o rendeiro, paga a renda da terra cedida por acordo verbal – essa a regra da tradição – e beneficia a terra com recursos próprios. Essa é uma das razões que cresse no rendeiro a consciência de posse. No município de Florânia, na Serra do Cajueiro, todos os arrendatários se apossaram das terras. E alguns poucos conflitos de terra, registrados pelos personagens entrevistados na região, são nessa área. Entre moradores e proprietários praticamente não se tomou conhecimento de conflitos maiores, além das fortes tensões das despedidas finais.

Talvez fosse interessante tentar dimensionar o papel do sindicato rural nesse processo. A princípio, dentro das relações de parceria, com o acesso a terra aberto sempre para a agregação de novos moradores, não havia muito espaço para o surgimento do movimento sindical na região. Tanto é que seu surgimento local deu-se por influência das idéias e agentes sindicais vindos do litoral, movimento ligado às antigas ligas camponesas, e por outro lado, com propósitos antagônicos ao do sindicalismo vindo do litoral, a Igreja Católica se preocupou e na época criou alguns movimentos de trabalhadores, objetivando a criação de sindicatos rurais no Seridó. Nesse sentido, no final dos anos sessenta, foi criado o Sindicato rural de Caicó, e em Florânia, só em 1970 é que foi acontecer o mesmo.

Sem dúvida que a presença dos Sindicatos Rurais, um corpo estranho para o mundo da parceria patrimonial e patriarcal, causou um certo frenesi entre os proprietários rurais e talvez tenha precipitado algumas tensões sociais da velha ordem rural em disputa

[219] LOPES SOBRINHO, Manoel. Entrevista já citada.
[220] Idem. Ibidem.
[221] Idem, ibidem.

sindical, gerando uma certa insegurança entre eles. Isto talvez tenha feito com que alguns proprietários, diante da crise da agricultura, tenham se apressado para dispensar antigos moradores. Isto ajudou a fundar, no imaginário local, a crença de que o sindicato foi um dos grandes responsáveis pelo fim das fazendas. A fala do sr. Pedro Paulino, fundador e até hoje presidente do Sindicato Rural de Florânia, ilustra bem essa ilusão imagética.

O fim do fazendeiro, que para o sindicalista foi o fim do latifúndio, ocorreu por dois fatores: "Um foi o surgimento do movimento sindical, isso quebrou a espinha dorsal, aquela tradição de arrocho, de coronelismo que tinha, ... E outra coisa ... foi o fim do cultivo do algodão, isso desagregou, acabou por completo a figura do morador e do patrão na zona rural."[222] Pela sua fala, quando o sr. Paulino fundou o Sindicato Rural em Florânia, ideologicamente, para ele estava começando uma luta contra o latifúndio. Nesse aspecto, seu discurso chega a heroificar a presença do movimento sindical na região, pois, segundo ele, "quebrou a espinha dorsal do latifúndio."

O olhar desta pesquisa, bem como os dados arrolados nas escavações não reputam essa relevância atribuída pelo sindicalista ao movimento sindical no desfecho da desagregação das propriedades rurais dessas localidades sertanejas estudadas. Até porque a fazenda estava fundada na tradição patrimonialista  patriarcal, e na parceria não havia uma acumulação mercantil rural operando o fechamento e a concentração das terras, como pressupõe o conceito clássico de latifúndio.

O sonho e o heroísmo só desmoronaram na convicção do líder sindical  após alguns anos da criação do Sindicato. Segundo ele, depois de alguns conflitos que sua ação sindical ajudou a construir, sua atitude passou a se guiar na direção de orientar os trabalhadores e os proprietários, buscando sempre o entendimento, pois o que aprendeu foi "que na realidade, há  vinte anos atrás, nós tínhamos alguns fazendeiros que agregavam algum bem, algum dinheiro, riqueza, patrimônio aqui da região. Mas no Seridó, você sabe, é uma região muito difícil e o fazendeiro, o médio proprietário daqui, que é o que prevalece, ele é também um sofrido ... trabalha as vezes mais do que o parceiro e não tem nada também."[223]

[222] PAULINO, Pedro.  Entrevista já citada.
[223] Idem, ibidem.

Se fosse mantido o seu heroísmo inicial e se a ação do movimento sindical na região tivesse tido a importância por ele atribuída no começo da sua fala, poderia se concluir que, na disputa sindical pelo produto social do trabalho rural, o Sindicato teria matado a galinha dos ovos de ouro. Visto que, como reconhece o próprio líder sindical, o que existia dentro da estrutura tradicional era a "agregação de um certo patrimônio", e que a desestruturação das fazendas até isso inviabilizou.

Uma tomada dos dados censitários do FIBGE ilustra bem a desagregação da tradicional vida rural ocasionada pelo desmonte das fazendas. Em 1970, em Florânia, moravam no campo 78% da população total do município. Em 1991, foi reduzida para 56%, e em 2000, para apenas 30%. De uma população rural de quase oito (7.961) mil habitantes, no início do período citado, caiu para dois mil setecentos e nove (2.709) habitantes. No Caicó, na mesma data de 1970, o campo tem quase 33% do total da população do município. Em 1991, foi drasticamente reduzida para 15%, e em 2000, restava apenas 11% da população do município residindo no campo. A população de quase doze (11.938) mil camponeses em 1970, no fim do período, foi reduzida para pouco mais da metade (6.378).[224]

Pelo tom saudosista contido nas falas dos personagens dessa trama, não se deve tocar a melodia do bucólico e do passadismo. O fim da velha ordem tradicional foi um processo de perdas e ganhos para proprietários e moradores. Todos que se aposentaram, migraram para as cidades, conseguiram empregos para os descendentes, julgam viver melhor do que no passado. Além disso, novas possibilidades de vida social estão abertas para esses personagens que viveram no campo e que, muitas vezes, dada a densidade da tradição, não cogitavam algo diferente da vida que levavam. Empurrados para fora desse mundo, de certa forma, estão sendo instigados para outras aventuras dentro do espectro que a sociedade local ou longínqua oferece.

[224] FIBGE. CENSOS DEMOGRÁFICOS 1970, 1980 E 1991. Rio de Janeiro: FIBGE, 1973 p. 274-373; 1982 p. 50-124; 1994 p. 58-66 respectivamente.

### 5.7.2 Os escombros do desmonte das fazendas

A morte é sem dúvida um termo muito forte para expressar o acontecido na vida rural do sertanejo dos municípios estudados. Porém, deve-se tomar o termo no sentido de que o desmoronamento das fazendas destruiu a unidade econômica, social e cultural assentada na propriedade patrimonial da terra e na parceria do trabalho. O invólucro desse mundo foi construído pela tradição imaginária e identitária de uma mentalidade cavalheiresca interpolada com rebocos de elementos e símbolos africanos, operados pelos negros que aqui aportaram na condição de escravo, e com a argamassa cultural ameríndia. Artefatos simbólicos de uma cultura existente antes da chegada do branco, mas que persistiram na presença indubitável de reminiscências indígenas na região. Vale repetir que o negro e o índio estavam quase sempre na retaguarda do processo constituinte desse edifício social.

Nesse sentido, o desmoronamento suplantou a velha ordem social existente no campo, porém, deixou em seu lugar seus escombros. Não é outro o sentido senão esse, o fato do Censo do FIBGE assinalar em 2000 ainda a presença na zona rural de Caicó de uma população de pouco mais de seis mil habitantes (6.378), e em Florânia dois mil setecentos e nove (2.709) ruralistas.[225]

Esses habitantes e suas atividades de subsistência representam as ruínas do mundo que desmoronou. É óbvio que com eles sobrevivem também símbolos e signos da mentalidade tradicional, apesar de que, nos anos de 1990, a extensão da eletrificação rural, levada a efeito pelas políticas públicas, atingiu quase toda a zona rural da região, e trouxe para a sala de estar dos remanescentes sertanejos, não para todos, é claro, a presença do maior difusor da cultura moderna do século XX, a televisão e a antena parabólica. “Mas tem um negócio tão interessante, aonde o rádio e a televisão não entrou, aonde não tem energia na zona rural você vê a diferença do trabalhador, acredita? Aqui no município nós temos esse contraste. Eu tive na comunidade Paulo Jorge, os moradores da comunidade ... ainda são radical na política, ainda tão vivendo a política de 30 anos atrás.”[226]

[225] FIBGE. Op. Cit.
[226] PAULINO, Pedro. Entrevista já citada.

Das ruínas pode-se dizer que fazem parte o pequeno e médio proprietário, agricultor aposentado ou não, que não quis migrar para a cidade. Continua querendo e fazendo a única coisa que aprendeu na vida, cultivar com a família seu pedaço de terra, seu roçado, e esperar que Deus mande “bons tempo”, como dizem eles. As culturas que praticam é o cultivo do milho, do feijão e da batata doce. Isso nas terras do sertão. Nas serras, principalmente no município de Florânia, cultivam o milho, o feijão, as frutas (pinha, graviola, melancia, abóbora e manga) e a mandioca para o fabrico da farinha.

Na maioria dos casos, esses pequenos e médios proprietários mantêm, como resquícios da velha ordem, alguns moradores, geralmente parentes, em suas propriedades. Não existe mais o instrumento do adiantamento, mecanismo próprio do financiamento do cultivo do algodão. Entretanto, em alguns casos identificados pela pesquisa, deles o proprietário não recebe nenhuma participação no produto social do seu trabalho feito na roça. É uma reminiscência da velha tradição de não cobrar a parceria dos gêneros alimentícios que muitos fazendeiros praticavam na região.

Outra atividade remanescente, ainda que como ruína, é a pecuária. Essa uma atividade por excelência dos médios e grandes proprietários. No caso dos grandes proprietários, alguns exemplos, nada de maior relevância, conseguiram introduzir alguns melhoramentos nas propriedades, tornando seu criatório um misto de pecuária intensiva com pecuária extensiva, mais extensiva que intensiva, salvo alguns casos sem maior expressão.

Na verdade, a pecuária local se sustenta em dois eixos: na tradição, principalmente as propriedades nas quais predomina a atividade extensiva, e nos subsídios do Estado, que com sua política de distribuição do leite à população carente do Rio Grande do Norte, criou, através do cooperativismo, um sistema de cotas, distribuídas entre os proprietários associados, espécie de reserva de mercado, e dessa forma viabilizou financeiramente os pecuaristas e o desenvolvimento de uma incipiente indústria de laticínios na região.

Por outro lado, persiste o proprietário pecuarista não cooperativado. Esse vende sua produção de leite para as queijeiras artesanais que se desenvolveram principalmente nas pequenas propriedades dos municípios. Com o fim do algodão, “foi se pensando numa agricultura de milho e feijão, e mantendo as vacas e vendendo o leite pras queijeiras. Quem

tinha umas traias de fazer queijo, ía fazendo o queijo e vendendo direto. Lá nas Marias Pretas eu passei depois sete anos lá, a minha avó tinha os utensílios de fazer queijo, que eu chamava traia, e eu fiz queijo muito tempo e vendia aqui em Florânia."[227]

A rigor, para o campo de um modo geral, e em especial na área rural dos municípios estudados, a maior ruína deixada pelo desmoronamento das fazendas foi o empobrecimento geral da vida campesina. Salvo algumas exceções, quem caiu nos escombros hoje tem um patrimônio menor ou menos valorizado do que antes da queda das fazendas. Neste sentido, aumentou a pobreza rural, no sertão do Seridó, apesar da presença de alguns símbolos modernos de consumo e da oferta, através do Estado, dos serviços básicos como energia elétrica, melhores estradas, transportes, postos de saúde e escolas. Além da aposentadoria pelo FUNRURAL. Esses fatores são apontados pelos personagens dessa trama como responsáveis pela melhoria da qualidade de vida deles no momento, quando comparado com o passado.

Por outro lado, a cultura tradicional não morreu. O desmoronamento da sua estrutura social apenas alterou a sua grafia arquitetônica. De composição em alto relevo passou a ser cerzida em baixo relevo. A ocorrida vernizagem moderna[228] do espaço sertanejo estudado foi uma invenção dos letrados com boa acolhida por todos do lugar. Esse processo recolheu para o seu âmago a alma tradicional. Ela é a veia safena interna da conduta do homem de negócio, do político, do funcionário público e do cidadão comum da região.

[227] RAMOS, Nicomar. ***História de vida*.** Entrevistador: Douglas Araújo, Florânia, 2000, 1 fita cassete (120 mm).

[228] A nossa modernização guarda muito de longe uma afinidade com a via prussiana. Nossos letrados foram, à maneira local, os liberais exaltados; a elite de comerciantes agropecuaristas, os Junkers reformistas; e o Estado (SUDENE), o nosso Bismarck.

# BIBLIOGRAFIA

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1960.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

ALENCAR, José de. **O sertanejo**. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964.

***ALGODÃO: tecnologia e cidadania***. p. 01. Disponível <http://www.coebrasil.org.br/algodão/ Acesso em 14/11/2002.

ALMEIDA, Aldemar de. **Notícias do Seridó:** figuras do Seridó. Diário de Natal, Natal, 1978.

ALMEIDA, Fenelon. **Jararaca: o cangaceiro que virou "santo".** Recife: Guararapes, 1981.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: UFRN/Ed. Universitária, 1981.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.

ARAÚJO, Douglas. **O desenvolvimento do abate de bovinos no RN e suas relações de trabalho**. Natal: 1990. 295f. Dissertação (Mestrado em C. Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ARAÚJO, Douglas. **Surgimento e decadência das oficinas de carne seca do RN**. Natal: CCHLA/UFRN, 1994.

ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros:** político e educador militante. Natal: Editora da UFRN, 1999.

ATAÍDE, João Martins de. A fugida da princesa Beatriz com o Conde Pierre. In: CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e cantadores**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984. (p.47-59).

AZEVEDO, Dermi. Notícias do Seridó. In: **Diário de Natal**, 26 de agosto de 1977.

BERMAN, Marshall. ***Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade***. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 67.

BOCCACCIO, Giovanni. **Decamerão**. São Paulo: Victor Civita, 1981.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo: Editora Perspectiva s/a, 1978.

BRUM, Argemiro J. ***O desenvolvimento econômico brasileiro***. 7ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história:** novas perspectivas. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (p. 7-38).

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo: HUCITEC; [s.1.]: SUDENE, 1987.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Cinco livros do povo:** introdução ao estudo da novelísitca no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1953.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e cultura**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1983.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Contos Tradicionais do Brasil**. São Paulo: Global, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. ***Dicionário do folclore brasileiro***. 6. ed. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

CASCUDO, Luís da Câmara. No rasto do semeador. In: **Diário de Natal**, Natal, 15/10/1977. Notícias do Seridó.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra:** história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Religião no povo.** João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1974.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1956.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Mossoró, Região e Cidade**. 2. ed. Natal: Ed. Universitária, 1980. (Coleção Mossoroense, 103).

CASCUDO, Luís da Câmara. Prefácio do tradutor in: KOSTER, Henry. ***Viagens ao Nordeste do Brasil***. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978. (p. 11-24).

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal: UFRN, Ed. Universitária, 1986.

CORREIA, Manoel Antônio Dantas. Villa de Acari, 15 de Junho de 1847. In: GUERRA, Phelippe & GUERRA, Theophilo. **Seccas contra a secca**. Rio de Janeiro: Typ. da Liv. Cruz Coutinho, 1909. (p. 15-24).

COSTA, Gutemberg. **Cangaceiro Antônio Silvino e sua presença no Rio Grande do Norte**. Mossoró: Editora: Coleção Mossoroense/Fundação Vingt-un Rosado, s/d.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor:** estudos sobre o amor romântico. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

CUNHA, Euclydes da. **Os sertões**. 38. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Brasil, 1997.

DANTAS, Dom José Adelino Dantas. Frei Damião num contexto atualizado. In: **Diário de Natal**, Natal, 1977. Notícias do Seridó.

DANTAS, Dom José Adelino. **De que morriam os sertanejos do Seridó antigo?** In. Tempo Universitário. Natal: UFRN, vol. 1, nº.1, s/d.

DANTAS, Dom José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo**. Garanhuns, Gráfica do "O Monitor", 1977.

DANTAS, Dom José Adelino. **O coronel de milícias Caetano Dantas Correia:** um inventário revelando um homem. [S. l. : s.n.]. 1977.

DANTAS, Eugênia Maria. **Retalhos da Cidade:** Revisitando Caicó. Natal: s.n., 1996. 110f. Dissertação (Mestrado em C. Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DANTAS, Manoel. **Homens de outr'ora**. Rio de Janeiro: PONGETTI Editores, 1941.

DANTAS, Manoel. **Natal daqui a cinqüenta anos**. Natal: Fundação José Augusto, 1996.

DECCA, Edgar Salvadori de. Apresentação. In: BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã:** um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. (p. 7-11).

DECCA, Edgar Salvadori de. **Quaresma: um relato de massacre republicano**. Campinas: 1996. 18f. (mimeografado).

EKSTEINS, Modris. **A sagração da primavera**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco Ltda, 1991.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó**. Brasília: Gráfica do Senado, 1980.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. & MEDEIROS FILHO, João. **Seridó – séc. XIX:** Fazendas & livros. Rio de Janeiro: Ed. Fomape Industria e Comércio, 1987.

FARIA, Oswaldo Lamartine. **Os açudes dos sertões do Seridó**. Natal: Gráfica Manimbu, 1978.

FIBGE. CENSO AGROPECUÁRIO 1970. RIO GRANDE DO NORTE. VIII RECENCEAMENTO GERAL. SERIE REGIONAL, VOLUME III, TOMO VIII.

FIBGE. CENSOS DEMOGRÁFICOS 1970, 1980 E 1991. Rio de Janeiro: FIBGE, 1973.

FIBGE. CENSOS ECONÔMICOS DE 1985. CENSO AGROPECUÁRIO, Nº 12. RIO GRANDE DO NORTE.

FIBGE. IX RECENCEAMENTO GERAL DO BRASIL. CENSO AGROPECUÁRIO. RIO GRANDE DO NORTE, VOLUME 2, TOMO 3, Nº 10.

FRAGOSO, Frei Hugo. O apaziguamento do povo rebelado mediante as missões populares, Nordeste do II Império. In: SILVA, Severino Vicente. (org.) **A igreja e o controle social nos sertões nordestinos**. São Paulo: Edições Paulinas, 1988. (p. 10-53)

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. História Econômica In: **Domínios da História.** CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (Org,) São Paulo: Editora Campus, 199?

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. CEPEJUL. **Caicó**. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. CEPEJUL. **Florânia**. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1961.

GINZBURG, Carlo. ***O queijo e os vermes:*** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, José Bezerra. **A porta e o vento**. Natal: Fundação José Augusto, 1974.

GOMES, José Bezerra. **Obras reunidas.** Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 1998. (Conteúdo: Os Brutos, Porque não se casa, Doutor? A porta e o vento).

GORENDER, Jacob. **Escravismno colonial**. 2. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Revista dos Tribunais, 1990.

***HISTÓRIA DA MODA (1890-1990)***. p. 03. Disponível em <http:/www.modavip.com.br/Hismoda.htm. acesso em 05/01/97.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das Revoluções**: Europa 1789 – 1848. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 368 p.

HOBSBAWM, Eric J. ***A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)***. S. Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. 18 vol. Rio de Janeiro: 1960.

KARAVAEV, A. ***Brasil: passado e presente do capitalismo periférico***. Moscovo: Edições Progresso, 1987, p. 234

LAMARTINE, Lamartine. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal: Fundação José Augusto, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

LIRA. Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Brasília: Gráfica do Senado Federal/Fundação José Augusto, 1982.

LYRA, Augusto Tavares de. **Corografia do Rio Grande do Norte**. (cidade?): 1911.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó:** espaço e história no regionalismo seridoense. Natal: 1998. Dissertação (Mestrado em C. Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Ciências Sociais.

MARANHÃO, Sílvio. **A questão Nordeste:** estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos (organizado por) Sílvio Maranhão.– Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto:** o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte. Recife: 1999. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

MARIZ, Celso. **Ibiapina:** um apóstolo do Nordeste. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997. 322 p.

MARTINIANO NETO, Joaquim. **Pioneiros caicoenses em terras paulistas**. Caicó em revista. Revista da festa de Sant'ana de 20 a 30 de julho – 2000. João Pessoa, p. 37, julho 2000.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. ***Manifesto do Partido Comunista***. 11ª ed. Petrópolis: 2001.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1981.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890, sertão do Seridó:** Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Gráfica do Senado, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Gráfica do Senado, 1983.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. O coronel de milícias Caetano Dantas Correia, um sesmeiro do Século XVIII. In: DANTAS, Dom José Adelino. **O coronel de milícias Caetano Dantas Correia:** um inventário revelando um homem. Natal: [s.n.], [1977?]. (p. 67-78).

MEDEIROS FILHOS, Pe. João. & FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Seridó – Século XIX:** Fazendas e Livros. Rio de Janeiro: Fomape Editora, 1987.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. ***Seridó.*** Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1980.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Várzea do Açu:** paisagens, tipos e costumes do vale do Açu. São Paulo: IBRASA; [Braasília]: INL, 1979.

MEYER, Marlyse. **De Carlos Magno e outras histórias:** cristãos & mouros no Brasil. Natal: UFRN. Ed. Universitária: CCHLA, 1995.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a Cidade:** Caicó em sua dinâmica espacial. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1999.

NÓBREGA, Janúncio Bezerra da. **Revivendo o Seridó:** memórias. Natal: CLIMA, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PALMA, Jorge. ***Fibras, Fio e tecidos:*** o começo do tudo. p. 02. Disponível <htp:/www.jpalma.hpg.ig.com.br/FIB.html. Acesso em 05/01/97.

PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão e post-scriptum**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano – Estrutura de Poder e Economia (1889-1930**). São Paulo, Difel, 1975. (pp. 155-190).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989/3. pp. 3-15.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio, São Paulo: Ed. RECORD, 2000.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento Estadual de Estatística: Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cenários municipais (1941-1942*)***. Natal: Oficinas do DEIP, 1943.

RIO GRANDE DO NORTE. Fundação José Augusto. **Florânia**. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

SALES, Fernando. Nota bibliográfica in: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo,1982. (pp. 11-13).

SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. A grande festa de agosto, do Acari. In**: Diário de Natal**, Natal, 30 ago. 1977. Notícias do Seridó, p. 15.

SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. A matalotagem nos sertões do Seridó**. Diário de Natal**, Natal, 18 de jun. 1977. Notícias do Seridó, p. 15.

SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. **Acari:** fundação, história e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1974.

SECCO, Alexandre. Suspiro no campo. In: **Veja**, São Paulo, ed. 1649, ano 33, n. 20, p. 49, mai. 2000.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo In: BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (p.39-62).

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Paraíba, o percurso e as tramas do moderno (1892 – 1928)**. Recife: 1999. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Cândido da Costa e. Uma leitura missionária da seca nordestina. In: **A igreja e o controle social nos sertões nordestinos**. Severino Vicente da Silva (org.). São Paulo: Edições Paulinas, 1988. 118 p. p.54-72.

SILVA, José Bernardo da. **Os martírios de Genoveva**. Juazeiro do Norte: 1956. 47 p.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história**:** Questão de método. In: AMADO, Janaina. et al. **República em migalhas:** história regional e local. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990. (p. 17-42).

SOARES NETO, Cícero José Alves. **O Seridó e 'os votos de porteira batida':** um estudo monográfico sobre o coronelismo no Rio Grande do Norte**.** Campinas: 1984. Dissertação

(Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SOBREIRA, Ivan Bichara. **Carcará**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984. 276 p.

SOUZA, Itamar. ***Migrações para Natal***. Natal: CCHLA/UFRN, 1976.

TAKEIA, Denise Monteiro. ***Um outro nordeste***: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BNB. ETENE, 1985.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração**.** In: **A história nova** [sob a direção] Jacques Le Goff, Roger Chartier, Jacques Revel. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (p. 65-96).

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura.** São Paulo: Companhias das Letras, 1989.

## MATERIAL FONOGRÁFICO

DOMINGUINHOS; GIL, Gilberto **Lamento sertanejo:** forró do Dominguinhos. Dominguinhos [interprete]. São Paulo: Polygram, 1999. 1 CD (60,29 min.). (Coleção Millennium).

FINIZOLA, Janduhy. **Cerca velha**. Marinês & sua gente. Fortaleza: Fã Clube SER-TÃO FELIZ, s/d. 1 CD.

GONZAGA, Luiz & ZÉDANTAS, **Riacho do navio**, xote. Gonzagão & Fagner. Manaus. BMG, s/d. 1 CD.

JOSÉ, Flávio. A casada saudade**.** Coroné Caruá – Direto. [Compositores]. In: ***Tareco e Mariola.*** Monteiro: L. B. C. Gravações, 1995. 1 CD (47 min 64 s) Faixa 12 ( 3 min 48 s).

VALE, João do**. João do Vale**. Rio de Janeiro: Disco CBS Ltda. 1981. 1 disco sonoro 33 1/3 rpm, estéreo, 12 pol.

## LITERATURA DE CORDEL

NOGUEIRA, Antônio. **Vida de agricultor**. Natal: Editora da UFRN, 1981.

PAULA, Francisco Firmino de. História do boi Leitão ou o vaqueiro que não mentia. In: BATISTA, Sebastião Nunes. **Antologia da literatura de cordel**. Natal: Fundação José Augusto, 1977. (p. 93-102).

SANTOS, Manoel Camilo dos. **Lourival e Terezinha**. Guarabira-pb: Folhetaria Santos, a voz da poesia, 1950.

**ENTREVISTAS**

ALMEIDA, Francisco Nobre de. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Natal, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

ANJOS, Laurentino Bahia dos. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

ARAÚJO, Geraldo Justino de. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

ARAÚJO, Pe. Antenor Salvino de. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Caicó, 2001. 1 fita cassete (120 min.).

BATISTA, Seráfico José. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Natal, 1999. 1 fita cassete (120 min.).

CASIMIRO, João. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120min.).

CRUZ, Lindalva Araújo. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

GALVÃO, Sebastião Elói. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

LOPES SOBRINHO, Manoel. **História de Vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

MELO, Antônio Teixeira de. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Caicó, 2001. 1 fita cassete (120 min.).

A. NETO, José Evaristo. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Caicó, 2001. 1 fita cassete (120 min.).

OLIVEIRA, Nicomar Ramos de. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

PAULINO, Pedro. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

RIBEIRO SOBRINHO, José. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

RODRIGUES, José. **História vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Caicó, 2001. 1 fita cassete (120 min.).

SILVA JÚNIOR, João da. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

SILVA, Luís Lucas da. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

TORRES, Manoel. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Caicó, 2001. 1 fita cassete (120 min.).

TOSCANO NETO, Francisco. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

TOSCANO, Eduardo. **História de vida**. Entrevistador: Douglas Araújo. Florânaia, 2000. 1 fita cassete (120 min.).

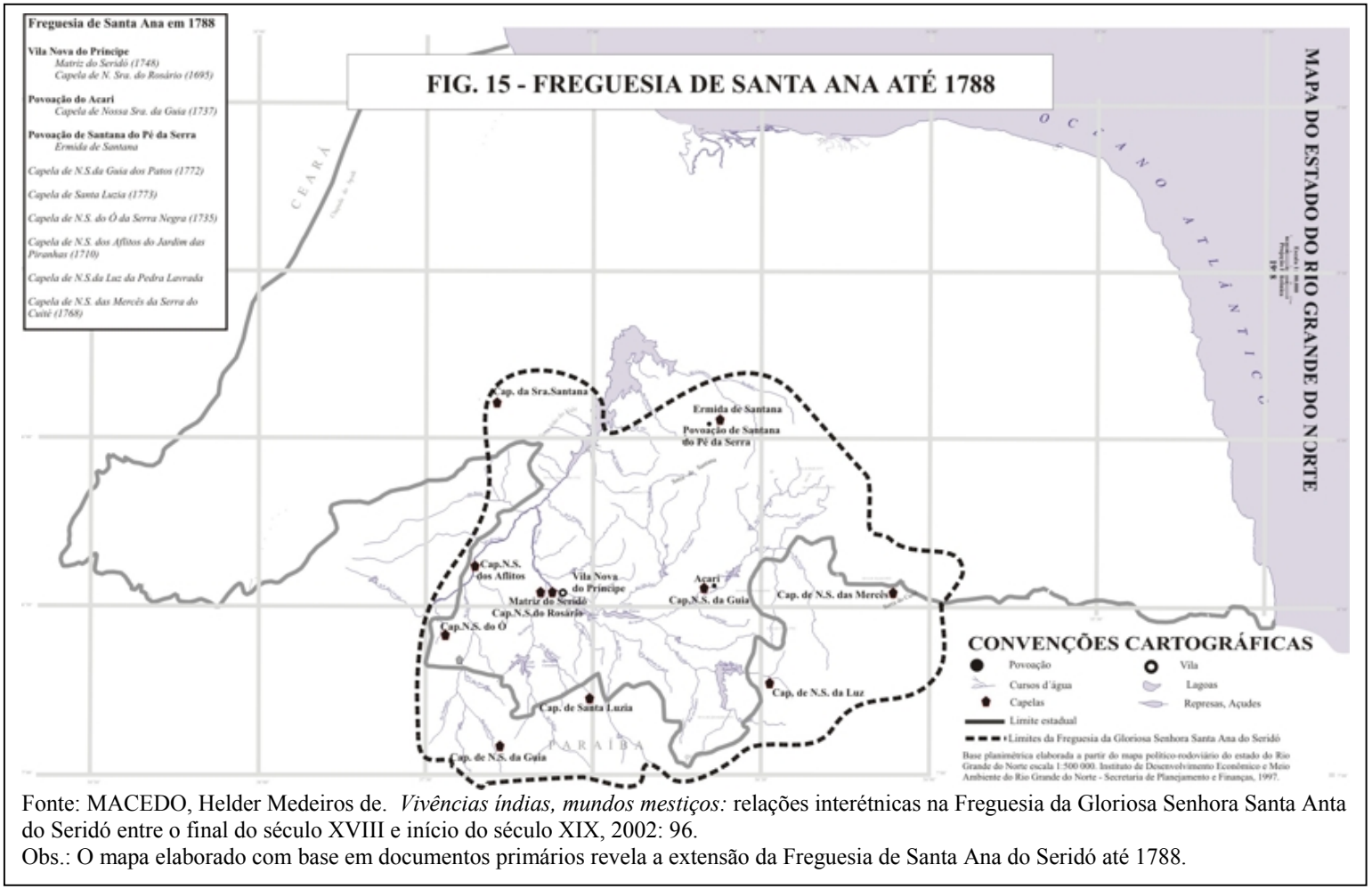
**JORNAIS**

Diário de Natal, de janeiro de 1965 à dezembro de 1985.

O Poty (Semanário), de janeiro de 1965 à dezembro de 1985.

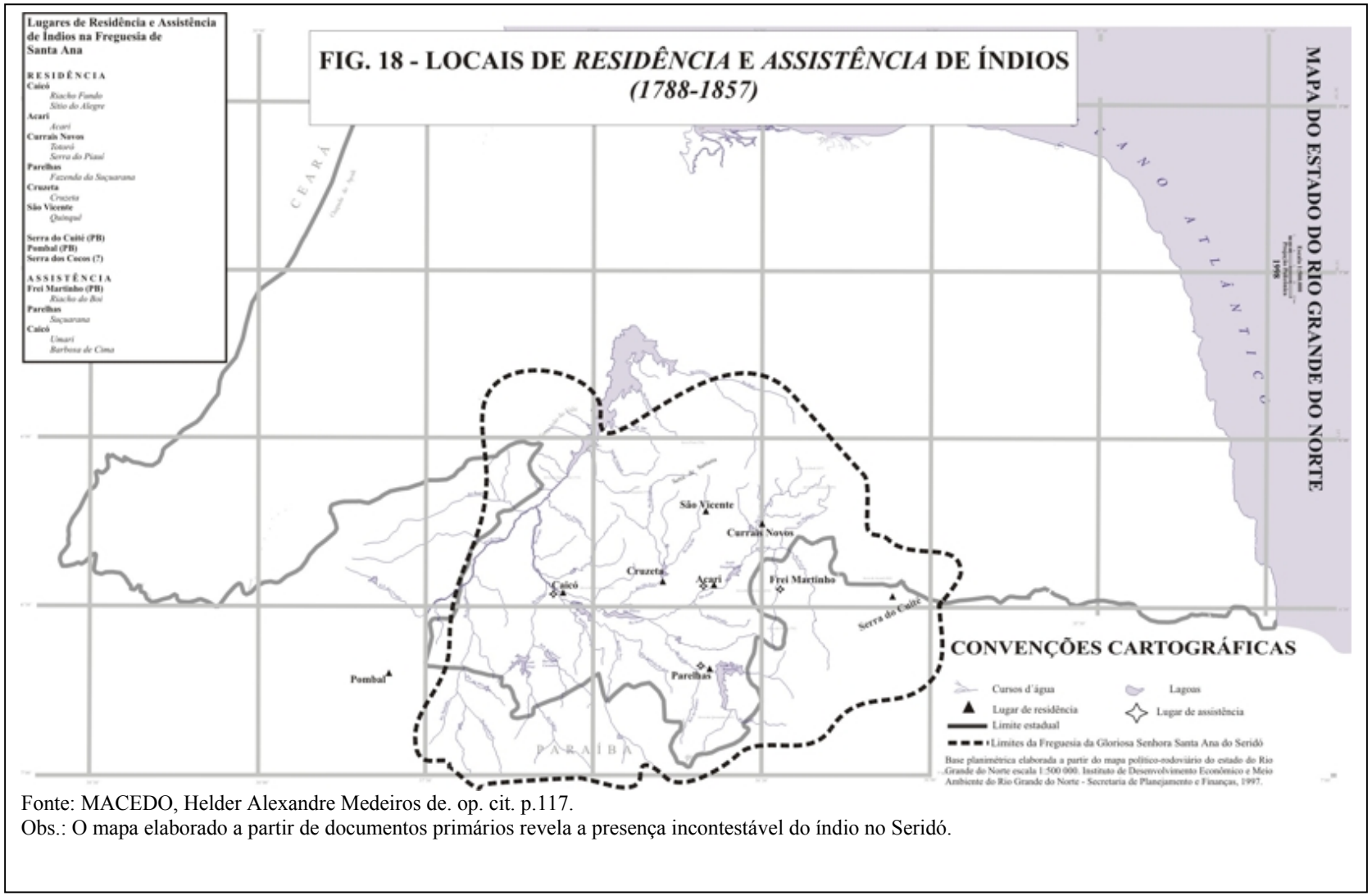
ANEXOS

**ANEXO I**




Fonte: MACEDO, Helder Medeiros de. *Vivências índias, mundos mestiços:* relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Anta do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX, 2002: 96.
Obs.: O mapa elaborado com base em documentos primários revela a extensão da Freguesia de Santa Ana do Seridó até 1788.

**ANEXO II**




Fonte: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. op. cit. p.117.
Obs.: O mapa elaborado a partir de documentos primários revela a presença incontestável do índio no Seridó.

**ANEXO III**

## SIGNOS E SÍMBOLOS DO IMAGINÁRIO SERTANEJO

CAICÓ: CASTELO DE ENGADY. Essa construção sintetiza em sua alvenaria os elementos da cultura ibérica presentes no imaginário sertanejo.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo

CAICÓ: EREMITÉRIO DE SÃO SABAS. Sua construção tem o mesmo significado simbólico do Castelo de Engady. Os dois foram construídos pelo Pe. Antenor.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo

**ANEXO IV**

## O FOLCLORE REGIONAL COMO FIEL DEPOSITÁRIO DA CULTURA SERTANEJA

APRESENTAÇÃO DO BUMBA-MEU-BOI. Destaca-se as cores azul e encarnado como expressão da tradição ibérica cristãos x mouros.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo.

APRESENTAÇÃO DO PASTORIL.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo

**ANEXO V**

## TRADIÇÕES AFRO NA RELIGIOSIDADE SERTANEJA

NEGROS DO ROSÁRIO DE CAICÓ: Reminiscências do sobado africano representadas pela sua Corte na Festa de N. S. do Rosário.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo

NEGROS DO ROSÁRIO DE CAICÓ: Dança guerreira, espécie de Congada, apresentada dentro dos festejos da festa de N. S. do Rosário.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo

**ANEXO VI**

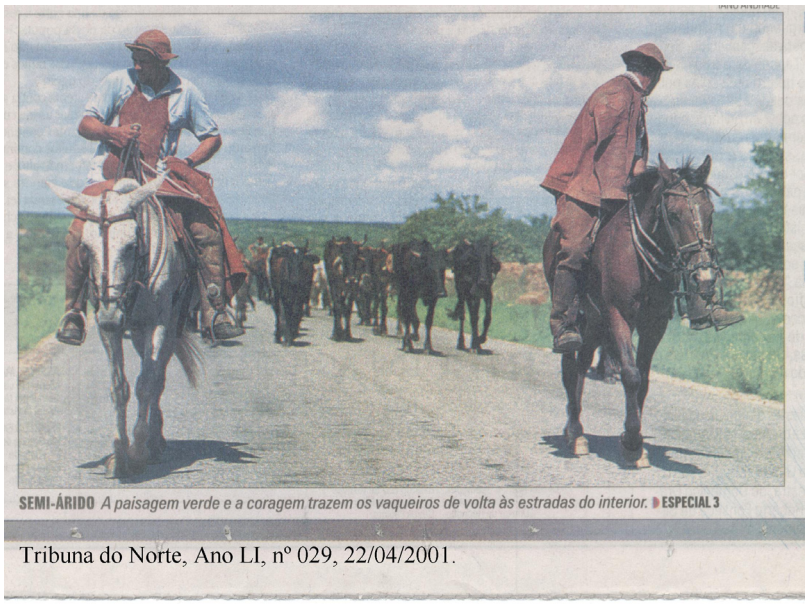
## ÍCONES DA RELIGIOSIDADE DIOCESANA E POPULAR SERTANEJA

CAICÓ: Igreja matriz de N. S. de Santana.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo.

CAICÓ: Igreja de N. S. do Rosário.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo

**ANEXO VII**

## PAISAGENS DA TRADIÇÃO



**SEMI-ÁRIDO** *A paisagem verde e a coragem trazem os vaqueiros de volta às estradas do interior.* ESPECIAL 3

Tribuna do Norte, Ano LI, nº 029, 22/04/2001.

Obs.: Velhos costumes que persistem.

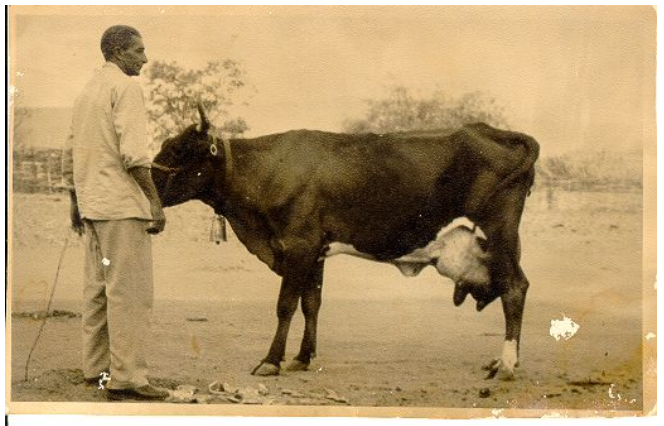
FLORÂNIA: Sitio Fechado onde viveram os Garcias.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo

**ANEXO VIII**

## SERTÃO AGROPECUARISTA

IPUEIRA-RN: Apanhadores de algodão no auge da cotonicultura no Seridó
Fonte: Arquivo particular de Maria das Dores de Medeiros.

FLORÂNIA: O algodão e o caminhão como símbolos de riqueza status.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo



FLORÂNIA: Sr. Francisco Amaral, descendente dos Garcias e um dos grandes agropecuaristas do município. Segundo tradição oral, essa vaca era o orgulho da fazenda; produzia dez litros de leite por dia. Ele foi prefeito da cidade por duas vezes.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo

**ANEXO IX**

## SERTÃO DO ÊXODO

CAICÓ: Família que, nos anos de 1920, migrou da área rural do município de Serra Negra do Norte-RN para Caicó. O chefe da família era ferreiro artesão.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo

FLORÂNIA: Família sertaneja que, na crise rural dos anos de 1970, migrou para São Paulo.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo.

**ANEXO X**

## ESCOMBROS SERTANEJOS

FLORÂNIA: Casa de fazenda abandonada. Aí residiu um dos principais patriarcas dos Garcias.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo

FLORÂNIA: Casa de Fazenda abandonada nos domínios dos Garcias.
Fonte: Arquivo particular de Douglas Araújo.